

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUZINEIDE DOURADO CARVALHO

**RESSIGNIFICAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA:
Práticas e Programas de ‘Convivência com o Semiárido’ no Território de Juazeiro - Bahia**

**SÃO CRISTOVÃO
SERGIPE – BRASIL
2010**

LUZINEIDE DOURADO CARVALHO

**RESSIGNIFICAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA:
Práticas e Programas de ‘Convivência com o Semiárido’ no Território de Juazeiro - Bahia**

Tese apresentada parcialmente ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Geralda de Almeida

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE-BRASIL
2010

LUZINEIDE DOURADO CARVALHO

**RESSIGNIFICAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA:
Práticas e Programas de ‘Convivência com o Semiárido’ no Território de Juazeiro -Bahia**

Tese de Doutorado aprovada em 10/12/2010

BANCA EXAMINADORA



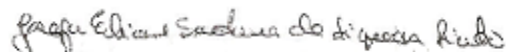
Profª Drª Maria Geralda de Almeida
UFS/NPGEO
Orientadora



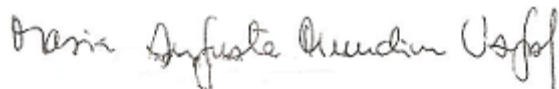
Profª Drª Edonilce da Rocha Barros
UNEB/DCHIII
Examinador



Profº Drº Juracir Marques dos Santos
UNEB/DCH VIII
Examinador



Profª Drª Josefa Eliane de Siqueira Pinto
UFS/NPGEO
Examinadora



Profª Drª Maria Augusta Múndin Vargas
UFS/NPGEO
Examinadora



Luzineide Dourado Carvalho
Candidata

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA CAMPUS III

C 331r

Carvalho, Luzineide Dourado.

Ressignificação e reapropriação social da natureza:
Práticas e programas de 'convivência com o semiárido' no
território de Juazeiro (Bahia) / Luzineide Dourado Carvalho.
- São Cristovão, SE, 2010.

Ixx, 342 f.:il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós- Graduação em
Geografia e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2010.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Geralda de Almeida

1. Geografia agrária. 2.Convivência com o semiárido – Brasil - Bahia - Juazeiro.
3. Biodiversidade da Caatinga. I. Título.

CDD 630.98142

Dedico essa Tese

À Laura Izabela, pelos sentidos
de amor e paciência, ser-presença,
Existência envolvente!

À memória de José Neto, meu irmão,
que, no pouco tempo que pôde,
me ensinou a amar à Caatinga.

Aos sertanejos e sertanejas,
reconhecendo suas lutas nas
'trincheiras da resistência'
contra a capitalização das terras
coletivas de Fundo de pasto e
das águas do Rio São Francisco.

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Morin (2005) nos afirma que, ao mesmo tempo quando nós, seres humanos, pelo nosso sistema cerebral, olhamos, observamos, percebemos e concebemos a natureza, o que vemos é, também, um polissistema, que, junto com o polissistema sociocultural, unem-se em um universo físico-antropossocial.

Assim entendo a Tese, resultado de um olhar que não se lançou sozinho e perdido no horizonte, mas de toda uma trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional que forma meu sistema sociocultural, que é, por sua vez, constituído pela família, pelas instituições pelas quais me formei, trabalhei e trabalho; dos amigos e mestres que tive e tenho; das escolhas filosóficas e ideológicas que fui elegendo na caminhada; dos espaços nos quais passei a me inserir atuando, articulando, ensinando e aprendendo. Portanto, a Tese não começa em 2006, ao ingressar no NPGEIO, mas lá atrás, no Lapão, na região de Irecê, como filha de dois agricultores familiares/comerciantes, seu Antonio e dona Raimunda, ou simplesmente, Lulu. Uma cidade pequena, que vai somente se emancipar de Irecê em 1985, mas pertencente a uma região agrícola, tecnificada e modernizada, nos moldes da “revolução verde”.

Meus pais eram agricultores familiares e viviam, como os demais agricultores, os dilemas dos períodos da seca na região, mas também, com essa atividade, criavam seus filhos e organizavam suas vidas pelo ciclo da natureza semiárida. Em 1972, vamos morar em Feira de Santana. E minha ligação com a região de Irecê e seu mundo rural permanece por meio dos períodos de férias de final de ano, onde re-encontrava os tios e primos. Momentos que, quando eram de chuvas, aproveitava-se de toda fartura e das brincadeiras daquele ambiente: andar pela Caatinga verde, ir buscar os umbus nos pés, banhar-se nos barreiros, ouvir histórias de vaqueiro pelo tio Alípio, o “pai-véi”, ou as histórias de almas de outro mundo, contadas pela tia Olantina. Mas, histórias que embalavam nosso medo e nossa imaginação de crianças sertanejas. Um mundo marcado por crenças, fé e misticidade.

Outras vezes, era de tempos de seca, eu observava os olhos dos meus tios voltados para qualquer sinal da natureza: Um relâmpago no horizonte, uma direção do vento, algo que indicasse a chegada da chuva. Um tempo de rezas aflitas, que fazia minha avó, ‘mãezinha’, reunir meia dúzia de netos, formando uma pequena romaria para cantar a ladainha e fazer promessas.

Este cenário, ora de fartura, ora de escassez, de *tempos verdes* e de *tempos secos* gerava na minha mente muitas dúvidas do por que dessa natureza ser marcada por esse ciclo, que, em um tempo, aquela gente plantava feijão e tudo dava certo e, em outro, podia-se perder tudo por conta da seca. Tais

dúvidas de criança se transformaram em pesquisas acadêmicas de graduação (UERJ, 1990) e de mestrado (UFRJ, 1998), ambas relacionadas com a Região Agrícola de Irecê.

A graduação em Geografia deu o suporte para compreender aquele universo imaginário do sertão e seus valores sócio-culturais e ambientais que marcam minha identidade sertaneja, e, enquanto geógrafa, apreender aquela sociedade da qual sou parte e sua forma de produzir e organizar a espacialidade/territorialidade.

Em 2002, me torno professora-assistente da Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas – Campus III (UNEB/DCH III). Em 2003, sou indicada para assumir a representação dessa Universidade dentro da Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), atuação essa que vai até maio de 2006. Na Rede, passo a contribuir nos processos de mobilização e de articulação da proposta de “Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, cujo Projeto “Universalização, Inclusão e Qualidade da Educação no Semiárido Brasileiro” era atuar na promoção da proposta de educação em todos os estados desse território, envolvendo instituições da sociedade Civil e públicas.

Dentro da RESAB, sou indicada em 2004 para representá-la no Grupo de Trabalho Interministerial (GTIN) para a elaboração do Programa Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil), coordenado pelo Ministério do Meio ambiente / Secretaria de Recursos Hídricos (MMA/SRH). Outras ações da RESAB exigiam coordenação de encontros, conferências estaduais, etc., sendo que, de minha parte, contribuir diretamente na coordenação da Conferência estadual da RESAB no Maranhão e Bahia e, na I Conferência Nacional de Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (I CONESA), em maio 2006, realizada em Juazeiro, Bahia.

Pela RESAB, me inseri em diversos espaços de debate e de reflexão sobre a proposta da ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’; dentre esses, encontros e reuniões com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e diversas ONGs e Agências de Cooperação Técnica Nacional e Internacional. E, como parte das atividades de extensão dentro da UNEB/DCH III passo a coordenar, com o professor Edmerson dos Santos Reis, o projeto “Reflexões dos Referenciais Teórico-práticos da RESAB nos Campi da UNEB no Semiárido Baiano”, com vistas a gerar a participação de outros departamentos da UNEB na proposta da Educação Contextualizada.

Em 2004, a Secretaria Executiva da RESAB publica um livro de coletâneas denominado “Educação Para a Convivência com o Semiárido: Reflexões Teórico-Práticas da RESAB”. O artigo de minha autoria foi denominado “A Emergência da Lógica da ‘Convivência com o Semiárido’ e a Construção de uma nova Territorialidade”. Deste artigo, elaboro meu projeto de doutorado, e a ideia central dele se manteve presente na Tese, mesmo com as novas abordagens, e persistiu a busca de

compreender o sentido da ‘Convivência’ que emana dos processos de articulação e mobilização de um coletivo que agrupa diferentes sujeitos, instituições, falas e perspectivas para gerar outro/novo olhar sobre a natureza e o território Semiárido.

Ao adentrar no Doutorado, me afasto desse universo sócio-cultural, e me inscrevo numa outra dinâmica, na busca da ampliação teórico-metodológica. Enfim, um mergulho na pesquisa e no aprofundamento do fenômeno ‘Convivência’, sempre na busca de gerar um olhar cuidadoso, não somente por conta de um conhecimento prévio de algo que desejava pesquisar, mas por intencionar ir além. Tal direcionamento me guiou e permitiu que, sem desprezar toda uma trajetória anterior, a militante fosse aliada da pesquisadora, e, num olhar conjunto, fizesse emergir uma compreensão do fenômeno da resignificação da natureza semiárida pela ‘Convivência’.

Desejo acreditar que a Tese tenha conseguido esse equilíbrio, e contribua com o processo em curso, e me permita como docente e pesquisadora, mais do que isso, como cidadã, colaborar na construção de um Semiárido complexo, contextual e relacional. Enfim, o olhar que a Tese desvela foi gerado dentro desse sistema físico-antropossocial no qual me inseri quando criança, das escolhas feitas, da aprendizagem de mundo que obtive, e, melhor ainda, do despertar consciente e intencional de minha participação no fenômeno da ‘Convivência’.

Considero que as instituições só têm vida, sonhos e empreendimentos porque são feitas de pessoas que as sonham e as desejam comprometidas com causas justas, dignas e prudentes. Uma instituição é apenas um objeto burocrático, frio; portanto, acredito que, quando se têm pessoas crentes movidas pelo “envolvimento significativo” de “ser-com-os-outros-no-mundo”, elas ganham vida, cores e sentidos.

Desejo que a pesquisa que desenvolvi junto a UFS/NPGEO, com o apoio da UNEB/DCH III e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PPG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), extrapole os cânones acadêmicos da Universidade e se lance como fonte de consulta e de colaboração para a formação de ideias e de pessoas que desejam manter o “estado nascente” da utopia, da esperança por um mundo solidário, colaborativo e interativo entre homens, e estes com a natureza.

O resgate desse universo físico-antropossocial, com certeza, engloba todos que estiveram nesse itinerário contextual, na trama e tessituras da composição da Tese, aos quais, de modo especial, meu muito obrigado!

Estendo meus agradecimentos, aos que diretamente se envolveram nesse estudo, com seu apoio material e imaterial, físico e emocional:

Ao NPGEO, por ter acolhido meu projeto de pesquisa; às coordenações de 2006 a 2010, nas representações da Prof^a Dr^a Josefa Eliane S. Pinto, Prof^a Dr^a Vera Lúcia Alves França e Prof^o Dr. José

Eloizio da Costa, que deram todo apoio e incentivo à pesquisa; ao secretário Everton Ferreira Santos e todos os meus professores, especialmente aqueles que ouviram, instigaram, indicaram referências bibliográficas, apontaram trilhas, em especial, o Prof^o Dr. José Eloizio da Costa e as Professoras Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas e Dr^a Rosemeri Melo e Souza.

Ao DCH III/UNEB, a Ana Lilian dos Reis e Aurilene Rodrigues, diretoras no período de 2006 a 2010, pelo apoio à pesquisa e ajuda nos trabalhos de campo, e, a todos os colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo;

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNEB (PPG/UNEB);

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

À Coordenação Técnica de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (CTC/MMA), em especial Marcos Santana e Eliana Souza;

Ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), especialmente nas pessoas de Moacir, Tiziu, Haroldo Schistek, João, Dario por toda colaboração e por terem dividido um conhecimento valioso sobre o Semiárido e o Território de Juazeiro;

À Rede Sabor Natural do Sertão, na pessoa de Miroval Marques;

Ao Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), especialmente ao Carlos Eduardo (Caê), Márcia e Moisés do escritório de Remanso por toda a colaboração e apoio logístico até comunidades de Remanso e Casa Nova;

À COOPERCUC e as mini-fábricas por receber com toda atenção e atender as solicitações, em especial, Edmilson, Jussemar e D. Juvita;

À Secretaria Executiva da RESAB, em especial, Lucineide Araujo, Adelaide Pereira, Emanuelma, Edmerson S. Reis e Josemar Martins Pinzoh, amigos e sujeitos históricos, que estão presentes desde quando a Tese era apenas um sonho, quando nos reuníamos para refletir, debater, planejar e rir também; enfim à RESAB por ter-me permitido vivenciar e experienciar as manifestações da 'Educação para a Convivência';

À Diocese de Juazeiro (ASA-Juazeiro), na pessoa de Salete Pereira;

À ASA-Bahia, em especial a Naidson Batista;

À ASABRASIL e o P1MC cujos materiais e dados disponibilizados foram imprescindíveis à pesquisa e confecção dos mapas das cisternas;

Aos meus guias de campo que se dispuseram a me acompanhar nas andanças pelas comunidades rurais: Edmilson da COOPERCUC, em Uauá; Sr. Joãozinho, de Riacho Grande e D. Nazareth, de Melancia em Casa Nova; Sr. José Ventura, de Marcos, em Remanso; e Sr. Aristeu de Lagoinha, na região de Massaroca;

Aos agricultores familiares, apicultores, criadores, extrativistas, pescadores, homens e mulheres; aos coordenadores e técnicos das ONGs, professores, alunos, presidentes e/ou membros das Associações e Cooperativas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aos coordenadores da CPT, da ARCAS, da ERUM, da ADAC, das Redes de Mulheres, enfim, todos e todas participantes e colaboradores desse estudo, cujas falas podem ser ‘ouvidas’ dentro do texto da Tese, não como apropriação ideológica indevida, mas como reconhecimento de que são co-autores;

Às amigas, Geisa Mendes e Sonia Menezes, pelas trocas de materiais e envio de suas Teses. Certamente, o ‘sertão’ nos uniu para sempre;

Aos amigos e amigas do NPGEIO, em especial Lício Valério, Sinval e Tereza.

À dona Helena, por sua acolhida carinhosa em sua casa, em Aracaju;

À grande amiga, Francy, com seu incentivo, apoio e escuta atenta;

Ao Prof^o Dr. Gelson João Tesser, da UFPR, pelo grande apoio intelectual e incentivo às trilhas da fenomenologia;

À Fernanda Alcântara, Roviane Oliveira, Iara Dourado, Gilberto Silveira, Vânia Miranda e Leonardo Dourado, colaboradores, cujo apoio foi imprescindível;

Ao Prof^o Dr. Clóvis Eduardo Nascimento e à bibliotecária Tatyane dos Santos, da UNEB, DHC III, na formatação da edição final;

Aos professores-doutores: Juracir Marques dos Santos (UNEB/EDC VIII), Edonilce da Rocha Barros (UNEB/DCHIII), Josefa Eliane de Siqueira Pinto (UFS/NPGEIO) e Maria Augusta Mundin Vargas (UFS/NPGEIO), por aceitarem compor a Banca Examinadora, colaborando com seus valiosos conhecimentos e experiências teórico-práticos sobre a temática/área de estudo.

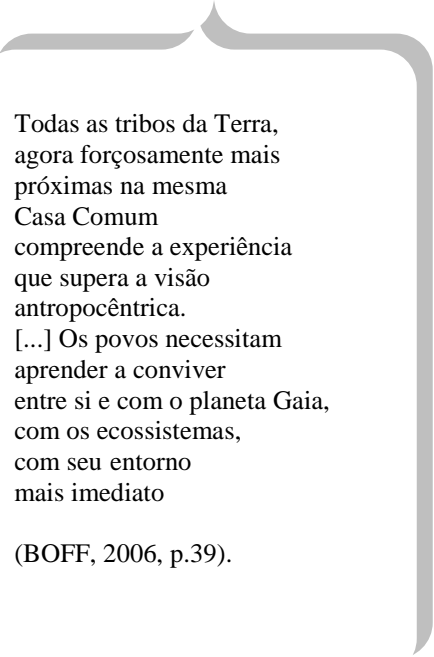
À prof^a Dr^a Maria Geralda de Almeida, minha orientadora, cuja competência e firmeza me fizeram compreender que mais do que seu estilo, é uma expressão de sua dedicação à pesquisa geográfica. Agradeço a sua compreensão nas horas de fragilidade, e por ter me guiado nas primeiras investidas na Geografia Cultural-humanista;

À minha família, pelo suporte material e imaterial, cada um, de seu jeito, pôde dar seu apoio, e em especial, minha mãe Lulu, ser criativo e perseverante, cuja fé e persistência são inspirações para a caminhada da vida;

À memória de pai, seu Antonio, que me inspirou a valorizar a terra;

À Laura, minha menina, pelo carinho e compreensão da minha presença-ausência do tempo dedicado a Tese;

E agradeço a Deus, pela existência e pela persistência, em não deixar-me perder o entusiasmo do início e manter-me firme em meu propósito até o final.



Todas as tribos da Terra,
agora forçosamente mais
próximas na mesma
Casa Comum
compreende a experiência
que supera a visão
antropocêntrica.
[...] Os povos necessitam
aprender a conviver
entre si e com o planeta Gaia,
com os ecossistemas,
com seu entorno
mais imediato

(BOFF, 2006, p.39).

RESUMO

O contexto reflexivo desse estudo é a relação natureza e cultura na contemporaneidade. A natureza semiárida tem recebido diferentes compreensões, orientadas por diferentes racionalidades, e, dentre essas, a ambiental, a qual se apresenta pela proposta da ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’. Tal proposta é compreendida como uma ideia-projeto que inova, impulsiona e direciona ao sociedade civil por meio das redes sociais, formando-se como um rizoma, tecendo seus nós por todas as escalas, aglutinando diferentes bandeiras de lutas sociais travadas no Semiárido contemporâneo (pela água, terra, educação e outras demandas). Ela conduz os atores e sujeitos sociais à reapropriação social da natureza. Essas manifestações são identificadas no Território de Juazeiro (Bahia), por meio de três Diretrizes da ‘Convivência’: a democratização do uso e acesso a água e seus programas (P1MC, P1+2 e outros), a democratização e regulamentação da posse da terra (com ênfase para a situação das terras coletivas de Fundo de pasto) e o uso sustentável da biodiversidade e agrobiodiversidade da Caatinga. Analisou-se se esses programas e práticas reorientam o uso dos recursos naturais, uma vez que não atendem somente o sustento material das populações, em especial, as populações rurais tradicionais, mas também fazem-se base imaterial da cultura e dos valores identitários associados aos seus territórios de vida e trabalho. O fundamento teórico-metodológico do estudo foi pela abordagem fenomenológica e cultural das categorias e temas geográficos de natureza, território/territorialidade, redes e paisagem. Analisou-se como estão se elaborando as novas territorialidades no Semiárido pela ‘Convivência’. O fenômeno ‘convivência’ foi apreendido como um envolvimento significativo de “ser-com-os-outros-no-mundo”, a partir da existencialidade/mundaneidade de Heidegger, cujo propósito foi descrever o sentido ontológico da ‘convivência’ em suas ações de mobilização e de articulação; também ancorou-se na percepção de Merleau-Ponty para compreender a construção do sentido de hostilidade à natureza e a desconstrução desses sentidos que a transmutam para uma natureza de possibilidades, utilizando-se da análise dos documentos e diretrizes das redes e das falas dos atores sociais. A intenção foi gerar um olhar cuidadoso sobre a condição do homem sertanejo em sua mundaneidade semiárida, as maneiras pelas quais ele busca pela ‘Convivência’ completar sua existência em seus contextos de vida, de trabalho e de cultura. Considerou-se que nessa busca pela ressignificação da natureza, incorpora-se a ressignificação da identidade territorial sertaneja, evocada pelos valores de pertencimento e de enraizamento, nas falas, nas práticas e nas trocas e intercâmbios de saberes entre comunidades, instituições e redes. Nesse processo de valorização do território semiárido (físico e simbólico-cultural), avaliou-se que a ‘Educação para a Convivência’, por meio da contextualização do saber, desempenha um importante papel para o processo de tomada de consciência intencional dos sujeitos sobre suas condições de mundaneidade e de geração de um novo olhar para si e para seu contexto (material e imaterial). A análise das práticas e programas da ‘convivência’ permitiu apreender que do ‘bom uso’ da natureza semiárida, por meio da ética da prudência (o guardar) e da contextualização, elas têm promovido a leitura de Semiárido como um território complexo e multidimensional e gerado a construção de novas territorialidades.

Palavras-Chave: natureza semiárida, mundaneidade, convivência, redes sociais, territorialidade, contextualização.

ABSTRACT

The context of this study is the reflexive relationship between nature and culture in contemporary times. The nature semi-arid have received different understandings, guided by different rationales, and among these, the environment, which presents the proposal of 'Familiarity of the Brazilian Semi-arid'. This proposal is understood as an idea-project that innovates, stimulates and directs the socio-environmental through social networks, graduating as a rhizome, weaving us through all its scales, welding different flags in the social struggles waged Semi-arid contemporary (water, land, education and other claims). She leads the actors and social actors to social reappropriation of nature. These events are identified in the Territory of Juazeiro (Bahia), using three guidelines of 'familiarity': the democratization of the access to water and its programs (PIMC, P1 +2 and others), the democratization of ownership and regulation land (with emphasis on the situation of collective land to pasture Fund) and the sustainable use of biodiversity and agrobiodiversity Caatinga. It was examined whether these programs and practices reorient the use of natural resources, since not only meet the material support of the people, especially traditional rural communities, but also make up base intangible values of culture and identity associated with their territories of life and work. The theoretical foundation and methodological study of the phenomenological and cultural categories and geographic themes of nature, territory / territoriality, networks, and landscape. We analyzed how they are developing the new territoriality in the Semi-arid by 'familiarity'. The phenomenon of 'familiarity' was perceived as a significant involvement of "be-like-the-other-in-the-world", from existentialism / worldliness of Heidegger, whose purpose was to describe the ontological sense of 'familiarity' in their actions mobilization and coordination, also anchored in the perception of Merleau-Ponty to understand the construction of a sense of hostility to nature and the deconstruction of these senses are transmuted into a kind of possibilities, using the analysis of documents and guidelines for network and the speech of the actors. The intention was to generate a careful look at the human condition in its worldliness semi-arid backcountry, the ways in which it longs for 'familiarity' supplement their existence in their daily life, work and culture. It was considered that this search for resignation of nature, incorporates the redefinition of territorial identity hinterlands, evoked by the values of belonging and rootedness in the speeches, and practices in trade and exchange of knowledge between communities, institutions and networks. In the process of recovery of semi-arid territory (physical and symbolic-cultural), we assessed that the "Education for familiarity", through the contextualization of knowledge, plays an important role in the process of intentional awareness of the subjects about their conditions of worldliness and generating a new look for themselves and their context (material and immaterial). A review of practices and programs of the 'familiarity' that allowed the learning of 'good use' of semi-arid nature, through the ethics of prudence (the store) and contextualization, they have promoted reading as a territory Semi-arid complex and multidimensional and generated the construction of new territoriality.

Key-words: semi-arid nature, worldliness, familiarity, social networks, territoriality, contextualization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Áreas susceptíveis à desertificação / Semiárido Brasileiro.....	34
Figura 02 - Território de Juazeiro.....	35
Figura 03 - Território de Juazeiro: organizações visitadas, 2007-2010.....	50
Figura 04 - Climas do mundo segundo o índice de aridez.....	82
Figura 05 - Polígono das secas de 1936 a 1989.....	98
Figura 06 - Nova Delimitação Oficial do Semiárido, 2005.....	101
Figura 07 - Ciclo natural da Caatinga.....	104
Figura 08 - Área de Incidência de Secas - Destaque para o <i>Miolão do Semiárido</i>	108
Figura 09 - As redes e os atores sociais e as inter-relações com a ‘convivência’.....	156
Figura 10 - A autonomia e a interdependência das redes sociais da ‘convivência’.....	157
Figura 11 - A rede social ASA e seus rizomas.....	157
Figura 12 - Organizações sociais da ‘convivência’ em suas escalas de articulações.....	193
Figura 13 - Escala das parcerias das organizações da ‘convivência’.....	195
Figura 14 - Qualificação profissional do pessoal das organizações visitadas.....	200
Figura 15 - Modelo, uso e cuidados com a cisterna de 16 mil l.....	220
Figura 16 - Total de cisternas construídas P1MC por estados do Semiárido brasileiro, 2009-2010.....	224
Figura 17 - Total de cisternas construídas P1MC por municípios no território de Juazeiro, 2009-2010.....	225
Figura 18 - Modelos de Cisternas do P1+2.....	230
Figura 19 - Modelo da BAP e seu Uso no Território de Juazeiro.....	234
Figura 20 - O umbu após coleta.....	252
Figura 21 - Fábrica Central da COOPERCUC, Uauá.....	254
Figura 22 - Mini-fábrica da Comunidade de Canabrava, Uauá.....	254
Figura 23 - Geléias de maracujá-do-mato.....	255
Figura 24 - Geléias, compotas e sucos de umbu.....	255
Figura 25 - Apicultura na área de Remanso e Casa Nova: produtos e manejo do mel.....	260
Figura 26 - Projetos agroecológicos no território de Juazeiro.....	262
Figura 27 - Produtos de Ladeira Grande (Sequilhos e Paçocas).....	266
Figura 28 - Produtos da Rede de Mulheres de Casa Nova (Broas e Brevidades.....	266
Figura 29 - Os geossímbolos da ‘convivência’ na paisagem rural.....	274

Figura 30 - Territorialização da produção por município do território de Juazeiro, 2009-2010.....	277
Figura 31 - Segmentos sociais inseridos nos projetos sócio-produtivos, 2007-2009.....	279
Figura 32 - Número de famílias inseridas nos projetos sócio-produtivos por tipo de organização social da ‘convivência’.....	282
Figura 33 - Setor da agricultura familiar na XX FENAGRI.....	288
Figura 34 - Logomarca “Rede Sabor Natural do Sertão”.....	291
Figura 35 - Espaços de Vivência e de Sociabilidade.....	306

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Classificação dos climas segundo o índice de aridez.....	83
Tabela 02 - Extensão em área das terras secas em diferentes continentes do mundo, 1992 (áreas em números relativas a milhões de km.....	84
Tabela 03 - Total de população pela extensão das terras secas nos diferentes continentes do Mundo, 1992 (Números da População em milhões).....	85
Tabela 04 - Inclusões de territórios à área de atuação da sudene/adene.....	99
Tabela 05 - Quantidade de municípios do semiárido na área atual de atuação da SUDENE.....	108
Tabela 06 – Grandes unidades de paisagens do semiárido (unidades geoambientais da caatinga).....	106
Tabela 07 - Agrobiodiversidade da caatinga.....	106
Tabela 08 - Parceiros públicos da asa e total de recursos investidos no P1MC, 2003-2009.....	169
Tabela 09 - programa água para todos do governo do estado da Bahia, 2009.....	169
Tabela 10 - Municípios e total de população no território de Juazeiro, em 2007.....	182
Tabela 11 - Exportações de uva e manga no vale do São Francisco.....	184
Tabela 12 - Período de fundação das organizações sociais.....	192
Tabela 13 - As escalas de atuação e articulação das organizações sociais da ‘convivência’.....	192
Tabela 14 - Municípios de atuação sasop no território de Juazeiro.....	193
Tabela 15 - População urbana e rural no semiárido sem rede geral, poço ou nascente na propriedade (%), 2003.....	214
Tabela 16 - Total de cisternas por municípios no território de Juazeiro, março de 2010.....	

.....	223
Tabela 17 - Território de Juazeiro - P1+2.....	230
Tabela 18 - Poços artesianos no território de Juazeiro.....	232
Tabela 19 - Proposta de zoneamento agroecológico da embrapa para uso das terras no semiárido brasileiro.....	240
Tabela 20 - Caprinovinocultura no distrito de Massaroca/Juazeiro.....	247
Tabela 21 - Territorialização da cooperuc.....	255
Tabela 22 - Produção de biscoitos típicos de tapioca, ano 2008.....	266
Tabela 23 - Contratos para fornecimento de produtos da agricultura familiar para merenda escolar através do paa, 2007, território sertão do são francisco.....	286
Tabela 24 - Troca de saberes e de experiências.....	304

QUADROS

Quadro 01 - Condições ambientais, socioeconômicas e políticas dos países das zonas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas.....	88
Quadro 02 - Os sentidos pretéritos e contemporâneos de natureza e de território semiárido.....	138
Quadro 03 - Estudos acadêmicos sobre a “educação para a convivência, 2008-2010.....	145
Quadro 04 – Condições sócio-econômicas do território de Juazeiro.....	183
Quadro 05 - Demonstrativo de organizações sociais no território de Juazeiro municípios de atuação.....	189
Quadro 06 - Tipos de Projetos em Execução pelas Organizações Sociais da ‘Convivência.....	199
Quadro 07 - Os Sentidos Elaborados pelos Atores Sociais do Território de Juazeiro.....	203
Quadro 08 - Ações desenvolvidas P1MC no período de 01/06/2000 até março de 201.....	219
Quadro 09 - Critérios para aquisição da cisterna P1MC.....	222
Quadro 12 - Sentidos da ‘convivência’ elaborados em espaço de sociabilidade da ASA.....	305

LISTA DE SIGLAS

AATR - Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia
ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
ADAC - Associação de Desenvolvimento e Apoio Comunitário
ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AGROVALE - -Agro Indústria do Vale São Francisco S/A
AL - Alagoas
ANA - Agência Nacional de Águas
APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
APA- Área de Proteção Ambiental
ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca
ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASD - Áreas Susceptíveis à Desertificação
ASSOPECP - Associação de Pequenos Criadores de Peixe
BA - Bahia
BAP - Bomba D'água Popular
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBH - Comitês de Bacias Hidrográficas
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CE - Ceará
CEFAS - Centro de Estudos Francisco de Assis
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEM - Comissão Executora Municipal
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
COAPICAL – Cooperativa de Apicultores de Campo Alegre de Lourdes

COAPRE - Cooperativa Agropecuária do Polo de Remanso
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEA- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSLAD - Conferência Internacional e Seminário Latino-Americano de Desertificação
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERCUC - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
COOPERVIDA - Cooperativa da Agricultura Orgânica do Semiárido
COP 3 - 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
CORDAID - Catholic Organization for Relief and Development Aid
CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTC - Coordenação Técnica de Combate à Desertificação
DCH III – Departamento de Ciências Humanas III
DED - Deutschen Entwicklungsdienstes
DF – Distrito Federal
DNOCS - Departamento Nacional de Combate às Secas
DTCS – Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário
ECO - Europa Central e Oriental
ECSAB - Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCONASA- Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro
EPE - Estudos das Potencialidades Econômicas
ERUM - Escola Rural de Massaroca
ES - Espírito Santo
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FENAGRI - Feira Nacional da Agricultura Irrigada
FETAG - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

FFPP - Faculdade de Formação de Professores de Petrolina
FGEB - Fundação Grupo Esquel do Brasil
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLONA- Florestas Nacionais
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GEIDA - Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola
GO - Goiás
GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos
GT - Grupo de Trabalho
GT Cisternas – Grupo de Trabalho Cisternas
GTCD-ASA - Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação da Articulação no Semiárido Brasileiro
GTDN - Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
GTI da SUDENE - Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da SUDENE
GTIN - Grupo de Trabalho Interministerial
GTZ - *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*
I CONESA - I Conferência Nacional de Educação do Semiárido Brasileiro
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO - Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
ICID - Conferência Internacional sobre Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Semiárido
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INCRA - *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*
INSA - Instituto Nacional do Semiárido
INTERBA - Instituto de Terras da Bahia
IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
IUCN - *International Union for Conservation of Nature*
MA - Maranhão
MCT - Ministério de Ciências e Tecnologia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MEC- Ministério da Educação e Cultura
MG – Minas Gerais
MIN - Ministério da Integração Nacional
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MOC - Movimento de Organização Comunitária
MST - Movimento dos Sem-Terra
NE - Nordeste
NPGeo – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia
OEA- Organização dos Estados Americanos
OG – Organização Governamental
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*
P1+2 - Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas
P1MC - Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos para a Merenda Escolar
PAN- Programa de Ação Nacional
PAN-Brasil - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PB – Paraíba
PDTRS – Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
PE - Pernambuco
PEA – População Economicamente Ativa
PI – Piauí
PIN - Programa de Integração Nacional
PMJ - Prefeitura Municipal de Juazeiro
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDRS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNF - Programa Nacional de Florestas

PNRH - Política Nacional dos Recursos Hídricos

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPA- Plano Plurianual

PPCSA - Programa Permanente de Convivência com o Semiárido

PPG – Programa de Pós-Graduação

PPI- Plano Plurianual de Irrigação

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROCUC - Programa Curaçá, Uauá e Canudos

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROHIDRO - Programa Nacional de Recursos Hídricos

PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste

PROJETO SERTANEJO - Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste

PTDRS- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

SAB – Semiárido Brasileiro

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

SC – Santa Catarina

SDS - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SE - Sergipe

SEAGRI-BA – Secretaria de Agricultura e Irrigação da Bahia

SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado da Bahia

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza do Estado da Bahia

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMSF – Sub-Médio São Francisco

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Natureza

SP – São Paulo

SPDR- Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional

SRH - Secretaria de Recursos Hídricos

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUREG-BA - Superintendência Regional da Bahia

TSC - Teoria dos Sistemas Complexos

TSSF - Território do Sertão do São Francisco

UEL - Unidade Executora Local

UEM - Unidade Executora Microrregional

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSA - Universidade Federal do Semiárido

UGM - Unidade Gestora Microrregional

UNB - Universidade Nacional de Brasília

UNCCD - Convenção Mundial de Combate à Desertificação

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNEP - *United Nations Environment Programme*

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIVAFS – Universidade Federal do Vale do São Francisco

UPE - Universidade de Pernambuco

VALEEXPORT - Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

WWF - *World Wildlife Fund*

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vi
EPÍGRAFE.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	xiv
LISTA DE TABELAS.....	xvi
LISTA DE SIGLAS.....	xvii
SUMÁRIO.....	xxiii
INTRODUÇÃO.....	27

PARTE I

A NATUREZA SEMIÁRIDA NA CONTEMPORANEIDADE: SENTIDOS, REQUALIFICAÇÕES E CAPITALIZAÇÃO **60**

Apresentação.....	61
-------------------	----

CAPÍTULO 1

1 OS SENTIDOS DE NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE: BUSCA POR UM NOVO NATURALISMO E OS MOVIMENTOS DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL **63**

1.1 O projeto moderno de dominação e externalidade da natureza.....	64
1.2 O sistema de representação moderno de natureza em crise.....	67
1.3 As ressignificações de natureza na contemporaneidade.....	72
1.4 A reapropriação social da natureza.....	74

CAPÍTULO 2

A ELABORAÇÃO DA MUNDANEIDADE

NAS TERRAS SECAS **81**

2.1 As terras secas do mundo.....	82
2.2 A desertificação na pauta da política ambiental mundial para as terras secas.....	89

2.3 Programa nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da no Brasil(pan-brasil).....	92
---	----

CAPITULO 3

3 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A NATUREZA ESPECÍFICA DE UM

TERRITÓRIO DIVERSO 96

3.1 Um território de diferentes cartografias.....	97
3.2 A dinâmica ambiental do semiárido brasileiro.....	103
3.3 A relação do sertanejo com a natureza semiárida.....	111
3.4 A elaboração do sentido de natureza hostil e as intervenções do estado.....	121
3.5 A contemporânea capitalização da natureza semiárida.....	130

PARTE II

A ‘CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO’: AS TESSITURAS

PARA UMA IDENTIDADE DE PROJETO TERRITORIAL 140

Apresentação.....	141
-------------------	-----

CAPITULO 4

4 A EMERGÊNCIA DA ‘CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO’:

SEUS SENTIDOS E PROTAGONISTAS 142

4.1 O contexto teórico da ‘convivência com o semiárido brasileiro’.....	143
4.2 A emergência da idéia-projeto.....	146
4.3 As redes sociais: tecendo os rizomas da ‘convivência’.....	152
4.3.1 Os princípios comuns das redes	160
4.4 As diretrizes e linhas de ação da ‘convivência’: pressupostos das redes para a identidade de projeto territorial do semiárido.....	162

CAPÍTULO 5

5 A RESSIGNIFICAÇÃO DA TERRITORIALIDADE: UM

SENTIDO DE PERTENCIMENTO AO SEMIÁRIDO BRASILEIRO 170

CAPITULO 6

6 O TERRITÓRIO DE JUAZEIRO: UM ‘PALCO EXPERIMENTAL’ PARA OS DIFERENTES SENTIDOS DE NATUREZA SEMIÁRIDA	178
6.1- O território de juazeiro: o “sertão que dá certo”?	179
6.2 - A ‘convivência’ tecendo seus rizomas no território de juazeiro	188
6.3- Sentidos, possibilidades e desafios da ‘convivência’: um olhar a partir do Território de juazeiro	201

PARTE III

**A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA SEMIÁRIDA NO TERRITÓRIO DE
JUAZEIRO E A ELABORAÇÃO DE NOVAS COTIDIANEIDADES E**

TERRITORIALIDADES	208
Apresentação	209

CAPÍTULO 7

**7 AS PRÁTICAS E OS PROGRAMAS PARA A ÁGUA, TERRA E
BIODIVERSIDADE**

7.1 Os programas para o acesso e democratização da água	211
7.1.1 O programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido Um Milhão de cisternas rurais (P1MC)	216
7.1.2 Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido: Uma terra e duas águas (P1+2)	229
7.1.3 A bomba d’água popular	232
7.1.4 Outros programas e formas de acesso e uso da água	235
7.2 As lutas pela democratização e regularização da terra	236
7.2.1 Os fundos de pasto e a tradicional caprinovinocultura coletiva	241
7.3 A reapropriação social da biodiversidade e agrobiodiversidade da caatinga	248
7.3.1 O beneficiamento dos frutos nativos	250

7.3.2 A apicultura.....	258
7.3.3 Algumas práticas em agrobiodiversidade e agroecologia.....	261
7.4 Outras práticas sócio-produtivas de reapropriação social da natureza.....	265
7.5 Considerações sobre os programas de reapropriação social da ‘Convivência’.....	269

CAPITULO 8

8 A ELABORAÇÃO DE NOVAS COTIDIANIDADES E TERRITORIALIDADES 272

8.1 A ‘convivência’ imprimindo seus geossímbolos na paisagem sertaneja.....	273
8.2 A territorialização dos produtos identitários.....	275
8.3 A valorização social dos produtos identitários e a “rede sabor natural do sertão”.....	285
8.4 A Contextualização do saber nas práticas educativas e organizacionais.....	291
8.4.1 A ‘cultura do guardar’ ou a prudência para o ‘bom uso’ da natureza semiárida.....	298
8.5 A rede de sociabilidade: a experiência da ‘convivência’ como “ser-com-os-outros-no-mundo”.....	301

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ‘CONVIVÊNCIA: UM MODO DE COMPLETAR A EXISTÊNCIA NA

MUNDANEIDADE SEMIÁRIDA 308

REFERÊNCIAS.....	315
APÊNDICES.....	333
ANEXOS.....	339

INTRODUÇÃO

Muito falamos hoje nos progressos da engenharia genética, que conduziram a uma mutação do homem biológico, algo que ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Pouco, no entanto, se fala das condições, também hoje presentes, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta (SANTOS, 2006, p.174).

- Apresentação do tema e a apreensão de seu contexto

O tema proposto, *Ressignificação e Reapropriação Social da Natureza: Práticas e Programas de 'Convivência com o Semiárido' no Território de Juazeiro (Bahia)*, traz como reflexão central os sentidos pretéritos e contemporâneos elaborados em torno da natureza semiárida. A contemporaneidade dessa temática liga-se ao emergente processo de interrogação da sociedade capitalista e suas relações com a natureza, influenciada por um estado de crise civilizatória da qual se tem a crise ambiental que se expressa pela degradação dos ambientes em todas as escalas. Um movimento que tem diferentes direções, como enfatiza Almeida (2003, p.72), uma “descoberta valorativa do natural que [...] configura-se como uma reinvenção”. Ou Leff (2006) que considera tal movimento um processo de construção da racionalidade ambiental em superação à racionalidade economicista do projeto civilizatório da Modernidade.

Nesse movimento da sociedade contemporânea em busca de reavaliar sua relação de externalidade com a natureza, outros/novos caminhos se abrem para refletir quais éticas nos têm guiado, quais sentidos estamos dando à nossa existencialidade. Como ressalta Larrère (1997), necessário é reavaliarmos sobre qual naturalismo estamos assentados, e se ainda queremos manter a falsa idéia elaborada pela Modernidade de que natureza e cultura são polos separados.

O tema também se associa à abertura para a percepção e para os sentidos como formas válidas de se compreender a relação natureza e cultura. No discurso hegemônico do método científico moderno, a percepção e a função dos sentidos perderam seu lugar, postas de lado com a consolidação da racionalidade científica como assim avaliou Merleau-Ponty (2004). A emergência de outra/nova racionalidade busca recuperar experiências subjetivas dos significados e sentidos como formas de produção do conhecimento pelo sujeito pensante. Como expôs o autor citado: “O problema para nós é fazer, no nosso tempo e por meio de nossa própria experiência, o que os clássicos fizeram no tempo deles” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 76). Esse pensamento do autor enfatiza que, em cada tempo histórico, a sociedade elabora seus sentidos, seus significados e suas contradições, que partem das formas de perceber seu mundo, e tentando atuar diante das demandas, dos conflitos, e conseqüentemente, acumular-se de experiência. Ressalta-se, pelas palavras do autor, que a sociedade contemporânea tem condições muito mais amplas de comunicação do que as demais do passado, dominando a técnica e a tecnologia uma razão científica e instrumental que possibilita o predomínio da razão sobre os sentidos, criando um mundo dominado pela Ciência e ignorando o mundo da percepção. Tal razão mantém a humanidade desligada da natureza, mas, que nas décadas iniciais do Terceiro Milênio, há uma busca de religar-se à natureza pela postura ética da prudência (do cuidado e do bom uso da natureza).

A temática da Tese se insere nesse contexto reflexivo sobre a relação natureza e cultura na contemporaneidade, cujo norteamento do objeto de estudo é compreender a ressignificação da natureza como um fenômeno social de consequências territoriais. Essa busca se faz pela apreensão do (s) sentido (s) contemporâneo (s) que é posto à semiaridez, uma condição de cotidianidade, mundaneidade e territorialidade para milhares de pessoas no Planeta.

O estudo parte do pressuposto de que a natureza semiárida na contemporaneidade tem diferentes compreensões marcadas, por sua vez, pelas diferentes racionalidades, e, dentre essas, considera-se a ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’. Ela é compreendida como uma ideia-projeto que inova, impulsiona e direciona os movimentos e organizações sociais populares para a ressignificação da semiaridez e, também, para a reapropriação social da natureza. Os recursos naturais são redimensionados, seja para o sustento material das populações do Semiárido, em especial, as populações rurais tradicionais, ou não, seja como base imaterial da cultura e dos valores identitários associados aos territórios de vida e trabalho.

A análise deseja apreender como a ‘Convivência’ elabora uma concepção construtivista de natureza-processo e natureza-artefato, cuja seca enquanto parte da própria característica climática dos ambientes semiáridos, não deve ser combatida. As ações e intervenções (as obras técnicas e os artefatos) são aplicadas pela adequação sócio-técnica, com vistas ao aproveitamento dos recursos naturais (água das chuvas, biodiversidade da Caatinga etc.) dentro dos limites da capacidade ambiental desses ecossistemas.

As zonas climáticas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas Secas do mundo formam a denominada “Terras Secas” e são compreendidas pela Convenção Mundial de Combate à Desertificação (CCD) como as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Desde 1994, há todo um processo mundial para se delimitarem essas áreas (ASD) para melhor conhecer os processos de degradação das terras, as secas e a desertificação, para tanto, mobilizando-se diferentes setores da comunidade internacional e nacional. No Brasil, as ASD foram delimitadas, em 2003, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), ponto focal governamental da CCD no país, e desse mapeamento das ASD brasileiras, cria-se o *Semiárido Brasileiro*, incorporando onze Estados.

No Brasil, a orientação mundial para o combate à desertificação se associa às práticas e programas da ‘Convivência com o Semiárido’. Essa proposta envolve centenas de organizações sociais (não-governamentais em sua maioria) aglutinadas em redes sociais que articulam e mobilizam para o esse território um conjunto de lutas sociais para conquista de direitos (água, terra, educação etc.), as utopias e as contradições de se tornar uma identidade de projeto de desenvolvimento territorial.

Mais uma vez, as questões mundiais contextualizadas pela ‘Convivência’, ressaltam as lutas sociais dos povos desse território, com desconstruções das *falas instituídas*, pejorativas e

estereotipadas, sobre a natureza, os sertanejos e a territorialidade na semi-aridez. A idéia-projeto adentra-se nos processos educacionais, organizacionais e sócio-produtivos contextualizando as práticas e programas a fim de se elaborar outra/nova percepção de sentido de natureza, cuja ética da prudência (o guardar) compreende o Semiárido como um território complexo e multidimensional.

Neste estudo, o palco desta ressignificação de sentido da natureza semiárida pela ‘Convivência’ é o Território de Juazeiro, norte da Bahia, no qual os atores sociais, imbuídos pela ‘Convivência’, efetivam seus propósitos, diretrizes e ações fundamentando-se na reapropriação social da água, da terra e da biodiversidade da Caatinga.

Reafirmando, a tese proposta é, tratar sobre a ‘Convivência com o Semiárido’ enquanto um envolvimento significativo de “ser-com-os-outros-no-mundo”, que motiva os sertanejos e sertanejas à ressignificação e à reapropriação social da natureza semiárida, por meio das práticas e dos programas, contextualizando a relação natureza e cultura.

- As questões norteadoras, os objetivos gerais e específicos

Determinar e delimitar um fenômeno a ser estudado implicam a seleção de um conjunto de questões que possibilitem adentrar sua essência, a fim de se poder refletir, compreendê-lo e descrevê-lo, ou seja, permitir-lhe vir ao conhecimento, revelando e desvelando suas intenções e percepções.

Desse modo, o estudo apresentado em forma de Tese percorreu esse caminho, tomando um marco orientador para se trilhar a temática de forma interdisciplinar, comungando os olhares da Geografia com os olhares de outras áreas do conhecimento que, por sua vez, contribuem com suas reflexões e aportes teóricos para alguns conceitos e temas transversais. A partir desse princípio, emergiram as questões a serem refletidas pela Ciência Geográfica, mas com as contribuições da Filosofia, Sociologia, Antropologia, Educação, Psicologia, Agronomia e Meio Ambiente. Um apanhado que, certamente, trouxe os riscos de tornar a Tese uma enciclopédia, um trabalho acumulativo de informações ou de descrições. Entretanto, a intenção foi gerar um ciclo de saberes em torno da Geografia, permitindo a geografização da temática.

A saber, as questões norteadoras foram:

- A concepção moderna de natureza fundada na dominação e na externalidade encontra-se em questionamento, portanto, quais novas concepções estão sendo elaboradas sobre a relação natureza e cultura? Essa questão orienta a análise sobre qual ideologia da natureza sustenta a ‘Convivência’, uma vez que o objetivo da Tese é investigar qual sentido de natureza está sendo ressignificado.
- A mundaneidade semiárida tem sido ressignificada pelas novas orientações internacionais para as Zonas Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas, concebidas como áreas susceptíveis à desertificação, e os programas mundiais de combate a esse processo abrem percursos para ressignificar a natureza

semiárida no Brasil. Quais elementos sócio-culturais, econômicos e geoambientais das terras secas podem ser tomados como formas de aproximação de *ser-no-mundo*? Como os programas e ações mundiais de combate à desertificação são atores intervenientes nas escalas locais para uma ressignificação da natureza semiárida no Brasil?

- Morin (2005, p.411) ressalta que algumas ideias têm forte repercussão, pois provocam de forma inesperada, uma mutação ideológica, tal é sua capacidade de introduzir no patrimônio cultural de uma sociedade, um *dispositivo ideogador* que gera uma mudança em cadeia para um todo. Portanto, uma idéia que tem a força de reorganizar, de maneira nova, algo estabelecido, e modificar “todo um aspecto do ser fenomenal da sociedade”. Essa reflexão de Morin é apropriada para definir a ‘Convivência’ como uma ideia-projeto. Para tanto, avaliar quais oportunidades existiam e se apresentam na contemporaneidade para fomentar a emergência da ‘Convivência’? Como conduz os sujeitos e atores sociais à ressignificação da natureza semiárida e se territorializa?
- A ‘Convivência’ ao ser tecida pelos diferentes atores sociais abriga diferentes bandeiras de lutas dos movimentos sociais. Ela desse modo, emana o sentido de “identidade de projeto societário” (CASTELLS, 2001, p.26). Para refletir sobre essa questão, buscou-se compreender como a proposta se torna um guarda-chuva, aglutinando e abrigoando um coletivo de diferentes lutas e bandeiras sociais, não se tornando, porém, um movimento social.
- Há um sentido ôntico na ‘Convivência’ que lhe permite manifestar-se, primeiro, aos sujeitos individuais e coletivos. Ela solicita a coletividade, ela se faz *presença*, cuja manifestação é “ser-com-os-outros-no-mundo” (HEIDEGGER, 1981, p.24). Desse entendimento, analisa-se como se dá a *presença* da convivência nas organizações formalizadas e quais sentimentos e valores do “ser-no-mundo” passam a se constituir como manifestações simbólico-culturais de afirmação da territorialidade sertaneja?
- A reapropriação social da natureza semiárida é compreendida como uma formação da racionalidade ambiental, conduzindo o uso dos recursos naturais da água, terra e biodiversidade da Caatinga. Avalia-se que um campo conflituoso se forma, colocando os sertanejos na luta em defesa de seus territórios e dos suportes para sua sobrevivência, material e simbólica no mundo, e de outro. Nessa questão, avalia-se a ressignificação e a reapropriação social da natureza está enviesada na ‘Convivência’ pelo novo naturalismo, pautado na justiça ambiental e no uso ecocentrado dos recursos naturais. Para tanto, as questões investigadas trataram de identificar a rede rizomática da ‘Convivência’, avaliando o campo de conflito e de contradições que se cria em torno da proposta.
- O sentido de natureza hostil é ressignificado para o de “natureza processo-artefato” (LARRÈRE, 1997, p. 70), cujas práticas educativas e organizacionais contextualizadas promovem o ‘bom uso’ da natureza semiárida. Como emerge o contexto como espaço-tempo produtor de conhecimento do sujeito

e do mundo? Essa contextualização promove a “consciência intencional” (TRIVIÑOS, 1987, p. 43) para a cultura da ‘Convivência’ e do ‘bom uso’ da natureza semi-árida?

- A ideia-projeto no sentido de “ser-com-os-outros-no-mundo” estabelece relações culturalmente vividas, de convivência, de trocas de saberes e experiências, sociabilidade, solidariedade, confiabilidade. Na busca de compreender o sentido de atuar juntos no mundo (semiárido) para a constituição de uma identidade de projeto, como a ‘Convivência’ aproxima os diferentes atores sociais em busca de comungar suas identidades e reorganizar seus significados de acordo com uma propensão social, cultural enraizada? Quais trocas de saberes e experiências são empreendidas e os sujeitos e instituições tecem a rede de sociabilidade?

Objetivo geral

Analisar os fenômenos da resignificação e da reapropriação social da natureza semiárida pela ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’ a partir do mapeamento das práticas e dos programas contextualizados no Território de Juazeiro.

Objetivos específicos

1. Aprender a transição paradigmática da concepção moderna de natureza (dominação e externalidade) e a contemporânea emergência de um outro/novo naturalismo (interação natureza e cultura);
2. Compreender a mundaneidade das Zonas Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas e as novas orientações internacionais para o uso, prevenção e combate aos processos de desertificação e suas repercussões no Brasil;
3. Revisitar a categoria Semiárido, compreendendo-a pelas dimensões físico-material, política e simbólico-cultural, intencionando revelar o território Semiárido Brasileiro, complexo e relacional;
4. Discutir a emergência e as manifestações da ‘Convivência’ avaliando sua base ideológico-filosófica, suas articulações e mobilizações para tornar-se uma identidade de projeto de desenvolvimento territorial;
5. Mapear, no Território de Juazeiro, as formas de reapropriação social da natureza no que permeiam o acesso e uso da água, terra e biodiversidade da Caatinga pela população rural;
6. Mapear a produção territorializada derivada dos projetos sócio-produtivos pela agricultura familiar de sequeiro e as práticas educativas e organizacionais contextualizadas para a promoção do “bom uso” da natureza semiárida;

7. Avaliar a troca de saberes e de experiências na formação da rede de sociabilidade e como essa embasa o sentido ideológico-filosófico da ‘Convivência’ de “ser-com-os-outros-no-mundo”.

- Campo empírico da pesquisa

O estudo proposto na Tese, conforme já mencionado, considera a delimitação cartográfica das Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD), definindo o *Semiárido Brasileiro*. Essa delimitação foi publicada, em 2004, pelo Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), e nele consta-se a relação de municípios, por estados da Federação participantes das ASD (BRASIL, 2005). Na Figura 01 demonstra-se o Semiárido Brasileiro composto por áreas semiáridas, subúmidas secas e áreas de entorno.

Justifica-se essa escolha cartográfica por algumas razões:

1. O Semiárido Brasileiro é o território das práticas e programas da ‘Convivência’. Nele, os atores sociais (movimentos sociais, Terceiro Setor, redes, setores do Estado e organismos de cooperação internacional) articulam e mobilizam as propostas da ideia-projeto.
2. O Semiárido Brasileiro possibilita apreender uma maior expressão dos sentidos pretéritos e contemporâneos existentes de natureza semiárida.
3. O Semiárido Brasileiro é composto por 1.488 municípios, e, dentre este conjunto, foram selecionados dez municípios que, por guardarem uma identidade ambiental, histórica e simbólico-cultural, foram definidos como *Território de Juazeiro*, composto de dez municípios, a saber: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Sento-Sé, Sobradinho, Remanso e Uauá, como se apresenta a Figura 02. Ressalta-se que ‘Território de Juazeiro’ é uma denominação específica para esse estudo, pois o mesmo Território também é conhecido como Região do Sub-Médio São Francisco, pelo IBGE, dentro da regionalização das microrregiões homogêneas brasileiras; como Território de Identidade Sertão do São Francisco, definido pelo MDA/SDT.

Ao se optar por uma denominação própria, Território de Juazeiro, o estudo traz a intenção de priorizar uma metodologia de análise a partir da regionalização das ASD, utilizando-se de dados estatísticos correspondentes para essas áreas, como exemplos, do PAN-BRASIL e do Atlas das

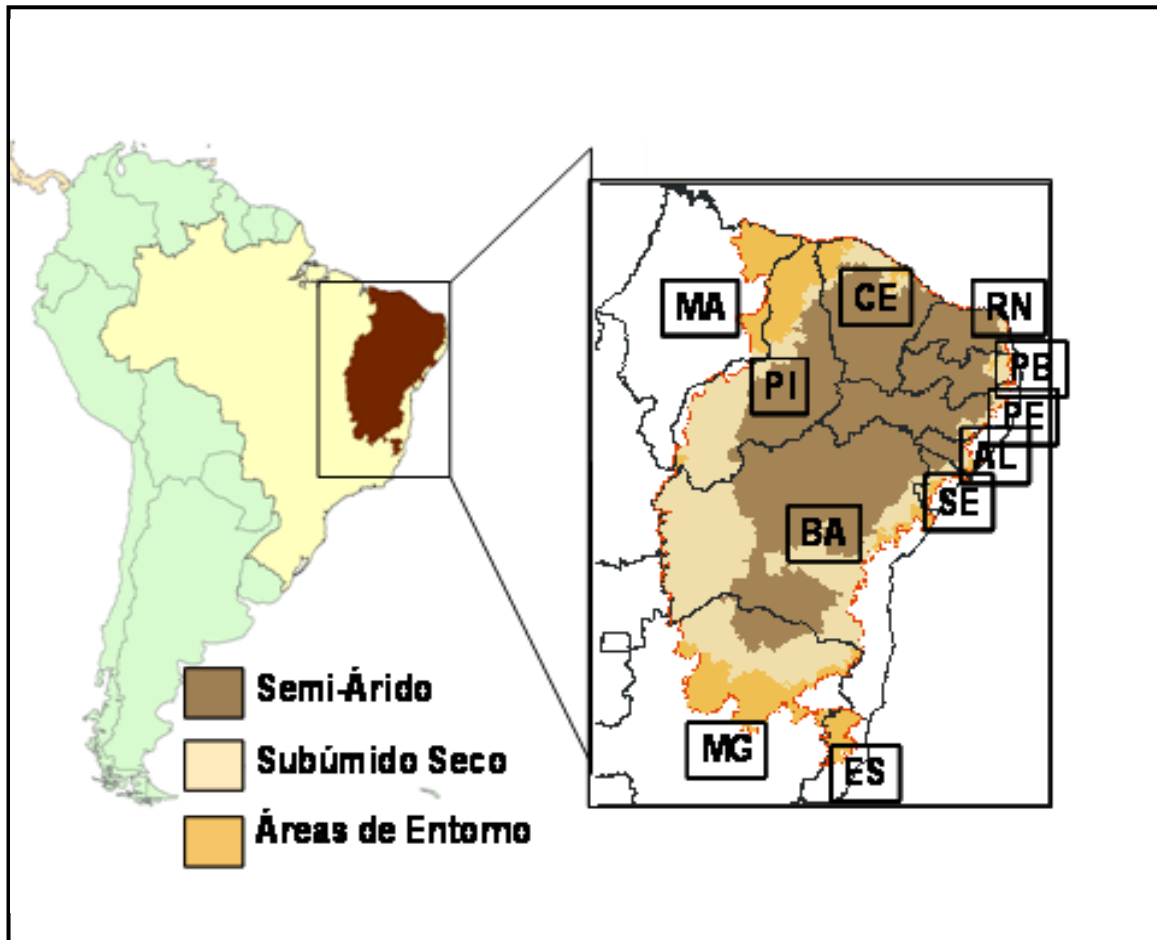


Figura 01 - Áreas susceptíveis à desertificação / Semiárido Brasileiro
 Fonte: BRASIL, 2005b

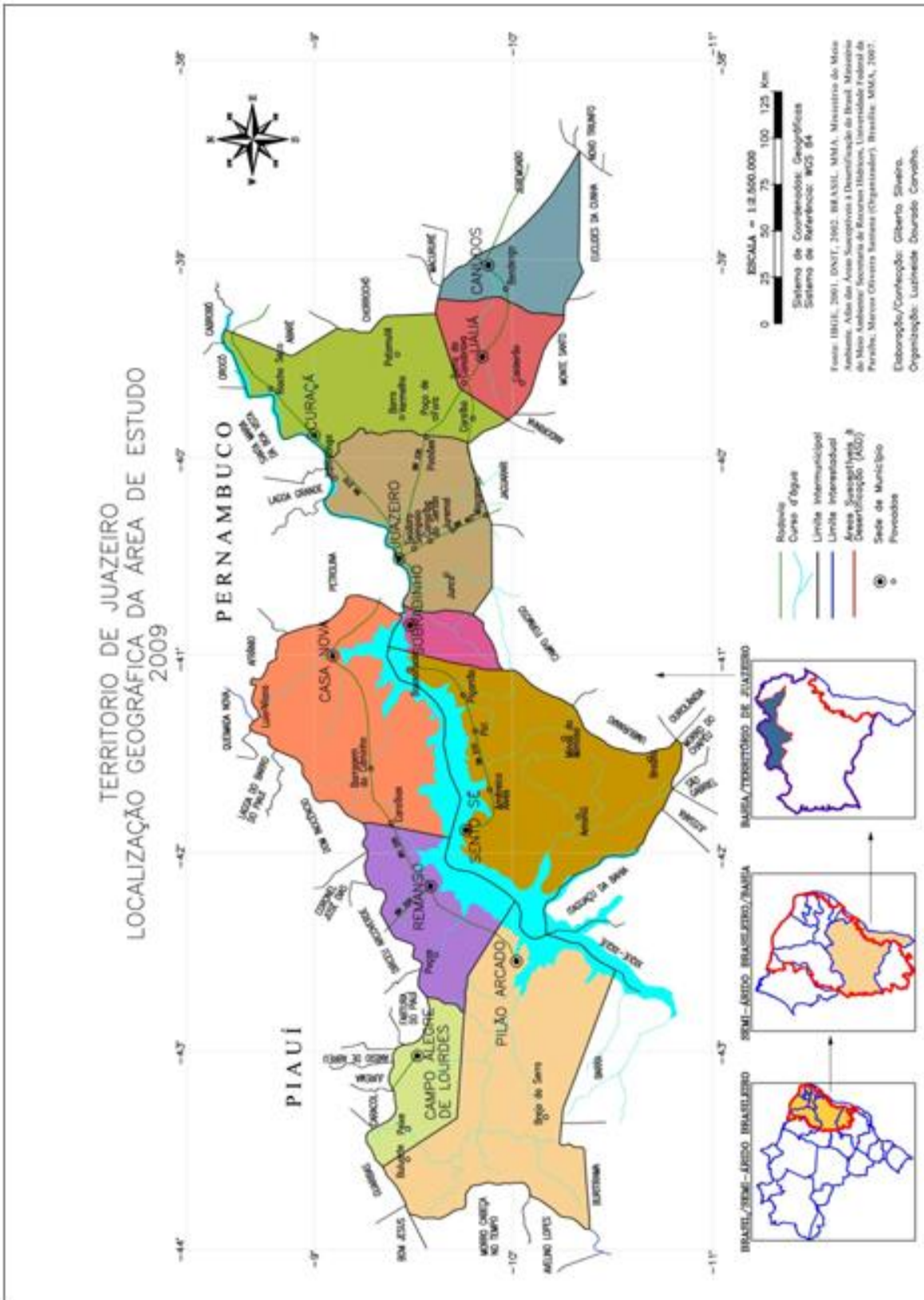


Figura 01 – Mapa do Território de Juazeiro

ASD, publicados pelo MMA (2004; 2007), e nos quais a base cartográfica é o Semiárido Brasileiro. Desse modo, não deseja-se conflitar com as regionalizações anteriores, tanto que muitos dados secundários se apoiaram nas bases do IBGE e do MDA.

Nesse sentido, o Território de Juazeiro, um território pertencente ao Semiárido Brasileiro, dota-se de alguns elementos que justificam sua escolha no estudo, por conta de:

1. Nele se materializarem diferentes sentidos de natureza semiárida, que confere ser o Território de Juazeiro um “palco experimental” para os atores sociais elaborarem e expressarem suas práticas e seus programas;
2. Nele já se sediarem vários eventos, reuniões, conferências, manifestações sociais da “Convivência”; caracterizando-o como um centro ativo e irradiador da proposta;
3. Nele marcarem-se alguns fatos históricos que compõem a trajetória de construção da “Convivência”, dentre os quais, se destacam:
 - Em 1998 a realização do “Simpósio Escola e Convivência com a Seca”, que deu base para se aglutinarem as organizações sociais atuantes com a proposta da Educação Contextualizada;
 - Em 2000, a fundação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), com o “I Seminário de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro”;
 - Realização, em 2000, do Encontro Regional do GT Cisternas da rede Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), constituindo-se nele os marcos metodológicos para a implementação do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC);
 - A construção da primeira cisterna do P1MC, em 2000, em Sobradinho, na comunidade de Lagoa Grande, a três quilômetros da beira do Lago.

E, também, nesse Território, está se territorializando um expressivo conjunto de práticas e programas, organizações sociais e redes da ‘Convivência’, como exemplos:

- Uso social da água, da terra e da biodiversidade da Caatinga pautados na lógica ecocentrada do “bom uso” da natureza;
- Uso coletivo das terras e dos recursos naturais;
- Empreendimentos associativos e cooperativos que têm possibilitado os sertanejos mecanismos alternativos de renda.

O Território de Juazeiro tem sua história de produção e organização geoeconômica iniciada no século XVII quando conquistadores, missionários e tropeiros que adentravam e cruzavam o sertão semi-árido seguindo os caminhos do “Velho Chico”. Também fazem parte dessa história os “índios Tamoquins, Tamoqueus e Cariris, primeiros habitantes das terras à margem direita do rio São Francisco” (JUAZEIRO, 2005).

A produção e a organização contemporânea desse Território são marcados pelas fortes intervenções técnicas, especialmente no curso e na dinâmica do rio São Francisco, por barragens e o lago artificial de Sobradinho; a transposição da população de cidades que foram reconstruídas: Remanso, Casa Nova e Sento-Sé; os perímetros públicos irrigados; o agronegócio da fruticultura irrigada; e o polêmico projeto de Transposição de Bacias, dentre outros.

Os diferentes projetos de intervenção manifestam e expressam as ideologias e os diferentes sentidos de desenvolvimento territorial para o Semiárido, e, nesse contexto, apresenta-se a proposta da ‘Convivência’, muitas vezes se conflitando com as demais, por abarcar outra racionalidade de desenvolvimento. Por todas essas questões, considera-se o Território de Juazeiro um campo de estudo rico, plural e dinâmico no que tange à temática da ressignificação da natureza semiárida.

- O contexto teórico e as abordagens das categorias de análise

A Tese é fundamentada na reflexão e compreensão do tema ressignificação e reapropriação social da natureza e, para tanto, buscou-se tratar os conceitos e categorias geográficos natureza, território/territorialidade, rede e paisagem.

A intenção é apreender as percepções dos sujeitos sociais no Semiárido Brasileiro, e, especificamente, no Território de Juazeiro envolvidos e motivados na ‘Convivência’. O estudo apoiou-se na abordagem fenomenológica com o propósito de ancorar a temática pela reflexão da percepção e da existencialidade na semiaridez.

Pensar sobre ressignificação é ir necessariamente à origem ôntica da significação, do atributo e da valoração dada ao significante. Desse modo, o estudo parte para a identificação das visões de natureza instituídas e de como estão emergindo outros/novos sentido para ente significado. Nessa busca, a ressignificação da natureza semiárida pela ‘Convivência’ exigiu da Tese ir até as bases fundadoras das significações de hostilidade, das falas instituídas sobre a semiaridez (natureza, o território Semiárido e suas gentes) conotadas de estereotipia, dominação e externalidade.

Essa abordagem conceitual que o estudo almeja, vai ancorar-se numa leitura dos sentidos instituídos pela modernidade sobre o mundo e sua forma de concebê-lo, e que na contemporaneidade perpassam por profundos questionamentos, cuja sociedade desejosa de fazer emergir outros/novos

caminhos construtores de conhecimento e de visão de mundo. A busca da validação da cultura e dos sentidos/significados, postos de lado pela Ciência Moderna como saberes não científicos, tem aberto caminhos para restaurar o sujeito pensante, os sentidos e a percepção como formas válidas do conhecimento.

As representações simbólicas e culturais religam o homem à sua essência, ao mundo que o cerca, manifestada pela natureza, assim este fundamento de Merleau-Ponty (2004) respalda a intenção da Tese de tratar sobre a essência e os sentidos que os atores sociais, em suas diferentes racionalidades, elaboraram e elaboram sobre a semiaridez. Tal abordagem faz-se necessária ao se considerar que “as coisas não são simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós certa conduta, provocam, de nossa parte, reações favoráveis ou desfavoráveis” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 23).

Deste modo, a Tese se apoia na fenomenologia de Merleau-Ponty para compreender que os significados elaborados sobre a natureza semiárida não são neutros, pois neles se imprimem as formas de simbolizar e evocar condutas e reações sobre a mesma, e que, nesse processo, a linguagem não é neutra, pois a fala é instituída, é intencional e evoca condutas dos sujeitos com o mundo (marcado pela semiaridez).

A fenomenologia apresenta-se como um método, um caminho a seguir na Tese carregada de intencionalidade de dar outro/novo tratamento reflexivo sobre a relação natureza e cultura, uma tentativa de se compreender o sujeito (os sertanejos) e sua existência no mundo (o Semiárido Brasileiro).

Husserl (2006, p. 136) apresenta que a fenomenologia emerge como uma filosofia que busca a “intuição pura” como forma de escapar do positivismo. Compreende-se que essa afirmativa do autor sobre a filosofia das essências (a essência da percepção, a essência da consciência e outras) tem sido a busca pela compreensão da existência do homem e de como este compreende seu mundo.

Segundo Merleau-Ponty (2006, p.01), o mundo está “ali”, antes da reflexão. E compreender esse mundo exige do sujeito pensante “o esforço todo de reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico”. O autor apreende que a fenomenologia deseja compreender o homem e o mundo de outra forma, e que o pensamento científico não conseguiu apreender sua multidimensionalidade.

A fenomenologia, postulada por Husserl (2006), abriu as possibilidades para se questionar o método científico experimental e dar ao homem a liberdade de pensar trazendo a subjetividade do sujeito. E Triviños (1987, p.32) ressalta essa compreensão ao afirmar que a fenomenologia apreende as essências, e se apresenta como um “método” e como um “modo de ver” o dado.

A trilha metodológica da Tese pela concepção fenomenológica apreende essa corrente filosófica como uma possibilidade de pensar a pesquisa sobre a relação interativa da natureza e cultura, bem como gerar um olhar cuidadoso sobre a condição do homem sertanejo em sua mundaneidade semiárida; uma tentativa de olhar para esse sujeito em sua condição de agricultor familiar, criador, extrativista, ribeirinho, apicultor, professor, técnico, associado e cooperativado, dos homens e mulheres que estão em luta pela existência em seus contextos de vida, de trabalho e de cultura marcados pela semi-aridez. Eles buscam ressignificar a sua identidade territorial sertaneja. Considerou-se que, pela fenomenologia, as reflexões a respeito da relação homem e natureza semiárida, em processo de ressignificação, emergiriam com maior fluidez e possibilitariam trazer a “presencialidade vivida” (HUSSERL, 2006, p.136).

As questões da experiência do homem, da ontologia do “ser”, mostram-se mais do que nunca um provocador questionamento da vivência humana neste início de século XXI marcado por um contexto conflituoso e transformativo em todos os níveis e escalas. Emerge o sentido de se conhecer o “ser”, sua identidade, sua singularidade; as racionalidades construídas que desafiam a existência do “ser como *pre-sença*”, posto por Heidegger nas primeiras décadas do século XX. Uma questão que se mantém atual, pois o significado do *Ser e Tempo* é mais do que nunca necessária para a perspectiva de valorização do ser humano, em seu lento e penoso desabrochar como ser pensante, como coloca o autor (2006).

A fenomenologia emergiu com a intenção de compreender as essências do mundo, e esse se mostra na contemporaneidade, usando a avaliação de Leff (2006), um mundo marcado pela objetificação e homogeneização do “ser”, da crise civilizatória/ambiental, da exclusão da natureza, da cultura e da subjetividade provinda da racionalidade moderna.

A racionalidade moderna e seus pressupostos mecânicos, deterministas e científicos são rebatidos na fenomenologia, apresentando que o vivido, o sentido, a percepção, para o homem também são formas de compreender o mundo e o próprio homem. Neste itinerário existencial, Heidegger designou o *tempo* como ponto de partida para pensar a *pre-sença*, buscou a compreensão e interpretação do “ser”. O autor expõe que o ser da *pre-sença* faz-se a constituição ontológica no “ser-no-mundo”:

Um ente só poderá tocar um outro ente simplesmente dado dentro do mundo se, por natureza, tiver o modo do ser-em, se com sua *pre-sença*, já se lhe houver sido descoberto um mundo. Pois a partir do mundo o ente poderá, então, revelar-se no toque e, assim, tornar-se acessível em seu ser simplesmente dado (HEIDEGGER, 2005, p.93).

Refletir essas questões voltadas para a realidade semiárida segundo esses postulados é significativo, considerando-se que as contribuições dessa filosofia foram e ainda são apresentadas como norteadoras para a sociedade contemporânea apreender o sentido de sua mundaneidade.

As trilhas seguidas para tratar a temática ressignificação da natureza é uma tentativa marcada pelos riscos e incertezas de seguir um método que abarca a subjetividade, a linguagem, a presencialidade, a essência e que são abordagens que ainda margeiam a Geografia, disciplina na qual a Tese se assenta. Tal afirmativa deve-se ao predomínio de as pesquisas geográficas desenvolverem-se pelo dualismo entre as análises antropossociais e físicas, herdadas do método científico. Como aponta Wallerstein (2006), as bases da Ciência Moderna fundamentam-se na grande divisão das “duas culturas”, a filosofia e ciência. E a Geografia “nasceu” academicamente em um mundo já fragmentado pelas duas culturas. Como enfatiza Vesentini (1980), a Ciência Geográfica reproduziu no seu interior a dicotomia entre o Homem, ser produtor, criador, transformador, e a natureza, domínio a ser conquistado e explorado, submetido ao ritmo industrial.

A Geografia é uma disciplina das Ciências Humanas, e segundo Morin (2005, p.434), esse ramo das Ciências tem dado passos importantes na direção de abrir-se para a compreensão em duplo foco: o objeto e o sujeito. Avalia o autor que é uma necessidade urgente para a Ciência Moderna, seja Humanas ou Físicas, abrir-se para novas formas de produção do conhecimento. Ele ressalta que a física precisa tanto do conhecimento antropossocial, quanto este do conhecimento físico, pois “todo objeto deve ser integrado em sua realidade física, todo objeto deve ser integrado em sua realidade antropossocial”.

Essa mudança paradigmática, ressaltada por Morin, adentra em a Geografia contemporânea, motivada pela busca de relevar a relação simbólica e afetiva dos homens no seu mundo vivido e de dimensionar a complexidade do mundo. Como afirma Monteiro (2002), as questões filosóficas do sentido e do significado existentes na relação homem e mundo passaram a fundamentar o humanismo e a orientar teórica-metodologicamente a Geografia, nas últimas décadas, criando uma abordagem apoiada no referencial filosófico da fenomenologia e do existencialismo. Essa abordagem que surge é a Geografia Humanista.

Claval (2001) aborda que o contexto acadêmico no final da década de 1960 e início da década de 1970 era de rejeição à concepção neopositivista das Ciências Sociais, que satisfazia cada vez menos os pesquisadores. Da parte dos geógrafos, sobressaiu o interesse tanto pela fenomenologia, quanto pela crítica radical. Os geógrafos que buscaram a fenomenologia consideravam os neopositivistas preocupados somente em explorar mecanismos e distribuições no espaço e, não, a maneira como as pessoas vivenciam a experiência do lugar. Como afirma o autor:

A transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970 repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasceu da constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida, dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias (CLAVAL, 2001, p. 39).

A emergência da Geografia Humanista tem gerado mudanças para da Ciência Geográfica, cuja alternativa ao idealismo e ao empirismo, através da valorização do indivíduo e da espacialidade humana, mostram-se como caminho para abrir essa disciplina para um contexto mais amplo. Sobre isso, Holzer (1997, p.12) considera que a Geografia Humanista tem trazido uma grande contribuição para os estudos geográficos no uso do método fenomenológico, como diz, “uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva”.

O autor ainda explana que a busca de dotar a Ciência Geográfica de uma geograficidade da existência humana, um objeto fenomenologicamente determinado no espaço geográfico, passa a ser cada vez mais compreendida como possibilidade de se fazer uma geografia vivida em, ato a partir da exploração do mundo e das ligações de cada homem com a terra nativa (HOLZER, 2003).

A perspectiva fenomenológica deu uma nova fundamentação à Geografia Humana, que avança com uma abordagem cultural de dar o significado geográfico da cultura, e renovar o estudo das relações homem e natureza. Claval (2001) afirma que emerge uma Geografia Cultural-humanista ao priorizar, nos estudos mais recentes, uma gama de temáticas, tanto culturais quanto humanistas, com a contribuição a Ciência Geográfica como um todo.

É uma intenção, pois o que se busca, ao se apoiar nesse método, é tratar a temática pela superação da base positivista, reducionista e dualista. As palavras de Triviños (1987) sustentam essa perspectiva quando o autor afirma:

A idéia fundamental, básica, da fenomenologia, é a noção de *intencionalidade*. Esta é a consciência que sempre está dirigida a um objeto. Isto tende a reconhecer o princípio que não existe objeto sem sujeito (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

As reflexões na abordagem da Geografia Cultural-Humanista são postas como uma pretensão de transversalizar nos conceitos e categorias geográficas (território/territorialidade, paisagem, natureza e rede) apoiando-se em Merleau-Ponty (2004, 2006) para tratar a percepção e os sentidos dos sujeitos individuais e coletivos (corpo, fala, espacialidade) em sua tomada de consciência com seus contextos existenciais, materiais e simbólicos delineados pela semiaridez. A compreensão da manifestação do fenômeno ‘Convivência’ ancora-se no existencialismo de Heidegger (1981, 2006) na busca de

apreender seu sentido ontológico como uma “solicitude” a um envolvimento significativo dos sujeitos em “ser-com-os-outros-no-mundo”.

A tentativa de trazer a questão do “ser-com” e do “ser-com-os-outros” de Heidegger justifica-se pela descrição que a Tese procura apresentar sobre as novas formas que os sujeitos envolvidos significativamente pela ‘Convivência’ passam a realizar para ressignificar a existência, consigo mesmo, com seus semelhantes, com a cotidianidade e mundaneidade semiárida. O autor postula que a “convivência com”, solicita ontologicamente conviver com a presença do outro (HEIDEGGER, 1981). Dessa ideia, apreende-se que a ‘Convivência’, enquanto uma solicitude, manifesta-se antes das práticas e programas para os sujeitos individuais e coletivos, motivando-os a atuar, sentir, pensar e viver juntos em direção ao outro/novo sentido de existir no Semiárido Brasileiro.

A noção de cotidianidade adentra como uma relação temporal do ser com seu espaço, com seu envolvimento com os acontecimentos da realidade mais imediata. O cotidiano, para Heidegger, é essa relação tempo-espaço próximo, conhecido, vivido na experiência da realidade contextual. Como afirma:

O fato de o “ser-aí” (*Dasein*), em sua cotidianidade [...], não simplesmente estar num mundo, mas por referir-se a este mundo através de uma maneira de ser predominante. De imediato e de forma geral, o ser-aí é fascinado com seu mundo; ele é, desta maneira, absorvido no mundo (HEIDEGGER, 1981, p.25).

Segundo o autor, “ser-no-mundo” liga-se às várias maneiras pelas quais o existir humano está possibilitado a viver no mundo, na sua cotidianidade. O “ser-no-mundo” são as múltiplas maneiras das quais o homem vive e pode viver; os vários modos como ele se relaciona e atua com os entes que encontra e a ele se apresentam.

O “envolvimento significante” faz-se pela necessidade de o homem relacionar-se com o ente presente, pela percepção de algo que lhe falta, de reconhecer o significado de algo apenas em sua ausência. A categoria “convivência” para o autor é, portanto, “o relacionamento do homem com os outros homens, no modo de se relacionar e viver” (HEIDEGGER, 1981, p. 42-43). Ele compreende o “ser-com” ou “sendo-com” como um constitutivo fundamental do “ser-aí” do existir humano, pois “o mais próprio sentido de ser do ser-aí (que é desvelado circumundantemente) é o ser-no mesmo mundo em que se encontram os outros, ser lá com eles”.

E a noção de mundaneidade que se apreende também dos postulados de Heidegger adentra as análises como sendo a característica existencial do viver, pois nela se fundamentam as várias maneiras específicas desse viver, segundo um determinado contexto cultural, ambiental, técnico etc. As maneiras do viver do homem no mundo, segundo o autor, é tudo aquilo que o cerca (HEIDEGGER, 1981). Essa

noção referencia a compreensão de que a natureza semiárida é a mundaneidade do sertanejo, na qual ele realiza o trabalho, a cultura, suas leituras de mundo, ou seja, elabora sua circumundaneidade. Como postula:

Explicitamos a mundaneidade como a totalidade de referências significativas. No seu sendo-familiar com essas referências significativas e previamente compreendendo-as, o ser-aí deixa o “ente-envolvente” ser descoberto a partir de seu envolvimento (HEIDEGGER (1981, p. 43).

Integram-se nessas fundamentações sobre o sentido ôntico da ‘Convivência’ as interpretações de Boff (2006) e Freire (1987), os quais corroboram para a compreensão na Tese de que a “convivência com” é uma aprendizagem pela comunhão de vidas, elaborada no jogo de relações pessoais e sociais nas quais todas as dimensões da vida emergem e se articulam entre si, com ou sem tensões.

E, nesse itinerário metodológico, os conceitos e categorias geográficos recebem a ancoragem dos autores para fundamentar, com propriedade, a temática da ressignificação da natureza. Primeiramente, apresentar que se trata de uma temática contemporânea, complexa, multidimensional e polissistêmica (MORIN, 2006). Nessa ancoragem, compreende-se que os sentidos de **natureza** são polissêmicos, uma vez que a natureza é uma construção particular sócio-histórica e simbólico-cultural de cada tempo e de cada sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2007; VIANNA, 2008). A natureza nesse período dominado pela tecnociência (SANTOS, 1992) é composta de “objetos híbridos” (LATOURETTE, 1994; 2004), portanto, feita tanto de processo quanto de artefatos (LARRÈRE, 1997).

Nas reflexões, busca-se provar que os sentidos de natureza repercutem nos sentidos de território. E essa prerrogativa ancora-se nos aportes conceituais sobre **território** de Haesbaert (1999, 2004, 2007); Bonnemaïson (2002); Claval (2001, 2002) e Almeida (1998, 2003, 2005a;), Almeida e Vargas (1998). As leituras desses autores sobre território convergem para a apreensão de que o mesmo é uma escala geográfica atravessada pelas dimensões materiais e imateriais, cuja interação as faz inscreverem-se na existência humana, nas ações técnicas, nos discursos elaborados pelos grupos sociais, numa relação de apropriação, física e simbólico-cultural desses. Assim, são valorados os atributos do território, elaborando-se uma identidade territorial a partir do sentido de enraizamento e pertencimento.

Essas interpretações do conceito permitiram se compreender o Semiárido como um território diverso, complexo e multidimensional, num sentido que emana dos documentos institucionais das redes da ‘Convivência’ expressando a reivindicação de políticas públicas coerentes com esse olhar.

O Semiárido é o “objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo” (ALMEIDA, 2005a, p.108). Esse sentido posto pela autora possibilitou apreender que ele é um território atravessado por diferentes relações sociais, sentidos e necessidades

econômicas, sociais e políticas de diferentes grupos, desse modo, multiescalar, plural, ou seja, o que se tem são territórios semi-áridos.

A reflexão sobre a **territorialidade** se ancorou na construção de pertencimento, fundamentada nos autores Bonnemaïson (2002) e Almeida (2005a;) para se compreender como tal territorialidade resulta das referências espaciais e simbólicas dos homens com seu território. Essa dimensão subjetiva pôde ser apreendida na compreensão do esforço coletivo dos atores da ‘Convivência’ para valorar positivamente o território Semiárido por meio das falas, dos documentos, do conjunto de práticas sócio-produtivas, educativas e organizacionais.

Os autores Martins (2004), Santos (2005) e De Marco (2004) fundamentaram a abordagem sobre a diversidade natural e antropossocial do Semiárido, delineada pelas organizações geoambientais e suas gentes que montam um mosaico de paisagens, de povos e de relações interativas com a Caatinga, com a água, com os códigos e símbolos de convivência com a semi-aridez, marcadas por tensões subjetivas que regulam a vida dos sertanejos entre o tempo do *verde* e o tempo da *seca*.

A categoria de **rede** é apreendida na Tese para apresentar as formas de articulação e de mobilização dos sujeitos e das instituições, na busca da superação da atomização, congregando-se no sentido de “ser-com-o-outro”. Duas grandes redes da ‘Convivência’ são identificadas e analisadas como redes comunicacionais (CASTELLS, 2005), sociais (DIAS, 2005; SERPA, 2005; FISCHER e BOSE, 2006), fluidas, descentralizadas e rizomáticas (LÈVY, 1993; DELEUZE E GUATTARI, 1995) e multiescalares (SANTOS, 1997; HAESBAERT, 2007). A criação dessas redes dá-se no final dos anos de 1990 e as mesmas vão deflagrar todo o movimento de articulação, mobilização, elaboração e implementação de um conjunto de ações que são as Diretrizes da idéia-projeto.

E reflete-se sobre a **paisagem** rural configurada pela ‘Convivência’ que demarca no território seus geossímbolos (BONNEMAISON, 2002; COSGROVE e JACKSON, 2003) por meio das cisternas, das mini-fábricas, das bombas d’água; dos quintais produtivos, dentre outros. Compreende-se que a paisagem rural elaborada pela ‘Convivência’ se constitui num “texto”, do qual se podem decodificar seus sentidos e formas de dar significado ao uso da natureza semiárida.

Algumas temáticas se transversalizam na Tese, tais como os **movimentos sociais** (BOFF, 1998; GOHN, 1999, 2001; DEMO, 2001; JACOBI, 2009), **identidade de projeto** (CASTELLS, 2001), **adequações sócio-técnicas** e **tecnologias sociais** (DAGNINO, 2008). A reflexão dessas temáticas procurou dimensionar a emergência da ‘Convivência com o Semiárido’ como parte da história das lutas sociais contra as formas assistenciais e pontuais das políticas públicas; sobre as novas formas de agir e de se organizar pela postura pró-ativa da sociedade civil, nos espaços da participação e da experimentação, e dos novos modos de pensar e agir sobre a realidade social, dentro de uma esfera não-estatal e de iniciativas privadas com sentido de público etc., bem como

se entender as características dos projetos sócio-produtivos, superando a concepção de ‘tecnologias apropriadas’, usadas no senso comum das organizações sociais da ‘Convivência’.

Nesse itinerário, descrevem-se as escolhas que os sertanejos estão fazendo como meio de dar sentido à sua mundaneidade semiárida, que tramas e tessituras elaboram e percorrem para encontrar as melhorias quanto ao acesso e uso da água da chuva; da garantia do direito à terra e ao uso coletivo dos Fundos de pasto e da biodiversidade da Caatinga. E se apresenta as formas como buscam os sertanejos resgatar atividades enraizadas e reinventando produtos aos quais se agrega um valor social e cultural (ALMEIDA, 2005b).

Essa manifestação da ‘Convivência’ procurou ser apreendida nas falas dos sujeitos e atores sociais, em seus contextos de produção, de encontros, de reuniões, de intercâmbios; também se exploraram os documentos das redes, as diretrizes que orientam suas práticas educativas e organizacionais. Para tanto, o estudo vai se ancorar no conceito de **contexto**, compreendendo-o como um espaço-tempo material, cultural e simbólico (MORIN, 1998, 2005; MARTINS e REIS, 2004; ZEMELMAN, 2006; MARTINS, 2006). A Contextualização enquanto ação de trazer o contexto para as práticas sociais promove a aprendizagem significativa do sujeito, conduzindo-o à tomada de consciência intencional (NIELSEN NETO, 1988). Avalia-se que dessa contextualização, elabora-se a **cultura da convivência**, pois por ela, dá-se uma abertura para a relação interativa entre natureza e cultura pautada na ética ecocentrada (cultura do guardar) e no “bom uso” da natureza (LARRÈRE, 1997).

A Tese, diante do proposto teórico, deseja sustentar-se pelas categorias da ressignificação, reapropriação, transformação, valorização, acesso, defesa e resistência. Trazer a perspectiva cultural e fenomenológica para a Geografia é desejar sair do olhar positivista dessa Ciência tratar a relação natureza e cultura como objetos separados. Ou seja, uma tentativa de olhar o mundo semiárido, em especial, o Semiárido Brasileiro como um olhar geográfico cuidadoso e atencioso para as manifestações empreendidas pelos sertanejos e sertanejas para com sua natureza e seu território.

- O percurso metodológico e procedimental do estudo

A elaboração do projeto de Tese teve o propósito de gerar um olhar fenomenológico da ressignificação da natureza. Isso implicou, desde o início, pensar como tratar o levantamento de dados documentais e empíricos, tais como ir ao campo de pesquisa para conhecer, reconhecer, ouvir e perceber o fenômeno observado.

A pesquisa, em sua **parte documental** gerou uma composição de dados a partir das fontes, a saber:

- ✚ Acervos das organizações do Terceiro Setor e instituições públicas no Território de Juazeiro: projetos, documentos de fundação, diagnósticos de projetos e materiais publicados; materiais que circulam entre a sociedade em geral (*folders*, cartilhas, livros, CDs, e outros):
- ✚ Pesquisa documental e bibliográfica disponível em livros, revistas e sites dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Integração Nacional (MIN) sobre os programas e projetos direcionados para o Semiárido Brasileiro, passados e em andamento.
- ✚ pesquisa sobre as áreas Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas do mundo, com base em vários documentos para elaboração do PAN-Brasil e o próprio Programa; Atlas das ASD; materiais disponibilizados em reuniões e oficinas do Grupo de Trabalho Interministerial (GTIN) para elaboração desse Programa; de seminários e conferências sobre o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca; e busca na página eletrônica da CCD, que contempla um vasto campo de pesquisa sobre a temática desertificação na escala mundial.
- ✚ Acervo da RESAB;
- ✚ Acervo da ASA (Juazeiro, Bahia e nacional): informativos, boletins, cartilhas, site e dados dos Programas P1MC e P1+2 fornecidos pelas instâncias e representações responsáveis.
- ✚ A pesquisa, em sua parte empírica desenvolveu-se por meio dos **trabalhos de campo**, gerando um reconhecimento da área de estudo, levantamento de dados diretos com os sujeitos individuais e coletivos envolvidos com as práticas e os programas da ‘Convivência’. Descreve-se a seguir os procedimentos e registros dos trabalhos de campo:

A ida a campo, em grande parte, foi para algumas comunidades rurais do Território de Juazeiro selecionadas previamente. Constituiu-se de observação e de co-participação (nos eventos, nas reuniões, nos cursos, encontros) e também se adentrando na cotidianidade dos espaços de produção. Conversou-se muito com as pessoas em geral, buscando ouvir a todos, seus muitos relatos e experiências de vida, depoimentos emocionados, histórias dos antepassados e de como se deu o povoamento de suas comunidades. Ou seja, buscou-se apreender suas percepções de comunidade, de sentido de mundaneidade e territorialidade elaboradas a partir das falas de “como tudo começou”; do

esforço coletivo para se construir os (poucos) bens de serviço que a comunidade possui, tais como, uma escola, um prédio comunitário, a abertura de um poço ou caixa d'água; as primeiras cisternas; a luz elétrica ou solar; a mobilização para criar a associação etc.

Nessa pesquisa desejou-se identificar se o significado de cotidianidade consistia na rotina da fabricação de produtos, da circulação pela Caatinga, da coleta de frutos, raízes e folhas medicinais, de levar e buscar os caprinos para e da área de pasto, traduzindo-se no universo cotidiano desses sertanejos e sertanejas em seu “envolvimento significativo” com sua natureza e seu território.

Todo o conjunto de informações foi posto como fontes válidas de produção de conhecimento para a pesquisa: Ouvir os protagonistas da temática, dando-lhes a possibilidade de colocar suas experiências vividas, ou sua *geografia vivida* em ato a partir da exploração do mundo, como diz Holzer (2003).

Triviños (1987) elenca que o pensar fenomenológico na interpretação do mundo surge intencionalmente à consciência trazendo o sujeito como o ator em suas percepções dos fenômenos do mundo. Desse modo, os sujeitos e atores sociais foram importantes na revelação do fenômeno pesquisado, justamente por não serem esses sujeitos apenas “objetos” a serem investigados, mas possuidores do próprio fenômeno. Nesse sentido, a pesquisa em sua parte de observação, coletânea de dados, escuta atenciosa de uma maior gama possível de diferentes sujeitos individuais e coletivos, buscou trazer as lutas que esses sujeitos empreendem para a conquista e garantia de seus territórios de vida, trabalho e cultura.

Enfim, a pesquisa de campo procurou apreender o universo material, subjetivo e cultural, a partir do conteúdo desses sujeitos observados, de seus territórios, de suas falas e práticas, mas também possibilitando que adentrassem na pesquisa como co-autores. Sobre essa co-participação dos sujeitos observados, ancorou-se na reflexão em Morin (2005, p.179) sobre as novas formas de pensar a pesquisa para permitir a possibilidade de se recuperar o sujeito observado, que como diz “foi excluído da ciência clássica, *enucleado* e jogado no lixo da metafísica”. O autor enfatiza que uma pesquisa necessita abarcar a complexidade do fenômeno observado, permitindo, para tanto, que o objeto e sujeito voltem ao próprio coração da *physi*, pois não se pode entender a natureza isolada do homem, de sua cultura e de sua sociedade.

Nesse pressuposto, a pesquisa de campo buscou essa tentativa, de ver homem e natureza, objeto e sujeito, como forma de superar a típica metodologia tradicional e positivista de tratar o espaço geográfico, dissociando uma parte para tratar as questões da geografia física de um lugar, de uma região, descrevendo a paisagem natural, sem o homem, isolada.

O percurso por outro/novo caminho exigiu uma leitura interdisciplinar, que permitisse emergir uma pesquisa interativa natureza e cultura, considerando-se que a “nova Ciência” solicita tanto de uma

ciência física que, por sua vez, depende de uma ciência do homem. Mais uma vez as palavras de Morin (2005) nos fundamentam para esse itinerário, pois ele apresenta a necessidade do pesquisador expor as relações de dependência mútua que existem nas Ciências, uma vez que a realidade antropossocial depende da realidade física e vice-versa.

Ao se tratar de descrever a geografia física do Semiárido e do Território de Juazeiro e das comunidades rurais visitadas, buscou-se apreender como essa marca a vida das populações, orientando suas vidas e as mesmas apreendem suas relações interativas com a natureza. A própria concepção de conservação da Caatinga tem leituras diferentes pelos grupos de uma comunidade para outra, elaboradas segundo as formas de conceber a biodiversidade, o uso dos Fundos de pasto, áreas ainda de reserva.

O período dos trabalhos de campo

Eles aconteceram entre os anos de 2007 a 2009, sendo:

- Em 10/2007, em Uauá (sede) e Curaçá; sede de Juazeiro.
- Em 04/2008, nas comunidades de Uauá; em 07/2008 na sede de Juazeiro; Remanso, sede e comunidades; e em 12/2008 na região de Salitre (Juazeiro) e sede de Remanso.
- Em 01/2009, na região de Massaroca, em Juazeiro; nas regiões de Melancia e de Riacho Grande, em Casa Nova; e na sede de Sento-Sé e na região de Brejo da Brásida desse município; 11/2009 em Juazeiro (sede).

Na Figura 03 pode-se observar e identificar essas áreas visitadas, bem como no Apêndice 01, podem ser observados os municípios, as comunidades rurais e as organizações visitadas, cujo objetivo foi identificar e mapear a territorialização da ‘Convivência’, como essas comunidades estão sendo impactadas com a chegada dos artefatos técnicos da ‘Convivência’ (cisternas, bomba d’água, mini-fábricas e outros), quais tendências já podem ser analisadas, por exemplo, na relação com a cidade e na elaboração de uma trama de desenvolvimento territorial de Juazeiro.

Considera-se ser o trabalho de campo é um procedimento metodológico riquíssimo, imprescindível a um estudo geográfico e demonstra que os procedimentos do método positivista são ainda válidos, apesar de os princípios que fundamentam esse método serem descritivos e estarem em crise diante da complexidade dos fenômenos do mundo contemporâneo.

Bonnemaison (2002) salienta que para os estudos em Geografia Cultural terem uma maior possibilidade de se ver a dinâmica das paisagens e, diante de um mundo complexo, faz-se preciso superar o velho ”gênero de vida” e renovar a etnografia. Sobre isso Santos (2005, p.11) também postula que a observação sobre os grupos humanos e a paisagem deve gerar um olhar cuidadoso, pois é preciso

entender a visão de mundo e as relações simbólico-culturais (que inclui a religiosidade) dos homens e sua ecologia, formatando “uma ecologia humana, que, por sua vez, é uma ecologia que inclui gentes nos ecossistemas”.

Identificação das organizações sociais

Foram 32 organizações sociais visitadas, procurando-se identificar mais um leque diverso do que quantidade, mesmo porque o Território de Juazeiro tem uma sociedade Civil atuante, com a presença de muitas organizações sociais (formalizadas, ou não). O critério foi identificar aquelas que apresentassem ações direcionadas para a ‘Convivência’, inseridas nas redes, ou que tivessem fortes vínculos com essas organizações, desenvolvendo ações e projetos dentro da Diretrizes para a água, terra e biodiversidade da Caatinga.

As organizações identificadas e pesquisadas foram:

- Organizações Não Governamentais (ONGs), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações (comunitárias, de pequenos produtores rurais, de Fundo de pasto), Cooperativas, Comitê de Associações, Escolas rurais, Comissão Pastoral da Terra, Diocese, Colônia de pescadores, as redes ASA, RESAB, Rede de Mulheres, Rede Sabor Natural do Sertão, Mutirão Nordeste, dentre outras, e que são especificadas no Apêndice 01.
- Setores empresariais representados na Feira Nacional de Agricultura Irrigada (FENAGRI) e Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPORT).

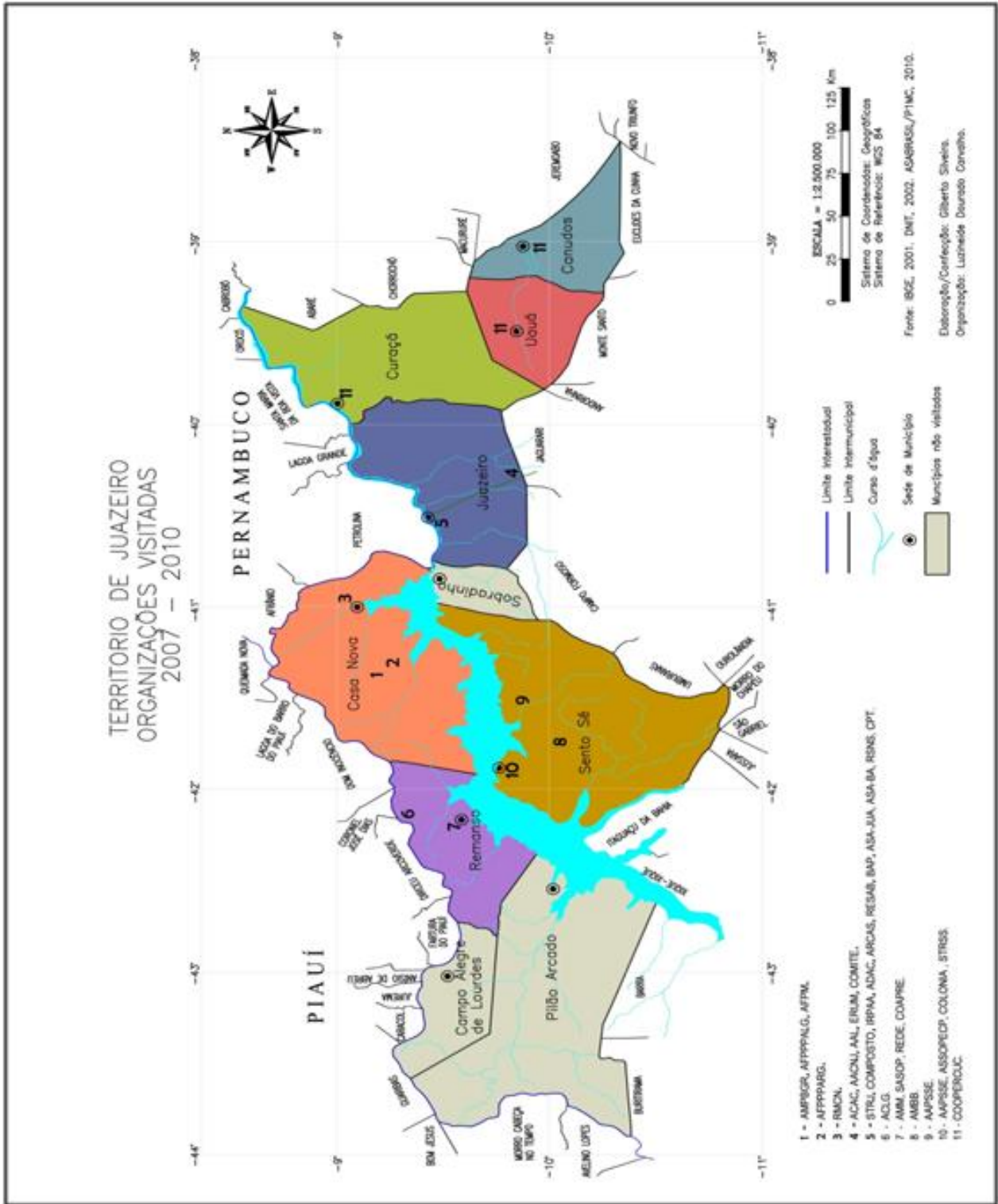


Figura 03- Território de Juazeiro – Organizações

✚ Segmentos entrevistados

Coordenadores, assessores e técnicos de ONGs, presidentes de sindicatos, associações e cooperativas; representantes institucionais das redes, comitês e comissões; diretores, funcionários, professores e alunos de escolas; agricultores e agricultoras; apicultores; extrativistas; criadores e moradores das comunidades rurais.

✚ Visitas às comunidades rurais e nas sedes municipais

- Nas sedes: muitas organizações têm seus escritórios nas sedes municipais; desse modo, boa parte das visitas se deu nessa localização, ao todo, 21. Na Figura 03, observa-se que Juazeiro é o que município que concentra a maior parte, com 15, sendo as sedes das ONGs, das redes e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).
- Nas comunidades rurais, 21 foram visitadas, sendo que algumas visitas tiveram objetivos específicos de observações, que foram identificadas pelas letras, como mostra no Apêndice 01:

(a) Projetos para acesso à água

(b) Uso da terra e projetos de caprinovinocultura

(c) Uso da biodiversidade da Caatinga

d) Fundo de pasto de Areia Grande: visita ao acampamento dos agricultores das regiões de Melancia, de Riacho Grande e de Ladeira Grande, como expressão de luta pela terra coletiva de Fundo de pasto.

✚ Aplicação de questionários

Considerando-se tratar de um campo de pesquisa muito amplo, com municípios distantes uns dos outros, estradas muito precárias, comunidades rurais de difícil acesso, inclusive algumas muito interioranas e outras cortadas por “braço de rio”, como em Riacho Grande, em Casa Nova, foi

Entrar figura 01 mapa org visitadas necessário adotar um critério. Esse, inicialmente, era identificar 3 comunidades em cada município, sendo que se pudesse observar uma com mais de 5 anos, com projetos de ‘Convivência’, uma iniciada, e uma outra sem projetos. Para esse critério, contou-se com o levantamento existente das organizações de apoio (ONGs como o IRPAA e SASOP), indicando várias comunidades para serem selecionadas. Nos dois primeiros trabalhos de campo, em 10/2007 e em 04/2008, usou-se esse primeiro critério, mas ele necessitou ser repensado, por conta das dificuldades citadas, que se apresentaram muito mais difíceis na prática para serem superadas. Redimensionado, o novo critério foi dividir o Território de Juazeiro em 3 áreas, considerando as características mais particulares de cada uma, como exemplo, a concentração de alguns tipos de projetos e programas. Nesse novo critério, pelo menos, 3 comunidades em cada área seriam visitadas, mas procurando-se

respeitar o critério de se identificarem comunidades com mais de 5 anos com projetos de ‘Convivência’. Desse modo, a divisão estabelecida foi:

- a) Uauá, Curaçá e Canudos: 3 comunidades visitadas;
- b) Casa Nova, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado: 10 comunidades;
- c) Juazeiro, Sobradinho e Sento-Sé: 8 comunidades.

Com esse novo critério, pôde-se contemplar visitas em até mais de 3 comunidades rurais de cada área, totalizando 21 comunidades.

Tipos de Questionários:

Foram elaborados com perguntas abertas, mas direcionadas objetivamente, ou seja, semi-abertas, que abrangessem a característica da organização, suas atuações e articulações, projetos, perspectivas e sentido sobre a própria prática desenvolvida. A opção por este tipo de questionário deve-se ao caráter da pesquisa e da própria temática da Tese, que trata de atitudes, visões conceituais que não poderiam ser limitadas a determinadas opções de resposta.

Segundo Richardson (2007), há muitas vantagens do questionário semi-aberto: é que dá margem para respostas livres, possibilitando obter uma grande contribuição do pesquisado. Em contrapartida, exigiu, para a decodificação, classificação e tabulação das respostas, um maior trabalho. Isso se verificou na prática, ao obter-se uma gama de informações, agrupadas, por semelhança e proximidade de sentidos, para não gerar enviesamentos e distorções das respostas.

Usou-se a gravação como forma de garantir a integridade das respostas e do vocabulário utilizado pelo pesquisado, uma vez que o segmento pesquisado foi bem diverso, evitando desse modo, o comprometimento das interpretações.

Foram aplicados dois modelos de questionários (Apêndices 02 e 03) para as 32 organizações, mas se constatou que, dentre essas organizações, algumas atuavam somente com projetos de assessoria (12), e, outras, com projetos sócio-produtivos (20); do universo das 32 organizações, 25 delas atuavam com os dois tipos de projetos. Desse modo, se tabulou os dados da seguinte forma:

- Para os aspectos gerais, considerou as 32 organizações;
- Para os projetos de assessoria técnica, foram consideradas 25 organizações;
- Para os projetos sócio-produtivos, foram consideradas 20 organizações.

Entrevistas

Ao todo foram ouvidas 90 pessoas, como mostra o Apêndice 01, sendo que a profundidade e a quantidade de perguntas variaram de pessoa para pessoa, do tempo disponível e, também, da necessidade de se entrevistar, uma vez que muitas delas também foram questionadas. Dessa forma, no

caso da entrevista com essas pessoas, a intenção foi elaborar questões complementares. Muitos dados foram passados pelos sujeitos sociais ouvidos, resultados de suas práticas e do conhecimento acumulado sobre os projetos e comunidades rurais; dados não publicados, postos na Tese como fontes válidas.

As entrevistas são instrumentos de pesquisa fundamentais para gerar ações de envolvimento entre pesquisador e pesquisados, possibilitando que ambos compreendam o universo do outro, suas compreensões de mundo e de conceitos formulados. Desse modo:

A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A para uma pessoa B (RICHARDSON, 2007, p. 207).

O tipo de entrevista utilizado foi “não estruturada, do tipo guiada” (idem, 2007, p.208), ou seja, constituiu-se de perguntas em profundidade, intencionando que o entrevistado abordasse aspectos mais relevantes da temática em reflexão. Ela não foi “diretiva”, pois não se colocaram perguntas pré-formuladas com algumas possibilidades de respostas, mas orientando-se, a partir de algumas questões, e solicitando-se que o entrevistado descrevesse de forma livre sua atuação e função, sua participação dentro da organização; sua proximidade com algum projeto em foco, seja para a água, terra, biodiversidade; assessoria direta nas comunidades, vivenciando suas problemáticas e as mudanças percebidas; ou seja, uma conversação, cuja intenção possibilitou um material valioso para a composição da Tese.

A escala das ações, práticas, programas e articulações

Os fenômenos observados foram definidos em três tipos de escalas:

- Comunitária: para uma comunidade ou todo município;
- Territorial: dentro do Território de Juazeiro, ou seja, nos 10 municípios;
- Interterritorial: para os territórios circunvizinhos ao de Juazeiro ou dentro da Bahia;
- Nacional: Para vários Estados;
- Internacional: para o exterior.

Mapeamento das Visitas da Pesquisa de Campo

O mapeamento da localização das organizações e comunidades visitadas apresentado como a Figura 03, tem sua escala cartográfica de 1:2.500.000. Essa escala foi a mais próxima para se trabalhar com uma maior margem de aproximação da realidade, já que 1 cm do mapa equivale a 25 km. Mas,

algumas considerações devem ser feitas: Muitas organizações, especialmente do município de Juazeiro, se localizam na sede. Outro aspecto é que muitas comunidades visitadas são muito próximas umas das outras, distando às vezes menos de 10 km, como se pode ver, na Figura as regiões de Melancia (Casa Nova) e de Massaroca (Juazeiro). Esses aspectos geraram uma impossibilidade de se localizar cada comunidade em um ponto geográfico. Optou-se, portanto, por usar o critério de referência, usando-se a coordenada geográfica de uma comunidade ou da sede municipal, enumerando-se.

Co-participação e vivência

Foram momentos de vivência e de convivência dentro dos espaços da rede de sociabilidade da ‘Convivência’ a fim de se observar e se inserir nas formas como elaboram, apresentam, avaliam, debatem, cantam, oram, enfim, o lugar onde acontecem as trocas e as experiências de saberes e diálogos entre os sujeitos. Nesses espaços, dá-se o embate político, a produção conceitual e a criação de perspectivas da caminhada coletiva.

A co-participação e a vivência deram-se em diferentes grupos, organizações de agricultores (as), em espaços de produção e conhecimento da comunidade etc., e aconteceram, no geral, entre dois a três dias, mas alguns, como conferências e encontros nacionais, foram até cinco dias. Os eventos foram:

- I Conferência Nacional da RESAB, em Juazeiro, maio de 2006;
- Mini-fábrica de Marruá/Uauá, no beneficiamento dos frutos, outubro de 2007;
- Encontro de coordenadores e gestores do PIMC, ASA-Bahia, em Feira de Santana (BA), abril de 2008;
- Oficina de manejo de caprinos/ovinos promovido pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), na comunidade de Lagoa do Garrote, em Remanso, julho de 2008;
- Encontro de avaliação institucional SASOP e agricultores e organizações comunitárias, Remanso, dezembro de 2008;
- Encontro de avaliação anual da Rede de Mulheres de Remanso, em Remanso, dezembro de 2008;
- Encontro estadual da ASA-Bahia, em Feira de Santana (BA), julho de 2009;
- XX FENAGRI, Juazeiro, novembro de 2009;
- VII Encontro Nacional da Articulação no Semiárido (ENCONASA), Juazeiro, março de 2010.

De acordo com Richardson (2007, p.95), a co-participação e vivência são momentos importantes para se criar uma familiaridade do pesquisador com os membros do grupo e dos locais selecionados para a pesquisa. Ressalta ainda que uma proximidade entre pesquisador e pesquisado tem

seus aspectos vantajosos numa pesquisa qualitativa, pois cria a confiabilidade entre ambos, e o entrevistado se sente mais seguro. No entanto, é preciso que o entrevistador gere critérios de validade, isto é “a capacidade de ter acesso às autênticas opiniões dos entrevistados”.

Todas as etapas da pesquisa contaram as vantagens do conhecimento prévio da pesquisadora com grande parte dos entrevistados, com os locais selecionados, grupos, organizações e espaços de vivência, fato decorrente da sua experiência pessoal e profissional.

Participação em eventos com/sem apresentação de trabalhos

Compreende-se que uma pesquisa também demanda trocas de saberes, de experiências e de intercâmbios com os pares da disciplina e com aquelas com quem se está dialogando, com categorias e temas afins. Desse modo, no decorrer do Curso de Doutorado, na intenção de compartilhar os avanços alcançados, trocar dúvidas, obter dados, interagir com grupos, pessoas e instituições que também comungam da temática ou se aproximam dela, foram vários Encontros, Seminários, Congressos, Simpósios, Conferências etc. ligados à Geografia, Sociologia Rural, Antropologia Cultural, Políticas Públicas, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento (especialmente com a temática da desertificação) e outros, e, em boa parte, dedicados ao Semiárido Brasileiro. Tais eventos foram enriquecedores e fortalecedores para o prosseguimento do estudo, pois, em cada um, ampliava-se o olhar, trocavam-se referências bibliográficas, adquiriam-se materiais e adentrava-se na rede de pesquisadores em torno da temática.

Estrutura da Tese

A Tese está estruturada em três partes mais as Considerações Finais, apresentadas a seguir:

Parte I - A Natureza Semiárida na Contemporaneidade: Sentidos, Requalificações e Capitalização

Essa parte traz a reflexão sobre o sentido de natureza elaborado na contemporaneidade, considerando-se as bases de sua fundação. Trata sobre a crise do projeto moderno de natureza, calcado na dominação e externalidade, e da emergência da ética ecocentrada. Avalia-se a investida do capital sobre a natureza e seus reflexos sobre o “ambientalismo dos pobres”, que é uma expressão do movimento sócio-ambientalista contemporâneo mundial, situado nas lutas pela reapropriação social da natureza pelas populações minoritárias e/ou marginalizadas em defesa de seus territórios de vida, trabalho e cultura.

Nessa Parte I, também se apresentam as Terras Secas como uma porção significativa do planeta, que compreende as Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-Úmidas Secas. Um conjunto combinado de fatores de ordem ambiental, socioeconômico e político assemelha essas terras, especialmente o processo de desertificação. Em escala mundial, nas duas últimas décadas tem-se atuado com a elaboração e a implementação dos Programas Nacionais de Combate à Desertificação (PANs, sendo, em 2004, lançado o PAN-Brasil.

No contexto de apreensão da mundaneidade semiárida, apresenta-se o Semiárido como um território de fronteiras fluidas, que ao longo do século XX, recebeu contornos diferenciados por meio dos diferentes interesses. O *Semiárido Brasileiro* é um desses vários territórios. Ele é cartografado pelas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Apresenta-se a diversidade geo-ambiental e dinâmica climatológica configurada por chuvas irregulares no tempo e no espaço. Um território diverso com uma vegetação peculiar, única no mundo e rica em endemismo – o bioma Caatinga. Avalia-se que, mesmo com a rica biodiversidade, seu valor econômico e simbólico-cultural, a Caatinga ainda é marcada por mitos de que seja ‘pobre e feia’, uma ‘vegetação morta’.

Enfatiza-se, nessa Parte I, a territorialidade elaborada pelo sertanejo na semi-aridez e como estabelece uma relação de interatividade com os elementos água e vegetação, que lhe conferem uma identidade territorial peculiar. Apreende-se a hostilidade da natureza semiárida pela apropriação da seca como a “metáfora” explicativa para todas as mazelas sociais e econômicas dessa parte do Brasil. A fundamentação filosófica de natureza hostil guarda-se na concepção de externalidade da natureza, e por ela se propiciou às elites locais/regionais a apropriação político-ideológica da seca.

Avaliam-se, nessa Parte I, novos atores sociais, novos aportes conceituais de políticas públicas, novas institucionalidades que se aportam no território e lhe trazem novas demandas, novas imagens e novas falas. Emergem novos sentidos para esse território, apresentados como um movimento de “reinvenção” da natureza semiárida, que atua na requalificação da semi-aridez por meio da tecnificação e cientificização para sua capitalização. Também se avalia que, nesse contexto polissêmico de natureza semiárida, há a manutenção das ‘velhas institucionalidades’ que buscam manter a idéia de natureza hostil e, também, por outro viés, a emergência do sentido de natureza-processo, motivado pela sociedade Civil.

Parte II - A ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’: As Tessituras para uma Identidade de Projeto Territorial

A reflexão elaborada na Parte II é sobre a ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’, apresenta as reflexões de alguns estudos acadêmicos sobre o conceito da convivência, e apresenta a compreensão empreendida nesse estudo, de uma idéia-projeto contemporânea motivando outros/novos sentidos

econômicos, culturais, simbólicos de natureza e território. Analisam-se os anos de 1990-2000 e o panorama político do Brasil e do Semiárido, que permitiu a emergência da ‘Convivência’; como essa busca consolidar-se como um guarda-chuva, abrigando as diversas lutas sociais por justiça, igualdade e condições de trabalho e de vida dos povos desse território. Tais lutas têm sua história e seus ícones, que puseram em questão a exclusão social e a estrutura agrária concentradora, a concentração da água e do uso depredador da Caatinga.

Trata-se também, nessa Parte II, da formação das redes sociais e das articulações e mobilizações do conjunto de organizações do Terceiro Setor que as compõem com outros atores sociais. As ações das redes são voltadas para a coletividade e comprometimento de “ser-aí-com-com-os-outros-no-mundo”. As Diretrizes da ‘Convivência’ orientam as ações para as diversas maneiras de se experimentar a cotidianeidade marcada pela semiaridez, possibilitando uma nova relação do sertanejo com seu território e a natureza. Portanto, apresenta-se que o conteúdo das falas das redes expressas em seus documentos volta-se para ressignificar a identidade territorial, o pertencimento e a valorização das gentes e dos contextos geo-ambientais e simbólico-culturais desse diverso e complexo território.

O Território de Juazeiro é apresentado como uma expressão do **Sertão que dá certo**, uma ideia fundamentada na “reinvenção” da natureza semiárida como ‘favorável’, tecnicizada e capitalizada, com a inserção da fruticultura irrigada nos *nichos* de mercado mundial, mas que apresenta as contradições de um modelo de desenvolvimento territorial desigual, de onde se apreende a territorialização das organizações sociais da ‘Convivência’ e como se comportam, enquanto rizomas das redes sociais, atuando e articulando na escala local-territorial, as Diretrizes da idéia-projeto. Analisam-se as perspectivas e os desafios dos atores sociais da ‘Convivência’ do Território de Juazeiro sobre as possibilidades da mesma ser uma identidade de projeto para todo o Semiárido Brasileiro

Parte III - A Reapropriação Social da Natureza Semiárida no Território de Juazeiro e a Elaboração de Novas Cotidianeidades e Territorialidades.

Nessa última Parte da Tese, a abordagem é relativa à reapropriação social da natureza semiárida promovida pelas Diretrizes para a água, terra e biodiversidade da Caatinga. Apresenta-se o mapeamento elaborado sobre as práticas e programas que vêm se desenvolvendo no Território de Juazeiro, tais como, o P1MC e o P1+2, a bomba d’água e outras formas de acesso e uso da água, bem como uma avaliação da territorialização desses programas para todo o Semiárido. Apresenta-se, também, a forma coletiva de usarem as terras de Fundos de pasto e a reapropriação social da biodiversidade e agrobiodiversidade da Caatinga por meio do beneficiamento dos frutos nativos, da

apicultura, do uso de raízes e plantas medicinais da Caatinga (exemplos os compostos de ervas) e outras práticas.

Analisa-se nessa Parte a paisagem sertaneja marcada pelos geossímbolos da ‘Convivência’, os quais se desvelam pelas comunidades rurais por meio das cisternas, mandalas, bombas d’água, quintais produtivos, casas de mel, mini-fábricas, terreiros de raspa, fundos de pasto, dentre outros. E, também traz uma análise sobre os projetos sócio-produtivos, desenvolvendo uma produção de produtos identitários e tradicionais, territorializando-se por determinadas áreas do Território de Juazeiro. Dentro desse contexto, avalia-se o circuito de comercialização em que essa produção se insere e a busca da valorização social dos produtos identitários e seus produtores por meio da “Rede Sabor Natural do Sertão”.

Nessa Parte III, se reflete que a reapropriação social da natureza semiárida no Território de Juazeiro se desenvolve num ambiente conflituoso, marcado pelas resistências dos povos tradicionais de Fundo de Pasto, dos ribeirinhos, dos sem-terra, dos quilombolas e indígenas e de centenas de agricultores familiares contra a capitalização da natureza e os projetos especulativos que aportam com avidez sobre as terras coletivas. Considera-se que a luta pela natureza e pelo território se trasuz na garantia da manutenção dos recursos naturais enquanto suportes para a sobrevivência material e simbólica dessas gentes.

As últimas reflexões dessa Parte são sobre a contextualização do saber nas práticas educativas e organizacionais para a elaboração da cultura da ‘Convivência’. Avalia-se que o sentido do “bom uso” da natureza apoia-se na ética da prudência expressa no **guardar** (guardar a água da chuva etc).

As compreensões sobre a ‘Convivência com o Semiárido’ fecham-se na Parte III considerando que a ideia-projeto desvela-se como um modo original de se relacionar com o outro: nos espaços de vivência, de troca de saberes e de experiências, de compartilhamento de visões de mundo. A rede de sociabilidade tecida pelos atores sociais é o modo pelo qual esses manifestam o sentido ôntico da ‘Convivência’, de “ser- com-os-outros-no-mundo” para ressignificarem a mundaneidade semiárida.

Considerações Finais - A ‘Convivência’: Um Modo de Completar a Existência na Mundaneidade Semiárida

Nessa Parte final, as considerações retomam a trajetória reflexiva inicial, cuja intenção é apresentar o que pôde ser apreendido e desvelado no estudo. Aborda, primeiramente, sobre o importante papel mobilizador e articulador das redes sociais da ‘Convivência’ em estabelecerem seus rizomas em

todas as escalas e diferentes espaços de poder para a configuração do ‘território da Convivência’. O projeto de identidade territorial conflita-se com os modelos de desenvolvimento hegemônicos, e difere-se ao propor políticas públicas de impacto social contínuo, contextualizadas com as características geoambientais e sócio-culturais dos povos, validando a relação de pertencimento e enraizamento do sertanejo com a natureza semiárida.

As Considerações Finais centram-se no que foi apreendido sobre o processo de resignificação e de reapropriação social, avaliando que a natureza semiárida faz-se como um território de disputa pela apropriação capitalista, mas, por outro lado, os sertanejos se posicionam nas ‘trincheiras de resistência’, em defesa do território, dimensionando-o como suporte para sua produção material e simbólico-cultural no mundo. Fecha-se com a consideração de que a ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’ é um modo dos sertanejos e sertanejas completarem sua existência na mundaneidade semiárida.

PARTE I

A NATUREZA SEMIÁRIDA NA CONTEMPORANEIDADE: SENTIDOS, REQUALIFICAÇÕES E CAPITALIZAÇÃO

Já que estamos na junção da Natureza, do corpo, da alma e da consciência filosófica, já que a vivemos, não se pode conceber um problema cuja solução não esteja esboçada em nós e no espetáculo do mundo, deve haver um meio de compor em nosso pensamento o que vem em bloco em nossa vida [...] (MERLEAU-PONTY, 2006b, p.xvii)

Apresentação

Na Parte I preocupa-se em refletir sobre o projeto moderno de mundo fundador do sentido de dominação e externalidade na relação homem e natureza, e nela avalia-se que outras/novas matrizes de racionalidade emergem na transição dos séculos XX para o XXI. Diante desse quadro de mudança paradigmática, reflete-se sobre a natureza semiárida na contemporaneidade, analisando-se o sentido de natureza hostil dado à mesma, e como procede a requalificação desse sentido direcionado para novas formas de apropriação capitalista.

Na busca de pensar essas questões, no Capítulo 1 trilha-se na compreensão de natureza concebendo-a como um conceito sócio-histórico, pontuado por rupturas e polissêmico. O sentido de natureza é cultural, pois os grupos humanos a qualificam diferentemente. Cada grupo social, a partir de sua leitura de natureza, elabora uma territorialidade, uma forma de apropriação e uso dos seus recursos e território. Desse modo, os sentidos de natureza perpassam pela produção, pelos valores, ritos e símbolos dos modos de vida, da linguagem, do universo produtivo e simbólico-cultural que, a cada tempo e a cada sociedade, vão marcar a relação do homem com a natureza.

Ressalta-se, ainda, a busca de outro naturalismo na contemporaneidade, avaliando-se que esse movimento de ressignificação provém de um estado de crise civilizatória que abarca dentre outras crises, a crise ambiental. Essa crise deflagra um rompimento com o sentido dominante de natureza e permite a gestação de outra/nova racionalidade, que alguns autores, como Leff (2005; 2006), postulam ser uma racionalidade ambiental. Também se avalia a emergência do “ambientalismo dos pobres” (ALIER, 2007) que caracteriza as lutas das populações minoritárias e/ou marginalizadas do mundo pela reapropriação social da natureza, cujo enfrentamento à capitalização da natureza faz-se em defesa aos seus territórios de vida, trabalho e cultura.

Essas questões do Capítulo 1 ancoram as reflexões da Tese na compreensão da emergência da ‘Convivência com o Semiárido’, considerando-se que essa proposta é uma manifestação dessa situação de transição paradigmática de visão de mundo e de natureza, visto que, nos Capítulos seguintes, serão analisadas as Diretrizes que se pautam para que o homem sertanejo viva outra/nova relação com a natureza semiárida, de forma mais interativa e pautada na ética da prudência do ‘bom uso’, que são princípios presentes no emergente ecocentrismo. Também as questões do Capítulo 1 fundamentam a compreensão sobre as lutas históricas e atuais dos movimentos socioambientais da sociedade Civil no Semiárido por direitos à água, à terra e à Caatinga.

No Capítulo 2 apresentam-se as Terras Secas, que compreendem as Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-Úmidas Secas do mundo. As especificidades dessas Zonas são compreendidas como uma condição de mundaneidade para milhares de pessoas, de centenas de países, de vários territórios, entre os quais, se

engloba o *Semiárido Brasileiro*. O conjunto combinado de fatores de ordem ambiental, socioeconômicos e políticos assemelha essas Terras Secas, especialmente pelo processo de desertificação. Em escala mundial, nas duas últimas décadas, tem-se atuado com a elaboração e a implementação de Programas Nacionais de Combate à Desertificação (PAN), e avalia-se como essa política ambiental se processou no Brasil, culminando no PAN-Brasil.

O Capítulo 3 trata sobre as tentativas de se delimitarem as áreas caracterizadas como semiáridas, definindo-se diferentes fronteiras, desde o início do século XX ao início desse século. Apresenta-se o Semiárido Brasileiro com sua diversidade geo-ambiental, marcada pela presença predominante da Caatinga. Também nesse capítulo aborda-se a relação do sertanejo com a semiaridez, e, a partir dessa relação estabelece sua cotidianeidade, definindo não somente sua sobrevivência, mas um conjunto de crenças e simbologias com os usos da Caatinga, e da água (da chuva, dos rios e das fontes). O Capítulo segue na compreensão da raiz fundadora da concepção de natureza hostil e as análises se embasam nas interpretações dos autores Porto-Gonçalves (1990), Casseti (1999), Moraes (1999) e Moreira (1993).

As análises da Parte I fecham-se na compreensão do panorama de transição paradigmática do fim do século XX ao atual sobre o território, configurado por novos aportes conceituais de desenvolvimento territorial, de novas concepções de políticas públicas, emergência de novos atores sociais e novas demandas que lhe chegam. A questão que norteia a reflexão é a corrente da ‘reinvenção’ da natureza semiárida e como vem se dando o movimento para requalificar a semiaridez para uma ideia de natureza favorável, via a tecnificação e a cientifização.

CAPITULO 1

1 OS SENTIDOS DE NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE: A BUSCA POR
UM NOVO NATURALISMO E OS MOVIMENTOS DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL

CAPITULO 1 - OS SENTIDOS DE NATUREZA NA CONTEMPORANEIDADE: A BUSCA POR UM NOVO NATURALISMO E OS MOVIMENTOS DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL

1.1 O projeto moderno de dominação e externalidade da natureza

O processo de formação histórico moderno-contemporâneo baseado na dominação ideológico-filosófica da separação natureza e cultura, sociedade e natureza está, desde as últimas décadas do século XX e início do século XXI, em contestação por diferentes atores sociais. Desse modo, compreendermos as bases que fundam essa dominação homem na natureza possibilita-nos compreender os atuais movimentos de contra-ordem e de reapropriação social da natureza, em várias partes do mundo.

Como postula Latour (2004), a contemporaneidade coloca um conjunto de conceitos e categorias em ressignificação, e, neste processo, o sentido moderno de natureza também perpassa por uma instabilidade cujo contexto crítico gera questionamentos sobre as representações de natureza e da racionalidade técnico-científica que tem lhe sustentado filosófico-ideologicamente.

Este é um momento histórico que revisita as bases, antes postas como concretas, assim ressalta o autor, e que se demonstram, agora, instáveis, não somente pelas críticas a elas feitas, mas pela constatação de que a modernidade é dualista, ou seja, ao mesmo tempo em que nega a natureza, dela se faz necessária. Essa avaliação sobre a transição de um paradigma filosófico de natureza que vivemos na contemporaneidade também tem suporte na compreensão abaixo:

Dos Gregos aos nossos dias, encontramos a continuidade de uma natureza-processo (*natura naturans*), da qual se distingue uma natureza-artefato (*natura naturata*) privilegiada pela modernidade, mas à qual esta última pode ser reduzida. Enquanto se pensar que a única escolha é entre uma natureza mecânica e neutra e uma natureza finalizada e religiosa, estar-se-á convencido de que a crítica da instrumentalização da natureza expõe atitudes irracionais. A partir do momento em que nos dermos conta de que a natureza-artefato só pode existir porque existe uma natureza-processo, obteremos os meios de compreender as nossas relações com a natureza e de as recompor na situação atual (LARRÈRE, 1997, p.:20).

Reportando-se às bases que fundam a concepção moderna de natureza pode-se voltar até o século XVII no qual se dá a emergência da Ciência Moderna. Uma Ciência que traz a revolução na maneira de investigar e de se obter conhecimento e poder sobre a natureza. Uma das bases da Ciência Moderna sustenta-se na separação homem e natureza, atribuindo-se o exclusivo direito ao homem como ser central do planeta. O processo civilizatório da modernidade vai acirrar a subordinação das espécies aos desígnios dos homens. Tal consideração é ressaltada por Vianna (2008, p.134) ao afirmar que “a civilização moderno-industrial trouxe a civilidade construída em oposição à animalidade e a tudo o que se liga ao

mundo natural ou está muito próximo à natureza”. A autora ressalta que a idéia de um princípio ético superior do homem sobre as outras espécies se fundamentou no Cristianismo e na tradição bíblica que introduziram uma desvalorização da natureza, pondo fim ao naturalismo antigo dos Gregos, ou seja, o Homem feito à imagem de Deus é separado da natureza, ele não pertence ao reino da natureza, mas sim, ele pertence ao reino da graça.

A constituição desse paradigma moderno fundamentado na racionalidade científica, segundo Larrère (1997), é que vai direcionar a base da Ciência Moderna e a visão de mundo moderno e contemporâneo. A autora avalia que a ordem estabelecida pela racionalidade científica provinda de Copérnico, Galileu, Kepler e Newton fundou a revolução científica moderna anti-aristotélica, pondo fim ao mundo fechado, ao cosmos finito. Já com Descartes, Locke, Leibniz, Berkeley, Hume, Kant (e tantos outros) pode-se dizer que a filosofia moderna assumiu a tarefa de medir a amplitude das transformações induzidas pela física moderna ou mecânica clássica, de avaliar os seus fundamentos epistemológicos, ajudar a sua extensão aos outros domínios do saber, interrogar as suas consequências éticas ou estéticas.

E, tem-se em Morin (2005, p.443), a compreensão, também, de que, pela Ciência Moderna, “a expressão da dominação da natureza e da produção do homem pelo homem tanto arrancou da natureza seus segredos, quanto a física desnaturou o universo através da redução e da simplificação”. O princípio da simplificação passou a tratar as coisas como objetos isolados de seu ambiente e de seu observador (sujeito), privados ambos de toda existência.

Outra consequência da emergência da Ciência e da técnica modernas é avaliada por Porto-Gonçalves (1990), ao salientar que ambas adquiriram um significado central na vida do homem, assim fragmentado pelo conhecimento. A divisão das disciplinas em naturais e humanas ou objetivas e subjetivas no século XIX já não conseguia mais pensar homem e natureza de forma orgânica e integrada. A idéia de natureza objetiva já pressupunha um homem não-natural fora da natureza e que se cristaliza com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. Para o autor, o pensamento de Descartes, ao trazer a oposição *homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto* tornou-se decisivamente mais completo no pensamento moderno e contemporâneo.

A relação externalizada com a natureza, uma das bases da concepção moderna de natureza vai consolidar-se com a emergência da sociedade capitalista, não por ser essa antropocêntrica exclusivamente, mas por estabelecer entre ela e a natureza um ritmo de velocidade de utilização e de utilidade dos recursos naturais jamais posto por outras sociedades. Afirma Foladori (2001) ser a sociedade moderna capitalista a que vai evidenciar um uso e poder sobre a natureza sobrepondo-se às demais outras sociedades humanas anteriores e concomitantes com ela.

Compreende-se, pelo exposto, que a relação de dominação e de externalidade com a natureza estabeleceu um desequilíbrio entre uso e reposição dos recursos naturais que se chega, nas décadas

atuais, a pôr limites na base material e na reprodução da vida humana sob essas condições de produção. Sobre isso, ressalta que:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A Natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da Natureza. Agora, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1994, p.17).

Como aborda Santos (1994, p.24), o período que vivemos é de uma tecnociência cuja derivação são as enormes mudanças sociais, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas da sociedade moderna capitalista, como diz, “a relação homem e natureza se fragmentaram em benefício de firmas, Estado e classes hegemônicas. Não se tem mais a natureza amiga, e o Homem, também, não é mais seu amigo”.

Ao avaliar os impactos da dominação da natureza pelo sistema capitalista sobre a relação dos homens com seu espaço, o autor ressalta que, além da apropriação da natureza, o capital também apropriou-se dos homens e de seus territórios. Ele avalia que, dentro do atual sistema da natureza, o homem se afastou, em definitivo, da possibilidade de relações totalizantes com o seu próprio quinhão do território, e questiona se vale ainda indagar qual a fração da natureza que cabe a cada indivíduo ou cada grupo, visto que a mundialização do planeta unificou a natureza. Para o autor, as diversas frações do planeta foram postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas.

Porto-Gonçalves (2007) também enfatiza a questão da dominação do homem sobre a natureza, expondo que, pelo sistema capitalista, privou-se o acesso aos recursos naturais, mercantilizando-os com o propósito de torná-los um bem escasso, ampliando seu valor econômico. O capitalismo funda o princípio da escassez, assim como o da propriedade privada, que passam a comandar a sociedade e que vão sustentar as teorias liberais do meio ambiente.

Essas análises dos autores apontam para a constituição e consolidação do sistema capitalista pautado no processo de desenvolvimento desigual e combinado homogeneizando-se os espaços pelo crescimento econômico e tecnológico em progressão e um intenso processo urbano-industrial (SMITH, 1986), gerando conseqüências drásticas à capacidade de suporte dos ecossistemas e um legado de problemas ambientais para as gerações futuras.

Emerge a questão ambiental no final do século XX, em escala global, como um complicador para a organização assimétrica do poder mundial, abrindo novas tensões em relação à apropriação dos recursos naturais, e que alguns passaram a dar sinais de escassez, uma conseqüente politização entre países e regiões detentores de um **capital natural** e demais países detentores de tecnologia. Floriani (2006) salienta que tal panorama abarca as questões econômicas, políticas e tecnológicas, mas também

éticas filosóficas e culturais, configurando-se como um novo campo de disputas simbólicas sobre a vida, a natureza e o desenvolvimento.

Conseqüentemente, emergem diante dessas tensões, outras leituras sobre a relação homem e natureza e questionamentos sobre os sentidos que a contemporaneidade dá à natureza. Segundo Vianna (2008), a natureza vem se tornando um elemento social, quer seja no plano simbólico/sagrado ou estético, quer seja no plano da economia. Um processo de socialização que vem se gestando desde o aparecimento do homem (*homo sapiens*), e que, por sua vez, tornou-se um recurso utilizável e concebido pelos grupos sociais de diferentes formas, dele se apropriado segundo a representação simbólica elaborada sobre a mesma.

1.2 O sistema de representação moderno de natureza em crise

Há uma compreensão geral de que vivemos um momento histórico de uma grande crise, a qual recebe muitos nomes e causas diferenciadas. Avalia Santos (2006) que o sistema-mundo moderno e a forma como este construiu as estruturas do conhecimento perpassou até as últimas décadas do século XX como paradigmas dominantes, e o século XXI cada vez mais como questão de reflexão e de buscas de mudanças na percepção e na concepção de um novo/outro sistema-mundo.

As bases do projeto de sistema-mundo formatado pelo projeto da Ciência Moderna trouxeram a certeza pela racionalidade, por princípios mecânicos e deterministas que negaram a complexidade da realidade. Tais verdades foram construídas sob um conjunto de transformação porque teve que passar a sociedade em relação à vida e à natureza. Conforme diz Cocho (2006), tais transformações deram-se em todos os aspectos, a saber: a burguesia emergente, ávida em tomar o poder político das ruínas das instituições feudais; o culto da razão substituiu o da divindade; e os preconceitos teológicos e metafísicos da Idade Média postos de lado, dentre outros.

Para Cocho (2006, p.192), a exaltação da razão sobre os dogmas e o seu exercício crítico implacável foram um “fermento subversivo cuja ação deu lugar a uma revolução das consciências e produziram o racionalismo como doutrina filosófica e atitude perante a vida”. Desta forma, a transição da antiguidade para a modernidade se assentou em princípios para uma nova racionalidade, sendo estes, o materialismo, o mecanicismo e o determinismo.

De acordo com o autor, o princípio materialista passou a conceber a existência de um mundo real, independente da percepção dos seres humanos; um universo que pode se reduzir, em última instância, à matéria. No princípio mecanicista, são as forças que atuam sobre os corpos e produzem movimento. O espaço e o tempo são absolutos.

Esses princípios estão hoje em crise, e segundo vários autores, dentre estes Capra (1982), Boff (1998), Leff (2006), Porto-Gonçalves (2007), se englobam dentro de uma crise civilizatória. Vieira (1996) reforça que seja a própria crise da modernização capitalista, cujos impactos, a partir da globalização, têm se efetivado com maior generalização, representando o colapso do capitalismo e da própria vida humana num contexto de “grande crise”. Ele considera que desde a crise ambiental à civilizatória, o que se tem é a crise do sistema capitalista de produção, é ela que formata “a grande crise”.

O contexto estrutural desse sistema em crise abala as idéias que o comandam, portanto, se compreende que a economia política do meio ambiente, ao fechar a crise apenas na idéia de desenvolvimento, reconceituando-o sem ir às suas próprias raízes objetivas e históricas, não possibilita dimensionar a sociabilidade desse sistema, que dá sinais de instabilidade, uma vez que já não há mais bases seguras que sustentam o projeto de desenvolvimento capitalista, calcado na geração da modernização, do progresso e do bem-estar para todos.

Para Latour (1994), a crise dos padrões dominantes de produção e consumo, e dos limites do crescimento econômico capitalista entra em uma fase de busca de encontrar saídas **alternativas**, num movimento de consertamento dentro do próprio sistema. Para tanto, emergem propostas para saídas da crise que não rompem com a racionalidade técnica, mas torna a ideia de crise confusa, embaralhando o que é meio ambiente, o que é natureza, capitalismo, modernidade etc., enfim, um discurso indefinido em torno dessa ‘grande crise’.

Uma das bases que sustentam a idéia de ‘crise’ é, conforme Larrère (1997, p.11), a tese do fim da natureza. Essa tese sustenta a idéia de que “a natureza já não existe, a Terra é cada vez mais um fabrico nosso”. Ela sugere que a modernidade realizou a dominação completa da natureza. No entanto, considera que a modernidade tornou os homens verdadeiramente donos e senhores da natureza é uma leitura perigosa, porque não deixa que se tenha em conta a insuficiência da previsibilidade humana, científica e técnica sobre a dinâmica da natureza.

Compreende-se que em crise esteja o projeto moderno de dominação e de externalidade da natureza. Ele é que está em desgaste e expõe as consequências e os limites da artificialização do mundo pelo homem:

Esta globalização tem origens diversas, e procede por meio da elaboração de cenários catastróficos, seja do esgotamento dos recursos energéticos, do aumento incontrolável da população do planeta e de mudanças climáticas irreversíveis (LARRÈRE, 1997, p.191).

Emergem as preocupações ambientais nas últimas décadas do século XX, configuradas pela dimensão planetária dos problemas. Mas, não é o primeiro momento em que a humanidade se deflagra com tais preocupações. No início do século XIX, surgiu a ideia de se proteger a natureza, nascida da avaliação crítica dos naturalistas acerca do impacto de atividades tradicionais (agricultura, pastoreio,

exploração florestal, caça, pesca e colheitas) sobre os meios naturais e sobre as espécies de animais selvagens e de plantas não cultivadas. Esses buscaram instalar uma política que segundo Larrère (1997, p.189), era de proteção da natureza, primeiramente na França e expandindo-se pela América do Norte. Essa política foi “codificada por decisões legislativas para, principalmente, manter certos espaços ‘notáveis’ ao abrigo de práticas julgadas destruidoras”.

O segundo momento deu-se com a Revolução Industrial do século XIX, gerando inquietações e observações de origens diversas (vindas de engenheiros, de urbanistas, de higienistas, de responsáveis pela segurança e saúde públicas). As preocupações lançavam-se sobre os efeitos incontrolláveis (ou perversos) das técnicas industriais e da concorrência econômica, susceptíveis de provocar danos ou de representar ameaça para a saúde e a vida dos indivíduos.

E chega-se a este terceiro momento, com a enorme quantidade de danos precisos, de poluições localizadas, de perigos identificados, catástrofes exemplares, e mesmo a provável ameaça que paira sobre os recursos naturais (erosão da diversidade biológica, desflorestamento das regiões tropicais) ou sobre a vida no planeta (buraco na camada de ozônio, efeito estufa etc).

Porto-Gonçalves (2007, p.379) avalia que esses riscos ambientais são consequências da ideologia da dominação e externalidade da natureza que direcionou a humanidade para a concepção de Progresso, Desenvolvimento e de Civilização e constituiu-se o magma de significações imaginárias da modernidade. O autor ainda complementa que, no conjunto de consequências, têm-se hoje os riscos planetariamente produzidos a partir do complexo tecnológico industrial moderno, cuja matriz energética calca-se em fósseis, como o carvão e o petróleo; o risco nuclear; a perda de solo, da biodiversidade (derivada da Revolução Verde) e da diversidade cultural, cuja presunção universalista da Modernidade se colocou avessa à diferença cultural.

A virada do século XX para o século XXI traz como grande debate a questão de um modelo de desenvolvimento que abarque essas preocupações ambientais de ordem planetária. Para Sachs (2004), a origem econômica do conceito de desenvolvimento mantinha-o ligado a uma abordagem matemática de fazer crescer e depois dividir, estando a dimensão ética desassociada da econômica. Um dos caminhos que o autor buscou refletir foi a necessidade de reconceituar desenvolvimento em termos de apropriação efetiva, especialmente incorporando a geração de três dimensões de direitos humanos: os direitos políticos, civis e cívicos; os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Sachs (2004) ressalta a noção de sustentabilidade como um ponto crucial do debate internacional, cuja busca de legitimação político-ideológica de pensar desenvolvimento capitalista associado à preservação e conservação dos recursos naturais, faz-se na intenção de garantir as condições e potencialidades dos ecossistemas e o manejo prudente desses recursos. Ele indica uma leitura

multidimensional ao apresentar o conceito de Ecodesenvolvimento. A idéia central desse autor é incorporar o discurso ecológico ao espacial. Para tanto, definiu cinco dimensões de sustentabilidade do desenvolvimento, a saber:

- 1) Sustentabilidade social, quando se refere às necessidades materiais e não-materiais das massas da população;
- 2) Sustentabilidade econômica, quando aloca uma gestão eficiente dos recursos e regula o investimento público e privado;
- 3) Sustentabilidade ecológica quando se amplia a capacidade da engenharia para a intensificação do uso dos recursos potenciais de vários ecossistemas e o aumento de proteção dos recursos;
- 4) Sustentabilidade espacial como a distribuição mais equilibrada da configuração rural-urbana, conforme as atividades econômicas;
- 5) Sustentabilidade cultural, quando considera a busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança na continuidade cultural.

A idéia de Ecodesenvolvimento trazida por Sachs, ainda na década de 1980, foi suplantada pela de Desenvolvimento Sustentável, que emerge nos anos de 1990, especialmente com a ECO-92 (ou Rio-92). Segundo Moreira (2007, p.194), a ideia de desenvolvimento sustentável amparou-se numa perspectiva conservadora e reformista das políticas ambientais, que, por sua vez, não passam de políticas subsidiárias das políticas neoliberais. Um modelo que coloca “a questão de uso dos ecossistemas na lógica do mercado, com regulações políticas ambientais legitimadas em acordos internacionais”.

O desenvolvimento sustentável mostrou-se uma alternativa de desenvolvimento nos moldes capitalistas mais conciliador na relação sociedade e natureza do que o ecodesenvolvimento. Mas, tem sido criticado por muitos teóricos, que avaliam suas raízes inerentes às raízes da dominação da natureza e dos interesses do capitalismo. Ou seja, avaliam que ele não trouxe a perspectiva de mexer com determinadas questões ou não as deixar mais claras, como exemplos: a questão das populações/países tradicionais e os direitos de propriedade associada ao uso dos ecossistemas e da biodiversidade, ou sobre a apropriação da natureza pelo capital num contexto de novas demandas, como a questão da biotecnologia.

Autores como Moreira (2007) apresentam que o desenvolvimento sustentável não evidenciou mudanças, mas, ao usar a noção de sustentabilidade, conforma velhos mecanismos, como a ampliação da renda da terra com a valorização de áreas de reservas de biodiversidade. E Leff (2006) também crítica que a noção de sustentabilidade vem sendo legitimada numa fragilidade e inconsistência que a coloca na dependência das estratégias discursivas dominantes sobre a capitalização da natureza. Ou seja, os autores

consideram que o discurso do desenvolvimento sustentável mantém a relação natureza e cultura dentro da lógica do capital.

Santos (1994) também é outro autor que traça uma profunda crítica ao estado de confusão discursiva sobre a defesa do meio ambiente, que, para ele, já foi elevado à natureza-espetáculo. Como expõe:

O meio ambiente, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a Natureza cibernética ou sintética substitui a Natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da história atinge o seu auge. É, também, desse modo, que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, Natureza, sociedade, cultura e moral (SANTOS, 1994, p.24).

De acordo com as reflexões pautadas pelos autores, questionam-se quais possíveis *saídas* para a grande crise, uma vez que os debates e discursos sobre os problemas ambientais apresentam-se diluídos entre as disputas sobre os sentidos da sustentabilidade, e as alternativas apresentadas são subordinadas ao projeto neoliberal do capitalismo ou sob sua própria hegemonia.

Não há uma resposta concreta, mas reflexões sobre esse contexto discursivo da crise ambiental, que pode ser avaliado como uma tentativa de se montar um quadro de políticas de proteção à natureza em escala global normatizado como um modelo de desenvolvimento. Entretanto, dá-se num processo de confronto científico e político. Considera-se em Latour (1994), que o discurso contemporâneo da crise ambiental sustenta a ideia de que há uma natureza para proteger. Mas, uma ideia que se concebe na divisão estabelecida pela modernidade entre natureza e cultura. Portanto, a proteção à natureza é contraditória, já que o que se deseja proteger, na verdade, são **objetos híbridos**, ou seja, um composto de natureza processo e de natureza artefato.

O autor esclarece sobre esses ‘objetos híbridos’. Para ele, são um conjunto de ações do homem sobre a natureza – poluição dos rios, embriões congelados, vírus da AIDS, buraco de ozônio, robôs munidos de sensores etc., que se apresentam como objetos estranhos que invadem o mundo e confundem a ideia moderna de natureza. Tais ‘objetos’ já não podem ser classificados e compreendidos apenas como natureza e nem apenas como cultura, mas em sua hibridação, em sua interface natureza e artefato ou humanos e não humanos.

A modernidade, ao produzir tais ‘objetos híbridos’ (de natureza e de cultura), e mesmo negando a natureza processo, ou afirmando seu fim (em um panorama de crise) não pode se esquivar de pensar esses objetos. Portanto, a concepção moderna de natureza mantém-se na contemporaneidade num contexto de contradição, ao negar uma natureza processo da qual o sistema capitalista, em sua base produtiva se apropria e, por ela consolidou uma geração de artefatos cada vez mais complexos.

Concorda-se que a ideia de interação do natural e do cultural faz-se cada vez mais uma necessidade aberta dentro do debate ambiental contemporâneo. São possibilidades que se apresentam para gerar uma revolução no pensamento, nas políticas de ambiente e no coração dos homens.

1.3 As ressignificações de natureza na contemporaneidade

A ideia de natureza pela concepção moderna fechou-se numa natureza-objeto, exterior ao homem. Essa tese, pelo visto, tem sido reavaliada diante da existência dos **objetos híbridos**, ou a natureza composta de processo e de artefato. As transformações contemporâneas das Ciências não impediram de ver que o homem faz parte da natureza. A modernidade incorpora em si essas duas naturezas, aparentemente compreendidas como opostas, mas, na realidade, interdependentes. Há uma natureza processo (*natura naturans*) e uma natureza artefato (*natura naturata*). Ambas compõem uma natureza interativa, construcionista, evolutiva, complexa.

Larrère (1997, p.16) postula que a filosofia moderna privilegia apenas a natureza artefato, mas se há a idéia dessa natureza (*natura naturata*), por sua vez, essa se apoia na existência de uma natureza-processo (*natura naturans*). Segundo a autora, o sentido é que só pode haver artefatos porque há processos para mantê-los. Portanto, “estamos todos contidos na natureza, nós e as nossas obras, e é por isso que continuamos a existir”.

A existência dessas duas naturezas possibilita conceber um novo naturalismo, partindo do pressuposto de que as grandes visões dominantes de natureza não se caracterizam unicamente pela oposição do mecanismo ao finalismo. Como explana a autora:

A partir do momento em que nos dermos conta de que a natureza-artefato só pode existir porque existe uma natureza-processo, obteremos os meios de compreender as nossas relações com a natureza e de as recompor na situação atual (LARRÈRE, 1997, p. 20).

A modernidade permitiu imaginar uma natureza da qual o homem está ausente, mas diante do avanço da técnica, introduzindo coisas no processo da natureza que a própria natureza não teria produzido, possibilitou surgirem objetos das inovações tecnológicas: uma série de objetos descartados que retornam ao meio ambiente como resíduos, detritos, destroços de material, gases, sais, pesticidas, óxido de carbono e tantos outros, cujos destinos *naturais* escapam ao controle científico, por mais que esse conhecimento avalie as derivações dos percursos desses objetos são incontroláveis.

Por sua vez, o naturalismo calcado na consideração da existência dessas duas naturezas significa defender que os homens e suas aptidões, as sociedades e suas atividades, a própria humanidade, mantêm-se em continuidade com a natureza. Ou seja, a humanidade está agarrada à natureza muito mais do que dela se separou na modernidade. Ao se constatar que as obras técnicas dos homens são, em sua essência,

“objetos híbridos”, como propõe Latour (1994), a compreensão é que se tem uma natureza de processos naturais e artificiais, uma vez que todos os produtos fabricados são rejeitados e, ao terem um destino natural, acionam processos naturais dos quais os homens não dominam.

A modernidade, apesar de ter reduzido a concepção de natureza a natureza-artefato (*natura naturata*), manteve, no entanto, uma atitude moral de respeitar a *natura naturans*, a natureza-processo. Contraditoriamente, a modernidade manteve uma maneira construtivista de conceber os riscos ambientais e de geri-los. Ou seja, a modernidade não rompeu com a prudência, uma virtude grega atenta à singularidade das situações:

A divisão entre natureza e cultura na Modernidade se torna menos clara quando o que se protege é um objeto híbrido (processo e artefato) e não se pode consegui-lo sem reinscrever o homem, as suas produções e as suas construções, na natureza. A preocupação conjuntamente com os processos naturais e atividades técnicas que interferem com eles termina assumindo o caráter híbrido da catástrofe e por precaução, situar os homens no meio ambiente que eles produzem. Necessita-se distinguir os usos prudentes dos comportamentos irresponsáveis (LARRÈRE, 1997, p.194).

Existem, portanto, possibilidades para se construir outra racionalidade que conduza a relação dos homens com a natureza. Morin (2005, p.22) explana que “a sociedade antropossocial precisa se articular com a ciência da natureza e que tal articulação requer uma reorganização da própria estrutura do saber”. Ele concebe a possibilidade de uma reinserção da dimensão antropossocial à organização física da vida, ao apreender que a natureza é um todo polissistêmico, ou seja, do núcleo ao átomo, do átomo à molécula, da molécula à célula, da célula ao organismo, do organismo à sociedade, há uma fabulosa arquitetura sistêmica edificada. Entretanto, não basta apenas associar inter-relação e totalidade, é preciso ligar totalidade à inter-relação pela idéia de organização. O autor esclarece sobre as inter-relações como um processo organizacional:

A natureza é um processo de encadeamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas quanto aos componentes ou indivíduos (MORIN, 2005, p.133).

Esta é a concepção de uma natureza não limitada, não reduzida por escalas de maior para menor partícula, mas, ao contrário, até a unidade, por menor que seja, já se encontra em complexa organização. Mais do que um processo, a natureza tem um método complexo, pois atua na interação entre seres físicos e antropossociais. Ambos estabelecem uma relação de interdependência, definindo uma dupla identidade: uma identidade própria que os distingue (processual) e uma identidade de dependência ecológica que os liga a seu ambiente:

Não há mais *physis* isolada do homem, ou melhor, isolável de seu entendimento, de sua lógica, de sua cultura, de sua sociedade. Não há mais objeto totalmente independente do sujeito (MORIN, 2005, p.179).

As duas concepções contemporâneas de natureza apresentadas, a processo-artefato e a complexa, são expressões de um movimento de ressignificação da concepção moderna de natureza, cuja grande contribuição é afirmar que, mesmo ainda dentro desse domínio conceitual e das teorias universais e unificadoras do conhecimento científico moderno experimental, a realidade tem múltiplas entradas (física, biológica, antropossociológica e outras). Essas concepções que emergem são manifestações de um novo pensar a relação homem e natureza, que ainda não está delineado claramente como um campo de saber.

Considera-se que, para a consolidação de um novo naturalismo, exigir-se-ão novas instituições sociais, como ressalta Porto-Gonçalves (2007). Histórico-geograficamente, as instituições que mantêm a separação natureza e cultura foram criadas para realizar tal objetivo; do mesmo modo, histórico-geograficamente será preciso inventar, com maior ou menor intensidade, nas suas múltiplas escalas, a nova idéia.

A constituição de um novo naturalismo terá suas possibilidades se se atrelar a uma nova noção ética na relação homem e natureza. Uma ética ecocentrada que, segundo Larrère (1997, p.345) traduz-se como “uma ética dos sentimentos morais, quando valorizamos o que amamos, a relação é uma relação de pertença que pode ser altruísta”. Situar o homem na natureza ou o ecocentrismo traz a abertura para o pertencimento do homem como parte da natureza. Uma relação que atribua uma valorização consciente da natureza, e na qual o sentido da prudência emana a ideia do seu “bom uso”. Esse outro/novo naturalismo – ecocentrado parte da compreensão de que o sentido de pertencimento do homem à natureza pode se dar numa escala local (a comunidade) e se estender à escala da Terra. Isso porque, uma vez a humanidade reinscrita na comunidade biótica, terá a escala do planeta Terra como sua própria morada.

1.4 A reapropriação social da natureza

Os aportes teóricos desse Capítulo trilham na compreensão de que o conceito moderno de natureza pela dominação e externalidade tem sido a condição para a própria manutenção do sistema capitalista. Porto-Gonçalves (1990) corrobora nessa análise ao afirmar que o conceito de natureza não é natural e a sociedade moderna capitalista tem instituído e socializado este conceito:

Toda a sociedade, toda a cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através dos quais os homens erguem as suas

relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (PORTO-GONÇALVES, 1990, p.23).

O autor esclarece que a racionalidade científica repercutiu sobre as relações sócio-espaciais, visto que o surgimento do homem ‘civilizado ou moderno’ apresentado como o senhor absoluto da natureza e sobre outros homens tidos como não civilizados – homens pobres, primitivos, loucos, crianças e mulheres, reordenaram o lugar do homem (dominador) sobre a Terra:

Esse homem-centro-do-mundo que deve ‘dominar a natureza’ não é um homem homogêneo, em que todos seriam socialmente iguais para agir sobre a natureza. Pois, ‘dominar a natureza’ pressupõe dominar outros homens pelo trabalho e, assim, junto com o homem burguês, temos aqueles expulsos da terra, constrangidos a viver por meio de algo abstrato que é o salário (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 379).

A natureza é uma condição de existência de todos os seres vivos, inclusive dos humanos. Desse modo, manter uma parcela cada vez maior de homens e mulheres separada da natureza e tornar natural que eles e elas, rigorosamente sem condições (naturais) para produzirem suas vidas, e se assalariando, são as formas utilizadas de tornar o dinheiro uma necessidade historicamente produzida. Tal condição não é ‘natural’ como nos tentam convencer.

Emergem, na contemporaneidade, expressões políticas em forma de movimentos de resistência ao processo de “globalização perversa”, como define Santos (2006, p.117). O autor avalia que mais além de se analisar os fatores que possibilitaram sua emergência, é preciso se deter na apreciação dos seus aspectos atualmente dominantes, de que resultam tantos inconvenientes para a maior parte da humanidade:

As populações envolvidas no processo de exclusão assim fortalecido acabam por relacionar suas carências e vicissitudes ao conjunto de novidade que as atingem. Uma tomada de consciência torna-se possível ali meso onde o fenômeno da escassez é mais sensível. Por isso, a compreensão do que se está passando chega com clareza crescente aos pobres e aos países pobres, cada vez mais numerosos e carentes. Daí o repúdio as idéias e às práticas políticas que fundamentam o processo socioeconômico atual [...] (SANTOS, 2006, p.118).

Os povos não só estão rejeitando as políticas neoliberais que geram exploração econômica, marginalização política, segregação cultural e degradação da natureza, mas também apontando outras/novas possibilidades para a construção de uma nova racionalidade. Como exalta Leff (2006, p. 157) há uma “racionalidade ambiental em conformação que se apoia na ordem da cultura, dos processos de significação e da produção de sentido como base para uma nova razão, que seja uma ação enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida“.

Os povos, especialmente os excluídos e periféricos dessa **globalização perversa** buscam a construção e legitimação de suas territorialidades. Para tanto, se mobilizam em diferentes formas de resistência, na tentativa de reorganização societária. Sobre esse processo ressalta-se:

A experiência dos movimentos sociais não só no Brasil e na América Latina, mas também, na Ásia e na África, mostram uma enorme capacidade criativa até porque têm que lidar com situações vivas e, portanto, abertas, podendo contar com outras matrizes de racionalidade não-ocidentais a partir das quais reinventam suas vidas, suas histórias, suas geografias, quase sempre com/contra uma razão instrumental utilitarista através da qual o capitalismo tenta se introduzir nos seus espaços geográficos socioculturais próprios (PORTO-GONÇALVES, 2007, p390).

Outro/novo paradigma está em construção. Os protagonistas dessa transição apresentam outras matrizes de racionalidade, não sustentada somente na técnica e no economicismo da modernidade. Desejam os movimentos socioambientais apontar uma realidade para além da apresentada e consolidada pela racionalidade moderna. Os movimentos sociais mostram caminhos possíveis a partir de situações vividas, concretas. Esse solo fértil para construção de utopias é um percurso para a instituição de outro paradigma, afirma Porto-Gonçalves (2007, p. 401, grifo nosso), “se o **paradigma-que-está-aí**, teve um processo instituinte, é porque os sujeitos históricos (classes sociais, grupos, estamentos, etc) foram protagonistas de sua instituição”.

A formatação de uma nova racionalidade ou novo sistema de representação da natureza pela sociedade contemporânea, conforme salienta o autor, nascerá da práxis social. E nessa leitura, ele se aproxima do que Latour (2004) critica sobre a institucionalidade do debate ambiental, que se centra numa política ambiental internacional e seus acordos, ditando leis, condutas e comportamentos para a preservação e conservação da natureza, em “câmaras”, mas mantém separado o debate dos políticos do debate dos cientistas, bem como não supera a distinção entre natureza e cultura.

Os movimentos de contra-ordem sejam ecológicos e suas derivações, de camponeses, de povos tradicionais indígenas e quilombolas, de povos tradicionais não indígenas etc., colocam em revalidação o conceito moderno de natureza dominante.

Leff (2005) ressalta que vivemos um tempo de hibridação do mundo, ou seja, tem-se a tecnologia da vida e a economização da natureza, mestiçagem de culturas, de diálogos de saberes, de dispersão de subjetividades etc. Um tempo de desconstrução e de reconstrução do mundo, no qual estão se ressignificando identidades e sentidos existenciais na contracorrente do projeto unitário e homogeneizante da modernidade. Emergem, portanto, novos valores e racionalidades que reorientam a construção do mundo, e nele se atravessam estratégias de poder em torno da reapropriação (filosófica, epistemológica, econômica, tecnológica e cultural) da natureza.

A contra-ordem ao processo de capitalização da natureza e da homogeneização cultural do projeto moderno capitalista possibilita traduzir uma nova expressão em torno do uso da natureza, que é a reapropriação social. O autor compreende que seja um movimento que parte da própria constituição da racionalidade ambiental, que começa a reorganizar a produção baseada no potencial produtivo da natureza, no poder da ciência e da tecnologia modernas e traz à tona processos de significação definindo

identidades culturais e emanando sentidos existenciais dos povos em diversas formas de relação com a natureza. Como explica:

Nos países tropicais do Terceiro Mundo emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais, através da descentralização da economia e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a repropriad-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção (LEFF, 2005, p.47).

Uma das características mais importante dos movimentos emergentes em torno da reapropriação social da natureza, segundo o autor, não é tanto servir de correia de transmissão dos custos ecológicos invisíveis ao mercado, para o interior da racionalidade econômica dominante, mas sua contribuição para a construção de outra racionalidade produtiva, sobre bases de sustentabilidade ecológica, equidade social e diversidade cultural.

A reapropriação social é um movimento das comunidades na apropriação e na transformação de seus recursos ambientais. Ela requer um princípio de “equidade na diversidade”, que implica a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Como ainda afirma, estes processos definem as condições de produção e as formas de vida de diversos grupos da população com relação ao manejo sustentável de seu ambiente.

Desse modo, o protagonismo de base popular e cultural do qual a reapropriação social da natureza faz-se uma expressão, tenta escapar das soluções do mercado livre, subordinadas as regras do jogo do capitalismo. É certamente um jogo desigual de forças, no qual os diferentes protagonistas em luta dispõem de condições políticas diferentes, mas não invalida as tentativas dos movimentos sociais e ambientalistas de pensar a “abertura da história, buscando as raízes ontológicas, epistemológicas e éticas na relação homem e natureza, potencializando as relações de outridade e sendo capazes de abrir o caminho para a construção da racionalidade ambiental” (LEFF, 2006, p.112).

Os movimentos sociais trazem como bandeiras de luta a revalorização do lugar/território e reafirmações das identidades. Nesse propósito, mobilizam os povos para seus direitos sócio-culturais, territoriais e ambientais, num sentido de reivindicação por regras mais plurais e possibilidades de convivência entre homem e natureza. Alier (2007) ressalta que os movimentos socioambientais mudaram nas últimas décadas sua ação e luta. Povos das florestas, das matas, de territórios tradicionais, de comunidades rurais, e tantos outros, atuam não somente pela manutenção dos recursos naturais como base de reprodução material, mas buscam resguardar seus **territórios de vida**, seu patrimônio ecológico-cultural, inserindo na reapropriação social da natureza a dimensão simbólica/sagrada.

Como afirma Alier, as lutas dos povos se fazem pela ampliação da democratização e do acesso aos recursos da natureza, apropriados pelo capital e pelas formas opressivas e dominantes do uso da natureza. Os povos lutam pela água de qualidade, pela terra, pela biodiversidade, etc., insurgindo em várias partes do mundo focos de tensão e conflitos, que também se apontam no Brasil, como exemplo, a resistência popular ao projeto de transposição do rio São Francisco.

Os grupos sociais contemporâneos se organizam em torno de uma nova forma de ação e resistência em defesa da natureza, em contraposição ao “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2008, p.17), ou seja, uma natureza posta como reserva em parques e jardins protegidos e atribuídos como santuários ecológicos. A natureza que se deseja defender é fonte de sustento e das preocupações sociais, religiosas, simbólicas e culturais das populações tradicionais ou não, por seus territórios de vida.

Alier (2007, p.22) classifica, na atualidade, três correntes principais do movimento ambientalista mundial. A saber, o “culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”. Para o autor, essas três vertentes, apesar de divergentes, têm diversos elementos comuns, ou seja, são como canais de um único rio, ramificações de uma grande árvore. Sobre as duas primeiras correntes, o autor salienta que são mais presentes na tradição do pensamento contemporâneo ambientalista, que, por sua vez, vem se desdobrando desde meados do século XIX. Elas convivem e entrecruzam, às vezes, pois, tanto a perspectiva do “culto ao silvestre”, como a do “culto da ecoeficiência”, eventualmente, se unem em discursos e ações.

E a corrente do “ecologismo dos pobres” ou “ecologismo popular” ou mesmo como “movimento de justiça ambiental” é a corrente que rebate o crescimento econômico, apontando esse o maior implicador dos grandes impactos no meio ambiente. Também chama a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos, além de apontar o comércio mundial como desigual, tendo os países pobres, ou em expansão, como grandes exportadores de recursos naturais e energéticos para os países ricos.

Essa corrente é mobilizada pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas e outros, que lutam pelos direitos territoriais, ou por outros povos do mundo que apelam para a sacralidade da natureza para defender e assegurar seu sustento, sua base material e imaterial de vida. Mas visam, como eixo principal ao interesse material das condições para a subsistência. Ela é uma corrente que não compartilha os mesmos fundamentos éticos (nem estéticos) do culto ao silvestre, pois sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os povos.

O pressuposto fundamental dessa corrente é de que as populações tradicionais tenham se co-evolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. Nela a reapropriação social da natureza marca-se como um diferencial dentro do movimento ambiental

contemporâneo. Primeiro, porque se delinea dentro do contexto sócio-histórico e cultural de transição entre paradigmas representativos da natureza, de uma concepção de externalidade para uma concepção construtivista/interacionista. Segundo, se constitui como um movimento de base popular cujos protagonistas lutam contra os impactos ambientais que os ameaçam, e que afetam diretamente a vida, o trabalho e a cultura.

Agregam-se, nessas lutas, os camponeses, cujos campos ou terras voltadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou por pedreiras; os pescadores artesanais contra barcos de alta tecnologia ou outras formas de pesca industrial; os mineiros contra as fábricas e seus impactos sobre as comunidades, a contaminação do ar, ou que vivem rio abaixo de suas instalações; os seringueiros da Amazônia contra o desmatamento e avanço ilegal sobre as reservas extrativistas; comunidades rurais tradicionais que lutam pelo direito de posse das terras coletivas e tantos outros povos e seus direitos sociais, ambientais e culturais ameaçados pela capitalização da natureza.

Segundo Alier (2007), esse conjunto de causas revela-se como “conflitos ecológicos distributivos”, que exigem uma resposta aos efeitos do projeto de capitalização da natureza:

Uma resposta à medida que se expande a escala da economia, mais resíduos são gerados, mais os sistemas naturais são comprometidos, mais se deterioram os direitos das gerações futuras, mais o conhecimento dos recursos genéticos são perdidos (ALIER, 2007, p.44).

Esses “conflitos ecológicos distributivos” têm suas histórias de lutas contra danos ambientais, e que se marcam como precursores do nascimento do “ecologismo dos pobres”. Do final do século XIX ao início do século XX, já havia expoentes de lutas por justiça ambiental, mas hoje, essa luta dos pobres é contra as tantas ameaças da capitalização da natureza.

Os discursos com os quais se desenvolvem as disputas nos **conflitos ecológicos distributivos** são freqüentemente alheios ao mercado, assim, como ao mercado fictício, segundo o autor, eles estão ligados, no geral, ao valor ecológico dos ecossistemas, o respeito ao sagrado, a urgência do sustento vital, a dignidade humana, a demanda pela segurança ambiental, a necessidade da segurança alimentar, os direitos dos indígenas aos seus próprios territórios, o valor estético das paisagens, o valor da própria cultura, a injustiça de se apropriar o espaço ambiental de cada um, a injustiça do sistema de castas e o valor dos direitos humanos. Com efeito, essas lutas de resistência implicam a reivindicação por uma sustentabilidade que, implicitamente, questiona as tecnologias usuais e degradantes e promovem a instituição de práticas de gestão comunitária.

A nova atuação da sociedade civil adentra como um importante aspecto que marca esse movimento. Também se tem a participação das ONGs, pois as mesmas transitam do local para o global com as demandas das comunidades, traduzindo-as para o discurso ambiental a luta pelos direitos

humanos e territoriais. O meio rural e suas organizações têm recebido forte apoio do conjunto de ONGs e redes internacionais. As grandes redes de ONGs, muitas nascidas no Sul ou cujas atividades estão majoritariamente dirigidas para o Sul, frequentemente organizam-se em núcleos executivos mundiais que agem paralelo aos Estados. Essas redes apoiam na escala local, mas definem as formas de ação em escala global.

Considera-se que o processo de reapropriação social da natureza fundamenta-se num sentido de natureza que contempla a base material da sobrevivência da vida (o território e seus recursos naturais) e a base imaterial, a preservação dos valores simbólico-culturais (a identidade). A corrente do “ambientalismo dos pobres” expressa esse processo de reapropriação ao aglutinar camponeses, mineiros, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, mulheres e jovens e outros, que assumem uma mudança de papel, como aponta Vianna (2008, p.17), “de invisíveis à protagonistas”, pois passam a ser atores sociais ativos em defesa de seus territórios de vida, de trabalho e de cultura.

Ressalta Alier (2007), que os movimentos ambientalistas dominantes não entenderam ainda que os diversos povos da Terra cultivam sentimentos de sacralidade da natureza que de modo algum podem ser conceituados como valores “pós-materialistas”, em razão da sua associação com o uso imaterial imediato dos sistemas de apoio à vida proporcionado pela natureza. É justamente por este ponto que a corrente do ‘ecologismo dos pobres’ pode fazer uso do sagrado fundamentando-se na cultura de um povo a luta por seus direitos materiais.

Capra (1996) permite compreender que os principais problemas de nossa época são problemas sistêmicos. Isso significa que são interligados e interdependentes. Esse autor nos aponta que há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, em nosso pensamento e em nossos valores. Assim, consideramos-nos ancorados nessa premissa de que a grande revolução paradigmática de nossa época se dará no campo das percepções em torno da relação natureza e cultura, cujo sentido de conciliação e interatividade orienta tanto o uso e a garantia dos direitos territoriais e simbólico-culturais dos povos.

CAPITULO 2

2 A ELABORAÇÃO DA MUNDANEIDADE NAS TERRAS SECAS

CAPITULO 2 - A ELABORAÇÃO DA MUNDANEIDADE NAS TERRAS SECAS

2.1 As terras secas do mundo

Dentre as Zonas climáticas da Terra há um conjunto de terras conhecidas como Terras Secas. Essas perfazem as Zonas Áridas e Subúmidas Secas e formam uma proporção considerável da superfície emersa da Terra, como é apresentado na Figura 04. Essas zonas constituem habitat e fonte de sustento de uma grande parcela da população mundial e se estendem pelos cinco continentes: África, Ásia, Oceania, Europa e América. São consideradas Terras Secas “todas as áreas, com exceção das polares e das sub-polares, nas quais a razão de precipitação anual e evapotranspiração potencial está compreendida entre 0,05 e 0,65” (BRASIL, 2006c, p.18).

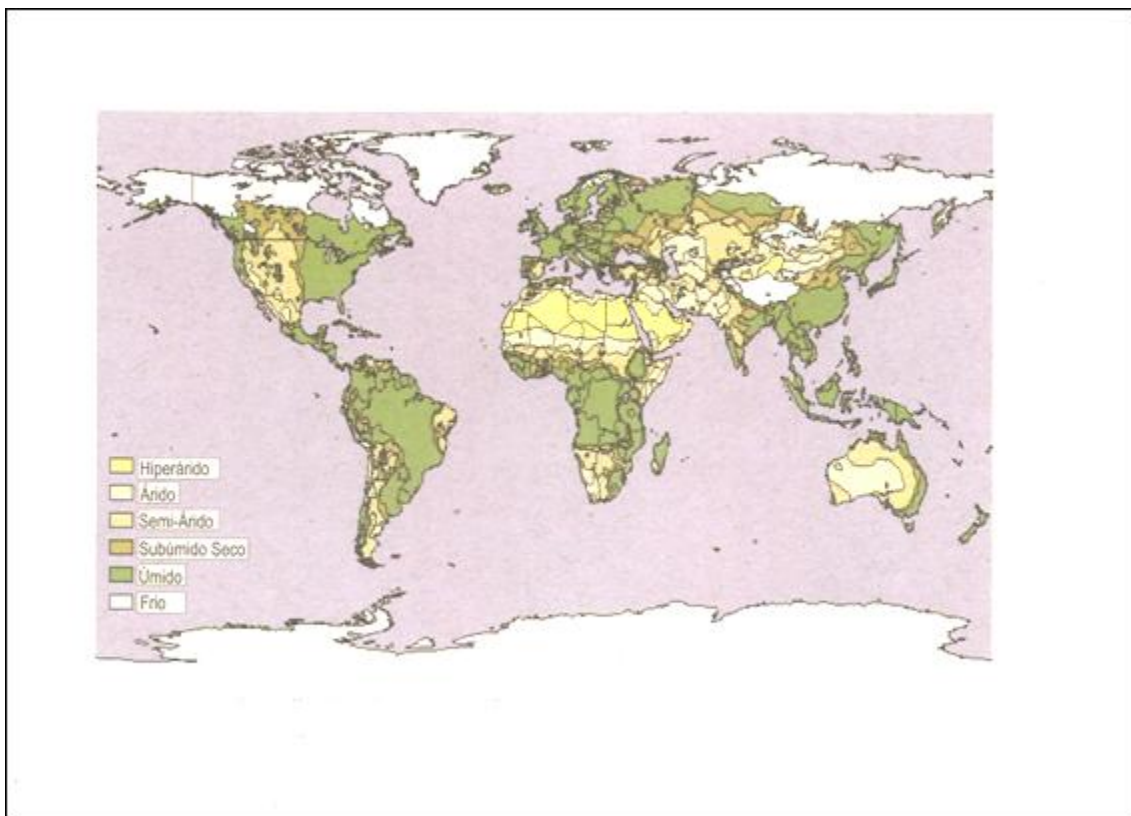


Figura 04 - Climas do mundo segundo o índice de aridez

Fonte: BRASIL, 2006b

As Terras Secas são classificadas pelo Índice de Aridez, desenvolvido por Thornthwaite, em 1941. O índice é calculado dividindo-se a quantidade de precipitação média anual pela evapotranspiração potencial média anual. Para este cálculo, é preciso um período de, no mínimo, 30 anos de informações

meteorológicas. De acordo com o Índice de Aridez de Thornthwaite, os climas podem ser classificados em hiper-árido, árido, semiárido, subúmido seco, subúmido úmido e úmido.

A Convenção Mundial de Combate à Desertificação (UNCCD ou CCD) utiliza-se desse Índice para identificar e classificar as Áreas Susceptíveis a Desertificação (ASD), que são as áreas do mundo com maiores riscos ao processo de desertificação. Conforme a adoção do Índice de Aridez da classificação climática de Thornthwaite, as ASD podem ser classificadas em *áreas áridas* quando o Índice é entre 0,05 a 0,20, de *áreas semi-áridas* com índices entre 0,21 e 0,50 e *áreas subúmidas secas* com índices entre 0,51 e 0,65. A Tabela 01 apresenta os tipos climáticos conforme seu Índice de Aridez:

Tabela 01- Classificação dos climas segundo o índice de aridez

<i>Clima</i>	Índice de Aridez
Hiperárido	< 0,05
Árido	0,05 a 0,20
Semiárido	0,21 a 0,50
Sub-úmido Seco	0,51 a 0,65
Sub-úmido Úmido e Úmido	> 0,65

Fonte: BRASIL, 2006b

As Terras Secas se caracterizam pelo desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos naturais, *vis-à-vis* às necessidades básicas das populações que nelas habitam. De forma específica, essas porções territoriais apresentam feições variadas, pois nessas as condições particulares de clima, solo, vegetação combinadas com relações sociais de produção e, em consequência, a distintos modos de vida, marcam as variações de paisagem, podendo ser mais ou menos acentuadas. De acordo com relatório do MMA:

Nessas áreas, há momentos em que chove mais ou menos, o solo é fértil ou já se degradou ou se encontra submetido a intensos processos de desnudamento; em que a vegetação passa mais rala e menos vigorosa; e a escassez ou falta de alimentos básicos passa a constituir ocorrência freqüente (BRASIL, 2005a, p.03).

Aproximadamente, 48 % das terras agricultáveis da Terra podem ser classificadas como Terras Secas, ocupando 53.529 milhões de km², e no que tange à Zona Semiárida, essa ocupa 23.740 milhões de km², ou seja, 18% das terras secas no mundo, como mostram a Tabela 02.

As Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas Secas são habitadas por mais de 2 bilhões de povos (2.564.914,000 hab) que correspondem a quase 40% da população do mundo. O número maior da população dessas Zonas fica concentrado na Ásia, com 43% da população total, que equivale a aproximadamente 1.5 bilhão dos povos. Outros continentes como a África e as Américas e Caribe

também têm grande parte de sua população habitando as “terras secas”, especialmente nas áreas Semi-Áridas e Subúmidas Secas (INDIA, 2010).

Tabela 02 - Extensão em área das terras secas em diferentes continentes do mundo, 1992
(áreas em números relativas a milhões de km²)

<i>Continentes</i>	<i>Hiperárido</i>	<i>%</i>	<i>Árido</i>	<i>%</i>	<i>Semiárido</i>	<i>%</i>	<i>Sub-úmido Seco</i>	<i>%</i>	<i>Total Terras Secas</i>	<i>%</i>
África	8.099	27	5.052	17	5.073	17	2.808	9	12.933	70
Américas e Caribe	268	1	1.201	3	7.113	17	4.556	11	12.870	32
Ásia	2.744	6	6.164	13	7.649	16	4.558	9	18.371	44
Austrália e Oceania	0	0	3.488	39	3.532	39	996	11	8.016	89
Europa	0	0	5	0	373	7	961	17	1.339	29
Total no Mundo	11.110	8	15.910	12	23.740	18	13.879	10	53.529	48

Fonte: Tabela adaptada, INDIA, 2010

Na Tabela 03 pode-se verificar que a Zona Semiárida tem 873.871 milhões de habitantes, correspondendo a 16% do total da população que vive nessa Zona e do qual destaca se o *Semiárido Brasileiro* como um dos mais populosos, com 32 milhões de habitantes. Ressalta-se também que aí se localizam algumas das maiores cidades do mundo, tais como Beijing, Cairo, Lima e Dacar (INDIA, 2010a).

As Zonas Semiáridas e Sub-Úmidas Secas são ecossistemas susceptíveis às secas, à degradação das terras e ao processo de desertificação, daí serem definidas pela CCD como Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) devido a um conjunto combinado de fatores de ordem ambiental, socioeconômicos e políticos que as colocam em situação de moderada a alta vulnerabilidade a esse processo. De acordo com o Programa Nacional de Combate à Desertificação no Brasil (PAN-Brasil), esse critério não é suficiente para caracterizar as áreas de risco, pois envolvem-se outros fatores, além do critério climático, tais como aqueles relacionados ao tipo e à intensidade de uso dos recursos naturais. Dessa forma, as áreas sujeitas a maior risco são as que associam a alta suscetibilidade a fatores humanos de ocupação, como

densidade demográfica, formas de manejo, integração aos mercados, índices tecnológicos, entre outros fatores (BRASIL, 2004d).

As condições de equilíbrio ambiental nas terras secas se associam à disponibilidade de água, de energia solar, da topografia e o clima tem suas numerosas combinações. Conforme avança a aridez se

Tabela 03 - Total de população pela extensão das terras secas nos diferentes continentes do Mundo, 1992 (Números da População em milhões)

<i>Continentes</i>	<i>Hiperárido</i>	<i>%</i>	<i>Árido</i>	<i>%</i>	<i>Semiárido</i>	<i>%</i>	<i>Sub-úmido Seco</i>	<i>%</i>	Total das Terras Secas
África	58.068	9	40.503	6	117.649	18	109.370	17	267.522
Américas e Caribe	4.387	1	19.081	3	100.753	14	581.201	8	701.035
Ásia	29.506	1	161.554	5	625.411	18	657.899	19	1.444,864
Austrália e Oceania	0	0	275	1	1.342	5	5.318	19	6.935
Europa	0	2	629	6	28.716	5	115.216	20	144.561
Total no Mundo	91.961	2	222.042	4	873.871	16	1.469,004	17	2.564,914

Fonte: Tabela adaptada, INDIA, 2010

reduz a capacidade de organização como sistema natural. No entanto, as terras secas têm capacidade para sustentar a produção e a vida. Conforme ressalta o PAN-México:

Las regiones secas guardan una riqueza, basada no tanto en su densidad, como en su especialización biológica, donde la flora y la fauna son el producto de milênios de adaptación fisiológica para su sobrevivencia. Tal riqueza prospera en condiciones de equilibrio, lo cual significa bajos esquemas naturales o de una utilización adecuada; más este equilibrio es frágil y cuando se presentan alteraciones a las condiciones naturales, o la explotación rebasa. La capacidad natural de recuperación del ecosistema, uno o vários componentes se deterioran, perdiéndose así el equilibrio en las tierras secas, a esto e refiere la desertificación (MEXICO, 2010).

Como posto, o avanço da aridez deve-se mais ao mau manejo dos solos especialmente, do que de um desequilíbrio natural do ambiente semiárido. As terras secas, como as semiáridas são territórios de vida, mas estão sendo desconsideradas na capacidade de suporte ambiental.

A CCD quando realizada em 1977, em Nairóbi/Quênia (África) definiu os conceitos dos processos de degradação das terras, das secas e da desertificação. Desde então, a degradação das terras, presente nessas Zonas é entendida pela Convenção como sendo:

A redução ou perda nas Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-Úmidas Secas, da produtividade biológica e econômica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da atividade do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como: a erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água; a deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo; e, a destruição da vegetação por períodos prolongados (BRASIL, 2006a, p.18).

As secas, outro fator climático comum das terras secas, são caracterizadas como sendo a ausência, escassez, frequência reduzida, quantidade limitada e má distribuição das precipitações pluviométricas durante as estações chuvosas. Desse modo, a CCD define por seca:

Um fenômeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registrada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afeta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos da terra [...] e as atividades relacionadas com previsão da seca e dirigidas à redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais àquele fenômeno no que se refere ao combate à desertificação são definidas como a mitigação de seus efeitos (BRASIL, 2006a, p.18).

Estudos climáticos mais recentes demonstram que as secas vêm se ampliando, mundialmente, em frequência e em espaço e tornam-se fenômenos que necessitam de um tratamento multidimensional, especialmente no que se refere à mitigação de seus efeitos. As secas podem ser classificadas em secas ocasionais, devido à sazonalidade ou às variações inter-anuais das chuvas; e, em secas severas de longos períodos, que podem ser causadas ou agravadas pela influência humana sobre o meio ambiente (exemplos, a redução da cobertura vegetal, mudanças climáticas locais, efeito estufa etc). Por serem as terras secas ecossistemas frágeis devido a um conjunto de aspectos, desde as mudanças climáticas e exposição ao uso inadequado dos recursos (desmatamento), a práticas inapropriadas do uso do solo (sobrepastoreio e cultivo excessivo, irrigação sem manejo adequado de água e solo etc.) e, principalmente, a modelos de desenvolvimento regionais imediatistas, o resultado tem sido a aceleração do processo de desertificação, um fenômeno associado às dinâmicas ambientais dessas Zonas (FGEB, 2003).

A desertificação é para a CCD “a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (BRASIL, 2006a, p.17). Um processo que afeta substancialmente a qualidade de vida das comunidades residentes nas ASD, reduzindo a fertilidade dos solos, perdas de reservas hídricas e de biodiversidade. A desertificação também contribui para a insegurança alimentar, a fome, a pobreza e pode dar origem a tensões sociais, econômicas e políticas.

As regiões do mundo definidas como ASD pela Convenção Mundial são cinco e englobam um conjunto de países da África, da Ásia, da América Latina e Caribe e da Europa (Norte do Mediterraneo e Europa Central e Oriental). O PAN-Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2010) aponta que mais de 100

países localizados nas Terras Secas estão potencialmente impactados pelo processo de desertificação. Segundo o Worldwatch Institute, os continentes perdem anualmente 24 bilhões de toneladas de terra. Cerca de 70% dos 5,2 bilhões de ha de terras secas com utilização agrícola já estão degradados. Assim, a desertificação afeta anualmente, cerca de 30% da área total da Terra. Na África, cerca de 1 bilhão de ha, ou seja 73% das suas estão de moderada a fortemente afetadas pela desertificação. Na Ásia, outros 1,4 bilhões de ha também estão afetados.

Diante do panorama mundial sobre as regiões das ASD, pode-se considerar que as causas e consequências da desertificação são um processo imbricado, pois se associam a pobreza e a insegurança alimentar com as variações do ciclo hidrológico (secas e enchentes), que, combinadas potencializam o processo e montam um quadro de instabilidade para as populações e comunidades atingidas. Ao certo, a degradação de terras, as secas e a desertificação são processos para os quais ainda não se tem, pela comunidade científica, definições precisas sobre suas causas e consequências. São fenômenos complexos e que necessitam de estudos mais avançados ao seu respeito, mas, geralmente, as secas se dão em áreas afetadas pela desertificação, não sendo uma regra, pois a mesma pode ser uma característica da climatologia regional, que determina suas características de comportamento e ocorrência (FGEB, 2004).

Dessa forma, tais processos naturais vêm se constituindo como grave problema socioambiental global porque estão combinados e intensificados pelas formas inadequadas de uso das terras das Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas por programas e planos descontextualizados e que desconsideram a susceptibilidade das dinâmicas ambientais inerentes a essas regiões.

As condições ambientais, socioeconômicas e políticas das regiões de ASD, foram organizadas no Quadro 01 de forma a demonstrar que elas guardam, além da situação comum de desertificação, secas graves a severas (com características heterogêneas) e degradação das terras, também modelos de desenvolvimento econômicos insustentáveis. Estas situações comuns entre as regiões de ASD, no entanto, guardam entre si, graus de intensidade de região para região e entre países, mas que, em sua maioria, são países periféricos, com forte exclusão social.

De modo geral, os países localizados nas Terras Secas estão afetados de forma grave a moderada pela desertificação, e, em particular, os países mais pobres são aqueles mais afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente os países africanos, mais tragicamente afetados. Os diagnósticos apontam que as mulheres, particularmente nas zonas rurais dos países pobres e em desertificação, são as mais atingidas da população.

Fatores tais como o baixo ou limitado sistema de instalações de armazenamento e meios de comercialização, particularmente nas zonas rurais, os baixos investimentos de projetos que viabilizem formas alternativas de subsistência susceptíveis de gerar rendimentos nas zonas mais vulneráveis à seca, o baixo controle da dinâmica demográfica e práticas agrícolas insustentáveis compõem um quadro de

Quadro 01 - Condições ambientais, socioeconômicas e políticas dos países das zonas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas

Países Africanos	Países Asiáticos	Países da América Latina e Caribe	Países do Norte do Mediterrâneo
Número elevado de população afetada pela desertificação e pela freqüente de secas graves;	Grande parte de países afetados ou vulneráveis à desertificação;	Existência de vastas áreas vulneráveis ou severamente afetadas pela desertificação e/c seca;	Grandes áreas afetadas pelas secas sazonais;
Grande parte de países sem litoral;	Forte pressão Exercida sobre os Recursos naturais para assegurar a subsistência;	Características heterogêneas dos Países;	Grande variabilidade pluviométrica e chuvas repentinas e de grande intensidade;
Países de menor desenvolvimento relativo e necessidade de ajuda externa (doações e empréstimos);	Existência de Sistemas de diretamente ✓ ás condições de saúde e de nutrição;	Intensidade crescente de situações sociais, culturais, econômicas e ambientais negativas e graves;	Solos pobres e erosionáveis;
Difíceis condições sócioeconômicas (dívida externa e instabilidade econômica);	Baixa segurança alimentar;	Uso de modelos de desenvolvimento não sustentáveis	Relevo acidentado em declives acentuados;
Fortes migrações internas regionais e internacionais;	Forte migração;	Complexa interação de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos;	Paisagens diversificadas;
grande dependência das populações para sua subsistência dos recursos naturais;	Deslocamento forçado de pessoas;	Fatores econômicos internacionais (endividamento externo, troca e práticas desiguais);	Grandes perdas de cobertura florestal;
Base tecnológica frágil;	Alta dinâmica demográfica.	Queda acentuada da produtividade dos ecossistemas;	Crise na agricultura tradicional e abandono de terra;
Produção sem sustentabilidade com forte geração de degradação dos recursos;		Perdas na renda agrícola, pecuários e florestais e de Biológica;	Baixa proteção do solo e da conservação da água (poluição química, salinização e esgotamento de aquíferos);
Quadro institucional jurídico frágil;		Empobrecimento social;	Forte crescimento urbano, industrial, turístico e da agricultura irrigada no litoral.
Falta de capacidade científica, Técnica e educativa.		Forte migração interna;	
		Deterioração da qualidade de vida.	

Fonte: BRASIL, 2004a

Organização: CARVALHO, L. D., 2010

Esse contexto de *globalização perversa* (SANTOS, 2006) expõe que o enfrentamento da pobreza é de ordem também ética. No que se referem às ASD, as Organizações Internacionais (Governamentais e Não-Governamentais) ligadas à desertificação, como é o caso da ONU e das suas deliberações pela CCD, definem a pobreza como uma questão de causa e de consequência da degradação sócio-ambiental, expressa no processo de desertificação, cujos maiores impactos se dão, em grande parte, nas Terras Secas, e, mais severamente, naqueles países/territórios mais empobrecidos.

2.2 A desertificação na pauta da política ambiental mundial para as terras secas

A desertificação das Terras Secas tornou-se, nas últimas décadas, uma preocupação global, cujas ações e mecanismos de combate e mitigação aos efeitos desse processo e também das secas exigem compromissos nacionais e internacionais. A sustentabilidade das Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas agora orientada pela CCD põe em cena atores sociais internacionais, cujas ações e intervenções se efetivam nas escalas global-local. Um novo quadro de poder que enfraquece as ‘velhas institucionalidades’ cristalizadas nas bases regionais/locais, pois permitem emergir novos atores sociais, com maior ou menor grau de participação, como exemplo, a participação cada vez mais crescente da sociedade Civil nas esferas de elaboração de políticas públicas de cunho socioambiental.

Os Organismos internacionais reconhecem as experiências exitosas desenvolvidas pela sociedade Civil regional/local no que concerne às ações de convivência com a aridez, aspectos considerados como “formas de promover o desenvolvimento sustentado desses ecossistemas frágeis” (BRASIL, 2006a, p.08). A CCD reconhece em concordância com suas Partes⁰¹ a desertificação como um fenômeno que necessita ser tratado de forma multidimensional e inter-relacionado, e, para tanto, o combate e a mitigação exigem esforços locais, nacionais e internacionais, com ações interinstitucionais. A compreensão de ‘combate à desertificação’, pela CCD é:

Atividades que fazem parte do aproveitamento integrado da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas com vistas ao seu desenvolvimento sustentável, e que têm por objetivo a prevenção e/ou redução da degradação das terras; a reabilitação de terras parcialmente degradadas, e a recuperação de terras degradadas (BRASIL, 2006a, p.17).

O combate à desertificação se constitui, portanto, como uma política ambiental internacional, cujos modelos de uso dos recursos naturais das Terras Secas devem se pautar pela sustentabilidade. Deste modo, as orientações para ações efetivas de combate e mitigação ao processo de desertificação passam a

⁰¹ Por países Partes da CCD “entendem-se os países Partes desenvolvidos e as organizações econômicas regionais compostas por países desenvolvidos” (BRASIL, 2006a, p.19).

ser engendradas do nível mundial (dos organismos internacionais) para níveis nacionais (países signatários da CCD) e descem para as escalas regionais e comunitárias, sendo que, nessas últimas escalas, as inovações, autonomias e experiências dos atores sociais, em especial, as ONGs, associações, grupos e movimentos sociais regionais/locais passam a interagir com as orientações da CCD. Como expõe a Convenção:

Para ser plenamente efetivas, las actividades de lucha contra la desertificación y contra la sequía han de adaptarse cuidadosamente a las circunstancias y necesidades particulares de cada país (UNCCD, 2010).

Neste sentido, desde a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, em 1977, há todo um movimento de articulação e mobilização mundial para a implantação das ações de combate e mitigação à desertificação, cuja execução cabe aos Países Partes no que confere a elaboração dos Programas de Ação Nacional – os PANs. Grande número de países signatários já elaboraram seus PANs, mas têm como desafio colocarem os Planos em execução.

Um PAN compreende um conjunto de orientações para as formas de uso sustentáveis dos recursos das ASD de um determinado país ou região, no sentido de controlar, amenizar, mitigar e mesmo combater o processo de desertificação. Nele se estabelecem a necessidade e a importância de envolverem as comunidades locais e a sociedade civil no comprometimento de ações preservacionistas e conservacionistas dos ambientes afetados pelas secas e desertificação.

A desertificação tem sua relação com outros problemas ambientais de dimensão global enfrentados pelas comunidades internacional e nacional, e, portanto, a compreensão de seu combate deve guardar sinergia e interações com outras Convenções Internacionais. Os objetivos da CCD também se resguardam dentro do Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e da Convenção sobre a Diversidade Biológica e de outras Convenções Ambientais. Deste modo, há todo um conjunto de diretrizes, normas e acordos que ditam os princípios que os países Partes devem seguir para elaborar e implementarem estratégias e ações nacionais de combate à desertificação formatando-as em seus PANs:

La preparación de los PAN es un proceso dinámico, y la situación de cada país a ese respecto puede cambiar a lo largo del tiempo. Para poder materializarse con éxito, los PAN deben integrarse en las demás estrategias nacionales de desarrollo sostenible, como el Documento de estrategia de lucha contra la pobreza, y será necesario entablar procesos consultivos con miras a concertar acuerdos de coparticipación. La participación de organizaciones no gubernamentales (ONG) es particularmente importante, y su valiosa contribución a ese proceso ha sido ampliamente reconocida (UNCCD, 2010).

Em 1992, outro evento importante foi a Conferência Internacional sobre Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Semiárido – ICID, que aconteceu em Fortaleza, Ceará, sendo o primeiro evento mundial dedicado às Zonas Áridas e Semiáridas do planeta. Essa Conferência também foi um

evento preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, Rio de Janeiro. Mas, os resultados concretos para preparar o compromisso político no que tange ao desenvolvimento das ASD foram afirmados na Agenda 21 Global, cujo Capítulo 12 confere prioridade à implementação de medidas preventivas para as áreas atingidas pela degradação das terras ou que estejam apenas levemente degradadas. Destaca-se no Capítulo em questão que:

As áreas seriamente degradadas não devam ser negligenciadas. No combate à desertificação e à seca, é essencial a participação das comunidades locais, organizações rurais, governos nacionais, organizações não-governamentais e organizações nacionais e regionais (BRASIL, 2004f, p.05).

Sob as recomendações da Agenda 21 Global, foi realizada, em 1994, em Fortaleza, Ceará, a CONSLAD, organizado para fazer um balanço da situação da desertificação na América Latina e Brasil e discutir o texto da CCD. Um momento político importante formulando-se o texto final do Anexo Regional para a inserção dos países da América Latina e Caribe na Convenção. Essa inserção possibilitou o reconhecimento dos processos de degradação de terras e desertificação, em algumas áreas já em estágio avançados nesse continente, pois até então, só eram reconhecidos, tais processos, na África e Ásia (BRASIL, 2005a).

Em 1999, com a 3ª Conferência das Partes da CCD (COP3), ocorrida em Recife, Pernambuco ampliaram-se as discussões em torno das causas e medidas necessárias para um combate mais integrado da desertificação. Simultaneamente a essa conferência, realizou-se o Fórum Paralelo da sociedade civil, um evento que permitiu a ampliação desse segmento de forma atuante e criativa dentro do processo de construção da luta contra a desertificação no Brasil. Conforme ressalta a Rede Internacional de ONGs sobre Desertificação (RIOD), abriu-se um caminho de questionamentos sobre os modelos de desenvolvimentos até então implementados no Semiárido Brasileiro, deflagrando um processo de construção do PAN-Brasil. Criou-se o Grupo de Trabalho da Articulação no Semiárido Brasileiro (GTCD da ASA) que partiu da necessidade identificada por algumas organizações da rede ASA de serem contempladas, na prática, as preocupações da sociedade civil sobre a luta contra a desertificação na região (RIOD, 2004).

Outro destaque também que surgiu com as ações de combate à desertificação foi o papel desempenhado pelas ONGs, populações e comunidades locais e outros grupos importantes no combate à desertificação e na mitigação dos efeitos da seca, de forma participativa, podem assegurar aos níveis local, nacional e internacional as ações. Para tanto, indica a Convenção que o caminho é fazer uso pleno dos conhecimentos especializados das OGs e ONGs competentes, no que tange a informação e experiência disponível entre os grupos de ação nas regiões afetadas. Também destaca a participação da população em todos os níveis, especialmente ao nível local, em particular, de mulheres e dos jovens.

2.3 Programa nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas no Brasil

A sustentabilidade do Semiárido Brasileiro ganhou um novo impulso após a realização da ICID, realizada em Fortaleza, em 1992. Avançou-se na pesquisa do processo de desertificação envolvendo pela primeira vez, entidades representativas da sociedade e entidades Não-Governamentais. Uma primeira ação foi à elaboração do Projeto Áridas: Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste, (FGEB, 2004).

Esse Projeto foi proposto nas esferas dos Governos Federal, Estaduais e de Entidades Não-Governamentais, comprometidos com os objetivos do desenvolvimento sustentável no Nordeste. Ele recebeu apoio financeiro de Entidades Federais e dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, particularmente através de recursos do segmento de Estudos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), oriundos de financiamento do Banco Mundial ao Governo Federal. Sua execução se deu em cooperação técnica e institucional entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e os Estados. Foram elaborados relatórios técnicos abordando a evolução do processo de desertificação na região Nordeste, quais os maiores problemas e propostas para a reorientação da ação do governo federal na região, por meio da execução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Os estudos inovaram na consulta com a sociedade contando com seminários nos estados, aprofundando o conhecimento técnico sobre as condições atuais e futuras de sustentabilidade da região e a efetividade das políticas de desenvolvimento, considerou que a parte semiárida extremamente vulnerável às secas, foi dada especial atenção ao problema da variabilidade climática e seu efeito sobre a economia, a população e o meio ambiente (PROJETO ARIDAS, 2008).

O Projeto tornou-se referência para elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável dentro da região Nordeste, com foco no conhecimento dos processos de desertificação em seus territórios formulando por exemplos, em 2001, pelo Governo da Bahia a Política para o Combate à Desertificação, e em 2003, seguiram-se os governos da Paraíba e de Pernambuco, respectivamente, a Política de Combate e Prevenção à Desertificação e a Política Estadual para o Controle da Desertificação (BRASIL, 2005a).

O Projeto Áridas inovou com as concepções de desenvolvimento no contexto da convivência com a semiaridez, pois do ponto de vista metodológico, o Programa trabalhou com elementos até então não dimensionados nas Políticas Públicas anteriores, como exemplos: a sustentabilidade do processo de desenvolvimento como uma idéia de longo prazo, com aplicação de metodologia de planejamento descentralizado, participativo e democrático (BRASIL, 2005a, p.21).

O processo de negociação e implementação da CCD no âmbito nacional e internacional continuou em articulação e, nesse contexto, em 2001 a SRH/MMA (que é o Ponto Focal Nacional da CCD) e a ASA

firmaram o primeiro Convênio para implementar o “P1MC”. Esta iniciativa inicialmente propiciou a construção de 12.400 cisternas de placas para captação de água da chuva nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em 2004, a ASA através do GTCD, passa a atuar na articulação e negociação dos termos de acordo de Cooperação Técnica entre a agência alemã GTZ, a ASA e o MMA. O valor foi de 1,75 milhões de Euros em três anos para apoiar as ações na construção e implementação do Programa de Ação Nacional (PAN) no Brasil, denominado então de PAN-LCD. Dessa articulação do GTCD, a ASA levou para a COP6, em 2006, em Cuba, uma das maiores delegações da sociedade civil presente no evento. Elaborou-se, desse evento, no Brasil o documento que consubstanciou a inclusão da temática ‘desertificação’ no Plano Plurianual 2004-2007, formatando a inclusão de recursos no Orçamento Federal específicos para desertificação, e a ampliação do nível de envolvimento das entidades do GT na construção do PAN-Brasil (RIOD, 2004).

Havia uma necessidade de motivar o Governo e agentes financiadores para a relevância de se elaborar o PAN do Brasil com vistas à urgência de estabelecerem os Pontos Focais estaduais (governamentais e sociedade civil) e de colocarem como interlocutores diretos na relação institucional e com bases sobre as questões de desertificação. Os estudos apontavam que a desertificação havia se tornando o problema ambiental mais grave do Semiárido Brasileiro, atingindo uma área de 1.083.790 Km² susceptível ao fenômeno² não existindo no país outro problema ambiental com tamanha área e a tantas pessoas afetadas (FGEB, 2003).

Deste modo, a desertificação no Brasil é consequência mais determinante da ação antrópica do que de questões climáticas, essas por sua vez, estão sendo potencializadas pelas atividades humanas predatórias e descontextualizadas. Desde a década de 1960 que a capacidade de suporte ambiental do Semiárido vem sendo posta em exaustão e a taxa de degradação acelerando-se, exigindo, para tanto, ações integradas e que motivaram a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para o Nordeste como um todo e, em particular, para as Áreas Susceptíveis à Desertificação (BRASIL, 2004a).

A estratégia para elaboração do PAN-Brasil foi deslançado em fins de 2003, envolvendo os Pontos Focais Estaduais da CCD no país e a sociedade civil dos 11 estados do Semiárido Brasileiro, incluindo o debate e ações em seus PPAS recursos específicos para a prevenção, controle e combate à desertificação. As iniciativas desenvolvidas e as instituições relacionadas contaram com o MMA e sua Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) criando uma Coordenação Técnica (CTC), cujo objetivo foi desenvolver a cooperação técnica com diversas entidades para a realização do PAN-LCD (renomeado de PAN-Brasil). Adentraram nesse processo as instituições IICA e a Fundação Grupo Esquel – Brasil

² Área considerada do Nordeste da Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste (nota da autora).

elaborando os indicadores de desertificação dentro do Programa; a CEPAL na formação de um sistema de indicadores socioeconômicos para as ASD dentro do Projeto de Indicadores de Impacto Socioeconômicos da Desertificação e Degradação de Terras; a cooperação técnica da GTZ e a ASA, articulando e mobilizando com aproximadamente 700 organizações de base popular.

Houve a criação dos Pontos Focais Estaduais Governamentais como a representação das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, cuja função foi ser os interlocutores diretos com o Ponto Focal Nacional (SRH/MMA) na relação institucional sobre as questões de desertificação, centralizando as atividades governamentais nos estados entre outras funções; e os Pontos Focais Não-Governamentais, cuja capacidade de capilaridade e de articulação com a sociedade civil propiciou a dinâmica das Oficinas Estaduais com ampla participação das bases sociais de cada estado. E, também, houve a constituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTIN) formado por diversos Ministérios e representantes da Sociedade Civil enquanto instância consultiva para todo o processo de construção do PAN (BRASIL, 2004a).

O norteamento dado à implantação do PAN-Brasil é que este fosse internalizado de maneira transversal dentro das principais políticas e programas de desenvolvimento da região. A ausência de uma integração e a ocorrência entre os Programas do Governo têm sido a tônica, marcando políticas e planos desintegrados, em âmbitos desarticulados e sem eixos temáticos que possam aglutinar as ações.

Alguns documentos foram norteadores para a dinâmica de construção do PAN-Brasil, sejam as Diretrizes da CCD (Convenção Mundial de Combate à Desertificação), a Agenda 21, a Declaração do Semi-Árido, a 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, e as estratégias e os macro-objetivos de desenvolvimento sustentável propostos na Orientação Estratégica do Governo, instrumento usado para reger a formulação e seleção dos programas que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2004-2007.

O PAN-Brasil passa a ser, portanto, uma referência para a definição e a implementação de políticas públicas e programas no Semiárido Brasileiro e, não apenas, àquelas iniciativas voltadas ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. É formatado em torno de quatro grandes eixos interdependentes e com um conjunto de ações programáticas, que são: Redução da Pobreza e da Desigualdade, Ampliação Sustentável da Capacidade Produtiva, Preservação, Conservação e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais e Gestão Democrática e Fortalecimento Institucional (BRASIL, 2004d).

É um Programa para se implementar de forma interdisciplinar, transversal e intersetorial. aos demais Programas para as ASD no Brasil. A sua elaboração foi bem participativa, contando com várias oficinas regionais, nas quais se identificaram e se debateram as problemáticas reais e uma série de experiências exitosas de 'Convivência' que já estão sendo desenvolvidas em muitas partes do território

por organizações populares, comunidades etc. O Pan-Brasil, portanto, é resultado de um processo democrático amplo, algo inédito no país no que se refere à elaboração de um programa estatal e de cunho internacional.

Conforme avalia a Coordenação de Combate à Desertificação do MMA (CTC/MMA) o PAN-Brasil é um programa que visa à articulação de diversas agendas federais, estaduais e sociais, dado que o enfrentamento de problemas como a degradação de terras, o combate à pobreza e outras indicadas no PAN são de responsabilidade de inúmeras instituições. O Programa encontra, portanto, alguns desafios:

O desafio é planejar e implementar um conjunto de iniciativas capazes de conter o processo de desertificação verificado em algumas regiões, bem como reconduzir áreas com alta susceptibilidade à desertificação (SOUZA, 2010).

Segundo essa Coordenação, o PAN-Brasil já está implementado em todos os estados do Semiárido Brasileiro e nas áreas incluídas nas ASD, conforme indicadas pelo Programa. A partir de sua criação, em 2004-2005, alguns instrumentos foram criados, tais como, a Comissão Nacional, o Fundo de apoio a iniciativas locais e o Sistema de Alerta Precoce. Outras iniciativas foram realizadas para ampliar o debate sobre o manejo florestal da Caatinga, para tanto está em curso o ZEE para as ASD (SOUZA, 2010).

Por meio do Programa vem desencadeando-se uma ampla articulação com as redes da ‘Convivência com o Semiárido’, como, por exemplo, a ASA. Também se articula com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e movimentos sociais. E, em nível de articulação ministerial, o PAN-Brasil tem adentrado as ações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e outros. Segundo ainda a CTC, a partir do relatório para a CCD, até o final de 2010, poder-se-á ter, de forma mais precisa, um levantamento das ações do PAN dentro dos Ministérios e Estados.

CAPITULO 3

3 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A NATUREZA ESPECÍFICA DE UM TERRITÓRIO DIVERSO

CAPITULO 3 - O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A NATUREZA ESPECIFICA DE UM TERRITÓRIO DIVERSO

3.1 - Um território de diferentes cartografias

Ao longo do século XX, o Semiárido foi cartografado várias vezes, e, na primeira década do século XXI, sua área territorial continua sendo revista. Cada delimitação buscou atender um sentido de natureza e diferentes interesses, e as atuais cartografias convivem simultaneamente. Assim, em 1909, quando o Estado passou a agir de forma mais incisiva sobre a seca e cria-se a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Na intenção de agir sobre as áreas semiáridas surge a figura do *Polígono das Secas*³, em 1936, como a *Área Oficial de Ocorrências de Secas*. A delimitação original era de 672.281,98 km², como mostra a Figura 05, e correspondia às áreas afetadas pelas secas dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mais o norte de Minas Gerais, considerado, pelas suas características climático-ecológicas, semelhantes às áreas semiáridas do Nordeste.

A seca de 1958-1959 gerou a reação governamental criando o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com a criação dessa Superintendência, uma nova atuação sobre o Semiárido vai se iniciar, mas mantém-se o *Polígono das Secas* até 1989, quando esta delimitação é extinta, e a SUDENE assume a delimitação oficial, ampliando a área de abrangência das secas para 1.085.187 km² (BRASIL, 2004d).

A SUDENE seguia a Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, a qual criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Segundo essa Lei o que prevalecia como Semiárido era:

A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia (Inciso IV do art. 5º do Capítulo Dos Beneficiários apud BRASIL, 2008b, p. 01).

O Semiárido da SUDENE teve suas cartografias alteradas várias vezes, conforme mostra a Tabela 04, incluindo e excluindo municípios segundo as Leis e Decretos Federais em vigor. Em 1995 foi à última atualização da área territorial pela SUDENE (portaria nº 1.181) antes de sua extinção, em 2001. O Ministério da Integração Nacional (MIN) assumiu a atribuição de posicionar-se

³ O *Polígono das Secas* é criado pela Lei Federal Nº 175 de 06/01/1936. É substituída pela *Região Semi-árida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste* (FNE), pela Lei nº 7.827 de 29/09/1989. Em 2000 a Região Semi-árida do FNE correspondia à 895.254,40 km² (BRASIL, 2004d, p.32).

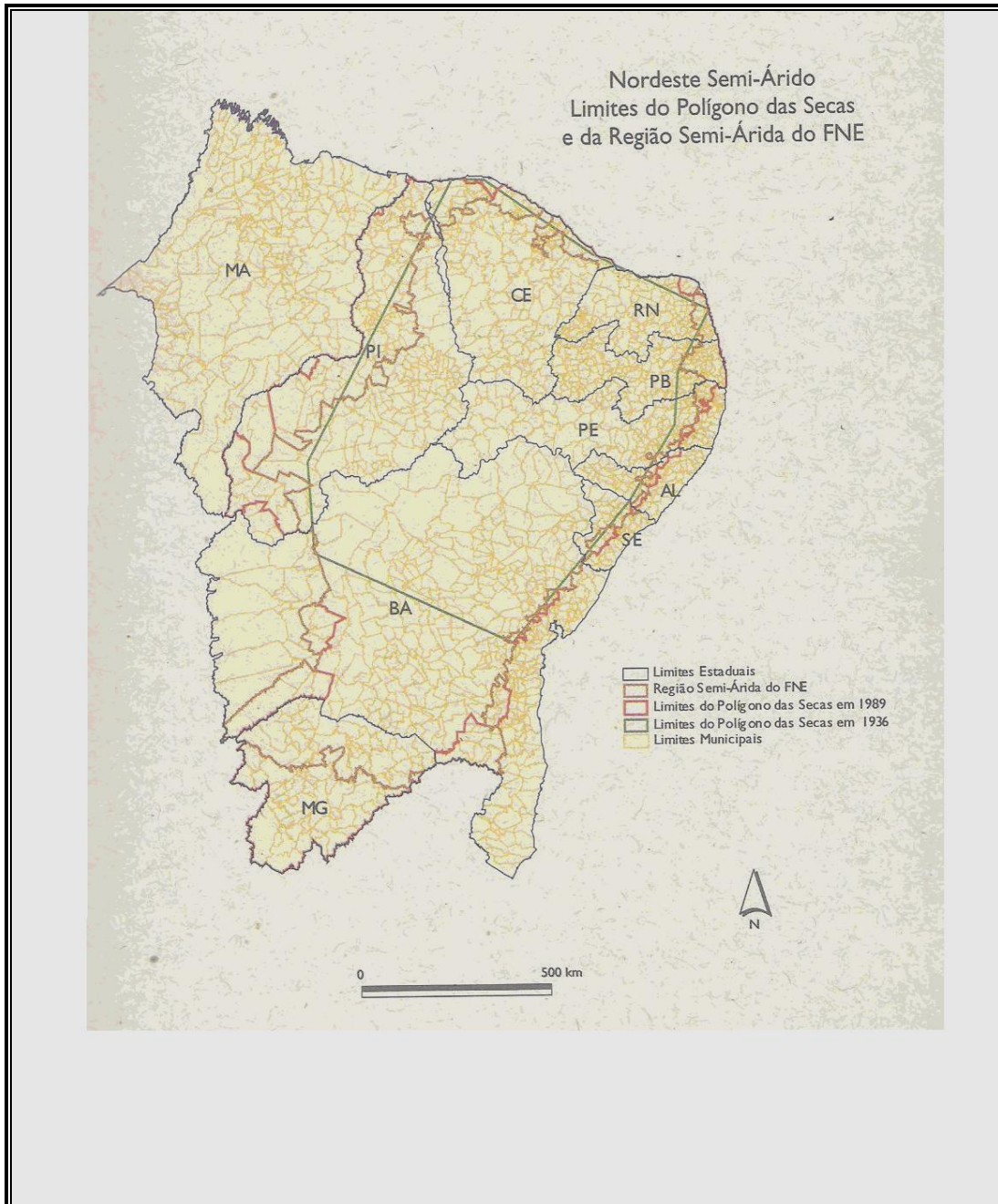


Figura 05 – Polígono das secas de 1936 a 1989
Fonte: CARVALHO e EGLER, 2003

acerca dos pleitos de inclusão de municípios interessados em beneficiar-se do tratamento diferenciado das políticas de crédito e benefícios fiscais ao Semiárido Brasileiro, posto pelo FNE (BRASIL, 2007).

Tabela 04 - Inclusões de territórios à área de atuação da SUDENE/ADENE

Legislação	Territórios Inseridos
Lei nº 3.692 d 15/12/1959	Todo o Nordeste e a região de MG compreendida no Polígono das Secas.
Lei nº 6.218 de 07/07/1975	Todo o território dos municípios de Manga, São Francisco e Januária.
Lei nº 9.690 de 15/07/1998	45 municípios do Vale do Jequitinhonha de MG ; 27 municípios da Região norte do ES.
Decreto nº 4.126 de 12/02/2002	Todo o estado do ES ; 25 municípios do Vale do Mucuri em MG ; 2 municípios do norte de MG.
Decreto nº 4.654 de 27/03/2003	A área permaneceu inalterada.
Lei Complementar nº 125 de 03/01/2007	Restaura a área em vigor com a Lei nº 9.690 de 15/07/1998 acrescentando 38 municípios de MG.

Fonte: BRASIL, 2007

Os critérios pluviométricos anteriores sustentavam uma delimitação com base nos índices de chuva, mas os estudos mais avançados em climatologia apontavam que a oferta de água numa região não lhe caracterizava como clima semiárido, mas sim, deveria estar associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resulta no fenômeno da seca.

Em 2004, sob a coordenação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) que assumiu os trabalhos da antiga SUDENE, mais o MIN e o MMA, se criou um Grupo de Trabalho Interministerial⁴ (GTI) com vistas a redelimitar a área geográfica de abrangência das secas, partindo do pressuposto que:

A constatação da inadequabilidade do critério anteriormente adotado, em vigor desde 1989, que levava em conta apenas a precipitação média anual dos municípios inseridos (BRASIL, 2008b, p.01).

Uma nova delimitação do Semiárido Brasileiro é proposta pelo GTI, que tomou como base três critérios técnicos⁵:

- i. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm;
- ii. Índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial no período entre 1961 e 1990;
- iii. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Esses três critérios foram aplicados à antiga área da SUDENE, mesmo para o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O Novo Semiárido Oficial, como se apresenta na Figura 06, passou para

⁴ Portaria Interministerial Nº 6, e 29 de março de 2004 (BRASIL, 2008b, p.:01).

⁵ Portaria MI nº 89 (16.03.2005 - Ministério da Integração Nacional). Atualiza a relação dos municípios pertencentes à região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (BRASIL, 2007).

969.589,4 Km². Com a nova delimitação, ao todo ficaram 1.133 municípios, sendo que 1.031 municípios existentes se enquadraram nos três critérios adotados e se inseriram mais 102 novos municípios, conforme mostra a Tabela 05.

Tabela 05 - Quantidade de municípios do semiárido na área atual de atuação da SUDENE, 2007

Estado	Qtd. Municípios na área de atuação da SUDENE	Qtd. Municípios dentro do Semiárido	Qtd. Municípios fora do Semiárido
Maranhão	217	0 (0,00%)	217 (100,00%)
Piauí	223	127 (56,95%)	96 (43,05%)
Ceará	184	150 (81,52%)	34 (18,48%)
R. G. do Norte	167	147 (88,02%)	20 (11,98%)
Paraíba	223	170 (76,23%)	53 (23,77%)
Pernambuco	185	122 (65,95%)	63 (34,05%)
Alagoas	102	38 (37,25%)	64 (62,75%)
Sergipe	75	29 (38,67%)	46 (61,33%)
Bahia	417	265 (63,55%)	152 (36,45%)
Minas Gerais	168	85 (50,60%)	83 (49,40%)
Espírito Santo	28	0 (0,00%)	28 (100,00%)
Total	1.989	1.133 (56,96%)	856 (43,04%)

Fonte: SUDENE. Disponível em: <[http:// www.sudene.br](http://www.sudene.br)>. Acesso 19 dez. 2009

O estado de Minas Gerais (MG), por exemplo, teve 45 novos municípios, ficando com o total de 85 municípios dentro do Semiárido Oficial. Todos os novos municípios incorporados (dos Estados) passaram a dispor também dos benefícios fiscais assegurados na Constituição para aqueles considerados municípios afetados pela seca. Avalia-se que essa inserção denota ser um ganho econômico dos municípios que incentiva a apropriação política da semiaridez. Como discorre o trecho abaixo:

Os 1.133 municípios integrantes do novo semi-árido brasileiro se beneficiarão de bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), enquanto no restante da Região Nordeste esse percentual é de 15%. Ainda quanto ao FNE, a Constituição determina que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semi-árido, o que representa um estímulo à atração e capitais e à geração de emprego na região (BRASIL, 2008b, p.05).

Nessa nova delimitação, não incluem os Estados do Espírito Santo (ES) e o Maranhão (MA). Apesar de o ES até 2002 (Decreto nº 4.126 de 12/02/2002) tinha todo o seu território dentro do Semiárido da SUDENE. Já em relação ao MA, a SUDENE manteve o Estado excluído, e essa exclusão



Figura 06 - Nova Delimitação Oficial do Semiárido, 2005
Fonte: BRASIL, 2008b

tem sido questionada pelas Organizações ambientalistas, pesquisadores e movimentos sociais desse Estado, que por sua vez, reivindica junto à SUDENE a incorporação de 26 municípios do leste do Estado. Sustentam esses atores sociais que essa parte é afetada pela irregularidade climática, há presença de espécies da fauna e flora da Caatinga e se identificam manifestações simbólico-culturais semelhantes às áreas semiáridas (VII ENCONASA, Entrevista, Juazeiro, 03/2010).

Além dessa delimitação atual apresentada, há o **Semiárido Brasileiro** proposto pelo PAN-Brasil (2004d) que delimita as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD), como mostrado na Figura 01. Conforme já justificado na Introdução, essa cartografia é a considerada na Tese. Ela é referendada pelas redes da ‘Convivência’, tais como Articulação no Semiárido (ASA) e Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). Ele engloba as áreas semi-áridas, as subúmidas secas e as áreas de entorno às ASD, incorporando 1.488 municípios em uma área de 1.338.076 km² (15,72% do território brasileiro) dos estados do Nordeste mais Minas Gerais e Espírito Santo.

As *áreas de entorno* não são formalmente enquadradas no padrão climático considerado de susceptibilidade à desertificação, mas o MMA/SRH considerou como razão de sua inclusão no mapeamento pela justificativa dessas áreas terem semelhanças às semiáridas:

Apresentam características comuns às áreas semiáridas e sub-úmidas secas e também apresentam elevada ocorrência de secas e enclaves de vegetação típica do semi-árido brasileiro, a caatinga (BRASIL, 2007, p.18).

Os dois estados, ES e MA, são áreas de entorno às ASD e incorporadas como áreas de atuação das redes da ‘Convivência’ e das ações do PAN-Brasil. Mas, grande parte dos recursos que são investidos para que essas redes realizem seus programas são destinados para as áreas Oficiais, fato que levam essas redes a se esforçarem para manter suas atividades nesses dois Estados. A manutenção dessas ações é uma estratégia política das redes como forma de garantir neles a organização social e política da ‘Convivência’ fortalecida. Essa postura é ressaltada na fala de um representante da ASA:

Politicamente o Maranhão adentra nas ações da ASA como forma estratégica, pois determinados parceiros não destinam recursos para toda a área de Semiárido, sendo necessário que outros recursos cubram esta área para uma mesma atividade desenvolvida em outras (N.B. Entrevista, Juazeiro, 2009).

O mapeamento das ASD no Brasil é de grande importância, visto que, a partir dele, têm se aprofundado os estudos e pesquisas sobre o processo de desertificação no país, e contribuído para mudanças nas percepções da semiaridez pela sociedade brasileira. Ministérios como MMA, Universidades, ONGs e outras organizações do Terceiro Setor através desse mapeamento têm atuado com ações de promoção ao combate à desertificação e considerado esse processo, em conjunto com as secas, o modo pelo qual essa natureza-processo se manifesta, desenvolvendo-se ações contextualizadas e

de precaução contra os riscos ambientais, que, outrora, os programas e projetos para o Semiárido não dimensionavam.

Considerar a dinâmica ambiental da natureza semiárida parece ser um caminho ainda a trilhar no conhecimento técnico e científico de seus processos naturais para mapear o território Semiárido. Mas, avalia-se também, que seja dimensionada a diversidade de suas gentes, de seus contextos específicos, pois trata-se de um território diverso, em paisagens, cultura e manifestações simbólicas e míticas elaboradas entre o sertanejo e sua mundaneidade semiárida.

3.2 A dinâmica ambiental do semiárido brasileiro

O Semiárido Brasileiro participa de um conjunto de áreas semiáridas da América do Sul Oriental formadas há 13 mil anos quando ocorreu a última mudança climática ocasionada por mecanismos de desintegração das paisagens tropicais no pleistoceno (AB'SABER, 1999). Neste período, definiu-se o conjunto de paisagens naturais integradas cujas características foram encontradas no início do século XVI pelos colonizadores. Uma cadeia de fatos paleogeográficos e paleoecológicos desencadeou a dinâmica ambiental, formando os biomas Caatinga e de Cerrado. Estes são, portanto, resultantes da mudança climática de tropical úmido para mais seco, e, segundo o autor, puderam se desenvolver neles esquemas de convivência local ou regional de plantas e animais adaptados às novas condições climáticas. No que tange à Caatinga, dentro deste bioma, ficaram preservadas algumas áreas-refúgio do período do clima mais úmido, caracterizadas pelos brejos (dos tipos florestados, de encosta ou vertentes úmidas, de pé-de-serra ou de vales voltados para ventos úmidos).

Os territórios Semiáridos da América do Sul (Peru, Bolívia, Chile; região do Chaco no Paraguai até a Patagônia, ao sul da Argentina; e grande parte do Nordeste do Brasil) caracterizam-se como domínios de natureza excepcional, tanto do contexto climático quanto hidrológico, diante de um continente extenso e marcado por terras úmidas, conferindo-lhes um cenário mais homogêneo do ponto de vista fisiográfico, ecológico e social, marcado pelos climas semiárido e sub-úmido seco. Ressalta-se, essa presença da grande área de Semiárido dentro do Brasil, cujos 92% do seu território total são de domínio de climas úmidos, sub-úmidos e intertropicais e subtropicais, da Amazônia ao Rio Grande do Sul.

Ab'Saber (1999) explica que as razões da existência de um tipo climático incrustado dentro do vasto território nacional tropical úmido são relativamente complexas: Uma conjugação de massa de ar continental (Equatorial) atinge as depressões interplanálticas nordestinas com a alta pressão atmosférica e penetra até o interior dos sertões durante o inverno do Hemisfério Sul, a partir das condições meteorológicas do Atlântico Centro-Occidental. Entretanto, quando a massa Tropical Atlântica tem baixa

condição de penetrar de leste para oeste, apenas a região da Zona da Mata recebe a umidade provinda também dos ventos alísios, provocando um período seco anual que pode se prolongar por mais tempo.

O autor ressalta que a originalidade dos sertões no Nordeste brasileiro reside num compacto feixe de atributos: climático, hidrológico e ecológico. A natureza semiárida é definida pelo ciclo do *tempo seco* e do *tempo verde* ou *estação seca* e *estação chuvosa*, como demonstra a Figura 07. Esse ciclo estabelece uma incrível capacidade de convivência entre a Caatinga e esse clima, havendo uma interação entre plantas e o meio edafoclimático que permite a sobrevivência das primeiras sob as condições de semiaridez, muitas vezes, bastante adversas. Isso explica a rápida transformação da paisagem logo após as primeiras chuvas de ‘inverno’. Essa dinâmica da natureza muito particular entre clima e vegetação e nas condições edafoclimáticas da semiaridez denomina-se de *plurianualidade*, pela qual plantas da Caatinga desenvolvem uma adaptação genética, reduzindo seu crescimento, floração e frutificação em anos/períodos de menor precipitação, mantendo a existência vegetativa. Mas, elas voltam a germinar, muito rapidamente, em condições de ótima umidade (RESAB, 2004).

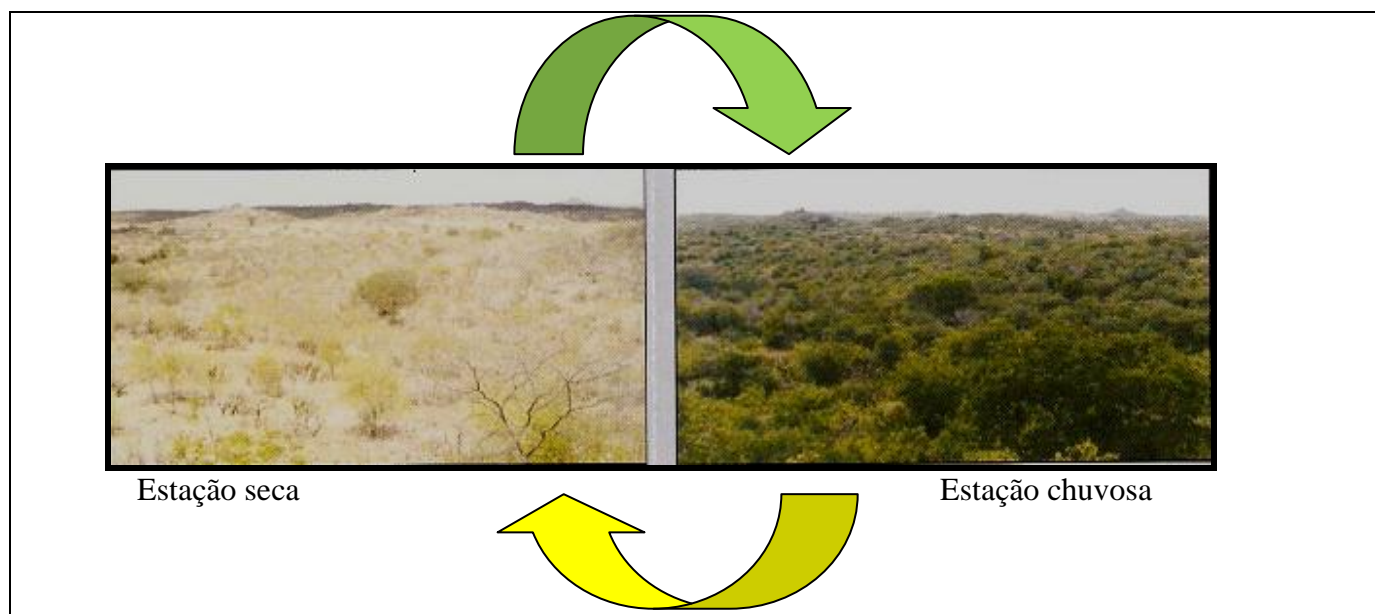


Figura 07 - Ciclo natural da Caatinga
Fonte: Adaptado, INSA, 2008

Uma primeira classificação das particularidades ecológicas do Semiárido foi feita por Guimarães Duque em 1949. Esse pesquisador subdividiu-o em regiões, considerando a disponibilidade de água, a pedologia, o clima, a vegetação nativa e as condições ambientais para as culturas agrícolas. Duque (1949), em “Solo e água no Polígono das Secas”, definiu como *Caatinga* a área de domínio das árvores de pequeno porte, caducifolias e acentuado xerofilismo e solos, classificados de pobres, rasos e com afloramentos rochosos, onde é forte a semiaridez. Outra região foi a do *Sertão*, cujo domínio de

vegetação é menos denso que a Caatinga, com altitude de 400 m; solos em geral pobres em matéria orgânica, umidade e sais minerais; inundáveis e mais profundos e heterogêneos.

No domínio do *Seridó*, a vegetação baixa e espaçada, entremeada de capim com solo raso de intemperismo do embasamento cristalino, espaçada, quente de dia e ameno à noite. E para *Agreste*, uma região de transição entre uma região seca e outra úmida, com árvores de maior porte com folhagem mais permanente e verde no verão, seus solos mais profundos e clima menos quente. Também denominou de *Carrasco* a área de vegetação mais compacta, arbórea e arbustiva, com folhagem coriácea, de solo arenoso, permeável e pouco úmido, sem humos sob o manto florístico, e clima seco. E, as *Serras*, com domínio das árvores mais altas, chegando a constituir mata solos mais profundos, às vezes, férteis e água mais abundante, em geral, propício à policultura.

Essa classificação de Duque (1949) foi muito importante na época para se conhecerem melhor as características paisagísticas do Semiárido, que até aquele momento era desconhecido completamente. A classificação de Duque, nos anos de 1970, foi redefinida, mas muitas das denominações que ele utilizou ainda se fazem presentes nos estudos atuais sobre a Caatinga.

O bioma Caatinga é uma vegetação peculiar. Exclusivamente brasileiro, esse bioma ocupa uma área de 734.478 Km², conferindo um patrimônio biológico que não é encontrado em nenhum outro lugar do mundo, nem em outras regiões semiáridas. As macro-paisagens da Caatinga são definidas pelas condições variadas de semiaridez e denotam uma diversidade agroecológica e agroecossistêmica, que contrapõe a idéia equivocada de que seja uma vegetação monótona. Mesmo a Caatinga com uma posição exclusiva dentre os biomas brasileiros, alguns mitos circulam ao seu respeito, tais como, ser uma vegetação estéril e pobre em biodiversidade.

A Tabela 06 demonstra as grandes unidades de paisagens existentes no Semiárido, definidas pelas condições edafoclimáticas, de hipsometria, fauna e flora, que conferem uma variação conforme as interações entre solo e vegetação. Dentre essas grandes unidades geoambientais, tem-se a Depressão Sertaneja, onde se localiza o Território de Juazeiro, que será mais aprofundado no Capítulo 6. Já as Unidades geoambientais marcam-se como exemplos fascinantes de adaptação aos habitats semiáridos.

Segundo os estudos sobre a biodiversidade da Caatinga (BRASIL, 2004g), estima-se 3.678 espécies vegetais e animais identificados, sendo que, pelo menos 1.981 espécies vegetais foram registradas, sendo 318 espécies endêmicas. São 510 espécies de aves registradas, e uma quantidade expressiva de répteis e anfíbios (167) e outros animais raros/endêmicos conforme a Tabela 07.

O potencial econômico da Caatinga destaca-se por espécies como o pau-ferro, a catingueira verdadeira e outras; pela potencialidade frutífera, com frutos de alto valor nutritivo e de sabor peculiar, tais como, o umbu, o licuri etc. Também há espécies medicinais, como aroeira, a braúna, o pinhão, o jericó, entre outros (ADITAL, 2008). O que existe ainda é um mau conhecimento da Caatinga, que

Tabela 06 – Grandes unidades de paisagens do semiárido (unidades geoambientais da caatinga)

Grandes Unidades de Paisagem	Área (Km ²)	% Do Nordeste ³
Depressão Sertaneja	368.216	22,16
Chapadas Altas	147.059	8,84
Superfícies Dissecadas dos Vales do Gurguéia, Parnaíba, Itapecuru e Tocantis	110.782	6,66
Superfícies Retrabalhadas	110.120	6,63
Chapada Diamantina	91.199	5,48
Superfícies Cársticas	76.917	4,62
Planalto da Borborema	43.460	2,61
Bacias Sedimentares	40.262	2,42
Maciços e Serras Baixas	35.439	2,13
Áreas de Dunas Continentais	9.846	0,59

Fonte: BRASIL, 2004g

Tabela 07 - Agrobiodiversidade da caatinga

Grupo Biológico	Quantidade de Espécies	Espécies Endêmicas	
		Quantidade	%
Abelhas	187	30*	16,0*
Aves	510	15*	4,3*
Fungos	451	-	-
Mamíferos	143	12	8,4
Plantas	1.981	318	16,1
Peixes	239	135	58,7
Répteis e Anfíbios	167	24	14,4
* Dados parciais.	3.678		

Fonte: Adaptada, BRASIL, 2004h

somente em 2005 foi reconhecida, oficialmente, como um bioma da Biosfera. Segundo os especialistas, há dificuldades a serem superadas para um maior conhecimento deste bioma, tais como: a falta de um sistema regional eficiente de áreas protegidas, pois a Caatinga tem poucas unidades de conservação de proteção integral; a falta de uma inclusão do componente ambiental nos planos de desenvolvimento etc. (BRASIL, 2004g).

O Atlas das ASD (BRASIL, 2007) apresenta que, da área total do Semiárido Brasileiro (1.340.000 Km²), com cobertura nativa intacta, no ano base de 2002, 62,6% são de Caatinga, mas há também outras formações, tais como, o Cerrado (61,1%) e a Mata Atlântica, bem menos preservados

³ A área considerada é do Semi-Árido do Nordeste baseado na delimitação da SUDENE, que compreende 925.043 Km², ou 55,6% do Nordeste brasileiro.

(27, 44%). Mas, a Área Antropizada cobre 40,77%, ou seja, são ambientes profundamente alterados pela ação humana e que é um fator relevante na intensificação dos efeitos climáticos adversos que promovem a desertificação. Existem, ainda, as Áreas de Tensão Ecológica (13,39%) que estão sob situação de degradação ambiental.

O bioma Caatinga, como visto, possui grande variedade de paisagens, riqueza biológica e endemismo, mas encontra-se bastante alterado com a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens, pelo desmatamento e pelas queimadas que são ainda práticas comuns. Se o conhecimento e reconhecimento das espécies (fauna e flora) tardaram a acontecer, pois só depois de 1950 se iniciou uma efetiva catalogação das espécies, especialmente no que se refere às aves e répteis (BRASIL, 2004g), também se tarda a efetivação das políticas ambientais de preservação e conservação desse bioma, tão importante para o equilíbrio ambiental do Semiárido, seja para a proteção do solo, manutenção do clima, entre outros fatores. Entretanto, vale ressaltar que a política ambiental de Áreas de Proteção Integral instituiu reservas reconhecidas e estão para ser implantadas, mas muitas são ocupadas por populações tradicionais que vivem nessas áreas há vários anos, produzindo e se reproduzindo em condições sustentáveis com o seu meio ambiente. Desse modo, é importante pensar uma política de preservação e conservação da Caatinga também considerando todo o legado de conhecimento e de práticas de convivência dessas populações com essa vegetação.

A idéia de que o Semiárido tem uma uniformidade climática marcada pelas secas também é outra questão que deve ser avaliada, pois seu regime de chuvas é bem variável no tempo, no espaço e no volume. Com um regime de chuvas altamente concentrado em uma única estação com cerca de 90% dos totais anuais acontecendo em seis meses, na parte norte, predominam as chuvas do sistema da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT); na parte sul, atuam os sistemas frontais que alcançam até a Bahia.

O Atlas das ASD (BRASIL, 2007) apresenta que a pluviosidade anual fica em torno de 600 a 2.100 mm. Por outro lado, a evaporação anual varia de 1.000 mm/ano no litoral da Bahia a Recife; e atinge a 2000 mm/ano em boa parte do Sertão, chegando a 3000 mm na área de Petrolina, em Pernambuco. Nesse contexto, o balanço chuva x evaporação é extremamente desfavorável, sendo mais favorável nos meses de fevereiro a maio, meses de concentração das chuvas.

A região central do Semiárido, ou *miolão do Semiárido*, denominada por Carvalho et alli (1973), é a parte mais crítica em termos de índices pluviométricos, e a menos chuvosa onde o posto de Remanso (BA), marca a média de 496,7mm/ano. Como se mostra na Figura 08, essa região fica na divisa entre Bahia e Pernambuco, sendo a área mais afetada pelas secas edáficas, cuja frequência é em torno de 81 a 100%. As áreas mais chuvosas do Semiárido se situam nas proximidades das áreas litorâneas, com exceção da zona costeira do estado do Rio Grande do Norte com valores de chuva inferiores a 800 mm. Nesse território, têm-se as “manchas úmidas”, que são as regiões mais elevadas e apresentam altos

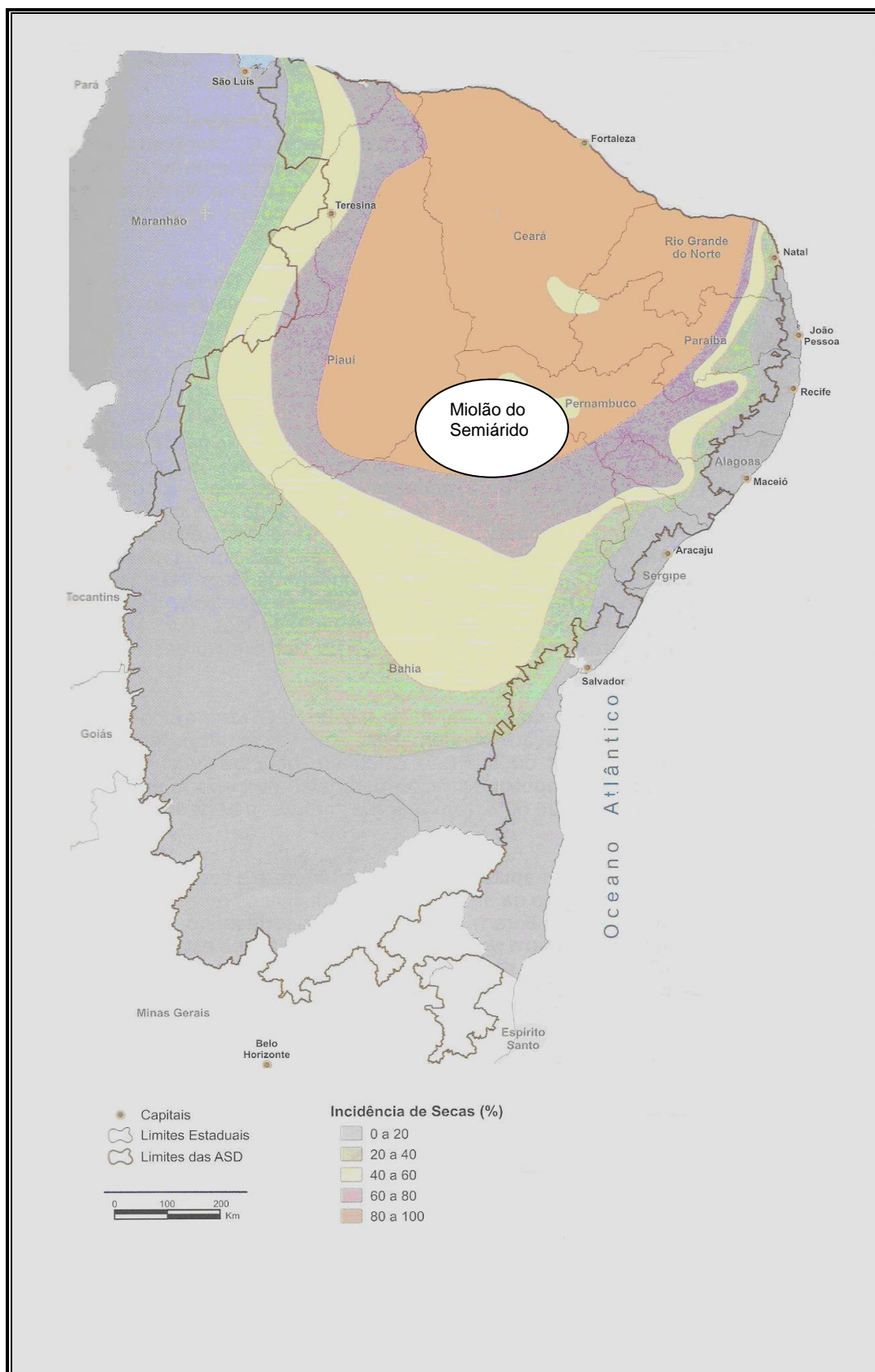


Figura 08 – Área de Incidência de Secas - Destaque para o *Miolão do Semiárido*

Fonte: Adaptado, BRASIL, 2007

índices pluviométricos, como exemplos: a região da Chapada Diamantina, na Bahia, com pluviosidade média de 1.200 mm e a região do Planalto Sertanejo, no Ceará, com 1.800 mm de médias pluviométricas (BRASIL, 2007).

O Atlas das ASD ainda aponta que, no cenário de mudanças climáticas globais, as previsões são pessimistas para as zonas semiáridas do mundo. Segundo esses estudos, as temperaturas podem aumentar de 2° C a 5° C e a precipitação pode ter um ligeiro aumento até o final do século XXI. Há uma previsão de “aridização” em razão de as elevadas temperaturas ocasionarem em aumento da evapotranspiração e diminuição da disponibilidade hídrica.

As secas, do ponto de vista técnico, são fenômenos associados a um conjunto de processos de “deficiência pluviométrica, durante certo período, sendo, portanto, um fenômeno temporário, provisório” (BEZERRA, 2004, p.129). Entretanto, as secas no Semiárido ganham a dimensão de fenômeno complexo, pois a ela se associam diferentes aspectos, de ordem natural à social e cultural.

Campos (2009) postula que a seca tem sua causa primária na insuficiência ou irregularidade das precipitações pluviais, que desencadeiam uma seqüência de causas e efeitos resultando em diferentes tipos de secas. Os efeitos mais graves das secas decorrem de um descompasso momentâneo entre a oferta de água, provida irregularmente pela natureza e as necessidades para uma determinada atividade gerada pela sociedade. O autor relata que o engenheiro Arrojado Lisboa, em 1913, já chamava a atenção para a necessidade de um tratamento do fenômeno de forma multidimensional. Ao proferir uma Conferência na Biblioteca Nacional, RJ, ele esclareceu que as secas deveriam ser vistas em todas as suas feições, sejam geográfica, climatológica, geológica, botânica, de engenharia técnica, higiênica, econômica e social. Ou seja, o reputado engenheiro, já no início do século XX, compreendia que a seca não era m ‘problema’ com solução isolada, mas deveria ser considerado um conjunto e com todos os seus aspectos.

Deste modo, Campos (2009) considera-se que, do ponto de vista técnico, a seca no Semiárido tem suas características diferenciadas, havendo a “seca edáfica”, cuja freqüência de ocorrência é comandada pelo regime pluvial, nos aspectos quantitativos, de distribuição espacial e temporal. Ela se caracteriza pela deficiência de umidade no solo que pode ter como causa primária a escassez de chuva, ou uma má distribuição das chuvas ao longo do tempo. Estas secas afetam diretamente as atividades econômicas da agricultura de sequeiro, amplamente disseminada no Semiárido, e que no modelo de monocultura, resulta muitas vezes em perdas e flagelo para os agricultores, especialmente, os familiares. Ou seja, se a seca edáfica tem como causa a climatologia, os seus efeitos a tornam uma *seca social*.

Outro tipo de seca apontada por Campos (2009) é a hidrológica, definida como a decorrente da falta de água nos açudes e reservatórios durante épocas críticas. Essa seca pode ser gerada por três principais motivos: primeiro, pelo sobreuso do reservatório, por falta de conhecimentos para gerenciar

corretamente suas reais disponibilidades; segundo, há um risco assumido, estrategicamente, pelo "gerente" do açude, fazendo uso mais rápido das águas, usando parte dessas que seriam evaporadas; espera-se que o ganho em água seja transformado em reservas econômicas que permitam ultrapassar a época de crise, ou seja, um mínimo de reserva deve ser mantido para esses períodos; e, terceiro, por falta de informações hidrológicas que possibilitem um correto planejamento dos reservatórios.

Esse autor ainda apresenta que há dois tipos de potenciais hidráulicos disponíveis: O potencial hidráulico fixo e o potencial hidráulico móvel. Ele explica que o potencial hidráulico fixo é aproveitado através da agricultura de sequeiro onde o agricultor planta no pequeno período do ano onde o balanço chuva x evaporação é positivo. Por sua vez, o potencial hidráulico móvel é aproveitado com a construção de açudes que executam a função de transportar água no tempo: dos invernos para os verões ou, ainda, dos anos bons para os anos ruins.

Em anos deficitários, ou em uma sequência de anos fracos de escoamento, pode ocorrer que os estoques de água sejam insuficientes para atender todas as atividades econômicas deles dependentes. Nesse caso, a seca é denominada de seca hidrológica. Nessas situações, entra em ação a gerência dos recursos hídricos que passa a administrar o racionamento. A seca hidrológica não significa paralisação de todas as atividades econômicas, já que algumas delas prosseguem normalmente. E, no meio socioeconômico, as consequências desse tipo de seca são bem menores que as das secas edáficas, desde que haja uma *formação de estoques* (recursos financeiros) que permitem a população ultrapassar a crise.

O autor não expressa, mas ampliando-se a questão da 'formação de estoques', pode-se dizer que alguns programas atuais no Semiárido vêm atuando no 'estoque de água' através das cisternas de placas, cisternas subterrâneas e tipo cacimbão, provenientes do P1MC e do P1+2, que serão tratados no Capítulo 7. Estes programas atuam, no sentido posto por Campos, com a mitigação da seca hidrológica, dotando as populações de comunidades rurais dispersas de um mínimo de segurança hídrica nos tempos de seca edáfica, já que consiste em ter uma cisterna de placas uma capacidade de 16 mil litros, atendendo uma família de até 5 a 6 pessoas com água para beber e cozinhar, num período de 8 meses sem chuva.

Sobre ainda às características das secas, Pinto (2000, p.407) corrobora na análise de que os episódios de seca apresentam, de modo geral, variedades de aspectos e situações em função da duração e da extensão espacial e social. Tal questão denota que no Semiárido há um período seco, variável quase sempre até nove meses. No entanto, a forma e o período em que se distribuem as chuvas é que definem se há seca em determinado espaço e tempo. A autora ressalta que, para a população agricultora, três meses de chuvas bem distribuídas podem anular os efeitos da seca, ao tornar possível a colheita das

culturas de subsistência e a acumulação de alguma água para o consumo humano e as atividades pecuárias, especialmente de pequenos portes, como caprinovinocultura.

As análises comparativas dos índices de chuvas nas zonas semi-áridas do mundo revelam que a precipitação média anual é da ordem de 80 a 250 mm, enquanto que no Semiárido Brasileiro a média anual é de 750 mm/ano. Isso representa cerca de 700 bilhões cúbicos de chuva por ano, que equivalem a um volume 20 vezes superior ao da barragem de Sobradinho (BA) que é o maior reservatório de águas do Nordeste (GOMES FILHO, 2003).

Schistek (2000) amplia essa análise ao esclarecer que as condições climáticas do Semiárido não são homogêneas em todo o território, pois as chuvas são irregulares no espaço, no tempo e no volume de precipitação. Isso delimita regiões com altos índices pluviométricos, como também regiões com baixíssimos índices. Portanto, a seca não é uma característica climática regional que afeta de forma uniforme (tempo e espaço) todo o território. Este autor ressalta sua opinião em uma entrevista que:

Não se conseguiu ver o Semiárido como um semiárido onde todas as atividades deviam estar integradas no sistema climático que temos aqui, clima, solos. [...] se viu o Semiárido como fosse uma região normal em termos de chuva, de sua oferta, mas que está castigado por secas (H.S., Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Ele complementa avaliando a necessidade de se estabelecer uma cultura da convivência no Semiárido Brasileiro tanto quanto em outras partes do mundo seus povos desenvolveram com o clima:

Na Mesopotâmia, áreas da África, da Ásia onde têm semiárido, diante da seca as populações acharam meios de viver com os climas então, relacionados a animais criados e as culturas das plantas, que conseguiam viver bem nessa região. E se criou uma cultura, um dos fatores importantes para a cultura é o clima, ou seja, vai se adaptando a uma cultura diferente, então, o clima é o fator talvez primordial das culturas, das crenças, dos deuses, o clima influencia bastante isso. Isso vira ensinamentos, que passa do pai para o filho, do mais velho para o mais jovem essa maneira de viver nesse clima (H.S., Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Nessa perspectiva de avaliação crítica à leitura literal sobre as condições ambientais do Semiárido, apreende-se que, se por um lado, as condições climáticas e de vegetação dele são melhores que as de outros do mundo, tal condição vantajosa não tem sido bem aproveitada no que tange ao campo da pesquisa e do conhecimento contextualizados para melhor se aproveitarem suas potencialidades e possibilidades.

3.3 A relação do sertanejo com a natureza semiárida

No final do século XIX, as Terras Secas despertaram maior interesse dos viajantes e pesquisadores para estudar, classificar e analisar seus atributos climáticos, fitogeográficos, ornitológicos, arqueológicos etc., dos quais, se extraíssem as particularidades dessas terras. Ao que se

refere ao Brasil, até a chegada da Corte portuguesa, em 1808, o Brasil como um todo, era conhecido como “terra ignota”, tal qual era o grau de desconhecimento desse país.

A abertura dos portos com a permissão para que estrangeiros aqui chegassem, possibilitou que o conhecimento científico de nossas riquezas naturais ganhasse um avanço a partir daquele período. O que havia de conhecimento sobre as terras brasileiras era o livro *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648 derivado da experiência dos holandeses no Nordeste, destacando-se a figura do astrônomo Georg Marcgrave (1610-1644) (BRASIL, 2004g).

A natureza brasileira era reconhecida na Europa como “exótica”, para onde se levavam aves e outros animais e espécies de plantas como *peças exóticas*. Muitos cronistas e missionários vinham ao Brasil e relatavam a história natural do Nordeste, e, dentre essas obras, destaca-se a enciclopédia *Notícia do Brazil* ou *Tratado Descritivo do Brazil*, de 1587 de Gabriel Soares de Souza. Essa obra marcou o início dos estudos da fauna do Nordeste. Mas será pelo padre jesuíta Fernão Cardim que a palavra tupi Caatinga (caa = mata/floresta; tinga = branca) vai ter seu registro datado de 1584 em suas narrativas, sendo este missionário naturalista quem vai iniciar estudos sobre a biogeografia dessa vegetação (Idem, 2004g).

Almeida (1998) também ressalta sobre o desconhecimento do Brasil, especialmente ao que tange seus territórios mais interiores, os sertões. Ela destaca que do período colonial até a Independência do Brasil, a grande extensão de terra correspondendo ao interior do país, permanecia alheia aos acontecimentos do litoral, desintegrada da efervescência dos núcleos urbanos, das atividades econômicas e sociais do litoral. Esse interior do país era designado como sertão, terras a desbravar que estavam sendo descobertas. A autora esclarece que o termo sertão trazia consigo as marcas do processo colonizador, refletindo a linguagem do outro, do civilizado, como enfatiza:

Era uma forma de nomear o desconhecido, expressando o pensamento do europeu sobre o novo continente. O sertão reforçava o distanciamento entre o eu e o outro (ALMEIDA, 1998, p.37).

O sertão ganhou uma paisagem que muito se associou àquela marcada pela Caatinga, mas ele não é fechado a essa vegetação e nem um espaço cartografado por fronteiras. Como analisa Almeida, citando Leonardi (1997), “sertão é uma categoria histórica que se situa no limite entre ficção e realidade”. Mendes (2009) reforça essa compreensão, ao definir que Sertão é:

Um conceito complexo, inacabado, em permanente processo de construção. Assim sendo, pode-se considerá-lo como um território móvel, cujas fronteiras ou ausência dessas guardam uma multiplicidade de sentidos e definições (MENDES, 2009, p.:69).

Reconhecer a pluralidade de olhares para os diversos aspectos associados a *sertão* possibilitará apreender que Sertão é a uma categoria simbólica polissêmica, reforça Mendes (2009). A autora avalia ainda que essa polissemia faça com que estudiosos do tema ressaltem a dificuldade de se estabelecerem

limites espaciais e temporais na análise dessa categoria. Ou seja, uma categoria que traz em si a dimensão plural, multidimensional e fluida (ALMEIDA, 1998; RODRIGUES, 2001, MENDES, 2009).

O Semiárido é, portanto, um dos tantos ‘sertões’, presentes na territorialidade brasileira. Ele adentra a literatura como sertão, e muito se deve ao olhar inicial dos viajantes como exemplos, Emanuel Polh (1810), Spix e Martius e Saint-Hilaire (1816 a 1819), D’Alincourt (1818) e Castelnau (1834). Esses viajantes, expedidores e cronistas, apreenderam a paisagem sertaneja semi-árida até então desconhecida e utilizaram-se de comparações, analogias, inversões e metáforas, apresentando-a como “um jardim europeu”, como o fez Saint-Hilaire. Como ressalta Almeida (1998, p.38) “impregnado dos ideais românticos de sua época”.

O sertão semiárido passou a ser visto pela percepção de um lugar marcado pelo ritmo de vida mais lento, com uma cultura própria, cuja “gente caminha para o entorpecimento, para o túmulo” ressaltava Oscar Leal, no século XIX. Chaul (1995) relata as percepções desse escritor lusitano sobre a gente que habitava o sertão:

Essa gente não fala, boceja, não anda- arrasta-se, não vive – vegeta. Para ela não há ambição, nem luxo, nem dinheiro, nem conforto: não há nada e que corra a vida como o barco a mercê da corrente (CHAUL, 1995, p.:19 apud ALMEIDA, 1998, p.39).

Almeida (1998, p.39) enfatiza que tais olhares deram uma idéia de letargia social, de dias iguais a todos os dias, de solidão que tinha no sertão o cenário ideal. Como expõe a autora, a ocupação pelo pastoreio foi à primeira atividade sobre a natureza tomada como hostil: “O sertão ruralizado pela criação de gado começa a ser povoado. Vencer o vazio da cultura, superar a resistência natural passa a ser a grande responsabilidade dos grupos rurais”.

Será Capistrano de Abreu, na sua obra “Capítulos da História do Brasil Colonial”, que vai discorrer sobre as origens históricas desse sertão semi-árido, sua progressiva ocupação e seu efeito “fertilizante” sobre o cenário nacional. O autor citado analisa a influência da vida pastoril da criação do gado nos traços definidores da vida sertaneja, na formação de uma índole para a ordem das relações sociais neste lugar, ou seja, uma natureza e um homem irmanados, um mundo marcado pelas distâncias e resistente às transformações do país. O autor contribuiu em sua obra citada para elaborar o tipo social - o vaqueiro, seu modo de vida calcado no uso do couro. Ele descreve a organização das atividades econômicas, da vida e do cotidiano desses homens em torno desse elemento, definindo, portanto, que ali se fundava uma ‘civilização do couro’:

[...] Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude do leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem [...] (ABREU, 1963, p.147).

Descreve, também, o autor, sobre o povoamento das terras semiáridas até final do século XVII, ainda marcado pelo medo à hostilidade dos grupos indígenas, das terras ‘duras’ e da falta de água: “Onde há falta de água, seguem (os vaqueiros) o caminho de quinze, e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar (idem, 1963, p.149). Será com as jazidas de sal que se formam corredores e adensamento de população; e depois das descobertas as minas, nas cercanias do Rio São Francisco, por volta de 1690 havia bons motivos de aconselhar a ida ao Sertão. Desse modo, desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente, construíram-se casas sólidas, espaçosas, currais, teares modestos, açudes, engenhos, capelas, ou seja, sinais de que as condições de vida melhoravam por aquelas terras.

Euclides da Cunha também corrobora para a construção de uma leitura de estereotipia sobre os tipos humanos e a paisagem sertaneja, concebendo-a como uma natureza hostil. Em “Os Sertões”, esse autor relata sobre a “paisagem de desolação” marcada pela vegetação de Caatinga:

A caatinga [...] no aspecto desolado: árvores e folhas da galhos estorcidos e secos, revoltos [...] lembrando um bocejar imenso, de tortura, da flora agonizante [...] as suas árvores em conjunto assemelha uma família de poucos gêneros [...] é que por um efeito explicado d adaptação às condições estreitas do meio ingra envolvendo penosamente em círculos estreitos, aquelas mesmas que tanto se diversificam nas matas, ali se talham por um molde único (CUNHA, 1991, p.38).

Diante das narrativas dos autores, esse sertão semiárido é concebido como lugar de repulsa, de estranhamento, de hostilidade, cuja vegetação monótona, mas ao mesmo tempo agressiva (“trama espinescente”; “folhas urticantes”; “gravetos estalados em lança”, etc.) só poderia ser ‘vencida’ pelo sertanejo, cuja sobrevivência em tal ambiente foi comparada por Euclides da Cunha como a de um herói, expressando a famosa frase: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

Menezes (1937, p.47) também descreve em “O Outro Nordeste” a adaptação e o aspecto fisiográfico do nordeste e sua organização geo-econômica assentada em bases diferenciadas do litoral, com senhores de engenhos e escravos. Apresenta, por exemplo, o Ceará, como o centro da “zona brasileira das secas”, cuja fisiografia revelava uma vegetação de *caatinga*. Relata que a observação das mudanças na paisagem dessa zona climática (que chamou de *mutações*) impressionou o botânico inglês Martius, ao ponto deste denominar a Caatinga de ‘silva horrída’, como diz Menezes “talvez pelo seu aspecto agressivo e abundancia de indivíduos espinescentes”.

Almeida (1998, p.40) ressalta que esse autor contribuiu para apresentar a figura do sertanejo abandonado a um modo de vida indesejável, cuja bravura, resistência e compatibilização àquele ambiente (tomado por Cunha como hostil), era a forma que possibilitava aqueles sujeitos se incorporarem à nação brasileira em seu estado nascente, bem como conquistar uma “identidade territorial específica sertaneja”.

Nesses sentidos expostos, o bioma Caatinga adentra na literatura como um ambiente hostil, marcado pela pobreza de espécies e em endemismos. Tal perspectiva ainda se faz presente na atualidade, destacando-se nos livros didáticos e na forma como se apresenta essa vegetação. Para Almeida (2007), são concepções que se reportam a Caatinga como um lugar de exclusão sócio-territorial onde habitam e sobrevivem precariamente os caatingueiros (as). A afirmativa da autora se reforça no trecho extraído de um paradidático de Geografia:

A menos de 90 km do mar [...] vegetam apenas os cactos e arbustos espinhosos e retorcidos. Uma paisagem seca e pobre, contrastando tristemente com o panorama vivo e alegre do mar e das matas que ficaram para trás. [...] O que caracteriza essa vegetação é a sua homogeneidade, isto é, o aspecto sempre igual [...] (BRANCO, 1994, p.06 - 07).

E, seguindo a caracterização do homem sertanejo, o autor apresenta-o pela mesma estereotipia:

Em toda a caatinga, mesmo nos locais mais secos e inóspitos, a presença do sertanejo é constante. De aparência indolente e tostado pelo sol, esse caboclo é o único ser humano capaz de sobreviver nessas terras (BRANCO, 1994, p. 13).

Esses dois trechos apresentados podem ser analisados pela interpretação elaborada por Bassand (1999, p:110 apud ALMEIDA, 2005) sobre algumas identidades territoriais e nas quais o autor caracteriza os tipos “apáticos e engessados” como os habitantes de um dado território que tem uma atitude passiva e por não se identificarem com os interesses locais e territoriais. Pela fundamentação de Bassand, avalia-se que o sertanejo tem sido considerado um tipo apático, engessado pela natureza semiárida. Santos (2005) também avalia que a literatura tem explorado o sertanejo, como um tipo humano e seu modo de vida tradicionalmente resignado, vítima da seca, miserável, messiânico, revoltado ou conformado na penúria.

Os sertanejos são compreendidos por Diegues (2009, p.21) como “populações tradicionais não-indígenas que ocupam a orla descontínua do agreste às grandes extensões semiáridas das caatingas e parte do Cerrado”. O autor apresenta os sertanejos como uma população vivente em grande parte no rural, marcada pela pobreza, numa estrutura fundiária concentradora, e vulnerável a doenças; com alta taxa de analfabetismo e toda sorte de carência em infraestruturas sócio-econômicas, que os colocam em condições subumanas. Ou seja, uma definição que contribui para afirmar uma população que habita um território de exclusão dentro do Brasil, uma identidade tradicional, marcadamente resignada.

Não se pode negar toda uma estrutura de iniquidade social existente no Semiárido Brasileiro, que lhe atribui um ‘bolsão de miséria’ dentro do país, mas o que se mantém e ainda se reforça, nas descrições e análises atuais, é a imagem do sertanejo ‘pobre e vítima da seca’. Uma identidade elaborada a partir da associação à natureza semiárida e a estrutura sócio-econômica desigual. Exemplo em Diegues (2009, p.21) que descreve a Caatinga como “um ecossistema de pastos pobres e com extensas áreas

sujeitas as secas periódicas, conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado”.

Santos (2005, p.80) discute que algumas referências têm reforçado uma leitura estereotipada da identidade sócio-territorial do sertanejo, tais como, “o sertanejo arcaico”; “religiosidade singular tendente ao messianismo fanático”; “carrancismo de hábitos”; “laconismo e rusticidade”, “predisposição ao sacrificio e à violência”. O autor avalia criticamente essas leituras, ressaltando que as mesmas têm negado a identidade de sertanejos e sertanejas, margeados pelo ideal de miserabilidade das gentes rurais desse território, bem como criaram uma naturalidade e invenção sócio-política sobre os mesmos. Tais leituras, por sua vez, não dimensionaram a complexidade dos espaços geohumanos do Semiárido, mas desqualificaram a etnobioidiversidade da Caatinga.

A Caatinga tem sido um ecossistema brasileiro “reduzido a um espaço de sobreviventes e retirantes” (SANTOS, 2005, p.77). Mas, ao contrário, “não pode ser entendido como um local feio e inóspito, mas que traz uma beleza e riqueza peculiar, admirada, amada, pelas pessoas que vivem nesses espaços há séculos”. Ele ainda ressalta a identidade sertaneja:

As gentes que habitam as diferentes paisagens geohumanas dessa região do Brasil [...] homens e mulheres do Semiárido vivem em processos simbióticos com o bioma caatinga concentrando-se ao redor de cidades maiores, pólos indústrias e perímetros irrigados [...] uma ecologia específica, onde as gentes do sertão relacionam-se de forma sistêmica (SANTOS, 2005, p.75-77).

Nesse sentido, há uma diversidade étnico-cultural dos povos do Semiárido que se construiu uma plasticidade de populações que compõem as suas diferentes paisagens, revelando nelas suas territorialidades conforme a própria trama diversa que marca esse território, em suas chapadas, vales e planaltos, serras, dunas e brejos. Por todas estes geoambientes, têm-se as “gentes do sertão” marcando sua presença. Essa diversidade histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental demonstra a complexa paisagem humana deste pedaço de Brasil, mas que tem sido negada e destacada pela negatividade.

Bonnemaison (2002) compreende o papel da paisagem como construtora primeira de uma territorialidade, pois ao mesmo tempo, paisagem é:

O prolongamento e o reflexo de uma sociedade, e um ponto de apoio oferecido aos indivíduos para se pensar na diferença com outras paisagens e, outras sociedades. A correspondência entre o homem e os lugares, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade, e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra (BONNEMAISON, 2002, p.91).

A interação sertanejo-Caatinga, no entanto, teve uma interpretação pela estereotipia e preconceito, não se dimensionou a particularidade da existência e de organização socioeconômica do sertanejo com seu meio físico e simbólico. As singularidades, as potencialidades e revelações nas formas de uso e de vivência dos sertanejos com os recursos ambientais de seu território são expressões

que marcam a relação desse homem com sua natureza semi-árida. Como definem Almeida e Vargas (1998), nos ‘sertões secos’ essa relação é transversalizada pela cultura, pois a aridez não é a determinante do modo singular do sertanejo perceber, viver e relacionar-se com a natureza, mas ela, sem dúvida, fundamenta seu modo particular de existência e de organização socioeconômica. Como afirmam:

Os aspectos físicos da aridez da região não são suficientes para a compreensão de sua realidade atual, porém, qualquer estudo do Nordeste, deve considerar seus determinantes ecológicos nos fundamentos explicativos de sua socioeconômica (ALMEIDA e VARGAS, 1998, p.469).

Os núcleos e povoações que floresceram diante da Caatinga, a vegetação predominante do Semi-Árido foram estabelecendo estreita relação com esse bioma e suas formas xerófilas (plantas espinhosas, cactáceas, etc). As autoras reforçam o que Bonnemaison (2002) apreendeu sobre a paisagem, que essa é o primeiro reflexo do território, uma externalidade da relação homem-natureza.

Almeida e Vargas (1996) avaliaram que os sertanejos têm uma capacidade de usar o espaço e de construir um espaço-tempo, isso porque existe uma cultura tradicional no cotidiano desses sujeitos sociais e sua estreita relação com os recursos da Caatinga e com a natureza semiárida. Aspecto que foi e ainda é posto nos materiais que circulam como um processo naturalizado monolítica e pejorativamente. É o que ressalta Santos (2005) sobre o modo como se apresenta a semiáridade, posta como construtora de uma territorialidade negativa, empobrecedora, onde só se podem desenvolver tipos humanos embrutecidos, uma economia pastoril pobre e dependente, organizada de forma extensiva às cactáceas, espinhos e outras xerófilas típicas da Caatinga.

A paisagem sertaneja ganha à cena marcada pela Caatinga e o sertanejo. Segundo Bonnemaison (2002, p.84), a paisagem é uma “estrutura visual na qual se lêem, ao mesmo tempo, o dinamismo e as relações entre uma série de fatos físicos, sociais e econômicos”. É preciso compreender os significados que extrapolam a representação de uma determinada paisagem, pois a mesma é enviesada pelo autor como a correlação de etnia e grupo cultural, pois são construtoras de um “espaço-território”. O autor corrobora com o conceito de territorialidade apontando-a como uma relação culturalmente vivida entre o grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial dito de outra forma, um território.

A trama interdependente do sertanejo com a Caatinga revela sua identidade territorial, uma “identidade caatingueira”, como denominaram Almeida e Vargas (1998). Essa identidade marca a singularidade da relação desse sujeito com a natureza, expressando sua mundaneidade semiárida pela maneira de existir e sentir “ser-aí-no-mundo”. Segundo Heidegger:

O fato de o “ser-aí” (*Dasein*), em sua cotidianidade [...], não simplesmente estar num mundo, mas por referir-se a este mundo através de uma maneira de ser predominante. De imediato e de forma geral, o ser-aí é fascinado com seu mundo; ele é, desta maneira, absorvido no mundo (HEIDEGGER, 1981, p.25).

O sertanejo é esse ser que se permite referir-se ao mundo (Semiárido) por sua maneira de ser interativa e de convivência com os regimes de signos, códigos e alternâncias dos geoambientes da Caatinga. Uma relação que lhe permite viver e sobreviver em um vasto território configurado pela irregularidade de chuvas. Ser absorvido nesse mundo semiárido, para o sertanejo, é lidar com os ciclos dessa natureza regulada entre o “tempo do verde” ou “tempo do inverno” para o período das chuvas e o “tempo da seca”, das prolongadas estiagens. Viver a escassez ou o excesso periódico é a condição da existência dessa mundaneidade.

O sertanejo aprende desde cedo a lidar com o ciclo natural e dela elaborar sua cotidianidade entre o tempo verde ou do excesso e o tempo seco, da escassez. Nesse sentido, a água é “produtora de processos subjetivos” (DE MARCO, 2003, p. 10). Ou seja, a água regula a vida do sertanejo marcada pelo estado de tensão entre seu excesso e sua escassez.

O ritmo da presença/ausência da água no ambiente regula todas as atividades: doméstica, pecuária, plantio, políticas, culturais, etc. Deste modo, os processos subjetivos vão se constituindo de forma diferente entre os dois pólos: *seco* e *verde*. O tempo *verde* marca-se de novembro a março, quando as chuvas são mais presentes e, muitas vezes, intensas, mas não quer dizer contínuas. Alguma alteração na natureza (um canto de pássaro, uma trovoadas em determinado lugar, um vento etc.) tudo é acompanhado pelo sertanejo, que logo pressente os sinais de que haverá ou não as chuvas.

O tempo *verde* é o tempo de as plantas nativas frutificarem, de a terra preparada receber as sementes, deixar os animais soltos na Caatinga, nos Fundos de pasto; de os reservatórios (barreiros, cacimbões, tanques etc.) se encherem e os rios voltarem a correr. A chuva é definida como boa se a mesma dispõe na natureza as condições para um bom ciclo produtivo, mais frutos, barreiros cheios etc. Enquanto que a chuva ruim é concebida como aquela que é fraca, dispersa e provoca destruição.

Já o tempo *seco* é o momento em que a natureza vai perdendo sua exuberância, o verde vai dando lugar ao seco, as coisas ‘mínguam’, diminui a produtividade. Nessa relação temporal, espacial e subjetiva com as águas e, em especial, com as das chuvas, o sertanejo elabora o uso das potencialidades do território, sendo o *tempo verde* o tempo que a natureza guarda todo seu potencial (tempo do plantio, uso dos frutos, maior oferta de alimentos para os animais na Caatinga, maiores possibilidades de vendas de seus produtos, de execução de planos etc.). Vem a estiagem, a falta d’água, dos barreiros secando, de cuidar mais dos animais, de perdas. Como ressalta Diegues (2009, p.23), a seca traz “a desagregação social, das marchas mais longas com o gado para se encontrar cacimbas [...] Nesse sentido, o *inverno* agrega e o *verão* dispersa as pessoas. Essa dispersão chega ao auge quando o sertanejo é forçado a migrar”.

Como um elemento raro, a água aparece para o sertanejo como dependendo da vontade da natureza. No sentido católico, é a ‘vontade de Deus’. O fim da escassez pode ser conseguido por meio dos santos, de promessas e de romarias. Para tanto, os sertanejos fazem muitos rituais para prever os anos bons e anos ruins, apegando-se com Santa Luzia (13 de dezembro) e São José (19 de março), os dois santos que definem se haverá ou não ano bom de chuva.

Almeida (1998, p.42) avalia que, para o sertanejo, a natureza é percebida pelas dimensões tangível e tátil, sendo um recurso a ser utilizado ou constitutiva, cuja compreensão se revela pela ‘metáfora’. Deste modo, ele elabora sua compreensão pelas manifestações da natureza, cujos sinais definem o seu bom funcionamento ou desregramento do cosmos. A autora afirma que tal leitura do sertanejo lhe permite compreender uma correlação entre cosmos e natureza, ou seja, “quando o cosmos se desregula a sociedade não funciona, como deveria, em harmonia com ele”.

Hoefle (1996) também discute sobre esse modo de conceber o mundo pelo sertanejo, e esclarece que essa visão, até o final do século XX, foi pouco modificada pelo processo de industrialização e modernização do Brasil, uma vez que o sertão foi periférico a este processo. Ele diz:

[...] Ainda hoje, a maioria da população sertaneja possui uma visão encantada do mundo com os três elementos animistas típicos do cristianismo Pré-Reforma: a crença em espíritos do mato, a crença em almas e o culto dos santos (HOEFLE, 1996, p.09).

Os sertanejos acreditam em “espíritos de outro mundo” e elaboram um conjunto de crenças em torno das *almas* e dos *santos*. Na crença em “espíritos do mato”, tem-se o caipora e os animais encantados e outros mitos que circulam no imaginário e embalam o medo, que serve, antes de tudo, para que não se entre na mata. São expressões de uma religiosidade, como posto por Hoefle (1996) provindas do cristianismo arcaico, mas que se constituem elementos formadores do universo simbólico-cultural relacionado à natureza semiárida ainda muito presente.

Almeida (1998, p.43), ao relatar sobre as crendices, causos de assombrações e dos seres sobrenaturais que permeiam o universo simbólico e religioso do sertanejo, avalia que essa construção lhe permite assimilar-se ao mundo e adequar-se ao mundo real, pois “trata-se de uma estrutura que une os homens à natureza, afirmando a importância de suas relações e que propõe uma espécie de equilíbrio moral entre os dois”.

Os sertanejos dispõem de uma rede hidrográfica que se apresenta com rios perenes ou intermitentes e uma diversidade de fontes temporárias: barreiros, lajedos e lagoas (estes últimos vão recebendo denominações locais conforme o nome do proprietário da fazenda ou da comunidade onde se localizam, exemplos: “Lagoa de Adalberto”; “Comunidade Lagoa do Garrote” etc. Também há as cacimbas, cacimbões, açudes, tanques e poços artesianos, bem como, recentemente, as cisternas de

placas que captam água nas calhas dos telhados das casas. Elas também vão criando uma significação dessa água para a vida das famílias e comunidades, uma temática do Capítulo 7.

Essas fontes temporárias são lugares de encontro, especialmente das mulheres, onde trocam informações sobre a vida diária. A relação com a água é diferente entre mulheres e homens. Para elas, a responsabilidade de abastecer a casa com água, seja para uso doméstico, lavar, regar algumas hortas, ou seja, uma tarefa feminina sacrificante, pois percorrem quilômetros diários a pé até as fontes. Para os homens, a responsabilidade é pela água de beber para o gado, construir poços e cacimbas, irrigar plantações etc. (DIEGUES, 2009, p.22).

A água adentra como um elemento repleto de significação para a elaboração da territorialidade sertaneja, uma vez que, por si mesma, é um elemento que carrega toda uma simbologia que regula o universo material e imaterial das populações em todo mundo. Afirmo Cunha (2000, p.15) que as associações significantes com as águas recebem significados múltiplos pelas sociedades, produzindo imagens e simbologias associadas às águas salgadas ou doces. Mas, de forma diferenciada, uma vez que a água “mais do que um elemento da vida, ela evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários a vida”. As chuvas são para os sertanejos, portanto, uma dádiva, algo milagroso, ‘uma benção de Deus’. A chuva é uma água celeste, que na simbologia são “águas claras, superiores, masculinas, descendente e celestial”. A autora ressalta que cada povo define significados para a água por meio de sua cultura particular, seu contexto simbólico e religioso etc., que vão caracterizar suas qualidades, formas de usos produtivos ou imateriais.

Para cada fonte de água, há uma construção simbólica que delimita uma relação dos sertanejos com suas fontes disponíveis. Segundo Diegues (2009), os ribeirinhos são pescadores, dedicando-se a essa atividade grande parte do ano, especialmente após as enchentes dos rios e da formação de lagoas. Entre os varjeiros do rio São Francisco, o maior rio em extensão do Semiárido, a relação não é de escassez, mas do ciclo das águas do rio, suas cheias e vazantes, marcadas pelo regime irregular das chuvas. Em abril, começam as enchentes e essas fertilizam as margens do rio. Na vazante, o ribeirinho faz seu cultivo, que é a roça de vazante ou no “lameiro”, lugar onde a colheita é mais abundante.

Os rios são fontes também da construção simbólica de mitos, lendas e histórias. Tem-se o mito do Caboclo d’Água, da Mãe d’Água, do Nego d’Água. Para os ribeirinhos, “o rio é um ser vivo que apresenta comportamentos antropomórficos”, ele dorme à noite, quando os peixes repousam nas profundezas. Ele não pode ser acordado e nesses momentos não se deve beber de sua água, relata Diegues (2009, p.25).

Santos e Vergne (2007) esclarecem que as fortes intervenções no rio São Francisco pelas construções de barragens, nas últimas décadas, provocaram impactos humanos (transferência de populações da zona urbana para a rural; modificações nas atividades socioeconômicas; perda do

patrimônio e do referencial cultura, histórico, arqueológico e paisagístico etc.), ambientais (desaparecimento de espécies endêmicas, mudanças na migração dos peixes, eutrofização etc.) e geográficos (modificações climáticas, sismicidade induzida, erosões das margens, condições de navegabilidade etc) que alteraram profundamente a paisagem e as relações entre as populações ribeirinhas e o rio.

A água é condição básica para a reprodução da vida cujos seres vivos dependem dela para a sobrevivência, mas, para além dessa inserção orgânica, a água se inscreve como domínio simbólico, enfeixando várias imagens e significados presentes nas manifestações de ritos, cerimoniais sagrados e mitológicos, objeto de contemplação, de passagem ou travessia, o sagrado ou profano, melancolia ou alegria, banho, terapia ou prazer, práticas agrícolas, no cultivo das plantas e das flores, na fecundação da terra, etc., um conjunto de manifestações que a tornam um elemento evocado e representado conforme a cultura de cada povo. Mesmo sendo impalpável e simbólica, é matéria, e nessa dimensão ela embala as idéias que se materializam em ações, intervenções e programas de planejamento:

Por ter a água distintas significações, quer no plano material (econômico e social), quer no plano imaginário (político e cultural), variando de sociedade para sociedade, nos diferentes contextos histórico-culturais, a água se inscreve na natureza e na cultura (CUNHA, 2000, p.16).

Compreende-se, pelo que foi posto sobre a relação do sertanejo com a natureza semiárida, que esse sujeito vive, circula, produz, sente e pensa, ou seja, elabora sua mundaneidade pela trama ecossistêmica da Caatinga, pelas disponibilidades das fontes d'águas, pela irregularidade das chuvas, etc. Ele absorve esse mundo por simbologias e a natureza semiárida é o cenário do qual se podem extrair seu imaginário, suas crenças, elaborando suas relações práticas, materiais, como também simbólico-culturais com o território. Uma mundaneidade repleta de significados vividos entre homem, natureza e cultura. Como expressa Bonnemaïson (2002, p.103) “uma relação secreta e emocional que liga os homens à sua terra e, ao mesmo movimento, funda sua identidade cultural”.

3.4 A elaboração do sentido de natureza hostil e as intervenções do estado

A seca, como analisada ao longo deste Capítulo, é uma das expressões da dinâmica ambiental das Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas, ou seja, uma característica da natureza-processo dessas Terras Secas. Deste modo, é mais do que fato que seus registros estejam presentes ao longo da história da formação e organização geo-econômica desse território. O que vai dar a conotação de hostilidade, de algo atípico, são as formas pelas quais as secas foram comunicadas, apresentadas e representadas, que Albuquerque Jr. (1999) denominou de *dizibilidades* e de *visibilidades*.

A seca passa a ter sua história com sua própria cronologia. É uma dessas secas que ganhou forte destaque, sendo adjetivada de 'grande seca' foi a de 1877-1879. Alguns fatores lhe deram tal destaque, e Ribeiro (2001) avalia que nesse período havia um quadro de vulnerabilidade, uma vez que as áreas rurais estavam com um grande contingente populacional, e a decadência do algodão associado à seca prolongada fez com que essa população fugisse desesperadamente para as cidades. A 'grande seca' afetou de forma mais intensa e concentrada as Províncias do Norte, hoje os estados do Ceará e Pernambuco, sendo a cidade de Fortaleza (CE) 'invadida' por uma grande população migrante, com uma estrutura urbana deficiente, potencializando as dificuldades existentes da população local.

A partir dos fortes impactos antropológicos, econômicos e sociais para a população regional a seca de 1877 ganhou ampla repercussão. A seca passa a ser considerada uma anomalia meteorológica, um sintoma típico de uma natureza hostil. Após essa seca, passa-se a tônica das intervenções, às ações imediatistas e assistencialistas de seus efeitos sobre as populações, especialmente as rurais. Alguns autores, tais como, Ribeiro (2001) e Albuquerque Jr. (1999) afirmam ser a 'grande seca' a matriz fundadora de uma percepção de natureza hostil. Uma vez apresentada como 'catástrofe', a partir dela as retóricas de fatalidade climática passaram a direcionar os projetos e programas de desenvolvimento para o Semiárido. Emerge um sentido de se conhecer e dominar a natureza, quando a cada 'grande' seca, surgia uma nova orientação para as intervenções do Estado sobre esse território, reordenando-o segundo planos de desenvolvimento regionais, com ênfase nas ações de correção hídrica denominada de 'combate à seca'.

A idéia de natureza hostil passa a fundamentar a naturalização das mazelas sociais das populações, especialmente as rurais, pobres e habitantes de um 'lugar inóspito', de natureza desfavorável. Essa idéia é uma vertente da concepção de natureza externalizada. Ressalta Porto-Gonçalves (1990) que há a vertente de que a natureza é harmoniosa e bondosa, e há a vertente da natureza hostil ao homem, o lugar da luta de todos contra todos. Ambas as vertentes, segundo o autor, permeiam os sentidos do mundo Ocidental e sua relação externalizada com a natureza. Na vertente da hostilidade, surge a necessidade de o Estado estabelecer a lei e a ordem, enquanto que na natureza bondosa e harmoniosa entende que os homens são seus destruidores. Nas duas vertentes, mantém-se o homem fora da natureza, reproduzindo a dicotomia – natureza e cultura, alicerce da idéia moderna de natureza pela externalidade.

Cassetti (1993) também amplia essa análise ao ressaltar que ambas as vertentes concebem a natureza como um objeto a ser dominado por um sujeito, e uma vez externalizada, será apropriada por aqueles que se apresentam como seus proprietários, condição esta promovida especialmente na sociedade capitalista. A concepção externalizada de natureza legitimou a apropriação privada dos meios de produção, que por sua vez possibilitou as bases para a produção de mercadorias pelo capitalismo.

A origem da concepção de “natureza hostil“ está na mitologia criada em função da submissão do homem aos mistérios incompreensíveis da vida no estado mais primitivo. Como postula aquele autor:

A busca da superação dos obstáculos impostos pela natureza é a prova de que o homem rompeu com o resto da criação, levando-o ao desejo de controlar o mundo natural, razão da ideia de natureza dominada (CASSETI, 1993, p.146).

A hostilidade é uma concepção provinda das raízes do antigo Oriente Médio e, pelos textos sagrados, chega-se até o mundo Ocidental, e recuperado no Iluminismo, atendendo as expectativas do sistema de produção capitalista em formação. A concepção de natureza hostil será fundamentada no princípio baconiano de “conhecer a natureza para dominá-la” (idem, 1993, 147), induzindo ao processo de apropriação espontaneísta dos recursos com o advento dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos. Desse modo, o autor afirma que a natureza tomada como um objeto passivo necessita ser dominada e submetida diante de um mundo em desencantamento. E que a nova racionalidade cartesiana, com vistas à eficácia e à eficiência foram requisitos indispensáveis a uma sociedade moderna, que nascia sob a égide capitalista.

A concepção de natureza hostil é ampliada por Morais (1999) na análise sobre certos comportamentos sociais que dão o *status* de eventos naturais, tais como, desastres e catástrofes associados à falta de recursos das populações pobres ou da tendência dessas se reproduzirem rapidamente. Como afirma, uma perspectiva malthusiana que concebe o pobre como o mais sujeito aos azares naturais e mais afetado na maioria dos desastres.

A concepção de natureza hostil demonstra o grau de alienação intrínseco ao conceito natureza, cuja leitura externalizada pela hostilidade objetiva manter a ordem vigente, isto é, o *status quo* justificado pelo elevado poder aquisitivo de uma minoria da população. A vertente é mantida pela apropriação desigual da natureza na ocupação dos espaços e na concretude do desenvolvimento desigual e combinado.

Pode-se compreender, então, porque a leitura de *natureza hostil* do Semiárido tem sido respaldada em discursos parlamentares elitistas apresentando-o como um território necessitado de obras técnicas competentes para corrigir o déficit hídrico derivado de uma natureza limitada, escassa de recursos naturais, cuja região Nordeste sempre teve seu desenvolvimento prejudicado, sendo uma região atrasada em relação às demais regiões brasileiras (BASTOS, 1957; DUARTE FILHO, 1938; RIBEIRO, 2001). Tais discursos não fundamentam as desigualdades regionais derivadas da diferenciação regional no capitalismo, expressas na relação centro-periferia entre Centro-Sul e Nordeste, da desigual divisão regional do trabalho, etc., mas a natureza hostil do Semiárido, com secas e pobreza em recursos naturais é que mantém o subdesenvolvimento regional do Nordeste, uma vez que grande parte dessa região tem áreas semiáridas. A população que habita essa região é pobre por conta da natureza e não das formas

desiguais do desenvolvimento no país.

Moreira (1993, p.31) avalia que a externalidade tem sido a concepção legitimadora da visão da natureza como “estoque-de-recursos da economia neoclássica e que fundamentou a ‘natureza-geopolítica’ do espaço vital”. A dominação da natureza pelo Estado guarda a visão utilitária e econômica do território cuja base discursiva concebeu a idéia de ‘espaço vital’ dos emergentes Estados-Nações dos séculos XIX-XX. As teorias naturalistas postas nesse período remetiam a natureza e a sociedade tanto às leis físico-matemáticas quanto às históricas. As relações internacionais ganharam um forte sentido de disputa de territórios, levando os cientistas a reorientarem sua visão de natureza e concebê-la como meio ambiente, cujos estudos vincularam natureza e território.

A concepção externalizada de natureza hostil ganha a leitura determinista pelo Estado Moderno, e o Estado Brasileiro põe em prática ações de intervenção sobre as secas, uma vez que essas foram avaliadas como as causas naturais do atraso e da pobreza no Semiárido. Na concepção de território naturalizado pelas secas, caberia ao Estado-nacional a tarefa de ‘civilizar’ o território, corrigindo o determinismo natural, cujas intervenções dar-se-iam conta de inserir esse território dentro da idéia de nação forte, redirecionando-o para o desenvolvimento nacional.

Sobre isso, Duarte Filho (1938, p.130) aponta o ideal de nação-forte no Governo de Getúlio Vargas e como este presidente direcionou fortemente ações de correção hídrica via açudes. Segundo o autor, construíram-se tantos açudes no período de 1930 a 1936 que Vargas foi vangloriado como o presidente que estava “civilizando o Nordeste, modificando o sertão”.

A lógica política de se combater a seca adentrou nas orientações governamentais desde os primeiros presidentes da República, fazendo-a de promessa de campanha eleitoral. Entretanto, as obras e projetos iniciados se esbarravam na descontinuidade por falta de verbas, falta de interesse político etc., avalia Duarte Filho (1938). Essa apropriação político-ideológica das secas também é apontada por Albuquerque Jr. (1999) como uma elaboração discursiva ao longo dos tempos pela elite política e econômica nordestina, que segundo, as circunstâncias, conjunturas econômicas e necessidades de cada momento, se utilizaram da seca como “metáfora” explicativa para a miséria, a desigualdade, o declínio econômico e político regional etc. Ou seja, a seca como um instrumento político, um elemento de barganha nos pactos e alianças dessas elites com o Governo Central, inclusive a criação da região Nordeste, segundo o autor, “uma invenção discursiva” nasce desse poder político das elites nordestinas, que configuraram a seca como uma identidade regional dos estados nordestinos.

Essa ‘metaforização’ em torno da seca, com seus diferentes significados, elaborou uma “*dizibilidade e vizibilidade*” do Nordeste (semiárido) apresentando-o na literatura, no cinema, nos discursos parlamentares, na imprensa etc. As imagens de calamidade, de pedintes e de retirantes, ritualizando e institucionalizando a vitimação e estereotipia, essa produção de formas de falar e

apresentar o Semiárido qualificaram tanto a natureza semiárida como pobre, feia, adversa, de vegetação ‘morta’ quanto o nordestino como ‘cabeça-chata’, o ignorante, a vítima do Sul (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000; MARTINS, 2006).

Ao longo do século, a seca foi à matéria-prima para toda sorte de problemas regionais. Esse viés da apropriação político-ideológica da seca é analisado por Castro (1992) como o “mito da necessidade”, ou seja, a elaboração de um imaginário das secas constituindo-se como base fundadora e mantenedora do regionalismo nordestino. A autora afirma a ação ideológica e uso do poder simbólico das elites políticas nordestinas nos discursos de necessidade e de reivindicação por recursos e verbas federais apoiando-se na fatalidade natural das secas e das carências das populações afetadas. Camuflaram-se as desiguais e rígidas estruturas sociais e econômicas regionais como a concentração de terras e o poder político regional/local.

Os discursos políticos têm se sustentado na unificação da natureza e da sociedade como uma naturalização, fundamentando a construção do imaginário regional e dos valores simbólicos a ele associados. Desse modo, Castro (1992) considera o papel do Estado sobre o Semiárido ao longo dos tempos, como um agente mediador da pressão de diferentes atores sociais, especialmente da elite política, expressando as diferentes apropriações desse território.

As estratégias políticas do uso da natureza semiárida têm possibilitado a inserção de muitos municípios dentro da situação de “em calamidade climática” a fim de receber ajuda dos governos estaduais. Uma estratégia analisada por Pinto (2000, p.430), a partir dos documentos públicos⁶. A autora investigou as formas como os municípios recorriam aos “Decretos de Situação de Emergência”, utilizando-se de expressões do tipo: “longa estiagem”, “flagelo climatérico”, “prejuízos da população com perda quase total da lavoura e ameaça de perda dos rebanhos”, “problemas de ordem econômica e social e os graves prejuízos às atividades laborativas” dentre outras expressões. Justificativas de necessidade de intervenção do Governo Estadual nas áreas atingidas em caráter de “emergência”, que possibilitariam ter acesso aos recursos públicos. Como expõe:

A idéia de tirar proveito dos mal administrados recursos públicos, pressupõe um estilo imediatista e paliativo em que as áreas adjacentes não afetadas pelas secas prestam auxílio as áreas flageladas, mas se julgam com direito a solicitar a ajuda governamental. E o governo tira partido da pobreza da população e das condições adversas do clima e reclama compensações por subsídios, gerando a indústria da seca (PINTO, 2000, p. 430).

Historicamente, as ações intervencionistas implementadas pela política de ‘combate à seca’ mantiveram-se na cultura elitista e excludente do Estado, com elaboração de programas de emergência para assistir aos flagelados e amenizar o problema da escassez de água, com ações e medidas paliativas e

⁶ Arquivos dos Diários Oficiais e Decretos do Estado de Sergipe na década de 1970 a 1980 (nota da autora).

assistencialistas, com irregularidades, mau uso dos recursos e favorecimento as oligarquias regionais (MENEZES, 1999).

A série de programas lançados nas décadas de 1970 e 1980 pelo Estado não obtiveram resultados eficazes, especialmente no enfrentamento da pobreza do Nordeste, agravados pelo esgotamento da capacidade de atender a projetos isolados por parte do Banco Mundial. Como ressalta ainda a autora, conjunto de projetos na década de 1980, apenas o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) foi o que conseguiu se desenvolver, pois gerou uma fusão de programas especiais, simplificou e aperfeiçoou a ação integrada dos projetos do POLONORDESTE etc.. No entanto, recebeu críticas na sua sistemática de atuação, no que tange a sua ação fundiária, aos recursos hídricos e a participação dos trabalhadores.

As críticas ao Governo Federal passaram a se tornar mais acirradas e o fracasso de cada programa/projeto direcionado para o desenvolvimento do Semiárido apontavam os limites da política do ‘combate à seca’; dentre outras questões, ela não saía da esfera assistencialista. Sobre esse tipo de política assistencialista, Demo (2000, p.11) afirma que a mesma desfaz a noção essencial de direito e de cidadania, recriando a miséria sob a forma de tutela. O autor salienta, que por meio do assistencialismo, estigmatiza-se o pobre com uma oferta pobre, ou seja, “reserva para o pobre uma educação pobre, uma saúde de segunda categoria, uma habitação subumana, e assim por diante”. Por essa interpretação, compreende-se que o Estado brasileiro conduziu ao longo das décadas do século XX suas intervenções por um modelo assistencialista, sem ir à raiz dos problemas, mas apropriando-se da natureza semiárida pela visão utilitária de natureza como “estoque-de-recursos”, como frisa Moreira (1993, p.31).

Fávero (2002) em análise sobre a política de ‘combate à seca’ afirma que esse pensamento do Estado sobre o Semiárido apesar de obter poucos resultados, foi bem onerosa:

Durante o último meio século, a pobreza rural do Nordeste do Brasil tem sido objeto de muitos estudos, planos, programas, projetos e ações governamentais e de uma multiplicidade de organismos não governamentais e privados. Em torno dela produziam-se análises, tipos de abordagem, teorias, estratégias de intervenção, promessas eleitorais, grandes comoções nacionais e campanhas; enfim, esperanças e sonhos foram provocados. Nesse tempo foram gastos bilhões de dólares para enfrentá-las, mas sem respostas efetivas (FAVERO, 2002, p.09).

A política de ‘combate à seca’ já foi muito questionada e debatida por autores de renome na literatura acadêmica brasileira: sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos dentre outros pensadores, buscaram apresentar em suas análises o Semiárido dentro do contexto marginal das alternativas do desenvolvimento nacional via industrialização e urbanização, iniciadas nos anos de 1930. De forma sumária, serão destacados alguns autores e seu pensamento crítico a respeito dessa política:

Um dos primeiros autores que trataram de desconstruir a responsabilização da miséria e da fome às secas foi Josué de Castro (1951; 2001). Na década de 1930, esse autor procurou esclarecer que as verdadeiras causas da fome não eram de ordem natural e nem de crescimento demográfico, nem tampouco se derivavam das limitações dos recursos naturais para a produção de alimentos, defendida

pelo neomathusianismo mecanicista da época. Mas, os sistemas socioeconômicos pautados na concentração da renda e da estrutura fundiária, da expropriação dos trabalhadores e da utilização da terra para uma agricultura de exportação, colocavam em detrimento a produção interna de alimentos.

Ainda defendeu o autor a importância de se analisarem as condições ambiental e geográfica da região semiárida para que as secas não fossem confundidas com a situação de calamidade social que se agrava nesses períodos, já que as mesmas agonizavam uma situação estrutural interna e externa de iniquidade social. Enfatizou a necessidade de um plano de integração econômica do país, orientando os financiamentos para os projetos de desenvolvimento econômico do Nordeste, superando o caráter paliativo e paternalista das ações de socorro às vítimas da seca.

Destaca-se, também, o pensamento de Djacir Menezes (1937), que procurou apresentar os traços gerais, os aspectos humanos, políticos, econômicos, culturais, biológicos e sociais da evolução do Sertão nordestino, contribuindo para a compreensão das características do ‘Outro Nordeste’, uma expressão que o autor designou para completar de forma crítica a obra de Gilberto Freyre⁷ “Casa Grande e Senzala”. Ele desejava apresentar o outro nordeste, excluído, marcado pelas injustiças e revoltas. Menezes rompe com as explicações naturalistas e racistas dos problemas regionais vigentes nos anos de 1930 e contribui denunciando a miséria e as injustiças sociais às quais estavam submetidas a grande parcela da população sertaneja. A seca, para Menezes, deveria ser compreendida em sua forma multidimensional, e, para ele, as ações deveriam se dar em conjunto com os aspectos meteorológicos (ambientais) e socioeconômicos (estruturais) do adensamento humano na região. As soluções de engenharia hidráulica eram criticadas, pois compreendia não atuar nas causas estruturais das condições de trabalho dos sertanejos e da garantia do acesso a terra. Ao contrário, propunha uma perspectiva de convivência do sertanejo à semi-aridez como uma *práxis*:

[...] A vida pratica se resolve a oposição entre o homem e o mundo, que o dualismo agravara. Pela interpenetração de ambos. A história do homem, num dado esforço: adaptando-se a ela e adaptando-se a si: é esse duplo processo que constitue o trabalho, a *práxis* (MENEZES, 1937, p.41).

Mais um autor que elaborou fortes críticas à política do “combate às secas” foi Guimarães Duque (1980). A análise sobre a ecologia do Semiárido levava o autor a compreender que as ocorrências das secas e suas consequências como a problemática central, no fundo atendiam aos interesses comerciais e políticos nas ações de assistência e obras de infra-estrutura hídrica. Ele realizou uma série de estudos técnicos, agrônômicos e ecológicos e apresentou alternativas que apontavam outras soluções para além das obras hidráulicas, tais como, uma agricultura ecológica, o aproveitamento das formas culturais de

⁷ Menezes (1937, p.16) explica no prefácio que “o título do livro que sugeri de O OUTRO NORDESTE é justamente porque o seu nordeste é o outro nordeste ao lado do meu e talvez o menos conhecido, embora seja o mais falado: Nordeste das secas, dos grandes misticismos, de menor influencia da escravidão, etc”.

exploração dos recursos naturais, a valorização do bioma e dos ecossistemas da Caatinga. Ou seja, Duque apreendia a semiaridez como vantagem e não como fator de impedimento ao desenvolvimento do Semiárido.

O autor analisou a questão regional pelas causas externas e internas, relacionando-as aos fatores físicos e geográficos, os determinantes históricos, as consequências socioeconômicas dos programas de desenvolvimento e as reações políticas diante das problemáticas locais. Sua defesa era pelo conhecimento do homem sertanejo, investimentos na educação e na aprendizagem desse sobre o ecossistema da Caatinga, a fim de encontrar alternativas para viver com a semiaridez.

Destaca-se também o pensamento de Celso Furtado (1959; 1979) sobre a questão do Semiárido. Esse autor compreendeu a *questão nordestina* dentro da historicidade e da visão estruturalista do subdesenvolvimento do Nordeste. Analisou o problema dos estados nordestinos decorrentes da escassez de chuvas, e compreendia que a seca deveria ser tratada como política pública. Furtado coordenou o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, responsável pela elaboração do documento “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, apresentando as causas estruturais dos problemas e as tendências da economia regional nordestina.

Os estudos reconheceram que a política do ‘combate à seca’ atuou com o grande problema da limitação da disponibilidade de água, mas que a política da açudagem, por um lado, favoreceu a permanência da população no Semiárido, mas por outro, não propiciou o aumento na produção de alimentos, portanto, contribuiu para agravar os efeitos das secas.

Furtado analisou que o tipo de economia implantada nesse território estava em descompasso com sua realidade natural. A combinação dos elementos da economia monetária com outros da economia de subsistência permitiu o aumento da população na Caatinga, transformando a seca numa calamidade social. Esse estranhamento entre as atividades produtivas e as condições naturais era fruto do processo de sua ocupação, com a destruição das civilizações indígenas e a pressão advinda da área canavieira, impedindo um projeto autônomo de ocupação e o uso do espaço com características bem diferentes das atuais.

Mais um autor com grande contribuição ao pensamento crítico à política de ‘combate à seca’ foi Manuel Correia de Andrade (1988; 1999; 2005). As análises desse autor enfatizaram o caráter descontextualizado dessa política que, segundo o mesmo, era baseada em teorias exógenas. Andrade foi um dos grandes pensadores da delimitação e conceituação da região Nordeste do Brasil, fornecendo novos olhares e compreensões sobre a questão regional.

A sua crítica dirigiu-se à ação do Estado com a perspectiva conservadora, apesar das iniciativas modernizantes. Ele chamou a atenção para as consequências sociais da intensificação da penetração do

capitalismo no campo, numa perspectiva modernizadora, desvinculada de um projeto social de reforma das estruturas geradoras da miséria.

Andrade ressaltou a importância do Nordeste e sua participação ativa na produção nacional, com potencial para se desenvolver, cujas idéias para o desenvolvimento abarcavam princípios ou critérios de sustentabilidade, através de atividades produtivas apropriadas às exigências do meio natural; adaptação do ser humano e da sua ação produtiva às características ambientais e promoção da conscientização política sobre o caráter e as causas da crise no Sertão.

Andrade (1988) analisou que a falta de uma política social às populações, o favorecimento das obras públicas aos grandes proprietários, a falta de decisão política do governo frente aos latifundiários para a desapropriação efetiva de terras, o não aproveitamento da agricultura irrigada próximo aos açudes, bem como a falta da construção de rodovias ligando principais cidades do litoral ao sertão, não mitigavam os efeitos das secas, mas acumulavam verbas de socorros às vítimas nas mãos de políticos influentes e de grandes comerciantes e proprietários que, segundo o autor, foram elementos que geraram a ‘indústria da seca’. Enfim, esse autor contribuiu também para desmistificar a seca como geradora da pobreza e da necessidade de se atuar nas causas estruturais do subdesenvolvimento, entre elas, a reforma agrária.

Nesse leque de autores críticos à política de ‘combate à seca’ destaca-se Francisco de Oliveira (1993, p.50) e sua corroboração para se compreenderem as intervenções estatais no Semiárido. O autor avaliou que o esforço racionalizador do Estado para agir sobre a seca não foi “uma primeira manifestação de planejamento da atividade governamental para resolver os problemas de economia regional”. A análise de Oliveira adentrou também as intervenções pelo Planejamento Regional via SUDENE, considerando que a criação dessa superintendência não superou as condições de reprodução da economia agrária nordestina, deslocando o eixo do problema do atraso regional para uma suposta inviabilidade da economia sertaneja. Como ainda postulou, o Estado não visou romper com os “desequilíbrios regionais”, base do discurso fundador da SUDENE, mas inserir a Região na própria lógica da Divisão Regional do Trabalho no Brasil, do processo de acumulação do capital e de homogeneização econômica do sistema capitalista, processos que redimensionavam os rumos do desenvolvimento do país como condição à sua inserção na nova etapa da economia capitalista a partir da segunda metade do século XX.

Outros autores também adentram a perspectiva crítica às formas de compreensão do Estado Brasileiro sobre a natureza semiárida, e em especial, desconstruindo a ‘metaforização’ da seca como expoente da fatalidade territorial, como exemplos: Tania Bacelar Araújo (1984; 1995), Iná Elias de Castro (1992; 2005) dentre outros. Ou seja, há uma criticidade elaborada em torno da concepção de hostilidade da natureza semiárida e esse pensamento crítico, além de ter denunciado os mecanismos

estruturais que criaram e reproduziram a apropriação privada das riquezas produzidas no território, tais como, a concentração fundiária, o domínio sobre a água armazenada e o monopólio do poder político pelas elites econômicas, apontou também alternativas indicativas de convivência do sertanejo, a valorização de sua identidade territorial e os atributos paisagísticos, econômicos e simbólicos da Caatinga.

Silva (2006) considera que esse “pensamento crítico” problematizando as ações e intervenções pelo ‘combate à seca’ foi uma base fundadora para a perspectiva da ‘Convivência’. Na busca de avançar nessa questão das bases que possibilitaram a emergência da proposta, o Capítulo 4 apresenta as tessituras elaboradas pelos movimentos sociais para projetar a ideia-projeto, com um sentido próprio sobre a natureza semiárida e a geração de outras alternativas de desenvolvimento territorial.

Avalia-se que a política de ‘combate à seca’, mesmo com todo o desgaste dos insucessos, descontinuidades e desperdícios de recursos dos planos, projetos e programas estatais, com propósitos de ‘solucionar o problema regional’, chegou até o final do século XX. Entretanto, a transição para o século XXI trouxe novas questões e novos atores sociais para a produção e organização do território Semiárido: novos agenciamentos e arranjos produtivos, provocando a reflexão e o debate sobre a política de ‘combate à seca’ pelo Estado. Este também adentra uma nova fase de intervenção, seja criando formas de inserção do território à economia globalizada, quanto inovando suas ações com políticas públicas embasadas em novas concepções de desenvolvimento. O item seguinte tratará de apresentar as requalificações no sentido de semiaridez para se elaborar outras maneiras de sua apropriação econômica.

3.5 - A Contemporânea Capitalização da Natureza Semiárida

O movimento contemporâneo de mudanças na percepção da natureza semiárida trilha na busca de superação do sentido de hostilidade, especialmente por diferentes setores da sociedade que passam a associar a política do ‘combate à seca’ como um ícone das ‘velhas institucionalidades’. Emergem novos sentidos sobre essa natureza, dentre essas, destaca-se a corrente da ‘reinvenção’, mobilizada pelos novos atores sociais que trazem novos agenciamentos para o ordenamento regional/territorial, as novas políticas públicas que surgem e buscam consolidar outra/nova imagem do Semiárido no século XXI.

A ‘reinvenção’ da natureza, segundo Almeida (1996) tem crescido no mundo a partir de uma interrogação da sociedade contemporânea, que, em um contexto de crise ambiental, busca novos sentidos de suas relações com o meio natural. A autora analisa que há em voga, especialmente com a emergência do discurso da biodiversidade, uma ‘descoberta’ valorativa do natural, e aponta que essa

corrente deve ser avaliada pelo importante papel desempenhado pela cultura, sua transversalidade nos processos de ressignificação que ‘reinventa’ a natureza.

Nesse pressuposto, apreende-se que há um conjunto de interesses teórico e político em valorizar a semiaridez com propósitos de desenvolvimento de determinadas atividades, por meio de estratégias que ampliem o aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais. Almeida (1996), mais uma vez, corrobora para entendermos o contexto cultural dos grupos que ‘reinventam’ a natureza, quais interesses se processam e quais visões de sustentabilidade se têm, uma vez que as formas pós-modernas do capital dão novos sentidos para as florestas tropicais brasileiras (Cerrados e Caatinga, especialmente) com grande potencial de uso ainda não explorado.

Os recursos naturais, nessa corrente da ‘reinvenção’, passam a ser percebidos com um amplo potencial de uso da Caatinga, dos minerais, da alta insolação para diferentes usos, da produção de determinadas frutas, do turismo etc.. Essa corrente elege novos símbolos, novos ícones, numa intenção de retirar das mentes a idéia de hostilidade, de negatividade, de miserabilidade, dentre outros emblemas.

Sampaio (2002, p.27) que disserta sobre as mudanças nas estruturas “arcaicas” do Semiárido motivadas pela reestruturação do capitalismo cujo objetivo é manter o processo de acumulação, conforme os novos padrões recomendados pelos organismos internacionais. Este autor analisa que estes organismos orientam para a exploração dos recursos naturais do território pelo mercado até, então, não incorporados, especialmente os culturais e humanos, com novas estratégias de combate à seca e à fome. Ele avalia que emerge uma nova linguagem, novas formas de falar sobre os recursos naturais: “o subsolo, o sol, o vento, o turismo devem ser mercantilizados, gerando negócios, ampliando as potencialidades de mercado local”.

Esse ‘novo’, segundo o autor, elabora arranjos produtivos inéditos na economia possibilitando que uma ‘nova’ elite política atue sobre as mentes, retirando o discurso da seca e da fome, dando destaque às potencialidades da natureza, portanto, aquela natureza hostil já não é mais adequada aos ‘novos’ tempos, ela se associa ao ‘tradicional’ e suas ‘velhas políticas’. Desde o final da década de 1970 que se formata uma elite de jovens empresários idealizando uma nova imagem do território, provocando um rompimento com os “coronéis” ou destituição do poder, uma vez que são os ícones do “velho”, das institucionalidades responsáveis pelo atraso social.

Esse empresariado é, conforme Sampaio (2002), uma nova elite política, com uma constante luta por espaços políticos, objetivando assumir direções de destaque, fazer coligações com seus pares e obter apoio em instâncias de poder, como o Legislativo e o Executivo, no sentido de retirar o “famigerado coronelismo” e colocar em prática um processo de administração pública capaz de desenvolver uma nova mentalidade, reconstruindo a economia sertaneja. Atuam na superação de uma ideia congelada historicamente de que os Estados do Semiárido são pobres, secos e famintos. Essa nova forma de falar

sobre o território e sua natureza traz embutida a preocupação com o social, com a pobreza, a fome como mecanismos de sustentação:

São emblemas que requalificam conceitualmente os fatores de produção, trabalho, terra e capital [...] mudando o comportamento, a forma de pensar e de produzir uma nova organização da sociedade em seu território (SAMPAIO, 2002, p.:28).

Esse uso da fala como um instrumento de poder que reporta ao pensamento do homem no mundo, é compreendido por Merleau-Ponty (2006, p.253) como uma forma de dar sentido à intenção das ações, como expõe: “o sentido da fala é apenas o modo pelo qual ela maneja esse mundo lingüístico, ou pelo qual ela modula nesse teclado de significações adquiridas”. Ou seja, o verdadeiro sentido da palavra não está na expressão sonora, mas no pensamento. A fala é, portanto, para o autor, um instrumento de poder que coloca o corpo em estado de ação. Conforme essa compreensão ancorada em Merleau-Ponty, pode-se compreender sobre as falas instituídas desse ‘novo’ que surge ancorada na reinvenção da natureza semiárida, possuidor de novos dizeres e de novas imagens, cuja intenção é apresentar-se como mudanças capazes de inserir o Semiárido em outra fase.

A corrente da ‘reinvenção’ da natureza semiárida tem sua legitimação entre os setores do empresariado, de consultores, de novos políticos e nas Universidades, enfim, um leque amplo de atores sociais que objetivam gerar o rompimento com o que é ‘velho’. Nesse sentido, são alvos a prática do Estado e sua lógica de ‘combate à seca’, o paternalismo e o clientelismo político etc. Considera-se que há uma elaboração de outra/nova **mensagem conotativa potencial**:

Toda mensagem humana traz em si uma multiplicidade complexa de mensagens potenciais, que toda mensagem é na verdade multiconotada e multidecifrável, enfim, que a conotação, e não a denotação, pode ser a verdadeira mensagem, enquanto informação, redundância e ruído e se obscurecem. A comunicação complexa, para se operar de maneira ótima, demanda que os interlocutores disponham do mesmo saber, participem da mesma visão de mundo, obedeçam à mesma lógica e à mesma estrutura paradigmática (MORIN, 2005, p.421).

A compreensão, com base no postulado de Morin (2005), é que se houve uma mensagem potencial elaborada sobre a natureza semiárida, conotando sentidos negativos, há em elaboração também uma mensagem potencial que requalifica essa natureza, no propósito de criar um novo arcabouço perceptivo, simbólico e lingüístico que se afirme como uma idéia resistente e ampla tal qual a que se deseja superar.

Ao se analisarem os fundamentos filosóficos da ‘reinvenção’, identifica-se que a mesma se alicerça no uso do conhecimento técnico-científico mais avançado, mais apurado a respeito da dinâmica

ambiental semiárida, de conhecê-la e melhor gerenciar seu clima, fator que possibilita aos novos atores poder tirar mais proveito das potencialidades da Caatinga, dos recursos minerais ainda não explorados (granito, argilas ou minerais de valor comercial), das energias alternativas a partir do vento, do sol e das areias, como também da alta insolação para aquecer o turismo e se investir na fruticultura irrigada. Enfim, abre-se uma gama de novas oportunidades que podem ser consideradas na semiaridez, requalificando a “natureza hostil” em “natureza favorável”.

A cientifização da natureza orienta o seu uso para obterem as vantagens comparativas ainda não dimensionadas do território Semiárido. Surgem novas condições de investimento em arranjos produtivos locais/territoriais inéditos, criando-se “nichos” no mercado global. Por outro lado, essa corrente da ‘reinvenção’, ao pautar-se na lógica da capitalização da natureza, no uso da tecnicificação e da cientifização incentiva as novas concepções políticas e culturais a usar os recursos naturais sustentavelmente, respaldando-se nos novos modelos de desenvolvimento emergentes nas últimas décadas. Essas concepções embasam as estratégias para que governos e firmas, apoiados por investimentos de agências de financiamento internacional, invistam em projetos sustentáveis. Nesse viés, o Estado brasileiro passa a ser um mediador entre os novos atores locais/regionais e os internacionais para o estabelecimento desta ‘reinvenção’ da natureza semiárida, dando possibilidades para que atores nacionais tenham acesso aos investimentos dos agentes financiadores internacionais: Banco Mundial, BIRD, FAO, etc., que, por sua vez, “exigem dos governantes, ética e responsabilidade, competência e capacidade de relacionar a sociedade e a natureza” (SAMPAIO, 2002, p.: 30).

As novas estratégias interligam o local/global no contexto de reestruturação ao sistema capitalista e os princípios desse modelo de desenvolvimento adentram na agenda das firmas, nos acordos internacionais e nas políticas públicas. Em um contexto teórico e conceitual de desenvolvimento sustentável, as lógicas externas (exógenas) já não financiam institucionalidades calcadas em injustiça ambiental e social. Sobre esse processo, Santos (2006) analisa que os territórios vivem processos marcados pelas lógicas exógenas, que exercem sobre eles regimes de obediência muito distantes, externos em relação à área de ação; são lógicas internas aos setores e às empresas globais que os mobilizam nos territórios:

São criadas situações de alienação que escapam a regulações locais ou nacionais, embora arrastando comportamentos locais, regionais, nacionais em todos os domínios da vida, influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego, incidindo sobre a economia regional e urbana (SANTOS, M., 2006, p.93).

Santos (2006, p.93-94) avalia que num mundo globalizado, idênticos movimentos podem ser rapidamente implantados em outras áreas, num mesmo país ou outro continente, pois do ponto de vista nacional, redefine-se uma diversidade regional que “não é controlada nem controlável, seja pela

sociedade local, seja pela sociedade nacional”. Sobre as lógicas endógenas, ele aponta que essas comandam os contextos político-econômicos das regiões, internamente, a partir de cada um dos fragmentos territoriais resultantes, pois “o produto (ou produtos) com a responsabilidade de comando da economia regional inclui atores com diferentes perfis e interesses, cujo índice de satisfação também é diferente”.

O autor analisa que para os atores sociais garantirem a hegemonia dentro de cada região, alianças, acordos e contratos sociais estão sempre se refazendo. Considera-se, portanto, que as questões ambientais globais também passam a influenciar, em maior ou menor grau, os redirecionamentos dos Estados, como exemplos, a questão da desertificação e das secas severas, a questão do uso racional da água potável, a biodiversidade etc. As questões ambientais globais têm suas orientações postas por documentos em escala mundial, ditadas por organismos supranacionais, legitimadas em conferências internacionais. Como aponta Santos R. (2004) o PNUMA, de 1972; o CMMAD, de 1983; o Relatório Nosso Futuro Comum, de 1988; a Rio-92 e Agenda 21 de 1992 são referenciais mundiais para pensar planejamento (estatal ou não) pela questão ambiental.

As questões ambientais também se mostram fatores exógenos que exigem dos Estados uma reformulação nas suas políticas públicas, pensadas a partir da realidade ambiental, econômica, social, cultural e institucional de um determinado território. Santos (2004) analisa que os novos referenciais apoiados na concepção de Ecodesenvolvimento e depois, Desenvolvimento Sustentável trouxeram de qualquer forma, uma perspectiva de se observarem as potencialidades e fragilidades do sistema-meio e a participação popular, uma nova lógica de tratar as problemáticas dos territórios, mudando os modos de planejamento e gestão destes para um olhar mais sistêmico. É um tipo de política pública que, segundo a autora citada, está em andamento desde os anos de 1950, na busca de articular planejamento com objetivos, estrutura e procedimentos mais afinados com a dinâmica ambiental dos espaços, mas que suas bases metodológicas só vão se consolidar após os anos de 1970.

O Estado brasileiro, portanto, adentra esse novo contexto de modelos conceituais de desenvolvimento: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial Rural, Desenvolvimento Local etc.. Algumas políticas públicas emergem norteadas por eles, fazendo-se mais notórias a partir do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, cujos Ministérios criam, recriam e/ou reformulam secretarias, coordenações e órgãos para tratar de programas, projetos e ações enviesadas nas questões ambientais, como exemplos, podendo ser apontados:

- O Ministério do Meio Ambiente (MMA) cria as Secretarias de Recursos Hídricos (SRH), de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Educação Ambiental; no SRH cria-se a Coordenação Técnica de Combate à Desertificação (CTC), sendo esta a responsável em coordenar todas as etapas da elaboração do PAN-Brasil.

- O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que atua com a política dos ‘Territórios Rurais’ e dos ‘Territórios de Cidadania’. A SDT tem o aporte teórico-metodológico no viés da sustentabilidade ambiental rural elencando as novas dinâmicas sócio-espaciais entre o rural e o urbano; as atividades não-agrícolas; as identidades sócio-culturais do rural; a erradicação da pobreza rural pelo protagonismo sócio-produtivo dos atores sociais e da participação política (SCHNEIDER, 2003). O território passa a ser a unidade de referência da política da SDT (emerge o instrumento dos “Territórios Rurais”).

- O Ministério da Integração Nacional (MIN) reformula o Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS), para apresentar uma nova imagem desse órgão e um novo discurso com objetivo de superar aquelas ações desenvolvidas de ‘combate às secas’ e as novas atuações em torno da ‘convivência com as secas’.

Outra questão dentro do MIN foi a extinção da SUDENE em 2001, sob denúncia de desvio de recursos e fraudes em sua gestão, sendo criada para substituí-la, a ADENE. Em 2003, foi criado o GTI da SUDENE, tornando-se o instrumento balizador da reformulação da nova agência, ou seja, uma retomada do significado da “questão regional nordestina” (BRASIL, 2008b). A nova SUDENE é criada em 2007 através da Lei Complementar nº 125/07, “incorporando mecanismos para dificultar a prática de irregularidades” (BRASIL, 2007, p.20), trazendo à cena novamente a política de desenvolvimento regional em um novo contexto de políticas públicas do Estado brasileiro, que, contraditoriamente neste período, apresenta também programas para atuar com intervenções a partir dos territórios, especialmente do espaço rural, como exemplo, a política dos Territórios Rurais do MDA pela SDT.

A direção governamental de retomada do planejamento no País integra o programa ‘Um Brasil para Todos’, encampada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando assume seu primeiro mandato em 2003. Assinala em seu texto de posse que:

O Estado não pode limitar suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica em reativar o planejamento, assegurando um horizonte mais longo para os investimentos (BRASIL, 2008b, p.13).

As avaliações do GTI da SUDENE apontaram a mudança de perspectiva do planejamento regional que prevaleceu nas décadas passadas, especialmente no período dos governos militares, um tipo de *planejamento tecnocrático*, mas “os enfoques internacionais modernos de planejamento e os avanços políticos resultantes da consolidação da democracia no Brasil balizam agora um novo contexto, que ilumina a recriação da SUDENE (BRASIL, 2008b, p.13). Deste modo, o Grupo apontou um novo conceito de planejamento sustentado na ideia de “aposta no futuro”, ou seja, que lida com decisões em ambiente de alta incerteza, sendo que o planejar nesse contexto é “construir um referencial flexível,

capaz de orientar decisões sobre variados objetivos”. Portanto, elencam-se a negociação de múltiplos e diversificados interesses da sociedade que planeja confrontando percepções da realidade, vontades e expectativas.

A nova SUDENE emerge com objetivo de atuar na fragilidade e na vulnerabilidade da economia rural sertaneja, que, pela avaliação do GTI, ainda se sustenta na agropecuária tradicional mantendo-se como a problemática regional, mesmo com áreas de modernização intensa nos polos de irrigação e suas práticas e lavouras modernas voltadas para a exportação. No geral, a SUDENE do século XXI tem como desafios gerar mudanças no Semiárido nas ordens demográfica, ambiental, hídrica, econômica e institucional, exigindo uma estratégia de desenvolvimento sustentável (segundo a heterogeneidade de seus recursos naturais, humanos e materiais) em duas linhas: Uma de *transformação da economia* com desdobramentos setoriais, multissetoriais (novos arranjos produtivos, *clusters* etc.) e espaciais, e a segunda, com ações de *convivência com a semi-aridez*, via programas de emergência, Fome Zero e outras dinâmicas (BRASIL, 2008).

Ainda na apresentação das mudanças de atuação dos ministérios, houve a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cuja grande inovação foi a criação do “Programa Fome-Zero” promotor do “Bolsa-Família”, um programa social compensatório de combate à pobreza, especialmente a rural.

Segundo Castro (2006), os indicadores de IDH-M colocam os municípios do Semiárido como os mais baixos do Brasil, demonstrando de modo geral, que na Região Nordeste permanecem a desigualdade e a pobreza, que se mantêm como quadro resistente de “bolsão” da pobreza nacional. Essa autora avalia que o Programa Bolsa-Família mostra-se, na atualidade, como o único grande projeto estatal de resgate da cidadania na Região Nordeste.

O Estado apresenta-se, portanto, com o propósito de estabelecer políticas públicas intersetoriais, interministeriais, interdisciplinares em bases sustentáveis (BRASIL, 2005b), mas, por outro lado, as intenções de alguns Ministérios se divergem tanto na escala de planejamento das políticas públicas de desenvolvimento colocando-se alguns para o regional (MIN) e outros para o territorial (MDA); também se apresentam divergentes no foco das intervenções, como é o caso do MIN que coordena o Projeto de Transposição do rio São Francisco e o MMA que coordena o Projeto de Revitalização do Rio Francisco, ambos com objetivos diferentes e que conflitam os interesses dos atores sociais locais, como o grande capital a favor da transposição, e de outro lado, os movimentos sociais e ambientalistas que defendem a revitalização.

O Estado, como posto, mantém-se como o determinante das dinâmicas territoriais no Semi-Árido, pois ele ainda desempenha função relevante na mediação do desenvolvimento econômico dos territórios, especialmente dos periféricos. Mas ele se utiliza de estratégias de incentivo para que as

empresas globais se territorializem, criando as condições políticas (em diferentes escalas) alicerçadas em acordos e agenciamentos entre ele e os financiadores. Tais agenciamentos, como visto, não se dão apenas no plano material, mas também no simbólico-cultural, uma vez que as tessituras para um ‘novo’ sentido de natureza semiárida atuam na criação de novas imagens e falas, buscando elaborar um novo imaginário sobre essa natureza.

Dentro dessa ‘nova institucionalidade’ estatal, vão surgindo novas empresas públicas imbuídas desses novos sentidos, como exemplo, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), em Campina Grande/PB, órgão vinculado ao Ministério de Ciências e Tecnologias (MCT), na intenção de reforçar as bases para o desenvolvimento social e econômico do Semiárido. Como expõe no trecho abaixo, é parte de sua missão:

Viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem (INSA, 2008).

Outra instituição, dentro dessa nova lógica de intervenção, é a Escola Superior de Agricultura de Mossoró/RN recentemente transformada em Universidade Federal do Semiárido (UFSA) dentre outros órgãos e instituições que passaram a ser criados visando implementar as novas orientações do Estado.

Avalia-se que seja uma tentativa de superação da concepção de ‘combate à seca’, levando a crer, conotativamente, que esta política já não encontra mais lugar em um mundo, em um território marcado por mudanças paradigmáticas. Procede-se pela corrente da ‘reinvenção’ da natureza’, uma requalificação não somente da natureza semiárida, mas também, do território, como diz Martins (2006, p.180), “posto historicamente na fronteira entre o *esquecimento*, o *desprezo* e a *estereotipia* dos discursos e das práticas materiais e simbólicas, mas que, passa por uma espécie de re-ocupação agora como positividade. Ou seja, ele está sendo reocupado e reinventado”.

Segundo Santos (2006, p.79-80) “território não é um dado neutro e nem um ator passivo”, pois no território, os diferentes atores sociais elaboram seus sentidos e seus agenciamentos. O território também não é neutro de sentidos, ele emerge também como valor, como necessidade dos homens em estabelecer relações de pertencimento, enraizamento, como diz Bonnemaïson (2002, p.:10): “Os homens tanto se fixam aos lugares que são seus ou se sentem expelidos do território”. Com base nesses postulados dos autores citados, compreende-se que os diferentes sentidos de apropriação dos diversos atores sociais que atuam no Semiárido contemporâneo, o atravessam, qualificam e elaboram seus significados conforme a valoração dada à natureza semiárida, aportando nesse território, cada ator social, suas demandas técnicas, econômicas, culturais, simbólicas, comunicacionais e imagéticas.

Almeida (2005a) corrobora na apreensão desse mosaico de territórios semiáridos, ao afirmar que os territórios são muitos e suas escalas definidas não de forma contínua, mas imbricadas ou superpostas.

Compreende-se, portanto, que não existe um Semiárido, mas territórios Semiáridos, uma vez que eles estão superpostos: eles são do Estado, das ‘velhas institucionalidades’, das ‘novas institucionalidades’, do agronegócio, dos polos da fruticultura irrigada; dos movimentos sociais, da exclusão social, dentre outros.

No Quadro 02, a partir da síntese que se apresenta, pode-se apreender o mosaico de sentidos, pretéritos e contemporâneos de natureza e de território, cujos autores acima citados corroboram para se compreender as intencionalidades, as relações de apropriação ou de enraizamento e também os territórios imbricados, superpostos que se configuram todos no Semiárido Brasileiro Contemporâneo.

Desse modo, o Quadro 02 possibilita apreender os sentidos elaborados sobre a natureza semiárida e como esses têm sido orientadores dos próprios sentidos do território, com ações e intervenções por parte do Estado, das firmas e, também, mais recentemente, da sociedade civil, demonstrando que os significados dados a essa natureza e a esse território são produções históricas, políticas e simbólico-culturais das diferentes visões de mundo dos sujeitos individuais e coletivos e de cada época, manifestadas nessa mundaneidade.

Quadro 02 - Os sentidos pretéritos e contemporâneos de natureza e de território semiárido

Sentido da natureza “catastrófica” Sentido de Semiárido: “Sertão seco e da fome”	Sentido de natureza “hostil” Sentido de Semiárido: “Região problemática”	Sentido de natureza “favorável” Sentido de Semiárido: “Território de vantagens comparativas”
Século XVII – fim do século XIX – início do XX	Todo século XX	Últimas décadas do século XX e início do século XXI
Os primeiros registros de secas	Relações espaciais passam do regional para o centro do poder	Relações espaciais local-global
Viajantes e cronistas visitam o ‘sertão’- elaboração de uma estereotipia	Criação das institucionalidades para consolidar a política do ‘combate à seca’: IFOCS (1909); DNOCS (1936)	Novas institucionalidades (novos atores sociais, novas políticas públicas, novas agências e órgãos estatais)
Relações espaciais entre o local com o poder central	Primeiras delimitações das áreas afetadas pela seca: Polígono das secas (1936 -1989)	‘corrente da reinvenção da natureza’: a semi-aridez como vantagem através da cientifização e tecnificação
A ‘grande seca’ (1877-1879): Ações de caráter emergencial, assistencial e pontual	Criação da SUDENE e Política de Planejamento Regional (1951-2001)	Superação política, simbólica e imagética com a política de ‘combate à seca’
Criação das Comissões Técnicas: início da lógica de ‘combate à seca’	Seleção e modernização da base técnica de algumas áreas e busca de superação da economia tradicional agropecuária	Aproveitamento das potencialidades de uso da Caatinga, da alta insolação, dos minerais, das energias alternativas (solar, eólica etc.).

Fonte: CARVALHO, L.D., 2010

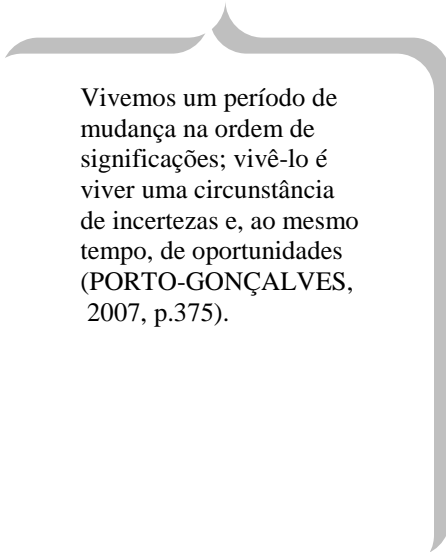
Cada momento elabora um sentido de natureza e de território associado, que, por sua vez, possibilita emergirem intervenções e atores sociais para efetivar os agenciamentos nas escalas espaciais conforme o “meio técnico-científico informacional” (SANTOS, 1994, p.10) de cada momento. As técnicas e as dinâmicas territoriais de cada momento inserem o Semiárido no mundo, formatando um “sistema temporal coerente [...] e as suas relações com a realização histórica”.

Se, no momento pretérito, as interações dos atores sociais eram do local para o centro do poder (Metrópole; sede da Colônia; Capital Federal), elas ganharam, com o atual processo de globalização, relações entre o local/território com o global. Desse modo, esse território apresenta-se na primeira década do século XXI diferentes sentidos, que podem ser caracterizados como transitórios, uma vez que há diferentes racionalidades em disputa, que tanto marcam continuidades quanto emergências; tradição e inovação; mantêm-se “velhas institucionalidades” e criam-se “novas institucionalidades”; lógicas de relações sócio-espaciais diferenciadas.

Dentre esses sentidos apresentados, tem-se a ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’, também elaborando suas compreensões de natureza. Essa proposição política, de articulação e mobilização da sociedade civil e de suas organizações adentra-se nas comunidades, nos territórios mais circunscritos a cotidianidade dos sertanejos, aglutinando suas lutas pela reapropriação social da natureza. O Capítulo 4, a seguir, tem como propósito apresentar as tessituras que foram e estão se construindo para a emergência e consolidação dessa proposta.

PARTE II

A ‘CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO’: AS TESSITURAS PARA UMA IDENTIDADE DE PROJETO TERRITORIAL



Vivemos um período de mudança na ordem de significações; vivê-lo é viver uma circunstância de incertezas e, ao mesmo tempo, de oportunidades (PORTO-GONÇALVES, 2007, p.375).

Apresentação

Na Parte II traz-se como reflexão a emergência da ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’, suas propostas, atores sociais, documentos e a busca teórica de conceituar e dar-lhe um sentido pelos atuais estudos acadêmicos, em especial, no campo da Educação Contextualizada. As análises centram-se na correlação da ‘Convivência’ com o contemporâneo movimento mundial de ressignificação e de reapropriação social da natureza, que permite aportar no Semiárido novos sentidos técnicos, econômicos, culturais e simbólicos.

No Capítulo 4 apresenta-se a nova postura da sociedade civil, nos anos de 1990, proativa, atuante e articuladora, cujas bandeiras de luta se abrigam na idéia-projeto, que se configura numa espécie de guarda-chuva, aglutinando diferentes expressões e movimentos sociais: ONGs, Igrejas, Pastorais, sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras. Nesse capítulo, apresenta-se a ‘Convivência’ não como um movimento social e nem institucional, mas um *estado nascente* que mantém o entusiasmo, o carisma e a utopia de uma idéia, ancorado em Boff (1998, p. 93) e a *solicitude* da coletividade e da participação dos sujeitos individuais e coletivos, um sentido de “ser-com-os-outros-no-mundo”, ancorando-se em Heidegger (1981, p.24). Esse sentido adentra nas articulações e mobilizações das redes da ‘Convivência’, cuja natureza social, rizomática, descentralizada e multiescalar tanto movem a ideia-projeto quanto promovem sua inserção nos espaços de poder e de proposição de políticas públicas para o Semiárido Brasileiro.

No Capítulo 5 a ‘Convivência’ é analisada como um fenômeno típico da contemporaneidade, marcada pela transição paradigmática da racionalidade técnico-científica para uma racionalidade mais dialógica e ambiental. A construção da proposta vai fundando-se na complexidade dessa temporalidade, delineada pela reivindicação e valorização do território, pelos movimentos socioambientais, pela evocação do pertencimento e do enraizamento à identidade territorial, manifestações globais que se aportam no Semiárido Brasileiro e lhe confere ser mais do que um território natural ou político, ele emerge como um território simbólico e cultural.

E, no Capítulo 6 traz o Território de Juazeiro, analisando as intervenções técnicas embasadas na corrente da ‘reinvenção’ da natureza semiárida, que o traduz como o “Sertão que dá certo”. Apresenta-se a contradição da desigual trama territorial de desenvolvimento promovida por essa ideia, cujos resultados são a periferização da agricultura familiar irrigante, as disparidades econômicas e urbanas dentre outras. Descreve-se o processo de mediação dos atores sociais (grupos, redes e ONGs) na construção e consolidação da proposta da ‘Convivência’ nesse Território, avaliando que as organizações sociais portam-se como os nós das redes rizomáticas, executando suas Diretrizes. E, analisa-se os sentidos, as possibilidades e os desafios apreendidos sobre a ‘Convivência’ a partir de Juazeiro.

CAPITULO 4

4 A EMERGÊNCIA DA ‘CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO’: SEUS SENTIDOS E PROTAGONISTAS

CAPITULO 4 - A EMERGÊNCIA DA ‘CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO’: SEUS SENTIDOS E PROTAGONISTAS

4.1 O contexto teórico da ‘convivência com o semiárido brasileiro’

A ‘Convivência’ tem recebido muitas leituras, algumas limitadas pela simplificação e linearidade. Ela já foi interpretada como uma proposta de acomodação diante das condições físico-climáticas da semiaridez, ou seja, uma acomodação diante das secas; outras leituras lhe conceberam uma volta ao passado, para uma sociedade sustentada unicamente em atividades primárias (agricultura, criação e extrativismo) para melhorar a produção e a satisfação das necessidades, e outras.

Os estudos avançaram no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 nas temáticas em desenvolvimento e ambiente, cuja ótica do desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento local passou a orientar as leituras sobre a natureza semiárida, analisando e indicando técnicas adequadas de cultivos e de criação, de manejo sustentável do solo, da água, e outras temáticas relativas com sua sustentabilidade ambiental.

Novos atores sociais adentraram, nos últimos anos, para as redes sociais, tais como, o Estado, as Universidades, Agências Governamentais e uma gama de Organizações Não Governamentais, gerando uma dinâmica de reflexão da ideia-projeto, com avaliações da própria caminhada e trajetória de construção da proposta. Avalia-se que esse fator propiciou o amadurecimento e avanços dos programas para a água, terra, educação e demais áreas que passaram a ser norteados por Diretrizes e Linhas de ação da ‘Convivência’. Desse modo, avalia-se que as compreensões teóricas de ‘Convivência’ pelos estudos têm permitido avançar na reflexão de suas bases ideológico-filosóficas, do caráter e do papel dos atores sociais, especialmente das ONGs na efetivação dos programas em andamento, etc. Alguns estudos com base nas novas abordagens podem ser destacados, seja na área da Sociologia, de Desenvolvimento e Meio Ambiente, seja na Educação.

Em Sociologia, tem-se Macedo (2004), em cuja temática “A Convivência com o Semiárido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPAA” (Mestrado/UFPE) ela avalia o papel dessa ONG na promoção da ‘Convivência’ em Juazeiro/BA e a partir dessa análise, concebe a proposta, como um movimento social local/regional, postulando que:

A Convivência é um pensamento se fazendo na práxis como pensar/fazer em andamento, em permanente curso de transformação com a participação que nele vai ocorrendo, tendo como perspectiva a autonomia dos indivíduos e seu empoderamento; ou um conhecimento prudente para uma vida decente que integra um conjunto de lutas processuais, sem fim definido, que tem um sentido de emancipação social (MACEDO, 2004, p.145).

A ‘Convivência’ é apresentada por Macedo (2004, p.145), como um projeto de desenvolvimento regional elaborado entre as esferas governamental e não-governamental e viabilizada pela participação de atores diversos. Portanto, é um movimento da sociedade civil, “no qual o local e o nacional confrontam-se e a ação local ganha na relação com o Estado, atuando efetivamente sobre a formulação e a execução das políticas públicas que se destinam à região do Semiárido”. No entanto, a autora ressalta que a visão da problemática regional elaborada na concepção de ‘Convivência’ mantém a tradição do desenvolvimento regional empreendido pelo Estado ao longo dos tempos. Ou seja, a proposta mantém o foco da questão hídrica como fator de desenvolvimento regional, mas agora insere propostas de ação de “fora para dentro”, já que a questão da escassez da água é um problema global.

Outro estudo é na área de Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual Silva R. (2006) estudou a transição de modelos de desenvolvimento no Semi-Árido, com o tema “Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento” (Doutorado/UNB-DF). A compreensão posta é que a ‘Convivência’ seja o significado da sustentabilidade no Semiárido, na qual a proposta se apropria do paradigma maior em disputa (Desenvolvimento Sustentável) e reinterpreta-o a partir da realidade local. Para ele, essa contextualização existe porque já havia uma base de **pensamento crítico** (grifo nosso) sobre o desenvolvimento regional elaborado desde a década de 1930, e sintetizando a concepção como sendo:

Uma perspectiva cultural orientadora de processos emancipatórios, de expansão das capacidades criativas e criadoras da população sertaneja. Em síntese, a “Convivência com o Semi-Árido” significa uma nova orientação estratégica para intervenção naquela realidade, enquanto um processo em construção e de experimentação de alternativas apropriadas, buscando aprender a conviver com as suas especificidades ambientais, e formulando proposições que visam à promoção e ao alcance do desenvolvimento sustentável (SILVA, R., 2006, p. 272).

Na Educação, a ‘Convivência’ tem sido muito abordada, especialmente pelo viés da Educação Contextualizada. Um dos primeiros estudos nessa área é de Pimentel (2002), cuja temática “O Elogio da Convivência e suas Pedagogias Subterrâneas no Semiárido Brasileiro”, (Doutorado/UFRS), buscou compreender o processo de transformação educativa pela contextualização dos saberes e práticas tanto tecnológicas, econômicas, políticas, educativas quanto socioambientais empreendidas na “Convivência”. Para o autor, trata-se de uma proposta educativa que reconhece a heterogeneidade das manifestações sub-regionais do Semiárido, as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução, construídas e desconstruídas ao longo da história de sua ocupação. É uma proposta pedagógica no sentido de reeducar a relação entre homens, mulheres e natureza.

Outra contribuição na área da Educação é de Martins Josemar (2006), com a temática “Tecendo a Rede: Notícias Críticas do Trabalho de Descolonização Curricular no Semiárido Brasileiro e Outras Excedências” (Doutorado/UFBA). A reflexão do autor foi sobre as práticas educativas da RESAB com a proposta da “Educação para a Convivência com o Semiárido”, compreendida por ele como um processo de descolonização do discurso dominante, universal e homogeneizador do modelo de Educação implantada nesse território.

No Quadro 03, apresenta-se a sistematização de alguns estudos acadêmicos mais recentes dentro da temática de Educação, cujas questões reflexivas centram-se sobre currículo contextualizado, produção de materiais didáticos e paradidáticos, dentre outras, que são vistas como tecnologias de aprendizagem significativa. Uma reflexão que se transversaliza na temática da Educação Contextualizada é a Educação do Campo, cuja luta, dentre outras, é pela qualidade do ensino-aprendizagem nas escolas rurais das centenas de municípios do Semiárido.

Quadro 03 - Estudos acadêmicos sobre a “Educação Contextualizada para a convivência”, 2008-2010

Título	Autor	Estado	Nível	Ano
Conhecendo o Semiárido 1 e 2: Narrativas de uma Experiência	LINS, C.M.A.	BA	Mestrado FACED/UFBA	2010
Reflexões sobre os Livros Didáticos “Conhecendo o Semiárido 1 e 2 como Tecnologia Social. A Elaboração de um Novo Conceito	SANTANA, T.O	BA	Graduação Pedagogia (UNEB/DCH III)	2010
Escola Rural Geraizeira: os Geraizeiros da Tapera e sua Luta por uma Educação do Campo no Norte de Minas	MACEDO, M. M.	MG	Mestrado UFMG	2009
A Contextualização dos Conhecimentos e Saberes Escolares nos Processos de Reorientação Curricular das escolas do Campo	REIS, E.S.	BA	Doutorado FACED/UFBA	2009
A Educação do MST no Contexto Educacional Brasileiro	D’AGOSTINI, A	BA	Doutorado	2009
Formação Continuada de Professores no Semiárido	LIMA, E.	PI	Mestrado UFPI	2008
Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas Camponesas aos Assentamentos Rurais	PEREIRA, A.A	PB	Doutorado	2008

Fonte: Secretaria Executiva da RESAB, 2010

Organização: CARVALHO, L.D., 2010

Com base nesse panorama das novas abordagens sobre a ‘Convivência’, avalia-se que há uma dimensão da aprendizagem significativa e contextual sobre a natureza semiárida e uma base para pensar desenvolvimento (local ou sustentável ou territorial ou outros modelos) para o território. Considera-se esses enfoques e as contribuições dos estudos em diferentes áreas do conhecimento aberturas para se ampliarem as leituras da ideia-projeto. Tais estudos acadêmicos, ao dialogarem com os movimentos sociais e o conjunto de organizações que animam as ações, práticas e programas, são perspectivas para a troca de conhecimentos entre ambos, oportunizando-se avançar as matrizes teóricas da ‘Convivência’.

4.2 A emergência da idéia-projeto

O Semiárido Brasileiro do século XXI ainda é demarcado pela forte exclusão social, mas, por outro lado, um crescente posicionamento crítico e propositivo da sociedade civil. As lutas contra a pobreza, as injustiças sociais e as formas de ação e intervenção descontextualizadas por parte do Estado moldaram um papel pró-ativo desse segmento social, que, além de pressionar a democratização dos programas de desenvolvimento, passa a agir pela abertura de sua participação e gestão nos processos de elaboração e implementação de programas para o território. A criação e recriação das lutas por dignidade de vida contra a pobreza e outras projeções têm também sua história:

Assim como é longa a história dos projetos das elites no Semiárido, também é longa a história de resistência e da luta dos pobres da região, querendo construir vida digna. Através da sua resistência, de sua invenção e da sua luta, eles falam da pobreza; eles dizem que o problema da pobreza não é técnico e que se não se pode resolvê-lo através da criação e da implementação de projetos emanados de sujeitos que não vivem a pobreza e que não sabem o que é a fome. Eles proclamam, ao invés disso, que o enfrentamento da pobreza só será possível com base nos projetos dos pobres (FAVERO, 2002, p. 09).

A história de lutas, de contestação, de criticidade e de acúmulo de conhecimento da sociedade civil tem, portanto, sua trajetória de resistência, e, nas últimas décadas esse segmento cria novas formas de se organizar e de atuar contra a racionalidade técnico-economicista dos planos estatais. Os movimentos sociais passam a produzir uma crescente multiplicidade de abordagens e programas para o desenvolvimento, com uma ação mais articulada e propositora de um novo modo de agir e pensar a natureza e o território Semiárido. Com base nas palavras do autor:

Cresce a tendência em considerar o desenvolvimento como processo político e social de criação de vida digna, boa, justa, tendo como sujeitos as próprias comunidades locais e como estratégia a mobilização permanente e a formação de redes de solidariedade cada vez mais sólidas e abrangentes (FAVERO, 2002, p.14).

O contexto político, iniciado na década de 1980, marca-se por um conjunto de fatores, que articulados, direcionaram os sujeitos individuais e coletivos para atuarem na desconstrução do imaginário das secas, no enfraquecimento do poder das elites locais/regionais, ou como afirma Bursztyn (2008, p.13), no “poder dos donos que expressam permanências e recorrências dos resquícios de uma sociedade arcaica que guia as relações entre os grupos sociais no Nordeste”.

A década de 1980 foi um momento instável no contexto político brasileiro, no qual o país passava por uma transição política de regime autoritário para uma abertura democrática. Menezes (1999) avalia que o momento político era marcado por pressões e reivindicações das classes dominantes e dos governadores do Nordeste, que eram historicamente aliados do Governo Central e tal situação gerava contradições, motivado pelo processo de “abertura” política. O Governo, temendo a perda da legitimação, lançou mão de distribuição de empregos e favores clientelistas, reforma eleitoral, aumentando o peso do voto rural e dos estados menos desenvolvidos e dos estados nordestinos, amenizando o tratamento dos problemas da Região.

O quadro de mudanças políticas no país afetava a organização da sociedade civil, que também passava a pressionar mais o Estado, motivada pelo contexto político mundial que favorecia os movimentos sociais. A sociedade civil do Nordeste articula forças com setores da Igreja Católica, como a CNBB, diversas instituições e a imprensa falada e escrita, na busca de denunciar a forma de se tratar a realidade nordestina e as intervenções vinculadas ao ‘combate à seca’. Menezes (1999) relata que, em 1983, a TV Globo lançou a campanha nacional denominada “NOR-DESTINOS – O Brasil em Busca de Soluções”. Numa primeira etapa, essa campanha voltou-se para a aquisição de doativos aos flagelados da seca; uma segunda etapa, a rede televisiva, com algumas universidades nordestinas, realiza um diagnóstico em campo e levanta com a população de vários municípios, as possíveis soluções para a transformação do Semiárido. Desse trabalho, originou-se um relatório publicado em 1984 com questões relativas a terra e ao trabalho, frentes de emergência, água, tecnologia, assistência técnica e crédito agrícola, comercialização e cooperativismo, dentre outros temas. Entretanto, a autora ressalta que essas iniciativas não tiveram repercussão, restringindo-se a publicação tardia de um relatório.

Nesse contexto crítico, emerge o *Movimento Muda Nordeste*, em 1985. Segundo Fávero (2002), ele apontava para a situação de exclusão da região Nordeste e suas lideranças denunciavam que as intervenções estatais não diminuía as iniquidades sociais, cujo projeto de desenvolvimento do Nordeste ampliava e criavam-se novas injustiças sociais, especialmente no período do governo militar, que consolidou as bases do sistema capitalista no Brasil, favoreceu o capital e as suas elites, reforçando a desigualdade, negando à sua população o direito à palavra e à participação política.

Na década de 1990 as formas pontuais de intervenção do Estado, com suas proposições apenas para os períodos de secas, são duramente contestadas pela sociedade civil, articulando-se em sindicatos

rurais, associações, cooperativas e Organizações Não-Governamentais. Estes grupos organizados realizam um ato público em Recife, em 1992, ocupando a sede da SUDENE, lançando o movimento *Fórum Nordeste*. Dele se elabora e se apresenta o Documento-proposta “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”. Segundo Macedo (2004), foi um marco qualitativo da participação social no movimento social no Nordeste, e no qual se afirmaram as possibilidades da convivência do homem com a semiaridez.

Os movimentos de resistência à política de ‘combate à seca’ passam a se fortalecer, permitindo gerar uma maior articulação política da sociedade Civil, tendo à frente as ONGs, a Igreja Católica e os Sindicatos Rurais, promovendo a idéia de que o **Nordeste é viável** (grifo da autora). Esse movimento amplia-se e ganha um arcabouço teórico-prático direcionado para outro/novo sentido de desenvolvimento.

A proposta política de ‘Convivência’ passa a se constituir gradativamente, pois ao longo do período de 1970 a 1990, a idéia-projeto teve algumas denominações que expressam o próprio amadurecimento do processo de sua emergência. Desse modo, se nos anos de 1970 pontuavam-se ideias em torno dela, será no final dos anos de 1990 que a mesma ganha uma maior evidência política e conceitual.

Nos anos de 1970/80, a noção de ‘Convivência’ era desenvolvida por algumas ONGs e setores da Igreja Católica. As experiências e ações dessas organizações eram voltadas para gerar alternativas produtivas com culturas mais resistentes às estiagens, adaptações tecnológicas para a criação, fortalecimento das comunidades e organizações de agricultores familiares etc. Esse conjunto de ações eram identificadas como ‘Convivência com a seca’. Eram ações pontuais, em certa comunidade ou município mobilizadas por exemplos, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão), no Sertão Paraibano; o Movimento de Organização Comunitária (MOC), na Zona Sisaleira da Bahia, entorno de Feira de Santana; o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), no Território de Juazeiro (BA) etc. Ou seja, havia um conjunto de práticas, experiências, projetos-piloto etc., que se identificavam dentro da proposta de conviver. Esse pensar era comungado com o ideal ambientalista mundial que crescia nesse período, e emergia no Semiárido Brasileiro, deflagrando o movimento de outra/nova postura de tratar a natureza semiárida.

Em meados dos anos de 1980, a capacidade de mobilização dessas organizações amplia-se e, num processo de trocas de conhecimentos e de experiências, os encontros e fóruns de debates, nas escalas regionais e estaduais se tornam mais frequentes. Surge uma das primeiras ações articuladas para a atuação em rede, que é o *Mutirão Nordeste*. Constituindo-se mais como um espaço de diálogo entre as instituições civis de todo o Nordeste e do norte de Minas Gerais, o Mutirão não chega a se constituir como uma rede, mas a agregá-las num fórum entre as instituições, tais como, Diocese de Rui Barbosa, IRPAA e MOC, na Bahia; CAATINGA, em Pernambuco; CEFAS, no Piauí, Cáritas Brasileira do Ceará e

da Regional Nordeste II, Comissão Pastoral da Terra de vários Estados, dentre outras. Pelo Mutirão iniciam-se uma modo de sistematizar as propostas comuns dessas instituições, de pensar ações relativas ao acesso à água, à terra, à educação etc. Uma frase que marca o período dos anos de 1980-1990 é: “O Nordeste é viável”. A proposição das experiências e práticas de ‘Convivência’ torna-se uma perspectiva de contraposição à política do ‘combate à seca’, cujas intervenções e ações eram assistenciais, pontuais e de negatividade (ASABRASIL, 2010a).

Ao longo dos anos de 1990, a ‘Convivência’ era assumida como uma proposta para o ‘Nordeste Semiárido’. Ainda restrito à região Nordeste, mas saía da leitura de ‘conviver com a seca’, e que gerava interpretações lineares. Como afirma um representante de uma das redes, queria-se naquele momento apresentar a proposta com uma articulação de escala geográfica mais ampla, pois já havia instituições e grupos atuando fora do Nordeste. É no ano de 1999 que marca-se uma mudança e um novo delineamento da proposta da ‘Convivência’. Em torno dela já havia um significativo número de organizações da sociedade civil, um coletivo que comungava e se articulava permanentemente, como exemplo, na Paraíba, havia a Articulação no Semiárido Paraibano, com dezenas de organizações.

Nesse referente ano, realizou-se a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP- 3), em Recife (PE). Simultaneamente a esse evento, realizou-se o “Fórum Paralelo” de organizações civis do Nordeste. Nele se elabora o documento “Declaração do Semiárido: Propostas da Articulação no Semiárido Brasileiro para a Convivência com o Semiárido e Combate à Desertificação” (Anexo 01). Esse documento vai se caracterizar como um marco político da sociedade civil em sua proposição de ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’, pois nele se sustenta um conjunto de orientações sobre como ‘conviver’, o que as instituições concebem como ações de investimentos, de fortalecimento social, como exemplo, a inclusão de jovens e mulheres no processo. Com esse documento, a sociedade civil do Semiárido lança a ‘Convivência’ como seu projeto de desenvolvimento territorial, questão que no item 4.4 será mais aprofundada.

A *Declaração do Semiárido* é também considerada a Carta de Fundação da Articulação no Semiárido Brasileiro. Ela surge do agrupamento das diversas instituições presentes no Fórum Paralelo, se comprometendo a mobilizar e articular em rede a idéia-projeto. Deflagrava-se, também, daquele contexto, outra configuração geográfica para a mobilização de ações desse coletivo: O *Semiárido Brasileiro* (Figura 01). Os objetivos da ‘Convivência’ da sociedade Civil com as ações de combate à desertificação da UNCCD se convergiam para formar os nós e tessituras interinstitucionais para se construir uma “identidade de projeto” no Semiárido. Essa mudança escalar traz uma nova base política para tratar a proposta da ‘Convivência’ dentro das diretrizes e políticas públicas nacionais e não mais atreladas às políticas para a região Nordeste. O Semiárido emerge como um território nacional e ganha contornos e proposições políticas próprias.

Segundo Castells (2001, p.24-26) a sociedade contemporânea, marcada pela interação em rede, constrói a identidade dos projetos sociais e culturais enraizados em sua estrutura social, cujo conteúdo simbólico se faz presente, e, que podem se caracterizar como uma “identidade de resistência”, se for elaborada pelos atores em posição desvalorizada e/ou estigmatizada pela lógica da dominação, criando suas trincheiras de resistência e sobrevivência em suas comunas ou comunidades; bem como ser uma “identidade de projeto”, que emerge a partir de qualquer material cultural capaz de construir uma nova identidade, redefinindo a posição dos atores sociais na sociedade. A “identidade de projeto” visa gerar uma transformação em toda a estrutura social, pois ela é uma identidade construída pelo sujeito histórico. Concebe-se, dentro deste contexto, que a ‘Convivência’ embasa a construção da identidade de projeto, devido as lutas históricas de resistências à dominação das elites, que são bem anteriores a mesma e que vão a mesma se inserir, bem como a entrada de novas e diferentes bandeiras de lutas sociais, que juntas vão compor uma identidade de projeto societário de base popular nessa parte do Brasil.

Diferentes movimentos sociais encontram na idéia-projeto de *conviver* um “lugar” para fincar suas bandeiras. Nesse sentido, a ‘Convivência’ caracteriza-se como um guarda-chuva, abrigando-os. Demo (2001, p.18) explicita que a participação é conquista, significa um processo, no sentido legítimo do termo infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, “participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual” (p.18). Desse modo, estar na ‘Convivência’ torna-se um modo de conquistar direitos sociais até então negados, como exemplo, o acesso à água, à uma educação de qualidade e outros.

Gohn (1997) compreende que a força de união dos movimentos sociais, ao serem criados a partir das oportunidades políticas, permite aos sujeitos sociais construírem ações de inovações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. A autora corrobora para analisar que os movimentos sociais contemporâneos podem se fortalecer a partir da formação de redes sociais, uma vez que unem as oportunidades políticas, seus repertórios, seus símbolos culturais, as representações e as ideologias e seus marcos referenciais.

Os movimentos sociais, segundo Boff (1998, p.97), surgem como “resposta a situações longe do equilíbrio, caóticas e, por isso, em estado de instabilidade, mas buscam ainda seu equilíbrio dinâmico”. Eles surgem da participação social que vem de baixo, onde todos se sentem envolvidos, todos discutem, todos são ouvidos e o consenso emerge espontaneamente. Considera que há grande generosidade de todos. O movimento social “possui um mínimo de organização, fluida, mais pontos de referência valorativa que preceitos e leis a serem seguidos por todos. O movimento apresenta uma alternativa ao *establishment*, que lhe dá seu aspecto libertário e revolucionário”. De acordo com Boff, o movimento social mantém-se por meio de um *estado nascente* expresso na nova visão, no entusiasmo, no carisma.

Esse ‘estado nascente’ pode ser apreendido também em Heidegger (1981, p.19) quando esse traz a “solicitude”. Segundo esse autor, ela é “o relacionar-se com alguém de uma maneira envolvente e significativa”. A solicitude imbrica as características básicas do ter consideração para com o outro e de ter consideração e paciência com o outro. Segundo ele, ter consideração e paciência não são princípios morais, mas encarnam a maneira como se vive com os outros, através de experiências e expectativas. Portanto, ao se comparar o “estado nascente” e a “solicitude” presentes na ‘Convivência’, permite dimensionar que o sentido de coletividade permeia profundamente essa idéia.

A ‘Convivência’, ao abrigar diferentes movimentos, organizações, sujeitos e atores sociais, que lhe comungam como uma idéia-projeto, uma identidade de projeto, ela não vai se caracterizar como movimento e nem instituição, pois ao ser um guarda-chuva, ela abriga todos aqueles que buscam relacionar-se por outra/nova maneira de viver ou ampliar as maneiras de viver e se relacionar na mundaneidade semiárida. Ela ao ser o ‘estado nascente’ dessa utopia, solicita desses sujeitos individuais e coletivos outra/nova sociabilidade, reconhecendo e experimentando o sentido de “ser-com-os-outros-no-mundo”. Como afirma Heidegger (1981, p.42), “ser-no-mundo” são as múltiplas maneiras que o homem vive e pode viver; são os vários modos como ele se relaciona e atua com os entes que encontra e a ele se apresentam”.

Para Heidegger (1981, p.43) a categoria “convivência” é “o relacionamento do homem com os outros homens, no modo de se relacionar e viver”. Esse postulado fundamenta o sentido da ‘Convivência’ como o modo pelo qual os homens e mulheres no Semiárido desejam construir outra/nova relação entre si e com a natureza semiárida. Importante destacar que a idéia-projeto faz-se uma manifestação ôntica, ela se faz *presença* nas instituições formalizadas, mesmo com a repetição, a rotina, a burocracia, a norma, a hierarquia de poderes. A elaboração de projetos, de relatórios, de planilhas, licitações etc., são necessárias para que as equipes de trabalho das instituições (ONGs e outras) efetivem as práticas e programas, como por exemplos, a construção das cisternas do PIMC, a organização e realização de uma série de reuniões, de seminários, de encontros etc.

Como postula Boff (1998, p.97), “movimento e instituição são modos diferentes de sentir, de pensar, de avaliar e de existir, no entanto, são complementares”. Essa afirmativa possibilita compreender porque muitas das instituições hoje formalizadas, tais como, o MOC e o IRPAA (BA) ou CAATINGA, em Ouricuri (PE) dentre outras, surgiram como movimentos sociais ligados às lutas pela democratização do acesso à água, da agroecologia, da mobilização comunitária, mas se institucionalizaram. Um representante da rede ASA afirma que, positivamente, as instituições têm ganhado ao longo desses dez anos, enquanto rede, uma maior capacidade operacional, com mais qualidade nas propostas da ‘Convivência’, pois hoje sabem lidar com um conjunto de obrigações formais e exigências da parte dos financiadores, colaboradores e parceiros, especialmente do Estado, que demandam a partir da Lei Fiscal,

constantes auditorias nas planilhas das instituições, mas, por outro lado, essas se esforçam internamente para manter o sentido inicial do processo de luta:

A ‘luta’ interna é não se perder diante dessa burocracia. Para tanto, a gente mantém permanentemente um intercâmbio de experiências, de informações, de encontros e avaliações da caminhada (N.B. Entrevista, Juazeiro, 2009).

4.3 As redes sociais: tecendo os rizomas da ‘convivência’

Os atores sociais realizam uma permanente articulação e mobilização evidenciando novas falas, novas manifestações associadas à natureza semiárida. Essa relação vem se dando em redes que se apresentam como porta-vozes da inflexão política da ‘Convivência’.

Duas redes serão destacadas, devido à maior expressividade em articular e mobilizar um grande contingente de atores sociais: A ASA e a RESAB. Essas duas redes atuam na escala territorial do *Semiárido Brasileiro*, portanto, em todas as ASD, que englobam os onze Estados brasileiros considerados susceptíveis à desertificação. Entretanto, além delas, há uma diversidade de redes menores em escala estadual ou local articuladas direta ou indiretamente em torno dessas grandes redes, tais como: As redes de mulheres, redes de economia solidária, rede de apicultores, rede de educadores ambientais, rede de agroecologia, dentre outras.

Após dez anos de sua criação, a rede ASA, congrega mais de mil organizações e, enquanto rede, ela, não tem estatuto, portanto a *Declaração do Semiárido* e *Carta de Princípios* (Anexo 02) são seus documentos fundadores. A rede promove os Encontros Nacionais - os EnconASAs. O Enconasa é o momento de discussão e de avaliação interna e da confrontação dos objetivos da ASA com outros projetos e políticas públicas para o Semiárido. Também é de fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos e da troca de experiências desenvolvidas em todo território pelas centenas de organizações congregadas à rede.

Nos EnconASAs realizam-se os intercâmbios de cultura, valores e conhecimentos do coletivo. As lutas, anseios e bandeiras como o acesso à água e à terra. Em cada edição, há uma temática que norteia os debates e propostas, e, ao final, elabora-se uma Carta Política, um documento que se torna público, respaldando e legitimando aquele coletivo e as pospostas emanadas. Na edição dos dez anos da rede, em março de 2010, o tema foi *ASA – 10 Anos Construindo Futuro e Cidadania no Semiárido*. Este VI EnconASA como afirmaram seus interlocutores “pretende celebrar os 10 anos da Articulação e avaliar e discutir as novas perspectivas da convivência com o Semiárido dentro do atual contexto sócio-político e econômico” (ASABRASIL, 2010a).

A outra rede é a RESAB. Ela surgiu no ano de 2000 e parte da trajetória de luta pela *Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro* (ECSAB), cujo processo foi desenvolvido bem antes do

ano de 2000, no qual muitas das Organizações Não-Governamentais, Secretarias e algumas Universidades inscreviam suas experiências com a Educação Contextualizada, numa busca metodológica para trilhar suas inflexões curriculares orientadas “para fazer a escola vincular-se às formas de vida e às problemáticas existentes dessa região” (RESAB, 2004). Como exemplo de uma importante ação foi a construção da Proposta Político-Pedagógica (PPP) pela Secretaria Municipal de Curaçá (BA) em conjunto com a UNEB/DCH III (Juazeiro/BA) e o UNICEF, em 1997.

Os eventos que antecederam a formação da RESAB foram o “Simpósio Escola e Convivência com a Seca”, em 1998, e o “I Seminário de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro”, em 2000, ambos realizados em Juazeiro/BA. O primeiro promoveu a reunião das instituições e das experiências, enquanto o segundo, firmou-se o protocolo de compromisso pelas instituições presentes, fundando propriamente a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB.

Atualmente, essa rede congrega centenas de Instituições Governamentais (Univeridades Federais e Estaduais, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação), diversas ONGs, Agências de Cooperação Técnica, e conta com o apoio dos Ministerios da Educação (MEC) Meio Ambiente (MAM) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de instituições de Pesquisa como o Instituto Nacional do Semiárido Brasileiro (INSA). Ela possui uma rede virtual possibilitando todos e todas educadores/ da RESAB e interessados debaterem e refletirem uma gama variada de questões ligadas à Educação.

A RESAB concebe a construção da ‘Convivência’ a partir da produção do conhecimento contextualizado, ou seja, “que a partir do contexto possa articular os diversos saberes/conhecimentos produzidos pela humanidade, objetivando a melhoria das condições de vida no Semiárido Brasileiro” (RESAB, 2004). Neste sentido, atua com os processos educativos de gestão, currículo, formação continuada e materiais didáticos e paradidáticos, incentivando a implementação de políticas educacionais que gerem uma educação significativa para crianças e os adolescentes:

Para a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB seria pertinente propor que as propostas pedagógicas em desenvolvimento, sejam nas experiências não-governamentais, seja no Poder Público, deva contemplar ou considerar pelo menos alguns dos aspectos que apontamos em seguida, sem que isso seja uma norma, uma regra, um padrão, mas apenas uma orientação para que consigamos construir propostas e projetos pedagógicos mais reais e que tenham o próprio Semiárido como à principal trama das narrativas e ponto de partida para a comunicação com outros saberes e conhecimentos produzidos pela humanidade que não podem ser negados às nossas crianças, aos nossos jovens e adultos, onde o SAB passa assumir a cena principal para a compreensão do mundo das coisas e das relações em que estamos inseridos (MARTINS e REIS, 2004, p.08).

A RESAB considera que as escolas públicas oficiais nesse território ainda funcionam basicamente com programas e materiais didáticos produzidos fora, especialmente no Centro-Sul do país. Com seus conteúdos totalmente descontextualizados, pejorativos e que negam a identidade territorial, os programas e livros didáticos não contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades ou de

posicionamentos críticos a respeito do próprio território. Também, eles não têm impactos positivos na melhoria das condições de vida de milhares de crianças e adolescentes. A RESAB, assim, se manifesta:

A educação no Semiárido Brasileiro (SAB), além de ter tardiamente se difundido como direito subjetivo universal e inalienável, também jamais prestou um serviço condizente à viabilização da melhoria das condições de vida no contexto em questão, e as políticas assistencialistas e desintegradas não foram suficientes para enfrentar o ciclo de geração da pobreza e frear o fluxo migratório das populações semi-áridas para outras regiões e centros urbanos do país. Os currículos desarticulados da realidade semiárida e propagadores da ideia de que as outras regiões são melhores do que o Semiárido funcionou sempre como um *passaporte* para a saída e para o inchaço nas periferias urbanas, aumentando os bolsões de miséria nos principais centros urbanos do país, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, fato pelo qual é possível afirmar que o problema dos grandes centros passa pela melhoria e possibilidades de se viver bem no Semiárido Brasileiro (RESAB, 2004, p.05).

As organizações sociais que compõem essas duas grandes redes trabalham de forma autônoma seus programas e práticas, mas seguem alguns princípios que norteiam a proposta da ‘Convivência’, tópico a ser tratado no item 4.3.1. Quanto a Educação Contextualizada essa tem alguns eixos que a norteiam, a saber: A natureza, a sociedade, a cultura e o trabalho.

As redes atuam na desconstrução dos significados de estereotipia e negatividade, solidificados sobre natureza, território, sociedade, cultura, etc., das ‘gentes’ do Semiárido. Elas atuam, também, na construção de outras/novas relações sociais e nos padrões de sociabilidade que se baseiam em valores universais e estabelecem parâmetros inovadores para o conjunto da sociedade. Desse modo, quando as redes apontam a questão de ‘projetos contextualizados’, desejam que seja projetos a partir do Semiárido a tomada de consciência intencional, individual e coletiva, sobre o mundo, mesmo porque a categoria convivência é um sentido universal:

A vida, nas suas mais diversas configurações ambientais, desafia homens, mulheres e as suas formações sociais a uma coexistência regida pelos princípios da reciprocidade, da aceitação e do cuidado com o outro reconhecido em sua legitimidade enquanto outro da partilha, aquele como quem cada uma das partes da convivência estabelece laços de complementaridade e interdependência (SILVA, 2002, T., p.175).

Na busca de articular e mobilizar os sujeitos individuais e coletivos, as redes da ‘Convivência’ atuam com as formas de pensar e agir sobre o ambiente no qual estes se inserem, alterando a rede de relações comunitárias, regionais e territoriais nas quais os atores sociais e suas organizações estejam territorializando a ideia-projeto.

Segundo Castells (2005, p.39), as redes tornaram-se um conceito-chave para a compreensão da sociedade contemporânea, configurado por uma dinâmica econômica e social baseada na era da informação, cujos efeitos sobre as sociedades permitiram emergir novas formas de redes, marcadas por fluxos e troca, quase instantâneas, de informação, capital e comunicação cultural. Estes fluxos regulam e condicionam simultaneamente o consumo, a produção, a vida.

Em Fischer e Bose (2006, p.68), compreende-se que as redes podem atuar com ações de

desenvolvimento que visam transformar as relações que as pessoas estabelecem entre si e com a natureza. As redes na contemporaneidade são formas de organização essenciais para promoverem mudanças sociais, típicas das redes sociais. Elas conectam elos de relacionamento que formam um tecido social comunitário, ou geograficamente mais amplo, cuja articulação – em rede – “se dá com base na interação entre os atores que são indivíduos, famílias, organizações”.

As autoras ressaltam que as redes sociais emergem de um contexto de crise mundial de paradigma do papel do Estado como único sujeito histórico responsável pela mudança e pela promoção social. Outros atores adentraram o cenário sócio-político exercendo esta função, como os movimentos e as organizações sociais, deflagrando mudanças na sociedade.

A noção de rede passa a qualificar o *lócus* ou espaço de diferentes articulações políticas, ideológicas ou simbólicas, criadas por atores sociais que se agregam com objetivos comuns. Compreendem desse pressuposto que as redes da ‘Convivência’ são redes sociais, pois integram indivíduos e organizações que partilham códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano. Esses códigos tornam-se visíveis quando os grupos se mobilizam e se articulam, manifestando interesses convergentes com as propostas da ASA, da RESAB, ou de outra rede que esteja em espaços de elaboração de políticas públicas para o Semiárido.

Dias (2005, p.06) conceitua as redes sociais como “formas que transcendem as organizações empiricamente delimitadas, e que, conectam, simbólica e solidaristicamente, os sujeitos indivisíveis e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico”. Essa conceituação da autora permite a compreensão das redes sociais da ideia-projeto, e seu movimento de convergência entre a vontade e a ação dos sujeitos individuais e coletivos, que engajados e motivados (ou envolvidos significativamente) vão se movimentando e se aperfeiçoando dentro da malha de relacionamentos proposto pela ideia-projeto, em suas escalas de ação e institucionalidades e diversidades individuais. Como afirmam Fischer e Bose (2006), as redes promovem a dissolução das diferenças ao possibilitarem a sociabilidade e a solidariedade entre os sujeitos e as instituições, apoiando-se mutuamente em ações organizadas, como formas de superar os obstáculos das resistências externas às redes e os obstáculos de se atuar e estar em rede.

Esses redes sociais ao serem compostas em sua base de articulação e mobilização pelo Terceiro Setor, estabelecem entre si e com outras formas organizacionais (Estado, Agências de Cooperação etc.) uma “estratégia de ação coletiva” (SERPA, 2005, p.213) que dá suporte para a base da formulação das ações articuladas por todo o território em torno da ‘Convivência’, adentrando as dinâmicas das organizações comunitárias, os grupos e as relações interpessoais, pois todos passam a atuar em rede, é o que se tenta demonstrar na Figura 09.

As relações interinstitucionais criam os nós e as tessituras das redes, congregando os objetivos em comum. Por exemplos, as redes ASA e RESAB, que detêm uma forte capacidade de articulação e de mobilização dos atores do Terceiro Setor, das Agências de Cooperação e dos Órgãos Públicos. São redes abertas, em constante articulação, com seus membros ou com outras redes, e outras organizações, formatando seus nós, pontos, teias que possibilitam que todos se movam com e para a ‘Convivência’, de forma autônoma, mas interdependente, organizadas nas Figuras 09 e 10, objetivando demonstrar esse movimento.

A natureza das redes é compreendida por Lèvy (1993) por meio de princípios que as regem. Um desses princípios é serem extremamente fluidas, em constante construção e renegociação. As redes estabelecem seus nós e conexões, portanto, serão sempre de natureza heterogênea. O autor salienta que sempre haverá elementos novos adentrando nas redes, modificando-as, causando e enfrentando resistências de seus membros. Ou seja, o autor esclarece que não é a rede que está no espaço; ela é o próprio espaço. E, portanto, a rede não tem um centro, e sim, permanentemente diversos centros. Diante dessa natureza, o autor concebe a rede como um *rizoma*:

As redes são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, de rizomas, finas linhas brancas esboçando por um instante um mapa qualquer com detalhes delicados, e depois correndo para desenhar mais à frente outras paisagens do sentido (LÉVY, 1993, p.26).



Figura 09 - As redes e os atores sociais e as inter-relações com a ‘convivência’



Figura 10 - A autonomia e a interdependência das redes sociais da 'convivência'

Conforme se sistematiza na Figura 11, a rede ASA não tem um centro, pois esse pode estar na escala regional, estadual ou nacional. Na escala regional, elabora sua rede de atores sociais, composta das organizações de base comunitária, seja uma associação de agricultores familiares, a paróquia ou outra entidade religiosa, o sindicato rural e outros. Nessa escala, a ASA mobiliza as famílias, as comunidades e suas organizações para gerar ações de base, identificar demandas e potencialidades locais e territoriais. Na escala estadual, esses mesmos atores sociais se mantêm na articulação e formata a ASA estadual, que, por sua vez, vai compor as articulações na escala nacional, redirecionando as ações para fortalecer uma Diretriz da Convivência. Salienta-se, que, cada escala agrega os atores sociais, de forma inter-relacionada e interdependente, cujos princípios são a representação colegiada, a coordenação ampliada, como estratégia de garantir a integração de todas as escalas, mas com autonomia para formular suas conexões, inserir parceiros, estabelecer seus próprios nós.

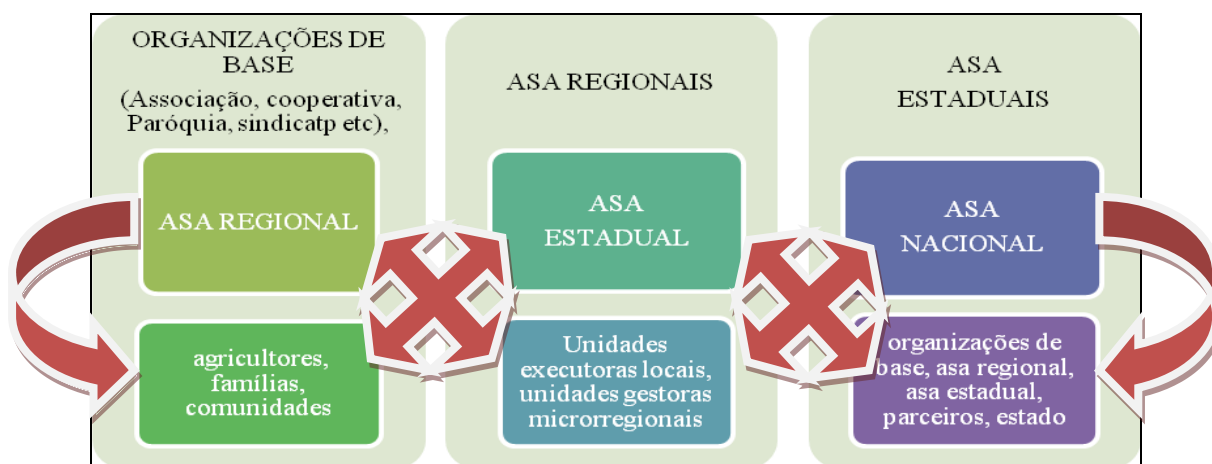


Figura 10 - A rede social ASA e seus rizomas

Deleuze e Guattari (1995) consideram que as redes têm uma natureza rizomática, pois não seguem um modelo hierárquico fechado e seqüencial típico do organograma de instituições dos mais variados tipos, especialmente as mais conservadoras. As redes sociais da Convivência comportam-se como rizomas (raízes que se proliferam de raízes). Portanto, elas não têm uma entrada e uma saída definida, estão mobilizadas permanentemente para criar novas conexões. Como salientam os autores:

As redes rizomáticas tendem a se conectar a outras redes rizomáticas gerando uma cadeia semiótica de natureza diversa, que por se conectarem a modos de codificação muito diversos (exemplos, instituições políticas, econômicas, civis etc) colocam em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas diferentes. Portanto, a natureza rizomática faz-se pela proliferação, pois não existem pontos ou posições fixas num rizoma, mas existem somente linhas e ponto de conexão” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 17).

As redes da ‘Convivência’ são, portanto, redes rizomáticas, pois suas instituições se ligam a uma, duas ou mais redes e tal ‘proliferação’ é o meio pelo qual elas se movem, expandindo-se e criando sempre novas conexões, novos nós, novos ligamentos institucionais, de novos atores sociais etc. Santos (1997, p. 215) também corrobora sobre o papel das redes na compreensão das relações espaciais contemporâneas, ao afirmar que as redes seriam incompreensíveis “se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais. Mas estas escalas são também indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo”. Por meio das redes, o mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada.

Segundo o autor, as redes são a grande novidade do nosso tempo. O lugar aparece como resultado de fragmentos da rede, dotado de uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados no acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa, afirma ainda o autor.

Para Haesbaert (2007, p.59), as redes se tornaram um veículo por excelência de maior fluidez que atinge o espaço, e por elas pode-se melhor compreender o espaço geográfico contemporâneo. O autor avalia que as sociedades contemporâneas têm vivido intensamente os processos de territorialidade, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Como postula, “a rede passou a ser o principal elemento na configuração territorial dessas sociedades”. O espaço geográfico contemporâneo é hoje atravessado pelos processos territoriais e a rede torna-se o conceito que possibilita compreender a multidimensão do território, suas múltiplas faces, processos e atores sociais.

As redes interconectam seus nós nas diferentes escalas espaciais, como afirmado por Haesbaert (2007) e Santos (1997), e por essa compreensão dos autores, reforça-se o entendimento das inter-relações que as redes da ‘Convivência’ elaboram, como exemplificado no Esquema 02. Os nós que uma rede como a ASA estabelece pode ser dado na escala local a partir de um grupo de agricultores experimentadores de

sementes *crioulas*, ou um grupo de mulheres que beneficiam frutos nativos da Caatinga em uma minifábrica com uma ONG ou uma Agência de Cooperação Técnica, que, por sua vez, interligará este nó à escala nacional ou global. Ou seja, a territorialização de cada ator social integrado à ASA em determinada escala que configura as tessituras (locais-globais-locais), define a capacidade de um grupo ou instituição consolidar ações e práticas da *Convivência*.

Em síntese, as redes da ‘Convivência’ são consideradas redes sociais, porque atuam na base da sociabilidade individual e coletiva, possibilitando que os atores sociais construam mudanças nas relações sociais a partir de uma nova base de conhecimentos e práticas sobre a natureza e o território Semiárido. Elas são descentralizadas porque rompem com o modelo arborescente de organização tradicional; são rizomáticas porque se conectam a modos de codificação muito diversos; e são multiescalares, elaborando seus nós conforme a escala na qual se dá a atuação/articulação de suas organizações e a territorialização de seus atores sociais.

As redes da ‘Convivência’ se deparam com o grande desafio inerente às redes: a de sua manutenção. Por não serem instituições, elas se defrontam com problemas legais para assumir projetos de grandes volumes de recursos financeiros e de grande extensão. No caso da ASA, esta rede criou uma OSCIP para abrigar juridicamente o PIMC. Já no caso da RESAB, esta ainda se encontra em fase de estudos sobre um marco legal mais adequado aos seus projetos de formação de professores, de publicação e venda de materiais etc.

Outro aspecto é a forte dependência das redes aos recursos externos, tornando-se um fator de instabilidade. A diminuição ou corte desses recursos, seja do Governo Federal/Estadual ou de Agência de Cooperação Internacional, muitas vezes inviabiliza projetos, paralisando ações, redimensionando o projeto original, demonstrando que pesam as decisões desses atores intervenientes na sua capacidade de aplicação de recursos (financeiros, técnicos, pessoas etc), criando uma oscilação dos fatores externos que definem ou influenciam a tomada de decisões das redes.

A construção política da ‘Convivência’ elaborada pelas redes segue a negociação dos interesses nas diferentes escalas de poder. Um exemplo foi à participação da sociedade civil dentro do processo de construção do PAN-Brasil, por meio da ASA e RESAB, sendo um diferencial diante dos PAN internacionais. Segundo avaliação do MMA/SRH/CTC, este foi o mais popular, mais participativo e mais articulado entre Governo e sociedade civil demonstrando que:

O movimento de articulação entre as instituições da sociedade Civil deflagrou um processo de envolvimento das instituições oficiais para internalizar nas políticas públicas conceitos como convivência com o Semiárido e desenvolvimento de ações efetivas, tendo como foco a população do Semiárido com suas estratégias e experiências empíricas de convivência com o ambiente (BRASIL, 2005b, p.48).

Por fim, as redes têm o sentido de legitimar pela ‘Convivência’ a identidade de projeto para o Semiárido Brasileiro, mas depende de um conjunto de fatores, tais como: Ampliar a capacidade de articulação dos atores sociais; Mobilizar mais efetivamente os atores sociais para uma diversificação das ações, práticas e programas; Ampliar a capacidade de inserção das Diretrizes nos espaços de deliberação de Políticas Públicas; Gerar maior capacidade de captação de recursos, tanto entre as instituições-membros quanto externos; E, criar mecanismos de auto-sustentabilidade, dentre outros fatores.

4.3.1 Os princípios comuns das redes

Alguns documentos tais como, *Carta de Princípios e Carta de Fundação*, compõem-se como marcos definidores e norteadores dos compromissos de todos os membros que aderem às redes. As Cartas de Fundação são a “certidão de nascimento” e nelas fundamentam os propósitos de ações e intervenções articuladas no coletivo. Nelas também se normatizam regras de comportamentos das organizações participantes, mas que podem ser compreendidas, não apenas como padrões, pois elas tratam de relações interpessoais e interinstitucionais que, em um sentido mais existencial, abordam o sentido ético da vida, como explana Pelizzoli (2003, p.14): “a ética trata do ser-no-mundo que somos”. Serão analisadas as “Carta de Princípios” da ASA e a “Carta de Princípios e de Fundação” da RESAB, na intenção de se apreender como essas redes expressam o compromisso das instituições-partes diante do projeto societário para o Semiárido proposto pela ‘Convivência’.

A “Carta de Princípios” da ASA (Anexo 02) dimensiona, além dos compromissos de todos os seus membros com a ideia-projeto, a afirmação de que a ‘Convivência’ orienta a população sertaneja para uma condição ética com a natureza semiárida e as populações. Abaixo uma parte dessa Carta explicita a intenção:

São membros ou parceiros da Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e a presente Carta de Princípios; [...] A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido (ASABRASIL, 2009)⁸.

Já na “Carta de Princípios e de Fundação” da RESAB (Anexo 03), essa explicita a Educação Contextualizada como elemento fundante para um processo de desenvolvimento autêntico e sustentável no Semiárido. Abaixo se apresenta uma parte dessa intenção:

⁸ Carta de Princípios da ASA foi elaborada em 15 de fevereiro de 2000, Igarassú, Pernambuco. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br>> . Acesso em 27 nov. 2009.

A Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB é um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores/as e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de Educação no Semiárido Brasileiro, sem preconceitos de cor, raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica, com o intuito de elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional do semiárido brasileiro;[...] A RESAB se propõe a sensibilizar a sociedade Civil os setores públicos, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação educacional articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido (RESAB, 2004)⁹.

Os *princípios comuns* postos nesses documentos das redes ASA e RESAB conotam a busca da superação da externalidade e da hostilidade para com a natureza semiárida. Intenções como interagir populações locais com um uso prudente dos recursos naturais ou ações educativas direcionadas para a visibilidade das potencialidades territoriais, são postas como percursos a outra relação sociedade e natureza. Essa afirmativa alicerça-se na compreensão de que há uma condição ética do homem diante da natureza. É algo que perpassa pela história da filosofia e ideologia da natureza, pois cada época e cada sociedade aportam uma condição ética. Segundo os autores Larrère (1997), Pelizzoli (2003), Leff (2006), Boff (2006), dentre outros, a sociedade capitalista contemporânea busca estabelecer outra/nova condição ética diante do profundo afastamento da natureza. Os autores ressaltam que vários momentos reflexivos da humanidade se voltaram para a condição ética entre ela e naturalismo, demonstrando que são momentos de ruptura e de contexto cultural, filosófico e ideológico no sentido de natureza.

Outro aspecto a ser analisado nas *Cartas de Princípios* é a formação de outra/nova postura de políticas públicas territoriais, historicamente insuficientes e descontextuais para uma lógica dialógica e contextual com as gentes sertanejas e a natureza. Em Leff (2006, p.382) pode-se apreender a compreensão dessa formação de nova racionalidade, calcada em novos saberes, que vem se constituindo na política do “ser”, cujas formas de enfrentamento discursivo elaboram-se ante um discurso dominante. Novos sentidos e significados são elaborados e tecem um saber na relação entre o interno e o externo, entre o material e o simbólico, entre o objeto e seu ambiente, entre o presente e o devir, entre o eu e o outro. Ele considera que a elaboração desse novo/outro tecido discursivo esboça uma ressignificação do significante e do que é significado, e nesse processo, constrói-se um *diálogo de saberes*, marcado por “palavras, significações, razões, práticas, propósitos que, em suas sintonias e dissonâncias, em acordos e dissensos, vão conformando um novo tecido discursivo e social para a construção de um futuro realmente sustentável”.

Avalia-se que os *Princípios Comuns* e as *Cartas de Fundação* das redes são documentos que sustentam e legitimam outro/novo diálogo dos sujeitos sociais individuais e coletivos entre si, portando-se de um novo saber sobre e para o Semiárido Brasileiro. Ou seja, cada membro passa a comungar e se

⁹ Carta de Fundação e Princípios da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro foi elaborada em 26 de abril de 2002, Juazeiro/BA : Secretaria Executiva da Resab, não publicada.

comprometer com a desconstrução dos significados negativos referenciados nos imaginários sociais sobre a natureza, o território e suas gentes sertanejas. Esses documentos são formas de publicizar as compreensões de um coletivo, de divulgar como eles desejam se comprometer diante da vida. Silva (2006, p.245) sintetiza esse propósito ao explicar que:

A convivência não é uma expressão vazia (chavão). Possui significados ideológicos próprios, com base em interesses socioeconômicos, e fundamentados em diferentes visões de mundo e intenções de futuro, influenciando na identificação das necessidades e na definição de prioridades.

4.4 As diretrizes e linhas de ação da ‘convivência’: pressupostos das redes para a identidade de projeto territorial do semiárido

As Diretrizes e Linhas de Ação compõem-se de um conjunto discursivo articulado para desencadear processos e práticas socioespaciais de desenvolvimento para todo o território. As propostas apresentam-se como possibilidades de gerar a sustentabilidade para diferentes setores da vida com base em outra/nova racionalidade de desenvolvimento para esse território.

A territorialização da ‘Convivência’ está em construção, é um processo de afirmação da ideia-projeto, que vai se manifestando através das ações para a água, terra, produção, educação e uma série de outras demandas. Seus atores sociais apresentam por meio de documentos (Carta de Fundação, Carta de Compromissos, Diretrizes etc.) suas visões de Políticas Públicas. O trecho abaixo da Declaração do Semiárido diz respeito às intervenções empreendidas até então no território, mas que não dimensionaram a diversidade geoambiental e sócio-cultural do território:

[...] O Semiárido é bonito, viável e bom para se viver. Tem uma população forte, lutadora, criativa, que cultiva uma intensa relação com a natureza, uma intensa sociabilidade e uma cultura de trabalho e festa. Sua população é de aproximadamente 30 milhões de pessoas, e cerca de 13 milhões vivem no meio rural. É a região brasileira com maior densidade rural. Portanto, o Semiárido não pode ser visto apenas do ponto de vista de seu clima, mas também de sua construção histórica, social e política. [...] A superação dessa crise impõe uma profunda reorientação nos fundamentos sociais, técnicos e fundiários que dão sustentação a esse modelo socialmente excludente e ambientalmente degradador. Para nós, portanto, é necessário um outro modelo de desenvolvimento, aproveitando-se bem o potencial do Semiárido, respeitando-se as características do bioma e adaptando-se a elas. [...] Temos a convicção de que é possível construir um padrão de vida digno para toda a população do SAB. A essa nova compreensão de desenvolvimento é que damos o nome de “convivência com o Semiárido (ASABRASIL, 2008b)

Os documentos das redes afirmam propostas de intervenções contextualizadas, direcionadas para o uso dos recursos naturais, culturais e simbólicos desse território. As Diretrizes ditam linhas de ação, instrumentalizando politicamente a ideia-projeto com vistas a fortalecer as relações humanas e interinstitucionais, criar e/ou ampliar os mecanismos de controle social e gerar uma maior dinâmica das

redes com os atores externos, entre outras. Outros documentos, como as Cartas Políticas, elaboradas ao final de um Encontro Nacional ou de uma Conferência Nacional definem objetivamente as propostas legitimadas pelo coletivo que as propôs e as elegeu. Essas propostas eleitas perpassaram anteriormente por outros coletivos, como as Conferências estaduais e as regionais, que, por sua vez, foram debatidas e eleitas nas organizações de base comunitária.

Desse modo, uma Conferência Nacional ou Encontro Nacional é o espaço e o tempo de tornar público em forma de Diretrizes, os desejos e projetos, as recomendações, as demandas que partiram da escala local. Ao se tornarem Diretrizes, as falas daqueles que estão no local se unem com as falas de outros de outras escalas, e esse coletivo respalda e legitima as questões dos povos e suas comunidades.

As determinações econômicas, políticas, culturais e sócio-ambientais das Diretrizes evidenciam dois eixos centrais da ideia-projeto: a eleição da agricultura familiar como categoria sócio-política a ser reconhecida, e o meio rural como território de produção e de reprodução de vida. Fatores, dentre outros, ligam-se à eleição desses eixos, buscando por justiça sócio-ambiental e dignidade humana para a parcela significativa de agricultores familiares e da predominância do rural como território de vida, trabalho e cultura para os milhares de sujeitos que habitam o território.

O trecho abaixo, extraído da *Carta da Terra*, elaborada no V EconASA, Teresina, 2005, expõe como as diversas instituições da ‘Convivência’ projetam um outro modelo de desenvolvimento territorial rural:

O semiárido brasileiro compreende uma área de 900 mil Km² onde estão presentes 2 milhões de estabelecimentos familiares, que correspondem aproximadamente a metade do universo da agricultura familiar do país, mas apenas 4,2% do total da área agrícola nacional. Esses dados revelam a enorme concentração de terra na região, configurando uma realidade socialmente injusta na qual os latifúndios improdutivos dominam a paisagem deixando às pequenas propriedades familiares uma média de menos de 10 hectares, uma extensão de terra inviável para a sustentabilidade da agricultura familiar no Semiárido. Com pouca disponibilidade de terra, limitado acesso à água e com restrito acesso aos benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar tem sido historicamente mantida em uma situação de grande vulnerabilidade social (ASABRASIL, 2008c, p.01).

São destacados os documentos para a compreensão das propostas das redes: “Conhecendo o Semiárido e Aspectos da Proposta Política de Convivência com o Semiárido” (ASABRASIL, 2005a) e a “Carta Política VI ENCONASA” (ASABRASIL, 2008d) elaboradas pela rede ASA, como também as “Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro” (RESAB, 2006c), elaborada pela RESAB.

O primeiro documento “Conhecendo o Semiárido e Aspectos da Proposta Política de Convivência Com o Semiárido” é um documento que define as linhas de ação dessa rede no que tange a sua visão de ‘Convivência’ como um projeto de desenvolvimento. Nele, as linhas de ação propostas são para: Reforma Hídrica, Acesso à Terra, Propostas Socioculturais, Propostas Institucionais (Controle Social), Políticas

para o Desenvolvimento Socioambiental Sustentável (Conservação e utilização sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade, Segurança energética e Recuperação de áreas degradadas e desertificação).

Nesse sentido, as cinco grandes Diretrizes direcionam-se como proposições de políticas públicas, cujo fundamento é garantir à sociedade civil sua participação em todas as instâncias de discussão e elaboração e, por essa perspectiva, criar e fortalecer o controle social sobre todas as questões que direta e indiretamente afetam a vida das populações e o meio ambiente. A primeira linha de ação que trata da *Reforma Hídrica* parte do pressuposto ético sobre a água, dimensionada como uma necessidade básica de todos os seres vivos. Ter acesso à água é “um direito fundamental da pessoa humana” (ASABRASIL, 2005a).

As ações direcionam-se para a democratização da água; abastecimento da população urbana e rural; aproveitamento sustentável de todas as águas superficiais e subterrâneas; reuso da água; captação da água de chuva. A ASA considera que somente através de um programa de aproveitamento racional das águas disponíveis possa oferecer segurança hídrica à população do Semiárido. Baseia-se esta proposta segundo os padrões internacionais definidos pela Organização Mundial de Saúde e pela ONU: seja a segurança hídrica biológica (2 litros/pessoa/dia de água potável); segurança hídrica doméstica (40 litros/pessoa/dia); e segurança hídrica econômica (1.000 metros³ pessoa/ano). A política hídrica deve integrar o uso de todas as águas para garantir água potável para cada família; para uso comunitário; para os animais e a agricultura; respeitando a vazão ecológica dos rios e guardando para uma emergência em anos de seca.

A segunda linha de ação é voltada para o *Acesso e Democratização da Terra*, considerando que o acesso a terra e à água implica uma reforma agrária e hídrica apropriada à diversidade territorial. A reforma agrária dimensiona, tanto a demarcação e a titulação, quanto a desintrusão das terras, especialmente de territórios de comunidades tradicionais (indígenas; quilombolas; ribeirinhas) e de fundo de pasto, regularizando as terras da União e devolutas. As duas primeiras linhas de ação (água e terra) são tratadas no Capítulo 7 de forma detalhada e como se efetivam as práticas e os programas, tendo como campo empírico o Território de Juazeiro.

Na terceira linha de ação, as *Propostas Socioculturais*, adentram como suporte para garantir a pluralidade étnica cultural e a cultura dos povos. Como se afirma no documento, o patrimônio cultural (material) e simbólico-cultural (imaterial) necessita: garantir nas Políticas Públicas, no sentido de fortalecer e manter as identidades culturais das comunidades tradicionais, bem como serem elas coautoras da elaboração de programas e projetos de seus interesses, respeitando sua autonomia; respeito ao conhecimento tradicional das formas de convivência tradicional dos povos; pesquisas técnicas e científicas inovadoras que contribuam para a valorização regional; Projetos de educação ambiental;

valorização da expressão artística regional que represente a relação do ser humano com o seu ambiente natural.

A quarta linha de ação está ligada às *Propostas Institucionais – Controle Social*, na qual se considera que, para que as políticas públicas funcionem de forma decente e eficiente, é preciso o amparo institucional adequado e à altura dos desafios de uma região que apresenta demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais históricas. Assim dita o documento, analisando criticamente as políticas ainda vigentes, abordando a necessidade de serem reestruturadas nas três esferas de poder, gerando o envolvimento da sociedade em todas as fases de sua implantação. Para tanto, fazem-se necessários: o incentivo ao desenvolvimento territorial, e em particular, da economia familiar; ampliação da oferta de ensino formal em todos os níveis, com educação contextualizada; comunicação e socialização das informações; saúde e saneamento; pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O Controle social, no entanto, necessita da constituição e do fortalecimento de conselhos permanentes, da reestruturação das instituições federais existentes, do planejamento com horizontes de curto, médio e longo prazo e da fiscalização preventiva e integrada das obras realizadas em todas as bacias e sub-bacias do Semiárido. Propõe-se, também, que haja uma dotação orçamentária e fontes de financiamento que garantam a execução de todas essas políticas contextualizadas.

E, na quinta linha de ação, o documento trata das *Políticas de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável*, apresentando três vieses, sendo o primeiro ligado à conservação e utilização sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade da Caatinga. Nessa linha, compreende-se que, de todas as zonas semiáridas do planeta, a do Brasil é a que mais tem espécies diferentes de microrganismos, plantas e animais, e uma boa quantidade só ocorre nela, sendo, portanto chamadas de “espécies endêmicas” do bioma Caatinga.

Um segundo item da quinta linha de ação trata da *Segurança energética*, cujas propostas pensadas ligam-se ao desenvolvimento de fontes mais limpas e renováveis de energia como opções mais apropriadas para o desenvolvimento socioambiental sustentável a fim de também *complementar a matriz energética existente, com a expansão do uso de sistemas descentralizados de base eólica, solar e de biomassa, associada a um massivo programa de melhoria da eficiência energética e de redução e gestão do consumo público e privado*. O último item trata da *Recuperação de Áreas Degradadas e Desertificação*, considerando-se que as ações de combate ao processo de desertificação perpassam pela perspectiva do desenvolvimento e da convivência socioambiental sustentável no Semi-Árido, sendo necessário fortalecer e ampliar a implementação das políticas públicas com mais ampla participação e controle social da sociedade Civil no PAN-Brasil, no Programa Nacional de Florestas (PNF); na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e no Projeto GEF Caatinga – Conservação e Uso Sustentável na Caatinga. O sentido é que, a partir das experiências acumuladas e exitosas no convívio com a Caatinga, e

demais recursos naturais, essa sociedade possa contribuir significativamente com a minimização da situação de redução ou perda da capacidade produtiva das terras de áreas degradadas e das que sejam suscetíveis aos processos de desertificação, e conseqüentemente com a superação da pobreza.

Como apresentado, a “Pauta de Propostas” confere à ideia-projeto ser um parâmetro para as intervenções no Semiárido, reorientando as políticas públicas existentes e as que possam ser futuramente implementadas. São consideradas políticas públicas contextualizadas, pois são dimensionadas para o contexto sócio-ambiental, cultural e territorial, uma vez que as redes e os atores sociais da ‘Convivência’ intencionam promover uma transição paradigmática de sentido de território, que contemple as imaterialidades, as dimensões simbólico-culturais, e não seja apenas visto como o território cartesiano, cartografado pelos índices de aridez.

O outro documento a ser analisado é a “Carta Política do VI ENCONASA”, elaborada em Crato (CE) em 24/11/2006. A cada Encontro Nacional da ASA se elabora uma Carta Política. A razão da escolha dessa Carta do VI Encontro da rede deve-se ao caráter estratégico que foi dimensionado ao se direcioná-la ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos governadores, senadores, deputados federais e estaduais, bem como aos prefeitos e vereadores dos municípios do Semiárido, e, a toda a sociedade brasileira. No VI ENCONASA, a temática foi centrada na agricultura familiar, cujo título: “Tecendo a vida, fomentando sonhos e construindo novas relações no Semiárido Brasileiro”.

O documento expressa que, até então, o desenvolvimento rural pensado para a agricultura familiar, em destaque, tem sido desvinculada dos interesses e das reais necessidades dessa grande parcela de população desse território:

O VI EnconASA, com sua rica reflexão e produção de propostas em diversos temas, é parte desse processo de construção de uma outra realidade agrária. Entendemos que, mesmo registrando avanços em diversas áreas, o padrão de desenvolvimento rural ainda prevalecente desperdiça a sabedoria de nossa população rural em aproveitar, de forma sustentável, as ofertas da natureza. O ciclo da agricultura predatória ainda não foi rompido, e o esgotamento dos nossos recursos naturais e, principalmente, a não-valorização da força e da cultura de milhões de homens e mulheres do campo, continua sendo um triste fato (ASABRASIL, 2008d).

Ao contrário, a ‘Convivência’ já apresenta um conjunto de iniciativas, de experiências e de práticas que se baseiam segundo seus protagonistas em um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na valorização do potencial ambiental de nosso território, no aproveitamento da capacidade de trabalho e nas experiências bem-sucedidas de agricultura familiar de base agroecológica. São agricultores e agricultoras que inovam, produzem, empreendem, mostrando, de forma concreta, a possibilidade de convivência com o Semi-Árido (ASABRASIL, 2008d).

A rede ASA, nessa VI Carta Política, afirma as propostas discutidas e aprovadas pelo coletivo em torno do que se concebe como desenvolvimento pela ‘Convivência’, elegendo como “eixos temáticos”: O

acesso à água; acesso à terra; acesso ao mercado; combate à desertificação; educação para a convivência; crédito, financiamento e assistência técnica; gênero, raça e etnia; comunicação e agrobiodiversidade.

O terceiro documento a ser apresentado e analisado provém da RESAB: As “Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, que foram elaboradas na I CONESA, realizada de 17 a 20 de maio de 2006, em Juazeiro (BA). Nesse documento, a rede reafirma as propostas provindas das Conferências Estaduais da RESAB, que se realizaram entre os anos de 2004 a 2005, expressando a articulação e mobilização para a construção e implementação de uma política de educação inclusiva contextualizada que garanta acesso, qualidade e respeito à diversidade e especificidades do Semiárido Brasileiro:

A realização da I Conferência Nacional de Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro – I CONESA, representou o acúmulo dos conhecimentos e conteúdos diversos, levantados nos 11 Estados do SAB, além de ter sido um espaço de aprofundamento das questões acima apresentadas e de proposições concretas para a construção de políticas públicas educacionais autóctones para o SAB enquanto estratégia de diminuir as desigualdades regionais e consolidar a Educação Contextualizada e para a Convivência com o SAB como instrumento indispensável na promoção do desenvolvimento humano sustentável (RESAB, 2006c, p.04).

A I CONESA contou com 340 participantes de organizações governamentais e não-governamentais que aprovaram as Diretrizes e os princípios da Educação para a Convivência. No documento se indica a necessidade premente de uma educação de qualidade e contextualizada como percurso a outro projeto de desenvolvimento territorial:

A nossa luta por uma educação contextualizada para a convivência com o semiárido decorre de longos processos em que se inscrevem diversas experiências de educação, governamentais e não governamentais formais e não formais situadas no semiárido brasileiro, que vêm fazendo inflexões curriculares e metodológicas e colocando importantes questões no sentido de fazer a educação do semi-árido vincular-se às formas de vida e às problemáticas aqui existentes (RESAB, 2006c, p.05).

Além de uma situação complexa e desafiante para reverter o péssimo quadro no desempenho do ensino e aprendizagem, a maioria das escolas funciona de maneira precária e sem nenhuma estrutura. Há uma ausência de política de formação inicial e continuada para educadores e educadoras que contemple a discussão sobre os contextos naturais, históricos e culturais, possibilitando uma maior compreensão das limitações, problemáticas e também das potencialidades do território. Como ressalta os estudos da RESAB (2004), os currículos apresentam-se desarticulados da realidade semi-árida e propagadores das vulnerabilidades dessa região, e os materiais didáticos utilizados nas escolas são produzidos em outras regiões, especialmente no Sudeste do Brasil.

Os princípios comuns pautados pela RESAB e aprovados na I CONESA dimensionam a conquista de direitos dos atores sociais especialmente aqueles ligados diretamente ao processo educativo (crianças, jovens e adultos em escolaridade; professores, gestores, e demais que compõem a comunidade escolar): a equidade na distribuição de renda e no acesso do conhecimento cultural, científico, moral, ético e

tecnológico em todos os níveis da educação; a intersetorialidade nas definições das políticas públicas educacionais; a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na construção do conhecimento; a formação contextualizada e integral dos educadores dimensionada pelos aspectos socioculturais, políticos e ambientais, necessitando, para tanto, de uma re-orientação curricular que valorize o diálogo permanente dos saberes locais com o universal; os materiais didáticos pedagógicos ressignifiquem os discursos e imagens atribuídas a esse território (RESAB, 2006c)

A concepção da RESAB é que a Educação é imprescindível dentro dos processos constitutivos da ‘Convivência’ para preparar os sujeitos a compreenderem o ambiente e os fenômenos naturais do Semi-Árido com vistas ao aproveitamento das potencialidades e da construção das novas possibilidades diante das problemáticas encontradas (MARTINS e REIS, 2004). Nesse sentido, a rede concebe o campo pedagógico e das aprendizagens fundamentadas na ‘Educação para Convivência com o Semi-Árido’ como percurso para um projeto societário:

O conhecimento trabalhado na escola assume uma dimensão de socialização e emancipação do homem e da mulher do SAB, extrapolando as dimensões da escola e dos saberes nela trabalhados como algo suficiente em si para a construção da cidadania e de um novo projeto social para o Semiárido, onde a convivência passa a ser o elemento fundante de toda ação educativa (MARTINS e REIS, 2004, p.10).

A proposta político-pedagógica dessa rede é uma construção coletiva entre a sociedade Civil e o Estado. Ela barganha espaços de poder dentro dos programas do Estado, a fim de que a Educação para a Convivência seja implementada como política pública. Um dos percursos tem sido a articulação com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o reconhecimento e adoção do Livro Didático elaborado pela rede “Conhecendo o Semiárido I e II” em todas as escolas públicas municipais de Ensino Fundamental I no Semiárido Brasileiro.

A ‘Educação para a Convivência’ tem sido gradativamente inserida nos espaços de debate e assumida como uma das propostas centrais da ‘Convivência’ por outras redes e atores sociais. Isso é afirmado na Carta Política do VI ENCONASA, na qual se contempla que:

Entendendo que a educação é estratégia e base para o desenvolvimento de qualquer região, a ASA apoia as iniciativas de educação popular, educação do campo e outras, como forma de fortalecer a ação de educação para a convivência com o Semi-Árido (ASABRASIL, 2008d).

As Diretrizes e Linhas de Ação da ‘Convivência’, gradativamente, vão se inserindo em algumas Políticas Públicas, tanto na esfera federal quanto na estadual e, em menor grau, na municipal. Programas Federais como o PAN-Brasil (MMA/SRH), Projeto Sertão Produtivo (MDA), Programa Fome Zero/Bolsa-Família (MDS) já atuam com ações em parceria com as redes. Recursos também têm sido investidos para programas, como exemplo, o P1MC da ASA, como mostra a Tabela 08.

Alguns programas governamentais na esfera estadual começam a ser desenvolvidos com foco na ‘Convivência’, e, como exemplos, tem-se o Programa “Água para Todos”, da Bahia (Tabela 09) e o “Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido” (PPCSA) implementado pelo governo do Piauí.

Tabela 08 - Parceiros públicos da asa e total de recursos investidos no PIMC, 2003-2009

<i>Ministérios</i>	<i>Total R\$</i>	<i>Órgãos</i>	<i>Total R\$</i>	<i>Outros</i>	<i>Total R\$</i>
MDS	407.595.907,25 (2003-2008)	ANA	11.116.579,32	SEBRAE	107.422,27
MDA	4.106.503,40	BNB	134.064,96		
MMA	594.758,90	CODEVASF	12.967.262,15		
		CONAB	116.460,80		
Total Investido (2003-2009) = 436.740.959,05					

Fonte: Adaptada, ASABRASIL, 2010f

As Diretrizes da ‘Convivência’ direcionam-se para um leque diversificado de ações, como foi apresentado, no entanto, as linhas de ação são ainda segmentadas na maioria das organizações, sendo poucas ainda que comportam setores para a água, a terra, a produção, a educação e atuam de forma intersetorial e interdisciplinar, empreendendo as práticas e programas da ‘Convivência’ de forma multidimensional.

Tabela 09 - programa água para todos do governo do estado da Bahia, 2009

<i>Cisternas PIMC</i>	<i>Unidades</i>	<i>Investimento R\$</i>	<i>Cidades Beneficiadas</i>
Construídas 2007-2009	35.360	69.570,00	193

Fonte: Adaptada, BAHIA, 2009a

Os últimos dez anos avançou-se nas articulações das redes com expressiva entrada de novos atores sociais. A maioria das ONGs atua muito mais com a linha de segurança hídrica via construção de cisternas. Por sua vez, um processo de reflexão avaliativa tem se tornado frequente nos eventos, cujas avaliações se direcionam para a necessidade de se ampliarem os programas de forma multidimensional, no que diz respeito às ações de educação contextualizada e à linha de democratização da terra, associadas à democratização da água.

CAPITULO 5

5 A RESSIGNIFICAÇÃO DA TERRITORIALIDADE: UM SENTIDO DE PERTENCIMENTO AO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

CAPÍTULO 5 - A RESSIGNIFICAÇÃO DA TERRITORIALIDADE: UM SENTIDO DE PERTENCIMENTO AO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Os efeitos da globalização no mundo das ideias, nas instituições e no cotidiano das pessoas apresentam fortes impactos na mundaneidade, afetando tudo e a todos, causando sentimentos de perplexidade. Giddens (2000, p.50) ressalta que, apesar de a humanidade viver agora num único mundo, marcado pelo processo de globalização, as nações e/ou territórios têm repensado suas identidades.

Essa análise do autor permite analisar como a ‘Convivência’ se faz enquanto um processo contemporâneo, aportando na mundaneidade semiárida novos elementos econômicos, sociais, éticos, ambientais e simbólico-culturais. O próprio sentido de território Semiárido é redimensionado a partir das novas relações do sertanejo com a água, a biodiversidade da Caatinga, com a questão da desertificação, da degradação dos ambientes naturais etc. Portanto, a ‘Convivência’ traz o discurso contemporâneo da questão ambiental, com a entrada de ‘novas institucionalidades’, tais como: ONGs internacionais, criação de ONGs regionais, Agências de Cooperação Técnica Internacional e outras, passam a constituir, a partir dos anos de 1980-90, novas formas de ação socioproductiva, empreendendo experiências de conviver, junto, especialmente, às comunidades rurais, com práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais, práticas produtivas de cultivo e de criação (abelhas, caprinos, ovinos, aves etc.), assessoria técnica e educacional, bem como o fomento à organização comunitária, com o incentivo e apoio à criação de associações e cooperativas comunitárias e de agricultura familiar.

Em 1999, essa ‘nova institucionalidade’ permitiu a criação da ASA, com a forte presença das ONGs assumido um relevante papel para a consolidação da ‘Convivência’. Como expõe a Declaração do Semiárido sobre o ideal da ASA:

Nós, da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semiárido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientalistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!” (ASABRASIL, 2008b).

Gohn (1997) avalia que os anos de 1980/90 ampliam significativamente, o surgimento das ONGs no Brasil, que passam a desempenhar um papel crescente na execução de políticas públicas. E Vianna (2008) reforça essa análise, ao indicar, que neste período, dá-se a aproximação das ONGs ambientalistas com as ONGs sociais, as primeiras saindo do foco de ação mais acadêmica e adentrando as preocupações sociais, aproximando-se das segundas, tornando-se potenciais parceiras para a busca de alternativas de conservação e restauração da natureza. Surge dessa composição um novo modo de ação, denominado de

socioambientalismo. Segundo Santilli (2005, p.41), “é uma invenção brasileira, sem paralelo no ambientalismo internacional, que indica precisamente o rumo de integrar políticas setoriais, suas perspectivas e atores, num projeto de Brasil que tenha sua cara e possa, por isso mesmo, ser politicamente sustentado”.

Traduzindo-se para um projeto de Semiárido Brasileiro, o socioambientalismo nesse território permitiu adentrar um conjunto de novas demandas acrescentadas às históricas, fortalecendo a luta pelo acesso à água, à terra e à educação e outros direitos, até então negados para a grande maioria da população sertaneja. Mas, esse movimento que chega com as questões contemporâneas de ressignificação da natureza semiárida - compreendida em seu processo e dinâmica ambiental característica das áreas susceptíveis à desertificação - traz o olhar para um modelo de política pública contextualizada, para o atendimento às populações rurais, em extrema pobreza, cujas grandes obras não solucionaram suas reais necessidades. Desse modo, emerge a idéia de educação contextualizada, de obras de pequeno porte, calcadas no uso ecocentrado, ou seja, obras técnicas socialmente adequadas para as populações rurais difusas por todo território semiárido, como exemplos, as cisternas do P1MC (a ser tratado no capítulo 7).

Essas ‘novas institucionalidades’ abriram espaços para a entrada de novos saberes e demandas imediatas e complexas nos movimentos sociais e organizações de base, já existentes e outros que vieram se constituir. Elas trouxeram também as incertezas desse tempo, marcado pela transição paradigmática da racionalidade técnico - científica para a racionalidade mais dialógica e ambiental. Como reflete Pelizzoli (1999, p.67), essa passagem paradigmática “é o advento do novo, do diferente, seja como resgate ou realização de algo sufocado, mas sob nova forma”. Portanto, compreende-se que elas são autoras ou pelo menos, co-autoras de um de novo pensar a natureza e o território Semiárido.

Apesar de ser delineada pela nova/outra racionalidade, uma ‘invenção contemporânea’, a ‘Convivência’ também guarda em si o valor da tradição, apresentando nas Diretrizes a valorização dos conhecimento dos sertanejos e sertanejas com a semiaridez, como a ‘leitura’ dos sinais da natureza (sons da mata, cantos de pássaros, condições atmosféricas, direções do vento etc.), as formas sutis de comunicação com o universo simbólico, as práticas de coletividade, os sistemas de dádivas e de obrigações comunitárias. Como expõe Martins (2004), há uma convivência já constituída entre o homem e a natureza no Semiárido:

Tudo constitui um conjunto muito amplo de saberes que define, sem dúvida, uma convivência. Esses saberes, como outros, são frutos de um processo longo e se ligam ao tempo da pedagogia jesuítica, embora tenham se desenvolvido no seio de uma mestiçagem e de um hibridismo cultural, entre as matrizes que compuseram o perfil humano dos sertões [...] (MARTINS, 2004, p.44).

Há, portanto, um conjunto de saberes e valores que passam a ser incorporados nas dinâmicas produtivas, nos encontros e intercâmbios, em momentos de mística, de celebração: mutirão, contação de

causos e estórias, expressões musicais populares, tais como, a cantoria, os cordéis, os repentes e desafios, dentre outras expressões. Elas são reeditadas, muitas das quais caídas em esquecimento, perdidas no mundo da memória, mas que emergem valorizadas e ressignificadas. Segundo Giddens (1991), tradição e modernidade, se interconectam; mesmo com todo o avanço dessa última sobre os modos de vida, não podem ser vistos como polos opostos. Como afirma:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes [...] Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equivoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira (GIDDENS, 1991, p.14).

Desse modo, a ‘Convivência’ ao ressignificar os elementos identitários das gentes do sertão, ela traz outro/novo olhar sobre o Semiárido, destado suas características próprias, delimitadas pela complexidade existentes nesse território. Emerge um território simbólico-cultural, dimensionado pelos elementos materiais e imateriais presentes na produção e reprodução da vida de homens e mulheres que vivem a mundaneidade semiárida há séculos. Essa convivência é incorporada como algo válido e necessário ao projeto de identidade que apresenta-se pela ‘Convivência’.

A compreensão simbólico-cultural de território advinda de Haesbaert (1999, p.186) permite afirmar que “o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas [...] estabelecem-se tanto relações políticas de controle quanto relações afetivas, identitárias, de pertencimento”. Uma concepção de território não mais cartesiano, como posto paradigma tecnicista da política de ‘combate à seca’, no qual ele era delimitado pelos índices de pluviosidade cuja climatologia marcada pela seca era seu determinante.

Essa concepção de território simbólico-cultural evocada pelos sujeitos e atores sociais da ‘Convivência’ pode ser traduzida nas palavras de Haesbaert (2004) quando esse considera:

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

A consciência de território como um espaço multidimensional marcado pelas necessidades econômicas, sociais e políticas, como enfatiza Almeida (2005) emerge e possibilita a ressignificação da territorialidade. Como afirma a autora, a produção do território está sustentada pelas relações sociais que o atravessam e tais dimensões permitem ser o território objeto de operações simbólicas, e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Nesse entendimento ancorado pelos autores, avalia-se que as relações políticas de controle da sociedade civil passam a ser construídas pelas ‘novas institucionalidades’, expressas especialmente pelas redes sociais que trazem desde seus documentos instituintes, suas diretrizes, articulações e mobilizações para consolidar a ‘Convivência’. Elas ancoram-se na revalorização dos atributos naturais do Semiárido,

dimensionado como um território diverso de unidades geoambientais (serras, chapadas, planícies, depressões, dunas, brejos) e de um mosaico de gentes que lhe confere diferentes maneiras de se relacionar e perceber a natureza.

Essa diversidade e complexidade territorial vão sendo apresentadas nos documentos públicos das redes, cujos dizeres reportam-se às relações afetivas, identitárias, de pertencimento dos povos com seu território, enfatizando a necessidade de um novo olhar das políticas públicas sobre o mesmo. Como exemplo o trecho abaixo:

O Semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde... O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas interrelações, impõe-se mais que nunca (ASABRASIL, 2008b).

A interação entre as dimensões materiais e imateriais do território é tratada por Claval (2002). Ele expõe que essa interação se inscreve na existência humana, nas ações técnicas e nos discursos elaborados sobre o território. Portanto, o autor analisa que as práticas culturais e as representações interferem nos processos de produção do espaço geográfico, sendo o território a escala na qual se atravessam histórias individuais e coletivas. E ele aponta como a leitura de uma dada realidade necessita considerar o espaço, a cultura e a sociedade como realidades sociais, pois:

El espacio, la naturaleza, la cultura o la sociedad son tanto realidades sociales, como individuales. Están construidas a partir de representaciones adquiridas de otros, a través de procesos de comunicación. Las categorías transmitidas tienen un sentido compartido, porque se apoyan en el empleo de los mismos términos y están ligadas al reparto de las mismas experiencias (CLAVAL, 2002, p.35).

A abordagem de Claval permite avaliar o poder que teve a política de ‘combate à seca’ na consolidação das representações pejorativas e nas práticas de regionalismo nordestino: as intervenções desconectadas dos saberes e demandas reais das comunidades rurais, não atribuindo e nem fortalecendo a coesão e força simbólica dos sujeitos ao seu lugar; a visão tecnicista fundada nas ações emergenciais, pontuais e descontextuais que não validaram as singularidades e as particularidades da identidade territorial, como também vincularam a concepção de natureza hostil com conotações de ‘inóspita’, ‘feia’ e ‘morta’.

Documentos como a “Declaração do Semiárido” evidenciam as reivindicações da sociedade civil para a ressignificação de sentido de território pelo Estado. Ainda analisando esse documento, observa-se que nele se expõe um chamado ao Estado para a superação das políticas assistenciais e emergenciais:

Neste exato momento, a seca está aí, à nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios estão faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão (ASABRASIL, 2008b).

A ressignificação da identidade territorial apresenta-se como um processo mundial de reconfiguração do ser e das identidades. Esse processo é compreendido por Leff (2006) como um fenômeno típico da era da globalização, reposicionando os indivíduos e os povos no mundo em relação ao ser, ao pensar e ao saber, na busca da identidade territorial. A história, as potencialidades da natureza e as expressões da cultura são, dentre outras expressões, ressaltadas, valorizadas no contexto de elaboração da política do lugar. A ressignificação do sentido do ser e do tempo se materializa na luta por autonomia dos povos e de seus territórios.

O autor ainda ressalta que esse processo de ressignificação se realiza em um ambiente complexo e conflituoso, pois o que se efetiva é a formação da racionalidade ambiental, reposicionando os indivíduos entre a ordem do real e do simbólico. Um processo que permite aos povos, oprimidos e dominados, se organizarem contra a globalidade homogeneizante e idealizarem um futuro sustentável. Tal perspectiva no contexto de lutas da sociedade civil no Semiárido se expressa nas falas dos atores sociais da ‘Convivência’ em suas preposições, como mostra o trecho abaixo:

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos: Que a caatinga e os demais ecossistemas do Semiárido - sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes - formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores. Que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; Que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; Enfim, que o Semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido (ASABRASIL, 2008b).

As falas passam a expressar uma valorização da identidade sertaneja, dos geoambientes, das práticas tradicionais etc. Algumas produções artísticas e culturais (música, poesia, literatura, cordel etc) trazem essa nova conotação com o território Semiárido. Um exemplo é a letra da música “Terra Prometida (Belo Sertão)” (MARQUES, 2008):

Doce lar, meu aconchego! Ó belo sertão
 Natureza que inspira o poema e a canção
 Na bravura e resistência, teu povo fiel
 Grata terra prometida onde corre o leite e o mel.

A pobreza e a indigência cortam o coração da
 gente
 Ações preconceituosas que degradam o
 ambiente
 Faltam abrigo e comida, saúde e educação
 Falta água pra beber e molhar a plantação

Povo humilde e abandonado, fruto da
 escravidão
 A elite é atrasada, de um poder sem compaixão
 Sertanejo nordestino quer viver e ter direito
 De poder fazer história e quebrar o preconceito

E assim poder sentir ao som de um violão
 A quixabeira o reisado, S. Gonçalo e S. João
 Do Sertão ao pé da serra,
 do cerrado à beira mar
 Ser parte da mesa farta do almoço ao jantar

A seca não é problema, isso ouvi de um
 viajante
 É a cerca e o sistema que fazem os retirantes
 Hastear nossa bandeira e expor se
 O Nordeste é a terra prometida aos
 nordestinos.

Pela letra dessa música pode-se abstrair o sentido de pertencimento ao território e o fortalecimento da territorialidade. Como diz Bonnemaïson (2002, p.107) “os homens fixam-se ao território, uma vez que o território que dá segurança, símbolo da identidade e o espaço”.

O movimento de valorização dos atributos físicos e simbólico-culturais do território Semiárido por meio de músicas e de imagens positivas sejam da Caatinga, das paisagens, das gentes etc., são formas de ressignificar a territorialidade. O Semiárido passa a ser apreendido como o território ‘que dá segurança’ e para tanto se constrói uma relação de apego, de enraizamento, de pertencimento. Segundo Bonnemaïson (2002), o sentimento dos sujeitos com o território pode estabelecer uma relação de pertencimento/enraizamento ou de estranhamento/desenraizamento. Como postula:

A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o espaço “estrangeiro. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço (BONNEMAISON, 2002, p.107).

O movimento de resignificação da natureza semiárida pela ‘Convivência’ ao promover esse sentimento de pertencimento/enraizamento dos sujeitos, nos remete ao que Almeida (2005) também ressalta sobre a importância da cultura como construtora da territorialidade. Ela afirma que, pela cultura, se dá a apropriação simbólico-expressiva do espaço, no qual o território é portador de significados e relações simbólicas.

As compreensões de Haesbaert (1999) sobre identidade territorial também possibilita a apreensão do movimento de resignificação da territorialidade semiárida. Ele considera que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território. E, dentro de uma relação de apropriação, o espaço geográfico é constituído tanto no campo das idéias quanto na realidade concreta, portanto, o território é parte dos processos de identificação social. Essa leitura permite compreender como a sociedade civil organizada em torno das ‘novas institucionalidades’ articula-se e mobiliza-se para a construção de outra/nova *mensagem conotativa potencial* (MORIN, 2005) capaz de resignificar a identidade territorial semiárida/sertaneja, e que simultaneamente, atua na resignificação da identidade social.

Ao considerar que o território ganha uma valoração simbólica (positiva ou negativa) pelos seus habitantes, Haesbaert (1999) avalia que esse processo de valoração permite o território ser produto e produtor de identidade, pois não é apenas um ‘ter’, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. Como afirma o autor:

O território compõe também o ‘ser’ de cada grupo social por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua (HAESBAERT, 1999, p.186).

Compreende-se que as novas falas e imagens, as ‘novas institucionalidades’ promotoras da ‘Convivência’ geram a transição paradigmática de sentido de natureza pelo viés da subjetivação em torno da concepção simbólico-cultural de território Semiárido. Ao atuarem no campo da significação cultural e criarem estratégias de subjetivação, por meio de documentos, de compromissos institucionais, da circulação de imagens e dizeres positivos aos atributos do território, fortalece-se o sentimento de pertencimento ao território enviesado pela cultura. Esse viés cultural que emana pela ‘Convivência’ é um grande diferencial dessa proposta em relação a pensar contemporâneo de Semiárido.

CAPITULO 6

6 O TERRITÓRIO DE JUAZEIRO: UM 'PALCO EXPERIMENTAL' PARA OS DIFERENTES SENTIDOS DE NATUREZA SEMIÁRIDA

CAPITULO 6 - O TERRITÓRIO DE JUAZEIRO: UM 'PALCO EXPERIMENTAL' PARA OS DIFERENTES SENTIDOS DE NATUREZA SEMIÁRIDA

6.1 O território de Juazeiro: O “sertão que dá certo”?

O Território de Juazeiro está localizado no extremo norte do Estado da Bahia divisa com os Estados do Piauí (a oeste e a norte) e de Pernambuco (ao norte). A área superficial desse Território é de 61.746 Km², englobando dez municípios: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Sento-Sé, Sobradinho, Remanso e Uauá, como demonstrado na Figura 02.

O Território apresenta uma condição de alta semiaridez devida sua localização no chamado ‘Miolão do Semiárido’, como mostrado na Figura 08, sendo uma área afetada numa frequência entre 81 e 100% por secas edáficas. O regime das médias anuais pluviométricas nessa área fica entre 600 a 700 mm, portanto, as mais críticas.

As características geoambientais são definidas pelas condições encontradas nessa área interiorana, do Miolão, marcadas por graus de relevância no que tange ao processo de desertificação, considerado de grave e muito grave. Próximo ao Território de Juazeiro existe o Núcleo de Desertificação de Cabrobó (PE), inserindo os municípios de Belém do São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta e Itacuruba (BRASIL, 2007).

Outro aspecto de sua localização são suas características de relevo e hipsometria, pois esse Território está situado na Depressão Sertaneja ou Depressão Sanfranciscana. A altitude é variável de 300 a 500 m, com pontos mais elevados de serras que atingem 700 a 900 m. Essa Depressão é uma das Unidades de paisagem geoambiental da Caatinga, cuja área superficial é de 368.216 Km², ou seja, 22,16 % do Nordeste¹⁰.

Em relação à vegetação, o Território de Juazeiro está todo sob o predomínio do Bioma Caatinga, mas a cobertura vegetal desse Bioma já se apresenta em grande parte com Áreas Antropizadas e com Tensão Ecológica, isto demonstrando que, nele, o Bioma está intensivamente afetado pelas atividades humanas, com forte degradação dos solos pelo uso intensivo da irrigação e desmatamento das matas ciliares. Dividido pelo rio São Francisco, o Território contém em seu interior a barragem de Sobradinho. O rio é o marco divisório entre o Estado da Bahia e Pernambuco e faz-se o elemento significativo nos aspectos geográfico, histórico, social das duas cidades vizinhas, Juazeiro e Petrolina, separadas pela ponte Presidente Dutra. O Rio São Francisco é no Território de Juazeiro “um dos marcos da sua identidade, junto com a cultura sertaneja e caatingueira” (BRASIL, 2008a, p.09).

¹⁰ Área referente ao Nordeste Semiárido da SUDENE (nota da autora e, já apresentado no Capítulo 3).

Além de existir a Bacia principal com o rio São Francisco, comporta sua hidrografia também as suas sub-bacias nas margens direita e esquerda do Lago de Sobradinho e também tem a presença de parte da Bacia do Rio Vaza Barris. O rio Salitre, o mais importante afluente do São Francisco nesse Território, até uns 50 anos atrás era um rio perene, mas tornou-se um rio temporário, resultado dos impactos ambientais negativos, apresentando alto grau de assoreamento em suas margens.

O rio São Francisco banha 488.257 Km² das áreas semiáridas, correspondendo a 76,5% do seu percurso total de 638.576 Km² (BRASIL, 2007). Ele atravessa 504 cidades dos estados de MG, BA, PE, AL e SE e parte dos Estados de GO e o DF, percorrendo trechos de Cerrados, de Caatinga, fragmentos de florestas, pequenas matas e serras, mangues e vegetação litorânea, criando uma rica biodiversidade e paisagens cênicas de rara beleza natural.

No seu trecho Sub-Médio onde se localiza o Território de Juazeiro, muitas intervenções técnicas têm atuado sobre a dinâmica hidrográfica desse rio e sobre a territorialidade dos sertanejos, ribeirinhos e pescadores que, por séculos, estabeleceram uma relação de interação de vida e trabalho com a dinâmica de suas enchentes e vazantes. O Lago de Sobradinho, em 1978, ao cobrir uma área de 4.214 Km², formou um dos maiores lagos artificiais do mundo e fez desaparecer as antigas cidades de Casa Nova, Remanso, Sento-Sé e Pilão Arcado e muitos povoados. Essas cidades foram reconstruídas com suas sedes municipais pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), reassentando 64 mil pessoas (SANTOS e VERGNE, 2007).

Após a metade do século XX, muitas intervenções técnicas para a reorganização geoeconômica do Território de Juazeiro tem havido, e um dos projetos antigos ressurgiu na primeira década do século XXI. Trata-se da velha ideia da transposição do rio São Francisco ou “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. Uma questão conflituosa, porque o quadro político-social contemporâneo do Semiárido comporta diferentes racionalidades para seu desenvolvimento.

O Estado assume um papel de mediador dentro do processo de negociação dos interesses dos atores sociais do Nordeste e do Semiárido. Mas as tomadas de decisão se sustentam na contradição, tanto que apóia os segmentos sociais defensores do projeto, quanto apóia os segmentos opositores. Isto se expressa pela contradição do Estado em desenvolver as ações para a transposição dentro do MIN, e por outro lado, desenvolver ações de implementação do Projeto de Revitalização do rio São Francisco pelo MMA.

A transposição de bacias, segundo Alier (2007), é um dos conflitos de distribuição ecológica que colocam uma região contra a outra, entrando em jogo interesses e valores distintos da natureza, de direitos de propriedade da água, as perdas ecológicas da região que cede etc. O autor salienta que, dentro de um projeto desse tipo, há que se considerar como princípio básico a dinâmica do rio sobrepondo-se aos

interesses econômicos. Ele avalia que em regiões onde se realizou transposição de rios, tanto se afetou a dinâmica do rio quanto gerou perdas materiais e imateriais para as populações, como exemplos, terras férteis, moradias, patrimônio cultural e simbólico etc.

A transposição das águas do ‘Velho Chico’ é uma idéia que se defronta com um novo tempo, marcado por novos aportes conceituais e de percepção da natureza, de modelos de desenvolvimento, de políticas públicas, e principalmente, com a nova postura política da sociedade Civil do Semiárido, que apresenta suas propostas em projetos autônomos, superando as ‘velhas institucionalidades’ e as formas de intervenção das políticas públicas descontextuais e apoiadas na dominação da natureza.

A ação do Estado com políticas públicas baseadas em orientações desenvolvimentistas tem sido um marco definidor da organização geoeconômica do Território de Juazeiro. Barros (2007) esclarece que, nos anos de 1970, esse Território ainda baseava sua economia em torno do consórcio gado-pecuária-lavouras de subsistência, tal quanto grande parte do Semiárido. A partir desse período citado, o Estado começa a implantar ações de infra-estruturas estratégicas (barragens, hidrelétricas, redes de transportes e de comunicação etc.), de incitação para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, tendo em vista a transformação do padrão técnico das atividades agrícolas e a instalação de agroindústrias geradoras de emprego.

O Território de Juazeiro também vai ressentir de outras mudanças, tais como, nas relações de trabalho, na dinâmica urbana/regional, etc. Esse quadro de mudanças na organização geoeconômica configurou duas realidades que definem a trama territorial na atualidade: uma dinâmica do processo de urbanização e infra-estruturas de urbanidades (serviços urbanos, institucionalidades presentes etc.) e pela inserção à dinâmica da fruticultura irrigada, nos municípios de Juazeiro e Sobradinho em contraposição com o restante dos outros municípios que se mantiveram estagnados ou com baixa renda *per capita*, baixa urbanidades, com alta concentração de população vivendo no meio rural. Conforme apresenta o Plano de Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2008c), no período de 1980/1991 a taxa de crescimento urbano do município de Juazeiro foi de 4,28% e de 2,92% entre 1991/2000; a rural foi estimada em -1,39% e 5,00%.

Na Tabela 10, observa-se que o município de Juazeiro apresenta-se com o maior contingente populacional, com mais de 230 mil habitantes, representando 44% da população do Território no ano de 2007. Em seguida, o município de Casa Nova, com quase 63 mil habitantes (12% da população do Território). Esses maiores municípios foram também os que tiveram as maiores taxas de crescimento nos últimos anos. Os demais municípios possuem populações abaixo dos 50 mil habitantes, sendo Canudos o menor deles, com 14.656 mil residentes, aumento insignificante de 0,8% em relação ao Censo de 2000 (BRASIL, 2008c).

Tabela 10 - Municípios e total de população no território de Juazeiro, em 2007

Municípios	Nº Habitantes
Juazeiro	230.538
Casa Nova	62.862
Remanso	38.004
Sento Sé	36.517
Pilão Arcado	32.844
Curaçá	32.449
Campo Alegre de Lourdes	26.935
Uauá	24.662
Sobradinho	21.315
Canudos	14.656
TOTAL	520.782

Fonte: BRASIL, 2008c

No Território, os municípios com maiores proporções de pessoas residindo em domicílios urbanos são Sobradinho, com 92,0%, e Juazeiro, com 76,3%. Os municípios de Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado destacam-se com as maiores proporções de residentes no espaço rural, 76,3% e 74,4% respectivamente.

Há um panorama de disparidades dentro do Território, marcado por uma grande parte da população com renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo (IBGE, 2000 apud BRASIL, 2008c). O município de Pilão Arcado tem o indicador atingindo 79,9% da população com renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo. Excluídos os municípios de Juazeiro e Sobradinho, que possuem um maior grau de urbanização e concentração de atividades tipicamente urbanas, a maior parte dos habitantes do Território vive no meio rural, basicamente de atividades agropecuárias, alguns poucos serviços e transferências dos governos (previdência social, bolsa família etc.).

As populações das comunidades rurais mais distantes do Rio São Francisco desenvolvem atividades de sequeiro, de criação e extrativismo. Aquelas mais próximas de algum curso permanente, como na região de Salitre, em Juazeiro, presenciam a agricultura irrigada pelos agricultores familiares.

As populações ressentem-se dessa dinâmica territorial desigual de Juazeiro, que tem uma configuração espacial rural marcada pela dispersão das comunidades e povoados, desprovidos de quantidade e de qualidade nos serviços de saúde e de educação. E não são atendidas por nenhum serviço de abastecimento de água ou esgoto. Esse panorama pode ser apreendido nos trabalhos de campo, no período de 10/2007 a 01/2009, cuja comunidade de Riacho Grande, em Casa Nova, é cortada pelo ‘braço’ do rio São Francisco (um curso vazante de 30 km da Barragem de Sobradinho para o interior) que, no período de cheia, separa o povoado. Uma parte para a estrada e a outra, mais interiorana, para as áreas de Fundo de pasto. Os habitantes utilizam canoas para atravessarem o riacho, e o período de cheia afeta

diretamente a vida dos estudantes, que contam com uma escola em outra comunidade. Apresenta-se, no Quadro 04 um panorama das condições socioeconômicas desse Território a partir da sistematização do diagnóstico elaborado pelo Plano de Desenvolvimento Territorial Rural do MDA/SDT:

Quadro 04 - Condições socioeconômicas do Território de Juazeiro

Concentração da população no município de Juazeiro, somada à grande imigração de pessoas vindas de outros territórios.
Altas taxas de analfabetismo e de analfabetos funcionais, principalmente nos municípios com menor população.
Alta razão de dependência, significando que muitos jovens e idosos dependem da vida economicamente ativa dos adultos.
Muitas mulheres jovens com filhos, notadamente em Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro e Remanso, que acabam abandonando os estudos.
Muitos deficientes físicos, especialmente em Uauá e Remanso, o que demanda infra-estrutura e outras ações específicas.
Baixíssimo número de pessoas com nível superior.
Alto número de óbitos decorrentes de doenças tratáveis ou evitáveis, em todo o território.
Saneamento adequado abaixo da média do Estado, exclusive Juazeiro e Sobradinho.
Pequena taxa de participação (PEA / PIA), inferior à média do Estado, o que indica um baixo dinamismo da economia.
Forte participação de crianças e jovens no mercado de trabalho.
Alto grau de informalidade no mercado de trabalho.
Grande desocupação de mão-de-obra, notadamente em Juazeiro e Sobradinho.
Rendimentos médios inferiores à média do Estado, exceto Juazeiro
Com exceção de Juazeiro, os demais municípios apresentam maioria da população como sendo pobre, com renda familiar <i>per capita</i> abaixo de ½ salário mínimo.
Indigência e insegurança alimentar (pessoas com renda familiar <i>per capita</i> abaixo de ¼ de salário mínimo) espalhadas por todo o Território.
Acesso à televisão, energia elétrica, geladeira ou freezer, máquina de lavar roupa e rádio, só apresenta taxa aceitável nos municípios de Juazeiro e Sobradinho.
Alta densidade populacional por domicílio, com média acima da do Estado.
Em média, sempre mais de duas pessoas dividem o mesmo dormitório.
Muitos domicílios são chefiados por mulheres, mas estas enfrentam condições desiguais no mercado de trabalho. Recebem, por exemplo, salários inferiores aos dos homens para exercerem as mesmas atividades.
A agropecuária lidera a economia do território.
Forte concentração fundiária e elevado percentual de terras devolutas irregularmente “apropriadas”.

Fonte: Adaptada, BRASIL, 2008c

O Quadro 04 revela um Território desigual e contraditório, típico da expansão capitalista no campo adotado pelo Estado nos anos de 1970-80, implantando um conjunto de políticas públicas que possibilitaram o capital se territorializar ou monopolizar-se. E esse processo no Vale do São Francisco permitiu a inserção do modelo de agronegócio, como postula Souza:

O Vale do São Francisco [...] segue o processo de internacionalização da economia, ou seja, do capitalismo mundializado; nesta lógica, as unidades de produção camponesas precisam abrir-se para o mercado. O pequeno agricultor e toda sua família devem estar a serviço do capital, ou então serão excluídos do “novo mundo rural” tão proclamado pelo Governo brasileiro, já que o projeto adotado ao longo de décadas no país, tem como objetivo a expansão e concretização do agronegócio, que tem alcançado resultados positivos, principalmente em relação ao aumento da produtividade agrícola. Nesse sentido, o Sertão semiárido passa a ter o verde dos cultivos de uva

e manga voltados para abastecimento dos mercados: europeu, japonês e norte-americano (SOUZA, 2006, p.190-191).

O Território de Juazeiro passa a receber infra e super estruturas com a instalação das empresas públicas (CHESF, em 1955; EMBRAPA Semiárido, em 1974; CODEVASF, em 1975 e outras). O programa de irrigação do Vale do São Francisco torna-se ação prioritária dessas empresas, em especial, a CODEVASF, que é a empresa responsável pelos perímetros de irrigação pública, estando sob sua jurisdição um total de 25 perímetros (BARROS, 2007).

Os perímetros irrigados de Juazeiro são: Mandacaru, Tourão, Curaçá, Maniçoba e Salitre, este último ainda em construção. Configuram áreas rurais diferenciadas, especialmente pela presença de grandes empresas que cultivam uva, manga e cana-de-açúcar, esta última praticada por uma única grande empresa, a AGROVALE, que ocupa aproximados 17.000 hectares no perímetro Tourão. A estruturação dessas atividades foi desenvolvida pela CODEVASF 6ª SR que presta serviços na manutenção dos perímetros, na assistência técnica e no controle e cobrança dos serviços de fornecimento de água e dos investimentos já realizados (BRASIL, 2008a).

A hortifruticultura irrigada confere ao Polo, formado pelos municípios de Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá, na Bahia; e, de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Orocó, em Pernambuco, uma significativa produtividade das frutas (manga, uva, banana, goiaba e melancia), mas se destacam a manga, com uma produção de 42%, e a uva, com 20%. Barros (2007) destaca que o Polo vinícola é o segundo maior do país, atingindo mais de 90% da pauta brasileira no mercado de exportação de uva e manga, conforme mostra a Tabela 11.

A produção dessas frutas destina-se aos mercados internacionais da Europa, Japão, Canadá, EUA e em 2009, conquistou o mercado chinês (XX FENAGRI, 2009). Esse Polo ganha, recentemente, outro atrativo econômico, ao se criar pela Secretaria de Turismo da Bahia a “Rota dos Vinhos” integrando “turismo cultural, negócios, eventos e enoturismo” (BAHIA, 2009b).

A perspectiva desenvolvimentista passou a dar a publicidade a esse Polo, cujas falas se dirigem para a evocação de sua prosperidade econômica advinda da fruticultura, tais como, o “Oásis do sertão”,

Tabela 11 - Exportações de uva e manga no vale do São Francisco

<i>Uva</i>			<i>Manga</i>		
Território	Volume Tonelada	US\$ 1.000.000	Território	Volume Tonelada	US\$ 1.000.000
Vale	25.927	48.559	Vale	112.286	59.158
Brasil	26.456	49.550	Brasil	11.181	64.303
Participação Nacional	96 %	98%	Participação Nacional	92%	92%

Fonte: VALEXPORT, 2004 apud BARROS, 2007, p.146

“Califórnia Brasileira”, “Eldorado da fruticultura irrigada”, “Capital da irrigação” (JUAZEIRO, 2004, p.3). Ou seja, as condições ambientais de semiaridez passam a ser vantajosas e, não mais, hostis: “Ótimo clima, com temperatura média de 26°C, bons solos e abundância de recursos hídricos para a irrigação [...] com insolação de mais de 3.000 horas/ano”. Em outro material de publicidade institucional ressaltam-se as vantagens da semi-aridez para o desenvolvimento do Pólo:

O clima favorável para a produção frutícola aliado a modernas técnicas de irrigação [...] a região vem sendo preparada para um futuro próspero [...] é o Sertão que dá certo (CODEVASF, 2005, p.02).

Este “Sertão que dá certo” ressaltado pela CODEAVASF é promovido, em especial, pela ação do Estado via institucionalidades constituídas desde os anos de 1970-80. Elas têm requalificado a ideia de natureza semiárida. Como pode ser apreendido na publicidade que se faz sobre o Polo, as vantagens comparativas dessa natureza passaram a ser “um negócio cada vez mais rentável, enquanto que para milhões de nordestinos, a falta de chuvas e o excesso de calor são fardos da natureza” (SEGALLA, 2006, p.38).

O Território de Juazeiro tem sido um ‘palco experimental’ para o Estado, as firmas e a sociedade civil elaborarem suas práticas e darem visibilidade aos seus sentidos de natureza semi-árida. Nas últimas décadas têm-se aportado projetos que sustentam uma ‘reinvenção’ da ideia dessa natureza a partir da requalificação de hostil para favorável através da cientifização e tecnificação. Deste modo, a corrente da ‘reinvenção da natureza’ vem se dando segundo as particularidades dos territórios, e, em Juazeiro, se verifica, pela exaltação da fruticultura irrigada como um exemplo de um Semiárido bem sucedido, como expõe o slogan da CODEVASF: é “o sertão que dá certo”, com uma natureza que possibilita a alta produtividade em frutas.

Essa ideia do *sertão* bem sucedido é enfatizada por meio das edições anuais da Feira Nacional da Agricultura Irrigada (FENAGRI) que exporta a imagem do sucesso da irrigação. Os stands das empresas privadas e estatais são equipados com as mais avançadas tecnologias na área da irrigação montando o que chamam de “ilhas tecnológicas”, além de promover seminários, rodadas de negócios, encontros empresariais e visitas técnicas às vinícolas do Polo. Na edição de 2009 (XX FENAGRI), se movimentaram mais de R\$ 100 milhões. Segundo seus organizadores, a Feira estimula o empreendedorismo, a inovação tecnológica, negócios, e difusão de conhecimento da tecnologia irrigada e, a partir da edição de 2009, inseriu-se uma nova perspectiva, tornando-a um evento mais técnico-científico (XX FENAGRI, 2009).

A estratégia para se requalificar a natureza semiárida, não mais a caracterizando pela hostilidade, mas pela extração de vantagens comparativas através de uma base tecnológica eficiente, se sustenta pelo aparato técnico-informacional e infra-estrutural intensivo. Desse modo, a ideia do “sertão que dá certo” é

legitimada pelos setores empresariais, políticos e agências presentes no Território. A irrigação é concebida como o ‘novo’ capaz de pôr o Semiárido no futuro e, para tanto, ela é uma atividade motivada e financiada pelo Estado.

O empresariado nacional e internacional é atraído pelas condições infra-estruturais oferecidas pelas empresas e instituições, tais como, a EMBRAPA, CEFET-Petrolina, UNEB-Juazeiro (Campus III), UPE/FFPP-Petrolina, e, mais recentemente, a UNIVAFS. Elas asseguram a pesquisa e a formação de uma mão-de-obra especializada regional e oferecem o suporte para as vantagens competitivas do Polo.

Como expressa Punski (2002), a base produtiva eficiente e de vantagens competitivas do Polo insere os empresários-produtores em nichos de mercado altamente competitivos como as redes produtivas e comerciais nacionais e internacionais. Deste modo, pela tecnificação e cientificação, novas formas de dominação da natureza semiárida são empreendidas, dando um novo sentido à semiaridez, de não mais combatê-la, mas dominá-la pela pesquisa avançada, pelo conhecimento das variáveis climáticas, pela quantificação minuciosa sobre a capacidade de se produzir mais e de forma eficiente.

A grande articuladora do segmento dos empresários-produtores é a Associação dos Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEEXPORT), uma cooperativa sem fins lucrativos, criada em 1988, que atua no fortalecimento da comercialização das frutas do conjunto de 46 fazendas associadas. A concepção de perfil de associado é de exportador, com alta capacidade produtiva e tecnológica. A cooperativa investe forte capital financeiro e técnico nas vinícolas, apoiando o empresário na aquisição de conhecimentos por meio de cursos sobre a climatologia, especialmente sobre os índices de insolação, e quais as condições ambientais mais viáveis para a produção das frutas (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 10/2007).

Em outra perspectiva da realidade da fruticultura irrigada, tem-se a agricultura familiar irrigante. Ela é um ator importante na constituição do Território de Juazeiro. Segundo Barros (2007), o Estado nos anos de 1970-80 também promoveu a transformação do papel desse segmento dentro da reorganização produtiva do Vale do São Francisco, tentando torná-la uma agricultura familiar moderna, do tipo empresarial. Avalia, a autora que, nesse período, se iniciou um modelo econômico e produtivo não sustentável para esta categoria social, tanto que nos anos de 1990, começou a apresentar sinais de crise. Como salienta a autora:

[...] Os perímetros irrigados implantados no SMSF permitiram a constituição de um dinâmico pólo de desenvolvimento - o agropólo Juazeiro/Petrolina – mas os agricultores familiares neles inseridos, a cada dia, ficam à margem desse dinamismo. Suas unidades produtivas tornam-se vulneráveis, muitas delas insustentáveis, levando os agricultores a repassarem seus lotes, suas terras por falta de condições financeiras para torná-las economicamente viável. Os resultados socioeconômicos no território são animadores, mas a distribuição da riqueza errada não atinge a população residente no território, visto que permanece concentrada nas mãos de uma pequena minoria (BARROS, 2007, p.291-292).

Os resultados socioeconômicos no Território são bem animadores, mas a distribuição da riqueza gerada não atinge a sua população residente, visto que permanece concentrada nas mãos de uma pequena minoria. E a agricultura familiar que irriga nos perímetros públicos não dispõe das competências exigidas pela VALEXPOR, isto é, capital de investimento e inovação técnica capaz de produzir eficientemente com condições de colocar seus produtos no mercado de exportação (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 10/2007).

O “sertão que dá certo”, pelo exposto, tem as suas contradições, com a dinâmica técnico-produtiva dos empresários-produtores que se firmam econômica e produtivamente no Território e a marginalização da agricultura familiar que, conforme analisou Barros (2007) se estabelece em seu “território periférico”.

As interdependências do Território de Juazeiro com o sistema-mundo por meio da fruticultura irrigada dão-lhe uma dinâmica social, técnica e territorial, cuja lógica é imposta “de fora, de longe e de cima” (SANTOS, 1997, p.226). Nesse sentido, esse Território é cruzado por forças que geram a agregação e convergência por meio do processo de subordinação econômica e social às regularidades do processo de produção mundial, e por forças que “retiram à região os elementos de seu próprio comando a ser buscado fora e longe dali”.

Além do agronegócio da fruticultura irrigada, outros projetos também se agenciam no Território de Juazeiro por meio da mineração, do mercado de terras devolutas, do agrocombustível. São projetos especulativos que se dirigem para terras coletivas de Fundo de pasto, provocando tensões e instabilidade nas comunidades tradicionais, nas terras indígenas e quilombolas (Pesquisa de campo, 10/2007 a 01/2009).

Compreende-se que os sentidos contemporâneos dados à natureza semiárida marcam embates político-ideológicos dos diferentes atores sociais na construção de ‘seus territórios’. E a sociedade civil também aporta no Território de Juazeiro suas ações, práticas e atuação. Isso fica evidente quando a Coordenação Executiva da rede ASA justifica a escolha da cidade de Juazeiro para sediar a edição do VII EnconASA, ocorrido entre os dias 22 a 26 de março de 2010, tendo como meta comemorar os 10 anos de sua criação:

É estratégico para nós, pela discussão que faremos de contraposição de modelos. O modelo de desenvolvimento que queremos para o Semiárido e o modelo vigente, que vai na contramão do que a ASA sempre propôs. Juazeiro tem isso, de estar às margens do rio São Francisco, com toda a discussão sobre a transposição e sobre o modelo agroexportador. Ao mesmo tempo, nas redondezas, temos várias experiências exitosas desenvolvidas pela agricultura familiar, muitas sobre a gestão democrática da água e sobre tecnologias descentralizadas de armazenamento da chuva. [...] São experiências desenvolvidas com base em iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa de milhares de famílias e centenas de grupos comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, a partir das quais se podem extrair ensinamentos para a formulação de políticas públicas orientadas para a promoção de segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola em convivência com o Semi-Árido (ASABRASIL, 2009a).

As ações executadas no Território de Juazeiro para consolidar a ‘Convivência’ apresenta-se como outra perspectiva de vínculos socio-territoriais desse com outros territórios. Como diz Santos (1997, p.228), os vínculos que se apresentam como horizontalidades são formadores de forças de agregação : "Os lugares também se fortalecem horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo". Essa afirmativa permite apreender que a ‘Convivência’ no Território de Juazeiro tem buscado ser outra/nova força, calcada na solidariedade ativa da sociedade civil e que geram uma ação política que se antepõe às tendências globais meramente verticalizantes nesse Território. Essa busca de efetivar outra/nova proposta de modelo de desenvolvimento territorial é o que se deseja tratar a seguir.

6.2 A ‘convivência’ tecendo seus rizomas no território de Juazeiro

Há uma diversidade de organizações sociais que possibilita aos diferentes segmentos sociais se manifestarem e darem visibilidade aos seus sentidos de natureza e território Semiárido. Esta característica sócio-territorial marca-se em todos os municípios, onde se tem a presença de sindicatos de representação profissional (trabalhadores e patronais), colônias de pescadores, associações comunitárias e de agricultores familiares, associações e centrais de fundos de pasto, cooperativas, ONGs, redes sociais, de mulheres, de economia solidária, comissões pastorais, dentre outros, além de todo um aparato institucional governamental nas esferas estadual e federal, que direta ou indiretamente, em diferentes graus de participação, se aproximam para criar uma nova dinâmica entre Estado e sociedade civil.

O Estudo das Potencialidades Econômicas do Território Sertão do São Francisco (2008) realizado pelo MDA/SDT/IRPPA para identificar e avaliar os sistemas produtivos da agricultura familiar (de sequeiro e irrigada) identificou esse leque de organizações existentes apontado-as como “um demonstrativo do Capital Social existente e que contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar no Território” (BRASIL, 2008a, p.62).

As experiências de luta dos movimentos sociais e dessas organizações sociais, se acumulam desde as ações da Igreja Católica, ONGs, sindicatos rurais e a população mobilizados quando, nos anos de 1970, se uniram na questão da construção da barragem de Sobradinho, e desde então, vem se consolidando e se constituindo, nos dias atuais, num conjunto de ações e articulações, provocando essa cultura política de organização social.

Pode-se analisar pelo Quadro 05 que a organização da agricultura familiar, tanto de sequeiro quanto irrigante, tem suas diferenciações pelo Território. Ela pode ser diferenciada em comunidades ribeirinhas, comunidades de Fundo de pasto, pescadores, extrativistas, bem como, um grande número de

Quadro 05 - Demonstrativo de organizações sociais no território de Juazeiro municípios de atuação

Municípios	Campo Alegre	Pilão Arca do	Remanso	Casa Nova	Sento Sé	Sobradinho	Juazeiro	Uauá	Canudos	Curaçá
Organização (Perfil)	De Lourdes									
Associação (Diversas Origens)	Diversas	Diversa	Diversas	Diversa	Diversa	Diver	DIVERSA, AGROORG, APROAC, ADRA	Diver	Diversas	Diversas.
Articulação Sindical	AS	AS	AS	AS	AS	AS				
ONG (Diversas Origens)	IRPAA, SASOP	IRPAA, SASOP	IRPAA, SASOP	IRPAA, SASOP	IRPAA, SASOP	IRPAA	IRPAA, ADAC, I.VELHO, NAENDA	IRPAA	IRPAA, INST. MEMOR DE CAN	IRPAA
Rede Social	ASA	ASA	ASA, REDE MULHEI	ASA	ASA	ASA	ASA, REDE MU	ASA	ASA	ASA
Cooperativa	COAPICA, COAPRE	COAPI	COAPRE	COAPI	COAPI	COAPI	COOPERV, COAPSER	COOPER	COOPER	COOPER, COOPER, COOPEC
Centrais De Fundos de Pastos	CFP	CFP	CFP	CFP	CFP	CFP	CFP	CFP	CFP	CFP
Federação De Trabalhadores Rurais				FETAC	FETAC	FETAC	FETAG	FETAG	FETAG	FETAG
Sindicatos De Trabalhadores Rurais	STRS	STRS	STRS	STRS, SINTA	STRS, SINTA	STRS	STRS, SINTAGR	STRS	STRS	STRS, SINTAGRO
União de Associações						UASA	UARJ			
Pastoral Social	PS	PS	PS	PS	PS	PS	PS	PS	PS	PS
Comissão	CPT, CPP	CPT, CPP	CPT, CPP	CPT, CPP	CPT, CPP	CPT, CPP	CPT, CPP			CPT
Colônia		CP	CP	CP	CP	CP	CP		CP	
Movimento	§ MST		MST	MST	MST	MST	MST			MST

Fonte: Adaptado, BRASIL, 2008a, p. 62-63

Organização: CARVALHO, L.D., 2010

trabalhadores rurais assalariados. Desse modo, apesar de ser expressiva na quantidade, a maior parte dessas organizações atuam na escala comunitária e municipal. Algumas organizações sociais detêm uma presença em todos os municípios, demonstrando sua forte articulação territorial ou em grande parte dele. Destacam-se as ONGs (IRPPA e SASOP), a rede ASA, a Central de Fundos de pastos, a FETAG e o MST.

Outro aspecto, é que a grande parte das organizações atua de forma polarizada e atomizada, não fortalecendo o diálogo e a aproximação entre os segmentos, como exemplos, a significativa parcela de agricultores familiares e a de pescadores que são os mais numerosos dentro do Território. Isso traduz que as organizações não atuam no sentido de conhecer e fortalecer as lutas por interesses comuns, porém mais fechadas, na busca de afirmação e de direitos do seu próprio segmento. Aquelas que, justamente, estão se articulando com outras organizações em torno de interesses comuns, coletivos e territoriais, associando as lutas de seu segmento às lutas de outros, vêm ampliando suas escalas de atuação.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do São Francisco (BRASIL, 2008c) diagnosticou, segundo o documento, “de forma preliminar” que há, no meio rural, uma grande quantidade de Associações de pequenos produtores que, ultrapassam as 400, o maior número concentrado em Juazeiro. No caso dos Fundo de pasto, somente cadastradas na CDA, existem 226 associações, a maior quantidade localizada no município de Uauá, mas também com presença em Canudos, Curaçá, Casa Nova e Campo Alegre. Este Plano afirma que:

Ao pensar as associações como instrumentos organizativos criados com o objetivo de viabilizar o acesso às políticas de apoio aos agricultores/as familiares, deve ser levado em consideração seu altíssimo grau de fragmentação, pois das mais de 400 associações apenas 03 têm abrangência municipal, enquanto a base de todas as outras, de modo geral, é constituída apenas pelos membros da comunidade. Até que ponto essa fragmentação organizativa potencializa ou fragiliza os agricultores/as perante os órgãos públicos é algo que precisa ser devidamente avaliado (BRASIL, 2008a, p.60).

Deste modo, aos estudos futuros podem avaliar a quantidade e diversidade dessas organizações sociais existentes, já que as mesmas constituem um dispositivo coletivo que necessita ser potencializado, favorecendo a consolidação de uma cultura política de atuação e participação efetiva de base local.

O Território de Juazeiro perpassa por um cenário típico dos anos de 1990 dos movimentos sociais. Segundo Gohn (1999, p.85) esse cenário do ponto de vista espacial elevou o município, onde este “ganhou proeminência, como a partir da pirâmide social, onde os setores populares carentes e outros segmentos sociais empenhados na construção de uma democracia radical fundada em valores éticos, de equidade e justiça social, organizaram-se em redes associativas”. Uma ‘nova cara’ do associativismo dos anos de 1990 marca suas diferenças do associativismo típico dos anos de 1970/80, o qual era politizado e articulado a partidos políticos, sindicatos e alas da Igreja progressista, pondera a autora.

O cenário de mobilização e organização da sociedade civil do final do século XX, em esfera mundial, mudou substancialmente sua forma de se articular e se mobilizar. Gohn (1999) avalia que, se antes, a sociedade civil atuava na resistência, ela, hoje, é menos reivindicativa e atua na defensiva.

Já Castells (2001, p.79), analisa o comportamento da organização da sociedade civil do início do século XXI com algumas situações que lhe possibilita criar comunidades de identidade, emergindo delas projetos de autonomia e pertencimento. Para esse autor esse cenário pode criar a sociedade comunal, mas que essa só ‘nasce’ de um processo de mobilização social no qual as pessoas participem de movimentos, não necessariamente revolucionários, mas pelos quais são revelados e definidos interesses em comum, e na vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido. Como nos diz:

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em muitos casos, uma identidade cultural comunal” (CASTELLS, 2001, p.79).

Considera-se que nem todas as organizações sociais existentes no Território de Juazeiro estão imbuídas dessa ‘identidade cultural comunal’ da qual ressalta Castells (2001). Mas, há um leque de organizações que estão mais fortalecidas e marcam sua participação dentro da formulação e controle das políticas públicas para o Semiárido Brasileiro. Esse indicativo pode ser diagnosticado no mapeamento do perfil das organizações sociais na Pesquisa de Campo da Tese. E dos objetivos postos foi identificar quais delas estão inseridas na rede rizomática da ‘Convivência’.

Ao serem identificadas dentro do contexto das articulações e mobilizações da idéia-projeto, a intenção foi analisar como se comportam como nós do grande *rizomas* ‘convivência’, as ações de promoção e de territorialização das Diretrizes no Território de Juazeiro. As organizações, por sua vez, atuam no local de forma autônoma, mas articulada, inserindo em suas temáticas e ações o que foi debatido e planejado nas escalas regionais, estaduais e nacionais. Como expõe o técnico de uma ONG:

A gente entende que tem uma ação de convivência com o Semiárido, no que a gente pensa na diversidade e na ampliação das culturas, do trabalho com a apicultura, um trabalho agroecológico, tem a sustentabilidade. O trabalho que a gente desenvolve hoje frisa bastante para a questão das queimadas, para a questão do manejo e apropriado da Caatinga, da produção de caprinos, forragem para caprinos e ovinos, a questão da diversificação do roçado, a questão da semente, a questão hídrica, dos quintais, isso tudo são ações voltadas para a convivência com o Semiárido (M.P.N. Entrevista, Remanso, 07/2008).

Na Tabela 12 observa-se que algumas dessas organizações vêm atuando há mais de 20 anos, como as ONGs, comitês, comissões, escolas etc, criadas nos anos de 1980; as redes surgem mais para os anos de 1990/2000. Mas nos anos de 1990 que se dá uma ampliação do número de associações. E, na Tabela 13, das 32 organizações visitadas nos trabalhos de campo, pode-se verificar que a escala comunitária é a que mais prevalece (62,5%), sendo que as Associações, Sindicatos e Outros (Colônia, Comitê, Comissão, Escola) atuam mais na escala das comunidades e municípios. Já as Cooperativas, as ONGs e as Redes

ampliam sua atuação para a escala territorial (15,6%) e a interterritorial (12,5%); sendo a escala de atuação nacional alcançada só por algumas ONGs (como exemplo, o IRPAA que atua na Bahia, Ceará e Piauí). As redes ASA e RESAB atuam nos 11 Estados do Semiárido (9,4%).

Tabela 12 - Período de fundação das organizações sociais

Total	Organização	Década de Fundação		
		1980	1990	2000
13	Associação	23,07%	46,15%	30,76%
2	Cooperativa	0%	50%	50%
4	ONG	50%	50%	0%
6	Rede	0%	33,33%	66,66%
2	Sindicato	0%	100%	0%
5	Outros	60%	20%	20%
32		100%	100%	100%

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Tabela 13 - As escalas de atuação e articulação das organizações sociais da ‘convivência’

Atuação				Articulação			
Comunitário	Territorial	Inter-Territorial	Nacional	Territorial	Inter-Territorial	Nacional	Inter-nacional
62,5%	15,6%	12,5%	9,4%	25%	21,8%	28,2%	25%

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Se, por um lado, há uma fragmentação, especialmente das Associações concentradas no âmbito do comunitário, por outro, foi verificado que, aquelas que estão associadas a um Comitê, a um Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma Central de Associações (que por sua vez têm atuação/articulação comunitário ou municipal), uma ONG e/ou uma rede, conseguem atuar e se articular interterritorial e nacionalmente. Essas associações pesquisadas demonstram não estar atomizadas e isoladas, pois ao adentrarem no movimento *rizomático* da ‘Convivência’, ampliam sua capacidade de articulação e o acesso às instâncias de outras escalas, levando suas demandas, conquistas e experiências, bem como, adquirindo conhecimentos, apoio logístico, técnico e financeiro, gerando um movimento de ida e volta de informações, conhecimentos, demandas e ações em rede.

A Figura 12 mostra um esquema demonstrando como essas organizações pesquisadas circulam nas diferentes escalas, obtendo informações e conhecimentos, levando suas demandas e projetos. Nesse movimento em rede, elas têm sua autonomia, na qual cada organização elabora seus nós e tessituras (convênios, parcerias e conexões com organismos nacionais e internacionais, especialmente Ministérios,

Agências, ONG internacional etc.) conforme sua atuação, seus projetos, suas metodologias e parcerias
Como esclarece uma representação da ASA:

Um dos princípios da ASA é o respeito pela autonomia das organizações. Então cada entidade dessas tem seu trabalho próprio, têm sua finalidade, seus objetivos que leva adiante. O que une todas essas entidades é a questão da vida no semiárido (M.S. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

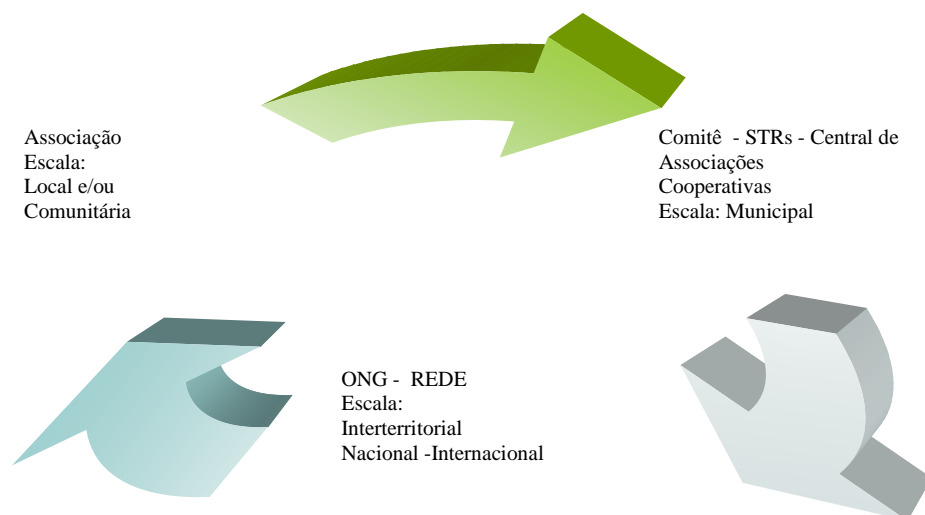


Figura 12 - Organizações sociais da 'convivência' em suas escalas de articulações

Considera-se que as organizações se articulam mais territorialmente e se aglutinam em torno de uma luta comum, como exemplos, a luta das comunidades de Fundo de pasto, dos sem terra etc. Também se verificou que há uma relação de proximidade das ONGs às Associações e às Cooperativas. Essa rede permite que cada ONG construa seu "território de ação". Como exemplo, o SASOP, cuja atuação se dá nos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova (Tabela 14). Essa ONG foi fundada em julho de 1989, a partir do escritório de Salvador que prestava assessoria em Remanso para o Centro Luis Nunes, uma ONG já extinta. E em 1997, ela se estabelece em Remanso, incrementando a organização de vários grupos de apicultores, dando suporte na criação de caprinos, quintais produtivos, ações em SAN, educação alimentar etc., bem como apoio à criação da COAPICAL.

Tabela 14 - Municípios de Atuação SASOP no Território de Juazeiro

Município	Município	Município	Município
Campo Alegre	Pilão Arcado	Remanso	Casa Nova
28 comunidades	12 comunidades	16 comunidades	06 comunidades

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, SASOP/Remanso, 07/2008

Por essa ONG exemplifica-se como essas organizações elaboram sua territorialidade, construída junto com as comunidades em que atuam, com as relações de confiança estabelecidas entre

ambas, da capacidade infra-estrutural para avançar nos projetos, da ampliação do quadro de pessoal qualificado que vão comportando, ou seja, o grau de influência que vão adquirindo em seus territórios, estabelecendo parcerias até internacionais.

Essas organizações tanto recebem, quanto trazem conhecimentos e demandas para as organizações que estão na base, estabelecendo relações diretas, face a face, onde a subjetividade move, em grande parte, o desenrolar das relações sociais. Elas são portadoras do meio-técnico-informacional (SANTOS, 1997) das comunidades, favorecendo que essas tenham o acesso a outros atores, interligando os nós dessas às escalas mais superiores.

Compreende-se que as organizações da ‘Convivência’, e especialmente as ONGs, portam-se como *redes comunicacionais* (LÉVY, 1993), pois conectadas às tecnologias da informação em escala global, tecem inúmeras possibilidades para gerar e gerenciar informações até as escalas da base comunitária/local, e essa conexão é mais densa quanto mais à organização está articulada com outras redes.

As parcerias firmadas pelas Organizações, como mostra a Figura 13, se dão com diferentes segmentos sociais, mas tem-se como forte parceiro o Governo Federal; este aparece firmando convênio com todas as organizações. As associações (53,84%), as redes (66,66%) e cooperativas, sindicatos e ONGs (100%). Quanto a parceria com ONGs e movimentos sociais, verifica-se que as associações se articulam mais com as ONGs regionais (61,53%), mas estabelecem relações com ONGs nacionais (15,38%) e sendo internacionais (7,38%) aquelas voltadas para a questão da Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia; com movimentos sociais nacionais (15,38%), sendo aqueles voltados para a questão das comunidades tradicionais não indígenas, como as de Fundo de Pasto. Para as cooperativas, essas mantêm forte parceria com as ONGs internacionais (50%) sendo aquelas que apóiam ações sócio-produtivas e revalorização de produtos locais com forte componente tradicional.

As ONGs regionais se relacionam com ONGs nacionais (especialmente com outras associadas à ‘Convivência’ (50%) e internacionais (75%), sendo essas grandes investidoras em projetos direcionados para protagonismo infanto-juvenil, recursos hídricos e agroecologia. Para as redes, sua articulação é mais forte com as ONGs nacionais (50%), isso se verifica por conta da própria natureza delas, ao congregarem ONGs em todo o Semiárido em torno da ‘Convivência’. Já os sindicatos têm nos movimentos sociais ligados à questão da terra e dos direitos dos trabalhadores rurais sua forte articulação (100%).

Jacobi (2009) aponta que a ampliação da esfera pública tem colocado uma demanda para a sociedade em termos de se obter maior influência sobre o Estado, tanto como sua limitação, assumindo

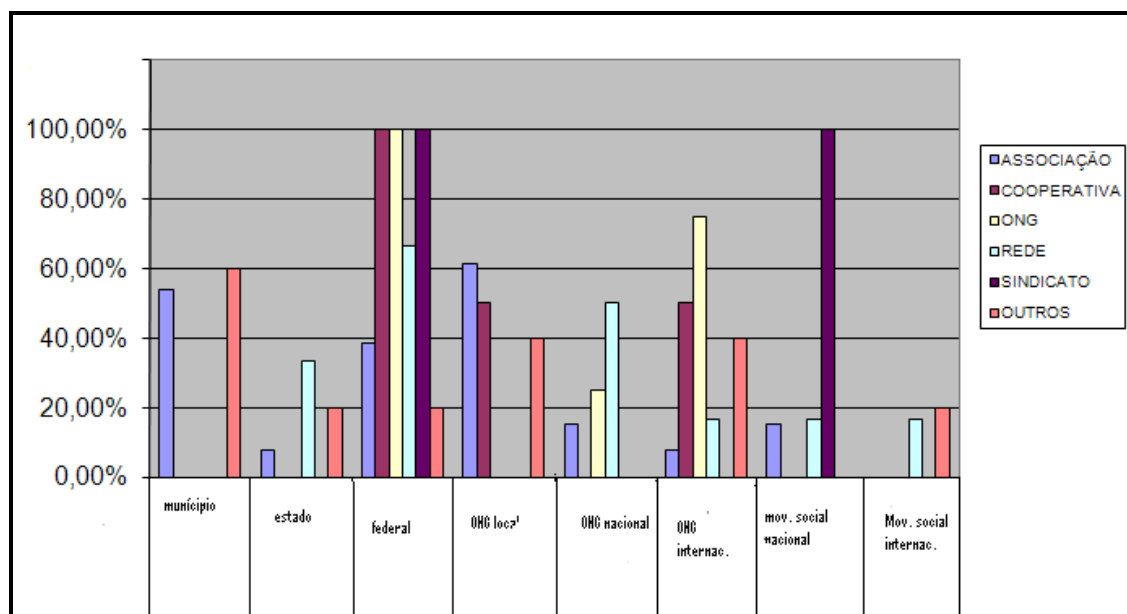


Figura 13 - Escala das parcerias das organizações da 'convivência'
 Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

que a autonomia social supõe transcender as assimetrias na representação social, assim como modificar as relações sociais em favor de uma maior auto-organização social. O autor ressalta ainda que os atores sociais, emergentes da sociedade civil, a partir dos anos de 1970, à revelia do Estado, criaram novos espaços e formas de participação e relacionamento com o poder público. Esses espaços foram construídos tanto pelos movimentos populares como pelas diversas instituições da sociedade civil que articulam demandas e alianças de resistência popular e lutas pela conquista de direitos civis e sociais.

As organizações sociais têm uma liberdade de atuação com projetos financiados pelo Governo, desde que se cumpram as exigências no cumprimento mínimo do projeto, o que foi programado dentro das linhas e metas e a entrega de relatórios. O que se procede no âmbito do trabalho interno delas é que para além dos relatórios de execução, todo um processo de avaliação é gerado: A sistematização de todas as etapas do projeto, seus impactos e resultados, etc., que se tornam um recurso para uma avaliação interna da entidade executora, quanto uma avaliação coletiva com outras organizações direta e indiretamente envolvidas.

Deste modo, há um processo sistêmico que engloba o diagnóstico, a supervisão, a avaliação e o prognóstico, tornando-se o projeto material de debate e de reflexão de toda a prática e, a partir disso, surgem novas questões, novas demandas que nortearão o próximo projeto, permitindo uma qualificação institucional permanente, como esclarece um dirigente:

Os seminários, os encontros, tudo isso vai criando novas demandas que se transformam em um novo programa ou política pública, mas aí é fruto dessa intervenção assim paralela ao projeto oficial (J.M., Entrevista, Juazeiro, 04/2008).

A atuação das organizações apóiam-se na mobilização comunitária, na ação de médios e longos prazos, no diagnóstico e no planejamento participativos. Há um processo educativo de todo o processo, que se constitui, dentre outros aspectos, como habilidades e capacidades metodológicas que essas organizações desenvolveram ao longo de sua trajetória, e que, permitem um mesmo programa ser executado por elas e também pelo Estado e ambos terem o diferencial em conteúdo e resultados. É o que ressalta um dirigente de ONG:

O diferencial que acontece e algumas ONGs perdem isso, é a parte de mobilização que o poder público não tem. Um exemplo é o PIMC, o programa de cisternas, o Governo vai lá e vai embora, e a entidade não governamental, ela além da ação pontual de botar a água, ela leva toda uma discussão, do planejamento da propriedade, da sociedade diferente, leva a parte mais educativa. Nisso as ONGs têm como oferecer e manter em suas ações próprias (J.M., Entrevista, Juazeiro, 04/2008).

O dirigente entrevistado frisa que algumas temáticas importantes conseguem ser transversalizadas dentro de um programa, como exemplo, no programa para água pode-se problematizar a questão da terra. Ele relata que:

O governo financia o P1+2, que é ‘uma terra e duas águas’, ele se encarrega de investir na água, mas a questão da terra fica sem ser mexida. Ou seja, constrói a cisterna, ensina o pessoal como usar e vai embora. Enquanto as ONGs além desse trabalho promovem eventos, os multiplicadores atuam com a parte educativa e informativa com relação ao tamanho da propriedade etc. No entanto, a burocracia é grande para usar recursos nacional/federal e estadual e se uma ONG não tem um bom direcionamento ela se perde e acaba ficando só na execução dos projetos e a dimensão educativa deixa de existir (J.M., Entrevista, Juazeiro, 04/2008).

Sobre as ações e convênios com instituições internacionais apresentaram-se convergências e divergências no que tange às metas para os projetos financiados, demonstrando que as metas das segundas não são focadas para a ‘Convivência’, no entanto, as Organizações buscam convergir alguma meta proposta, um objetivo a ser alcançado para dentro das ações da ‘Convivência’, como exemplifica o técnico de mais uma ONG territorial:

Quando a gente vê um projeto lá, essa preocupação já está contida nos objetivos nossos, e quando essas instituições financiam, elas também têm uma linha de financiamento, aí tem umas que focam na questão da sustentabilidade, foca o sustentável na questão econômica, muito a questão da renda, que isso é um problema, muitas vezes não tem como medir e nem monitorar a questão da renda no rural, é muito difícil para a gente. Outra é a questão dos ativos da questão social, como é que as pessoas participam as tomadas de decisão, tudo isso é o foco das instituições daqui (MPN., Entrevista, Remanso, 07/2008).

O que mais prevalece é o questionamento das instituições financiadoras internacionais sobre os ativos sociais, e os impactos na renda das famílias, especialmente se está havendo uma redução na pobreza rural. Tais resultados devem aparecer nos relatórios finais de cada projeto, como aponta um técnico: “Se não tiver contido essas coisas, elas questionam, querem saber até quando ou até quanto a ONG atingiu aquele objetivo. Querem saber em que espaço de tempo está prevendo que aquele objetivo seja alcançado” (MPN, Entrevista, Remanso, 07/2008).

Os recursos mais investidos das agências internacionais (ONGs, Cooperação Técnica, Organismos internacionais etc.) têm sido para as temáticas: redução da pobreza rural, uso sustentável dos recursos naturais, segurança alimentar e nutricional e combate à desertificação. Pelo exposto, o que as organizações da ‘Convivência’ procuram é transcender em suas metas o que é afirmado em parcerias e contextualizar essas temáticas para as Diretrizes da ‘Convivência’, interligando as preocupações socioambientais mundiais postas nas agendas dos Organismos Internacionais, gerando uma apropriação ideológica da sustentabilidade pela idéia-projeto da ‘Convivência’.

Os interesses das Organizações, por sua vez, necessitam também convergir os interesses dos agricultores, pois esses também buscam os seus próprios focando-se mais na ampliação de sua renda. Desse modo, se se faz um agenciamento entre os interesses, de um lado, as instituições financiadoras internacionais querem resultados do projeto: o quanto uma atividade impactou na renda de grupo familiar etc.; por outro lado, têm-se as ONGs, que desejam alcançar resultados para a distribuição da renda, seja diante de um manejo mais adequado e sustentável do sistema produtivo, seja pela diversidade cultural agrícola, da valorização das culturas cultivadas pelos agricultores etc.; e têm-se os agricultores que desejam adquirir a renda provinda dos projetos.

Entende-se que esse processo de negociação de interesses é mais uma habilidade que as organizações da ‘Convivência’ desenvolveram, cuja clareza de propósitos é fundamental para garantir suas metas diante dos financiadores bem como manter o respeito pela autonomia dos agricultores e das comunidades.

E, ainda nessa análise das conexões e parcerias estabelecidas problematizou-se como estão se relacionando as organizações da ‘Convivência’ na escala municipal, realizando uma aproximação com o poder local/municipal. Sobre isso, foi afirmado que ainda é um ponto de estrangulamento, pois há pouca ou nenhuma ação conjunta. Esclarece um técnico que maior abertura passou a existir com algumas gestões públicas possibilitando-se criar um diálogo entre as ONGs e as Prefeituras:

As ONGs são vistas como instituições de oposição, e não é verdade, somos uma instituição apartidária e nem toma partido, mas como a gente tem uma relação maior com os sindicatos, que tem uma história de oposição, a Igreja e nosso relacionamento é mais com este público, então há certa desconfiança. Mas, já se está melhorando, porque até então a gente não tinha nenhuma abertura com o município, hoje quando a gente convida um município, ele já envia alguém para participar dos encontros, algumas secretarias se aproximam para debater alguma ação (M.P.N., Entrevista, Remanso, 07/2008).

Algumas ações podem ser destacadas, como a questão da merenda escolar na qual as Secretarias de Educação de alguns municípios (exemplos de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Remanso) vêm participando do Programa da CONAB (PPA) para a aquisição de produtos provindos das associações e cooperativas, tais como: mel, sucos, geléias, biscoitos, paçocas etc. Há também a aproximação de alguns municípios (exemplos Curaçá, Casa Nova, Sento-Sé, Uauá) para a implementação do Projeto Político-

Pedagógico em Educação Contextualizada, sendo a mediadora desse processo a RESAB, via ONGs que atuam com formação de professores e de gestores pedagógicos, tais como IRPAA e ADAC. Mas ainda são ações marcadas pela descontinuidade das gestões públicas municipais, refletindo que há uma carência de formar quadros técnicos e profissionais que atuem dentro de políticas públicas e não de vontades políticas de alguns gestores:

As prefeituras, os políticos, têm essa visão da indústria da seca. Então discutir projetos para o semiárido é subversão, coloca em cheque toda uma proposta da política, toda uma estrutura montada pra permanecer no cargo e tal. E as organizações porque têm outros interesses, e ainda, não desapertaram para a proposta de convivência com o semiárido, pode contribuir inclusive politicamente para o desenvolvimento da instituição local, e do município como um todo. “A gente precisa de uma organização local, que organize as pessoas, e não existe ainda, esse corpo social, com quem a gente possa dialogar (J.M. Entrevista, Juazeiro, 04/2008).

Como posto, as organizações sociais pesquisadas que atuam como rizomas da ‘Convivência’, movem tanto a sociedade civil (em suas comunidades e territórios) quanto o Estado. Elas buscam sua sustentabilidade nas parcerias, apoiando as comunidades para gerarem seus projetos, entrelaçando a população, especialmente do meio rural, para conquistarem seus direitos etc.

Como visto no Capítulo 4, as ações e projetos da ‘Convivência’ são amplos, são propostas afirmadas em Diretrizes. Desse modo, tentou-se mapear quais os programas e práticas estão sendo executados, bem como, identificar quais as Diretrizes que mais se destacam no Território de Juazeiro. Desse diagnóstico pode-se montar o Quadro 06.

As organizações sociais que atuam com orientações e regulamentação de terras e de documentos do trabalhador rural são as associações comunitárias, de agricultores familiares e de fundo de pasto, os sindicatos de trabalhadores rurais, as colônias de pescadores, CPT, Comitê de Fundo de Pasto, no sentido de mediar, com órgãos estaduais e federais, a abertura de processos, de documentos, mobilizarem ações com outras instâncias para a legalização da terra e dos direitos dos trabalhadores rurais. Algumas delas serão objetos de discussões no Capítulo 7.

A assessoria técnica e orientação aos agricultores e/ou associações cooperativas trata da assistência técnica a alguma tecnologia, equipamento ou ações que a comunidade e/ou as associações e cooperativas possam estar desenvolvendo em parceria ou convênio com uma ONG, uma Universidade, um Órgão estadual ou federal, como também um trabalho de assessoria a implementação de algum projeto a nível municipal, exemplo, com as Secretarias Municipais de Educação.

Quadro 06 - Tipos de projetos em execução pelas organizações sociais da ‘convivência’

Organização Social	Orientações e regulamentação de terras e de documentos do trabalhador rural	Assessoria Técnica e orientação aos agricultores e/ou associações/cooperativas/órgãos municipais	Execução de projetos em parceria com Governo (Estadual/Federal)	Orientação para ampliação e beneficiamento de produtos	Ações com populações tradicionais
Associação	X	X			
Cooperativa		x	X	X	
ONG		X	X	X	X
Rede				X	X
		X			
Sindicato	X		X		
Outros	X	X		X	

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Na execução de projetos em parceria com governo estadual ou federal, têm-se as cooperativas, as ONGs e os STRs, como exemplos, algumas ONGs vêm executando o *Projeto Sertão Produtivo* e o *Programa Água para Todos*, que são do Governo Estadual da Bahia.

A orientação para ampliação e beneficiamento de produtos, as cooperativas, as ONGs, redes (Sabor Natural do Sertão, Rede de Mulheres, ASA), Comitê de Fundo de Pasto atuam no sentido de se buscarem novas formas de usarem os recursos naturais disponíveis da natureza semiárida com base nos fundamentos das Diretrizes da ‘Convivência’. Algumas organizações atuam na assessoria às populações tradicionais, destacando-se o trabalho das ONGs e redes, especialmente aquelas que agem na área de educação e cultura, como IRPPA, ADAC e a RESAB. No Território de Juazeiro há, ainda, comunidade indígenas como os Tumbalalá e Tuxá e muitas comunidades quilombolas, ambas lutando pela permanência e valorização de seus territórios de identidade. Sobre essas ações, o trabalho faz-se dentro da proposta comum a todas as comunidades rurais, cuja orientação é oferecer uma qualificação e acesso ao conhecimento sobre o contexto do Semiárido. As organizações consideram que independente do grupo étnico-cultural em que se atue, o importante é trabalhar o saber e o conhecimento sobre o Semiárido, respeitando-se as especificidades de cada grupo, para que estes, de forma autônoma, possam ressignificar sua relação com a natureza semiárida a partir de sua leitura cultural, simbólica, religiosa etc.

A demanda pela assistência técnica pública é muito grande, e há uma carência muito forte por parte dos agricultores, entre os quais as ONGs e as organizações populares atuam, contando com um quadro de pessoal qualificado, mas que se defronta com uma série de limitações, seja pelo tamanho da equipe,

estrutura física e logística para atender a todos os municípios, ficando, muitas vezes, limitadas a um trabalho de forma mais sistemática nas comunidades e em alguns povoados. Geralmente, não dispõem de infra-estrutura para atender a todo o município, muito menos cobrir mais de um ou todo o Território, como pode ser constatado nas entrevistas com os técnicos extensionistas das organizações visitadas em pesquisa de campo.

As Associações têm em sua direção grande parte de pessoal com ensino fundamental, como mostra a Figura 14, são 61,53%; um baixo percentual de graduados, com 7,69%; as cooperativas, basicamente, têm um quadro de pessoal formado por técnicos (100%); os sindicatos, com ensino médio (50%) e com graduação (50%); nas ONGs as equipes de coordenação são mais qualificadas, com graduação (75%) e pós-graduação (25%), e as redes contam com um quadro desde o ensino fundamental (16,66%), médio (16,66%) e graduação 50%, e com pós-graduação 16,66% (destacando-se mestres e doutores na RESAB); em outros (escola, comitê, comissão etc.) se identificou pessoal com ensino médio (20%), com graduação (40%) e com pós-graduação (40%).

Segundo Dagnino (2008) é preciso identificarem-se as características que constituem o uso da tecnologia, especialmente se ela denotar um processo de inovação, um processo do qual emerge um conhecimento criado para atender os problemas que enfrentam a organização ou grupo de atores envolvidos. Nesse sentido, se a tecnologia emana um processo de construção sócio-técnico, torna-se uma adequação sócio-técnica, pois transcende a visão estática e normativa – de produto previamente especificado - que caracteriza os conceitos de tecnologia apropriada.

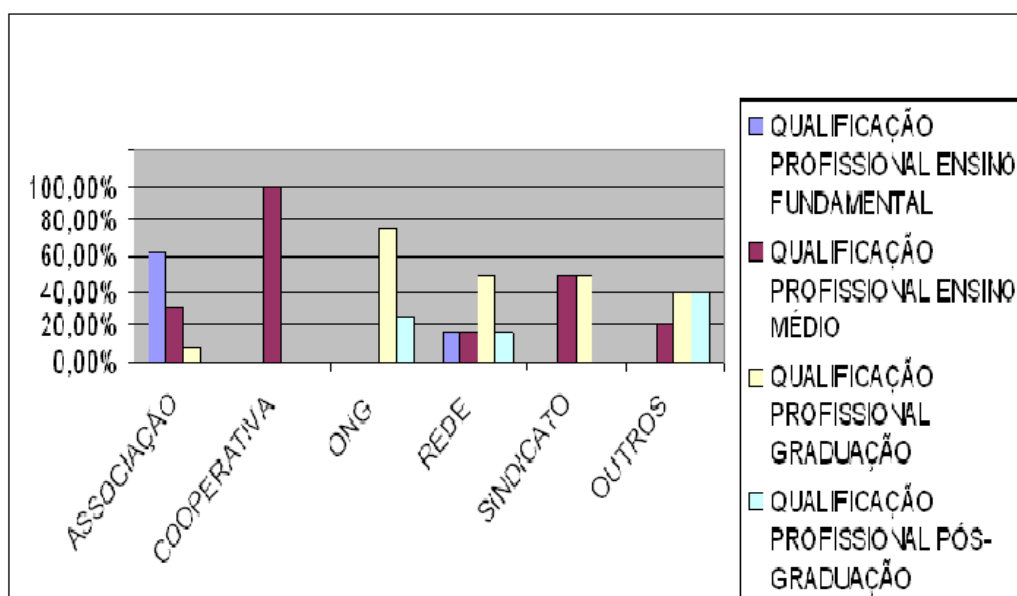


Figura 14 - Qualificação profissional do pessoal das organizações visitadas
Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Considera-se que as tecnologias aplicadas nas praticas sócio-produtivas de ‘Convivência’ afinam-se com o conceito de **adequação sócio-técnica**, pois ligam-se às dinâmicas de empreendimentos solidários: rede de economia solidária, implicações sócio-produtivas de geração de renda, autonomia e auto-gestão das comunidades etc.

A visão de processo e de construção social que perpassa por todo o arranjo social e técnico que as organizações empreendem nos programas e práticas de ‘Convivência’ calcando-se na valorização do saber das populações rurais/tradicionais e intermediando este saber popular ao saber científico sistematizado (das próprias organizações, dos parceiros, etc.). Uma representação da ASA, relata abaixo:

Se a tecnologia que vem para esse povo, que viveu até agora num estado precário, se for uma tecnologia que o povo não consiga absorver, ou que vá contra aquilo que esse povo acredita, o desenvolvimento não acontece. Então, o que a ASA procura, é exatamente isso, desenvolver ações e tecnologias que levam a um desenvolvimento sustentável desse bioma, sem agredir o próprio bioma, e, sem agredir seu povo. Não há desenvolvimento, se não há respeito pela população. Então, as ações da ASA, visam a transformação dessa realidade, de forma respeitosa, com tecnologias que sejam adaptáveis a essa região. E estas tecnologias estão sendo construídas com a própria população (S.P. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

6.3 Sentidos, possibilidades e desafios da ‘convivência’: um olhar a partir do território de Juazeiro

A ‘Convivência’ nos últimos dez anos avançou como programas mais sistematizados (exemplo, PIMC), criação e consolidação de redes (ASA, RESAB e outras), inserção de novos sujeitos e atores sociais, especialmente com a entrada de setores do Estado (Ministérios como o MMA, MDS, MIN) e apoio do setor privado. E também a sistematização e publicação das propostas da ‘Convivência’ em forma de Diretrizes tem possibilitado que idéia-projeto seja mais amplamente apropriada, compreendida e implementada, de diferentes formas. Outro aspecto é que cada vez mais ela se populariza e torna-se uma expressão usada e difundida por diferentes atores sociais escalas, ou seja, todos parecem concordar que é preciso a ‘*Convivência com o Semiárido*’. Sobre isso um jovem líder comunitário ressaltou:

Todo mundo agora fala de ‘Convivência’, mas tem que se saber como se está fazendo essa ‘Convivência’. Qual diferença está no que se fala, e, no que se faz de ‘Convivência’? (E.J.S. Entrevista, Juazeiro, 01/2009).

Um questionamento pertinente e que abre a reflexão sobre quais bases tem se construído ideológico-filosoficamente a ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’. Um dos objetivos desse estudo é aprofundar essa reflexão, procurando analisar a diversidade de sujeitos individuais e coletivos que a fazem se mover rizomaticamente. Desse modo, mapear diferentes formas de compreensão elaboradas pelos protagonistas no Território de Juazeiro, e como refletem suas intervenções, concebem os problemas persistentes, as possibilidades da ideia-projeto, bem como os aspectos negativos que dificultam a proposta como uma identidade de projeto territorial. A partir das falas pode-se elencar o conjunto de respostas,

agrupadas por semelhanças dos conteúdos e sistematizadas no Quadro 07 Ressalta-se que nas 32 organizações sociais pesquisadas, estão à frente sujeitos sociais diversificados em seu grau de instrução, função e localização: do semi-analfabeto ao professor-doutor, do agricultor ao engenheiro agrônomo, do habitante da cidade ao habitante rural.

Sobre a primeira questão, a de como os sujeitos e atores sociais percebe o atual sentido de Semiárido, ou melhor, qual idéia mais presente que se tem desse território. Pode-se apreender que a concepção de Semiárido perpassa por desconstruções da leitura de ‘território da seca’, pois consideram que a dinâmica climática tem sido mais compreendida pela população, e que a seca deixa de ser percebida como anomalia (aparece com 32%). Mas também há permanências da hostilidade e da externalidade à natureza (12% avalia que a seca ainda é forte emblema que ainda se mantém cristalizado); tem-se a corrente da reinvenção da natureza semiárida, onde 16% considera que a irrigação é a imagem do *Sertão que dá certo*, um emblema forte, sustentado pelo Estado e a mídia, uma vez que a irrigação vincula-se às mudanças materiais perceptíveis, como exemplo, no Vale do São Francisco. Outras respostas apresentam a idéia de Semiárido associado à Caatinga, aparecendo com 20%. Essa resposta traz a associação positiva de percepção sobre esse Bioma, mas com a consideração de que há um desconhecimento ainda muito grande de seu potencial, que se reflete no baixo aproveitamento e um uso inadequado; e, 12% avaliaram que o Semiárido é visto como um território de possibilidades, motivada essa idéia pela mudança na relação homem e natureza, na qual os sertanejos concebem formas mais adequadas de aproveitamento dos recursos sem agredir com desmatamento, queimadas.

Sobre a questão dos problemas ainda persistentes, os entrevistados responderam que os avanços atuais de programas contextualizados ainda persistem a falta de uma atuação incisiva no associativismo e no cooperativismo, reflexo de uma baixa infra-estrutura dessas organizações (36%), com investimentos e o fortalecimento das iniciativas sócio-produtivas da agricultura familiar (processos educativos, organizacionais e gerenciais das associações e cooperativas). Também aparecem os programas estatais descontínuos e descontextualizados, com 24%, e os projetos especulativos do grande capital, com 12%. Esses dois aspectos somam 36%, e isso representa que a manutenção das ‘velhas institucionalidades’, que são forças atuantes, mas que requalificam suas falas e suas formas de apropriação da natureza semiárida sem perder sua manutenção no poder:

O avanço tecnológico da agricultura empresarial e capitalista e as redes por elas criadas para a inserção nos mercados globais contrapõem-se a uma agricultura familiar que tenta se modernizar, por meio de diferentes arranjos sócio-produtivos, mas vai de encontro às relações sociais de produção complexas. Esta condição traduz-se em exclusão, deste segmento, no considerado dinâmico polo de desenvolvimento, cujas vantagens econômicas são auferidas pelos segmentos privilegiados – as grandes firmas e os grandes empresários (BARROS, 2007, p.30).

Quadro 07 – Os Sentidos Elaborados pelos Atores Sociais do Território de Juazeiro				
SENTIDO ATUAL DE SEMIARIDO				
A seca como parte da dinâmica climática	Bioma Caatinga: Pouco conhecimento e uso inadequado	Irrigação como solução	Melhor relação homem e natureza	A seca como grande problemática
32%	20%	16%	12%	12%
PROBLEMA CENTRAL AINDA PERTINENTE NO TERRITÓRIO DE JUAZEIRO				
Baixa infra-estrutura das associações e cooperativas	Programas estatais e descontínuos e descontextualizados	Concentração e desregulamentação de terras	Projetos especulativos do grande capital	Desmatamento e degradação da Caatinga
36%	24%	20%	12%	8%
SENTIDO DA CONVIVÊNCIA				
Ampliação da produção e criação Apropriadas à semiaridez	Ação cultural e educativa contextualizada	Processo de vivência com o Ambiente Semiárido	Mudanças da percepção de rural	Preservação e conservação da Caatinga
32%	24%	24%	12%	8%
ENTRAVES PARA A ‘CONVIVÊNCIA’				
Baixo associativismo e cooperativismo	Velhas políticas de ‘combate à seca’	Conflito com grandes projetos especulativos	As ONGs gerenciarem grandes projetos	Melhorar acesso e relação campo-cidade
36%	24%	16%	16%	8%
POSSIBILIDADES PARA A ‘CONVIVÊNCIA’				
Melhorar organização da produção e comercialização	Ampliar acesso a água de produção	Investir em Educação Contextualizada	Ir além dos Projetos/ Programas 'nichos'	Ampliar programas produtivos
32%	24%	20%	16%	8%

Fonte: CARVALHO, L. D., Pesquisa de Campo, Juazeiro, 2007 a 2009

Tem-se também a concentração e desregulamentação de terras, um problema que aparece com 20%. Segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2008c, p.81), apesar dos avanços registrados quanto à ampliação do atendimento das demandas dos agricultores, as dificuldades de acesso à terra, a titulação das posses mantêm-se como questão sem grandes avanços. A inexistência de projetos e políticas adequados ao Semiárido também constitui um entrave para implementação de alguns projetos familiares, como exemplo, a execução dos programas do PRONAF: custos de sua implementação, poucos parceiros e pequena estrutura disponível para execução, falta de planejamento e de organização, dificuldades para fazer acontecer à circulação de informações dentre outros aspectos. Ou seja, não há um quadro favorável que permita aos agricultores aplicarem corretamente o recurso disponibilizado através do crédito; assim, faz-se necessário levar em conta a sustentabilidade da agricultura familiar do Território Sertão São Francisco. E, por último apresentam a apropriação especulativa associada ao mal uso da Caatinga (desmatamento e degradação) com 8%.

Sobre as percepções do sentido da ‘Convivência’, a maioria (32%) lhe concebe como ações e práticas capazes de gerar a ampliação da produção e criação apropriadas à semiaridez; a idéia-projeto também é concebida como uma ação cultural e educativa contextualizada (24%), ressaltando-se que a educação contextualizada é hoje absorvida por um leque amplo de organizações, não necessariamente do setor educacional, mas compreendida, inclusive, por aquelas que atuam com recursos hídricos e de acesso à terra, reportando-se às práticas educativas como percurso para as mudanças nas percepções negativas sobre o Semiárido e capazes de viabilizar novas formas de relacionamento da população com os recursos naturais disponíveis.

Outro aspecto revelado sobre a ‘Convivência’ é um processo de vivência com o ambiente Semiárido (24%), ou seja, essa resposta traz a compreensão da ética da prudência e da relação de interatividade e, não, de externalidade entre homem e natureza. Mais uma resposta é a associação da ‘Convivência’ com a ressignificação do rural (12%). Essa percepção demonstra os impactos dos programas em andamento para o acesso à água (P1Mc e P1+2) que tem ampliado as melhorias do viver no rural, bem como possibilitado a criação de projetos sócio-produtivos, que ampliam as oportunidades de renda das famílias rurais associadas ou cooperativadas. E a última resposta desse item tratou a ‘Convivência’ como práticas de preservação e conservação da Caatinga (8%). Mais uma vez a biodiversidade da Caatinga é associada a ideia-projeto, uma vez que nela as práticas sustentáveis são dimensionadas como percursos de desenvolvimento.

Na penúltima questão avaliada - os entraves para a ‘Convivência’ -, as respostas ressaltaram o baixo associativismo e cooperativismo (36%), reafirmando novamente o fortalecimento dessas organizações como ‘novas institucionalidades’, capazes de atuarem no tecido social local e fortalecerem as comunidades rurais em seus projetos sócio-produtivos e ambientais. Se por um lado há

um grande número de associações e cooperativas no Território de Juazeiro, por outro lado, o baixo associativismo expressa a baixa capacidade que as mesmas têm de atuação e o forte atomismo, já analisados no item 6.2. Ressentem as lideranças comunitárias que as organizações enfrentam inúmeras dificuldades e terminam perdendo-se em seu percurso, afastando-se dos reais interesses da comunidade.

Na análise dos entraves, apontaram as velhas políticas de ‘combate à seca’ (24%) e os grandes projetos especulativos (16%) como condições ainda existentes e que se apresentam como modelos de desenvolvimento. Avaliaram os entrevistados que essas ‘velhas institucionalidades’ se mantêm cristalizadas em todas as escalas. Como expressa a representante da rede ASA, ao apontar que há um embate político de desenvolvimento para o Semiárido. Se para a ASA a ‘Convivência’ é um modelo, por outro lado, ainda permanece o incentivo estatal aos grandes projetos especulativos para o Território de Juazeiro. Como diz:

Nós queremos outro tipo de desenvolvimento, onde se respeite profundamente o bioma Caatinga e que as pessoas busquem nesse bioma a resolução dos problemas que elas possuem de acesso e tudo mais. A transposição do rio São Francisco é outra questão que a ASA é radicalmente contra e, no entanto, é um projeto que está aí (S.P. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

A ‘Convivência’ quando denominada nesse estudo como uma *idéia-projeto* traz essa compreensão exposta pelos sujeitos e atores sociais de vê-la como um projeto de desenvolvimento para o Semiárido Brasileiro, de forma autônoma e calcada numa ‘identidade de projeto’ (CASTELLS, 2005). Essa identidade se revela de forma explícita nos documentos, cartas políticas, diretrizes etc. (também analisados no Capítulo 4). Essa disputa paradigmática de desenvolvimento pode ser apreendida nas palavras de Santos (2006, p. 79-80) sobre a presença do grande capital na era da globalização, pois esse volta-se com mais força para dentro dos territórios e, mas num movimento ‘esquizofrênico’, o território abriga tanto as forças emergentes desse capital quanto permite emergir a força das bases sociais populares. Como afirma:

Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional.

O território, portanto não é um dado neutro e nem um ator passivo, pelo contrário, os lugares acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Compreendem-se, com base nessa leitura de Santos (2006), que o Semiárido contemporâneo comporta as diferentes racionalidades de desenvolvimento, e no Território de Juazeiro elas se expressam e se confrontam. Apresentam-se tanto as ‘novas institucionalidades’ quanto mantêm-se as ‘velhas institucionalidades’, mesmo que requalificadas em modos e falas sobre Semiárido, natureza e desenvolvimento.

Os entraves à ‘Convivência’ aparecem também pela concentração e gerenciamento de grandes projetos pelas ONGs (16%), pois algumas passaram a gerenciar um volume de recursos e de demandas significativos e esse aspecto foi avaliado pelos próprios representantes de ONGs e movimentos sociais como uma mudança de papel dessas organizações, pois ao acumularem grandes projetos algumas estão se tornando “obreiras do Estado”. Essa questão traz a análise de que a ‘convivência’ tem sido fechada a uma ação, como denominaram de ‘nichos’, exemplos, as cisternas. Revela-se portanto, que falta a leitura da ‘Convivência’ em sua multidimensionalidade, interatividade das ONGs de maior estrutura com aquelas de menor porte ou associações e cooperativas, organizações que estão sediadas nas comunidades e que por essa aproximação com os grupos, podem revelar as demandas e alternativas às problemáticas existentes do seu cotidiano, que não se restringem apenas a falta d’água. Também dar voz aos povos tradicionais: de Fundo e de feixe de pasto, vazanteiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros, e que estão presentes no Território de Juazeiro.

O último sentido apresentado sobre os entraves trouxe a questão da melhoria do acesso e relação campo-cidade (8%). Essa análise foi considerada como uma expressão da pouca interatividade dos programas e práticas da ‘Convivência’ com a relação campo-cidade. Uma relação que necessitar dimensionada nos espaços de debate e de propostas de ações, dimensionando a coesão do tecido territorial existente no território de Juazeiro e que possibilitando a superação setorial da ‘Convivência’ à agricultura e a limitação das ações ao local.

A última questão trata sobre as possibilidades da ‘Convivência’. As respostas denotaram as conquistas alcançadas e avaliadas como avanços da idéia-projeto nos últimos anos. Um dos avanços apontados é a melhoria da vida nas comunidades rurais. No entanto, os atores sociais entrevistados indicaram que se necessita melhorar a organização da produção e comercialização dos produtos derivados dos projetos sócio-produtivos (32%); fortalecer os programas de segurança hídrica, como o P1MC, e se ampliar o acesso a água de produção (24%). Outra possibilidade é dar apoio e visibilidade aos produtos identitários da agricultura familiar de sequeiro, já bem evidente no Território de Juazeiro, especialmente porque já esse segmento demonstra a sua capacidade de gerenciamento e iniciativa, e os produtos se apresentam com grande potencial econômico, como demonstram os derivados das frutas nativas da Caatinga, a apicultura, os biscoitos e associados, a carne de caprinos e hortaliças orgânicas. Os executores e gerentes das organizações entrevistadas apontam que um dos caminhos para o fortalecimento das iniciativas é somar os conhecimentos locais aos conhecimentos científicos, para tanto aglutinar forças entre as empresas de desenvolvimento rural, ONGs e Universidades com a população rural e suas organizações sociais.

Silva (2006) avalia que o processo de intervenção dos programas de ‘Convivência’ têm contribuído para a modificação qualitativa da realidade semiárida por meio da mudança social, pois eles

atuam pela contextualização cultural, elencando as crenças, as experiências, a memória, as diversas formas simbólicas de relação da população sertaneja com a sua natureza e na valorização da identidade territorial.

Outra possibilidade apresentada para a ‘Convivência’ é o fortalecimento da Educação Contextualizada (20%), mas que precisa ser consolidada como política pública. Aparece também a necessidade de gerar a interdependência dos programas, tais como água, terra e segurança alimentar. A avaliação dos entrevistados é que a ‘Convivência’, ainda, se realiza em “Projetos/Programas nichos” (16%). Tal crítica parte da avaliação de que as ações e intervenções fecharam-se muito no P1MC, levando esse Programa a ser visto como única expressão da ‘Convivência’. Como ressalta o olhar atencioso de um técnico:

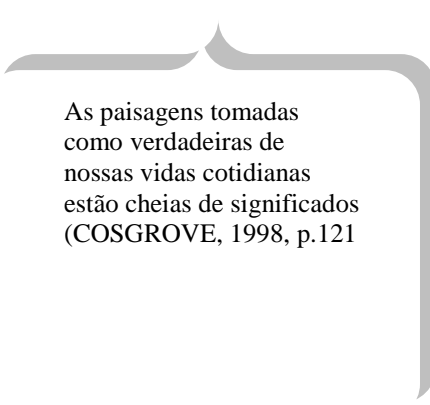
No geral não se escuta quase ninguém mais falar na questão do ‘combate a seca’, todo mundo já tem a ideia da convivência, embora que muito fragmentada. Ainda há uma leitura de que a ‘convivência com o semiárido’ é só a cisterna, mesmo em instituições públicas, privadas, organizações sociais e tal, mas hoje em dia não tem mais ninguém que escreve um projeto para ‘combater a seca’ (J.M., Entrevista, Juazeiro, 04/2008).

E por último, a possibilidade da ideia-projeto aponta-se para a ampliação e fortalecimento dos projetos sócio-produtivos (8%).

A sistematização dessas interpretações dos sujeitos e atores sociais do Território de Juazeiro sobre a ‘Convivência’ mostra o grau de inserção e de comprometimento que essas organizações estão imbuídas na construção da ideia-projeto, como posto, elas se comportam como pontas das redes sociais, rizomáticas, multiescalares, que ao atuarem no tecido social do local, próximas às comunidades e as famílias inseridas nos programas e projetos, conseguem perceber as dimensões e os impactos que esses têm gerado nessa escala e nas populações rurais. Também permite considerar que as organizações sociais envolvidas na ‘Convivência’ desempenham um papel mediador entre os grupos locais, estabelecendo com eles o processo de ressignificação da natureza e do território Semiárido, pois há um movimento de participação, de identificação e de proposição entre todos, e nesse espaço de mediação, eles mesmos refletem as práticas e projetam os desafios e perspectivas para se viabilizar a ‘Convivência’ como uma identidade de projeto. Muito são os desafios dentro dessa trajetória, que vai se qualificando na busca da justiça social e uso ecocentrado dos recursos naturais do Semiárido.

PARTE III

A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA SEMIÁRIDA
NO TERRITÓRIO DE JUAZEIRO
E A ELABORAÇÃO DE NOVAS COTIDIANIDADES E
TERRITORIALIDADES



As paisagens tomadas
como verdadeiras de
nossas vidas cotidianas
estão cheias de significados
(COSGROVE, 1998, p.121)

Apresentação

Na Parte III se descreve e se analisa o movimento de reapropriação social da natureza semiárida pela ‘Convivência’ no Território de Juazeiro. No Capítulo 7 aborda-se sobre a Diretriz para democratização do uso e acesso à água, apresenta os programas **de Formação e Mobilização Social para Convivência Com o Semiárido**. Avaliam-se como esses Programas mobilizam um conjunto de atores sociais, desde a escala local à global para serem promovidos e executados e busca-se demonstrar como esses Programas ganham visibilidade política e promovem novas percepções da água da chuva, gerando mudanças na cotidianidade das famílias.

Outra reflexão é sobre a Diretriz voltada para a reforma agrária e a democratização da terra. Analisa-se a situação das terras de Fundos de pasto e a luta das comunidades rurais para regulamentá-las, garantir seu uso coletivo e o tradicional. A terceira Diretriz analisada é para o uso social da biodiversidade e da agrobiodiversidade da Caatinga com algumas práticas comunitárias.

No Capítulo 8, analisam-se as novas cotidianidades e territorialidades elaboradas pelas práticas e programas sócio-produtivos e como geram mudanças, pela produção imaterial que os sertanejos passaram a empreender baseados nas práticas de coletividade, comunitárias e associativas. E, ainda trata-se da geração de saberes e conhecimento por meio da contextualização, uma metodologia educativa que apreende o contexto geoambiental, histórico e simbólico-cultural do semiárido como a referência tempo-espaço do sujeito consigo e com o mundo.

CAPITULO 7

7 AS PRÁTICAS E OS PROGRAMAS PARA A ÁGUA, TERRA E BIODIVERSIDADE: PERCURSOS PARA A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA

CAPITULO 7 - AS PRÁTICAS E OS PROGRAMAS PARA A ÁGUA, TERRA E BIODIVERSIDADE: PERCURSOS PARA A REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA

7.1- Os programas para o acesso e democratização da água

O acesso e a democratização da água no Semiárido é uma das linhas de ação e das diretrizes mais expressivas da 'Convivência', em que as ações dos atores sociais são articuladas e mobilizadas pela rede ASA. Os programas para a água de consumo humano e para a produção têm gerado importantes processos de mudança, seja na cotidianidade das populações rurais, seja na ampliação das possibilidades de vida e de trabalho para os agricultores familiares. A reforma hídrica, como posto no item 4.4, fundamenta-se na intenção de garantir a água como direito básico de todos os seres vivos e um direito fundamental da pessoa humana, cobrando como obrigação do Estado oferecer água de qualidade para todos os seus cidadãos.

A política hídrica calca-se na garantia de água potável como um direito para cada família do Semi-Árido, além de ações para ampliar o acesso do uso comunitário, água para a produção e os animais. Como explicita a cartilha *Caminhos para a 'Convivência'*:

Embora esse direito esteja reconhecido em lei e documentos oficiais, especialmente nos documentos e nas conclusões da II e da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ao lado das declarações de quase todas as conferências estaduais, é preciso reconhecer que ainda estamos longe de garantir este direito a todas as pessoas. Milhares e milhares de famílias, de modo especial no Semi-Árido, não tem acesso a água pra consumo humano nem para a produção, enquanto outros segmentos da população a desperdiçam e a poluem (ASABRASIL, 2009b, p.07).

Ao longo da história política do Brasil/Nordeste, a água foi usada como símbolo da manipulação eleitoreira. Duarte Filho (1938) relata que as promessas de campanhas eleitorais dos primeiros presidentes da República já elegiam a água como seu carro-chefe. Desse modo, implantou-se para as áreas semiáridas um modelo de desenvolvimento desvinculado de um processo efetivo de desenvolvimento rural integrado e sustentável e das reais necessidades da grande parcela de sua população, caracterizada por agricultores familiares.

As mudanças ocorridas no Brasil, nos últimos quinze anos, em relação à governança da água no país são avaliadas por Jacobi (2009) como expressão do fortalecimento do espaço público e de abertura da gestão pública à participação da sociedade civil na elaboração de suas políticas públicas. Surgem práticas participativas inovadoras, mas dotadas de contradição em sua institucionalização, que marcam rupturas com a dinâmica predominante na gestão pública, e especificamente, na gestão ambiental. Essas práticas abrem espaços de participação sociopolítica e influenciam qualitativamente na transformação do estado atual da gestão de recursos hídricos no país. O autor complementa que, desde os anos de 1980, os

movimentos sociais no Brasil lutam pela conquista de espaços para aumentarem sua participação social e sua capacidade de explicitar demandas relacionadas, principalmente, com a distribuição de bens públicos e, também, em menor escala na formulação de políticas públicas.

A mudança de perspectiva na Lei 9.433/1997 envolve uma politização da gestão dos recursos hídricos, tornando-se uma política abrangente, envolvendo a sociedade civil em processos consultivos e decisórios na gestão da água. Esta orientação, segundo Jacobi (2009), corresponde a uma tendência internacional estimulada pelos graves problemas na qualidade e quantidade da água disponível no planeta, ocasionados pela forma em que até agora foram geridos os recursos hídricos.

A ideia de sistema adentra as políticas hídricas e o entendimento de que a água está no circuito da vida, não apenas, da produção agrícola e econômica. A Política Hídrica Brasileira, hoje, mais atenta e pressionada pela Lei Ambiental, volta-se para a idéia de sistema e complexidade que permite a elaboração de novos programas calcados na concepção de sustentabilidade e ética da prudência no uso dos recursos naturais. Mesmo com os avanços da Lei 9.433/1997, que abriu espaços para a participação da sociedade civil, esta participação fica mais garantida aos setores que detêm as informações técnicas, como o corpo técnico-científico e seu conhecimento produzido. Assim demonstra que nas relações de força no interior dos espaços decisórios, como nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), estes últimos, que, realmente, detêm o poder decisório.

Outra dimensão dessa Lei foi trazer para a questão da água sua correlação com o combate à desertificação, gerando recomendações resultantes das Conferências Internacionais de Mar del Plata e de Dublin, referendadas na ECO-92, por intermédio da Agenda 21. Ganhou a gestão descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, dispostos no inciso VI, art. 1º da referida Lei 9.433/1997. Outro destaque foi posto no artigo 2º, incisos I e II, que visa:

Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos [...] A preservação e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais (BRASIL, 2004a, p. 01).

Esse conteúdo na Lei abriu precedentes para a crescente presença da sociedade civil em espaços decisórios de interesse público relativos ao combate à desertificação. Um processo participativo enviesado pela ASA, criando seu GT Combate à Desertificação, que passou a dar maior legitimidade e a consolidar propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação, e na consolidação de canais abertos para a participação social que, por sua vez, foram uma das pré-condições básicas para a institucionalização do controle social dessa rede no que se refere ao controle social sobre processos decisórios relativos ao acesso e uso das águas (de diferentes fontes) no Semiárido Brasileiro.

A democratização do acesso e uso da água tem sido uma das maiores lutas dos movimentos sociais, consolidando a linha de ação da reforma hídrica da ‘Convivência’ com um componente diferencial dentro do contexto de governança das águas no Brasil, pois a sociedade civil, o Terceiro Setor em rede, conquistou sua presença no controle social da captação da água das chuvas em todas as etapas do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC): ela propõe, articula, mobiliza, executa e gerencia todo o programa, conforme será discutido no item 7.1.1.

Uma das mudanças de foco na questão da água pela rede ASA, em relação aos programas hídricos estatais, é pautar as ações considerando as reais condições de disponibilidade desse recurso territorialmente. A opção pelas águas das chuvas, como fonte disponível e acessível, parte de uma contextualização das características das bacias hidrográficas do Semiárido, marcadamente de rios temporários, e da consideração de que os grupos humanos nesse território se assentam, em grande parcela no rural e vive da agropecuária tradicional. Essa visão é compartilhada pelas organizações sociais integrantes da ASA, como expõe um técnico:

O desafio no Semiárido é armazenar água evitando a evaporação. Tem-se chuva de 600 mm e uma evaporação de 3.000 mm. Temos o potencial que é o ambiente natural, plantas, animais, a terra, o sol, a água. Então é um potencial que deve ser aproveitado (J.M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Democratizar o acesso e uso da água é uma ação da ‘Convivência’ que, também, se direciona para a desconstrução da apropriação sócio-política desse recurso. Há um quadro de iniquidade social a ser superado. A parcela da população mais afetada está na faixa de 0 a 17 anos, que se situa dentro dos 42,12% sem rede geral, poço ou nascente na propriedade. Esse percentual aumenta no meio rural para 75% da população sem acesso direto à água, como pode ser constatado na Tabela 15. As famílias gastam mais de uma hora diárias por ano para obter água de consumo humano. E, em épocas de seca esse tempo passa para a média mensal de três dias somente para garantir água (GOMES FILHO, 2003). Estes dados e, tantos outros, vêm afirmar um contexto histórico de exclusão social e de direito à água, especialmente para as populações do meio rural, as crianças e jovens, que crescem com seus direitos humanos negados.

As comunidades rurais mais próximas dos centros urbanos, nas últimas décadas, adquiriram acesso à água encanada de algum açude próximo ou caixas d’água abastecidas pelas águas de poços artesianos de programas de Governo. Já as comunidades rurais, localizadas nas áreas mais interioranas e dispersas pelas Caatingas, distantes de algum curso d’água, dependem basicamente das águas das chuvas e dessas fontes temporárias, quase sempre distantes dos povoados (BRASIL, 2008a).

Tabela 15 - População urbana e rural no semiárido sem rede geral, poço ou nascente na propriedade (%), 2003

<i>Brasil</i>	<i>Semiárido</i>	<i>Brasil Urbano</i>	<i>Semiárido Urbano</i>	<i>Brasil Rural</i>	Semiárido Rural
17,37	42,12	6,82	14,73	54,60	75,26

Fonte: Adaptado, GOMES FILHO, 2003

Esse panorama apresenta que há uma dependência muito forte das águas das chuvas pelas populações rurais do Semiárido, o que evidencia quanto esse recurso natural se inscreve como orientador da dinâmica da organização e produção territorial.

A quantidade, a temporalidade e a qualidade da água disponibilizada pela natureza são relativas e dependem das características dos ambientes semiáridos, dos tipos de terrenos, índices de temperatura e de evapotranspiração dentre outros fatores. No geral, predominam no Semiárido Brasileiro os terrenos de embasamento cristalino, praticamente impermeável com capacidade de acumulação de águas restrita às zonas fraturadas. A maioria dos rios apresenta regime intermitente devido às irregularidades do regime pluvial e às demais condições fisiográficas, exceto os rios Parnaíba e São Francisco que apresentam volume significativo perenizado mesmo onde não se tem reservatórios e barragens. As águas das chuvas percolam o subsolo cristalino, cujos solos rasos permitem, muitas vezes, aflorar a água; já nos subsolos tipos calcários, normalmente mais férteis, encontram-se água em quantidade maior do que na região cristalina, porém mais salobra (CAMPOS, 2009).

A hidrologia é dependente do ritmo climático sazonal, e nesta dinâmica, o lençol freático se afunda e se resseca fazendo com que os rios passem a alimentá-lo enquanto os rios secam. A população sertaneja aprendeu a aproveitar o leito arenoso dos rios intermitentes, onde a água ainda está guardada por baixo das areias de seu leito seco, e a utiliza para fins domésticos dando suporte para culturas de vazantes, registradas na observação de Ab'Saber (2003, p. 88) como uma cultura que “marca uma tradição simbólica ao longo das ribeiras secas onde se vêem meninos tangendo jegues carregados de pipotes d’água retirada de poços cavados no leito dos rios”.

A cotidianidade das comunidades rurais tem se delimitando diante dessa oferta irregular de água, com períodos que se marcam pela seca hídrica e sem uma boa qualidade da água para uso doméstico, especialmente. A população sertaneja aprendeu a cavar cacimbas nos leitos secos dos rios para conseguir uma água barrenta e salobra, utilizada para beber, fazer comida, lavar roupa e dessedentar o gado, são maneiras elaboradas de se conviver na mundaneidade semiárida, mas recortadas pelas carências materiais e a negação dos direitos humanos básicos.

A demanda de água potável é muito grande em todo o território. Mas, este fator também se atrela a uma falta de gerenciamento dos recursos hídricos. Segundo estudos de Falkenmark e Lindh (1976 apud BRASIL, 2010), que analisaram vários países, sua correlação, demanda e gerenciamento, avaliou-se que, quando o uso da água é inferior a 5% das vazões disponíveis totais médias de longo prazo, praticamente não demanda gerenciamento. Entre 5% e 10%, a situação ainda não é desconfortável, mas quando o uso se situa entre 10% e 20%, a atividade de gerenciamento torna-se indispensável a médios investimentos. A partir de 20%, a situação torna-se crítica, exigindo intensa atividade de gerenciamento e grandes investimentos. Os níveis de necessidade de gerenciamento dos recursos hídricos no Semiárido foram apontados entre 10% e 70%. Ou seja, esses índices sinalizam, não só a demanda premente por atividades de gerenciamento, mas a necessidade de grandes investimentos para a melhoria da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, ampliação, e a ênfase em estudos de fontes alternativas de oferta, de minimização de perdas e de reutilização dos recursos hídricos.

O Território de Juazeiro participa desse quadro geral, mas, em sua especificidade, ele se configura com as áreas de Caatinga com dificuldades crônicas de abastecimento de água. Nas margens dos rios São Francisco, Salitre e Vaza Barris, verifica-se uma maior disponibilidade hídrica para o desenvolvimento de atividades produtivas, mas foi avaliado pelos diagnósticos para o Plano de Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2008c) que existe de fato, um mau uso desses recursos, postos desta forma como um freio ao desenvolvimento, seja nos processos produtivos ou no abastecimento humano. Também, se observaram elevados índices de perdas, e baixa capacidade de armazenamento de água das chuvas nas áreas de Caatinga, em decorrência dos poucos reservatórios públicos existentes e das dificuldades de gestão e manutenção dos sistemas. Nas áreas de sequeiro, mesmo quando existe água, ela está concentrada dentro das propriedades, e as análises laboratoriais mostraram que são de má qualidade além de mal gerenciadas.

Emerge, no Território de Juazeiro, conflitos entre as comunidades rurais tradicionais e não tradicionais com os projetos de barragens de Riacho Seco e de Pedra Branca, que poderão atingir diretamente municípios pernambucanos (Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina) e de Curaçá e de Juazeiro. Diversas comunidades estão ameaçadas com as inundações de lhas e assentamentos, que segundo as organizações sociais envolvidas com essas comunidades, citam que, possivelmente, atingirão cerca de 20 mil pessoas, em sua maioria, camponeses, sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Uma população que vive em grande parte, há décadas, às margens do rio São Francisco, mas sem acesso à água encanada e às outras infra-estruturas adequadas. As comunidades se organizam criando estratégias de resistência voltadas para o enfrentamento das construções das barragens, e buscando garantir seus direitos às terras e à própria água (ASABRASIL, 2010c).

7.1.1 O programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido: um milhão de cisternas rurais (P1MC)

A cisterna é uma técnica de armazenamento milenar e foi muito presente como instrumento de captação e reserva na Europa Mediterrânea em alguns séculos passados. Ela chega ao Brasil com a colonização portuguesa, dentro de um conjunto de artefatos e instrumentos que estes povos empregavam para o uso da água, sua captação e reserva, tais como: rodas d'água, poços, fontes, cacimbas; na distribuição, os aquedutos e chafarizes; e nas estruturas e utensílios elaborados para o armazenamento e consumo de água, tais como moringas, cabaças, bilhas, cântaros, gamelas e casas de banho (ZANIRATO, 2009). A autora aponta que muitos desses artefatos conseguiram ficar conservados em determinados espaços urbanos no Brasil, e outros adentraram o uso doméstico de muitos lugares brasileiros. Ressalta que, por meio deles, se podem compreender as diferentes formas de acesso dos segmentos sociais ao uso da água no Brasil, tornando-se um patrimônio cultural, das manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos de um determinado tempo. Estes artefatos garantem um testemunho e referencial de valor arquitetônico e histórico, mas também valores culturais, simbólicos e de representatividade técnica e social.

A cisterna, como exposto segundo Zanirato (2009), é um instrumento técnico histórico de armazenamento de água doce e tem sido muito utilizado no passado pelos Governos Coloniais e Imperiais do Brasil, como parte do sistema de captação de águas de cidades, tais como, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador dos séculos XVIII e XIX. Mas, ela não foi dimensionada para atender as populações de pequenas cidades e do meio rural, especialmente as mais interioranas e difusas do país. Ao contrário, as políticas hídricas estatais centraram-se em grandes açudes e grandes barragens. Para um técnico de uma ONG essa opção liga-se ao desconhecimento do uso adequado das cisternas:

A cisterna tem três mil anos que foi inventada e tem dez anos que chegou ao semiárido. A grande novidade é tal. E o povo não armazenava água da chuva e nem comida para os bichos na época da seca? O feno também é milenar, e aqui também é desconhecido. Ninguém sabe o que significa feno, falta conhecimento das coisas (J.M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Se, por parte do Estado, não houve interesse de investir em pequenas obras para gerar uma segurança hídrica no Semiárido, por sua vez, a população também não via na cisterna um instrumento seguro de suprimento de água nos períodos secos. Algumas iniciativas governamentais aconteceram para a construção de cisternas com a contratação de alguma empresa. Mas, elas esbarravam-se no despreparo da população, que utilizava toda a água para atender todo tipo de consumo. Em pouco tempo, a população insatisfeita, abandonava as cisternas, considerada incapaz de manter a água por todo período de seca. Ou seja, não se criava uma 'cultura do guardar'. Outro problema era não se desenvolver um sistema de

manutenção da água, que ao ficar a cisterna aberta, a água evaporava-se mais rápido, e logo se rachava, além da freqüente contaminação. Como avalia o técnico:

Não sabiam como cuidar da cisterna e cuidavam mal. A pessoa gasta quatorze litros de água por dia, o da cisterna era só para beber e cozinhar. Se eu não tenho consciência disso eu uso para dá banho nos meninos, molhar plantas. Aí com três meses seca. E dizem que não presta. E se deixa ela sem água, ela racha por causa da contração e descontração do cimento. Com dois anos chegam e falam: ‘A cisterna não presta, rachou’ (J.M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

A oferta de água potável pelo Governo era só via água encanada, mesmo que insuficientemente tratada e servida à população. As cisternas passaram a entrar na discussão analítica dos técnicos de ONGs e de outras instituições para pesquisar e descobrir sua “potabilidade”. Identificou-se muita contaminação na cisterna pelo tempo que a água ficava armazenada e do contato com o ambiente. Desse modo, a qualidade da água foi um dos primeiros pontos das pesquisas para que se implementassem um programa de cisternas. A pesquisa foi “Avaliação do Impacto na Saúde do P1MC” (ASA-PE, 2010), realizada em 2007 pela ASA, FIOCRUZ-PE e Agência de Saúde Pública do Canadá. Essa pesquisa comprovou que, a partir de um bom gerenciamento e cuidado com a água da cisterna, além de fornecer uma água com qualidade para a família, também, reflete-se na diminuição de doenças, como diarreia e vermes, e redução na mortalidade infantil.

Com a fundação da rede ASA, surgem as primeiras propostas de um programa de acesso à água em grande escala, capaz de assegurar água de qualidade para milhares famílias do meio rural do Semi-Árido. Os primeiros esboços do P1MC surgiam e que, com objetivo de melhor detalhar o programa, foi realizado em janeiro de 2000, o convênio entre a ASA e o MMA. Nesse primeiro convênio, previu-se “a construção de 500 cisternas e a elaboração das bases metodológicas do Programa com todos os seus componentes” (ASABRASIL, 2010a, p.03).

Forma-se o GT Cisternas¹¹ realizando vários seminários, e culminando em novembro de 2000 com o Encontro Regional, em Juazeiro (BA). Esse GT marca a constituição do P1MC, desencadeando o processo de construção das cisternas, agrupando centenas de instituições, agricultores, Governo e parceiros nacionais e internacionais na consolidação do Programa. Em 2001 dá-se o acordo entre o MMA/SRH e ASA, engendrando as ações dentro do combate à desertificação e ampliando o P1MC dentro do mapeamento das Áreas Susceptíveis à Desertificação. O P1MC torna-se um percurso da rede ASA para ações de mobilização comunitária, reeditando o mutirão, uma prática tradicional de cooperação entre os agricultores familiares; para investir na capacitação técnica, ofertando cursos de

¹¹ O GT Cisternas foi composto pelas Organizações Diaconia (PE), MOC (BA), CETRA (CE), FETAPE (PE), UNICEF, AS-PTA (PB), CAATINGA (PE), CÀRITAS (Regional NE II), Fundação Esquel (DF), Pastoral da Criança, PATAC (PB), SOSE/CPT (BA) (ASABRASIL, 2010a).

manejo com a água da cisterna e fortalecer o controle da sociedade civil nas ações sustentáveis para o conjunto de municípios e centenas de comunidades rurais dos Estados do Semiárido.

No Quadro 08, pode-se avaliar a dinâmica desse Programa ao longo de uma década, cujo saldo positivo são de 294.393 famílias mobilizadas em suas comunidades, 11.335 pedreiros (as) capacitados (as) entre instrutores e executores e um amplo processo de reuniões, encontros e seminários envolvendo agricultores e agriculturas, organizações sociais do Terceiro Setor e Organizações Governamentais e internacionais parceiras.

Já na década de 1980, paróquias, dioceses e ONGs já construía cisternas familiares para a captação das águas das chuvas no meio rural, de forma independente e com modelos variados. Com a criação do P1MC esta ação passou a ser empreendida por centenas de Organizações dentro da rede ASA, como ressalta a Cáritas Brasileira, uma instituição presente na ASA desde sua fundação:

Como a água da chuva no Semiárido Brasileiro não é regular nem fica no solo, é preciso recolhê-la, guardá-la, protegida do sol e do vento, e usá-la com cuidado. O importante é aprender a conviver com a natureza da região [...] É importante construir meios que sirvam para captar a água das chuvas, guardando-a para usar na estiagem. E meios simples que todos possam alcançar. O começo deste caminho chama-se cisterna caseira” (CARITAS BRASILEIRA, 2004).

As cisternas, a partir do P1MC, foram redimensionadas para um modelo que possibilitasse todas as organizações articuladas na ASA, como exemplo, a Cáritas Brasileira e tantas outras organizações, que, agindo em conjunto, reduziria os custos com uma técnica mais eficiente e duradoura. Também que as organizações empreendem uma metodologia de mobilização e participação comunitária. As cisternas passaram a ter uma capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água, cujo cálculo tomou-se como base, um período de oito meses, exclusivamente para se beber e cozinhar. Como mostra a Figura 15, o sistema de captação das águas das chuvas começa nas calhas instaladas no telhado da casa, de 40 m² no mínimo, mas, possibilitando a uma família, de 5 a 6 pessoas, ter uma mínima segurança hídrica no *tempo seco*. Ao longo dos primeiros anos de sua implementação, o P1MC já atendeu quase 300 mil famílias rurais (Quadro 08). O maior cuidado exigido para as famílias é manter as cisternas limpas, fechadas e uso exclusivo de um vasilhame (como mostra a Figura 15.3) para evitar a contaminação e manter a água com qualidade para o consumo humano.

Quadro 08 - Ações desenvolvidas no P1MC no período de 01/06/2000 até 08/04/2010												
AÇÕES	BA	PE	PB	CE	RN	PI	MG	AL	SE	MA	ES	TOTAL
Famílias Mobilizadas	70.458	53.090	39.429	37.245	34.214	26.241	11.757	10.101	9.707	1.492	649	294.393
Famílias Capacitadas em GRH*	66.157	42.769	38.743	37.143	30.432	26.053	11.569	9.535	9.175	1.198	330	273.104
Comissões Municipais Capacitadas	1.557	909	777	1.002	735	557	371	243	246	-	-	6.397
Recapitação de Famílias em GRH	-	1.629	-	-	-	-	-	-	873	-	-	2.502
Pedreiros Recapitados	1.031	909	624	879	612	710	311	213	191	41	20	5.541
Capacitação Pedreiros Executores	1.091	1.246	649	807	659	559	274	210	198	80	41	5.814
Pedreiros Instrutores Capacitados	-	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Multiplicador. em GRH	-	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
Gerentes Administrativos Capacitados	-	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82
Pessoas em UEM** Capacitadas	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	7
Pessoas Capacitadas Confeção de Bombas Manuais	1.021	583	590	713	518	502	245	148	173	40	27	4.560
Cisternas Construídas	68.167	53.050	38.903	36.676	33.097	26.190	11.524	9.822	9.515	1.107	388	288.439
Reuniões Comunidades/ participantes	-	4/ 94	-	-	8/162	-	-	-	4/102	-	-	16/358
Oficinas de Intercambio técnicos construtores de Cisternas	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45
Oficinas de Aperfeiçoamento Técnicas de Construção Cisternas	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Oficinas de Aperfeiçoamento de Técnicas Bomba Manual	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Reuniões Microrregiões / participantes	142/ 4.829	93/ 3.126	91/ 4.230	77/ 3.107	69/ 2.475	59/ 2.014	35/ 1.236	20/ 635	25/ 738	6/ 121	7/ 149	624/ 19.553
Reuniões Estaduais/ Participantes	5/ 446	5/ 394	4/ 250	4/ 428	5/ 362	5/ 256	4/ 362	4/ 254	4/ 221	1/ 30	1/ 61	42/ 3.064
Encontros Microrregiões participantes	17 /480	7/ 200	8/ 224	9/ 260	6/ 172	4/ 116	3/ 89	1/ 224	2/ 56	-	-	57/ 1.821
Encontros Estaduais/ Participantes	1/40	1/40	1/40	1/40	1/40	1/40	1/40	1/40	1/40	-	-	9/360

(*) GRH – Gerenciamento de Recursos Hídricos (**) UEM – Unidade Executora Microrregional

Fonte: ASABRASIL, 2010f

Organização: CARVALHO, L.D., 2010



Figura 15 - Modelo, uso e cuidados com a cisterna de placas de 16 mil litros,

- 1 - Sistema de calhas para captação da água da chuva;
- 2 - cuidados e higiene com a cisterna, mantendo-a fechada
- 3 - Uso exclusivo de um balde
- 4 - Agricultor demonstrando a retirada da água da cisterna, feita por aspersão manual

Autoria: CARVALHO, Luzineide Dourado, região de Salitre, Juazeiro, 01/2009

Para que uma família adquira a cisterna, ela é selecionada, cadastrada e obrigada a passar pelo curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH). Nesse curso, ofertado pelas organizações executoras do PIMC, as famílias aprendem a cuidar das cisternas, e também, adquirem conhecimentos sobre a dinâmica do clima semiárido, sobre a Caatinga, uso e cuidados de outras fontes d'água, tais como, os barreiros, cacimbas etc.

O Programa se desenvolve diante de uma metodologia participativa, cujo processo de articulação e de mobilização com as famílias, as comunidades, as organizações e os técnicos garantem a continuidade e seu empreendimento em base popular. Como se observa ainda no Quadro 07, já foram realizadas 624 reuniões microrregionais envolvendo 19.553 participantes; 273.104 famílias capacitadas; 6.397 comissões municipais também capacitadas, além de multiplicadores em GRH, gerentes administrativos, construtores de bombas manuais etc.. Enfim, um processo que envolve todo um coletivo mobilizado desde a escala comunitária, microrregional e regional à estadual. A ASA considera que o sucesso do PIMC está no processo participativo das famílias e das organizações comunitárias, que se comprometem com um projeto societário de base popular e sustentável no

Semiárido. Esse ideal ultrapassa o interesse imediatista da conquista da cisterna, uma vez que o processo de mobilização faz a motivação, como expõe a rede:

Mobilizar é animar pessoas a trabalharem juntas por uma meta comum. Para isso, elas têm de estar convencidas de que a meta vai vantagens para elas. Quanto mais convencidas estiverem, mais forte será a mobilização. Quanto mais unidas forem, maior será a garantia de atingirem as metas. Para mobilizar pessoas e organizações, a gente tem que conhecê-las. Tem de saber como as pessoas vivem, como as organizações funcionam, quem são os seus responsáveis etc. E é preciso ter um plano bem montado para motivá-las a atuar pelo objetivo comum, na hora certa, e da melhor maneira possível (ASABRASIL, 2005b, p.07).

A mobilização começa com as famílias e suas organizações de base municipal, seja o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), a Igreja (Católica ou não), as Associações de Agricultores e outras. Elege-se dentre essas organizações, a Comissão Executiva Municipal (CEM). Essa Comissão que selecionará as comunidades e as famílias que serão beneficiadas com as cisternas (Quadro 09), priorizando por blocos de 10, seguindo os critérios do Programa, conforme se mostra no Quadro 08, sistematizado a partir da cartilha **Vamos nos mobilizar** (ASABRASIL, 2005b).

A Comissão promove as reuniões nas comunidades, seleciona e cadastra as famílias, também seleciona e cadastra os pedreiros (as). Ou seja, a CEM é a instância responsável local pelo P1MC. Dessa Comissão, se elege a Unidade Executora Local (UEL), que é uma das organizações locais, com experiência em ações com agricultores familiares e trabalhadores rurais. Os recursos são passados para a UEL via Unidade Gestora Microrregional (UGM), outra Organização Não Governamental que gerencia o P1MC em diversos municípios. Os recursos são para executar a construção das cisternas (cada cisterna custa em torno de R\$ 1.100,00), compra dos materiais de construção, coma referência no comércio municipal, realizar cursos etc.

Essa gestão do Programa prossegue nas escalas regionais cujas representações são as UGMs e articuladas pela ASA estadual, como foi demonstrado na Figura 11, que retrata a articulação dessa rede desde a atuação em escala local, com as organizações de base, até a escala nacional, com a atuação da Coordenação Executiva da ASA. Nessas instâncias, também participam as Agências e Secretarias estaduais ou federais, Agências internacionais de cooperação técnica, empresas, indústrias e federações. Elas são instituições apoiadoras, financiadoras e colaboradora, aportando recursos, doações e realizando parcerias, conforme se mostrou, também, na Tabela 08.

No Território de Juazeiro, a Diocese de Juazeiro, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca (ARCAS) e o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) são as Unidades Executoras Locais do P1MC.

Quadro 09 - Critérios para aquisição da cisterna P1MC

Seleção	Base de dados	Fatores
Municípios IDH-M	MDS	Priorizar municípios de IDH-M baixo
Comunidades	CEM	Zona rural; controle social; difícil acesso à água (sem ou insuficientes fontes d'água); comunidades quilombolas e indígenas.
Famílias	DATA-SUS (cadastro família) Bolsa-	Renda inferior à R\$ 120,00; mulheres chefes de família; crianças de 0-6; crianças e adolescentes na escola; idosos = ou > 65 anos; portadores de necessidades especiais; possuir N° inscrição social..
Casa ¹²	CEM	Com telhado no mínimo de 40 m ²

Fonte: ASABRASIL, 2005b

Organização: CARVALHO, L.D., 2010

O panorama de mobilização social que a ASA promove de forma complexa para executar e gerenciar esse Programa, traduz ações políticas que se aproximam do que Ribeiro (2009) avalia sobre uma nova cultura de controle social no Brasil em relação aos recursos hídricos:

A mobilização social é uma variável complexa. Ela pode ocorrer de modo eventual, para um tema específico, e gerar desmobilização após a conquista da causa. E pode ser permanente, voltada às demandas cotidianas que devem ser traduzidas em ações políticas para formar uma cultura de participação nas decisões (RIBEIRO, 2009, p.118).

Para o autor, em torno do gerenciamento dos recursos hídricos, forma-se uma cultura de participação nas decisões providas da sociedade Civil, que exige maior capacidade de comunicação das lideranças governamentais com a população, porque representa um exercício contínuo da cidadania. Como ainda salienta: “vincula o existir à decisão de como reproduzir a vida no âmbito da política, o que implica negociação”. Há no Brasil, e no Semiárido Brasileiro se avança, uma dinâmica constante que motiva a continuidade da participação e do envolvimento das pessoas no P1MC.

Os dados do P1MC apresentam, até março de 2010, o total de 288.439 cisternas construídas nos onze Estados do Semiárido Brasileiro (ASABRASIL, 2010f). A rede afirma: “juntos estes reservatórios têm capacidade para armazenar o equivalente a 4,5 bilhões de água potável e atender 1,3 milhão de pessoas”.

No Quadro 08 também se pode observar que os estados da Bahia e de Pernambuco já atingiram mais de 50 mil cisternas. Na Figura 16 apresenta a territorialização do P1MC em todo o território Semiárido Brasileiro, e se avalia que as cisternas têm sido um forte símbolo da ‘Convivência’, marcando

¹² O tamanho mínimo do telhado da casa de 40 m² é uma questão polêmica nos critérios de seleção do P1MC. Avaliam as UEL e UGM ouvidas no Encontro de Avaliação ASA-Bahia, em Feira de Santana, abril de 2008, que têm sido um fator de exclusão de muitas famílias, pois a baixa infra-estrutura das casas não permite a instalação de uma cisterna de 16 mil litros. Muitos debates têm sido feitos dentro do coletivo da ASA-Bahia para que se criem formas de inserção de todas as famílias, sendo sinalizado um aditivo dentro dos convênios (exemplo Convênio SEDES/ASA-BA) para ampliação de recursos infra-estruturais nos telhados, se ampliarem recursos para atuar na promoção social dessas famílias etc. (nota da autora).

sua presença por centenas de municípios e comunidades rurais, contribuindo para a efetivação de mudanças na cotidianidade dos sertanejos.

No Território de Juazeiro, até março de 2010, o P1MC atingiu o total de 11.330 cisternas construídas, conforme é mostrado na Tabela 16. Um saldo significativo, se comparado ao total de cisternas construídas nos Estados de Alagoas (9.822), Sergipe (9.515), Maranhão (1.107) e Espírito Santo (388).

Tabela 16 - Total de cisternas por municípios no território de Juazeiro, março de 2010

Nº	Município	Total
1	Campo Alegre De Lourdes *	2295
2	Casa Nova *	1884
6	Remanso *	1667
5	Pilão Arcado *	1629
3	Curaça *	1267
7	Sento-Sé *	1153
4	Juazeiro *	1034
8	Sobradinho *	219
9	Uauá **	92
	Canudos **	90
46	Total	11.330

(*) UEL – Diocese de Juazeiro; (**) UEL – ARCAS

Fontes: Adaptado. DIOCESE DE JUAZEIRO, 2010; ARCAS, 2010

Uma representante da ASA-Juazeiro avalia esse saldo da ASA nesse Território, lembrando que foi nele que se lançou o Programa com a construção da primeira cisterna:

A primeira cisterna construída do P1MC foi aqui em Sobradinho, exatamente três quilômetros da beira do Lago. Somente três quilômetros e essa população, até hoje, não tinha água (S.P., Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

Observa-se, na Figura 17, na territorialização do P1MC no Território de Juazeiro, destacam-se os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Remanso e Casa Nova. Mesmo com essa expressividade, a avaliação das UELs é que há ainda uma grande demanda de investimentos a serem feitos:

Cada cisterna abastece uma família com aproximadamente cinco pessoas, que é a média do número de habitantes por família nos dez municípios do Território. Segundo informações prestadas do P1MC no Território de Juazeiro, seriam necessárias aproximadamente 20 mil cisternas para atender toda a demanda, ficando visível a necessidade de ampliar essa estratégia (S.P. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

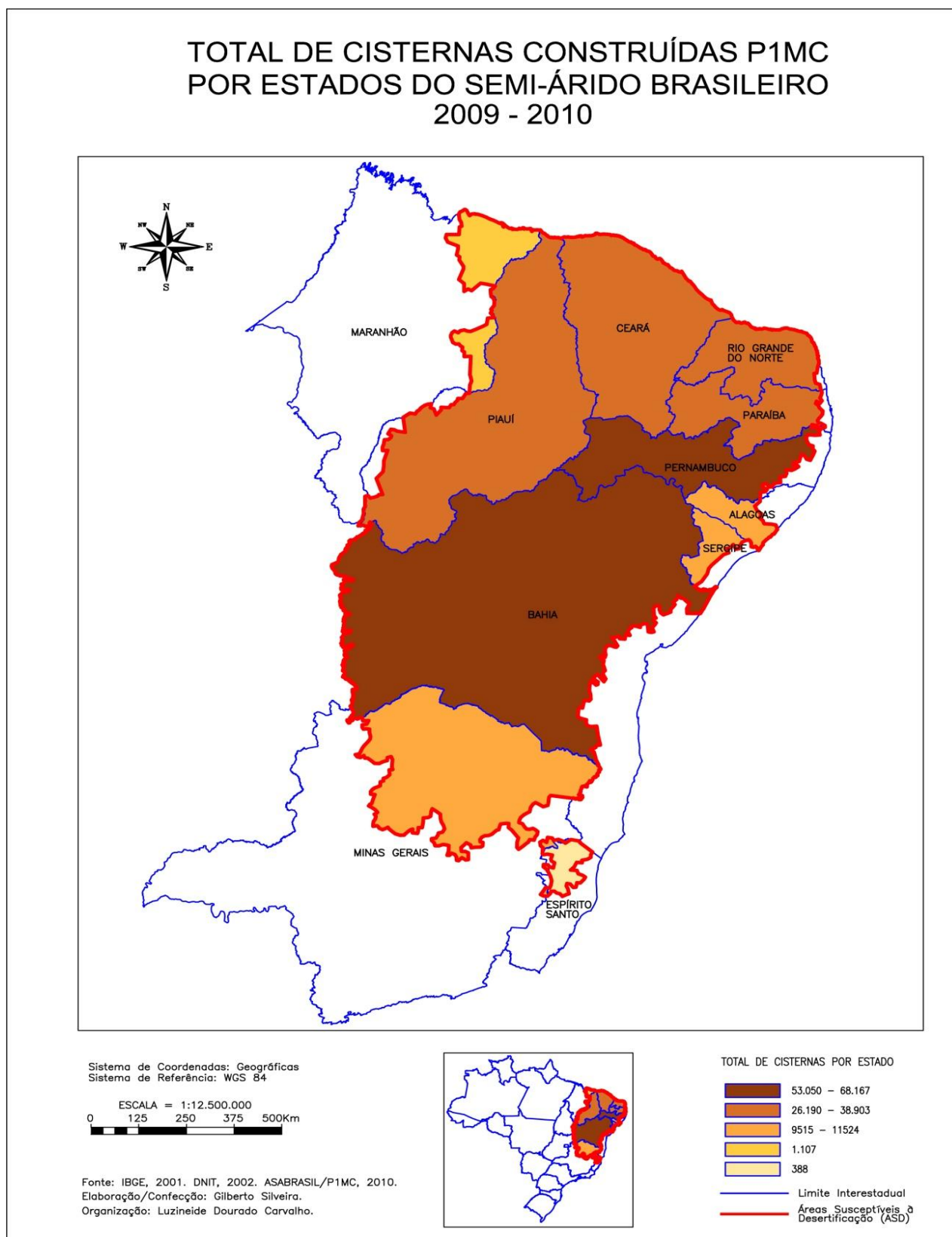


Figura 16 - Total de cisternas construídas P1MC por estados do Semiárido brasileiro, 2009-2010

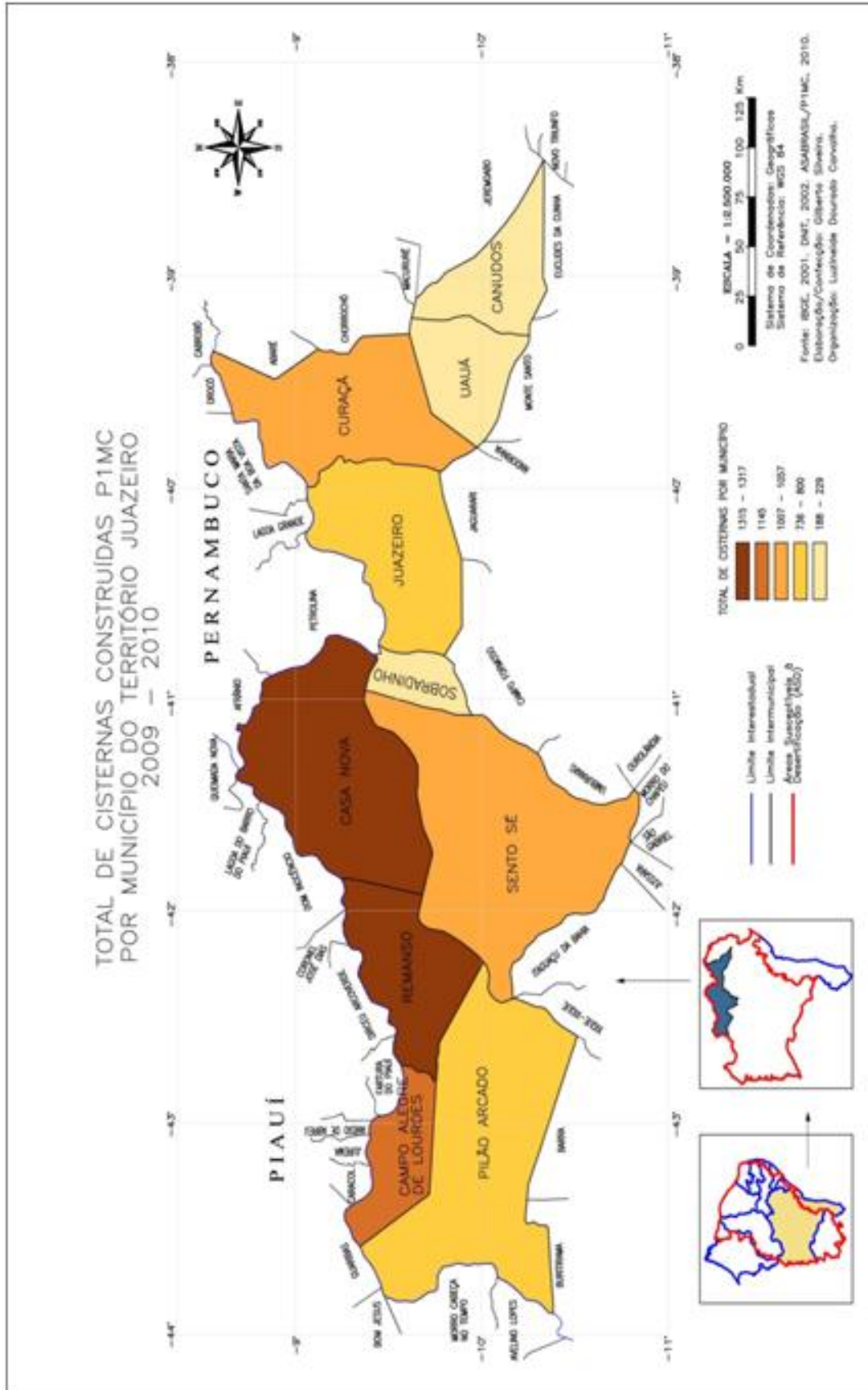


Figura 17 - Total de cisternas construídas P1MC por municípios no território de Juazeiro, 2009-2010

OLIVEIRA (2003) é um agricultor familiar cearense, cuja desenvoltura artística expressa em seu cordel quanto a água transversaliza as relações materiais e imateriais do sertanejo com seu território. A água é um elemento central na organização da vida dessa população, e sua escassez foi apropriada por expressões conotativas potenciais de comunicar a natureza semiárida pela estereotipia e hostilidade, por meio das imagens de TV, de cinema e dos livros didáticos, que sempre apresentam a mulher com lata d'água na cabeça, a terra rachada, os barreiros secos, as carcaças de boi etc. Imagens que mostram as desigualdades, mas servem, antes, para manter a externalidade e dominação diante dessa natureza. Os versos do cordel “As Cisternas”, de Oliveira R. explicitam a labuta dos sertanejos e sertanejas pelo acesso à água e as mudanças que as cisternas passam a compor na vida daqueles que já adquiriram:

Conviver no semiárido
 É um grande desafio
 Quem mora longe da água,
 Açude, riacho ou rio
 Vive com sede e com fome
 Sem saber o que é fastio.
 [...]
 A casa abastecida
 Com água de qualidade,
 Limpa, pura e cristalina
 Para beber à vontade
 E também pra cozinhar
 Conforme a necessidade.
 [...]
 Pois quem carrega estacas
 E anda quase uma légua
 Pra pegar água em açude
 O cansaço não dá trégua
 Sabe o valor da cisterna
 Que não mede com régua.

Criança diz: - “arre égua”
 Eu não agüento mais
 Carregar água de longe
 No lombo dos animais
 Mulher com lata d'água
 Na cabeça é ruim demais.

As organizações sociais da ‘Convivência’ do Território de Juazeiro visitadas entre o período de 10/2007 a 01/2009, afirmaram que as populações rurais dos municípios, pela primeira vez, têm água ao lado da casa. Essa constatação permite as mesmas avaliarem algumas mudanças perceptíveis na cotidianidade das famílias rurais com a presença da cisterna na suas vidas. Os aspectos identificados apontam para a mudança na ordem material e subjetiva, em especial, em relação à vida da mulher sertaneja. Considerando-se que essa mulher, dentro da divisão do trabalho doméstico, é a responsável por ir buscar água para a casa e a família, um técnico calculou que ela emprega quatro horas por dia nessa

tarefa. Ao considerar que ela começa a buscar água aos seis/sete anos de idade, pode se estimar que essa mulher, aos sessenta ou setenta anos, empregou o equivalente a 10 anos de sua vida buscando água.

Compreende-se que há mudanças em curso e que as mulheres têm sido impactadas positivamente, uma vez que se libertam de uma tarefa árdua para suas vidas, ganham tempo livre para se dedicarem à aprendizagem de outras tarefas. Como foi observado nos trabalhos de campo, são as mulheres quem mais se têm inserido em atividades sócio-produtivas comunitárias e também participado de intercâmbios de trocas de conhecimento (ver capítulo 8.5).

Alier (2007) ressalta como as mulheres são portadoras de um papel socialmente construído como provedoras do *oikos* (casa em grego) e que sendo no geral as mulheres pobres, com frequência, dependem dos recursos de propriedade comum (lenha, pastagens e água) numa proporção muito maior do que os homens, mais integrados no mercado. Mas, são elas quem, primeiramente, protestam quando a escassez e a contaminação da água, do ar e do solo ameaçam a sobrevivência das famílias. São as mulheres que vão reagir contra aqueles que privatizam esses bens. A participação das mulheres nos movimentos ecológicos é salientada pelo autor, como resultante do seu compromisso cotidiano mais estreito com a utilização da natureza (especialmente a água) e o cuidado com um meio ambiente saudável, uma maior consciência e respeito pela coesão e solidariedade comunitária.

Na vida dos homens, também identificaram as organizações. algumas mudanças, pois, com horas mais livres, eles adquirem novas profissões no rural. Um exemplo é a profissão de pedreiro de cisternas, possibilitando atuar no PIMC como pedreiro executor ou capacitador. Relatam os entrevistados que há uma demanda crescente por este serviço e uma carência de mão-de-obra local, devendo, muitas vezes, as Unidades Executoras mobilizarem pedreiros de comunidades e/ou municípios distantes para a construção de cisternas de uma determinada comunidade no Território de Juazeiro.

Essa perspectiva de libertação das mulheres e dos homens da tarefa de buscar água, de prover a casa e os animais abastecidos com água obtida a quilômetros de distância, é um processo multimensional. Entende-se que a família passa a desenvolver outras atividades, com vistas à ampliação da renda familiar, como será tratado nos itens seguintes. Com base no que foi relatado pela Organizações, as cisternas atuam no comportamento e nos valores dos sujeitos sociais em relação à água, como afirma em um documento da ASA, essa é uma intenção:

Com a cisterna, cada família fica independente, autônoma e com a liberdade de escolher seus próprios gestores públicos, buscar e conhecer outras técnicas de convivência com o Semiárido e com mais saúde; com mais tempo para cuidar das crianças, dos estudos e da vida, em geral (ASA, 2003).

Outro aspecto, apresentado pelas organizações do Território de Juazeiro, é a observação de como as comunidades passaram a ter iniciativas de ampliação de renda com a criação de projetos sócio-produtivos, seja investindo no beneficiamento de frutos da Caatinga, na apicultura etc. Já que um dos grandes empecilhos era a falta d'água ou a água disponível sem qualidade (barrenta ou salobra) que limitava desenvolver-se alguma produção de beneficiamento. Com as cisternas, e em especial, com a chegada às comunidades, também das cisternas de produção do P1+2 (a ser tratado no item 4.2.7), ampliaram as condições para se investir nos projetos. Esse aspecto pode ser avaliado ao se comparar a territorialização das cisternas nos municípios de Juazeiro (Figura 17) e o mapa da territorialização da produção da 'Convivência' (Figura 30) e se verificar que os municípios com mais cisternas, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Remanso são os que se destacam na diversificação da produção de produtos identitários: doces, geléias, biscoitos, mel e outros.

As cisternas vão criando, pelo visto, novos comportamentos, novas cotidianidades e territorialidades. A água da chuva, agora, disposta ao lado de suas casas é uma água valorizada. Uma nova relação entre o sertanejo e as águas das chuvas, que imprime formas de captar, usar e cuidar dessas águas. É uma 'água abençoada guardada para beber', uma expressão que essas gentes passam a referenciar.

A água guardada na cisterna, mesmo que seja de uso exclusivo para beber e cozinhar, a família consegue 'driblar' as orientações do Programa, se solidarizando com outras famílias em momentos de maior escassez. Em períodos mais longos de estiagem, quando os barreiros já estão praticamente secos, usa-se a água da cisterna para outros fins, tais como, dessedentar os pequenos animais que ficam próximos a casa (galinhas, porcos, e animais domésticos). Uma senhora agricultora relatou: "não podemos deixar os bichinhos morrer de sede, daí a gente pega um pouco da água da cisterna".

Avalia-se que o PIMC, presentemente, ainda não equacionou as demandas de água potável para as populações rurais do Semiárido, e nem no Território de Juazeiro, mas se coloca diante da situação de necessidade e de grande vulnerabilidade dessas populações, como uma ação transformadora e desencadeante de novas demandas e movimentos para que novas formas de acesso e uso democrático da água passem a ser postos em prática como políticas públicas contextuais.

7.1.2 Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido: uma terra e duas águas (P1+2)

O P1+2 surge da premissa de se tratar em conjunto o acesso e manejo sustentável da terra e das águas no Semiárido, e, para tanto, é preciso garantir esses dois elementos, terra e água. O Programa tem no numeral “1” que a garantia de uma terra para nela se fomentarem processos de desenvolvimento calcados na segurança alimentar e nutricional através da produção de alimentos (animal e vegetal); o numeral “2” é a garantia das duas formas de utilização da água: uma com água potável e outra com água para a produção agropecuária (ASABRASIL, 2009). O relato abaixo dimensiona o contexto avaliativo das organizações para consolidar a idéia do Programa:

No Piauí fazia cisterna em todo lugar em todo lugar, e depois da eleição o que aconteceu? O dono da fazenda mandou embora as famílias que não votaram nele. Eles não precisavam mais do carro pipa, tinham a cisterna, água, tinham a independência política. Mas, não tinham a independência com relação à terra. Mandaram embora, eles tiveram que ir e a cisterna que era deles tiveram que deixar para o fazendeiro. Depois dessa discussão, só pode fazer cisternas, se a família tiver a garantia que vai permanecer ali. A gente descobriu que a maioria não tinha essa garantia. Aí, entra a discussão do P1+2, que não adianta somente ter a cisterna, se a família não tem a garantia da terra (J.M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

A afirmativa do técnico de que se necessita garantir a terra ao agricultor em conjunto com a garantia da água da cisterna, bem como água e terra serem questões interdependentes dentro da ‘Convivência’ foi afirmada no VII ENCONASA, Juazeiro (BA) em março de 2010, e assegurado o P1+2 na Carta Política como o Programa que possibilitará os agricultores e agricultoras familiares alcançarem essa conquista.

O Programa lançado em janeiro de 2007, ainda em fase demonstrativa, com o intuito de gerar a interação entre as experiências dos agricultores familiares com manejo produtivo e sustentável da terra e dos recursos hídricos. Nessa primeira etapa foram beneficiadas 818 famílias de 60 municípios referentes aos Estados de AL, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, RN e SE. Em março de 2010, o Programa alcançava 4.970 cisternas construídas e 39.625 pessoas atendidas; 12.532 pessoas capacitadas e 265 municípios em todo Semi-Árido (ASABRASIL, 2010g).

No Território de Juazeiro, já foram instaladas, nesse período, 243 cisternas, sendo mais a cisterna de 52 m³ com calçadão e a cisterna de 52 m³ adaptada para a roça as mais comuns, mostradas na Figura 18 (2 e 3). Os municípios que se destacaram são Casa Nova (67) e Campo Alegre de Lourdes (48), como se apresenta na Tabela 17.



Figura 18 - Modelos de Cisternas do P1+2

- 1 - Barreiro de Trincheira de lona
- 2 - Cisterna de 52 m/l com calçadão
- 3 - Cisterna de 52 m/l adaptada para a roça

Fonte: ASABRASIL, 2009b

Tabela 17 - Território de Juazeiro, P1+2

Municípios	Total de cisternas
Casa Nova	67
Campo Alegre De Lourdes	48
Remanso	31
Pilão Arcado	27
Curaça	26
Juazeiro	22
Sento-Sé	22
	243

Fonte: DIOCESE DE JUAZEIRO, 2010b.

Esse Programa foi idealizado tendo como base desencadear um processo de mapeamento, intercâmbio, sistematização e implementação das experiências produtivas com o uso de cisternas destinadas para esse fim. Quatro tipos de cisternas foram adotados como experiência: a cisterna de 52 mil litros adaptada para a roça. São reservatórios de água construídos com placas de cimento que ficam enterradas, cuja água é captada por canaletas de alvenaria no chão. Essa cisterna possibilita irrigar um "quintal produtivo" de verduras, regar mudas ou ter água para galinhas e abelhas. Outro tipo foi a cisterna de barreiro trincheira de lona, que se observa na Figura 18 (1). É um tanque profundo e estreito em subsolo cristalino, apto para armazenar água para os animais e para irrigação de um "quintal produtivo"

de verduras. E outras formas de captação da água da chuva promovidas pelo P1+2 são a barragem subterrânea, a barragem sucessiva, a barraginha, o caldeirão ou tanque de pedra, poços rasos, caixa d'água redonda, que estão em fase de projetos-pilotos pela rede ASA.

A metodologia do P1+2 segue a utilizada pelo P1MC, envolvendo as famílias e as comunidades em todas as fases de sua implementação. Desse modo, experimentalmente ele vem sendo desenvolvido dentro dos territórios onde já existe o P1MC, perfazendo um total de 55 microrregiões dos 11 estados do Semiárido.

A partir dessa primeira fase de implementação o Programa visa elaborar um mapeamento e um diagnóstico geral da situação sócio-produtiva no que tange ao acesso e manejo sustentável da terra e das águas, disponíveis e conquistadas, para a produção e consumo humano. Os agricultores beneficiários do Programa adentram uma dinâmica de intercâmbio, demonstrando e valorizando as técnicas desenvolvidas entre eles. Como afirma a ASA (2009), a idéia é sistematizar todas essas experiências, intercâmbios, implementação dos acessos à terra e às águas e avaliações, tornando suportes para que o P1+2 se consolide como programa para todo território.

Para a realidade do Território de Juazeiro, cuja rede hidrografia de rios perenes conta, apenas, com os trechos dos rios Vaza Barris, Salitre e São Francisco, não garante a quantidade de água suficiente para suprir as necessidades da população local que, mesmo a poucos quilômetros da margem dos rios, continua dependendo dos carros-pipa, pois faltam estruturas para fazer a água chegar às comunidades rurais (BRASIL, 2008a). Os programas P1MC e P1+ 2 tornam-se as possibilidades para que essas comunidades que vivem de sequeiro redimensionem suas condições existenciais, criando e fortalecendo formas alternativas de geração sócio-produtiva.

Na pesquisa de campo, em Remanso, 2008, os técnicos do SASOP entrevistados afirmaram que a aquisição da cisterna de produção do P1+2 tem o critério de atender primeiramente a família que já tem a cisterna do P1MC (para consumo humano). O ideal é que uma cisterna de enxurrada de 16 mil/l seja para uma família, para que primeiro ela utilize a água do barreiro nas hortas ou de outra fonte qualquer. A partir do momento em que a água do barreiro estiver diminuindo ou secado, começa-se a usar a água da cisterna, cuja capacidade de uso é por um período de 3 a 4 meses, dependendo da quantidade de canteiros. Essa produção familiar se destina, especialmente, ao consumo da família, cuja intenção das Organizações é fomentar um novo hábito alimentar de verduras e hortaliças no seu cardápio. O que excede ao consumo interno é, geralmente, muito pouco para se comercializar.

Foi observado, ainda, na visita ao município citado, na comunidade de Lagoa do Garrote, que as primeiras cisternas de produção de 16 mil/l que tinham o objetivo de atender o uso coletivo de até 8 famílias, demonstraram ser insuficientes para este contingente, reduzindo-se para o uso de 3 famílias.

Relataram as agricultoras dessas famílias, que também a água da cisterna mostra-se insuficiente para atender as demandas das famílias para desenvolverem o projeto dos ‘quintais produtivos’.

7.1.3 A bomba d’água popular

Os solos da maior parte do Território Semiárido são cristalinos (em torno de 80%), ou seja, rocha primária que consegue reter água da percolação das chuvas apenas nas suas fendas, portanto, em pequenas quantidades e sujeitas a concentração de sais devido ao contato com as rochas. Essa é a causa da grande quantidade de poços abertos que contém água sem condições de consumo. O “Estudo das potencialidades econômicas do Território Sertão do São Francisco” (BRASIL, 2008a) ressalta que, pelos dados do DNOCS, calcula-se que existem de 30 a 50 mil desses poços chamados de poços secos, mas que, metade desses poços têm água possível de ser aproveitada, pelo menos, por animais, e o restante com águas de alta concentração de sais inviáveis para consumo humano e de animais. Na Bahia, existem 14.377 poços, sendo 4.245 equipados e 10.141 poços sem equipamentos/ desativados. A realidade do Território de Juazeiro indica que dos 1.185 poços, 512 estão equipados e 673 não equipados ou desativados, identificados na Tabela 18.

Tabela 18 - Poços artesanais no território de Juazeiro

Territorio	Nº Poços	Equipados	Não Equipados
Campo Alegre De Lou	-	-	-
Canudos	74	40	34
Curaçá	238	103	135
Casa Nova	71	-	71
Juazeiro	203	111	92
Sento-Se	224	98	126
Sobradinho	42	11	31
Remanso	-	-	-
Pilão Arcado	187	87	100
Uauá	146	62	84
	1.185	512	673

Fonte: BAP/ASA. Juazeiro, 07/2008

Os poços têm sido uma das formas mais antigas de acesso e uso das águas por diversas populações, especialmente das Zonas Áridas e Semiáridas do mundo. Na atualidade, as águas subterrâneas constituem-se importantes fontes para uso da irrigação seja no Brasil ou em outros países, como EUA. Segundo os autores, Camargo e Ribeiro (2009), a proteção jurídica das águas subterrâneas no Brasil ainda é frágil e deixa lacunas legais necessárias visando ao aperfeiçoamento do contemporâneo sistema de gestão das águas no país. Os autores ressaltam as diretrizes da Política de Recursos Hídricos como indicativos da natureza jurídica das águas subterrâneas, estabelecendo-as como bens públicos, ou

seja, pertencentes à União, aos Estados, ao Direito Federal, aos municípios, às respectivas autarquias e às fundações de Direito público.

As águas subterrâneas são consideradas pelo art. 3º, V, da lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, um recurso ambiental. Portanto, sua base jurídica está pautada pelas determinações constitucionais e infraconstitucionais guardadas para os bens ambientais. Com base nesta concepção, a sociedade civil passou a exercer sua cidadania de forma mais aberta, adentrando em conselhos, órgãos consultivos e elaboração de espaços de gestão comunitária.

Os autores salientam, ainda que, na Constituição Federal, em seu art. 21, XIX, estabelece competência da União para instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e, em seu art. 225, prevê a participação paritária, ao determinar a incumbência do poder público e da coletividade na preservação e defesa do meio ambiente. Na Carta de Dublin, assinada por diversos países em 1992, dentre os princípios ali consagrados, pontua-se a participação das mulheres na gestão dos recursos hídricos, mas não foi consagrado na lei da PNRH, sendo que nos países e áreas mais pobres são as mulheres sozinhas que buscam as águas para alimentar e saciar a sede de seus filhos, sendo as águas de poços as mais procuradas, desse modo, nada mais justo que ampliar sua participação nos processos de gestão comunitária (CAMARGO e RIBEIRO, 2009).

A BAP adentra esse contexto de maior participação da sociedade civil em seus processos de gestão dos recursos hídricos no Semiárido. Esse artefato surge como mais uma alternativa de se ampliar o acesso e uso das águas, utilizando-se de forma racional as águas subterrâneas, ampliando as condições de subsistência das populações rurais. A tecnologia tem como objetivo ser de fácil domínio pelas comunidades, contribuindo para a democratização da água:

A democratização da água, por sua vez, levará a uma independência na busca de políticas públicas que visem, entre outras, a criação de propriedades rurais ecológica, economicamente apropriadas para as condições de semi-áridéz (SCHISTEK, 2008, p.01).

A bomba popular ou também chamada de volanta, como mostra a Figura 19, foi inventada há cerca de 20 anos por um voluntário holandês na África, teve sua aplicação no Semiárido Brasileiro, em 2001, numa ação conjunta entre Cáritas, IRPAA, Obra Kolpin e SASOP e com apoio financeiro da Comunidade Européia. Sua metodologia é aproveitar os poços já existentes (as bombas quebradas ou abandonadas por conta da água ser muito salobra etc); os poços existentes em propriedade particular, no qual o dono concede um comodato para a associação comunitária dele utilizar-se (Pesquisa de Campo, 10/2007).



Figura 19 - Modelo da BAP e seu Uso no Território de Juazeiro
 Fonte: Fotografias cedidas por BAP/ASA-Juazeiro, 07/2007

No projeto piloto, previu-se a instalação de 1.000 BAPs, em regiões cujas características apresentassem o subsolo cristalino; poços já perfurados, com água de qualidade e quantidade; existência de poços que tenham condições de ser equipados; comunidade com boa organização e capaz de gerenciar, de conduzir as instalações, realizar as dinâmicas de articulação e intercâmbios. Foram instaladas de forma experimental na primeira etapa beneficiando 5 estados (BA, CE, PE, PB e PI) 347 bombas nos estados. Em 2004, o IRPAA e MISEROR (ONG Holandesa) elaboraram um projeto piloto, e a ASA articulou-se para implantar o projeto dentro do instrumento jurídico do P1MC; em 2005, com a integração da iniciativa à ASA foi possível ampliar o Programa Bomba D'água Popular para todos os Estados do Semiárido. Ainda nesse ano, formalizou-se uma parceria da ASA com a CODEVASF dando suporte operacional e administrativo em suas instalações em Juazeiro (BA) para funcionar o escritório da BAP. Em 2008 o projeto das BAPs foi incorporado dentro das ações do P1+2 passando este a gerenciar a instalação das bombas.

No Território de Juazeiro, até final de 2007, foram instaladas 10 em Massaroca e Itamotinga (Curaça), sendo a primeira experiência da BAP em 2002 em 3 unidades em Curaça e Campo Alegre de Lourdes (BA) e em Nazaré (PI).

O objetivo central das BAPs é possibilitar projetos produtivos nos quais as famílias possam desenvolver hortas comunitárias no seu entorno. Ela é um artefato técnico que traz uma grande diferença das outras bombas até então instaladas (elétricas e a diesel), pois possui muitas qualidades: a primeira é que é bem leve possibilitando que crianças e idosos manuseiem sem esforços. Em comparação com um carro-pipa que transporta 7m³ de água, 50 mil BAPs equivalem a 31.285.714 milhões de carros-pipa, em

12 meses. Dentre outras vantagens, ela tem a capacidade de bombeamento de água de uma profundidade de até 80 m; muito resistente, podendo durar cerca de 30 anos; sua instalação é simples e rápida e sua manutenção consome somente alguns cm² de graxa por ano. O seu mecanismo de funcionamento é apropriado para ser instalada nas regiões de subsolo cristalino, que apesar de não ter lençol freático contínuo, possibilita encontrar água em suas fendas, numa profundidade de 60 m ou até menos (ASABRASIL, 2008a).

Há um curso realizado pela ASA para a confecção de BAPs, sendo que, até março de 2010, foram capacitadas 4.560 em confecção de bombas manuais. Trabalha-se nestes cursos conhecimentos sobre clima semiárido, solos, animais, como guardar água e manusear a bomba etc. Como afirma um técnico:

Quando a BAP chega à comunidade as pessoas escolhem 2 a 3 delas para serem capacitadas para se fazer a revisão no equipamento; tem o zelador da bomba, isto para a comunidade sentir autonomia [...] A bomba d'água é um meio de se chegar à comunidade, explicá-la porque chove pouco, aprender sobre o clima [...] A bomba é só um meio, ela vai cheia de conhecimento, da tecnologia em si e da convivência (J.C.N. Entrevista, Juazeiro, 10/2008).

Com a montagem da BAP nas comunidades e a capacitação de pessoal, elege-se uma pessoa na comunidade que faça a manutenção da tubulação e limpeza a cada seis meses. O valor de uma BAP é de R\$ 4.525,00, instalada na comunidade. As bombas manuais deram uma nova dimensão à 'Convivência' em Programas Hídricos possibilitando que os poços se tornassem fonte de água para os animais e água para hortas coletivas. Os resultados são muito significativos para as comunidades que usavam água de poço e estes secavam, tendo os bebedouros com a BAP ampliado a água para os animais. Segundo depoimento dos técnicos desse programa, após a instalação das bombas se verifica uma ampliação no número de rebanho caprino nas comunidades, devido à maior oferta d'água para os animais.

7.1.4 Outros programas e formas de acesso e uso da água

Além das cisternas e das bombas d'água apresentadas como mecanismos de ação na Diretriz da reforma hídrica da 'Convivência', a população sertaneja conta com outras formas de acesso à água, tais como, os açudes/barragens, barreiros, cacimba, cacimbão, caldeirões de pedra, riacho, lagoa e lajedo. Essas outras fontes são usadas pelas populações para o uso doméstico (tomar banho, arrumar a casa, lavar roupa, molhar as plantas etc.) e, também, em situações de necessidade, utilizam para beber e cozinhar. Mas, parte dessas fontes de destinam a dessedentação animal, por exemplo, os barreiros. Esses armazenam água de chuvas por curtos e médios períodos em áreas não cercadas. Os barreiros são construídos com máquinas ou manualmente, e geralmente são de uso multi-familiar ou comunitário. Além dos barreiros, estão os açudes, reservatórios maiores construídos na maior parte das vezes com recursos públicos em leitos de riachos (BRASIL, 2008a).

No Território de Juazeiro, há dois açudes, Pinhões, no rio Curaçá e o de Cocorobó, em Canudos no rio Vaza Barris. Também existe uma quantidade desconhecida de outras pequenas barragens e uma quantidade ainda maior de barreiros e caldeirões de pedra, construídos por iniciativas individuais e de comunidades. Existem algumas barragens subterrâneas em funcionamento nos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos. Como frisa o Estudo das Potencialidades do Território (BRASIL, 2008a), ainda não se tem um levantamento completo desses recursos hídricos superficiais existentes e se faz necessário para um projeto de gestão desses recursos, numa base comunitária e institucional.

A política de açudagem foi o ícone do paradigma do ‘combate à seca’, muito por conta dos altos investimentos feitos pelo Governo, com pouca eficiência social e econômica dos grandes açudes na vida das populações rurais, pois a apropriação da água foi feita pelo grande proprietário de terra. No entanto, os açudes são considerados como uma tecnologia que não deve ser descartada, desde que os investimentos sejam em pequenas obras, construídos em locais estratégicos do município, proporcionando a população ter uma ‘água de emergência’, ou seja, uma água para os períodos mais críticos de seca.

Outra tecnologia viável são as barragens subterrâneas, cujas águas represadas formam uma ‘vazante artificial’¹³ possibilitando aos sertanejos desenvolverem produção de hortaliças e também culturas de ciclo mais prolongado ou até mesmo culturas permanentes.

7.2 As lutas pela democratização e regularização da terra

Há no Semiárido Brasileiro um quadro crítico de concentração fundiária, de desregulamentação das terras devolutas ocupadas por Fundos de pastos, bem como também uma política de assentamento conflituosa. A Diretriz da ‘Convivência’ para o acesso e democratização da terra tem sido direcionada, portanto, para a reforma agrária com a demarcação, titulação e ou desintrusão de terras, com prioridade para a garantia dos territórios das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras) e legalização das terras das comunidades tradicionais de Fundo de pasto (ASABRASIL, 2005a).

Compreender o contexto dessa luta pela terra no Semiárido contemporâneo é voltar-se para o contexto histórico da apropriação da terra no Brasil e da formação da pequena propriedade familiar nesse território. A pequena propriedade no Semiárido surge à margem da grande propriedade, com o sistema de sesmarias substituído pela Lei de Terras em 1850, para o direito de posse, por doação ou simples ocupação. Estabelece-se a propriedade privada adquirida através de contratos de compra e venda, que avalia Andrade (1988), ter impedido que não-proprietários se apossassem de terras não-apropriadas, limitando a propriedade a quem tinha recursos para adquirir a terra. A Lei de Terras consagrou

¹³ É um tipo de vazante derivada da água represada pela cisterna, que mantém o solo úmido mesmo nos períodos secos, mantendo por um bom período uma lamina d’água sobre um plástico (Pesquisa de Campo, 2008).

indiretamente o sistema latifundiário com o estabelecimento da propriedade privada posto como direito absoluto sobre a terra e seu caráter de mercadoria.

Martins (1995) também corrobora com a consideração de que a terra passou a ser um instrumento fundamental de produção capitalista, mesmo não sendo capital, apesar de ser operada como capital, pois sendo um bem natural, finito é apropriado como propriedade; e como tal, realiza-se na terra o processo de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, a renda da terra é a licença para a sua exploração capitalista, um pagamento ao seu proprietário. A figura do proprietário da terra e capitalista se confunde, pois ambos são proprietários privados de instrumentos de produção separados dos trabalhadores que podem movimentá-los, fazê-los produzir. O autor afirma que mesmo personificados em uma única figura, não se elimina a contradição entre terra e capital. Ainda nesta análise, o autor considera que a propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital, pois o capitalismo não é apenas um dado, um número, um tamanho, mas uma relação social, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação.

Ressalta, ainda o autor que a pequena propriedade no Brasil tem sua formação concebida legalmente dentro desse sistema de renda fundiária, e mesmo nas condições de pré-capitalização ou de campesinato, o capital estabeleceu formas de sujeição da terra ou do trabalho, expropriando os trabalhadores rurais ou obrigando-os a oferecer a sua força de trabalho ao capitalista. O capital institui uma sujeição formal do trabalho camponês, significando que este, mesmo continuando proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho, e mesmo não sendo um assalariado de ninguém, é dominado pelo capital cada vez mais através da sua produção. Um processo que diferencia a luta pela terra entre o pequeno proprietário camponês/familiar e o proprietário capitalista, pois enquanto o primeiro luta pela terra de trabalho, o segundo luta pela renda da terra.

A diferente apropriação da terra no Brasil entre campesinato e capitalistas adentra como o foco das lutas no campo, e que necessitam ser compreendidas para se considerar que a luta pela terra não pode ser confundida com a luta em defesa da propriedade de que se reveste a sociedade capitalista moderna, pois, a terra camponesa é terra de trabalho, e é por essa lógica que esse ator social empreende sua luta, afirma Martins (1986).

A apropriação das terras e consolidação da estrutura latifundiária no Semiárido tem suas bases no sistema de sesmarias, cujos sesmeiros estabeleciam os currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos por vaqueiros ou escravos de confiança ou um agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam, afirma Andrade (2005). A pequena propriedade encontrava espaço para a sua formação em forma de ‘sítios’, que correspondiam a uma légua em quadro arrendadas aos posseiros. Nestes ‘sítios’ surgiam uma incipiente lavoura de subsistência feita nos brejos, nas vazantes

dos rios ou na própria Caatinga, quando tempo de ‘inverno’, com lavouras de ciclo vegetativo curto, como feijão, fava, milho etc.

Avaliam autores como Andrade (2005), Oliveira (1993), Prado Jr. (2004) e outros, que a atividade pecuária também favoreceu a formação do latifúndio. As pequenas propriedades que surgiam, com a função de abastecer a população dos currais eram áreas agrícolas conformadas, como diz Andrade (2005, p.191) pequenas manchas, ‘ilhas’ isoladas na vastidão das Caatingas.

O modelo fundiário do Território de Juazeiro também se formou nesse contexto da realidade regional e nacional, ou seja, um contingente de pequenas propriedades ocupando a menor parte das terras e uma reduzida quantidade de extensas áreas ocupando a maior parte das mesmas. Há nesse Território terras devolutas que facilitaram um modelo coletivo de uso da terra, chamados de Fundos de Pasto. Mas, por outro lado esse mesmo fator também tem facilitado a apropriação indevida dessas terras por grileiros, provocando fortes conflitos pela terra entre estes e as comunidades que habitam essas áreas coletivas. Essas terras coletivas dentro da Constituição de 1988 foram consideradas como pertencentes aos Estados federativos. Segundo dados da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 55,10% das terras da Bahia são devolutas, isto é, terras públicas que não estão registradas em nome do Estado.

No Território de Juazeiro o percentual de terras devolutas é de 78,12% (4.823.663 de hectares) porque, ainda segundo a CDA, dos 6.174.600 hectares correspondentes a área total dos dez municípios, apenas 1.350.937 (21,87%) estão “legalizados” (propriedade privada, propriedade do Estado da Bahia ou da União). Estão cadastradas na Coordenação 226 associações de Fundo de Pasto, sendo que a maior quantidade delas (68) está em Uauá, e a menor (02), em Sento-Sé. O total da área ocupada pelas associações de Fundo de Pasto é de 202.771 ha que corresponde a apenas 4,20% das terras devolutas existentes nesse Território (BRASIL, 2008c, p.65).

As lutas sociais em defesa da posse de terra nesse Território pelos trabalhadores rurais sem-terra ou com reduzida área ou em áreas coletivas sem titulação têm se ampliado desde a década de 1980, quando se expande a ação dos movimentos sociais no Semiárido iniciado com a CPT da Igreja Católica. Nos anos de 1990, o movimento passa a ser organizado pelo MST incrementando a luta pela reforma agrária em torno da luta. Além dele há também as Centrais de Associações de Fundo de Pasto que mobilizam os agricultores em luta pela democratização da terra. No contexto geral, as terras coletivas perpassam por situação de conflito, mas em maior intensidade podem se destacar as comunidades de Riacho Grande, Salina da Brinca, Jurema, Melancia e Areia Grande, em Casa Nova, cuja tensão decorre

da atual ação judicial¹⁴, que pode desabrigar cerca de 360 famílias de agricultores que estão na terra há mais de 100 anos. Os agricultores utilizam a estratégia de resistência, montando turmas que se revezam diariamente no acampamento no Fundo de pasto de Areia Branca (Pesquisa de campo, Areia Grande, 01/2009).

Os agricultores envolvidos estão sendo vitimados ou coagidos e imperado um clima de muita tensão. A luta é pela regularização fundiária dessas áreas de Fundo de Pasto, e, em outros casos, envolve áreas de assentamento, como em Nova Canaã em Remanso, cujos acampados tem sido despejados. O depoimento abaixo é de um agricultor familiar de da comunidade de Fundo de Pasto de Riacho Grande, em Casa Nova, cujo relato apresenta como a cotidianidade foi se moldando historicamente nesse território de vida e, na atualidade, está ameaçado pela situação irregular criada pelo Estado:

Nunca tive vontade de sair daqui e aqui quero morrer. Dou uma olhada no passado, e lembro, que aqui antes foi um lugar muito atrasado, um lugar muito sofrido, apesar de nosso riacho que passa aqui, era um riacho rico, com água, ele tinha muita água. [...] Quando era na época de chuva, e aí plantava feijão, a melancia, milho e quando era na seca, na época da estiagem, aí o pessoal tirava mel de abelha no mato, fazia sal, em salinas, aí o pessoal fazia sal para vender ao pessoal, que morava mais longe no interior do município. [...] Depois veio o Lago de Sobradinho, e aí ele entrou aqui neste 'braço' a partir de cinco léguas (30 km), quando ele está na cota máxima, de lá da cidade velha, para onde ele atingiu, são cinco léguas, e com a vinda do Lago em alguns aspectos melhorou muito a vida do povo. [...] Formamos a associação dos pequenos agricultores, mas é de fundo de pasto, porque aí quando a gente estava brigando pela terra, o pessoal do Estado alegou que as terras que sobrava das porções individuais, ninguém podia usar nem vender (J.B. Entrevista, Riacho Grande/Casa Nova, 01/2009).

A busca de um uso sustentável da pequena propriedade familiar proposto pelas Diretrizes da 'Convivência' tem como princípio a garantia da posse da própria terra. Como exemplo, no Território de Juazeiro, 80% dos agricultores familiares não tem segurança da permanência na terra e nem têm definido o tamanho do seu lote.

O Zoneamento Agroecológico realizado pela EMBRAPA, como mostra Tabela 19, recomenda que no uso das terras no Semi-Árido destine-se 44% das áreas para extrativismo e pecuária com animais de

¹⁴ Na época da construção da barragem de Sobradinho, em 1973 as comunidades de Riacho Grande e cercanias resistiram e se mantiveram firmes nas terras remanescentes, rejeitando proposta de colonização do regime da época para migrar para as agrovilas instaladas em Serra do Ramalho/BA, para onde foram outras tantas famílias que tiveram suas casas e terras inundadas. Em 1979 chega a empresa Agroindustrial Camaragibe SA, adquirindo terras ocupadas pelas comunidades, mediante "compra de títulos de posses" passados à empresa por políticos e membros das oligarquias regionais, que exerciam forte influência sobre os cartórios locais. A Camaragibe foi uma das grandes empresas envolvidas com o "escândalo da mandioca". Em 2004, empresários cariocas compraram do banco as dívidas da Camaragibe, estimadas em R\$ 40 milhões, com a transação, que privatizou uma dívida com o Estado, e ocupam as fazendas "Lajes", "Baixa do Umbuzeiro", "Cacimba do Meio", "Curralinho" e "Urecê", todas em Casa Nova. Estas terras são contínuas e formam um território compartilhado por quatro comunidades de Fundo de pasto: Salina da Brinca, Jurema, Riacho Grande e Melancia. No final de 2008, o laudo da CDA, sobre os registros fundiários em Areia Grande, confirmou a grilagem. Em fevereiro de 2009, acontece o assassinato de José Campos Braga, liderança local, envolvida na disputa pela terra. O crime ainda está sob investigação e as comunidades contam com apoio da AATR. Fonte: MAGALHAES FILHO e DIAMANTINO (2010). In: Repórter Brasil. Disponível: <<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acesso 15 mar 2010; Pesquisa de Campo, Território de Juazeiro, 01/2010.

médio porte, e, 36% com áreas de extrativismo e reserva ambiental obrigatória. Por ultimo, 16% para a agricultura de sequeiro e 4% com a irrigação.

Tabela 19 - Proposta de zoneamento agroecológico da EMBRAPA para uso das terras no semiárido brasileiro

% de áreas destinadas para			
Irrigação	Agricultura de sequeiro	Áreas de extrativismo e reserva ambiental obrigatória	Extrativismo e pecuária com animais de médio porte
4%	16%	36%	44%

Fonte: BRASIL, 2008c, p.64

Conforme a proposta de uso da terra do Semiárido pela EMPRAPA, verifica-se que a vocação seja para o consórcio de criação de animais de médio porte, especialmente com cabras e ovelhas, com atividades extrativistas, potencializando o uso da biodiversidade da Caatinga, como a coleta de frutos e de ervas medicinais e a apicultura, com um devido manejo sustentável.

As organizações sociais têm buscado amadurecer as reflexões acerca da questão da terra como pressuposto da ‘Convivência’, um exemplo é o movimento ‘Mutirão Nordeste’, que, no Encontro Nacional de 2008, elegeu como temática a viabilidade da propriedade familiar: “Agricultura familiar no Semiárido hoje é inviável por que a família não tem terra ou por que a família não tem capacidade de gestão?”. Com essa questão em análise, o coletivo de organizações da sociedade Civil de todos Estados concluiu que a falta da terra seria o problema e, como resultado, uma má gestão da propriedade. Há uma necessidade de planejamento da propriedade e gestão da terra, mas que se liga diretamente ao tamanho da posse da terra (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 10/2008).

Uma das estratégias assumidas pelas organizações do Mutirão Nordeste e da ASA é fortalecer as metodologias dos projetos com os agricultores familiares embasadas na fundamentação técnica das condições de sustentabilidade econômica e ambiental a partir de um propriedade e no mínimo 300 ha, pois a partir desse tamanho é que se pode garantir uma diversificação de culturas e criação apoiadas em tecnologias de convivência. Sobre essa leitura expõe um técnico:

É preciso transformar a questão da terra de uma questão política para ser uma questão técnica, então um diz que a família precisa de terra, porque tem direito, porque foi Deus que deixou, e tal, mas se pega dados do próprio Governo que diz, que o módulo da terra aqui deveria ser 100 hectares; depois você pega outro dado do próprio Governo e, que 80% das terras, estão tituladas em nome dele; depois outro dado do Governo, que 5% dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terra, tem 70% da terra registrada. Com essa situação, nenhuma tecnologia, nem assistência técnica, nenhuma ação há de dar certo, porque falta o básico, o insumo básico é a terra, e a regularização dessa propriedade (J.M., Entrevista, Juazeiro, 04/2008)

Avalia-se que o campo conflituoso crescente em torno da terra no Semiárido, e que se tem como exemplo, o Território de Juazeiro, de um lado, fragiliza as possibilidades que os agricultores familiares estão encontrando para gerar a sustentabilidade econômica e sócio-ambiental por meio da diversificação das culturas, da caprinovinocultura consorciada com o extrativismo etc., cujas formas de produção serão avaliadas nos itens a seguir desse Capítulo. Por outro lado, fortalece a pressão do grande capital especulativo, que tem se despertado para as novas possibilidades econômicas da Caatinga e da produção de monoculturas para o biodiesel tais como, a cana-de-açúcar, mamona, dendê e pinhão-manso dentre outras. Há uma valorização do mercado de terras e de aquisição, especialmente para as terras com reserva do Bioma Caatinga, mais preservado justamente nos Fundos de Pasto. A avaliação da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro expõe de forma crítica esse contexto conflituoso:

O que está acontecendo no Semiárido, e mesmo, no mesmo território (Juazeiro) é a chegada de muitos projetos voltados para o grande capital especulativo. São mineradoras, agrocombustíveis etc. Uma idéia do progresso que desmobiliza a opinião pública, pois os projetos estatais que surgem vêm desconstruindo o anterior que, ainda, nem foi concluído. A regularização das terras tem sido trabalhada por partes, as comunidades têm dificuldades de entender os projetos estatais que chegam, por exemplo, a transposição do rio São Francisco, já não tem uma unidade contrária. O Governo deseja atuar na Pedra Branca/Salitre. Também se tem o projeto Canal do Sertão e o Baixio de Irecê etc. A questão governamental não entende, ainda, a ‘Convivência’, como as entidades entendem, e, o Governo chega com pequenos projetos e o agricultor pensa que já é tudo (M.B. Entrevista, Juazeiro, 01/2009).

A compreensão que se pode elaborar diante desse quadro de conflitos vivenciados pelos agricultores familiares é que o Semiárido sempre foi ‘viável’ para o grande capital, suas terras concentradas tem garantido a renda fundiária ao longo dos tempos para as elites dominantes, enquanto que a terra para os agricultores familiares tem sido a terra de trabalho e de manifestação de suas expressões materiais e simbólico-culturais.

7.2.1 Os fundos de pasto e a tradicional caprinovinocultura coletiva

Os Fundos de pasto configuram-se um modelo singular de posse e uso da terra no Brasil, cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva e lhes dotam de um modo de vida tradicional de criar, viver e fazer a gestão coletiva dos recursos naturais. Essa leitura de Magalhaes Filho e Diamantino (2010), ressalta as comunidades de Fundo de pasto como um modo de vida tradicional tal qual outros povos e comunidades tradicionais nas Caatingas e Cerrados nordestinos. Os autores apontam que os Fundos de Pasto se constituem um patrimônio cultural do povo brasileiro. O documento “Fundo de Pasto que Queremos” reforça a territorialidades dessas comunidades de Fundo de pasto, como expõe:

Os Fundos de Pasto constituem um sistema de ocupação coletiva de terras por comunidades com posse por décadas de terras coletivas usadas em pastoreio extensivo e hoje semi-extensivo, é uma área livremente utilizada por condôminos, ausência de delimitação com cercas e sim por

variantes, residências típicas do sertão na área das posses individuais, roçados de subsistência individuais de cada família, forte grau de parentesco e compadrio entre os membros das comunidades, características culturais próprias de cada comunidade: festas, artesanato, rezas e o cuidado com a caatinga e animais (BRASIL, 2008c, p.64).

As comunidades de Fundo de pasto, em conjunto com quilombolas, seringueiros, ciganos e quebradeiras de coco, entre outros, compõem um dos 14 grupos com assento na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada pelo Governo Federal para articular políticas de apoio e reconhecimento às diferenças no Brasil, afirmam Magalhaes Filho e Diamantino (2010). Esse reconhecimento guarda vínculo com a luta fundamental desses grupos para que territórios tradicionais não sejam mais considerados terras de ninguém, mas espaços essenciais à reprodução de diferentes modos de vida.

Santilli (2005) considera o conceito de “populações tradicionais” vago e abrangente, sendo aplicado para uma suposta adesão à tradição via baixo impacto sobre o ambiente, e que, portanto, ecologicamente sustentáveis ou por serem populações que estão fora de esfera do mercado. A autora avalia que a formulação do conceito de populações tradicionais está associada a um novo modelo de conservação (socioambiental), que considera a diversidade cultural existente no Brasil e as formas culturalmente diferenciadas de apropriação e utilização dos recursos naturais, como define: “Esse novo modelo vê as populações tradicionais como parceiros na conservação ambiental, legitimamente interessado em participar da concepção e gestão de políticas públicas socioambientais” (p.130).

Vianna (2008) também corrobora na compreensão do conceito de “populações tradicionais”, expondo que ele se associa a uma categoria sociocultural e, sobretudo política, que se consolidou por meio de diplomas legais, de políticas públicas e pela apropriação da expressão pelos movimentos sociais, como um instrumento de fortalecimento da luta pelo acesso à terra e ao uso dos recursos naturais. Ambas as autoras, por meio da leitura sociocultural e política do conceito exposto apresenta os “povos tradicionais” fundamentando-se na compreensão do contexto de preservação e conservação das áreas ocupadas e usadas pelo modo de vida desses povos, de forma sustentada com seus territórios de vida e cultura.

Essa noção de território se expressa nas falas dos senhores mais velhos das comunidades rurais de Massaroca, em Juazeiro ou de Riacho Grande, em Casa Nova, quando dizem: “aqui nasci e aqui quero morrer” ou “essa terra era dos meus bisavôs que já mantinham essa mata preservada”.

A Constituição da Bahia de 1989 reconheceu os povos tradicionais de fundo de pasto, de forma inédita, possibilitando a titulação das terras públicas utilizadas no pastoreio coletivo. Diz o Artigo 178 do documento:

O Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado (MAGALHAES FILHO E DIAMANTINO, 2010).

Não há, na prática, nenhuma garantia legal sobre essas comunidades, que vivem no Território de Juazeiro, A mobilização das organizações, sindicatos rurais, AATR estão mobilizados na luta pela posse da terra e garantia da permanência das famílias. Essas organizações consideram que o caminho necessário é a legalização e a certificação como garantia desse patrimônio comunitário e de condições de sua existência (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 10/2007).

O Estudo das Potencialidades do Território (BRASIL, 2008b) relata que houve um momento propício na direção da conquista da posse e titulação dessas terras quando gerenciadas pelo então INTERBA que atuava com uma relação próxima das associações com o Estado. No entanto, com a extinção desse órgão, essa relação deixou de ser satisfatória e as negociações passaram a ficar concentradas em Salvador através da CDA ampliando-se os entraves. Este Estudo indica que o ano de 2002 pode ser considerado como marco para os Fundos de Pastos, porque naquele ano, num seminário estadual, foi criada a Articulação dos Fundos de pastos. Apesar das adversidades, ela tem cumprido politicamente um papel interessante que se traduz em alguns avanços, como: titulação de terras; demarcação de áreas devolutas; fundos de pastos reconhecidos como áreas de comunidades tradicionais; convênios com INCRA e CDA; convênios para implantação de infra-estrutura para as áreas; fortalecimento das mobilizações; entrega de títulos coletivos (municípios de Canudos mais de 40% das associações já receberam); criação de um Núcleo de referência dos Fundos de Pastos no INCRA em Salvador, e a construção e elaboração do Projeto “Fundo de Pasto que Queremos”.

As comunidades vêm buscando regulamentar o uso das áreas de Fundo de Pasto em forma de titulação de registro coletivo, seja se organizando em torno de associações e comitês de fundo de pasto, como exemplos, o Comitê de Associações de Fundo de Pasto de Massaroca, em Juazeiro; o Movimento de Fundo de Pasto de Casa Nova; Associação de Fundo de Pasto de Curaçá dentre outras (Pesquisa de Campo, Região de Riacho Grande, 01/2009).

Grandes projetos estatais e privados em andamento poderão causar fortes impactos sobre os Fundos de Pastos, tais como: carvoarias, grandes barragens, mineradoras, projetos de irrigação etc. Outras dificuldades apontadas pelas lideranças dos movimentos de Fundo de pasto do Território de Juazeiro decorrem da desarticulação dos Órgãos Estaduais, com suas sedes em Salvador e a falta de articulação com os poderes locais, bem como não conhecem e nem reconhecem a dinâmica social, econômica e simbólico-cultural das comunidades de Fundos de pasto.

Os diagnósticos das ONGs e outras organizações avaliam os Fundos de Pasto como a forma mais apropriada de uso da terra no Semiárido, porque desenvolvem uma adequabilidade às suas condições

climáticas, à disponibilidade de água e de alimentos para os animais em quantidade e extensão específicas. Segundo as avaliações dos técnicos dessas ONGs, as áreas de Fundo de pasto no Território de Juazeiro delimitadas em até 2.500 hectares para uso de uma associação legalmente constituída, é inviável para serem essas terras de uso coletivo, se considerando as condições geoambientais desse Território, situado geograficamente na Depressão Sertaneja, como já posto, mais vulnerável às secas edáficas, altas temperaturas e alta evapotranspiração.

A análise técnica das ONGs é que uma área de 2.500 ha, se avaliada a partir de um cálculo individual por família, atenderia em torno apenas de 20 a 25 famílias. Os diagnósticos das organizações a partir dos projetos e da ação de extensão rural realizados por elas, indicam que cada comunidade de Fundo de Pasto é composta em torno de 70 a 100 famílias. Por esse quadro das ONGs, o cálculo da CDA deveria ampliar a média de 100 a 300 ha para cada família no sentido de assegurar a sustentabilidade sócio-econômica e sócio-ambiental dos Fundos de Pasto (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 07/2008).

As comunidades têm realizado estratégias de ampliação de produção e reprodução diante do tamanho reduzido dos Fundos de Pastos. Elas mantêm as terras sem cercas, de forma que os animais possam circular livremente de um Fundo de pasto para outro, e assim, se ampliem as condições de alimentação e da oferta de água. Um técnico de uma ONG que atua diretamente com essas comunidades avalia que: “o bom do fundo de pasto é isso, não ter cerca e como não tem cerca, seu limite é ate aonde os animais vão”.

As áreas reduzidas de Fundo de Pasto impactam de forma direta na capacidade de suporte da vegetação de Caatinga, pois nelas que se concentram a maior parte da criação de caprinos do Território de Juazeiro. Segundo depoimento de um técnico, os estudos da EMBRAPA indicaram que o ideal é manter a relação de 1 ha para a criação de 1 a 2 animais (cabras ou ovelhas), mas na realidade, tem sido criado de 5 a 8 animais para 1 ha (CURSO DE MANEJO DE CAPRINOS, 2008). Sobre essa questão, outro técnico comenta sobre as consequências dessa relação caprinovinocultura e suporte da Caatinga, expondo:

Há realmente uma pressão muito grande dos animais na Caatinga na época de seca e, como não tem folhas nessa época, ou a folha está numa quantidade bem inferior, eles vão comer as plantas que são menores, plantas que nasceram naquele ano. Então, tem uma pressão muito grande sobre elas, que muitas delas são praticamente, em algumas regiões, a depender da quantidade de animais que se tenha, exterminadas mesmo. Todo ano cai semente, e, elas nascem, mas não conseguem crescer por conta da pressão que se tem, principalmente, nesse período de estiagem [...] A gente anda pela Caatinga e não vê mais umas plantas novas, a não ser, dentro de uma moita de macambira, em outro local de mais difícil acesso, por exemplo, não vê umbuzeiro novo, não vê mais angico, enfim outras plantas, só vêem aquelas na idade mais adulta, em quantidade maior. Isso por que é o bode que é responsável? Não. Não só o bode, mas de toda a pressão que se tem sobre a Caatinga, do gado e de vários outros fatores (A.R.S., Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Um trabalho realizado pelas organizações sociais da ‘Convivência’ no Território de Juazeiro é atuar na orientação técnica com os criadores sobre formas de se ampliar a alimentação dos animais. Uma

das ações desenvolvidas para manter a conservação da Caatinga e também gerar alternativas de ampliação de renda da família é fazerem-se reservas de forrageiras, de feno, de silagem, para que, no tempo da seca se possa garantir ao animal uma alimentação com padrão para ele sobreviver. Os resultados têm sido animadores para os agricultores-criadores. Relatam os técnicos que, além de se garantir a sobrevivência do animal, a família tem conseguido obter renda mesmo em períodos críticos, fabricando queijos e vendendo o animal gordo.

A experiência tradicional de caprinovinocultura coletiva tem se desenvolvido nas áreas de sequeiro. Essas áreas ocupam a maior parte do Território de Juazeiro e enquanto atividade econômica ocupa grande parcela de agricultores e criadores, que utilizam coletivamente as terras de Fundos de Pasto. Os dez municípios que compõem o Território formam o maior rebanho de caprinos da Bahia: Em 2003, o rebanho total do Território era de 2,5 milhões de cabeças, representando 16,3% do total de cabeças do Estado. O rebanho de caprinos corresponde a 50,8% desse total e se configura como o maior rebanho do Estado da Bahia. Do total do Território, 77,4% é pecuária de caprinos (1,9 milhões de cabeças), os bovinos são 13,4% (336 mil cabeças) e os suínos 9,2% (230 mil cabeças). Do efetivo do rebanho de caprinos, o município com maior expressão é Casa Nova, com 20,7%, seguido de Remanso e Juazeiro, ambos com 18,3% (BRASIL, 2008c, p.71).

O governo do Estado atuou, até 2006, com o Programa *Cabra Forte* envolvendo ações de infra-estruturas (poços, cisternas, barragens etc.) e apoio à produção, porém sem muito sucesso; em 2008, coloca em implementação o projeto *Sertão Produtivo*, da Superintendência de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia que, em convênio com algumas organizações da ‘Convivência’, passam a executar o projeto, tendo atuação de assessoria e assistência técnica em Canudos, Curaça, Juazeiro, Sento-Sé, Sobradinho e Uauá pelo IRPAA; em Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso pelo SASOP. Elas realizaram, primeiramente, um diagnóstico do que foram os projetos anteriores do governo (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 07/2008).

Apesar de se constituir, significativamente, do maior rebanho caprino do Estado, no Território de Juazeiro verifica-se um conjunto de problemas nessa atividade: ausência de uma assistência técnica mais constante; projetos de fornecimento organizados; planejamento coletivo e individual dos criadores. A ausência de abatedouros para caprinos tem-se constituído em um entrave e motivo de debate entre criadores e a ADAB, já que apenas em Juazeiro conta com um, com estrutura de frigorífico, construído com recursos públicos, mas desativado há muitos anos. O abatimento desses animais é de forma clandestina e demonstra uma ausência de investimentos públicos no setor (BRASIL, 2008a). As reuniões das associações de agricultores familiares e de fundo de pasto, como exemplo, o Comitê de Associações de Massaroca, em Juazeiro, aponta que as comunidades desse coletivo perpassam por dificuldades para manter a continuidade dessa atividade que é a base econômica local, e, mesmo sendo exigido o

cumprimento das normas de higiene sanitária, o Governo não oferece nenhuma estrutura de apoio para se realizar adequadamente o abate dos animais. As associações apontam que o diálogo entre criadores/comunidades e a Agência é insatisfatório. Como aponta um associado: “Os abatedouros (clandestinos) estão sendo fechados por conta de irregularidades e danos ambientais, mas não há nenhum lugar para se trabalhar adequadamente. É um impasse sem perspectivas para se resolver o problema” (Pesquisa de Campo, Massaroca/Juazeiro, 12/2008).

Outro grave problema para a caprinovinocultura deve-se ao Território de Juazeiro ter municípios de fronteira com o Piauí (Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes e Casa Nova) e com Pernambuco que são tratados como *Zona Tampão*, para garantir que a Bahia se mantenha livre da Febre Aftosa. Por causa desse sistema de defesa, a ADAB definiu que os criatórios não podem ser comercializados em Juazeiro ou Sento Sé, limitando a produção a ser consumida internamente (BRASIL, 2008b).

Um conjunto de fatores se aglutina criando uma situação de insustentabilidade para o quantitativo de rebanho acumulado no Território e se torna preocupante porque a caprinovinocultura é a atividade que tem mais garantido a sobrevivência do agricultor/criador familiar. Um exemplo pode ser tomado pelo significado dessa atividade na renda de três comunidades de Massaroca, distrito de Juazeiro, apresentada na Tabela 20.

Tabela 20 - Caprinovinocultura no distrito de Massaroca/Juazeiro

Associação Comunitária de Lagoinha	valor do kg	total aproximado	venda p/kg	mes
caprinos 500 cabeças	6,00	60.000		
ovinos 600 cabeças	6,00	72.000		
Associação Agropastoril de Curral Novo e Jacaré				
caprinos 400 cabeças	6,00	24.000		
Associação Comunitária e Agropecuária de Cachoeirinha				
caprinos 200 cabeças	6,00	12.000		
Ovinos 200 cabeças	6,00	12.000		
TOTAL		180.000		

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Desse modo, os problemas se relacionam às áreas delimitadas pelo Governo com tamanho inadequado para o número de famílias; à falta de um manejo de criação adequado; à pressão dos fazendeiros sobre as áreas de fronteiras; más condições infra-estruturais; à falta de uma política de valorização do rebanho para fortalecer a cadeia produtiva, enfim, “a culpa não é do bode”, como se fala popularmente entre os criadores.

Outra questão que gera forte debate dentro das reuniões dos comitês e associações de fundo de pasto é sobre a cerca entre os Fundos de pasto, defendida por alguns criadores. Nessas áreas, os animais dispõem de alimentação provinda das plantas nativas, pasto natural e frutas da Caatinga que é consumida pelo rebanho coletivo, mas, em tempos de seca, a disponibilidade de alimentos torna-se insuficiente para

todo ele, e os criadores que têm maiores condições e propriedades com currais levam seu rebanho, aspecto que demonstra uma situação de vantagem competitiva entre o criador mais capitalizado e os demais, e debatida como um fator que enfraquece a luta coletiva da manutenção dos Fundos de pasto.

Algumas medidas vêm sendo adotadas pelas organizações para que a capinovinocultura se fortaleça e possa assumir-se efetivamente como a grande possibilidade econômica dos agricultores/criadores pela ‘Convivência’: A capacitação dos criadores para se ampliarem os cuidados com os animais, a oferta de alimentação do rebanho, as benfeitorias para a criação, etc; discussão sobre as linhas de crédito que, até então, não destinam recursos para a ampliação da melhoria na quantidade e na qualidade de alimentos dos animais durante o período de seca, já que não se disponibilizam recursos para a compra, de novas máquinas ou o conserto das que quebram, ficando a família endividada.

Segundo os técnicos das organizações que atuam com a assistência aos criadores, pode-se tirar o feno da própria Caatinga com métodos simples, baratos e que não degradam a mesma. As máquinas são necessárias, e podem ser adquiridas via uma associação, pois a demanda é maior. Avaliam que o trabalho em determinados municípios já demonstra resultados, tais como em Uauá e Curaçá, cujos criadores vêm plantando juazeiro, fazendo feno e forragens em pequenas quantidades ou em quantidades suficientes. Exemplos bem sucedidos se verificam na região de Aroeiras, em Uauá, e nas regiões de Testa Branca, Caladinho, Brandão, Cachaqui, em Curaçá, onde diversas comunidades têm conseguido tirar leite e fabricar queijo artesanal o ano todo, devido ao trabalho de garantir forragem em quantidade suficiente para alimentar os animais, mesmo em período de seca, ampliando a renda da família.

Algumas alternativas também estão sendo postas em prática por algumas comunidades como a construção comunitária do terreiro de raspa da mandioca. Essa atividade já é adotada, como exemplo, na comunidade de Melancia, em Casa Nova, cujo terreiro de raspa tem possibilitado ampliar as condições de alimentação do rebanho e também gerar renda para a comunidade através da comercialização desse produto (Pesquisa de Campo, região de Melancia/Casa Nova, 01/2009).

As organizações atuantes, como IRPAA, SASOP, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a Diocese de Juazeiro, a CPT, os movimentos de Fundo de pasto, o MST, apontam essas medidas considerando a garantia da terra associada à segurança hídrica, retirando os agricultores e criadores familiares da constante insegurança. Como diz um técnico de uma ONG:

Garantir a terra para a família e água em todos os níveis, desde água para a natureza, água para beber e para os animais, para a comunidade. E depois disso, começa-se a pensar na produção, e para essa região aqui, está provado, para a área de Caatinga que a criação de animais, e principalmente, de pequenos e de médio porte, galinha, abelha, caprinos e ovinos são os mais apropriados, e para criar caprinos e ovinos nessa região aqui, se não se garantir, principalmente, alimentação, então a gente tem um trabalho muito forte nessa área de formação, incentivando as pessoas a ter todos estes cuidados na linha de manejo dos animais, principalmente, de guardar alimentos para os períodos de estiagem. A partir de plantio de forrageiras nas roças, não tirando algumas plantas da Caatinga, pode-se garantir a alimentação de animais durante o ano todo (A.R.S., Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

7.3 A reapropriação social da biodiversidade e agrobiodiversidade da caatinga

A linha de ação da ‘Convivência’ para o uso da biodiversidade e da agrobiodiversidade da Caatinga fundamenta-se na busca da conservação desse Bioma, na utilização sustentável em projetos sócio-produtivos, a partir dos potenciais da Caatinga e no incentivo da criação de arranjos produtivos locais calcados na economia popular solidária, de modo que se fortaleça a autonomia das comunidades rurais e tradicionais. As formas de uso da biodiversidade da Caatinga pelas práticas e programas de ‘Convivência’ têm gerado repercussão econômica nas comunidades/famílias por meio de projetos sócio-produtivos comunitários, associativos e cooperativos. Tais projetos apoiam-se na cultura alimentar dos sertanejos e no saber popular/tradicional da flora e fauna da Caatinga apreendido por essas gentes, que estão sendo reeditados com fins econômicos.

As práticas de reapropriação social da biodiversidade da Caatinga pela ‘Convivência’ tem viabilizado a produção de produtos identitários e ressignificado o saber tradicional sertanejo pela lógica sócio-ambiental. Essa reapropriação social que os sertanejos e sertanejas vêm elaborando está de acordo com o pressuposto por Leff (2005) sobre a construção *ecoproductiva* da racionalidade ambiental, pois traz o sentido de gerar a harmonia com as condições ecológicas da natureza semiárida e sua relação com a cultura sertaneja. Almeida (2003) também apreende a importância da preservação das identidades e dos valores culturais, o enraizamento e a terra como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade dos ecossistemas. Nesse sentido, compreende-se que as populações rurais tradicionais, especialmente as comunidades de Fundo de pasto, têm elaborado uma cultura ecológica com a Caatinga. Essa cultura, na leitura posta pela autora, é um modo particular de se manter a base de recursos dos patrimônios histórico e cultural dos caatingueiros (como também dos cerrados e outros biomas).

A cultura ecológica, da qual nos fala Almeida (2003), também é compreendida por Leff (2000) quando esse autor avalia ser essa cultura o suporte comunicacional entre povos e natureza, cujos significados e usos atribuídos aos ambientes naturais são particulares por meio da construção de um conjunto de práticas coerentes para pensar, relacionar e utilizar a dimensão natural do território.

A dimensão sócio-ambiental e cultural da biodiversidade emerge como uma compreensão do valor dos conhecimentos tradicionais dos povos na preservação e na conservação da biodiversidade. Isso vale considerar que as populações tradicionais indígenas e quilombolas e as populações rurais tradicionais (seringueiros, quebradeiras de coco, fundos de pasto dentre outros) que, ao longo da história de sua organização espacial e produtiva em seus contextos naturais, têm produzido conhecimentos (tradicionais) associados à manutenção da biodiversidade.

A concepção de que as comunidades tradicionais são as portadoras de uma gestão socioambiental interativa e construtivista com a natureza, cuja conservação e preservação da biodiversidade são

resultados da dimensão socioambiental e simbólico-cultural entre comunidades e natureza, é defendida por autores como Almeida (2003), Almeida e Vargas (1998), Leff (2000), Shiva (2001), Santilli (2005), Porto-Gonçalves (2007), Vianna (2008), dentre outros.

Santilli (2005), ressalta nesse direcionamento, que as técnicas de manejo dos recursos naturais até métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies etc., são expressões de saberes desenvolvidos e acumulados por povos/comunidades no seu modo de vida e interação com seus ambientes.

Consideram-se, nesse estudo, com base nos aportes conceituais dos autores citados, a concepção de biodiversidade pela leitura sócio-ambiental e cultural. Como avalia Santilli (2005, p.131) a idéia biologista de biodiversidade, que é compreendida pela diversidade de espécies, ecossistemas e genética, é uma leitura que apenas dimensiona a biodiversidade como um produto da própria natureza, sem a intervenção humana. Concorde-se com a autora, pois a biodiversidade também é uma construção cultural e social, e resultado da ação humana.

Porto-Gonçalves (2007) é outro autor que corrobora para as afirmações expostas, quando salienta a necessidade de se reconhecer que as populações são portadoras de saberes sem os quais a própria gestão dos ambientes se tornaria inviáveis, ou seja, a gestão sócio-ambiental perpassa pelo saber e apropriação simbólico-cultural das populações (tradicional ou não e rurais) para com sua vegetação, e quaisquer políticas de conservação deve considerar esses conhecimentos.

As ressignificações das florestas tropicais, suas populações tradicionais e seus conhecimentos sobre a natureza, têm sido apropriados dentro do contexto emergente do conceito de biodiversidade. Surgem também novos mercados, e a biodiversidade torna-se um campo de trabalho e de lucro. Forma-se um campo de conflito e de disputa por aqueles que detêm reservas de biodiversidade e aqueles que dela desejam se apropriar. Nesse sentido, avalia Almeida (2008) que seja o discurso em defesa da biodiversidade uma construção de formas pós-modernas do capital. É pelo discurso sobre o valor da biodiversidade que se abrem caminhos para a o surgimento de novos produtos derivados da biotecnologia.

Outra questão emergente derivada da apropriação da biodiversidade são as patentes sobre as sementes modificadas, derivados de frutos e folhas manipulados etc. Shiva (2001) salienta que a sistematização e a apropriação do conhecimento tradicional por parte dos centros de pesquisa e de indústrias farmacêuticas têm aberto um mercado novo, seja de produção e de consumo, mas também um mercado perigoso, que a autora denomina como “mercado da biopirataria”. A ‘biopirataria’ deriva dos interesses do capital que se camufla no discurso da proteção da biodiversidade, apropriando-se dos recursos naturais que são também de interesse das comunidades que habitam reservas e áreas ainda preservadas e que têm os conhecimentos sobre os princípios ativos da flora, apropriados ilegalmente.

Shiva (2001) traz uma questão importante sobre o reconhecimento da cultura na construção da biodiversidade, uma vez que, ao se considerarem as áreas de reserva de biodiversidade como legados dos povos e seus sistemas sociais segundo princípios de justiça e de sustentabilidade, a falta de um debate político e marcos legais seguros sobre os direitos e responsabilidades entre os usuários, a utilização e conservação da biodiversidade têm possibilitado que, no campo conflituoso entre grandes empresas e comunidades, essas últimas percam seu valor enquanto co-produtoras da biodiversidade.

7.3.1 O beneficiamento dos frutos nativos

No Território de Juazeiro, geograficamente marcado pelas condições edafoclimáticas da Unidade Geoambiental Depressão Sertaneja, identifica-se uma presença da vegetação chamada Savana Estépica Arborizada nos 10 municípios, caracterizada pela presença de vegetação de aspecto seco e densamente povoada com árvores de médio e pequeno porte. Algumas espécies comuns são o umbuzeiro, a faveleira e a jurema. Uma variação importante da vegetação descrita acima é a Savana Estépica Parque, que ocorre em Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá. Caracteriza-se por apresentar uma fisionomia típica com plantas lenhosas raquíticas e espaçadas, como se tivessem sido plantadas, podendo apresentar-se às vezes associada a um tapete de gramíneas. Algumas espécies comuns são a jurema, pereiro e pau-branco.

Aparece, também, no Território, a Savana Estépica Florestada, onde a vegetação é mais alta, com média de 5 metros de altura e excepcionalmente ultrapassando os 7 metros. Esta ocorre em uma porção de Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Sento-Sé, Sobradinho, Juazeiro e Canudos, destacando-se espécies como angico e aroeira. Em Campo Alegre de Lourdes, ocorre desmatamento há muitas décadas principalmente de aroeira, angico e pau de birro. Outras variações importantes ocorrem no Território. Por exemplo, nos limites de Sento Sé, há uma mudança para a Floresta Estacional, vegetação mais alta e densa, pois se confronta com a Chapada Diamantina.

Dois municípios apresentam ambientes de brejos: um deles é o município de Pilão Arcado, que, em meio às dunas continentais, regiões intensamente arenosas de difícil acesso, estão situadas os brejos, áreas com água corrente que apresentam nascentes e sumidouros, riachos que continuam seu percurso subterraneamente. Neles, a vegetação é verde, com a presença marcante do buritizeiro nativo e de plantas cultivadas, tais como, mangueiras, coqueiros e cana de açúcar. Todas essas plantas são exploradas localmente no fabrico de cachaça, rapadura, doce de buriti e derivados. Em Sento Sé, ocorrem brejos em forma semelhante, com olhos d'água, porém os solos não são arenosos, se fazendo presentes outras espécies nativas, tais como, a Caraibeira e Carnaubeiras (BRASIL, 2008c, p.19-21).

Determinadas plantas nativas da Caatinga vêm se tornando carros-chefe da produção de doces, geléias, sucos e polpas dentro das atividades de beneficiamento das organizações sociais da ‘Convivência’, uma prática que se pontua em alguns territórios do Semiárido Brasileiro, como o Território de Juazeiro, onde se destacam o umbu e o maracujá-do-mato. Em São Raimundo Nonato, no Piauí, as comunidades estão aproveitando o caju. De qualquer forma, esse movimento de reapropriação social da biodiversidade da Caatinga pela ‘Convivência’ mostra uma busca da valorização socioambiental das comunidades e do potencial de seus contextos como forma de ampliação da renda familiar e da melhoria socioeconômica das comunidades rurais.

O umbu ("y-mb-u"), um dos frutos beneficiados, é o fruto do umbuzeiro que no tupi-guarani significa "árvore-que-dá-de-beber", uma árvore que é parte do universo simbólico dos sertanejos, como disse Euclides da Cunha, em “Os Sertões” (1963): uma “árvore sagrada do sertão”, pois dela tudo se aproveita, especialmente sua significação como meio de sobrevivência no *tempo seco*.

O umbuzeiro é uma árvore de pequeno porte, em torno de 6 m de altura, tem vida longa (100 anos). Autores como Queiroz, Goedert e Ramos (1999 apud BRASIL, 2008a) concluíram que há 17 grupos diferentes de umbuzeiro, independentemente da região de origem. Os estudos também concluíram que essa planta não tem ocorrência em outras regiões do mundo, portanto, uma árvore endêmica da Caatinga.

Os estudos da Seagri-BA (BAHIA, 2008) revelaram que, em média, um umbuzeiro só começa a dar frutos com 15 anos e dá até três floradas numa safra. Um método de coleta do umbu foi desenvolvido pelo IBAMA em conjunto com os agricultores do Território de Juazeiro, especificamente em Uauá, no sentido de garantir a conservação da árvore e de se aproveitar melhor a sua produtividade, fator que proporcionou à COOPERCUC ampliar para 400 kg de frutos, em média, de um umbuzeiro numa safra (Pesquisa de Campo, Uauá, 10/2007). Trata-se da coleta dos frutos com as mãos sem bater nos galhos da árvore reduzindo e se coletando, apenas, os frutos inchados, como mostra a Figura 20. Uma técnica simples que garante a conservação dos umbuzeiros. Esse manejo adequado tem sido exigido pelas instituições financiadoras como uma das condições para a certificação orgânica das áreas de uso sustentável da Caatinga. O umbuzeiro tem sido degradado por variados motivos, dentre esses: a formação de pastagens, a implantação de projetos de irrigação, olarias e calcinadoras e queimadas, a pecuária extensiva etc (BRASIL, 2008a).



Figura 20- O umbu após a coleta

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, Uauá, 10/2007

As comunidades rurais já detinham o conhecimento na manipulação do umbu fabricando a ‘umbuzada’, um creme, de sabor azedo, usado para o consumo da família. Os frutos eram levados para a venda direta em feiras ou vendendo por baixos preços para o atravessador, na propriedade. Como se coletavam os frutos batendo nos galhos, muitos se perdiam, pois caíam os maduros, que se perdiam facilmente, os inchados que rachavam e os verdes que não eram aproveitados. Deste modo, havia uma grande perda na produtividade do umbuzeiro e uma forma predatória já que os galhos impactados deixavam de florear.

Para a obtenção da certificação orgânica (obter o selo orgânico) dos produtos, uma das condições exigidas é a conservação dos umbuzeiros; outra exigência é que as áreas de Fundo de pasto devam estar regulamentadas, aspecto que tem sido um dos grandes empecilhos para se firmarem convênios entre as organizações e as instituições de cooperação técnica e financeira, especialmente as estrangeiras. As organizações que atuam com o beneficiamento dos frutos comprovam que a certificação favoreceu, na prática, a redução da degradação das árvores. Outro fator que traz boas percepções para os umbuzeiros é o trabalho desenvolvido com a EMPRABA Semiárido na plantação de mudas em viveiros e sua doação para o transplante das mudas para as áreas de Fundo de pasto pelos agricultores familiares.

A grande ameaça aos umbuzeiros no Território de Juazeiro está nas áreas onde ainda se podem encontrar “plantios naturais” dessa árvore na Caatinga, ou seja, as áreas de Fundo de pasto, como aponta o depoimento abaixo:

Os pés de umbuzeiros começam a despertar a ganância cada vez mais e interesses dos fazendeiros, que passam a exercer uma pressão maior sobre a terra em áreas de Fundo de Pasto, ou para coletar umbu, ou para criar caprinos e ovinos, a cada dia, mais essas áreas vão sofrendo essa pressão. Se percebe, ainda, uma grande quantidade de pés, pois têm lugares que parece um plantio natural de umbu: são dezessete a vinte pés de umbu por hectare. Uma pesquisa da própria EMBRAPA comprovou isso, então, começa a despertar o interesse, como uma atividade percussora de geração de renda, em alguns municípios, como em Uauá. E ainda conjugada a isso, começa aparecer aqui, nessa região, as mineradoras sobre essas áreas, hoje já se encontra 4 a 5 mineradoras fazendo trabalho de exploração, elas são de fora, de outros Estados. Por outro lado, começa agora uma pressão em relação ao plantio de cana-de-açúcar, com a política ligada aos agrocombustíveis” (A.R.S., Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Outro fruto carro-chefe é o maracujá-do-mato (*Passiflora serratodigitata* L.), uma planta resistente a longos períodos de estiagem, cuja colheita se dá no primeiro ano após o plantio e durante os próximos dez anos (EMBRAPA, 2008). Esta planta passa a ser beneficiada a partir da experiência de uma agricultora de Uauá, que usou a receita da geléia de umbu para o maracujá e foi aprovada pela gerência da Cooperativa. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2008c) o Território possui capacidade extrativista de umbu e maracujá-do-mato com potencial de até 8 plantas por hectare em média, sendo que 1 planta produz aproximadamente 80 quilos por safra em uma área total de 5.000 hectares. Outros frutos também estão sendo beneficiados, mas estes são comprados e não coletados nas propriedades individuais e especialmente, nas áreas coletivas de Fundo de pasto. São a goiaba, a banana e a manga, que também são transformadas em sucos (goiaba e manga), e doces.

A atividade de beneficiamento dos frutos tem sua territorialização em duas áreas desse Território, sendo que os municípios de Curaçá, Uauá e Canudos têm à frente a atuação da COOPERCUC, que atua no gerenciamento de toda essa atividade. Essa Cooperativa possui uma fábrica central em Uauá, que congrega toda a produção e finaliza algumas de suas etapas dependentes de refrigeração, bem como é a responsável pela comercialização do conjunto de 16 mini-fábricas distribuídas pelas comunidades rurais desses municípios. As Figuras 21 e 22 apresentam a Fábrica Central e uma das mini-fábricas da COOPERCUC. Algumas dessas mini-fábricas distam até 90 km da fábrica central. Elas são responsáveis pela produção das primeiras etapas da produção de doces e polpas, mas realizam a produção completa dos sucos e geléias do umbu, maracujá-do-mato, goiaba e manga, como mostram as Figuras 23 e 24.

Em 2007, quando foram instaladas as 13 mini-fábricas (Tabela 21), ficaram 4 para Canudos, 4 para Curaçá e 5 para Uauá, distribuíram-se as 13 mini-fábricas entre esses municípios, mas em Patamuté (Curaçá), Maria Preta (Uauá) e Raso (Canudos), onde também se têm atividades da COOPERCUC, essas comunidades não contam com a unidade de produção, tipo a das mini-fábrica, que são padronizadas, mas sim, com uma casa destinada à produção. No entanto, as mini-fábricas dispõem de poucas infra-estruturas, com três pequenos cômodos, sendo uma cozinha onde se manipulam os frutos e se armazenam a produção, ficam os equipamentos e as embalagens com os produtos fabricados durante a semana e que são transportados para a fábrica central.

A Slow Food atua fortalecendo determinados produtos com potencial gastronômico, mas com alto risco de desaparecimento das tradições culinárias regionais. Dentre as ações está *Arca dos Gostos*, espécie de “um catálogo mundial que identifica, localiza, descreve e divulga sabores quase esquecidos de produtos ameaçados de extinção, mas ainda vivos, com potenciais produtivos e comerciais reais” (SLOW FOOD BRASIL, 2008). Através dessa ação, o umbu foi identificado e inserido como uma “Fortaleza”, ou seja:



Figura 21 - Fábrica Central da COOPERCUC,
Uauá

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, Uauá, 10/2007



Figura 22 - Mini-fábrica da Comunidade
Canabrava, Uauá

As fortalezas são projetos concretos de desenvolvimento dos produtos em territórios, envolvendo diretamente os pequenos produtores, técnicos e entidades locais. São pequenos projetos dedicados a auxiliar grupos de produtores artesanais e preservar seus produtos tradicionais de qualidade (SLOW FOOD BRASIL, 2008).

O beneficiamento do umbu surge da iniciativa de algumas mulheres que procuravam gerar seu melhor aproveitamento, formando, inicialmente, um grupo chamado de “Unidos do Sertão”, composto por mulheres que usavam uma casa e realizavam uma pequena produção que atendia mais o consumo das famílias, sendo algum excedente vendido na feira-livre. Nasce a Cooperativa em 1997, mas oficializada em 2004, contando com o IRPAA através do Projeto institucional “Programa Curaçá-Uauá-Canudos” (PROCUC). Em 200, adentra o apoio da Slow Food, uma ONG italiana que, junto com o IRPAA, firmam uma parceria, dando uma maior estruturação para a Cooperativa, permitindo se ampliarem as condições de infra-estrutura e fortalecimento das ações nos três municípios.

Outra forte parceria que adentra o apoio à COOPERCUC é a ONG austríaca, Horizon 3000, em 2006, cujo investimento foi para a construção das mini-fábricas. Essas parcerias deram à Cooperativa uma dinâmica de produção, cuja fabrica central recebe as demandas e distribui entre as mini-fábricas que, por sua vez, vão atender os pedidos no período estipulado pela sede. É, portanto, uma produção controlada. Esse controle é feito pelo coordenador do grupo de cada mini-fabrica, que atua na fiscalização, supervisiona e transfere conhecimentos. Outro fator que deu outra dinâmica à COOPERCUC foi o processo de certificação das propriedades e dos Fundos de pasto, investindo no controle da coleta dos frutos e na qualidade da fabricação.



Figura 23 - Geleias de maracujá-do-mato

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, Uauá, 04/2008



Figura 24 – Geléias, compotas e sucos de umbu

Tabela 21 - Territorialização da COOPERCUC

Curaça Comunidade	Uauá Comunidade	Canudos Comunidade
	Sede – fabrica central (*)	
Brandão Serra Grande (*) ; Caladinho ; Cachaqui ; Patamuté.	Marruá (*) ; Serra da Besta (*) ; Caldeirão do Almeida ; Testa Branca ; Desterro ; Lages das Aroeiras ; Maria Preta ; Cocobocó e Caititus	Sítio do Tomais Raso
5 mini-fábricas	9 mini-fábricas	2 mini-fábricas
Total = 16 mini-fábricas		

(*) Comunidades visitadas na Pesquisa de Campo

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Essa dinâmica territorial da gestão também é outro diferencial entre a COOPERCUC e as demais organizações que atuam com o beneficiamento de frutos, pois, ao desenvolver uma gestão descentralizada, distribuindo a produção entre a fábrica central e suas mini-fábricas, a Cooperativa ampliou sua oferta de produção e diversificação de produtos e sua capacidade operacional, fortalecendo a cooperação e interação entre sede e comunidades.

A outra área com atividades de beneficiamento dos frutos engloba os municípios de Remanso e Casa Nova, havendo diferentes organizações, na maioria, Associações e uma Cooperativa. Destacam-se a Associação Agropecuária e de Apicultores de Marcos e COAPRE, em Remanso; a Associação de Fundo de Pasto e Pequenos Produtores e Apicultores de Ladeira Grande e a Associação de Moradores e Produtores de Baixa Grande e Região, em Casa Nova. O período de criação dessas organizações está entre os anos de 2002 a 2004.

As Associações e a COAPRE desenvolvem suas atividades em casas ou galpões que ficam localizados nas comunidades rurais. Esses espaços contam com poucas infra-estruturas para se ampliar a produção; exceto a comunidade de Marcos, as estradas são de chão, fatores que geram muitas

dificuldades para se avançar nesses projetos comunitários (Pesquisa de Campo, Remanso e Casa Nova, 07/2008 e 01/2009).

Essas organizações possuem parcerias com as ONGs regionais, mais diretamente com o SASOP, cujo trabalho de assessoria está presente desde 1997, acompanhando a criação e o desenvolvimento das atividades. A CONAB tem sido um importante comprador através do Programa de Aquisição de Alimentos para a Merenda Escolar (PAA), cuja venda é feita diretamente entre a Associação ou Cooperativa e a Escola (ou creche ou abrigo de menor). O projeto é feito para um período anual, mas sempre há o risco de não se renovar, fator que tem causado insegurança. Na ocorrência da falta de convênio, as organizações relataram ter ficado com estoques comprometidos, denotando a dependência do incentivo e apoio financeiro externo.

A sustentabilidade financeira e comercial desses empreendimentos ainda não foi alcançada, mas demonstram buscar este objetivo ao investirem na aprendizagem dos associados e cooperados, capacitando-os para a gestão social, ampliação do conhecimento técnico, fortalecimento da participação da comunidade nas reuniões, encontros, cursos e seminários e incentivo ao intercâmbio para trocas de experiência e conhecimento das potencialidades e fragilidades dos seus projetos.

A divisão do trabalho nas mini-fábricas, galpões ou casas envolvem todos em todas as etapas da produção, que começa na coleta dos frutos até a embalagem dos produtos. Essa divisão do trabalho se organiza em grupos (mulheres e homens) que variam de 10 a 12 ou de 12 a 15 pessoas (às vezes duas a três pessoas de uma mesma família), que se dividem em turmas de três ou quatro pessoas para realizar todas as etapas da produção. A participação das mulheres é maior do que a dos homens dentro desses espaços. Em média em cada grupo apenas 3 a 4 são homens. A jornada diária é das 07:00 às 17:00 h. Cada turma se encarrega de coletar os frutos e de elaborar todas as etapas da produção. Em cada turma, cada pessoa é responsável por uma cota da produção dentro do projeto firmado pela associação ou cooperativa.

A coleta dos frutos pode ser na própria propriedade ou na área coletiva de fundo de pasto, mas diante da falta do fruto, especialmente do umbu, recorre-se a compra, mas no caso da COOPERCUC só se permitem os frutos das áreas certificadas. Assim, todos os grupos e suas turmas realizam todas as tarefas no sentido de se chegar ao final da safra atendendo toda a demanda estipulada. Após a coleta do umbu e também do maracujá-do-mato que segue o mesmo método, os frutos inchados vão passar por um processo gradual de separação da parte líquida (que vira suco), da parte da massa (casca, polpa e caroço que viram geléia ou doce).

O umbu é a fruta beneficiada em maior quantidade, detendo 80% da produção, com maior oferta e considerada a mais simbólica da produção pela 'Convivência'. Através das capacitações ou na aprendizagem coletiva, os agricultores (as) envolvidos (as) aprendem o método da coleta do umbu,

manusear os equipamentos, produzir os doces, geléias, sucos e polpas com controle de qualidade, desde a fabricação à conservação.

As organizações procuram manter um rígido controle do ambiente, desde a chegada dos frutos aos locais de produção, à colocação dos rótulos nas embalagens, com a esterilização dos vidros e vasilhas plásticas etc. Os associados e cooperados que trabalham no fabrico fazem uso de uniformes e máscaras de pano. Outro cuidado é com a lenha que se usa no forno da cozinha, sendo nas mini-fábricas da COOPERCUC o uso da algaroba (*Prosopis juliflora*), uma planta exótica e adaptada ao Semi-Árido plantada pela fábrica central para atender à demanda de madeira. No geral, as outras organizações utilizam-se de madeira caída da Caatinga, mas todas demonstraram uma preocupação em não usar a madeira da Caatinga evitando o desmataamento da vegetação nativa.

A média das comunidades é de 100 famílias, mas na organização de uma mini-fabrica/galpão participam no máximo 20 famílias, como afirma um presidente de uma organização: “As famílias procuram, mas não dá para empregar todas; as inseridas melhoraram a renda”. Essa procura deve-se realmente ao aumento da renda que as famílias participantes dos projetos sócio-produtivos estão conquistando, aumentando seu poder de compra, que se verifica pelos depoimentos das mulheres associadas/cooperadas que relatam: “Com o dinheiro da última produção pude ajudar meu marido na compra de um carro”; “O dinheiro ajudou a comprar móveis, reformar a casa”; “Este ano (2007) vou fazer uma poupança, uma reserva do dinheiro”. Ou seja, são expressões de que, apesar de ser uma renda que tem um caráter de complementar a renda principal, que é derivada da criação de cabras e ovelhas, criação de galinhas, venda do umbu *in natura*, e das rendas da aposentadoria e do Programa Bolsa Família.

Segundo dados dos presidentes dessas organizações que atuam com o beneficiamento dos frutos, a renda de família com o trabalho associado/cooperado, na atividade desenvolvida em uma safra, varia de R\$ 700,00 a R\$ 1.500,00. São famílias que conseguiram ficar acima da linha da pobreza. Como afirma um dirigente da COOPERCUC: “parece pouco, mas a família conseguiu ampliar em torno de 20 a 25% de sua renda mensal por 3 a 4 meses”. Uma cooperada exprime a importância dessa atividade na vida da família ao expor que “bom seria ter produção o ano todo, sendo uma renda mensal, mas precisa de mais frutas ao longo do ano” (Pesquisa de campo, Uauá, 10/2007).

O que essa cooperada aponta é que, mesmo com os avanços e melhorias na vida das famílias rurais, existem problemas estruturais que impedem que as Cooperativas e/ou as Associações ofereçam atividades ao longo do ano, e que a renda derivada das atividades com os frutos, passem a compor uma renda principal da família.

7.3.2 A Apicultura

A apicultura tem maior destaque nas partes norte e oeste do Território de Juazeiro, onde se localizam os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso e no município de Sento-Sé, mais ao sul do Território. Destacam-se, nessa atividade, as organizações COAPRE (Remanso e Sento-Sé); Rede de Mulheres de Remanso; Associação de Fundo de Pasto de Melancia (Casa Nova), Associação de Fundo de Pasto e Pequenos Produtores e Apicultores de Riacho Grande (Casa Nova) e a Rede de Mulheres de Casa Nova; Associação dos Esportistas e Estudantes de Lages (Sento-Sé) e Associação de Apicultores de Sento-Sé.

A apicultura é desenvolvida nessa área desde os anos de 1980 por iniciativa foi do STR de Campo Alegre de Lourdes e da Paróquia desse município, consolidando-se em 1996, com a fundação da COAPICAL que contou com o apoio do SASOP, gerando um impulso e incentivo à criação de outras organizações, como exemplo a COAPRE, que passou a atuar nos quatro municípios. O apoio técnico dessa ONG ao longo do tempo tem motivado o empreendimento e a melhoria técnica dos apicultores e da qualidade dos produtos com investimentos em cursos de criação das abelhas, beneficiamento do mel e derivados, e a gestão.

Muitos apicultores associados vêm desenvolvendo a atividade de forma autônoma, em suas casas, dispondo as caixas em sua propriedade e comercializando sozinhos. Essa situação demonstra um baixo grau no associativismo, derivado dentre outros fatores, dos baixos recursos financeiros para construir um espaço adequado, fortalecer e investir na produção. Algumas associações disponibilizam de locais apropriados, são as chamadas ‘casa do mel’. cujos apicultores concentram o mel coletado, manipulam o produto com equipamentos específicos (decantadeira, engarrafamento etc.), guardam os baldes (de 1, 1,5 ou de 5 litros). Nessas ‘casas do mel’ o trabalho é desenvolvido de forma coletiva, cujos apicultores associados realizam todas as etapas na metodologia das escalas de grupos e suas turmas.

As Associações que dispõem de um local apropriado para se desenvolver a produção, mas é um espaço para realizar-se duas ou três atividades, uma vez que essas são por safras sazonais, cujos grupos formados muitas vezes são com as mesmas pessoas ou com outros grupos que adentram em apenas uma atividade. Um exemplo tem-se na comunidade de Melancia (Casa Nova) que conta com a ‘casa do mel’, local onde se desenvolvem as etapas de produção da apicultura (abril a outubro), como também a fabricação dos biscoitos sequilhos (de junho a dezembro) quando ocorre a safra da mandioca na comunidade, conforme mostra o Quadro 10.

A instalação das caixas na Caatinga, em sua forma arbustiva e mais fechada nos municípios de Casa Nova e Remanso com árvores melíferas, tais como, o marmeleiro, a aroeira, o juazeiro e o cajueiro, é um ambiente favorável para a criação das abelhas. Segundo estudos dos Cenários do Bioma Caatinga

(2004) já foram registradas 187 espécies de abelhas no Semiárido, sendo 30 espécies endêmicas que perfazem 16% dos animais endêmicos desse território. Os depoimentos dos apicultores demonstram que a inserção nessa atividade tem propiciado uma maior consciência de conservação da Caatinga, revertendo práticas de caça predatória e desmatamento por parte de toda a comunidade:

Quem trabalha com apicultura vê o ambiente de outra forma, a abelha vive da flor e sem ela como produzir o mel, que gera a renda necessária (J.V.B. Entrevista, Remanso, 12/2008).

A apicultura também é uma atividade complementar à agricultura de sequeiro e a criação de caprinos e ovinos, atividades principais desenvolvidas nesses municípios do norte e oeste do Território de Juazeiro. O município de Casa Nova tem muitas comunidades de Fundo de Pasto e a apicultura faz-se uma nova forma de renda familiar, mesmo sendo por um período curto do ano, os depoimentos apontam que se consegue obter maiores rendas do que nas culturas de feijão, milho e mandioca. A Figura 25 retrata essa produção (Pesquisa de Campo, Casa Nova, 01/2009).

Por ser uma atividade com menor dependência das chuvas, a apicultura se apresenta como uma importante atividade de convivência. O PDTRS do Território do Sertão do São Francisco (BRASIL, 2008c) avaliou que a cadeia produtiva da apicultura indica que o mel produzido é apto a receber o selo de qualidade, como produto orgânico:

Por ser de origem de plantas silvestres ou isentas de contaminação com agrotóxicos e ser produzido por abelhas sadias, que não demandam a utilização de antibióticos para o combate às doenças. Isso pode incrementar em torno de 30% o valor do mel e o seu credenciamento para exportação, objetivo que deve ser perseguido pelo Território (BRASIL, 2008c, p. 72).

A apicultura, por sua vez, não é uma atividade que desperta interesse em outras comunidades de Fundo de Pasto, isso se verificou no distrito de Massaroca/Juazeiro, cuja área total de Fundos de pasto (registradas pelo INTER-BA em 2008) é de 2.246 hectares (Pesquisa de Campo, Massaroca/Juazeiro, 01/2009). Segundo os depoimentos dos entrevistados, essas áreas são reserva de Caatinga e devem ser usadas apenas para a caprinocultura. Há uma concepção coletiva de preservação das áreas de Fundo de pasto, como aponta um morador:

A comunidade não vê como alternativa a apicultura. A Caatinga já é bem aproveitada pelo fundo de pasto. Temos muitos animais e plantas nativas que devem ser protegidos. Está lavrado em ATA que não se pode desmatar, não fazer queimadas e nem caçar em área de fundo de pasto (P.D.C. Entrevista, Massaroca/Juazeiro, 01/2009).

As associações comunitárias estabeleceram medidas em seus estatutos garantindo a preservação de suas áreas de Fundo de pasto, como aponta outra fala:

Há um parágrafo no estatuto da associação de que é proibido desmatar e caçar em áreas de fundo de pasto. Para alguém fazer um cercamento, retirar lenha ou alguma atividade tem que primeiro discutir e se aprovar na associação (F.P.S. Entrevista, Massaroca/Juazeiro, 01/2009).



Figura 25 - Apicultura na área de Remanso e Casa Nova: produtos e manejo do mel
 Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, Remanso 07/2008; Casa Nova, 01/2009

A concepção de Fundo de pasto como áreas de proteção das comunidades demonstra as especificidades socioculturais elaboradas pelas diferentes comunidades desse modo coletivo de apropriação das terras. A concepção preservacionista das comunidades rurais de Massaroca foi sistematizada pelos alunos (as) da 5ª série da ERUM, em 2004:

É uma área de utilização coletiva de plantas nativas da Caatinga que serve de refrigério na época do verde e de socorro na época da seca (FERNANDES NETO, 2004, p.13).

Essa questão aponta para as políticas públicas atentarem para as especificidades dos contextos físicos e subjetivos dos territórios, cuja percepção da existência nesses se diferencia. Muitas vezes, a proximidade de área não significa uma mesma apropriação material de um dado território, que é valorizado e apropriado pelo sentido de pertencimento, ou seja, são atravessados pelos valores simbólico-culturais, aspectos apontados por Almeida (2005), pois incorporam o sentido de valoração identitária à cultura.

As dificuldades observadas e sinalizadas pelos apicultores foram sobre a produção, no que tange aos cuidados sanitários, que demandam dos órgãos competentes uma efetiva orientação; criação e melhoria nas instalações dos locais de beneficiamento do mel, como mostra a Figura 25; investimento em cursos de aperfeiçoamento; aquisição de mais equipamentos para as unidades de produção ('casas de mel' ou outras); fortalecimento das Associações para que se qualifiquem e promovam uma gestão empreendedora e compartilhada com a comunidade, dentre outros aspectos.

7.3.3 Algumas práticas em agrobiodiversidade e agroecologia

Santilli (2005) ressalta que as políticas de conservação não têm dado maior atenção para o componente cultivado da biodiversidade – a agrobiodiversidade. Essa questão dimensiona o importante papel que os agricultores familiares e tradicionais têm na conservação da agrobiodiversidade, pois desenvolveram por gerações os mais diversos conhecimentos sobre plantas domesticadas e cultivadas, bem como práticas de manejo de ecossistemas cultivados. A continuidade da produção desses conhecimentos depende de condições que assegurem a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, quilombolas e populações rurais tradicionais. Como afirma a autora, ainda há uma tendência dentro das políticas públicas para priorizar as ações de conservação da biodiversidade espontânea em detrimento da biodiversidade em ecossistemas cultivados:

Há uma desconsideração do papel dos agricultores tradicionais no manejo da diversidade de espécies e na conservação da diversidade varietal dos cultivos. As ameaças à agrobiodiversidade e à genética das plantas cultivadas são representadas principalmente pela agricultura dita moderna, baseada na monocultura de espécies tradicionais, colocando em risco a segurança alimentar (SANTILLI, 2005, p.108).

Algumas práticas em agroecologia e agrobiodiversidade vêm sendo desenvolvidas em comunidades rurais. No geral, são iniciativas de associações, redes de mulheres, escolas e ONGs e denotam um caminho para fortalecer ações de conservação da Caatinga, gerar novos hábitos alimentares pelos princípios da segurança alimentar, envolver crianças e jovens na produção do conhecimento contextualizado com a incorporação de valores e atitudes de ‘bom uso’ da natureza semiárida. Na Figura 26 podem se observar dois projetos em realização pelas comunidades e escolas do Território de Juazeiro.

- Quintais Produtivos:

São práticas de manejo da diversidade de espécies e da conservação da diversidade/variedade dos cultivos pelos agricultores familiares. Seja em plantios coletivos ou ao redor da casa, ele se “constitui uma prática tradicional de cultivo e de criação de aves” (ASABRASIL, 2009b). No Território de Juazeiro, os quintais agroecológicos têm sido incentivados e apoiados por algumas organizações, sendo implementados nas comunidades de Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes e Casa Nova desde 2004. Com apoio do SASOP, possibilitou-se estruturar, inicialmente, 24 quintais nesses municípios. Em 2007, com a introdução das cisternas do P1+2, e a construção de 60 cisternas para produção de 16 mil litros distribuídas em Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes pode-se ampliar o projeto das hortas e canteiros. Em Remanso, a primeira comunidade a obter uma cisterna de produção foi de Lagoa do Garrote (Figura 26.2). Em 2008 o projeto dos quintais chega a Pilão Arcado e Casa Nova (Pesquisa de Campo, Remanso, 12/ 2008).



Figura 26 - Projetos agroecológicos no território de Juazeiro

1- Escola Rural de Massaroca/Juazeiro, 01/2009

2 - Comunidade de Lagoa do Garrote/Remanso, 07/2008

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, 10/2007 a 01/2009

Os quintais produtivos que também são chamados de quintais agroecológicos ou domésticos, são cuidados em grande parte pelas mulheres. Elas que se responsabilizam pelo cultivo das frutas, tais como, manga, laranja, caju, tangerina, acerola, mamão etc. O objetivo é manter frutas com ciclos diferentes ao longo do ano para que haja uma oferta constante desses alimentos para a família. Outro objetivo é que a família também beneficie os frutos produzindo para seu próprio consumo, polpa, sucos, doces e geléias e guardem esses produtos para épocas fora da safra ou de estiagem.

Nesses quintais, também, se plantam ervas medicinais para uso em remédios caseiros, tais como, alecrim, hortelã, malvão, erva cidreira e mastruz. Muitas mulheres detêm receitas medicinais passadas pelos seus ancestrais e repassam seus conhecimentos para a comunidade. As associações, ONGs e Paróquias têm promovido cursos e oficinas na aprendizagem dos preparos dos alimentos e das receitas medicinais (SASOP, 2008). O objetivo dos quintais, segundo um técnico é gerar a ampliação da oferta de alimentos para a família agricultora, incentivando uma segurança alimentar e nutricional e não voltado para uma prática economicista:

A idéia dos quintais não é essa do comércio, porque se for para todo mundo ser beneficiado com a cisterna de produção e pensar em comercializar aí não vai ter sustentabilidade para a comercialização, se todo mundo produzir não vai ter comércio também, nossa idéia é reforçar a questão alimentar (M.P.N. Entrevista, Remanso, 07/2008).

Desse modo, o projeto integra-se dentro dos princípios de segurança alimentar e nutricional (SAN) para as famílias rurais no Semiárido Brasileiro. O conceito de SAN no enfoque brasileiro foi legitimado na 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda (PE), em 2004, na qual se afirmou que:

“É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRANCO, T., 2005, p.10)

- As hortas comunitárias e escolares

São outra ação dentro do propósito de se incentivar as comunidades a ampliarem práticas em agroecologia em suas propriedades gerando novos padrões para sua segurança alimentar e nutricional. Uma dessas ações tem a Rede de Mulheres que mobiliza as mulheres das comunidades, exemplo em Remanso, Lagoa do Garrote e Caldeirão do Café dentre outras, que recebem cursos e palestras e colocam em prática o plantio de hortaliças, de frutas, de gergelim entre outras plantações.

As hortas são desenvolvidas em algumas comunidades em ‘canteiros econômicos’, assim denominados por demandarem pouca água. A técnica consiste em construir os canteiros em bancadas de lajotas, e ao serem regados a água percola as laterais desses e infiltra nas lajotas, mantendo os canteiros úmidos por maior tempo. Este projeto foi identificado na comunidade de Melancia, em sua fase inicial, mas paralisado por conta da falta do repasse de recursos de uma ONG italiana, apoiadora do projeto.

Nas escolas rurais, destaca-se a Escola Rural de Massaroca (ERUM), comunidade de Lagoinha, no distrito Massaroca, Juazeiro (Figura 26.1). Nessa escola, se desenvolve um trabalho pedagógico contextualizado com a “horta pedagógica”, cujo objetivo é integrar os alunos e comunidade em práticas de agroecologia melhorando também a merenda escolar. Na ‘horta pedagógica’ planta-se hortaliças (coentro alface, cebolinha), pimentão, beterraba, cenoura, rabanete, tomate, etc; e ervas medicinais (capim-santo, hortelã e outras); A escola vende para as comunidades circunvizinhas e o lucro reveste para a própria escola, comprando materiais etc.

A horta é cuidada por toda a comunidade escolar, cujo procedimento diário é coordenado por um professor de uma determinada turma. No espaço da horta, nas imediações da escola e cedido por um morador da comunidade, os alunos plantam, molham, adubam e fazem o regadio. Eles anotam todas as informações sobre problemas e sugestões que serão discutidas de volta à sala de aula com o professor. Desta etapa, os alunos elaboram um relatório, pelo qual o professor do dia seguinte prossegue com o mesmo procedimento com a turma da vez, e assim, todos participam da “horta pedagógica”. Essa atividade se transversaliza dentro do currículo escolar promovendo sua inserção dentro dos conteúdos disciplinares: Em Matemática, trabalha-se a metragem; em Ciências, as funções dos alimentos; em

Geografia, os mercados; Língua Portuguesa com textos e relatório. Como relata uma docente: “Este trabalho muda o conceito de ambiente e incentiva as crianças e comunidade a cuidar de sua horta alimentar em casa”.

As “hortas pedagógicas” também são praticadas em algumas escolas públicas de Juazeiro e de Curaçá, localizadas próximo às margens do rio São Francisco. Elas são realizadas em parceria com o IRPAA, e dos relatórios sistematizados pelos alunos a idéia é elaborar uma “cartilha de como construir uma horta pedagógica na escola”, informa o coordenador do projeto.

- Replanteio de mudas nativas da caatinga:

Esse projeto tem sido uma iniciativa da rede de mulheres, uma organização presente em alguns municípios do Território de Juazeiro, como exemplos, em Remanso e Casa Nova. O replanteio de mudas de árvores da Caatinga (umbuzeiros, angicos e outras) recebe o apoio dos escritórios regionais da EMPRABA e IBAMA, que repassam as mudas para as organizações comunitárias e redes. Mais uma vez, as mulheres organizadas em suas comunidades, em conjunto com as escolas rurais e organizações parceiras estão se mobilizando e atuando como ‘multiplicadores de plantio’. Também envolvem os jovens e estudantes nos plantios de sementes nativas e na preparação do transplante das mudas para as propriedades e áreas de Fundo de pasto. O objetivo do projeto é fortalecer e criar novas atitudes diante da Caatinga, como informa uma coordenadora do projeto da rede de mulheres:

Antes se cortava muito as pequenas plantas e hoje já se vê um cuidado para que as plantas nativas cresçam (B.F.S. Entrevista, Remanso, 2009).

- O uso de raízes e plantas medicinais da caatinga (os compostos de ervas)

A Caatinga tem uma rica oferta de plantas nativas de valor medicinal, exemplos o angico, arurema, batatimão dentre tantas, cujas propriedades são conhecidas pelas comunidades, que mantém como patrimônio cultural as receitas caseiras: lambedores, chás, uso de sementes e folhas para benzeduras. É nessa apropriação do potencial medicinal das ervas e cascas de determinadas plantas da Caatinga que alguns projetos vêm se desenvolvendo, seja para uso doméstico, da comunidade ou como empreendimento gerador de renda.

Em Juazeiro, em bairros da periferia da cidade, identificam-se hortas comunitárias com famílias cultivando ervas medicinais para o mercado local, territorial e interreteritorial. Um dos compradores de grande parte dessa produção é o “Composto Vida”, uma pequena empresa que também compra ervas, cascas e sementes de algumas comunidades do Território.

As organizações da ‘Convivência’ (ONGs, associações e redes) incentivam as comunidades a se reapropriarem da biodiversidade da Caatinga, organizando projetos comunitários. É uma forma de se manter o patrimônio cultural, bem como, se torne formas de geração de renda familiar, agregando valor aos produtos, como exemplos, um lambedor de 200 ml obtém no mercado o preço de R\$ 5,00 e um pacote de ervas desidratadas de 200 g um valor de R\$ 3,00.

7.4 Outras práticas sócio-produtivas de reapropriação social da natureza

- Derivados da farinha de mandioca (biscoitos, associados e raspa)

O cultivo da mandioca é uma das principais atividades da agricultura familiar de sequeiro no Território de Juazeiro consorciada com milho e feijão. A mandioca é vendida *in natura* nas feira-livres ou transformada em tapioca ou farinha, mas ambas não alcançam um valor compensatório no mercado local. Algumas associações das comunidades de Casa Nova, Remanso e Sento-Sé passaram a desenvolver projetos comunitários sócio-produtivos absorvendo sua produção na fabricação local de biscoitos típicos: os sequilhos, petas e ginetes (Figuras 27 e 28).

A fabricação dos biscoitos de tapioca envolve em torno de 30 a 40 pessoas por associação, entre mulheres e homens. Destaca-se, nessa atividade, um padrão na composição de gênero, diferente das mini-fábricas de polpas e geléias de frutas, pois a maioria é de homens e boa parte deles é de jovens estudantes que estão encontrando uma alternativa de renda na comunidade. Segundo depoimento de um deles, após essa atividade, houve uma maior permanência dos jovens na comunidade:

O sequilho, se a gente não tivesse ele, o jovem não ficava aqui, porque ele ia procurar outro trabalho fora, porque a gente lucra quase 1 mil reais por ano, até mais, e se na tivesse ele, o sequilho, a gente vivia de plantar uma roça, vender uma farinha, quando ia tirar o lucro, não dava pra nada, pois uma farinha quando você vendia, antes da gente ter o terreiro, antes da gente ter o projeto de sequilho que a gente trabalha, a gente não tinha lucro, porque planta a mandioca, vai arrancar é uma despesa terrível quando se leva para a feira o preço lá embaixo. Ai, se você for botar tudo na ponta do lápis você não lucra nada (B.R.S.Entrevista, Melancia/Casa Nova, 01/2009).

A metodologia da divisão do trabalho também é feita por grupos (mais ou menos 5) e turmas (de 12 a 14 pessoas), que se revezam e cada grupo recebe uma demanda a ser produzida em um prazo estipulado. Segundo depoimentos prestados, antes, os agricultores vendiam uma lata de tapioca pelo valor de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 e, com o sequilho, mesmo tendo que comprar a tapioca a R\$ 5,00 quando está em falta na comunidade, se consegue ter um bom retorno, como mostra a Tabela 22.

Além das vendas, os biscoitos têm adentrado como alimentação para as famílias da comunidade, melhorado a alimentação das crianças e ampliado significativamente a renda das famílias, que se expressa na ampliação do poder de compra, bens de consumo, investimento na propriedade e rebanho.



Figura 27 - Produtos de Ladeira Grande (Sequilhos e Paçocas)



Figura 28 - Produtos da Rede de Mulheres Casa Nova (Broas e Brevidades)

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, região de Melancia/Casa Nova, 01/2009

Tabela 22 - Produção de biscoitos típicos de tapioca, ano 2008

Rede de mulher de Casa Nova		
Produtos Beneficiados	Quantidade/ano	Valor obtido em vendas *
Sequilho	96 kg	192.000
Biscoito	2400 kg	4.800
Petas	8.928 kg	17.856
Ginete	1.440 kg	2.880
Associação de Fundo de Pasto de Melancia (Casa Nova)		
Sequilho	50 000 kg	250 000
Comunidade Ladeira Grande (Casa Nova)		
Sequilho	sem quantidade e valores especificados	
Associação de Moradores de Marcos (Remanso)		
Sequilho	sem quantidade e valores especificados	
Associação de Apicultores de Sento-Sé		
Sequilhos	700 kg	14.000
Puba	700 kg	14.000
TOTAL		495.536

(*) Os valores foram calculados com base na informação da quantidade e preços unitários dos produtos
 Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

Nos “terreiros de raspa”, que são áreas cimentadas de aproximadamente 50 x 70 m, construídas para que as cascas da mandioca que foram processadas e trituradas fiquem expostas ao sol, desidratando por alguns dias. A raspa é moída e ensacada, destinada para ração animal (caprinos e ovinos). Algumas comunidades vêm construindo com recursos de parceiros (ONGs internacionais, programas governamentais e outros recursos) estes espaços que são de propriedade coletiva da associação.

As raspas de mandioca vêm se tornando uma boa fonte de renda para algumas comunidades, que antes plantavam a mandioca e vendiam a baixos preços no mercado local. A raspa, um subproduto da mandioca, ao ter um valor agregado, ampliou as condições de renda para os agricultores com a mandioca. A massa da mandioca vira a tapioca, ingrediente básico na fabricação de sequilhos, mais uma alternativa de renda. Como informa um jovem da comunidade de Melancia:

A gente planta mandioca e, no "terreiro de raspa", conseguido pela SEDES (BA), em 2003, fazemos a raspa da mandioca, que serve de alimentação para os animais e também, a gente vende a raspa por um bom preço, pelo saco de 30 kg, vende na feira por R\$15,00 a R\$ 12,00 (B.R. Entrevista, Melancia/Casa Nova, 01/2009).

As associações de Melancia e Riacho Grande (Casa Nova), onde podem se identificar os terreiros de raspa, apontaram que o sócio que beneficia a raspa paga 5% da produção (que pode ser em dinheiro ou em produto) à Associação; já o particular paga 10% para manutenção das máquinas do terreiro, o restante da produção é individual. A atividade no "terreiro de raspa" é realizada em rodízio pelos agricultores, o geral, é uma atividade realizada pelos homens. A raspa é comercializada em feira-livre em sacos de 30 kg ou por venda ao atravessador, que vai direto à comunidade adquirir o produto.

- Produção de frutos e legumes de sequeiro

Os cultivos de sequeiro são aqueles que dependem de chuva. A produção provinda desse tipo de agricultura tradicionalmente no Semiárido tem sido o milho e o feijão que são plantados em consórcio, também em muitos lugares planta-se a mandioca. Os agricultores familiares estão buscando diversificar a produção de sequeiro com sementes mais resistentes às estiagens, utilizando práticas de manutenção da umidade do solo e do uso de pouca água, evitando as queimadas, usando adubos e defensivos orgânicos.

Uma forma buscada de se diversificar a produção é pela 'agrofloresta', que é um sistema de produção a partir da maior variedade de frutas, grãos, flores e raízes, árvores para madeira e lenha, produção de sementes etc. É um sistema de plantio consorciado densamente cuja variedade de espécies possibilita obter uma produção o ano todo (ASABRASIL, 2009b).

No Território de Juazeiro, os agricultores familiares associados no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juazeiro, têm buscado diversificar sua produção com frutas e legumes como forma de gerar sua sobrevivência e comercializarem juntos seus produtos com maiores garantias, fazendo frente ao acirrado mercado de frutas dentro deste território, predominado pela fruticultura irrigada.

O STRJ comercializa 30 % de sua produção (maracujá, melão e limão) para o mercado regional; 50% (melão) para SP, SC e RJ; e também já comercializa para o mercado internacional, com 20% da produção (melão) para Paraguai. Além dessas frutas, também se produzem pimentão, pepino, tomate, cebola, banana.

Na comunidade de Brejo da Brásida, em Sento-Sé, também os agricultores familiares apoiam sua sobrevivência na produção de sequeiro, sendo um grande produtor de banana e de cebola. A associação de moradores (46 associados) agrega muitos jovens, que passaram a atuar na defesa dos olhos d'água da comunidade e manutenção da qualidade das águas e vegetação do entorno, a busca de uma agricultura mais orgânica, livre de agrotóxicos da produção, ações que tem reduzido bastante seu usos. A associação tem apoio da Diocese de Juazeiro e do IRPAA, sendo já 50 famílias com cisternas de água para consumo doméstico e 10, com cisternas do P1+2 que usam para as hortas comunitárias (Pesquisa de Campo, Juazeiro, 01/2009).

- A Pesca

Os pescadores representam uma categoria significativa no Território de Juazeiro, sendo a segunda maior depois dos agricultores familiares. Muitos são também agricultores, criadores de caprinos, de abelhas e artesãos. Atuam no comércio de peixes em ilhas, balneários, praias e mantêm grande parte da cultura local com as festas religiosas: Samba de veio, marujadas, dança de São Gonçalo e festas de pescadores. Seu universo simbólico-cultural mantém-se como patrimônio imaterial associado ao rio São Francisco, com suas lendas, costumes e modos de vida (Pesquisa de Campo, 01/2009; BRASIL, 2008a).

Os pescadores no Território de Juazeiro se organizam em sua maioria em 'colônias de pescadores', associações e cooperativas. Uma dessas colônias é a Colônia de Pescadores do Z43 em Sento-Sé, criada em 1983, objetivando organizar melhor os pescadores, tanto que, em 2000, conquistou um espaço para ser a sede, com salas para reuniões, e galpão para guardar pescados etc. A Colônia também se responsabiliza pela organização do trabalho e da produção, bem como acesso aos direitos trabalhistas: auxílio-doença, aposentadoria, pensão etc.

Outra forma de organização dos pescadores é em forma de associação. Uma delas é a Associação de Pequenos Criadores de Peixe (de Sento-Sé). Para se tornar um sócio, o interessado (a) deve passar por um período de 6 meses participando das reuniões como ouvinte e, ao ser aprovado como possível sócio, passa por um curso de piscicultura e associativismo promovido, pela Bahiapescas e o SEBRAE de Juazeiro. A organização também promove cursos de extensão à comunidade.

Essas organizações demonstram ter um bom nível de articulação, são associadas ao STR de Sento-Sé, Ministério do Trabalho, IBAMA, Marinha, CODEVASF, BAHIAPESCA, EBDA e a UPE-Petrolina (que desenvolve pesquisa portuária). Estes Órgãos fiscalizam e promovem aos pescadores cursos sobre meio ambiente e cuidados com as águas do rio São Francisco.

Está em andamento a criação da União de associações de criadores de peixe, que será formada por 2 Associações de Sento-Sé, 3 em Sobradinho, uma do Brejo de Dentro e outra de Pissarão (em Sento-Sé),

cujo objetivo é fortalecer o segmento em atuação territorial, ao realizarem compras conjuntas e comercialização em rede, com foco para a exportação dos pescados.

Apesar de haver pouca articulação entre este segmento e as organizações da ‘Convivência’, os pescadores consideram importante participarem de alguma ação, pois concebem que a vida pela pesca e a agricultura não está dissociada, são atividades que se integram como meio de renda para grande parcela dos pescadores e pescadoras:

A convivência é para quem vive na roça de sequeiro, mas o pescador também necessita da convivência, pois tem que ver o lado do outro, de que muitos pescadores atuam como agricultores, em determinados períodos do ano, outros atuam em conjunto, ao longo do ano (E.A.M. Entrevista, Sento-Sé, 01/2009).

Segundo os dirigentes das organizações de pescadores tem se ampliado uma consciência ambiental dos ribeirinhos sobre o cuidado com os locais de tratamento dos pescados (a questão do lixo e do óleo dos tanques-redes, que tem sido estocado para ser vendido para uma empresa de reciclagem). Como aponta um deles, “os ribeirinhos criam peixe, querem sair da pesca predatória, mas sentem falta da educação, acredito que as coisas mudam se o governo der cursos, palestras e renda, ampliando esta no período de piracema” (E.A.M. Entrevista, Sento-Sé, 01/2009).

Vários problemas limitam a atividade da pesca e a coloca em risco, destacando-se, a privatização indevida da água quando há baixa no lago, irregularidade da vazante, pesca predatória, baixo preço do pescado e falta de crédito apropriado para que possam investir nas embarcações, demora na liberação do financiamento aos pescadores, falta de capacitação, falta de assistência técnica, falta de estrutura de apoio para armazenamento e beneficiamento dos pescados, desconhecimento dos seus direitos; abuso de autoridade por parte dos fiscais do IBAMA, perda da produção. Estes problemas se agregam à própria situação do Rio São Francisco, desde a degradação das matas ciliares e da Caatinga, a poluição das águas com agrotóxicos, metais pesados provindos da irrigação, dos esgotos urbanos que desaguam diretamente ao longo do rio São Francisco, a grande quantidade de embalagens que vão se acumulando no leito do rio, e outros problemas (BRASIL, 2008b; BRASIL, 2008c; Pesquisa de Campo, Sento-Sé, 01/2009).

7.5 Considerações sobre os programas de reapropriação social da natureza pela ‘Convivência’

As análises das práticas e programas da ‘Convivência’ se concentraram em três Diretrizes de ação: Segurança hídrica, da democratização da terra e do uso sustentável da biodiversidade e agrobiodiversidade da Caatinga. Elas foram selecionadas por considerar -se que a reapropriação social da água, terra e biodiversidade tem se constituído dentro de um campo conflituoso e se posicionam no cerne dos debates atuais dos diferentes modelos de desenvolvimento para o Semiárido. A água, a terra e a

Caatinga tornam-se territórios de disputa pela apropriação capitalista. Mas os sertanejos se posicionam em luta pela defesa desses territórios, suportes para sua produção material e simbólico-cultural no mundo.

A Diretriz para a segurança hídrica tem sido implementada por meio de programas para o uso e acesso democrático da água, considerada um direito social ainda negado aos povos do Semiárido, em especial, às populações rurais dispersas. Como postos, o P1MC e o P1+2 têm como propósitos a ampla mobilização e participação das comunidades, famílias e organizações de base, desde a escala comunitária à escala nacional, passando pelas ações regionais e microrregionais.

Considera-se pelos dados apresentados dos Programas P1MC, P1+2 e BAP têm ampliado as possibilidades da produção material e das condições de existência no meio rural no Semiárido. Mas, diante de um quadro crítico de demanda em relação à água de beber, e especialmente, a água para a produção (culturas e criação), ainda são necessários altos investimentos, continuidade e fortalecimento tanto desses Programas, quanto de outras formas de uso e acesso às fontes alternativas de água doce no Semiárido.

Nesse sentido, objetivos voltados para se ampliar o uso e democratizar o acesso à água no Semiárido serão possivelmente alcançados, se houver um sistema articulado e interdependente de água, capaz de integrar as fontes de água, complementando-as e ampliando o acesso, o abastecimento e uso dessas fontes pelas populações rurais e urbanas dos pequenos municípios. Nesse ponto, ampliar-se-ia o acesso às águas com um sistema interdependente, provendo-se as comunidades de uma oferta de água para uma variedade de atividades e tarefas domésticas e produtivas.

Avalia-se que a linha da reforma hídrica da ‘Convivência’ tem obtido o reconhecimento político por parte dos Governos estaduais/federal e diferentes setores da sociedade, visto que o P1MC recebe o apoio e o investimento (por recursos e doações), em grande parte, do Governo Federal. Mas, ainda há o desafio desse programa ser transformado em política pública estatal. Ele depende do interesse das gestões públicas manterem ou não seu apoio, como avalia um técnico de ONG de Juazeiro, “o Governo pode chegar e dizer: “eu não foco mais em cisternas”.

Avalia-se que os programas para a reapropriação social da água têm propiciado a ressignificação da relação do sertanejo com a água, em especial, das chuvas, consideradas por esses como ‘águas divinas, cristalinas, dádivas do céu’, mas que devem ser cuidadas e usadas com prudência. Eles mudam a cotidianidade das famílias, em especial, das mulheres, porque as liberam da árdua tarefa de buscar água distante da casa, uma vez que são elas tradicionalmente, na divisão do trabalho doméstico, as responsáveis em prover a casa com água de beber enquanto aos homens cabe a tarefa de buscar a água para os animais. As mulheres, com maior tempo livre, passam a ser protagonistas da organização e gerenciamento de projetos sócio-produtivos, qualificando-se em cursos e intercâmbios, inclusive, tornando-se cisterneiras. São elas que estão à frente de movimentos articuladores em defesa e conquista

dos direitos sociais e comunitários, como exemplo, a rede de mulheres.

Na Diretriz para a democratização da terra, as ações da ‘Convivência’ direciona-se para a garantia da terra, a reforma agrária e a regularização das terras individuais e coletivas, especialmente, as terras de territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e de comunidades de Fundos de pasto. A história de ocupação das terras no Semiárido é marcada pela concentração fundiária, pela apropriação da grande propriedade pelo proprietário capitalista, que tem a terra como capital e obtenção da renda fundiária, enquanto que a grande parcela de agricultores familiares mantém-se com uma propriedade de tamanho inviável para o desenvolvimento de práticas diversificadas de produção e criação de ‘Convivência’. As terras de Fundo de pasto, por serem gerenciadas pela comunidade e abrigarem dezenas de famílias, que as utilizam de forma coletiva, desenvolvem a criação de caprinos, o extrativismo de frutos, raízes e folhas da Caatinga. Esse modelo de uso das terras demonstra ser uma alternativa viável para a sustentabilidade econômica, ambiental e de patrimônio simbólico-cultural dessas comunidades tradicionais, mas perpassam por grandes pressões do capital especulativo e por conta da situação irregular, expondo os agricultores familiares em situação de tensão e violência.

A terceira Diretriz analisada foi o uso da biodiversidade da Caatinga. Um bioma de uma variada riqueza e endemismo de espécies animais e vegetais, contradizendo os mitos e os estereótipos de que é uma ‘vegetação pobre de recursos e feia’. Os agricultores familiares estão reinventando suas formas de uso da biodiversidade, desenvolvendo atividades consorciadas de pecuária de caprinos, extrativismo de frutos, raízes e folhas, e a apicultura. Emerge uma produção de produtos identitários, baseada no valor da tradição dos produtos culinários enraizados. Essa produção delinea-se como uma alternativa sócio-produtiva para a agricultura familiar de sequeiro, pois gera novas alternativas de ressignificação do seu valor social pela elaboração dos produtos identitários, cujo potencial de mercado consumidor é motivado para os produtos sustentáveis, orgânicos e de base tradicional.

O uso da biodiversidade da Caatinga dentro da Diretriz da ‘Convivência’ direciona-se para o reconhecimento de sua manutenção e conservação como patrimônio natural e simbólico-cultural dos povos tradicionais, ou seja, a garantia do território de vida e de cultura para o sertanejo.

Desse modo, quaisquer que sejam os programas, as formas de convivência dos sertanejos elaboradas no *tempo do verde* e no *tempo da seca*, bem como as diversas expressões simbólicas que demarcam essa territorialidade devem ser consideradas e valorizadas. Como afirma Porto-Gonçalves (2006), a natureza deve ser pensada como território, uma vez que, pela mesma, a sociedade inscreve todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação por meio das relações sociais e de poder.

CAPITULO 8

8 A ELABORAÇÃO DE NOVAS COTIDIANEIDADES E TERRITORIALIDADES

CAPITULO 8 - A ELABORAÇÃO DE NOVAS COTIDIANIDADES E TERRITORIALIDADES

8.1 A ‘convivência’ imprimindo seus geossímbolos na paisagem sertaneja

A ‘Convivência’ desvela-se na paisagem sertaneja das comunidades rurais onde se presenciam seus projetos, práticas e programas. São as cisternas do P1MC e do P1+2, as bombas d’água, as mini-fábricas, os galpões, as casas de mel, as hortas escolares, os quintais produtivos e tantos outros elementos que permitem identificar a presença da idéia-projeto. Esses artefatos ou produções sócio-técnicas vão se incorporando ao meio natural da Caatinga, mas com suas próprias finalidades e funções, que possibilitam a identificação da territorialização da ‘Convivência’.

Essa constatação empírica reporta ao que diz Bonnemaïson (2002) sobre o papel da paisagem como reveladora visual do espaço geográfico, que, segundo o autor, é formado por um conjunto de geoestruturas aplicadas ou encaixadas sobre meios naturais. Mas, além dessa estrutura, o espaço geográfico, é o “espaço vivido”, que o constitui. Esse “espaço vivido” revela-se pelo reconhecimento e a familiaridade ligado à vida cotidiana dos grupos sociais territorializados.

Nesse pressuposto, os artefatos da ‘Convivência’ não somente se apresentam como elementos novos nas comunidades, mas expressam-se como espaços para novas cotidianidades. Bonnemaïson (2002) ancora a compreensão de que os símbolos ganham força quando se encarnam em lugares. O espaço cultural torna-se um espaço geossimbólico, pois expressam-se por meio de alguns ícones. Como afirma:

Um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (BONNEMAISON, 2002, p.109).

Os ícones simbólicos que encarnam a presença da ‘Convivência’ expressam as novas leituras de natureza semiárida, em sua reapropriação complexa e relacional: as novas maneiras de lidar com a água da chuva (via cisternas), de se coletarem e se aproveitarem os umbus nas mini-fábricas, de manipular o mel etc. (Figura 29).

Os geossímbolos, como apreende Bonnemaïson apresentam a trama de territórios vivos, carregados de cultura e de símbolos de afetividade. Nesse sentido, quando os agricultores e agricultoras relatam sobre a presença de um artefato da ‘Convivência’ em sua comunidade, eles conotam a dimensão simbólica que uma mini-fábrica ou uma cisterna ou outro artefato adquiriu em suas vidas. Uma mini-fábrica para esse sujeito não é apenas um lugar onde se produzem doces e



Figura 29 - Os geossímbolos da ‘convivência’ na paisagem rural
 Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, 10/2007 a 01/2009;
 Fotografia (BAP) cedida pela BAP/ASA, 2007

geléias de umbu e maracujá-do-mato. Ele se torna o lugar de vivência coletiva e de compartilhamento da conquista de se agregar valor aos umbus, e desse beneficiamento, ampliar a renda familiar.

Cosgrove e Jackson (2005) apreendem a paisagem como um “texto”, pois ela guarda em si signos e significados, que possibilitam entender a sociedade que a construiu. A paisagem reflete as intenções e os projetos dos homens, e ao ser “lida”, podem se interpretar e se identificar os seus códigos. A “metáfora” da paisagem como um texto é postulada pelos autores como possibilidade de se interpretarem as ações dos homens, portanto, ela se torna um documento social. Como afirmam:

A paisagem é, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra [...] As qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social (COSGROVE e JACKSON, 2005, p.137).

Nesse sentido, a paisagem das comunidades rurais do Território de Juazeiro onde se tem a presença dos artefatos da ‘Convivência’ ou seus geossímbolos, contempla uma nova noção de rural, cuja dinâmica sócio-produtiva empreendida pelos sertanejos e sertanejas vem desconstruindo as falas e imagens cristalizadas no imaginário social, de que o rural é um lugar sem vida e sem cor. Ao contrário, as práticas e programas da ideia-projeto são o documento social que retratam a proposta de se conviver na mundaneidade semiárida com mais dignidade e prudência com a natureza.

8.2 A territorialização dos produtos identitários

As Diretrizes da ‘Convivência’ propostas para diferentes ações (água, terra e biodiversidade e outras) têm possibilitado a emergência de uma nova relação com o território, pois gera uma dinâmica sócio-produtiva no Território de Juazeiro pela diversidade na produção de alimentos, considerados produtos identitários, porque fortalecem o pertencimento da territorialidade, a valorização do saber tradicional sobre as plantas e raízes da Caatinga, do conhecimento de receitas caseiras tradicionais de doces e biscoitos e outros.

Os produtos identitários recolocam o sentido da produção de alimentos pela agricultura familiar no Território de Juazeiro. Não somente porque apresenta a capacidade de inovação de produtos, mas porque também revaloriza esse segmento como produtora de alimentos e de fortalecimento da identidade territorial. Avalia-se que essa produção tem se constituído como uma estratégia local da sua agricultura familiar, motivada e apoiada pelas organizações sociais da ‘Convivência’, que articulam tecendo os nós dessa idéia-projeto nas comunidades rurais, articulando os valores da tradição da convivência dessas com a natureza e as demandas emergentes da idéia-projeto: uma produção orgânica, sustentável, ecocentrada etc.

Desse modo, a produção identitária surge das próprias potencialidades das comunidades rurais, em seus geoambientais particulares, pois uma vez identificadas essas potencialidades, seu uso passa a gerar uma nova/outra dinâmica produtiva da agricultura familiar de sequeiro. Os novos projetos sócio-produtivos dessa agricultura apresentam uma estreita relação entre a tradicional pecuária desenvolvida coletivamente nas áreas de Fundo de pasto e outros usos tradicionais, tais como, a apicultura, o extrativismo de frutos, folhas e raízes da Caatinga, permitindo o beneficiamento e a produção de doces, sucos, geléias e polpas das plantas, remédios e compostos caseiros, biscoitos e outros.

Surge uma atividades, que pode-se identificar de ‘nova’, mas que pelo visto, tem na base do conhecimento tradicional sua fundamentação. Desse modo, a agricultura de sequeiro no Território de Juazeiro, como mostra a Figura 30, está territorializando diversas atividades sócio-produtivas com base na ‘Convivência’, mas essas se mostram especializadas em torno de um a três produtos por área de concentração.

Essa territorialização especializada tem como fatores as potencialidades particulares existentes dentro do Território de Juazeiro, demonstrando que mesmo em um território, esse tem seus contextos peculiares e que, portanto, devem ser identificados e valorizados como um diferencial potencial, pois respeitam a própria dinâmica socioambiental desse contexto, da cultura local e da organização social do povo. Outros fatores que também podem explicar essa territorialização produtiva é a consolidação de um modelo de gerenciamento, descentralizado, mas ao mesmo tempo associado/cooperativado. Ou seja, os

agricultores inseridos na produção identitária estão agrupados em associações, cooperativas e em sua maioria, articulam em rede sua produção e comercialização. E, mais um fator delineador, e muito significativo, é que as áreas dinamizadas por essa produção são as áreas onde a territorialização das cisternas do P1MC e P1+2 são mais expressivas. Tal constatação possibilita compreender que há uma correlação entre as duas dinâmicas, a do acesso à água (de beber e cozinhar e a produtiva) com a ampliação dos projetos comunitários sócio-produtivos. Com base nessas afirmativas, as áreas norte, noroeste e sul do Território de Juazeiro apresentam-se com o maior número de cisternas construídas e nelas que, justamente, observa-se uma maior diversidade das atividades, como pode-se observar nas Figuras 17 e 30 e depois correlacioná-los.

No Quadro 10 sistematizam-se os tipos de produção e os municípios nos quais se desenvolve cada um, destacando-se o beneficiamento de frutas em Curaçá, Uauá, Canudos, Casa Nova e Remanso, a apicultura nos municípios de Casa Nova, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Sento-Sé e a caprinovinocultura em Casa Nova, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Juazeiro como as três atividades mais presentes em volume e espaço.

Quadro 10 - Territorialização dos produtos identitários

Atividades	Municípios
Beneficiamento de frutas	Curaça, Uauá, Canudos, Casa Nova e Remanso
Apicultura	Casa Nova, Remanso, Campo A.de Lourdes e Sento-Sé
Caprinovinocultura	Casa Nova, Remanso, Campo.A.deLourdes,Juazeiro e Pilão Arcado
Biscoitos e Associados	Casa Nova, Remanso e Sento-Sé
Pescados	Sento-Sé e Sobradinho
Frutos e Legumes de Sequeiro	Sento-Sé e Juazeiro
Composto de Ervas	Juazeiro

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de Campo, 10/2007 a 01/2009

Na Figura 30, confirma-se o Quadro 10, apresentando o beneficiamento de frutos concentrado em três municípios: Curaça, Uauá e Canudos; enquanto a apicultura se concentra nos municípios de Casa Nova, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Sento-Sé. Interessante avaliar que essas duas áreas são também territórios das ONGs IRPAA e SASOP, respectivamente. Essa análise possibilita compreender de que as ONGs têm sua territorialização delimitada e estão presentes desde o início das atividades nesses respectivos municípios, ou seja, têm atuado significativamente na consolidação da produção identitária em seus territórios de ação.

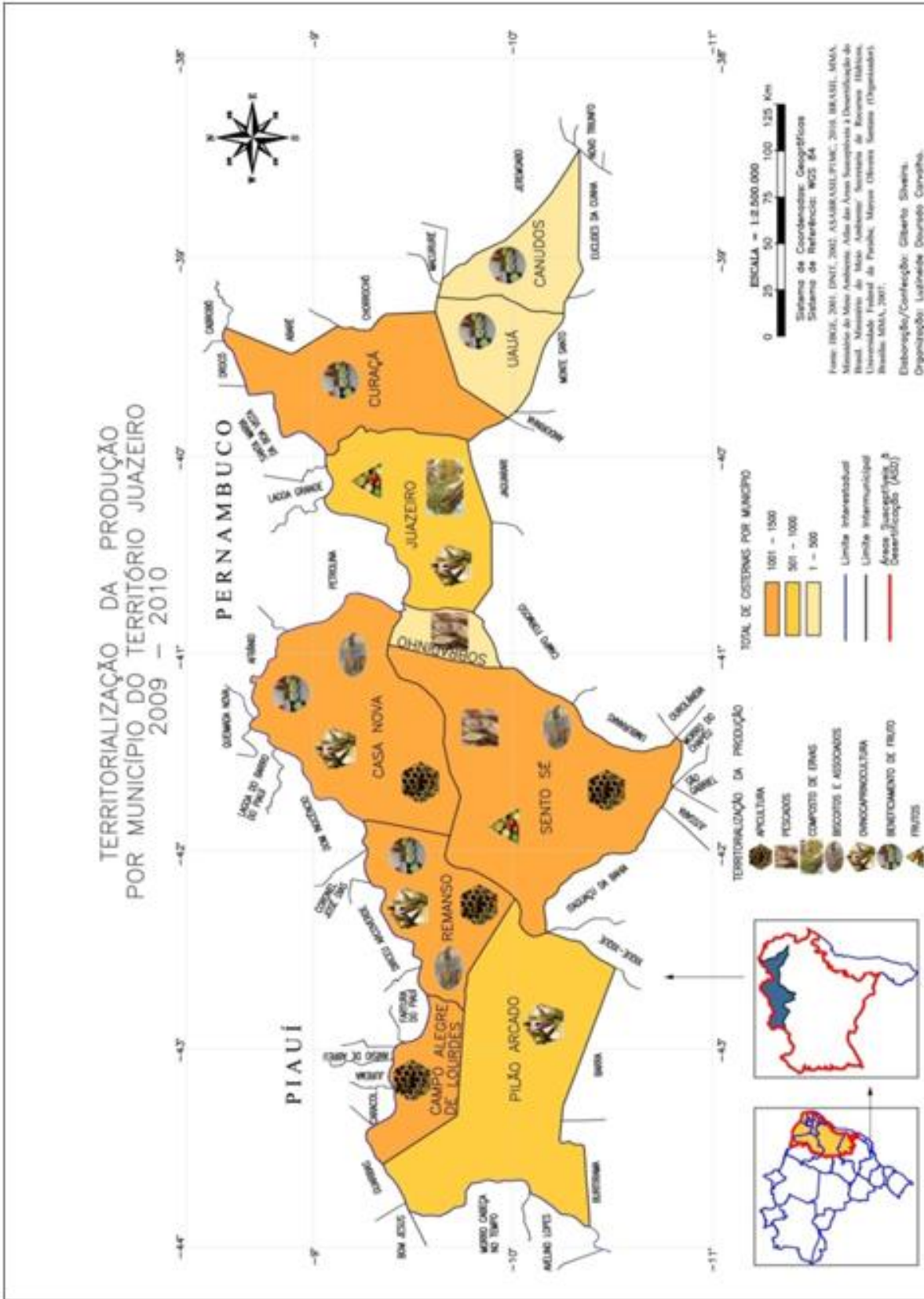


Figura 30 - Territorialização da produção por município do território de Juazeiro, 2009

A terceira atividade mais expressiva é a caprinovinocultura. Ela é uma atividade tradicional significativa em todo Território de Juazeiro, como mostrado no 7.2.1. O que se diferencia é o modo como vem se dando a criação de caprinos e ovinos nos municípios de Casa Nova, Remanso, Juazeiro e Pilão Arcado (como mostra a Figura 30), ressaltando-se o cuidado e práticas de manejo adequadas e orientadas pela ‘Convivência’.

E, há as outras produções, tais como, a de biscoitos e associados (petas, genetes, brevidades etc), mais concentrada em Casa Nova, Remanso e Sento-Sé; os pescados em Sento-Sé e Sobradinho e o composto de ervas medicinais. Os pescados têm sido realizados pelas colônias de pescadores, que apesar de não serem organizações da ‘Convivência’, comportam pescadores-agricultores, e esse dado é significativo se for analisar que está em aberto essa articulação dos programas com a pesca. E os compostos de ervas aparecem apenas em Juazeiro, mas ressalta-se que isso se deve a presença da Empresa Composto Vida, que compra a grande parte dos produtos dos extrativistas (ervas e raízes) dos municípios do Território.

As dinâmicas sócio-produtivas territorializadas em Juazeiro estão sendo desenvolvidas por grupos sociais específicos. Esses grupos são compostos de agricultores (as) (30%), de agricultores-criadores (25%), de extrativistas (15%), de ribeirinhos (5%) que estão nos projetos sócio-produtivos, mas tem a pesca como sua principal fonte de renda nos municípios de Sento-Sé e Sobradinho.

Observa-se na Figura 31 que no grupo de extrativistas, 15%, a sua maioria são mulheres, e somando-se aos 10% das produtoras da rede de mulheres (10%) e aos 5% de artesãs, conclui-se que as mulheres somam 30% na participação desses projetos sócio-produtivos. Elas são protagonistas proativas, que estão à frente das iniciativas, executando e gerenciando os espaços produtivos: nas mini-fabricas ou galpões, nas casas de mel, nas hortas comunitárias, nos quintais produtivos, coletando frutos, as ervas e raízes medicinais. Ou seja, esses novos espaços da cotidianidade sertaneja estão marcados pela presença feminina:

A gente tem a maior participação feminina mesmo, nas mobilizações, nas lutas, no embate, até nas ruas com a polícia. E depois essa questão é muito forte do aproveitamento das frutas da Caatinga dinamizado pelas mulheres. Produz doce em casa para o consumo e agora com conhecimento técnico ela produz também como atividade econômica. A maior parte das indústrias são iniciadas e tocadas por mulheres (J.M. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

A atuação das Redes de Mulheres (que se faz presente em quase todos os municípios do Território) tem sido relevante no que condiz à mobilização e à articulação para que as mulheres, primeiramente, garantam seus direitos dentro da questão de gênero, trabalhem sua auto-estima, e ampliem sua qualificação e instrução. Para tanto, as redes promovem palestras, reuniões e encontros,

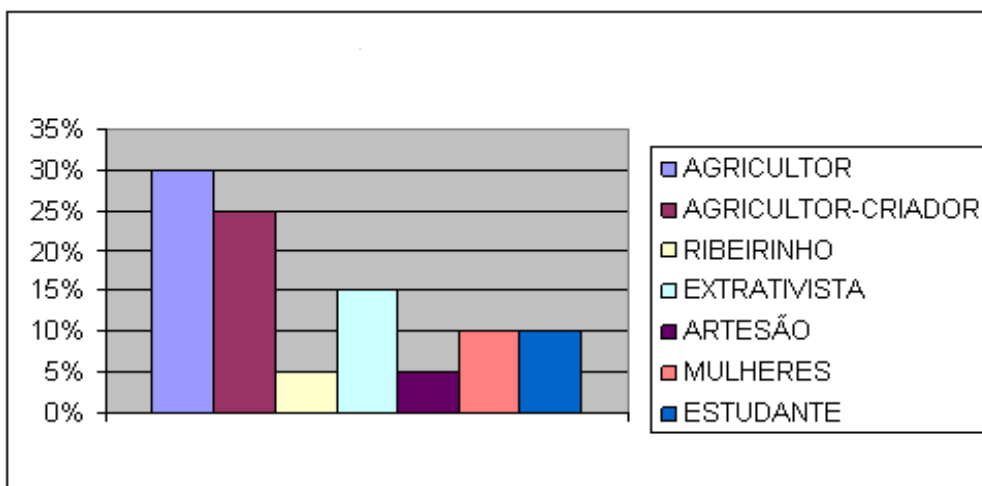


Figura 31 - Segmentos sociais inseridos nos projetos sócio-produtivos, 2007 -2009
 Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de Campo, 10/2007 a 01/2009

curso etc., em parceria com as Paróquias, Diocese de Juazeiro e ONGs, incentivam também a participação nos fóruns regionais e estaduais de encontros de mulheres ou de algum evento de intercâmbio. Associado a este trabalho vem à busca pela autonomia econômica pelos projetos sócio-produtivos.

Alier (2007) ressalta que, nas novas instituições comunitárias, baseadas numa economia ecológica e nos valores ecofeministas, as mulheres se organizam e buscam superar as tradições que as discriminam; são elas que demonstram ter uma maior consciência e respeito pela coesão e solidariedade comunitária. O autor ressalta que essa consciência se funda na divisão do trabalho da família rural, no qual coube às mulheres e às crianças irem em busca dos recursos naturais para prover a casa (a lenha, a água para beber e cozinhar, cuidar do quintal e das ervas medicinais etc.) e nesse contexto, torna-se mais fácil para as mulheres notar e responder, rapidamente, ao esgotamento das fontes de água ou à desaparecimento das matas e dos pastos. Como ainda ressalta:

Entre as mulheres do campo, existe muitas vezes uma profunda consciência da sociedade humana de um meio ambiente limpo e abundante (ALIER, 2007, p.283).

Na análise dos segmentos sociais atuantes na produção identitária, observa-se que outro grupo significativo é o dos extrativistas (15%). Essa atividade se refere à coleta dos frutos da Caatinga, nas áreas de Fundo de Pasto, especialmente o umbu e maracujá-do-mato. Também se relaciona aos coletores de ervas e raízes, que vendem em feira-livre ou repassam para alguma fábrica de produtos naturais, como exemplo, o 'Composto Vida', uma pequena empresa de Juazeiro.

Muitos agricultores e agricultores-criadores afirmaram que, também se dedicam ao extrativismo dos frutos e do mel objetivando a diversificação de atividades, consorciando com a agricultura e a caprinovinocultura. A realização dessas atividades consorciadas é administrada pelos sertanejos em

determinados períodos do ano. O Quadro 11 sistematiza como a agricultura de sequeiro envolvida na produção da ‘Convivência’ está organizando o calendário produtivo.

Quadro 11 - Calendário anual das atividades consorciadas

Meses/ Atividades	Agric. de sequeiro	Caprin.	Apicult.	Extrativ. Frutos	Extrativ. Ervas	Benefic. frutos	Mel	Tapioca
Janeiro a março	X	X		Umbu		Umbu		
Abril a junho	X	X	X	Umbu	X	Umbu	X	
Julho a setembro	X	X	X	Maracujá manga goiaba	X	Maracujá manga goiaba	X	X
Outubro a dezembro	X	X		maracujá manga goiaba		Maracujá manga goiaba	X	X

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de campo, 2007 a 2009

O consorciamento das atividades de agricultura (serviços das roças com o preparo do solo, plantios e colheitas pela mão-de-obra familiar), caprinovincultura (manejo do rebanho na propriedade e nos fundos de pasto), extrativismo do mel e de frutos, beneficiamento dos frutos, mel e tapioca (para biscoito) demonstra que a agricultura familiar busca uma diversificação das atividades como forma de gerar uma renda durante todo o ano para a família.

Os sertanejos desenvolvem a agricultura de sequeiro e a caprinovincultura ao longo de todo o ano. De abril a setembro é o tempo seco, e as plantas melíferas da Caatinga vão florescer. Os umbuzeiros vão dar seus primeiros frutos em novembro. Desenvolvem-se, portanto, o extrativismo e a apicultura e o beneficiamento do mel de abril até novembro. Em julho, começa o beneficiamento das frutas maracujá-do-mato, manga e goiaba cuja oferta é até dezembro. Essa atividade é que tem ocupado grande parte das mini-fábricas e galpões, pois de janeiro a final de abril tem-se a oferta dos umbus. Ou seja, a produção de compotas, doces, geléias e sucos tem garantido uma renda quase que anual para as famílias inseridas os projetos de beneficiamento dos frutos. E de julho a outubro tem-se o beneficiamento da mandioca na produção de tapioca, usada na fabricação dos biscoitos.

Os sertanejos, pelo exposto, vão seguindo o ritmo da natureza semiárida, marcada pelo ciclo do *tempo verde* e do *tempo seco* ou como coloca De Marcos (2004) “entre a fartura e a escassez”: no *verde* (novembro a março) mais água no ambiente, mais nutrientes no solo, maior biomassa da Caatinga etc.; no

seco (abril a outubro), os frutos coletados foram processados e transformados em produtos; as cisternas cheias, começa-se o extrativismo das ervas e a produção dos biscoitos e do beneficiamento do maracujá, goiaba e manga. Este sentido de reapropriação do ciclo da natureza (rompido pela imposição de determinadas culturas e atividades que demandam uma oferta bem maior e mais frequente dos recursos naturais) faz-se um respeito e ‘bom uso’ da natureza semiárida, considerando-se que os elementos são limitados no tempo e no espaço, mas dependendo da própria dinâmica dessa natureza, podem ser bem ofertados em um período de 4 a 6 meses.

As organizações dão seu pique máximo nesses períodos de maior oferta dos frutos, do mel e da mandioca. As mini-fábricas, os galpões, as casas de mel, os terreiros de raspa se agitam, revezando as turmas numa intensa dinâmica para que aproveitem o máximo as safras. Enfim, é uma dinâmica produtiva que vai seguindo a dinâmica da natureza. Esse ritmo produtivo impacta especialmente a vida das mulheres. Elas conseguem dar conta de tudo, pois, uma semana, sua turma ia coletar os frutos ou o mel, em outra semana, ia para a mini-fábrica, galpão ou casa do mel trabalhar no processamento dos produtos.

A cotidianidade do grupo doméstico também é afetada, distribuindo-se internamente as tarefas, envolvendo mais a participação dos homens, que passam a realizar tarefas antes não desenvolvidas, em casa e também nas espaços de produção. A frase ‘isso não é trabalho de homem’ e ‘isso não é trabalho de mulher’ vai perdendo seu lugar, pois se encontram homens nas cozinhas das mini-fábricas e mulheres construindo cisternas (as cisterneiras como são chamadas, que dominam todas as etapas da construção das cisternas de placas).

A questão de gênero é uma temática gradativamente debatida e refletida pelas organizações da ‘Convivência’, que consideram:

A promoção da igualdade entre homens e mulheres estruturante para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semiárido (ASABRASIL, 2009c, p.05).

Em relação às famílias inseridas nos 20 projetos sócio-produtivos identificados e analisados, verificou-se que o contingente populacional médio das comunidades rurais fica em torno de 70 a 100 famílias. Um projeto sócio-produtivo insere em média 30 famílias, pois há várias limitações de infraestrutura para se absorver um maior número em uma comunidade. Na Figura 32, o segmento que mais se insere é da ‘cooperativa’ com 470 famílias. A COOPERCUC, por atuar em 16 comunidades dos municípios de Curaçá, Canudos e Uauá, insere um maior número de agricultores (as) familiares (320). As Associações apresentam maior número no Território e vem inserindo uma média 20 famílias da comunidade. O total identificado foi de aproximadamente 1.174 famílias dentro dos projetos pesquisados. As famílias inseridas nos projetos sócio-produtivos demonstram confiança nas possibilidades do Semiárido, apontando os projetos sócio-produtivos como elementos positivos que

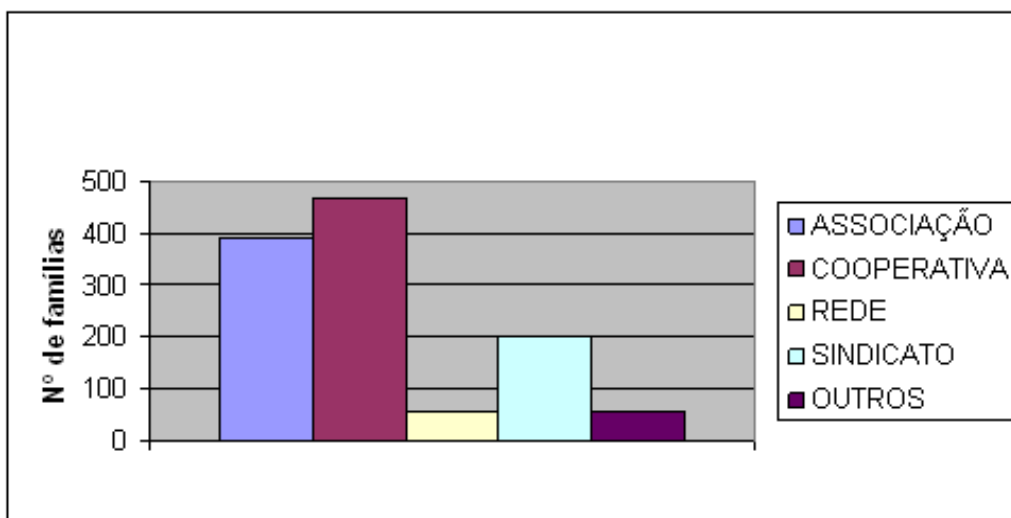


Figura 32 - Número de famílias inseridas nos projetos sócio-produtivos por tipo de organização social da 'convivência'

aconteceram em suas comunidades Para as famílias, no geral, “o bom mesmo era ter atividade o ano todo”, ou seja, haveria uma renda mais frequente.

A renda obtida é pela quota na produção de uma safra, calculada após o gerenciamento dos gastos e saldos da produção da cooperativa (e as mini-fábricas ou associações) ou da associação (e suas comunidades) ou outra organização, descontando todos os gastos (caixas, vasilhames, açúcar, suqueira, baldes etc.) geralmente financiados pela cooperativa ou associação. No caso da Coopercuc, 65% do custo de produção são descontados e as famílias têm uma margem de lucro de 35% do que é produzido (BAHIA, 2008).

O beneficiamento de frutas e/ou de mel, ou fabricação de biscoitos são as atividades que efetivamente vêm gerando um aumento na renda das famílias em torno de 35% a 25% às atividades principais da família: agricultura, caprinovinocultura, criação de galinhas, porcos, venda do umbu *in natura*, aposentadoria e Bolsa Família ou a pesca como é o caso dos ribeirinhos. No final de uma safra, chega-se a obter de R\$ 700, 00 a R\$ 1.500,00 por uma trabalho de 3 a 4 meses. Avaliam-se que ainda se faz uma renda complementar, mas alguns gerentes dos projetos apontaram que como as atividades estão se ampliando para além de uma safra, cujas unidades estão ficando boa parte do ano em atividade, essa renda está se configurando como a renda principal de muitas famílias.

O entendimento das pessoas inseridas nessa nova cotidianeidade é de que a convivência é viver em respeito com os outros. No entanto, em relação à convivência com a natureza, consideram que é novo, pois passaram a considerar o respeito a essa natureza também, sendo a preservação sua maior expressão:

A convivência com as pessoas é respeitar, a convivência com a natureza é saber preservar, respeitar ela (D. J. Entrevista, Serra Grande/Curaçá, 10/2007).

Este sentido de preservação ambiental se expressa pelas ações que as comunidades de Uauá, Curaça e Canudos têm promovido: encontros com instituições públicas presentes no Território, tais como, o IBAMA, EMBRAPA, CODEVASF e outras, para discutir sobre a questão de se estabelecerem critérios de coleta de frutas na Caatinga, de uso da própria Caatinga, formas de atuação com a derrubada e queimada e outras temáticas. Essa estratégia de articulação para uma nova relação entre natureza e sociedade em seus próprios contextos, são aspectos ressaltados por Almeida (2008) como um significativo percurso para tornar a biodiversidade um elemento importante na consolidação do território e na formulação de estratégias de desenvolvimento, articulando ciência, cultura e economia.

A concepção do meio rural também tem mudado, considerando-se que ficou melhor morar nele, não se tem mais vontade de sair do lugar, como diz uma senhora da comunidade de Serra Grande: “Morar na roça hoje é mais moderno, tem muitas coisas, tem TV”. E uma jovem completa:

A região é muito rica, tem mandioca, milho, feijão, galinha e se aprende, cada vez mais, a viver com ela (E. Entrevista, Serra Grande/Curaçá, 10/2007).

Compreende-se que os sertanejos e sertanejas estão em processo de elaboração de novas cotidianidades/territorialidades pelas práticas e programas da ‘Convivência’, geradores de renda ou não, mas delineadores de um projeto de desenvolvimento contextual e dialógico com a natureza semiárida. Mas enfrentam fortes pressões da capitalização de suas terras, mantendo-os em insegurança quanto a seus territórios de vida, trabalho e cultura. Considera-se que a “identidade cultural comunal” (CASTELS, 2001) ainda é uma estratégia de fortalecimento e suporte nas ‘trincheiras’ das lutas pela biodiversidade, pela comunidade e seus projetos. Um técnico de uma ONG define bem que do estado de tensão que vivem as comunidades, especialmente as de Fundo de pasto, emana um fortalecimento da luta:

É uma questão cruel, porque quando vem (a grilagem) não respeita ninguém, passa por cima de tudo mesmo, e se a comunidade não estiver bastante organizada para enfrentar não consegue resistir (A.R.S., Entrevista, Juazeiro, 2008).

Os projetos sócio-produtivos enfrentam vários problemas relacionados com uma infra-estrutura limitada das unidades de produção, pois as mini-fábricas e as casas de mel são muito pequenas, não comportando ampliar-se o número de famílias, apesar de que os galpões sejam mais espaçosos. Mas carecem de uma engenharia apropriada para a atividade; faltam investimentos para qualificar o pessoal e fortalecer o controle de qualidade dos produtos; forte dependência das instituições financiadoras e, também, da manutenção de um comprador, no caso, CONAB, apesar de ser um forte aliado com PAA. Mas, os contratos muitas vezes atrasam, não são renovados etc., causando problemas na manutenção do projeto; falta um quadro técnico permanente, qualificado que seja da própria comunidade. Os que existem

são poucos para atender à grande demanda de coordenação dos grupos e das unidades produtivas; falta investir-se na qualificação da gestão, dando ênfase à descentralizada e compartilhada, já posta em prática pela COOPERCUC, e com êxito, motivando a Associação de Apicultores de Lages (Sento-Sé)¹⁵.

A partir da identificação, mapeamento e análise desse conjunto de ações e práticas sócio-produtivas empreendidas pela ‘Convivência’, no meio rural do Território de Juazeiro, algumas evidências emergiram, e possibilitam apresentá-las como indicativos de mudanças em curso na trama do desenvolvimento territorial: Novas profissões para os agricultores familiares: o pedreiro (a) cisterneiro (a), o instrutor (a)/capacitador (a), coordenador (a) de grupo (a), o fabricante/beneficiador; Ampliação da oferta de serviços da cidade para o meio rural: as cisternas demandam produtos de construção civil do comércio local/territorial; as mini-fabricas e as casas de mel demandam produtos diversos para manipulação da produção (uniformes, caixas de papelão, galões, vidros, máquinas e equipamentos específicas etc.); Ampliação dos serviços de transporte para a circulação das mercadorias das unidades de produção no meio rural para o urbano ou outros municípios/territórios; Ampliação da demanda por serviços gráficos e de informática: profissionais de arte final dos produtos para design artístico dos rótulos e embalagens dos produtos; Maior demanda de pessoal qualificado para trabalhar em equipes de vendas; Entrada e circulação de novos atores sociais no rural: profissionais de ONGs, de Agências de Cooperação Técnica, de Governo; visitantes em intercâmbios e troca de saberes; Maior fixação de jovens no meio rural, dentre outros.

A integração das atividades geram um maior intercâmbio entre as comunidades rurais e seus municípios, envolvendo de 2 a 4 municípios, como exemplos, Casa Nova e Remanso, Uauá, Curaça e Canudos. Eles interagem entre si motivados pelo beneficiamento dos frutos. Tem-se Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, Remanso e Sento-Sé cuja produção de mel integram esses municípios e propiciam a criação da Rede Abelha.

Essa dinâmica crescente entre o rural e o urbano do Território de Juazeiro e desse Território com outros, reforça a “trama de desenvolvimento territorial” definida por Abramovay (2003) como forças de coesão que propiciam o desenvolvimento rural de um território. Como afirma:

Não é o município a unidade administrativa adequada para um projeto, mas uma ação extra-municipal, que gere forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território (ABRAMOVAY, 2003, p.96).

¹⁵ Associação dos Esportistas e Estudantes de Lages (Sento-Sé) é composta das Comunidades de Fatura, Lages, Retiro, Tanque e Riacho dos Pais

8.3 A valorização social dos produtos identitários e a “rede sabor natural do sertão”

A agricultura familiar de sequeiro no Território de Juazeiro tem, portanto, demonstrado uma capacidade de articulação e de mobilização para produzir em quantidade e em qualidade, e, demonstrando que é possível seguir a dinâmica da natureza semiárida como estratégia de convivência em favor da sustentabilidade econômica das famílias. Mas, esbarra essa agricultura com uma série de dificuldades no que concerne à comercialização de seus produtos.

Em um direcionamento mais afirmativo às iniciativas da agricultura familiar, surgiu em 2003, o PAA, um programa da CONAB, direcionado para essa agricultura. Esse programa tem possibilitado movimentar valores expressivos referentes à compra de alimentos para a merenda escolar das escolas nos municípios do Território.

Conforme na Tabela 23, observa-se a variedade de produtos beneficiados pelas associações, cooperativas e redes, dentro do Território. Segundo o Estudo das Potencialidades Econômicas do Território (BRASIL, 2008a), a movimentação do programa em 2007 incluiu 30 produtos diferentes para serem fornecidos para a merenda das escolas municipais, afirmando um total de R\$ 2.249.192,20, uma significativa potencialidade da agricultura de sequeiro e das atividades a ela consorciadas. A CONAB, apesar de vir apoiando a compra de doces, geléias e mel, tem solicitado a diversificação dos produtos, colocando como pauta verduras e mais produtos industrializados, por exemplo, uma maior variedade de biscoitos. Segundo um técnico que acompanha diretamente os contratos das organizações com o PAA, avalia que seja possível que os produtores atendam essas novas solicitações, mas elas se ressentem de uma fragilidade na qualidade, na infra-estrutura dos espaços de produção, bem como não há o hábito de inserção desses produtos na escola, como exemplo, o consumo de verduras. É uma produção difícil de se ter um planejamento, seja das condições de ampliação da produção, transporte, ou das condições de as famílias ofertarem o produto com a frequência solicitada de um programa como do PAA (Pesquisa de Campo, Remanso, 07/2008).

Nesse contexto destaca-se a COOPERCUC apontado por um técnico que acompanhou todo o processo de formação dessa cooperativa, e aponta esse resultado do trabalho organizativo e de educação contextualizada com os agricultores (as):

A COOPERCUC, quando nasceu, nós tínhamos já sete anos de trabalho de base nas comunidades, então pra gente, a formação das pessoas, a militância das pessoas no movimento foi uma das coisas muito significativas. Então, é o que dá a sustentabilidade de fato, o empreendimento, esse trabalho de base foi um aspecto muito importante. Um outro aspecto importante que a gente teve foi que nós tínhamos uma equipe nos municípios, que estavam o tempo todo a disposição desse trabalho com os agricultores, e fortalecendo esse movimento, e naturalmente o empreendimento produtivo. E mais, o aspecto que facilitou a cooperativa, foi nós estabelecermos lá junto, depois da cooperativa já criada, um modelo de gestão baseado nessa questão do ‘plano de gestão’ do empreendimento, que passava por um processo de formação muito grande, e, de planejamento, monitoramento e gestão do negócio. A parte visual dos

produtos, a parte econômica do empreendimento, esses aspectos foram importantes, porque, normalmente em um empreendimento sua maior dificuldade é fazer a gestão. A cooperativa aprendeu a administrar e ter noção de onde vai chegar. Essa parte foi significativa (M. Entrevista, Juazeiro, 04/2008).

Tabela 23 - Contratos para fornecimento de produtos da agricultura familiar para merenda escolar através do PAA, 2007, território sertão do São Francisco

MUNICIPIOS	PRODUTOS	VALOR DO PROJETO	
Uauá	Compotas de manga e de umbu; Geléia de umbu e maracujá; Doce de umbu e goiaba e Polpa de umbu.	384.765,00	
	Compota de umbu, geléia de umbu, polpa de manga.	159.045,20	
	Compota de manga, geléia de maracujá, polpa de umbu.	128.620,00	
	Doce cremoso de umbu, mel, polpa de goiaba, suco de umbu.	128.620,00	
	Subtotal	801.050,20	
Casa Nova	Abóbora, batata doce, bolo de puba, cambraia, doce de goiaba, doce de manga, carne de carneiro, feijão verde, geléia de goiaba, geléia de manga, macaxeira, mel de abelha, melancia do sertão, ovos caipira, paçoca de gergelim, polpa de goiaba, sequilho.	136.352,70	
	Abóbora, batata doce, bolo de puba, cambraia, doce de banana, doce de goiaba, doce de manga, doce e umbu, farinha de mandioca, fécula de mandioca, feijão verde, geléia de goiaba, geléia de manga, geléia de umbu, macaxeira, mel de abelha, melancia do sertão.	Subtotal 132.800,70	
	Bolo de Puba, Paçoca de Gergelim, Cambraia, Geléia de Goiaba, Macaxeira, Fécula Mandioca, Doce de Banana, Doce de Manga, Mel de Abelha, Geléia de Manga, Polpa de Umbu, Sequilho, Melancia, Abóbora	129.339,25	
	Ovo Caipira e Feijão Verde. Carne de bode, mel, tapioca, sequilhos.	105.972,50	
	Tilápia (eviscerada).	52.474,50	
	Tilápia (eviscerada).	52.474,50	
	Subtotal	609.414,15	
	Remanso	Doce de umbu, suco de umbu, compota de umbu, polpa de umbu, doce de goiaba, geléia de goiaba c/ umbu, compota de goiaba, sequilho, mel	321.769,45
		Sardinha.	74.802,00
		Mel de Abelha.	68.580,00
Subtotal	465.151,45		
Sento Sé	Doce de Umbu, Geléia de Umbu, Compota de Umbu.	79.062,50	
	Tilápia (eviscerada).	52.474,50	
	Mel de Abelha.	50.625,00	
Subtotal	182.162,00		
Canudos	Tilapia (eviscerada).	97.994,40	
Sobradinho	Tilápia (eviscerada).	49.920,00	
Campo A. Lourdes	Mel (sachê).	43.500,00	
	Total Território	2.249.192,20	

Fonte: CONAB/PAA, 2007 (apud BRASIL, 2008)

Mesmo com essa dinâmica produtiva a COOPERCUC enfrenta limitações na comercialização, sendo esta a parte mais vulnerável em todas as organizações analisadas. Contraditório quando se verifica que os agricultores-criadores-extrativistas têm encontrado uma saída para agregar valor ao umbu, especialmente saindo da figura do atravessador, que compra esse fruto em sacos de 50 kg por preços irrisórios.

Ressalta-se que, além dos produtos da ‘Convivência’, as sementes, verduras orgânicas e artesanatos (de pano, palha, cerâmica, reciclados e outros) circulam por espaços específicos onde são expostos e vendidos e as organizações protagonistas se articulam objetivando congregar potenciais parceiros e investidores nos projetos contextualizados: São os encontros regionais, estaduais, conferências nacionais e internacionais das redes da ‘Convivência’. Os ENCONASAS garantem dentro da sua programação o espaço para a “Feira de Saberes e Sabores”, como forma de valorização da agricultura familiar em todas as suas expressões (produtores, criadores, extrativistas, artesãos etc.

Além desses espaços, há também um circuito, de local a mundial, que se formou em torno da ideologia da agroecologia, da biodiversidade, tecnologias sociais, economia solidária, projetos sustentáveis de populações tradicionais, alimentação tradicional etc. Tem-se o IFOAN na Itália; o Tierra Madre promovido pela Slow Food, um evento internacional bianual que acontece sempre em um país diferente no qual os produtos derivados das ‘fortalezas’ são expostos, divulgados e incentivados. E, no Brasil tem-se a BIOFAR, uma feira grande que acontece todo ano em São Paulo; a Rede de Tecnologias Sociais, etc.

No Território de Juazeiro, têm-se as edições da FENAGRI, nas quais a produção da agricultura familiar tem espaço desde 2002. Constitui-se um esforço das organizações da ‘Convivência’ de dar evidência aos produtos e ao potencial da agricultura familiar de sequeiro diante da fruticultura irrigada com sua capacidade tecnológica exposta nas *stands* dos produtores-empresários (Figura 33). Um representante da Associação de Apicultores de Sento-Sé participante na XX FENAGRI, em novembro de 2009 sintetiza bem o que significa a participação do grupo de agricultores familiares neste espaço: “A gente vem participar porque se divulgam os produtos, a troca de informações e o aumento do interesse pelo que fazemos”.

As relações de proximidade territorial e do contexto de atividades em comum e das relações codificadas pela ideia-projeto congregam os agricultores familiares e entidades de apoio. Essas instituições são o IRPAA, o SASOP e outras¹⁶ que dão apoio, assessoria e capacitação aos agricultores familiares e suas organizações comunitárias. O que objetivam em comum é qualificar os

¹⁶ As entidades de apoio são: IRPAA e COOPERVIDA (Juazeiro), COAPRE e SASOP (Remanso), Cáritas de São Raimundo Nonato (PI), COOPERCUC (Uauá) e CAA (Irecê) são as organizações que compõem Comissão Executiva da Rede Sabor Natural do Sertão.



Figura 33 - Setor da agricultura familiar na XX FENAGRI

5- Associação de Marcos (Remanso).

6 - Stand do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juazeiro

7 - Composto Vida (Juazeiro).

8 - Portal da Vila da agricultura familiar

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., XX FENAGRI/Juazeiro, 11/2009

empreendimentos sócio-produtivos por meio do conhecimento técnico e tecnológico, evidenciando essas novas situações de experiências de vida, dotando as iniciativas de capacidades para concorrer no mercado, mas, além disso, estabelecer-se como uma economia solidária pautada no jeito diferente de produzir, vender, comprar, sem explorar, sem agredir o meio ambiente, como pressupõe a ASA.

Castells (2005) esclarece que as pessoas, quando se socializam e interagem em seu ambiente local, um povoado ou uma cidade e constroem redes entre vizinhos, o que fazem são articulações no território, pois envolvem diferentes atores, dinamizando as atividades, permitindo a junção de interesses entre as categorias que vivenciam normas comuns. O autor salienta que, nesse direcionamento, há uma propensão social, cultural enraizada que emerge da busca de um processo em rede.

Os projetos sócio-produtivos em desenvolvimento no Território de Juazeiro têm perpassado por um trabalho de base, organizativo e educacional, fortalecendo a comunidade. São ações que se sobrepõem aos valores mercadológicos pautados na competitividade e individualismo. Esse trabalho tem demandado uma constante mobilização e articulação, um trabalho de coletividade permanente, cujo sentido é consolidar uma rede de produção e comercialização que dê o valor social aos produtos e aos produtores. Como ressalta um dos coordenadores desse trabalho realizado pelas entidades de apoio:

A idéia é garantir que os objetivos dos empreendimentos não sejam só comerciais, mas ligados a um papel social importante, mas, também, de garantir a sustentabilidade econômica, pois ele tem que continuar vivo (M.M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

Emerge desse processo educativo e organizacional, a Rede Sabor Natural do Sertão. As raízes dessa rede estão ligadas ao apoio do IRPPA, nos início dos anos de 1990, às comunidades rurais dos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, quando essa ONG atuava junto com os agricultores familiares com a proposta da Educação para a Convivência com o Semiárido. A proposta transversalizava as temáticas da agricultura e da criação na perspectiva da ‘Convivência’, conforme expressa um técnico:

Da identificação da carência alimentar das comunidades, começamos a experimentar uma série de receitas com os produtos da própria propriedade, para ajudar a quebrar a perecibilidade desses produtos, e ajudar a melhorar a qualidade da alimentação das pessoas (M. M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

As bases educativas e organizacionais que fundamentam a formação do processo de comercialização em rede perpassam por etapas que, segundo o próprio IRPPA, a ONG que está no apoio da formação dos primeiros grupos de agricultores no beneficiamento dos frutos nativos em Uauá, são necessárias para que se incentivem, primeiramente, os sertanejos e sertanejas a criarem seus projetos, e, depois de fortalecidos, consigam manter o empreendimento de forma autônoma, e em conjunto, para que conquistem êxitos e superem as dificuldades pelo coletivo.

O IRPAA iniciou seu apoio, primeiramente, com a implementação do Programa Curaçá-Uauá-Canudos (PROCUC), que consistiu na promoção dos produtos derivados do umbu para que eles fossem comercializados nas feiras-livres e, gradativamente, pudessem aperfeiçoar a produção, a qualidade e a apresentação, com embalagens e rótulos compondo informações nutricionais do fruto etc. O PROCUC atuava em conjunto com os grupos para se encontrar um padrão ideal do produto (sabor, consistência, durabilidade etc.) para que essa conquistasse as condições de comercialização no amplo mercado. Desse processo de apoio do IRPAA nasciam as bases para a criação da COOPERCUC. A ONG acompanhou essa Cooperativa desde sua fundação, em 1996, por uns 4 anos, mas, salienta o IRPAA que a mesma foi se ampliando, tornando-se autônoma e auto-suficiente.

Segundo Putnam (2005), a existência de laços de confiança e reciprocidade, cooperação e solidariedade estabelecidos entre atores sociais, numa escala local/territorial contribui para o avanço da atividade. Essas relações de proximidade dominantes, expressas pelo compartilhamento de conhecimentos, tecnologias. Avalia-se que esses laços estiveram presentes entre o IRPAA e a COOPERCUC e se ampliaram, posteriormente, inserindo novos atores, quando se deu a criação da rede Sabor Natural do Sertão. Por essa rede, têm-se fortalecido as relações de proximidade que, segundo Putnam, são relações codificadas por signos que dão sentido e que refletem situações da experiência relacional de vida. Também cria-se a logomarca “Sabor Natural do Sertão”, na Figura 34, antes usada pela COOPERCUC, mas que, na continuidade do trabalho ‘de apoio de base’ das instituições parceiras, passou a ser usada por outras Associações e Cooperativas que estavam beneficiando os frutos nativos, por

meio da rede.. Exemplos são a Cooperativa Agropecuária do Pólo de Remanso (COAPRI), algumas associações do município de Jaguarari, vizinho a Juazeiro, dentre outras.

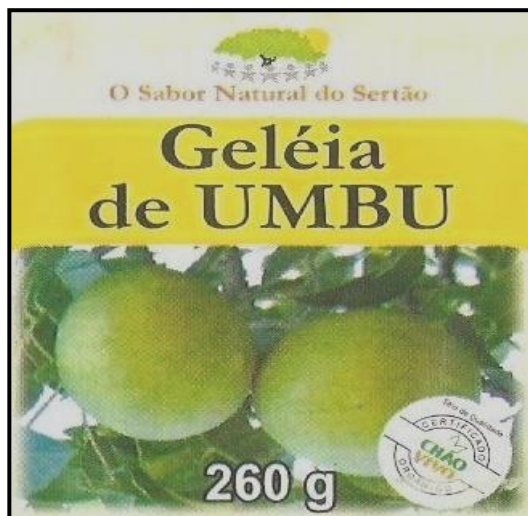


Figura 34 - Logomarca “Rede Sabor Natural do Sertão”
Fonte: COOPERCUC, Uauá, 10/2007

A rede, em 2008, já integrava aproximadamente 36 organizações formalizadas ou grupos informais que atuam com o beneficiamento dos frutos (umbu, maracujá-do-mato, goiaba e manga), mel, biscoitos e outros produtos. Além do Território de Juazeiro, também participam o Território de Irecê, Território do Velho Chico e São Raimundo Nonato (PI). A rede torna-se gradativamente uma articuladora, atuando no fortalecimento de gerenciamento, infra-estrutura organizacional, na formação de novos grupos, qualificação da apresentação dos produtos no mercado, visibilidade dos projetos, dentre outras ações. O coordenador avalia esse trabalho em rede:

Ajudamos o pessoal a caminhar com suas próprias pernas. E aí, a gente tem atuado na formação dos grupos, fazendo capacitações do ponto de vista da produção, da transformação dos produtos; ajudando os grupos do momento que pegam o produto na roça, até o momento que chega a uma rotulagem, que dá visibilidade e aparência do produto no mercado. Então, toda a formação das boas práticas de fabricação e de conservação e de embalagens etc (M.M. Entrevista, Juazeiro, 07/2008).

As entidades de apoio que compõem a Executiva da rede tem investido no processo que denominam de ‘base de serviço’. Consiste na institucionalização da logística da rede para que a mesma amplie sua atuação de assessoria, com equipes de articuladores e de capacitadores dos grupos existentes e também na formação e organização de novos grupos. Também no fortalecimento da logística de compra coletiva, na representatividade dos produtos, dentre outras ações. Destaca-se, no processo de fortalecimento das ações da rede, o registro da logomarca “Sabor Natural do Sertão”, ainda em vias de aprovação.

Outra ação da rede é a certificação dos produtos como orgânicos. A questão da certificação orgânica passou a ser um crédito exigido das organizações na esfera mundial, apoiando os projetos de

origem orgânica. Sobre essa questão, expõe Santilli (2005) que, após a RIO-92, cresceu, significativamente, o mercado para produtos “verdes”, ou seja, uma maior incorporação, de alguma forma, dos valores ambientais, saudáveis e orgânicos, promovendo a produção sustentável ou o emprego de tecnologias ambientalmente menos poluentes. A autora afirma que, gradativamente, os conceitos socioambientais estão sendo incorporadas às discussões na esfera global, cujas reflexões e proposições passam a ser introduzidas em programas e políticas de desenvolvimento rural, práticas agroextrativistas sustentáveis articulando a viabilidade econômica, a inclusão social e a conservação ambiental.

Um dos grandes ganhos que as ‘entidades de base’ compreendem como resultado positivo da ação educativa e organizacional que vem sendo empreendida é a elevação da auto-estima. Os agricultores e demais produtores passam a ter orgulho de serem protagonistas de projetos que colocam produtos de qualidade, com condições de exportação. Emergem expressões do tipo “eu consigo fazer aqui”; “eu que fiz”; “eu que sei fazer esse produto” etc., como manifestações de valores subjetivos que se sobrepõem aos valores materiais adquiridos, pois dimensionam um novo sentido da existencialidade na natureza semi-árida.

Como explana Almeida (2005b, p.303), em meio à modernização ou à inserção do uso de técnicas modernas, e embalados por essas mudanças, os agricultores, em determinados territórios, resgatam atividades enraizadas e (re) inventam produtos. Entender as estratégias elaboradas pela agricultura familiar significa descortinar o sentido dessa produção para a vida de homens e mulheres “identificando as relações entre eles, o espaço e os seus desdobramentos com o surgimento de outras atividades; é interpretar o valor social a elas agregadas”.

Desse modo, o valor social agregado ao trabalho parte da luta pela reapropriação social da natureza semiárida, expressando uma consciência intencional de união na produção (nas mini-fabricas, nas casas de mel, nos terreiros de raspa, na Caatinga coletando frutos etc.), na comercialização e na organização e educação comunitária; ou seja, no esforço coletivo e individual de superação da atomização, de superar as dificuldades e desafios para se empreenderem “atividades enraizadas e se reinventarem produtos”, como nos diz Almeida.

8.4 A Contextualização do saber nas práticas educativas e organizacionais

A contextualização dos saberes tem sido a fundamentação metodológica, em suas diferentes maneiras de usá-la, pelas ‘novas institucionalidades’, especialmente ao associar as ações produtivas desenvolvidas pela Educação Contextualizada para a Convivência. Como afirma um representante da ASA: “Nas diversas instituições que atuam com ‘Convivência’, cada uma tem sua metodologia, mas assumem, pelos princípios comuns, a contextualização” (N.B. Entrevista, Juazeiro, 01/2009).

Uma das bases da contextualização do saber é potencializar o sujeito para que este se situe no momento histórico, ampliando seu horizonte de apreensão da realidade, colocando-o perante uma constelação de possibilidades (ZEMELMAN, 2006). O sentido torna-se uma forma válida de produção do conhecimento e, não apenas, aquilo que pode ser observado, comprovado e palpado, fundamentado pelo método científico moderno.

O filósofo Merleau-Ponty (2004), nas primeiras décadas do século XX, postulou a necessidade da percepção como valor de interpretação do mundo, que por sua vez, é marcado por formas de intervenções, as quais produzem formas de existência. Para o autor, as experiências subjetivas dos significados e sentidos são formas de produção do conhecimento pelo sujeito pensante e necessitam ser recuperadas, uma vez negadas pela razão científica e instrumental, na qual tem predominado a razão sobre os sentidos, criando um mundo dominado pela Ciência, ignorando-se o mundo da percepção.

O sentido, como forma válida de produção do conhecimento, é retomado neste início de século XXI, e, como salienta Zemelman (2006, p. 456), como necessidade de se questionar o método científico de “qual sentido de conhecimento tem sido construído, para quê e para quem?” Para o autor, recuperar o sujeito pensante é considerar o conjunto das suas faculdades diante de uma realidade complexa. Tal perspectiva faz-se um desafio epistêmico metodológico para a Ciência e a sociedade contemporâneas, uma vez que ambas se sustentam na racionalidade moderna e técnica, cujos métodos se preocuparam mais com o processo de construção do conhecimento a partir do plano puramente técnico e menos com o plano metodológico. Ou seja, o que tem prevalecido nessa racionalidade dominante é um distanciamento do sujeito em relação às suas circunstâncias, as suas próprias determinações.

Conforme enfatiza ainda o autor, a percepção e os sentidos emergem nesse processo de rompimento epistêmico-metodológico com o método disciplinar da modernidade e a emergência de outras formas de produção de conhecimento como condição válida para estimular o sujeito a conhecer sua realidade e atuar sobre ela:

Incorporar o sujeito no discurso que constrói conhecimento, colocá-lo perante as circunstâncias, situá-lo em relação às realidades políticas, econômicas e culturais, ou seja, possibilitar uma relação de conhecimento que não encerre num conjunto de atributos (ZEMELMAN, 2006, p.457).

Santos (2006) é outro autor que corrobora na reflexão posta, ao ressaltar que “todo conhecimento é local e total”. Essa assertiva apresenta que há uma gama de outras formas de produção de conhecimento para além do científico, disciplinar, e que as áreas do saber ao se colocarem num movimento de convergência de projetos, podem dar respostas a problemas sociais, ambientais e outros, presentes no mundo contemporâneo em escala global e identificados no plano local. Desse modo, Santos concebe que

a percepção do contexto local pelo sujeito necessita ser retomado, uma vez que o sujeito pensa e concebe o mundo a partir de seu local.

A contextualização concebida a partir da noção de contexto (que provém do Latim – *Contextus, ūs* - reunião, conjunto, entrelaçar, tecer, tessitura), apoiada na leitura de Morin (1998, p.:188), que se refere a contexto como sendo a realidade a partir de onde ela se tece e se entrelaça de forma complexa. Uma ideia que se sustenta na noção de *complexus* como a complexidade da unidade para a diversidade, como postula o autor:

[...] *Complexus* é o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do *complexus* não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram (MORIN, 1998, p.188).

Essa compreensão traz a complexidade da realidade, concebida na sua dimensão una e diversa, cujos opostos guardam entre si as interações dinâmicas que compõem a unidade e marcam a diversidade. É o pensar junto, sem incoerência, pois pode-se dimensionar, na mesma realidade, polos diferentes, mas não opostos, pois fazem parte de uma mesma unidade, assim têm-se a desordem e a ordem, a desordem e a organização. Para o autor, a noção de diversidade sempre foi aniquilada pelo princípio de ordem da ciência clássica. Ele ressalta que o princípio da complexidade não é apenas associar noções antagônicas de maneira concorrente e complementar, pois é preciso considerar também o próprio caráter da associação e, não somente, uma relativização dos termos uns em relação aos outros.

A contextualização também pode ser compreendida como uma ação de rompimento com as narrativas universalistas postas pelo conhecimento científico, e estabelecer novos acordos, novos ‘contratos’ com o natural e o social. Sobre isso, a universalização das narrativas, Martins (2004, p.32-34) compreende que essa se deriva a partir da fala dos “de fora” negando a fala dos “de dentro”. Ou seja, uma nomeação operada “de fora” que, sequer, deu o tempo suficiente para que os sujeitos “de dentro” pudessem organizar uma auto-definição e uma auto-qualificação.

A concepção de Martins é, portanto, que a contextualização é uma ação de descolonização, pois sua tarefa de reconstruir visibilidades e dizibilidades instituídas e de permitir que os ‘outros’ excluídos da ‘narrativa hegemônica’, recuperem sua palavra e tornem pertinentes suas questões.

Importante destacar que a compreensão de contexto não deve ser limitada ao espaço físico, um lugar ou um território. Ele é uma escala tempo-espço, do qual o sujeito se situa no mundo, em sua mundaneidade, de onde manifesta sua *presença como ser* (HEIDEGGER, 2006). A elaboração da relação natureza e cultura faz-se a referência na qual o sujeito tece seu saber sobre si e sobre o mundo, ou seja, onde ele vive, circula, produz, sonha.

Para Martins e Reis (2004, p.08), o contexto também não encerra a produção do conhecimento e nem a realidade se reduz a ele, pois o “contexto não deve se fechar como uma “ilha”, isolada do mundo, das coisas e dos demais saberes e conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo da sua trajetória histórica”. Ao contrário, ele é o início do aprofundamento e da renovação dos conhecimentos e saberes diversos. Essa compreensão é trazida pela RESAB, que segundo um representante:

Esse território do Semiárido que a gente fala, é básico a questão dos indicadores, a colonização desse espaço, das marcas, do atraso histórico que se construiu aqui e no que diz respeito aos direitos. Então, é um território de direitos negados. E que nessa perspectiva, seja da RESAB e de outras organizações, é exatamente mostrar a venerabilidade dos direitos, por essa concentração dos piores indicadores e que cada vez mais se torna presente. Então, nessa perspectiva a Educação enquanto direito e enquanto possibilidade de mudança, também, na relação com o meio, a natureza, o clima. A Educação contextualizada traz o princípio que, é o da convivência [...] que não é limitante nem limitador, e, nem também, é universalizante. É um princípio universal, porém não é universalizante. O princípio que leva em consideração, inclusive, as manchas diversas que tem nesse semiárido do qual a gente fala. Então, a educação entra como a valorização e devolução desse direito e, também, na possibilidade do indivíduo aprender a lidar melhor com as particularidades da região e, ver também, a sua cidade, viver bem, essa é a lógica (E.S.R., Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

O Semiárido na ‘Convivência’, é portanto, o contexto no qual o sujeito constrói sua aprendizagem de mundo. Esse percurso teórico-metodológico adentra nos programas e práticas para motivar e proporcionar os sujeitos a se reconhecerem na mundaneidade semiárida. Compreender e intervir na complexidade das manifestações da territorialidade, e dessa inserção na configuração territorial, encontrar e propor possíveis saídas e alternativas diante das problemáticas para completar sua existência.

Com a proposição da Educação Contextualizada como percurso metodológico, muitas organizações sociais têm atuado nos espaços formais e não formais. As ONGs, pastorais, associações, no Território de Juazeiro que atuam nos espaços não formais (72%), desenvolvendo um trabalho contextualizado, por meio de cursos, oficinas e encontros com os agricultores (as), mulheres, jovens e crianças. A rede ASA baseia o curso de GRH de forma contextualizada com as famílias, para que essas além de aprender os cuidados com a cisterna e outras fontes d’água, também aprendam sobre o Semárido e sua dinâmica ambiental. Também nos cursos para pedreiros (as) cisterneiros (as) e no curso de instalação e uso da BAP. Outras organizações utilizam a contextualização em cursos de criação de animais, em cultivo de plantas dentre outros, com os agricultores familiares e suas famílias.

Nesses espaços não formais, o trabalho educativo contextualizado é desenvolvido com o uso de materiais paradidáticos, que são elaborados, no geral, pelas próprias organizações: Cartilhas, folders, vídeos, CDs, DVDs, jogos, etc. O propósito desses materiais é proporcionar um conteúdo conceitual e visual diferente dos materiais didáticos e paradidáticos formais e tradicionais, que por sua vez, ainda mantêm dizeres e imagens calcados na estereotipia e hostilidade sobre a natureza semiárida.

A Educação Contextualizada nos espaços formais, escolas e universidades, é articulada pela RESAB e as secretarias de educação/universidades. Nas escolas, busca-se construir o projeto político-pedagógico referenciado no Currículo Contextualizado, ou seja, sair do modelo de currículo estabelecido pela educação universalista, como afirma um representante da RESAB:

O currículo contextualizado passa, primeiramente, pela descontextualização do currículo. Não dá para pensar, estou fazendo educação contextualizada, se você não passa por uma reflexão histórica do que é a Educação dessa região. É um processo de descolonização (E.S.R., Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

De acordo com Treviños (1987, p.48), a reificação do conhecimento teve conseqüências extraordinárias para a elaboração do currículo escolar, transformando este numa “soma de informações” que era transmitida e devia ser assimilada pelos alunos. O autor ressalta que o currículo que se baseia na interpretação dos fenômenos, na intencionalidade da consciência e na experiência do sujeito, apresenta-se como currículo construído, do currículo vivido pelo estudante, pois traz o contexto cultural dos fenômenos, e permite, através da interpretação, uma busca dos significados da intencionalidade do sujeito frente á realidade. Ele afirma que “o conhecer depende do mundo cultural do sujeito”.

Apenas 28% das organizações identificadas estão realizando a contextualização do conhecimento nos espaços formais. Um desses espaços identificados foi a Escola Rural de Massaroca (ERUM), na comunidade de Lagoinha, no distrito de Massaroca/Juazeiro. Nela, a contextualização do currículo se realiza a partir da vivência e do cotidiano dos alunos, tendo como práticas motivadoras, a “horta pedagógica” e o “estudo da realidade”.

A “horta pedagógica”, como foi explicitado no capítulo 7 é uma prática agroecológica, e na ERUM ela ganha a dimensão educativa, trabalhada de forma interdisciplinar, transversal e contextualizada, integrando os fazeres cotidianos do cuidar da horta nos conteúdos disciplinares, além de ser também uma ação em segurança alimentar e nutricional, motivando os alunos e a comunidade a novos hábitos alimentares. No “estudo da realidade”, essa atividade se desenvolve uma vez por ano, escolhendo-se uma das nove comunidades de Fundo de pasto que compõem a região de Massaroca. Seu objetivo é possibilitar que os alunos conheçam sua história e seu ambiente sócio-cultural e ambiental, e, ao retornarem para sala de aula, desenvolvam atividades interdisciplinares. O “estudo da realidade”,

depois de sistematizado, é apresentado à comunidade visitada, que recebe o relatório elaborado pelos alunos, constando das impressões, percepções e saberes desenvolvidos.

A Educação contextualizada pela ERUM tem se destacado no panorama municipal e territorial de Juazeiro como uma escola diferencial, como informa uma funcionária: “a ERUM é uma escola modelo que muitas escolas desejam imitar, os professores e alunos são bons”.

A exploração do vivido elaborado pela ERUM remete ao que Tuan (1983) considera sobre o lugar como uma importante categoria geográfica para se compreender as características subjetivas e humanas que os homens elaboram com seu meio. As comunidades de Massaroca são espaços do cotidiano e das experiências vividas dos alunos. O modo de vida peculiar de cuidar das terras coletivas dos Fundos de pasto é um saber tradicional, passado de geração para geração. Essa experiência é dimensionada pela escola como material cultural-simbólico de construção dos conhecimentos e adentra o currículo de forma significativa, possibilitando a promoção e o fortalecimento do enraizamento àquela tradição e à natureza semiárida.

Essa perspectiva de tornar a Escola “um espaço também de prazer e de encontro entre sujeitos que buscam aprender e conviver” (MARTINS e REIS, 2004, p.11) ressignifica o sentido homogeneizante e excludente de que esse lugar de aprendizagem tem sido protagonista. Para a “Educação para a Convivência com o Semiárido” o sentido de Escola é de espaço de formação cidadã e de gerar perspectivas de desconstruir conceitos, formas discursivas e de poder pautadas no preconceito e estereótipo sobre a natureza e as gentes do Semiárido. Portanto, a Escola torna-se o espaço vivido, dotado de cores e sabores que retrata o cotidiano das crianças e jovens das diferentes Unidades Geoambientais da Caatinga.

A contextualização do saber possibilita que as crianças e jovens reconheçam os ambientes semiáridos nos materiais didáticos e paradidáticos, que se identifiquem nas suas histórias e geografias, nas suas culturas e simbologias. Que elas se reconheçam como partes desse universo reapresentado, enquanto sujeitos potenciais, produtores de opiniões, de criticidade e de criatividade. Como postulam Martins e Reis:

A Escola é o espaço privilegiado de trocas de conhecimentos e saberes e de construção de novos referenciais. Nesse sentido, concebemos a escola como um lugar com cor e sabor, onde as opiniões e as idéias mais avançadas e mais simples, possam buscar o norteamento da compreensão do mundo, das pessoas e das coisas, sendo que nesse espaço, todos são sujeitos do conhecimento e da aprendizagem (MARTINS e REIS, 2004, p.10).

Outros organizações têm desenvolvido a Educação Contextualizada nos espaços formais do Território de Juazeiro: São as ONGs, tais como IRPAA e a Associação de Desenvolvimento de Ação

Comunitária (ADAC), que dão assessoria pedagógica às Secretarias Municipais de Educação (SEC) na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), na formação continuada de professores e gestores educacionais e na elaboração de materiais paradidáticos. Destacam-se alguns municípios nesse percurso: Curaçá, Casa Nova, Juazeiro e Sento-Sé. Vale ressaltar que em 2001, o IRPPA, UNEB-DCH III em conjunto com o UNICEF elaboraram em parceria com a SEC de Curaçá, o primeiro PPP dentro da proposta da Educação para a Convivência.

A RESAB tem promovido, desde 2000, todo um processo de mobilização e de articulação nos Estados do Semiárido para a promoção da ECSAB, ofertando cursos de formação continuada de professores da Educação Básica, e mais recentemente, em 2009, com cursos de pós-graduação lato sensu em Educação Contextualizada em parceria com universidades públicas e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

Compreende-se que, pela contextualização, a natureza semiárida é rerepresentada ao sujeito, e, ao colocar esse numa nova situação, possibilita que reelabore novas/outras significações sobre essa natureza, e sobre si mesmo, ao considerar que a intenção é gerar a interação natureza e cultura. Desse processo educativo, contextual, abrem-se as possibilidades para emergir outra/nova linguagem de mundo, e no qual, o sujeito pode perceber e reconhecer sua existência. Ou seja, um processo de ressignificação da linguagem de si e do mundo que cerca o sujeito, que remete ao pensamento de Merleau-Ponty (2004) quando este aborda sobre o papel da fala no corpo. Para o autor é pela linguagem que recebe de fora que o corpo se orienta para o conhecimento de si mesmo. Como afirma:

[...] O corpo só se realiza de fato, em liberdade de fato, por meio da linguagem e participando da vida do mundo (MERLEAU-PONTY, 2004, p.49).

A ressignificação da percepção do sujeito no mundo permite que ele se interroge sobre quem e qual é seu espaço. Afirma o autor: “longe de meu corpo ser para mim apenas um fragmento de espaço, para mim não haveria espaço se eu não tivesse corpo” (idem, 2004, p. 149). Na compreensão desse postulado, o corpo e o espaço formam um sistema prático, e é na ação que a espacialidade do corpo se realiza. Desse modo, o sujeito pode fugir de todas as coisas, menos do seu corpo, pois cada sujeito está no corpo e sua mente o coordena, mas, ao mesmo tempo, o corpo carrega o sujeito até onde ele desejar, até onde ele mentalizar. Portanto, o corpo não é somente um objeto no mundo, ele é um todo presente a todo e qualquer momento, e por isso, o sujeito pode manter uma comunicação com o mundo. Como expõe:

O corpo [...] como meio de nossa comunicação com o mundo [...] horizonte latente de nossas experiências, presente sem cessar, ele também, antes de todo pensamento determinante (MERLEAU-PONTY, 2006, p.136-137).

A relação do corpo no espaço possibilita apreender como a percepção e os sentidos elaborados pelo sujeito sobre o mundo envolvem sua existência, uma vez que é pelo corpo que se tem acesso ao mundo. Compreende-se que as ações educativas contextualizadas atuam também no campo da consciência perceptiva do sujeito em sua corporeidade, pois segundo Merleau-Ponty (2006): “ser consciência, ou, antes de ser uma experiência é uma forma de comunicação interior com o mundo, elaborada por cada sujeito”. Portanto, a contextualização permite ao sujeito a consciência da percepção do que ele é (corpo) e que existe no mundo, ou melhor, na mundaneidade semiárida.

8.4.1 A ‘cultura do guardar’ ou a prudência para o ‘bom uso’ da natureza semiárida

Como foi analisado no item anterior, o processo educativo contextualizado tem promovido a ressignificação da concepção de natureza semiárida e da percepção de corporeidade e mundaneidade sertaneja. Essa compreensão permite avaliar, portanto, que a tomada de consciência intencional é o percurso para aprender a conviver. Essa afirmativa se evidencia na frase de um folder institucional do IRPAA (2004): “No Semiárido viver é aprender a conviver”. Nesse sentido, ela conota a necessária consciência como abertura para o fenômeno convivência. Como diz Triviños (1987, p.43), “ser no mundo criado pela consciência” é dotar-se da realidade construída socialmente que por sua vez, se estabelece com uma relação recíproca com a educação. Aprender a conviver é, portanto, construir socialmente a realidade semiárida pela dimensão interativa do natural com o cultural. A metodologia da contextualização do IRPAA retrata essa dimensão, como relata um representante:

Nós trabalhamos com organizações, não fazemos o trabalho de massa. Fazemos com as organizações, sindicato, paróquia, prefeitura que têm interesse em discutir do projeto para o Semiárido. Tem acesso a internet, programas de rádio que a gente tem matérias que saem na televisão, ou no boca a boca, uma instituição que conhece e fala para a outra, e assim se chega uma carta a gente lê e quando dá a gente faz uma assessoria. A gente faz a primeira conversa, que chamamos de “conversa de apresentação”, que é quando a gente faz tipo uma oficina, um a dois dias. Se faz a resenha da nossa proposta para o Semiárido, agradando aquele grupo, então a gente monta uma parceria mais longa, de dois ou três anos. Passamos a ir de tempos em tempos, três a quatro vezes num ano. E trabalhamos com cursos e oficinas, cada curso tem um tema, sobre a água, sobre produção com vários vieses: a questão agrícola, a agropecuária, e tem depois a questão da educação. Cada tema desses gera-se uma discussão. Esse grupo recebe o material que são cartilhas elaboradas dentro das temáticas. Cada pessoa que participa recebe esse material, se qualifica e passa a ser um multiplicador junto as Associações. Cada município tem três Associações e cada uma ou duas pessoas escolhidas para estar na discussão para ser formador de opinião na comunidade. Ele volta com o material e do jeito dele, repassa os conhecimentos e as informações para a comunidade e assim ele vai multiplicando em oficinas para trinta pessoas e indiretamente beneficia cem a duzentas pessoas. Essa pessoa fica naquele município por dois ou três anos” (J.M. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

As organizações sociais, tal como o IRPAA, utilizam-se da metodologia da contextualização com os grupos comunitários, em geral, com agricultores e agricultoras familiares, desenvolvendo por meio dos cursos, das oficinas, dos encontros e outras formas, a aprendizagem das adequações sócio-técnicas

relativas às culturas, às criações, aos usos dos recursos naturais (águas das chuvas, as fontes d'águas disponíveis, a Caatinga, os solos etc.). Os materiais didáticos apresentam em seus conteúdos as maneiras de se usarem as técnicas de produção e criação em conformidade com os limites da capacidade de suporte dos ecossistemas do Semiárido. Uma aprendizagem que conota o “aprender a conviver” como um ‘bom uso’ da natureza, cujas orientações são para o uso ecocentrado dos recursos naturais, ou seja, com respeito aos limites dos recursos naturais sem levá-los à exaustão.

O sentido ético do ‘bom uso’ da natureza liga-se ao princípio da prudência, um princípio da filosofia, herdado dos Gregos clássicos, a qual, mesmo com a Modernidade, se mantém na concepção predominante de natureza. Larrère (1997) salienta que o princípio da prudência baseia-se na precaução, que é o saber para agir. Ou seja, uma noção de limitação, de enquadramento ou de impedição a certas ações potencialmente perigosas, diante de um perigo do qual não se tem uma certeza definida, exata. Diante dos riscos potenciais, a precaução é um princípio de decisão quando não há conhecimento, certezas cientificamente estabelecidas.

Como afirma a autora citada, o ‘bom uso’ da natureza é um comprometimento com as gerações futuras e obriga a sociedade a ter em conta a forma de seus atos presentes e como estes comprometem o futuro. Entretanto, não se pode reduzir a idéia do ‘bom uso’ apenas a esta preocupação, pois seria se prender às necessidades atuais, mas sim, considerar toda a complexidade que envolve os ecossistemas. Mais do que utilizar a natureza de forma sustentável, é preciso determinar critérios de seu uso. Nesse sentido, “aprender a conviver”, é também, rever comportamentos e atitudes diante da natureza. O percurso da contextualização, pelo visto, não deve se perder na interação dos saberes da contemporaneidade imbuídas da racionalidade ambiental: sustentabilidade, ética ambiental etc., e os saberes da tradição, caracterizada pelas manifestações, valores e práticas de convivência dos sertanejos com a natureza. É dessa mediação que pode-se abrir os caminhos para um ‘bom uso’ da natureza semiárida.

Uma ‘cultura da convivência’ vem se formatando e guarda em si o sentido ‘do guardar’ como expressão da prudência diante da natureza semiárida, pois além de evocar a prudência diante dos riscos não conhecidos, também atua na consciência da condição do homem como ser ligado à natureza, como afirma Larrère (1997, p.:271), “nós somos muito mais da natureza do que ela é nossa”. A valorização do homem com a natureza parte do processo contextual da experiência desses com seu território mais imediato. Quanto mais o homem reconhece o valor intrínseco da natureza, mais ele sabe usá-la e respeitá-la. Esse respeito ou essa prudência é uma atitude de responsabilidade para com a natureza semiárida. Por exemplos, quando se valorizam os umbuzeiros e os maracujás; quando interessam-se pela preservação e conservação da comunidade, pela conservação das áreas de Fundo de pasto; quando as crianças e jovens cuidam das hortas comunitárias/pedagógicas, quando as mulheres e jovens atuam no replantio de mudas

de umbuzeiro, angico, aroeira e outras árvores nativas, quando há o cuidado com as aguadas, as cisternas, a reserva na propriedade com área de mata nativa etc.

O ‘guardar’ participa desse ‘bom uso’ ao considerar que a maior parte das potencialidades da natureza semiárida são existentes no *tempo verde* do que no *tempo seco*, já que nessa fase a natureza reduz sua capacidade produtiva. A idéia de ‘guardar água das chuvas’ nas cisternas, de ‘guardar alimentação para os animais’ por meio do estoque de feno e silagem, de ‘guardar o mel’, de ‘guardar os doces de umbus’ etc., são expressões de uma prudência em considerar que a natureza semiárida estabelece-se entre a escassez do *tempo seco* e a fartura do *tempo verde*. A compreensão e respeito a esse ciclo permite que o sertanejo viva essa transição sem a “tensão subjetiva”, como ressaltou De Marcos (2003).

A letra da música “Água de Chuva” (MALVEZZI, 2008) apresenta a ‘cultura do guardar’ como uma estratégia da ‘Convivência’, como afirma o autor, “[...] Um dos segredos chave da convivência com o semiárido é guardar a água no momento das chuvas e tê-la nos momentos em que naturalmente não chove”. A letra descreve bem esse segredo:

Colher a água
Reter a água
Guardar a água quando a chuva cai do céu
Guardar em casa
Também no chão
E ter a água se vier a precisão.

No pé da casa você faz a sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou
É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda
Todo idoso, o menino e a menina
Podem beber que é água pura e cristalina.

Você ainda vai lembrar dos passarinhos
E dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos
Fazendo isso honrará a São Francisco,
a Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero.

Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular
É bem melhor se prevenir que remediar
Zeze os barreiros, os açudes e as aguadas
Não desperdice sequer uma gota d’água.

Como analisado no Capítulo 5, muitas expressões artísticas em forma de cordéis, de músicas, poemas, etc., têm surgido no sentido de evidenciar outras/novas linguagens mediadas pela ‘Convivência’. Reforça-se aqui que essas expressões traduzem sentimentos de pertencimento e de valorização à identidade territorial sertaneja, expondo as belezas e potencialidades do Semiárido. E o ‘guardar’ faz-se como respeito prudente de saber usar essas belezas e potencialidades.

8.5 A Rede de Sociabilidade: A experiência da ‘convivência’ como “ser-no-mundo-com-os-outros”

Heidegger (1981, p.19) quando postula sobre a solicitude de “ser-com-os-outros-no-mundo” apresenta que tal é uma necessidade do ente na sua existência coletiva. O autor apreende a dimensão dessa consciência do homem para afirmar que esse nunca está sozinho. A partir desse postulado do autor, apreende-se que a ‘Convivência’ emana a solicitude de “ser-com-os-outros-no-mundo”, que se manifesta por meio da maneira envolvente e significativa da articulação e mobilização dos sujeitos individuais e coletivos. Essa “solicitude” da ‘Convivência’ também aparece nas ideias de Morin (2005, p.29) quando este reflete sobre a interrogação da existência pelos sujeitos na contemporaneidade. Ele nos apresenta que “a dúvida através da qual o sujeito se interroga sobre as condições de emergência e de existência de seu próprio pensamento, constitui um pensamento potencialmente relativista, relacionista e autoconhecedor”.

As práticas e os programas da ‘Convivência’ mobilizam e articulam os sujeitos individuais e coletivos para as trocas de saberes e experiências coletivas desenvolvidas pelas famílias de agricultores, homens, mulheres e jovens em suas comunidades com outras comunidades de um mesmo território ou interterritorial e interestadual. Eles vão se engajando nas reuniões comunitárias, microrregionais, estaduais, oficinas, eventos em todas as escalas, representando sua comunidade e seu projeto sócio-produtivo

A experiência participativa qualifica os agricultores a exercer suas falas ou como postula Merleau-Ponty (2004), usar a fala é dirigir-se ao mundo. Esse agricultor (a) aprende a falar de seu lugar, do que ele/ela é, o que faz e o que deseja para seu mundo. A promoção da fala é uma metodologia usada pelas organizações nos momentos de sociabilidade e troca de saberes. Os sujeitos passam a contar suas histórias de vida, suas memórias, suas experiências comunitárias. Essa metodologia apoia-se na elevação da autoestima dos grupos sociais, fortalecendo o despertar-se para o mundo. Portanto, a palavra dota os sujeitos de uma capacidade argumentativa e ela faz-se uma significação.

“A palavra é a significação do mundo pelo sujeito”, diz Freire (1987, p.19). Ele reflete que a palavra instaura o mundo do homem. É pela palavra que o comportamento humano se faz significativo do mundo, ela não designa apenas as coisas, mas as transforma; não é só pensamento, é “práxis”. Ainda o autor explana que o homem, ao expressar-se, expressa o mundo. Portanto, intersubjetivamente, a palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo, como afirma:

A expressão do mundo consubstancia-se em elaboração do mundo e a comunicação em colaboração. E o homem só se expressa convenientemente quando colabora com todos na construção do mundo comum – só se humaniza no processo dialógico de humanização do mundo. A palavra, porque lugar do encontro e do reconhecimento das consciências, também o é do reencontro e do reconhecimento de si mesmo (FREIRE, 1987, p:19).

Considera-se que outra/nova percepção do que se é, de onde se está e para onde se deseja ir é um percurso que vai se adquirindo na construção coletiva da significação, da reflexão e do debate, no uso da fala dentro da arena pública e política dos sujeitos individuais e coletivos inseridos na ‘Convivência’. Isso nos permite entender, de acordo com Tesser (2006), sobre o valor da cultura e sua relação com a significação, pois para alguém ser entendido é necessário que o sujeito use uma forma de expressão pela qual alguém o entenda. Neste sentido, a palavra usada pelos sujeitos nos espaços coletivos da idéia-projeto, não é desprovida de sentido. É o que Merleau-Ponty (2006, p.250) afirma, ser “a fala um gesto, e sua significação um mundo”, ou o que Freire (1987, p.19) salienta ser “uma ação, uma práxis direcionada para a transformação do mundo”.

As organizações da ‘Convivência’ apresentam os programas, as ações, as experiências produzidas etc., por meio dos materiais, em forma de cartilhas, folders, livros, músicas, cordéis e outras produções. Também se tem usado a rede eletrônica (páginas da web, correspondência em grupos, blogs, dentre outros). Ou seja, o mundo virtual é parte também do lugar do compartilhamento das ideias, cujas redes mantêm as informações e instigam o intercâmbio entre os sujeitos. Como nos aponta ainda o autor:

Os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção (FREIRE, 1987, p.20-21).

As formas de falar sobre o Semiárido, sua natureza e suas gentes, introduz o sentido de ‘Convivência’ como uma linguagem dotada de sentido e imbuído de discurso, pois, como salienta Merleau-Ponty (2005, p. 250) vivemos em um mundo no qual “a fala está instituída. Mesmo nas falas banais, possuímos em nós mesmos significações já formadas”.

Como exposto sobre os espaços de sociabilidade da ‘Convivência’ são para as trocas de saberes, de conhecimento, de opiniões, de exposição dos acordos, das parcerias, e das contradições, dos confrontos, consensos e divergências. Portanto são lugares para a reflexão e a articulação do saber popular com o saber sistematizado/técnico, dos encontro entre agricultores e agricultoras, técnicos, professores etc. Ou seja, “da consciência de que não há homem absolutamente inculco: o homem ‘hominiza-se’ expressando, dizendo o seu mundo”, como afirmou Freire (1987, p.19).

Os cursos, as oficinas, os intercâmbios entre grupos, os seminários, as conferências etc., são momentos oportunos para a contextualização das adequações sócio-técnicas e tecnologias sociais. Dessa forma, em um curso de pedreiros, um curso de GRH com as famílias, na instalação de uma BAP, na preparação das hortas agroecológicas e/ ou dos quintais produtivos etc., há uma identificação de demandas e potencialidades da comunidade por meio de um diagnóstico participativo. Os sujeitos vão se qualificando, muitos se tornam líderes comunitários, monitores, instrutores, multiplicadores de práticas e de oficinas em sua própria comunidade ou adentram a equipe de uma organização. Pode-se, portanto,

identificar que, no P1MC, já se conta com centenas de agricultores qualificados como pedreiros executores das cisternas e outros tornaram-se pedreiros capacitadores, como foi apresentado no Quadro 08.

A partir dessas questões para se compreender a contextualização das práticas, identificou-se na pesquisa de campo a rede de sociabilidade elaborada pelas organizações, o que mais trocam nos intercâmbios, em quais escalas os atores e sujeitos sociais estão se movimentando etc. Na Tabela 24 pode-se observar que a socialização dos projetos é o que mais se apresenta como interesse dos grupos em realizar os intercâmbios, com 50% e deve-se a procura em conhecer e aprender sobre um projeto exitoso que esteja sendo executado por um grupo, uma ONG, uma rede, com caráter sócio-produtivo, técnico, organizacional ou educacional. Assim aponta um representante da COAPRE:

Fizemos o curso do sindicato mais o SASOP, demos continuidade a outros cursos. O primeiro grupo, com apoio do IRPAA, motivou iniciar o beneficiamento do umbu, fruta em abundancia, e toda produção era desperdiçada. Depois a COAPRE fez intercâmbio com a COOPERCUC para aprender melhor o processo (J.V.B. Entrevista, Remanso, 12/2008).

Os saberes e técnicas apareceram com 37,5%, ou seja, o motivo é estudar, refletir e debater temáticas, aprofundar conceitos ou mesmo conhecer uma nova técnica em uso com sucesso e que possa ser reeditada; Já a participação em oficinas, cursos, seminários etc., apareceu com 21,9%. Juazeiro é o município que mais apareceu como sede da realização dos eventos.

Tabela 24 - Troca de saberes e de experiências

O Que Sociabilizam			Tipo De Aprendizagem				Escala Dos Intercâmbios				
Projetos	Saberes e técnicas	Oficinas	Visitas	Cursos	Produtos	Seminário	Comunitário	Territorial	Inter-territor.	Nacional	Internacioal
50%	37,5%	21,9%	37,5	31,2%	12,5%	9,4%	18,5%	40,5%	28 %	6,5%	6,5%
100%			100%				100%				

Fonte: CARVALHO,L.D., Pesquisa de campo, Juazeiro, 2007 a 2009

A Coopercuc é a organização mais visitada, segundo dados informados, ela recebe, anualmente, em torno de 1.500 visitantes, que vêm de todos os municípios e de várias partes do Brasil, inclusive também de estrangeiros. A cooperativa desperta o interesse de outras organizações, grupos, e mesmo do setor empresarial, como aponta um representante: “Desejam conhecer a forma de produção do fruto (umbu), a gestão da cooperativa e sua organização” (J.E.S Entrevista, Uauá, 10/2007).

As organizações estão em constante movimento realizando visitas técnicas (37,5%); realizando

curso (31,2%), os quais podem ser ministrados em uma comunidade, tipo ‘manejo de caprinos e ovinos’; trocando produtos, onde aparece com 12,5%, são os produtos cultivados e beneficiados com sucesso, ou materiais produzidos pelas instituições ou pelos grupos (cartilhas, livros, CDs, DVDs etc). E 9,4% apontaram a troca de saberes nos seminários e outros eventos correlatos.

Os intercâmbios dão-se, na maior parte, entre municípios do Território de Juazeiro (40,5%); interterritorial (28%); comunitários (18,5%), as associações comunitárias se visitam, trocam idéias, problemas em comum, reuniões, cursos etc.; a escala nacional aparece com 6,5% e se ligam mais aos encontros nacionais, conferências das redes; a escala internacional também aparece com 6,5% e se expressa por eventos que alguma organização vai apresentar um projeto ou participar de feiras internacionais, tipo o ‘Tierra Madre’ promovido pela Slow Food.

A promoção de intercâmbios tem sido uma metodologia adotada por muitas organizações, sendo uma das orientações das redes que se promovam a aprendizagem, a reflexão, deem-se visibilidade e valorização às experiências dos sertanejos e sertanejas. Como expõe um técnico:

A gente faz intercâmbio entre os produtores e algumas associações, criamos às vezes, alguns momentos de reflexão com os parceiros, reunindo sindicatos locais, paróquias e algumas associações, reunimos lideranças e comunidades. A gente faz este debate onde a gente pensa: a linha é essa? Nossas ações tem surtido efeitos? Tudo está correspondendo aos anseios de vocês? Então ai, nesses encontros, são apontados algumas deficiências e algumas virtudes e tiramos alguns encaminhamentos desses encontros para as próximas ações (M.P.N., Entrevista, Remanso, 07/2008).

A rede de sociabilidade pela troca de saberes e experiências são momentos e espaços de aprendizagem não formal, diálogos, vivências e processo de amadurecimento e fortalecimento da própria prática que os sujeitos individuais e coletivos estão realizando. Um processo permanente de sentir e exercitar “a vivência com o outro permeado pelo intercâmbio, interconexão, inter-relação” (BOFF, 2006, p.20), ou seja, a ‘Convivência’ fazer-se “uma vivência de entendimento entre os diferentes, do estabelecimento da comunicação pela relação dialógica e superar o estranhamento” (idem). O autor explica que o estar junto se faz reflexão do porque conviver e do como conviver:

Conviver é aproximar-se, ver, compadecer-se e cuidar do outro [...] uma ação da qual o outro se vê no outro, num sentido de proximidade na qual o próximo é aquele de quem me aproximo (BOFF, 2006, p.22-23).

Nesse sentido posto por Boff, a convivência é a condição ética que guarda processos de aproximação e de conhecimento do outro e do diferente, elaborados por etapas. A construção dessa condição ética de aproximação e de proximidade presente na convivência vai sendo tecida nos eventos e intercâmbios da ‘Convivência’, e neles, as relações interpessoais e interinstitucionais vão se

amadurecendo, se confrontando, se consolidando e ampliando os rizomas da idéia-projeto, afirmando novos atores, novos produtos, recursos etc., para dentro da proposta, como mostra o Quadro 12, sobre os sentidos de ‘Convivência’ elaborados pelos sujeitos e atores sociais da rede ASA, em um momento-espaco de sociabilidade. As falas direcionam-se para a percepção da idéia-projeto como “Conhecer, planejar; contextualizar, propagar”.

As trocas entre os atores sociais da ‘Convivência’ para que apreendam esse sentido interdependente e complexo, de conhecimento que gera processos, ações e intervenções planejadas, contextualizadas, vai se elaborando por etapas da própria construção da convivência. Segundo Boff (2006, p.27-36) para se firmar a convivência são necessárias várias etapas para a aprendizagem da vida, da leitura do mundo, de ampliação da palavra, da fala, da corporeidade.

Boff (2006) ainda aponta que as etapas nas quais a convivência vai se construindo não têm como finalidade uniformizar e nem consensualizar as diferenças, pois estas são respeitadas. O que também pode ser observado e avaliado nos espaços de sociabilidade da ‘Convivência’ é que esses são definidos por momentos de tensões, marcadas por expectativas não realizadas dos atores sociais diante das demandas, das dúvidas e contradições do processo, especialmente por ser este realizado em rede, pois são constituídas por pessoas e instituições que têm suas trajetórias, marcam suas posturas e visões de mundo a partir de onde são e de onde falam para dentro do coletivo.

Quadro 12 - Sentidos da ‘convivência’ elaborados em espaço de sociabilidade da ASA-BA¹⁶

“As pessoas possam ver e acreditar que podem viver melhor no Semiárido”
“Aprender a ver a natureza, as veredas, as águas, as riquezas do Semiárido”
“Resgatar a cultura dos povos do Semiárido”
“É ter conhecimento e ações planejadas”
“É considerar que cada região tem sua diferença, conhecer e adequar às ações contextualizadas”
“Conviver é ter consciência do que é nosso”
“É articulação e tecnologias adequadas”
‘Convivência’ no sentido sistematizado: “Conhecer =>Planejar => Contextualizar=> Propagar”

Fonte: Encontro Estadual ASA-BA, Feira de Santana, 05/2008

Desse modo, os eventos não são momentos de consensos, mas de aparar arestas das diferenças, do debate, da reflexão e da avaliação do processo, como mostra a Figura 35, exemplos desses momentos, são os vivenciados pela rede de mulheres de Remanso, pelo SASOP e pela ASA em seu encontro nacional.

Importante porque os diferentes atores sociais relativizam suas diferenças e identificam as prioridades. Neste sentido, considera-se como Boff que a convivência é uma condição ética emergente e

¹⁶ As frases são de autoria dos membros presentes na dinâmica de grupos sobre o conceito de ‘Convivência’, no Encontro Estadual da ASA-BA, em Feira de Santana, de 12 a 13 de maio de 2008.

necessária nesta transição paradigmática civilizacional, pois, a partir da relativização das diferenças em favor dos pontos em comum, aliviam-se os níveis de tensão em favor do respeito das legítimas diferenças.

A compreensão de Boff (2006) e de Freire (1987) sobre a categoria convivência enquanto um fenômeno ôntico, originada na comunidade aprendente, permite avaliar que a rede de sociabilidade são



Figura 35 - Espaços de Vivência e de Sociabilidade

1- Encontro de Avaliação anual da Rede de Mulheres de Remanso (12/2008); 2 -Encontro de Avaliação anual do SASOP e as Organizações de Agricultores Familiares de Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (Remanso, 12/2008); 3 - Momento de encerramento do VII ENCONASA (Juazeiro, 03/2010)

Autoria: CARVALHO, Luzineide D., Pesquisa de Campo, 12/2008 a 03/2009

os espaços onde todos se relacionam com todos e todos ao trocarem, aprendem uns com os outros. Ou seja, essa concepção traz o ato de aprender muito mais do que um ato intelectual de apropriação de saberes acumulados e tradicionalizados. Aprender é comunhão de vidas, de interesses e de destino, um jogo de relações pessoais e sociais nas quais todas as dimensões da vida emergem e se articulam entre si, com ou sem tensões, afirma Freire.

As considerações postas se aproximam do que Heidegger (1981) postula sobre o “ser-com”, o “ser-com-os-outros- no-mundo”, o “envolvimento significativo”, a “solicitude”, o “relacionar-se com o outro”. Como expõe:

Não é simplesmente estar num mundo, mas por referir-se a este mundo através de uma maneira de ser predominante. De imediato e de forma geral, o ser-aí é fascinado com seu mundo; ele é, desta maneira, absorvido no mundo”.[...] Todas as coisas são encontradas como tendo vindo de um mundo onde elas eram “entes-envolventes” para outros – um mundo que é sempre, a priori, também meu (HEIDEGGER, 1981, p.25;34).

Heidegger (1981) compreende que o “sendo com os outros” é a característica fundamental, original do existir humano. Nesse sentido, o estudo aportado na Tese concebe que os sujeitos individuais e coletivos estando na ‘Convivência’ a se agruparem, se encontrarem e comungarem suas experiências e conhecimentos estão buscando outros/novos sentidos sobre eles mesmos e sobre o mundo no qual vivem – o Semiárido Brasileiro. Do “envolvimento significativo” manifestado na coletividade da ‘Convivência’, de “ser-com-os-outros-no-mundo”, os anima a compartilhar, lutar, resistir, sonhar e realizar, juntos, a ressignificação da mundaneidade semiárida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ‘CONVIVÊNCIA’: UM MODO DE COMPLETAR A EXISTÊNCIA NA MUNDANEIDADE SEMIÁRIDA

O fato de o “ser-aí” (*Dasein*), em sua cotidianeidade [...], não simplesmente estar num mundo, mas por referir-se a este mundo através de uma maneira de ser predominante. De imediato e de forma geral, o ser-aí é fascinado com seu mundo; ele é, desta maneira, absorvido no mundo (HEIDEGGER, 1981, p.25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ‘Convivência: um modo de completar a existência na mundaneidade semiárida

A ressignificação e a reapropriação social da natureza semiárida foram apreendidos pelo contexto contemporâneo de profundos questionamentos pelo qual passa a concepção moderna de natureza e do projeto da Modernidade.

A contemporaneidade marca-se por novas concepções sobre a relação natureza e cultura, mobilizadas por movimentos sócio-ambientais que desejam construir um novo naturalismo, ainda não claro, mas que deseja romper com as bases reducionista, simplista e mecanicista da Ciência Moderna e sua visão fundada na dominação e na externalidade do homem com a natureza.

Nesse contexto de mudanças, que se deseja inserir o estudo da Tese para refletir sobre a mundaneidade semiárida e como essa vem se ressignificando pelas novas leituras sobre as Terras Secas - as Zonas Áridas, Semiáridas e Sub-úmidas Secas do mundo. Por serem consideradas áreas susceptíveis à desertificação, às secas e à degradação das terras essas demandam programas de desenvolvimento que considerem suas dinâmicas ambientais, evitando que a ação antrópica potencialize, em especial, o processo de desertificação.

O mundo Semiárido tem elementos sócio-culturais, econômicos e geoambientais semelhantes, dentre esses, o processo de desertificação é comum a todos. Na esfera mundial, têm sido implementados programas de ação ao combate à desertificação, e no Brasil tem-se o PAN-Brasil. Este ganha um diferencial em seu conteúdo, ao se inserir a proposta da ‘Convivência com o Semiárido Brasileiro’.

As mudanças dos sentidos sobre natureza, desenvolvimento, políticas públicas, participação da sociedade civil, e outros tantos movimentos contemporâneos, adentram no Semiárido Brasileiro, configurando diferentes sentidos, diferentes racionalidades. Essas racionalidades estão em disputa, definindo continuidades e emergências, tradição e inovação, “velhas institucionalidades” e “novas institucionalidades”; horizontalidades e verticalidades.

Surgem novas formas de apropriação da natureza semiárida, como também se mantém as pretéritas. Desse modo, se as ‘velhas institucionalidades’ ainda se reportam ao sentido de natureza “hostil”, que “o problema é a seca” e o Semiárido uma “região problemática”, por outro lado, surge a corrente da reinvenção da semiaridez, requalificando-a para o sentido de natureza “favorável”, calcando-se na tecnificação e cientificação, com vistas à capitalização da natureza e seu maior aproveitamento. Tem-se um Semiárido como o “sertão que dá certo”, cujo um dos seus ícones é a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco.

Nesse panorama de diferentes sentidos e apropriações da natureza semiárida tem-se a ‘Convivência’, uma ideia-projeto, ou seja, uma idéia que tem a capacidade de introduzir no patrimônio

cultural da sociedade civil do Semiárido um *dispositivo ideogador* para a constituição de outro/novo projeto societário. Ela também elabora seu sentido de natureza e de território. Seu projeto de identidade territorial busca sua visibilidade por meio das redes sociais (ASA, RESAB e outras). Essas fomentam as organizações sociais a ser rizomas dessa ideia-projeto, adentrando nas comunidades, nos territórios mais circunscritos da cotidianidade dos sertanejos e sertanejas, apoiando-os e fortalecendo-os na luta por ‘justiça social’, cujas conquistas e direitos dirigem-se à água, à terra, a uma educação contextualizada, segurança alimentar e tantas outras.

A ‘Convivência’ apresenta-se como uma ‘invenção’ contemporânea da ressignificação e da reapropriação social da natureza semiárida, concebida de modo complexo e relacional. A idéia-projeto atua como um rizoma, motivando os grupos ao ‘novo naturalismo’, pautado na justiça ambiental e no uso ecocentrado dessa natureza. Essa mediação perpassa nas práticas e programas, que ao se ancorarem na contextualização, permitem aos sujeitos individuais e coletivos ressignificarem o sentido existencial de sua territorialidade, cotidianidade e mundaneidade de “ser-aí” no Semiárido Brasileiro.

O estudo da Tese parte dessa busca de apreender e descrever tais manifestações fenomenológicas¹⁷ promovidas ‘Convivência’, identificando como as práticas e os programas têm gerado as mudanças perceptivas. Elas são identificadas nas falas, na corporeidade, na sociabilidade promovidas pela ‘Convivência’: a evocação da identidade territorial e dos atributos físico e simbólico-culturais do território, nas formas de relacionamento colaborativo/solidário que permeiam os processos sócio-produtivos, organizacionais e educativos.

Busca desvelar o sentido ôntico da ‘Convivência’, e para tanto, a Tese ancorou-se na compreensão fenomenológica de Heidegger (1981) sobre a convivência enquanto manifestação da solicitude de “ser-com-os-outros-no-mundo”. Associando-se a essa concepção, também se compreendeu a ‘Convivência’ como um *estado nascente* do entusiasmo, do carisma e da utopia, típicos dos movimentos sociais. No entanto, nas identificações das tessituras da idéia-projeto, avaliou-se que essa nem se faz movimento social e nem instituição burocrática. Mesmo que suas propostas e programas provindos das Diretrizes adentram-se na rotina das organizações formalizadas, a ‘Convivência’ é o rizoma que move a ressignificação e a reapropriação social da natureza semiárida, tomando-a de forma complexa e relacional.

As Diretrizes e linhas de ação são postas nas Cartas Políticas e nas de Fundação e Princípios Comuns das redes sociais (ASA, RESAB e outras). Essas redes publicam esses documentos para a sociedade compreender as propostas e o projeto político de desenvolvimento territorial orientado pela

¹⁷ “O adjetivo fenomenológico qualifica a manifestação do objeto em sua ‘essência’, bem como a busca que possibilita essa manifestação” (ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia apud TESSER, 2006, p.102).

idéia-projeto. Visam obter legitimação, e também, apresentar ideológico-filosoficamente o que concebem como um projeto de identidade para o Semiárido Brasileiro.

As redes sociais têm uma natureza descentralizada, rizomática e multiescalar. E, por serem fluidas e heterogêneas, movem a proposta da ressignificação da natureza semiárida por meio dos variados nós e tessituras, agregando diferentes atores sociais nas escalas locais e regionais, nacionais e internacionais: Organizações da sociedade civil, agências de cooperação técnica internacional, setores governamentais (Ministérios e diversas Secretarias federais, estaduais e municipais), dentre outros.

Agregam-se à idéia-projeto diferentes bandeiras de lutas sociais do Semiárido contemporâneo, caracterizando-a como um guarda-chuva. Sua visibilidade política é empreendida em todas as escalas e diferentes espaços de poder, cujo propósito dos seus propositores é configurar o ‘território da Convivência’. Nessa investida, as redes desempenham um significativo papel para o reconhecimento político, principalmente pelo Estado, de que a ‘Convivência’ é o projeto societário alternativo aos modelos hegemônicos estabelecidos e pretéritos no Semiárido Brasileiro.

Avalia-se, por sua vez, que as políticas públicas para esse território têm sido pontuais, assistenciais e descontextualizadas, fundadas na racionalidade técnico-economicista e reducionista, cuja leitura predominante de território tem sido o cartesiano, técnico, homogeneizado pelas secas. Elas têm negado a diversidade geoambiental e cultural das diferentes unidades naturais e a etnodiversidade de suas gentes. Em outro/novo propósito de políticas públicas trilha a ‘Convivência’, apresentando e provocando ações e intervenções de impacto social, contextualizadas com as características geoambientais e sócio-culturais dos povos, validando a relação do sertanejo com a natureza semiárida. Ou seja, a idéia-projeto apresenta outra/nova leitura de território: o simbólico-cultural, pois ela traz em si a tradição como valor do enraizamento, do pertencimento e da valorização da identidade territorial sertaneja. Tal mudança faz-se consequência dessa temporalidade do agora, marcada pela transição de paradigmas – o técnico-científico para o ambiental, evocando o valor do território como espaço da produção das materialidades e imaterialidades, dos sentidos econômicos, políticos, mas também, do cultural e do simbólico.

Ao se identificar, mapear e analisar as ações em curso da ‘Convivência’ no Território de Juazeiro, tomando como procedimentos de investigação, as Diretrizes para a água, terra, biodiversidade, pode-se considerar que essas projetam suas ações prioritariamente para o meio rural, atuando para a elevação das condições materiais dos territórios rurais, esquecidos e marcados pela iniquidade e injustiça social. E tal prerrogativa é impactante para um território que tem em sua maioria municípios de até 50 mil habitantes, que guardam estreitas relações entre a cidade e o mundo rural. Portanto, avalia-se que as Diretrizes objetivam, primeiramente, atuar nas condições do como viver nesse mundo rural sertanejo.

A complexidade do mundo rural contemporâneo aporta no Semiárido Brasileiro, e a ‘Convivência’ apreende, em suas Diretrizes, a perspectiva de revalorizar seu mundo rural, fortalecendo e apoiando as

comunidades rurais, marcadamente de agricultores familiares, cujas iniciativas sócio-produtivas estão se desenvolvendo nas associações, cooperativas, grupos etc. Os vários projetos sócio-produtivos em desenvolvimento por essas organizações têm inserido centenas de famílias das comunidades rurais, possibilitando-as ampliarem a renda familiar, mas constituindo-se ainda, no geral, como renda complementar. A criação e a consolidação de redes de produção e de comercialização, como exemplo, a Rede Sabor Natural do Sertão têm desenvolvido ações educativas e organizacionais para fortalecer as iniciativas dos grupos, motivando-os, apoiando-os e assessorando-os tecnicamente para que alcancem a sustentabilidade econômica e o valor social e identitário de seus produtos.

A ressignificação do rural como território de vida, trabalho e cultura possibilita denotar outra forma de inserção do Semiárido Brasileiro no contexto mundial, por meio da lógica de produção identitária e ecocentrada. Mas, a inserção desse território no contexto da globalização tem se apresentado com sentidos diferentes de natureza e de desenvolvimento. Desse modo, enquanto chegam à mesa de um japonês ou alemão as mangas e uvas do Vale do São Francisco plantadas com toda a tecnificação e cientificação da agricultura irrigada capitalizada, por outro sentido, chegam à mesa de um francês ou suíço às geléias e doces de umbu ou de maracujá-do-mato feitos numa mini-fábrica pelas mãos das mulheres. Ou seja, o Semiárido Brasileiro tem encontrado lógicas distintas de se inserir no contexto da globalização, por sinal, *perversa*, como diz Milton Santos. Compreender a inserção promovida pela ‘Convivência’ é dimensionar outra globalização, a *solidária*, como sonhou esse mesmo autor. Larrère explicita como o sentido ético à natureza pode ser diferencial:

Está em oposição a mundialização globalizante destruidora das diferenças e uma universalização em rede a partir de múltiplos pontos de enraizamento locais. A diferença entre as duas éticas do meio ambiente atual deriva da responsabilidade para com as gerações futuras, ética antropocêntrica que assenta na concepção moderna da universalidade moral da humanidade a de uma ética ecocentrada, que se apóia num novo naturalismo (LARRÈRE, 1997, p.343).

A identificação e mapeamento das práticas e dos programas da ‘Convivência’ no Território de Juazeiro permitiram compreender a territorialização das questões contemporâneas em torno da ressignificação e da reapropriação social da natureza, por meio de experiências e de programas que já demonstram êxitos, como o PIMC. Mas o desafio é tornarem tais programas como políticas públicas, assumidas e garantidas legalmente pelo Estado. Essa dimensão política das ações da ‘Convivência’ é apontada pelos representantes das redes. Como exemplo, ressalta uma representação da RESAB, que a sensibilização das instituições do poder público é um trabalho a ser desenvolvido, pois são elas que têm o poder de decisão. Essa perspectiva demonstra que a ‘Convivência’ é uma proposta que muitas organizações, em especial, as governamentais, não conseguem ainda operacionalizar suas Diretrizes dentro do espectro de suas atuações. Como exemplos, as Universidades Públicas. Algumas já inserem a

proposta da Educação Contextualizada para a Convivência em suas ações, tais como a UNEB-DCH III, UFCG-Sumé, a UFP e outras. Nelas se desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão e oferta de Curso de Pós-Graduação (especialização) em Educação. Mas são ações isoladas, não implementadas como Projeto Político-Pedagógico da instituição. Como salienta outra representação da RESAB, há ainda muitos avanços a serem dados para a inserção da Educação Contextualizada:

Não é possível fazer Educação contextualizada ou na perspectiva da Convivência com o Semiárido, se você não conhece o Semiárido. Então, a Universidade, que é a agência formadora, ela precisa investir na formação dos profissionais para o conhecimento do Semiárido, para que a gente possa partir para fazer esse diálogo teoria-prática (A.P. Entrevista, Juazeiro, 10/2007).

As práticas educativas e organizacionais contextualizadas que se fazem presentes nos projetos sócio-produtivos promovem o ‘bom uso’ da natureza pela ética da prudência ou da ‘cultura do guardar’. O sentido de natureza hostil ressignificada na ‘Convivência’ para uma natureza processo, complexa e relacional, se materializa na contextualização do saber, possibilitando ao sujeito do processo de aprendizagem (agricultor, apicultor, aluno, presidente de uma associação etc.) tomar consciência de si mesmo, de criar e recriar, de forma crítica e criativa, alternativas para superar as adversidades e problemáticas da realidade social.

O processo da contextualização pode ser compreendido pelo postulado de Husserl (2006), quando esse autor afirma que o sujeito, ao aprender mover-se livremente, adquire a liberdade que o potencializa diante das velhas maneiras de se orientar. O sujeito aprende a ver, a diferenciar e a descrever o que está diante dos seus olhos. Assim, compreende-se que a contextualização possibilita ao sertanejo adquirir outra/nova maneira de perceber seu território e sua realidade e estabelecer outra/nova condição ética de relação com a natureza semiárida.

O estudo da Tese, ao tratar da relação homem e natureza no Semiárido Brasileiro, exigiu gerar um olhar atencioso sobre a geograficidade dos sertanejos e as sertanejas, dos povos caatingueiros, ribeirinhos do São Francisco, as gentes dos ‘braços d’água’, dos Fundos de pasto, apicultores, criadores e agricultores; professores, técnicos, coordenadores institucionais e líderes comunitários. Enfim, esse leque diverso de gentes que sonham garantir seus territórios de vida, trabalho e cultura. É o que nos lembra Bonnenmaison (2002, p.101), de que “um território é um tipo de relação afetiva e cultural com a terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão”.

As desconstruções das *falas instituídas* pejorativas e estereotipadas dos sujeitos individuais e coletivos mobilizados na ‘Convivência’ atuam para a ressignificação da territorialidade e da autenticidade de “ser sertanejo”. Essas gentes, que foram concebidas como ‘apáticas e resignadas’, estão se reapresentando como sujeitos potenciais, em luta, em movimento, em articulação para valorizar os

atributos simbólico-culturais de sua natureza e de seu território, como formas de restituir a força da tradição da identidade territorial sertaneja.

A apreensão fenomenológica existencial de “ser-com-os-outros-no-mundo” de Heidegger (1981,2006) permitiu aprender as relações “culturalmente vividas” por meio das trocas de saberes e de experiências dos sujeitos e atores sociais imbuídos na ‘Convivência’. Um ‘envolvimento significativo’ que permite criarem uma rede de sociabilidade, de solidariedade e de confiabilidade, e direciona-lhes à constituição da identidade de projeto.

O novo naturalismo visando interagir natureza e cultura ainda é um caminho a se fazer na ‘Convivência’, um processo se fazendo, mas avalia-se que as práticas e os programas contextualizados já permitem considerar que esses se ancoram na noção do ‘bom uso’ da natureza semiárida, visto que a ‘cultura do guardar’ ao fundar-se na ética da prudência, baseia-se na consciência intencional, educativa e organizacional de que essa natureza tem seu ciclo verde e seu ciclo seco. A prudência do ‘bom uso’ religa os grupos (especialmente aqueles que estão associados e cooperativados nas organizações sócio-produtivas) a esses ciclos naturais e permite o uso dos recursos de forma ecocentrada.

Nielsen Neto (1988, p.91) postula que a tomada de consciência intencional concebe ao homem fazer suas escolhas, pois o homem vai se definindo na medida em que vive e se realiza enquanto tal. A existência humana é o compromisso de escolher, a cada passo, o modo de como completar sua existência. Entende-se, portanto, que as escolhas, feitas pela sociedade civil do Semiárido Brasileiro (movimentos sociais, redes, ONGs e outras), os agricultores e agricultoras, os sertanejos e sertanejas de “ser-com-os-outros-no-mundo” é a escolha consciente que este coletivo encontra para completar a existência na sua mundaneidade semiárida na contemporaneidade.

O intuito final desse estudo não é elaborar conclusões definitivas, pois a intenção primária foi gerar reflexões e abrir o debate sobre esse fenômeno em construção – a ressignificação e a reapropriação social da natureza semiárida pela ‘Convivência’. Nesse sentido, deseja-se que essa temática propicie uma gama de outras/novas questões que, certamente, exigirão novos estudos, discussões, reflexões, revisões dessas postas aqui, que até mesmo, podem ser negadas.

Deseja-se, portanto, que esse estudo tenha a pertinência de contribuir para fortalecer a trajetória de construção da ideia-projeto, permitindo aos que estão à frente na gestão e execução das práticas e dos programas avaliarem os avanços, os desafios e a natureza complexa da ‘Convivência’, uma vez que essa se apresenta como um projeto de identidade para o Semiárido Brasileiro, e nesse todo, o Território de Juazeiro.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil** : potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- AB'SABER, Aziz.. Dossiê nordeste seco nordeste sertanejo: a região semiárida mais povoada do mundo. **Revista Eletrônica Estudos Avançados**. vol.13 no.36, São Paulo. mai/ago. 1999
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRFS, 2003
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de historia colonial, 1500-1800 & os caminhos antigos e o povoamento do brasil**. 5ª edição revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- ADITAL. **Articulação afirma que preservação da caatinga é urgente**. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp>> . Acesso em 29 out. 2008
- ALBUQUERQUE JÚNIOR. As invenções e representações em torno do semiárido: implicações na educação. In: **I Seminário Regional: Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro**. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da RESAB. Trabalho não publicado, 2000.
- _____. Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife/PE: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALIER, Juan Martins. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Projeto biotecnologias e a gestão participativa da biodiversidade na caatinga e no cerrado** - Estudos de caso de instituições e de saberes locais na caatinga e no cerrado brasileiro. Goiânia, GO: UFG/Instituto de Estudos Socio-Ambientais e Institut de Recherche et Développement, 2008
- _____. Em fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, nº 2, 2005a
- _____. **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005b.
- _____. Cultura ecológica e biodiversidade. In: **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003
- _____. Em busca do poético do sertão. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, Nº 6, p.:35-45, jul./dez. de 1998.
- _____. A reinvenção da natureza. In: **Revista Espaço e Cultura**. UERJ. Rio de Janeiro, Nº 3, p.41-53, dez. de 1996.
- ALMEIDA, Geralda de e VARGAS, Maria Augusta Mundim. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: **Capítulos de Geografia Nordestina**. DINIZ, J.A.F. e FRANÇA, V.L.A. (Org.). Aracaju, NPGeo/UFS, 1998, P. 469-485

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 7ª edição rev. e aum. – São Paulo:Cortez, 2005

_____. **A problemática da seca**. Recife: Líber, 1999.

_____. **Nordeste**: alternativas da agricultura. São Paulo: Papirus, 1988.

ARCAS. ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CONVIVÊNCIA APROPRIADA À SECA. **P1MC**: informações sobre o total de cisternas construídas no território do São Francisco, Bahia. Juazeiro, 2010

ASABRASIL. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Construindo futuro e cidadania no semiárido**. Publicação comemorativa 10 anos ASA. Recife (PE): ASABRASIL, 2010a

_____. **Mãos que constroem**: a experiência de mulheres no semiárido brasileiro. Publicação comemorativa 10 anos ASA. Recife (PE): ASABRASIL, 2010b

_____. **VII Encontro Nacional da ASA**: Caderno do participante. ASABRASIL: Juazeiro (BA), 22 a 26 de março de 2010c

_____. **P1+2**: Programa de formação e mobilização social para convivência com o semi-árido brasileiro : uma terra e duas águas. Horta Orgânica comunitária: unidos pela vida. O Candeeiro – Boletim informativo do P1+2. ASABRASIL: Recife (PE). Ano 4, nº 60, março de 2010d

_____. **P1+2**. Programa de formação e mobilização social para convivência com o semi-árido brasileiro: uma terra e duas águas. Acesso e manejo sustentável da terra e das águas, para a segurança alimentar. Recife (PE): ASABRASIL, 2010e

_____. 10 anos ASA: construindo futuro e cidadania no semiárido. P1MC: programa de formação e mobilização social para a convivência com o semiárido: um milhão de cisternas. In: VII ENCONASA, 2010, Juazeiro. **Apresentação 10 anos ASA**. Juazeiro (BA):ASABRASIL, 2010f

_____. 10 anos ASA: construindo futuro e cidadania no semiárido. P1+2: programa de formação e mobilização social para a convivência com o semiárido: duas águas e uma cisternas. In: VII ENCONASA, 2010, Juazeiro. **Apresentação 10 anos ASA**. Juazeiro (BA): ASABRASIL, 2010g

_____. VII EnconASA será realizado de 22 a 26 de março de 2010. **Disponível em** <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso 10 nov 2009a

_____. **Caminhos para a convivência com o semiárido**. Recife (PE): ASABRASIL, 2009b

_____. Bomba d'água popular: mais uma ação da ASA. **Informativo**. Juazeiro (BA), 2008a

_____. **Declaração do semiárido**: propostas da articulação no semiárido brasileiro para a convivência com o semiárido e combate à desertificação. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em 10 nov. 2008b

_____. **Carta política V ENCONASA**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em 10 nov. 2008c

_____. **Carta Política VI ENCONASA**. Disponível em: <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em 10 nov. 2008d

_____. P1+2: Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido brasileiro. Juventude criando alternativas agroecológicas de convivência. **O Candeeiro** – Boletim informativo do P1+2. Recife (PE), ano 1, nº 2, set. 2007a

_____. **P1+2**: Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido brasileiro. Projeto-piloto. Recife (PE): ASABRASIL, 2007b

_____. **Conhecendo o Semiárido**: aspectos da proposta política de convivência com o semiárido. Recife (PE): ASABRASIL, 2005a.

_____. **Vamos nos mobilizar**. 2ª edição. Recife (PE): ASABRASIL, 2005b

_____. Cisternas: importância e cuidados. **Informativo**. Recife/PE, 2003

ASA-PE. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PERNAMBUCO. Construção coletiva por um semiárido mais justo. Começo de Conversa - **Boletim Informativo da ASA-PE**. Recife (PE), ano I, nº 01, 2010

ARAÚJO, Tania Bacelar. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In:

MARANHÃO, Silvio (Org.). **A Questão Nordeste**: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 71-82.

_____. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In.: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B.(Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap; Unesp, 1995. p. 125-156.

BAHIA. SEDES.Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.**Jornal da Sedes**. Salvador (BA), nº 6, edição especial. Nov. 2009a

_____. STL.Secretaria de Turismo e Lazer.**Informativo**. Salvador (BA), 2009b

_____. SEAGRI.Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia. **Cultura umbuzeiro**. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/Umbuzeiro.htm>>. Acesso em: 28 maio 2008

BRASIL.MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. EMPRABA meio ambiente. Proágua Semiárido (Convênio SRH/MMA/EMBRAPA/BIRD nº 475/98). Disponível em <http://www.cnpma.embrapa.br/projetos/ecoagua>. Acesso em 30 abr. 2010

_____.MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Estudo das Potencialidades econômicas do Território Sertão do São Francisco (BA). **Sistemas produtivos da agricultura familiar**: Caprino-ovinocultura e fruticultura de sequeiro e irrigada. Juazeiro (BA), 2008a

_____.MIN. Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília (DF), 2008b

_____.MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada/Fórum do Território Sertão do São Francisco. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do sertão do são francisco**. Brasília (DF), 2008c

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Universidade Federal da Paraíba. **Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil**. Brasília (DF), 2007

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. 3ª edição Brasileira. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação: Programa Nacional de Combate à Desertificação**. Brasília (DF), 2006a

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Conhecendo o PAN-Brasil: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**. Brasília (DF), 2006b

_____. MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Implementação da convenção das nações unidas de combate à desertificação: II Relatório Nacional (2002-2004) e III Relatório Nacional (2004-2006)**, versão preliminar para discussão. Brasília, 2006c

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. **Relatório de atividades do grupo de trabalho interministerial (gtin) para o programa nacional de combate à desertificação: 2003-2004**. Brasília, 2005a

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/ Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **PAN-Brasil: Programa de ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**. Brasília (DF) 2005b.

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Diretrizes para o Combate à Desertificação** (versão preliminar para discussão). Brasília (DF), 2005c

_____.MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos institucionais 02. Brasília (DF), 2005d

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/ Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca (PAN-LCD)**. Relatório III Oficina Nacional. Olinda (PE), 22 e 23 de abril de 2004a

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/ Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Programa de Estruturação Institucional para a Consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos – BRA/OEA/01/002**. Relatório Parcial: Projeto para Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas. MMA/SRH/CTC. Brasília (DF), Novembro de 2004b.

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. Ministério do Meio Ambiente/Coordenação Técnica de Combate à Desertificação. **Relatório do Workshop sobre Cenários**

Climáticos do Semiárido e Implicações para o Desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza (CE), 29 e 30 de Novembro, 2004c

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. **PAN-Brasil:** Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - edição comemorativa 10 anos da CCD. Brasília (DF), 2004d.

_____.MIN. Ministério da Integração Nacional/Ministério do Meio Ambiente. Dia Nacional da Caatinga. **Informativo.** Brasília (DF), 2004e

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21, o semiárido e a luta contra a desertificação. **Caderno de debate agenda 21 e sustentabilidade.** Brasília (DF), nº 06, 2004f

_____.MMA. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. **Biodiversidade da Caatinga:** Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação. Brasília, (DF), 2004g.

_____.Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco. **Cenários para o Bioma Caatinga.** Recife (PE), 2004h

BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento:** o caso dos perímetros de irrigação no vale do são francisco, semiárido. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). 2007. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis- SC, 2007

BASTOS, João Pereira. **O futuro do polígono das secas.** Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, v.IV -1, 1957.

BEZERRA, Nizomar Falcão. **Fragmentando o território:** bases para o desenvolvimento do semiárido do ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

BIODIVERSITAS. **Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga.** Disponível em <www.biodiversitas.org.br/caatinga/relatorios/uso_sustentavel.pdf>. Acesso em 29 out. 2008

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia:** o dia-bólico e sim-bólico na construção da realidade.7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998

_____.**Virtudes para um outro mundo possível.** Vol. II: Convivência, respeito e tolerância. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA R. ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002

BRANCO, Samuel Murgel. **Caatinga:** paisagem e o homem sertanejo. 5ª edição. São Paulo: Moderna, 1994 (Coleção Desafio)

BRANCO, Telma Castello (Org.). Segurança Alimentar no Nordeste do Brasil: algumas experiências. **Coletânea CERIS.** Ano 2, n.2, 2005

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: Planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª edição. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008

CAMARGO, Eldis e RIBEIRO, Emiliano. A proteção jurídica das águas subterrâneas no Brasil. In: **Governança da Água no Brasil**: Uma Visão Interdisciplinar. RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009

CAMPOS, José Nilson Bezerra. **Vulnerabilidades hidrológicas do semiárido às secas: planejamento e políticas públicas**. Brasília, Dez./1997. Disponível em: <http://www.nilsoncampos.eng.br/arq_pub/vulnerabilidades_hidrologicas_do_semi-arido.pdf>. Acesso em 15 fev. 2009

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergentes. São Paulo: Ed. Cultrix, 1982

CARITAS BRASILEIRA. Cisterna Caseira: toda família com água potável. Campanha pela convivência com o Semiárido Brasileiro. **Informativo**. Brasília (DF), 2005

CARNEIRO, Maria Jose. **Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica**. Disponível em <www.ftierra.org/tierra1104/doctrabajo/jmcarnerio_nr.pdf>. Acesso em 04 ago. 2006

CARVALHO, Otamar e EGLER, Claudio A.G. **Alternativas de desenvolvimento para o nordeste semiárido**. Fortaleza, CE, Banco do Nordeste, 2003

CARVALHO, Otamar et alii. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no nordeste**. Brasília: Ministério do Interior – MINTER, 1973

CASSETI, Valter. Ciencia e ambiente. Boletim goiano de geografia. Goiania, v.13, nº 1, jan./dez., p.1-10, 1993

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação: Economia, sociedade e cultura. 8ª edição. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005

_____. **O Poder da Identidade**. **A era da informação**: Economia, sociedade e cultura. 3ª edição. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001

CASTRO, Iná Elias de. O Sertão nordestino e a questão do regionalismo. Regionalismo hoje. Do que se trata no Nordeste? In: ENCONTRO OS SERTÕES: Espaços, Tempos, Movimentos (mesa redonda), Recife (PE). **Anais**. Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, Nov. 2006

_____. **Geografia política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

_____. Instituições e Cidadania no Território Nordestino. **Mercator**- Revista de Geografia da UFC, ano 02, nº 03, 2003

_____. **Mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951.

_____. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. 14ª. ed. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2001.

CLAVAL, Paul. A volta do cultural na Geografia. **Mercator**- Revista de Geografía da UFC. Ano 01, nº 01. 2002, p.19-28

_____. O Papel da nova geografia. In: ROSENDHAL e CORREA, Roberto Lobato (org) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

COCHO, Germinal; GUTIÉRREZ, José Luis; MIRAMONTES, Pedro. Ciência e humanismo, capacidade criadora e alienação. In: Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba/3ª Superintendência Regional. Projeto Pontal Petrolina/Pernambuco: O Sertão que dá certo. **Informativo**. Petrolina (PE), 2005

COELHO, Marco Antonio T. **Os descaminhos do são francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA. R.L. e ROSENDHAL, Z. (org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P.92-123

COSGROVE, Denis E. e JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORREA. R.L. e ROSENDHAL, Z. (org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000, p.: 15-37

DAGNINO, Renato. **A adequação sócio-técnica na agenda do complexo de c&t e dos empreendimentos autogestionários: Economía solidaria e innovación tecnologica**. UNICAMP. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi.pdf>>. Acesso em 27 out 2008

DE MARCO, Giovanna. **Água e processos subjetivos**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifca Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de política social participativa**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001

DIAS, Leila C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila C. , SILVEIRA, Rogério Leandro L. (Orgs.). **Redes, sociedade e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras**. In: **Governança da água no Brasil: Uma Visão Interdisciplinar**. RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição. Ampliada. São Paulo: Hucitec:Nupaunb – USP/CEC, 2008

_____. **A Imagem das Águas**. São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000

DIOCESE DE JUAZEIRO. **P1MC**: informações sobre o total de cisternas do construídas no Território do São Francisco, Bahia. Juazeiro, 2010

_____. **P1+2**: informações sobre o total de cisternas do construídas no território do São Francisco, Bahia. Juazeiro, 2010b

DUARTE FILHO, João. **O sertão e o centro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no Polígono das Secas**. Fortaleza: DNOCS, 1949.

_____. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 3ª. ed. Mossoró/RN: ESAM, 1980. (Coleção Mossoroense, volume CXLIII)

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Unidade Semiárido. **Cultivo do maracujá-do-mato é tema do prosa rural**. Disponível em: <http://www.spi.embrapa.br/radio/2007/abordagens/semi_arido/release_30_cultivo_maracuja_do_mat_o>. Acesso em: 28 maio 2008

FAVERO, Celso Antonio. **Semiárido**: fome, esperança e vida digna. Salvador (BA): EDUNEB, 2002

FERNANDES NETO, Antonio Martins. **Fundo de pasto**: Realidade atual e novas perspectivas. 2004. TCC (Especialização em Gestão Pública Contemporânea). Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas III, Juazeiro (BA), 2004

FGEB - Fundação Grupo Esquel – Brasil. **Projeto Apoio à Elaboração do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação** (PAN-LCD). Brasília (DF), 2003

FISCHER, Rose Maria e BOSE, Monica. Redes sociais: novos arranjos para a sustentabilidade. In: CABRAL, Antonio e COELHO, Leonardo (Org.). **Mundo em transformação**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte (MG): Autentica, 2006. p. 65-84

FLORIANI, Dimas. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. **Revista Ambiente e Sociedade**. Vol. 09, nº 1 Campinas Jan./Jun. 2006. Disponível em <revista@ambientesociedade.org.br>. Acesso em 31 ago 2008

FOLLARI, Roberto A. **Um discurso sobre as ciências: a abertura aos tempos**. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB/MEC, 1959. (Coleção Textos Brasileiros de Economia).

_____. **Formação econômica do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GAADNER, Jostein. **O mundo de sofia**: romance da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: editora UNESP, 1991

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 5ª edição – São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época: v.5)

_____. **Educação não-formal e cultura política**: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999 (Coleção questões da nossa época: v.71)

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES FILHO, José Farias. **Crianças e Adolescentes no Semiárido Brasileiro**. Recife/PE: UNICEF, 2003

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para entender a Desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Lamparina. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2007, p.43-71,

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, C. & CORREA, R.L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.169-190

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. I parte, 15ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes/Universidade São Francisco, 2005

_____. **Todos nós... ninguém**: um enfoque fenomenológico do social. Apresentação e Introdução, notas e epílogo Solon Spanodius; tradução e comentários Dulce Critelli. São Paulo: Moraes LTDA, 1981

HOEFLE, Scott William. Desencantamento Ambiental e Social no Sertão Nordestino. **Revista Espaço e Cultura**, nº 2, junho de 1996, Rio de Janeiro: EdUERJ, NEPEC

HOLZER, Werten. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea. In: **Revista da Pós-Graduação em Geografia**, Departamento de Geografia, UFF, Rio de Janeiro, Ano V, nº 10, junho de 2003.

_____. A geografia humanista: uma revisão. In: **Revista Espaço e Cultura**, nº 3, jan. de 1997, Rio de Janeiro : EdUERJ, NEPEC

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo, Ed. Ideia e letras, 2006

INDIA. MEF. Ministry of Environment & Forests Government of India. **Nation action programme to combat desertification in the context of United Nations convention to combat desertification (UNCCD)**. Volume 1. Status of desertification. New Delhi. september 2001. Disponível em: <<http://www.unccd.int/actionprogrammes/asia/asia.php>>. Acesso em 01 maio 2010

INSA. Instituto do Semiárido Brasileiro. Plano Diretor 2008-2011. **Informativo**. Campina Grande (PB), 2008

IRPAA. Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada: No Semiárido viver é aprender a conviver. **Informativo**. Juazeiro (BA), 2002

JUAZEIRO. Prefeitura Municipal de Juazeiro. **Juazeiro-Bahia**: aqui o passado não passa, e o presente é o futuro que já começou. Catálogo sócio-econômico e cultural do município. Juazeiro (BA), 2004

XX FENAGRI – 15 a 18/7/2009 – Juazeiro/BA. **Jornal da Fruta**. Lages (SC), Ano XVII, Nº 216, Jul. 2009. Caderno Especial da Fruticultura do Vale do São Francisco. p. 02

LARRÈRE, Catherine e Raphael. **Do bom uso da natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa – Portugal: Instituto Piaget, 1997. Coleção Perspectivas Ecológicas, nº 30

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irienu da Costa. Rio de Janeiro : Ed. 34,1994

_____. **Política da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP:EDUSC, 2004

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropiação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4ª Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005

_____. **Ecologia, capital e cultura**. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência** – O Futuro do pensamento na era da Informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993

MACEDO, Odomaria Macedo. **A Convivência com o Semi-árido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPAA**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife: UFPE, 2004

MAGALHAES FILHO e DIAMANTINO. **Conflitos em fundo de pasto no interior da Bahia**. In: Repórter Brasil. Disponível: <<http://www.reporterbrasil.com.br>>. acesso em 15 mar. 2010

MALVEZZI, Roberto. *Água de Chuva*. Intérprete: Nilton Freitas, Roberto Malvezzi, Targino Gondim. In: **Belo Sertão: a convivência com o semi-árido através da música**: Compact disc digital áudio, 2008. CD. Faixa 03

MARQUES, Miroval. *Terra prometida (belo sertão)*. Intérprete: Nilton Freitas. In: **Belo Sertão: a convivência com o semi-árido através da música**: Compact disc digital áudio, 2008. CD. Faixa 05

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para trabalhar neste verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: Vozes, 1986

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995

MARTINS, Josemar da Silva, REIS, Edmerson Santos. Proposta político-pedagógica da RESAB: A convivência com o semi-árido como norteadora do processo educacional no semiárido brasileiro (Rascunho-manifesto em andamento). **Secretaria Executiva da RESAB**, Juazeiro (BA). Anexo 3. Relatório Final da Consultoria COOPERFAJ/UNICEF - 2004. 2004

_____. **Tecendo a Rede**: Notícias Críticas do Trabalho de Descolonização Curricular no Semi-Árido Brasileiro e Outras Excedências. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, Salvador, Bahia, 2006.

MENEZES, Ana Virginia Costa de. **Estado e Organização do Espaço Semiárido do Sertão Sergipano**. Aracaju: UFS/NPGeo, 1999

MENEZES, Djacir. **O outro nordeste**: formação social do nordeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937 (Coleção Documentos Brasileiros, nº 05)

MENDES, Geisa Flores. *Sertão se traz na alma? Território/lugar sertão nas filigranas da memória e das representações sociais*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/NPGeo. São Cristóvão, Sergipe, 2009

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro Moura. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a (Tópicos).

_____. **A natureza**: curso do Collège de France. Tradução Álvaro Cabral. – 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006b (Tópicos)

_____. **Conversas**, 1948. Organização e notas de Sttéphanie Ménasé, tradução de Fabio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção Tópicos)

MEXICO. Comissão Nacional de Zonas Áridas – SEDES. **Plan de Accion para Combatir la Desertificacion en Mexico** (Pacd-Mexico). Disponível em <<http://www.unccd.int/actionprogrammes/lac/lac.php>>. Acesso 01 maio 2010

MOÇAMBIQUE. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). **Plano de Acção Nacional de Moçambique de Combate à Seca e à Desertificação**. Republica de Moçambique. Disponível em <<http://www.unccd.int/actionprogrammes/lac/lac.php>>. Acesso em 01 maio 2010

MONTEIRO, Carlos A. de F. A Geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. **Borrador**, AGB- São Paulo, n.4, p.01-49, jul. 2002.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. Evolução Epistemologia do conceito de natureza. **Boletim Goiano de Geografia**, 19 (2): 75-98, jan./dez., 1999

MOREIRA, Roberto José. Sustentabilidade e Interesses no Espaço Rural. In : MOREIRA, Roberto Jose (org.). **Terra, poder e território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

MOREIRA, Ruy. **O Círculo e a espiral**: a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: COOAUTOR, 1993

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998

_____. **O Método I**: A natureza da natureza; tradução Ilana Heineberg. – Porto Alegre: Porto Alegre: Sulina, 2005. 2ª ed.480p

NEVES, Delma Peçanha. A ruralidade nas sociedades latinoamericanas contemporâneas. Continuidades e descontinuidades nos processos de integração rural-urbano. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), 2009, Porto de Galinhas (PE). **Anais eletrônicos**. Porto de Galinhas, ALASRU. Disponível em < http://www.alasru.org/index_arquivos/Page1370.htm> acesso em: 15 dez. 2009

NIELSEN NETO, Henrique. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1988

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classes, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Rogaciano. **Cisterna de placas**: importância e cuidados. 2003. Cordel. ASA-Ceará. Fortaleza (CE), 2003

PELIZZOLI, Marcelo Luis. **Correntes da Ética Ambiental**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

_____. **A emergência do paradigma ecológico**: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999

PIMENTEL, Álamo. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semiárido brasileiro**. 2002. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre (RS), 2002

PINTO, Josefa Eliane de Siqueira. O Significado da Seca para o Estado de Sergipe. In: **Capítulos de Geografia Nordestina**, DINIZ, J.A.F. e FRANÇA, V.L.A. (Orgs). NPGeo/ UFS, São Cristóvão: Sergipe, 2000

PETROLINA. Prefeitura Municipal de Petrolina/Agência de Cooperação e Desenvolvimento do Município. **Petrolina, terra de oportunidades**: Pernambuco acontece aqui. Catálogo sócio-econômico. Petrolina (PE), 2004

PORTO-GONÇALVES. A invenção de Novas Geografias: a Natureza e o Homem em Novos Paradigmas. In: **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial (org. OLIVEIRA, M.P.; HAERBAERT, R; MOREIRA, R.). Rio de Janeiro: Lamparina Editora. 2007. 3ª edição.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1990 (Coleção Temas Atuais).

PRADO Jr., Caio. **Historia econômica do Brasil**. 46ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004

PROJETO ÁRIDAS: **Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o nordeste**. Disponível em: <http://www.esquel.org.br/htmltonuke.php?filnavn=site/prog_icid_esquel.html>. Acesso em: 21 jul. 2008

PUNSKI, Elba Medeiros. A Produção de Manga: Um Estudo de Caso sobre a Trajetória Tecnológica no Vale do São Francisco. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Agricultura Brasileira: Unidade na Diversidade. 2002. **Anais**. Dez. 2002, p.131-132

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

RESAB. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Secretaria Executiva da RESAB. Projeto inclusão, universalização e qualidade da educação no semiárido brasileiro (2004). Juazeiro (BA), 2004

_____. Secretaria Executiva da RESAB. **I Conferência nacional de educação para a convivência com o semiárido brasileiro**: articulando políticas públicas de educação para a convivência com o semiárido. Juazeiro (BA). 17 a 20 de maio de 2006a

_____. Carta de Fundação e Princípios da RESAB. In: **Caderno multidisciplinar do semi-árido brasileiro**: Educação e Contexto do Semiárido Brasileiro. Juazeiro(BA): Selo Editorial RESAB, ano 01, maio de 2006b

_____. **Diretrizes da educação para a convivência com o semi-árido brasileiro**. Juazeiro – BA: Selo Editorial RESAB, 2006c

RIBEIRO, Rafael Winter. A **construção da aridez**: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909). 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. Impasses da governança da água no Brasil. In: **Governança da água no Brasil**: uma visão interdisciplinar. RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2007

RIOD. Rede Internacional de Ongs sobre Desertificação. Associação Pernambucana de Defesa da Natureza. **Boletim informativo**. Recife (PE). Junho de 2004, Ano I. Edição nº 01

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Sertão no plural**: da Linguagem geográfica ao território da diferença. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo, 2001. 253f

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMPAIO, José Levi Furtado. Novas Estratégias de Combate à Seca e à Fome no Ceará: A Construção de um Poder. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC. Ano 01, n. 02 (ago./dez. 2002), Fortaleza:UFC, 2002

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005

SANTOS, Boaventura de Souza (org). Conhecimento prudente para uma vida decente: **um discurso sobre as ciências revisitado**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006

SANTOS, Juracy Marques dos e VERGNE, Cleonice. Ecologia dos grupos indígenas do sertão. In: SANTOS, J.M (org). **Ecologia de homens e mulheres do semiárido**. Paulo Afonso (BA): Editora Fonte Viva, 2005

SANTOS, Juracy Marques dos. Ecologia de homens e mulheres do semi-árido. In: SANTOS, J.M (org). **Ecologia de homens e mulheres do semi-árido**. Paulo Afonso (BA): Editora Fonte Viva, 2005

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 13ª edição. Bauru: Editora Saraiva, 2006.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo; razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico - científico Informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

CURSO DE MANEJO DE CAPRINOS. 2008. Remanso (BA). SASOP: Serviços de Assessoria às Organizações Populares Rurais. Remanso. 16-17 de setembro de 2008.

SASOP. Serviços de Assessoria às Organizações Populares Rurais. Quintal agroecológico: uma vida saudável para Salete e sua família. **Boletim informativo**: Agricultura Familiar em Comunicação. Remanso (BA), Ano 1, nº 01, 2008

SCHISTEK, Harald. Bomba d'água popular. In: ASABRASIL. Bomba d'água popular: mais uma ação da ASA. **Informativo**. Juazeiro (BA), 2008

_____. A Particularidade climática da região semiárida. In: **I Seminário Regional**: Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da RESAB. Trabalho não publicado, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. In: I FORUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, Fortaleza/Ceará, 16 a 19 de novembro de 2003. Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SEGALLA, Amauri. O Vale se transforma no pomar nacional. **Revista Estadão Negócios**, São Paulo, 2006, p.:38-39

SERPA, Ângelo. Mergulhando num mar de relações: redes sociais como agentes de transformação em bairro populares. **Geografia**. Rio Claro, n.2, p.211-222, 2005

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Antonio Galdino da. Caminhos do São Francisco, o rio da esperança. In: SANTOS, J.M (org). **Ecologia de Homens e Mulheres do Semiárido**. Paulo Afonso (BA): Editora Fonte Viva, 2005

SILVA, Janice Theodoro da. **Raízes da ideologia do planejamento: nordeste (1889-1930)**. São Paulo:Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978

SILVA, Roberto Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília (DF), 2006

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**.Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988

SLOW FOOD BRASIL. **Fortalezas no Brasil**. Disponível em:<<http://www.slowfoodbrasil.com/content/category>>. Acesso em: 28 maio 2008

SOUZA, Eliana. **Informações sobre o PAN-Brasil da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luzidourado@hotmail.com.br > em: 06 out. 2010.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. A expansão capitalista no campo e a política do agronegócio no vale do São Francisco. Resumos expandidos. In: **Anais**. 25 anos do NPGeo. São Cristovão (SE): UFS/NPGeo. Publicação eletrônica, 2008

SPANOUDIS, Solon. Apresentação: A Todos que Procuram o Próprio Caminho. In: HEIDEGGER, Martin. **Todos Nós...Ninguém: Um Enfoque Fenomenológico do Social**. Apresentação e Introdução, notas e epílogo Solon Spanodius.; tradução e comentários Dulce Critelli. São Paulo: Moraes LTDA, 1981

TRIVINÕS. Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A Pesquisa Quantitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987

TUAN, Y-Fi. **Tempo e lugar**. Espaço e lugar: Perspectivas da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983

UNCCD. *United Nations Convention to Combat Desertification. National, regional and sub-regional programmes*. Disponível em <<http://www.unccd.int/actionprogrammes/menu.php>>. Acesso em: 01 maio 2010

VESENTINI, J. Willian. O Método e a Práxis (notas polêmicas sobre geografia tradicional e geografia crítica). *Terra Livre*, nº 2: São Paulo. AGB/Marco Zero, 1980

VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas: Populações Tradicionais e Unidades de Conservação**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008

VIEIRA, Flávio Lúcio R. Em Crise do Desenvolvimento ou Crise da Modernização Capitalista? In: **Conceitos/Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba**. V.1, n.1., João Pessoa, 1996

WALLERSTEIN, Immanuel. As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer? In: **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no brasil moderno**. Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural. Disponível em:< endereço>. Acesso em: 12 fev. 2003

ZANIRATO, Silvia Helena. Conservação da Memória dos Usos da Água no Brasil. In: **Governança da água no Brasil: Uma Visão Interdisciplinar**. RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009

ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006

OUTRAS FONTES CONSULTADAS:

ALMEIDA, Flavio Gomes de. O Ordenamento Territorial e a Geografia Física no Processo de Gestão Ambiental. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (org.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Lamparina, 2007. 3ª Ed

ANDRADE, Sueli Amália de. Bases Filosóficas-Científicas do Pensamento Ambiental. In: Educação Ambiental: Curso Básico a distância: **Questões Ambientais: Conceitos, História, Problemas e Alternativas**. Coordenação-Geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Medina. Brasília: MMA, 2001. 5v. 2ª Edição ampliada.

ARAUJO, José Amaury de Aragão. **Barragens no nordeste do brasil**. Fortaleza: DNOCS, 1982

BINSZTOK, Jacob. Principais Vertentes (escolas) da (des)ordem Ambiental. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** (org. OLIVEIRA, M.P.; HAERBAERT, R; MOREIRA, R.). Rio de Janeiro: Lamparina Editora. 2007. 3ª edição.p.:315-331

BOURG, Dominique (Direção). **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Livraria Clássica, 1993 (serie perspectivas ecológicas, nº 18).

- BUTTNER, Anne. Fénix, Fausto, Narciso: esperanzas y riesgos del humanismo en Geografía. In: GARCÍA BALLESTEROS, Aurora (ed.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992.
- BRASIL.MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Atlas dos Territórios**. Disponível em: < www.mda.gov.br>. Acesso em 28 maio 2008
- CAATINGA. Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas. Soluções para o Semiárido. **Informativo**. Ouricuri (PE), 2004
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CAPRA Fritjof: **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix. 1996
- CARAÇA, João. Um discurso sobre as ciências passadas e presentes. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006
- CARNEIRO, Maria Jose. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 11, out 1998. CPDA/UFRJ, RJ
- CARVALHO, Luzineide Dourado e ALMEIDA, Maria Geralda de Almeida. A reapropriação social da natureza: um estudo preliminar das ações de “convivência com o semiárido” pela cooperativa agropecuária familiar de canudos, uauá e curaçá – Bahia. In: **Anais. I SEMILUSO - Seminário Luso-Brasileiro Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa (PB): UFPB, 2008
- CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In.: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 11-36
- DA MATTA, Roberto. Em Torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: BOURG, Dominique (Direção). **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Livraria Clássica, 1993 (serie perspectivas ecológicas, nº 18).
- FOSTER, Jonh Bellamy. **A ecologia de marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Natureza e Cultura – Representações na Paisagem. In: **Paisagem, imaginário e espaço**. ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HUSSERL, Edmund. **Filosofia como ciência de rigor**. Coimbra: 1965
- _____. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, sd.
- KOZEL, Salete. As Representações no Geográfico. In: MENDONÇA, Francisco e KOZEL, Salete (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed..da URPR, 2002
- MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002
- MENEZES, Ana Virginia Costa de. O Sertão – Uma Representação do Espaço Nordeste. In: **Revista Geonordeste**, Ano XI, nº 02, 2000

MENEZES, Sônia de S. M. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/NPGEO. São Cristóvão, Sergipe, 359p.

NUNES, João Arriscado. Um Discurso sobre as Ciências 16 anos depois. In: Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. SANTOS, Boaventura de Souza (org). 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006

OLIVEIRA, Livia de. Ainda sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In: MENDONÇA, Francisco e KOZEL, Salette (org) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea.** Curitiba: Editora da URPR, 2002

PUTNAM, Robert. **Social capital and civic community.** Disponível em <<http://www.infed.org/thinkers/putnam.htm>>. Acesso em 22 jul. 2008

REFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira Agrícola Capitalista e Ordenamento Territorial. 3ª ed. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Lamparina, 2007

SEEMANN, Jörn. Geografia Cultural: a inovação da tradição ou tradição da inovação? In: **Revista Espaço e Cultura**, nº 9 e 10, jan/dez. de 2000, Rio de Janeiro: EdUERJ, NEPEC

TESSER, Gelson João. **Fenomenologia e existência: Uma introdução filosófica.** Curitiba: Prottexto, 2006

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Desenvolvimento regional em questão: o baixo são francisco revisitado. São Crsitovão (SE). NPGEO/UFS, 1999

WALDMAN, Maurício. Tempo, Modernidade e Natureza. Texto primeiramente publicado no **Caderno Prudentino de Geografia**, número 16, Setembro de 1992, edição da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Presidente Prudente, SP. Edição revisada

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010

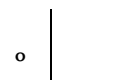
_____. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Recife:UFPE, 2001

Apêndice 01 - Municípios e Organizações visitadas em trabalho de campo, Território de Juazeiro, 2007 - 2009

N° Cones- pondente Na Figura	Município/ Distrito	Sede ou Comunidade Rural	Organização Social	Sigla	Organiza- ções Visitadas	Entrevistados
01	Casa Nova	Baixa Grande	Associação de Moradores e Produtores de Baixa Grande e Região	AMPBGR	5	15
01	Casa Nova	Ladeira Grande	Associação de Fundo de Pasto e Pequenos Produtores e Apicultores de Ladeira Grande	AFFPPALG		
01	Casa Nova	Melancia	Associação de Fundo de Pasto de Melancia	AFPM		
02	Casa Nova	Riacho Grande	Associação de Fundo de Pasto e Pequenos Produtores e Apicultores de Riacho Grande	AFFPPARG		
02	Casa Nova	Assia Grande (d)	Acampados			
03	Casa Nova	Sede	Rede de Mulher de Casa Nova	RMCN		
04	Juazeiro/ Massaroca	Cachoeirinha	Associações Comunitária e Agropecuária de Cachoeirinha	ACAC	15	38
04	Juazeiro/ Massaroca	Cumal Novo e Jacaré	Associação Agropastoril de Cumal Novo e Jacaré	AACNJ		
04	Juazeiro/ Massaroca	Lagoinha	Escola Rural de Massaroca	ERUM		
04	Juazeiro/ Massaroca	Lagoinha	Comitê de Fundo de Pasto	COMITE		
05	Juazeiro	Sede	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juazeiro	STRJ		
05	Juazeiro/ Salite	Alfavaça (a)	Moradores			
05	Juazeiro/ Salite	Gargora (a)	Moradores			
05	Juazeiro/ Salite	Urubuzero (a)	Moradores			
05	Juazeiro	Sede	Composto Alimentar Vida	COMPOSTO		
05	Juazeiro	Sede	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada	VIDA		
05	Juazeiro	Sede	Associação de Desenvolvimento e Apoio Comunitário	IRPAA		
05	Juazeiro	Sede	Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca	ADAC		
05	Juazeiro	Sede	Rede de Educação do S emário Brasileiro	ARCAS		
05	Juazeiro	Sede	Bomba d'água Popular	RES AB		
05	Juazeiro	Sede	Articulação no Sernário Brasileiro (Juazeiro)	BAP		
05	Juazeiro	Sede		ASA-JUA		

05	Juazeiro	Sede	Rede Sabor Natural do Sertão	RSNS		
05	Juazeiro	Sede	Comissão Pastoral da Terra	CPT	5	15
06	Remanso	Lagoa do Garrote	Associação Comunitária de Lagoa do Garrote			
06	Remanso	Caldeirão do Café	Moradores			
06	Remanso	(b)	Moradores	ACIG		
06	Remanso	Xique-Xique (b)	Moradores			
06	Remanso	Ponte da Serra II	Moradores			
07	Remanso	(b)				
07	Remanso	Majior (c)	Cooperativa Agropecuária do Polo de Remanso			
07	Remanso	Sede	Cooperativa Agropecuária do Polo de Remanso	AMM		
07	Remanso	Marco	Associação de Moradores de Marcos	SASOP		
07	Remanso	Sede	Serviço de Assessoria a Organização Populações Rurais	REDE		
07	Remanso	Sede	Rede Mulher de Remanso	(EMR)		
08	Sento-Sé	Brejo da Brasília	Associação Moradores de Brejo da Brasília	AMBB	6	10
09	Sento-Sé	Lages	Associação dos Esportistas e Estudantes de Lages	AEEL		
10	Sento-Sé	Sede	Associação de Apicultores de Sento-Sé	AAPSE		
10	Sento-Sé	Sede	Associação de Pequenos Criadores de Peixe	ASSOPECP		
10	Sento-Sé	Sede	Colônia de Pescadores do Z43	COLONIA-Z43		
10	Sento-Sé	Sede	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sento-Sé	STRSS	1	12
11	Uauá	Sede	Cooperativa Agropecuária Familiar de Camudos, Uauá e Curaçá	COOPERCUC		
11	Uauá	Maruá (c)	Mini-fábrica - COOPERCUC	C		
11	Uauá	Serra da Besta (c)	Mini-fábrica - COOPERCUC			
11	Curaçá	Serra Grande	Mini-fábrica - COOPERCUC			
		(C)				
	Municípios = 06	Sede = 06	Associação Comunitária ou de Moradores = 13		32	90
		Comunidades Rurais = 21	Rede Social = 06			
			ONG = 04			
			Cooperativa = 02			
			Sindicato Trabalhadores Rurais = 02			
			Outros = 05			

Fonte: CARVALHO, L.D., Pesquisa de Campo, 2007 a 2010

Apêndice 02**QUESTIONÁRIO/ROTEIRO DE ENTREVISTA
INSTITUIÇÕES**

Entrevistador _____ Data: ____/____/____
 a): _____ horário ____ h

Município:	Localidade:
Nome do Entrevistado (a):	Função/cargo:
Nome da Instituição:	Tipo:

PERFIL INSTITUCIONAL

1. Desde quando a instituição existe e está presente em Juazeiro?
2. A instituição tem ações em todo Território de Juazeiro? E além deste território, qual outra escala?
3. Qual o público beneficiário direto das ações, seu universo e quantos estão sendo atendidos?
4. Quais os critérios para inserir este público?
5. De que forma a instituição está estruturada para realizar seus trabalhos?
6. Qual o nível de instrução/profissionalização da/s equipe/s? e como são preparadas para participar nas ações?
7. A instituição participa de alguma rede, fórum, comitê, colegiado?
8. A instituição tem convênio/parceira/cooperação com o Estado (mun/est/fed)?

PROJETOS PARA A ÁGUA

9. Tem ações para o aproveitamento das águas superficiais (especialmente das chuvas) e subterrâneas?
10. O consumo está destinado para atender o uso doméstico e/ou produtivo?
11. Que medidas usadas/ensinadas para a redução no uso da água?
12. Quantas comunidades já foram atendidas?
13. Quais ações são trabalhadas e ensinadas para água de emergência para anos de seca?
14. A instituição desenvolve alguma pesquisa e tecnologia apropriada ao semi-árido?
15. Se sim, ela está sendo aplicada e quais resultados?

PROJETOS PARA A TERRA (ACESSO E USO)

16. Quais ações voltadas para os interesses, aptidões da agricultura familiar?
17. A instituição atua com demarcação e a titulação de terras?
18. Têm estas ações em territórios indígenas e/ou quilombolas?
19. e de fundos e feixes de pastos?

PROJETOS EM CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE

20. A instituição tem alguma atuação em conjunto com a Política Nacional de Unidades de Conservação?
21. A instituição atua com a agroecologia?
22. Desenvolve ações que incentivam o consumo local, segundo os fundamentos da segurança alimentar e nutricional?
23. Desenvolve ações que incentivam a economia popular solidária (em rede)?
24. Desenvolve ações com criação adaptada ao semi-árido tipo emas, capivaras, caititus; abelhas e outros insetos?
25. Desenvolve alguma ação com cultivo de peixes e de outros organismos aquáticos nativos (tilapicultura e carcinocultura)?
26. A instituição está envolvida com o Plano de Ação Nacional de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos das secas?
27. Há observações de problemas relativos à desertificação nas áreas de atuação?
28. Se sim, há alguma ação sendo realizada nestas áreas pela instituição?
29. Com a Política Nacional dos Recursos Hídricos?
30. Com o Projeto GEF Caatinga – Conservação e Uso Sustentável na Caatinga?
31. A instituição desenvolve algum projeto voltado para o aproveitamento da Biodiversidade da Caatinga, tipo aproveitamento do umbu?
32. Tem vínculo com alguma outra política ou programa estatal? Qual?

PROJETOS EM EDUCAÇÃO, VALORIZAÇÃO CULTURAL E DE IDENTIDADE

33. Tem ações voltadas para a defesa e valorização do patrimônio cultural e artístico das comunidades?
34. Conhece alguma política pública, programa e/ou projeto que a comunidade tenha sido incentivada a participar da elaboração e na execução conforme seus interesses e valores?
35. A instituição desenvolve algum projeto de educação ambiental (voltados para a valorização ambiental, cultural e social da região)?
36. Se sim, atua em educação formal ou informal ?
37. Participa com ações em educação contextualizada?
38. Se sim, de qual forma?

PERSPECTIVAS SOBRE A CONVIVÊNCIA

39. O que melhor define o semiárido hoje? Por quê?
40. Como a instituição entende a convivência com o Semiárido?
41. Quais imagens e dizeres sobre semiárido são mais divulgadas pela ‘convivência’? Qual a instituição usa mais?
42. Quais as maiores possibilidades da proposta da ‘Convivência’? E as maiores dificuldades?
43. Quais mudanças já são percebidas nas estruturas sociais e econômicas dos beneficiados nos Programas em andamento?
44. Quais problemas existiam antes das ações da instituição e que ainda permanecem?
45. Das práticas e programas da ‘convivência’, considera qual a que se destaca em volume e área no território de Juazeiro?
46. De que forma a instituição incentiva a troca de experiências entre os agricultores (de outras comunidades/municípios) e com outras instituições?

Apêndice 03

QUESTIONÁRIO DE EMPREENDIMENTOS E PRODUTOS DA CONVIVENCIA COM O SEMI-ÁRIDO

1. Identificação do empreendimento

Nome:
Sigla:
Endereço completo:
Nome do representante da organização:
Cargo do representante:
Tipo de organização (escolha única): <input type="checkbox"/> Cooperativa <input type="checkbox"/> Associação <input type="checkbox"/> Outro. Especificar:

1.13. Breve descrição do empreendimento:

1.14. Nomes dos Municípios, Território(s) Rural(is) e Unidade(s) da Federação de atuação:

1.15. N° total de famílias associadas:

1.16. N° total de famílias beneficiadas:

1.17. Quantas destas famílias são de agricultores familiares?

1.18. Quais os segmentos/beneficiários da organização?

(Escolha múltipla enumerando na seguinte ordem:

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Assentados(as) | <input type="checkbox"/> Quilombolas | <input type="checkbox"/> Pescadores(as) |
| <input type="checkbox"/> Agricultores(as) Familiares | <input type="checkbox"/> Extrativistas | <input type="checkbox"/> Artesãos(ãs) |
| <input type="checkbox"/> Comunidades Indígenas | <input type="checkbox"/> Ribeirinhos(as) | |
| <input type="checkbox"/> Outro(s). Especificar: | | |

1.19. Descreva como se dá a participação dos cooperados/associados da organização nas decisões referentes à produção e comercialização.

1.20. O empreendimento participa de alguma rede ou articulação?

() Sim () Não

Se sim, cite a rede considerada a principal e como se dá a participação do empreendimento na rede e a colaboração desta nos processos de comercialização do empreendimento.

2. Caracterização do empreendimento em relação aos mercados

2.1. Qual foi o faturamento do empreendimento no exercício anterior?

2.2. Do total da produção, especificar qual percentual é comercializado no mercado:

- Regional _____ %
- Institucional _____ %

- Nacional (para além do regional e do institucional) _____ %
- Internacional _____ %

2.3. Como a produção é escoada para o mercado? (Escolha múltipla enumerando na seguinte ordem: “1” – o que for mais importante, “2” - o segundo mais importante, “3” - o terceiro mais importante e assim por diante.

- Distribuidores
- Representantes comerciais
- Equipe própria de venda e distribuição
- Vendas pontuais em feiras e eventos
- Exportações
- Outros. Especificar:.....

2.4. Como é feita a logística de distribuição dos seus produtos no mercado regional, nacional e internacional?

2.5. O empreendimento possui identidade visual e estratégia de comunicação (marca, folder, cartão de visita, sítio na internet, fotos de produtos, etc)?

- Sim. Especifique:
- Não

Caracterização dos produtos oferecidos (produzidos e trazidos para a feira) pelo empreendimento:

Nome do empreendimento:

Produto	Apresentação (tipo de embalagem, dimensões, etc)	Volume total produzido na última safra (ou no último ano)	Volume comercializado no exercício anterior	Mercados alcançados (quantidade e forma de venda) por ordem de importância.	Potencial máximo de oferta por período - mês ou ano	Tem Certificado de Orgânico? Se sim, qual é o organismo de avaliação da conformidade?	Vai levar este produto para a feira?
<i>Exemplo</i> Geléia de umbu	Pote de vidro de 300g	3000 potes	2800 potes	Exportação (1500, varejo); Institucional (1000, atacado); local (300, varejo)	5000 potes/ano	Sim – Ministério da Saúde. Sim - FLO e BCS/Chão Vivo	Sim

3. Especifique quais os principais ENTRAVES de sua organização para uma melhor inserção no mercado regional, nacional e internacional:

4. Descreva porque a sua organização considera importante participar de eventos como a FENAGRI:

5. Explique quais contribuições e avanços buscam a partir da participação na FENAGRI:

Anexo 01- Declaração do semi-árido: propostas da articulação no semi-árido brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação (Documento parcial)

PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Recife, 26 de novembro de 1999

O Semiárido TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!
Depois da Conferência da ONU, a seca continua

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 - a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semi-áridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial "a desertificação" do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

[...]

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

As medidas emergenciais devem ser imediatamente reforçadas

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semiárido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientais, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

Nossa experiência mostra que o Semiárido é viável

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

Que a caatinga e os demais ecossistemas do Semiárido - sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes - formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;

Que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;

Que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;

Enfim, que o Semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

[...]

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O Semiárido

Este programa está fundamentado em duas premissas:

A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido. A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

[...]

O Semiárido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos "normais", de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como "frente de emergência", "carro-pipa" e "indústria da seca" se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como "convivência", "autonomia" e "justiça".

Fonte: disponível em: <[http:// www.asabrazil.org.br](http://www.asabrazil.org.br)>. Acesso em 10 nov. 2008

Anexo 02 - Carta de Princípios da ASA

Carta de Princípios

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;

1.A Articulação no Semi-Árido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.

2.A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;

3.A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;

4.A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;

5.A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;

6.A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;

7.A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi- Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú (PE), 15 de fevereiro de 2000.

Anexo 03 - Carta de fundação e princípios da RESAB (Documento Parcial)

CARTA DE FUNDAÇÃO E PRINCÍPIOS DA REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

1. A Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro – RESAB, é um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores/as e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de Educação no Semi-árido Brasileiro, sem preconceitos de cor, raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica, com o intuito de elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional do semi-árido brasileiro.

2. A RESAB decorre de um longo processo em que se inscrevem diversas experiências de educação, governamentais e não governamentais, formais e não formais, situadas no semi-árido nordestino, que vêm fazendo importantes inflexões curriculares e metodológicas e colocando importantes questões no sentido de fazer a escola do semi-árido vincular-se às formas de vida e às problemáticas existentes aí, potencializando-as na perspectiva da “educação para a convivência com o semi-árido”. Em 1998 estas instituições e experiências foram reunidas em Juazeiro, Bahia, no Simpósio Escola e Convivência com a Seca, apoiado pelo Projeto Nordeste, pela UNDIME e pelo UNICEF. Já aí se puderam realizar importantes aproximações com as muitas questões que envolvem a educação e a escola que ocorrem no contexto do semi-árido.

3. As instituições que se reunirão em torno da fundação da RESAB são: IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; DCH III/UNEB – Departamento de Ciências Humanas III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; SEME/CURACÁ – Secretaria Municipal de Educação de Curaçá, Ba; SECTEL/UAUÁ – Séc. de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Uauá, Ba; SEC/JUAZEIRO – Secretaria de Educação e Cultura de Juazeiro, Ba; ADAC/ERUM – Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária de Juazeiro/ Escola Rural de Massaroca; EFA/SOBRADINHO – Escola Família Agrícola de Sobradinho, Ba; SEC/SOBRADINHO – Secretaria de Educação e Cultura do Município de Sobradinho; IPTERRAS – Instituto de Permaculturas em Terras Secas, de Irecê, Ba; GARRA – Grupo de Ação e Resistência Rural e Ambiental, de Irecê, Ba; Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho, de Petrolina, PE, CAA – Centro de Assessoria de Assuriá, de Xique-xique, Ba; Diocese de Rui Barbosa, Ba; o MOC – Movimento de Organização Comunitária, de Feira de Santana, Ba; o CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas, de Ouricuri, Pe; e o UNICEF BRASIL (Escritório do Recife, Pe).

4. A RESAB é uma articulação apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada. Em princípio a RESAB terá uma sede de referência na cidade de Juazeiro, Ba, em espaço definido pelo Departamento de Ciências Humanas do Campus III da UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e será coordenada por um GRUPO GESTOR (GG) composto por membros-representantes das seguintes instituições: Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, Departamento de Ciências Humanas do Campus III– DCH-III/UNEB, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Curaçá – SECE, Secretaria de Educação e Esportes de Juazeiro – SEE, Fundação Cultural de Juazeiro – FCJ, Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária – ADAC, de Juazeiro, Escola Rural de Massaroca – ERUM, Juazeiro, e Movimento de Organização Comunitária – MOC, de Feira de Santana..

5. Estes princípios podem ser revistos, acrescidos ou alterados – se se verificar esta necessidade – desde que isso esteja sob a coordenação de uma Comissão Regional da RESAB e se dê no âmbito de uma Conferência Regional de Educação no Semi-Árido Brasileiro, promovida pela própria RESAB.

Juazeiro, Bahia, 26 de abril de 2002.

Fonte: RESAB. Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro. **Carta de Fundação e Princípios da RESAB.** In: CADERNO MULTIDISCIPLINAR DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: Educação e Contexto do Semi-árido Brasileiro. Juazeiro – BA: Selo Editorial RESAB, ano 01, maio de 2006a